

# UM FIM À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA

---

<b>Introdução</b>	<b>3</b>
<b>Fazendo uma verdadeira diferença</b>	<b>3</b>
<b>Prevenir é a Chave</b>	<b>6</b>
<b>Um problema global</b>	<b>7</b>
Cenários onde ocorre a violência	7
Dimensões ocultas da violência contra a criança	10
Alcance e Escala do Problema	11
Fatores de Risco e de Proteção	13
O impacto devastador da violência	15
<b>Princípios e recomendações</b>	<b>18</b>
<b>Recomendações gerais</b>	<b>18</b>
<b>Implementação e acompanhamento</b>	<b>26</b>
Âmbito nacional e regional	26
Âmbito internacional	27
<b>Referências</b>	<b>28</b>

---



"As crianças devem poder, enfim, brincar em campos abertos sem serem torturadas pela fome, afligidas por doenças ou ameaçadas pelo flagelo da ignorância, do molestamento e do abuso e sem serem obrigadas a se envolver em atividades incompatíveis com seus tenros anos."

Nelson Mandela, Ganhador do Prêmio Nobel da Paz

# 1

## INTRODUÇÃO

O alcance e a escala de todas as formas de violência contra a criança, bem como dos males que elas comprovadamente acarretam, só se tornaram visíveis recentemente. Este livro documenta os resultados e recomendações do processo do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança.

O Estudo é a primeira pesquisa abrangente e global sobre todas as formas de violência contra a criança e ele se baseia no modelo do estudo sobre o impacto de conflitos armados em crianças desenvolvido por Graça Machel e apresentado à Assembléia Geral em 1996. Ele também representa uma seqüência do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da Organização Mundial da Saúde de 2002.<sup>1</sup>

O Estudo é também o primeiro documento das Nações Unidas (ONU) que envolveu crianças diretamente ao longo de todo o processo de sua elaboração que enfatiza e desenvolve reflexões sobre sua condição de titulares de direitos e sobre seu direito de expressar suas opiniões em relação a tudo que as afeta e de terem essas opiniões levadas na devida consideração.

A mensagem central deste Estudo é que nenhum tipo de violência contra a criança é justificável e toda violência contra a criança é prevenível. O Estudo revela que, a despeito da obrigação dos Estados na garantia da proteção dos direitos humanos e do desenvolvimento das crianças, algumas formas de violência contra a criança ainda são consideradas legais em todas as regiões do mundo, além de serem autorizadas pelo Estado e socialmente aceitas. O estudo pretende promover uma transforma-

ção global que mine definitivamente quaisquer justificativas para atos de violência contra a criança praticados com base em "tradições" ou camuflados em medidas "disciplinares".

A violência contra a criança deve ser contestada sem qualquer concessão. A singularidade das crianças - em termos de potencial humano, fragilidade e vulnerabilidade - e o fato de dependerem de adultos para crescer e se desenvolver justificam mais, e não menos, investimentos em medidas de prevenção e proteção contra a violência.

Nas últimas décadas, algumas formas extremas de violência contra a criança, como a exploração e o tráfico sexual, a mutilação genital feminina, as piores formas de exploração do trabalho infantil e o impacto de conflitos armados, geraram um clamor internacional e uma condenação consensual dessas práticas, mas não nenhuma solução rápida foi implementada para a questão. Além dessas formas extremas de violência, muitas crianças são rotineiramente expostas à violência física, sexual e psicológica dentro de seus lares e escolas, em instituições assistenciais e correcionais, em ambientes de trabalho e dentro da comunidade. Tudo isso gera conseqüências devastadoras para a saúde e o bem-estar dessas crianças tanto no presente como no futuro.

## FAZENDO UMA VERDADEIRA DIFERENÇA

Alguns eventos importantes e interligados sugerem que o processo e os resultados do Estudo estão sendo divulgados em um momento ideal para fazermos uma verdadeira diferença nas condições de vida das crianças.

"As crianças não são mini-seres humanos com mini-direitos humanos; no entanto, enquanto os adultos as considerarem como tal, a violência contra a criança persistirá."

Maud de Boer-Buquicchio, Secretária-Geral Adjunta do Conselho da Europa

## MANDATO E ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

Em 2001, em resposta a uma recomendação emitida pelo Comitê sobre os Direitos da Criança, a Assembleia Geral, em sua resolução 56/138, solicitou ao Secretário-Geral que coordenasse um estudo profundo sobre a questão da violência contra a criança e que emitisse recomendações para ações adequadas a serem submetidas à apreciação dos Estados-membros. Em Fevereiro de 2003, fui designado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para liderar este estudo.

O Estudo segue a definição de criança prevista no Artigo 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), a saber, "qualquer ser humano com menos de 18 anos de idade, exceto se, pela lei aplicável no país às crianças, a maioridade for conferida em idade inferior". A definição de violência é a prevista no Artigo 19 da CDC: "todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente; maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual". Ele também usa o conceito adotado no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002), a saber, o "uso intencional de violência ou força física contra crianças por parte de um indivíduo ou grupo que resulte ou possa resultar em um dano real ou potencial à sua saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade".<sup>2</sup>

Na condição de Especialista Independente, encaminhei um relatório à Assembleia Geral da ONU e este livro pretende complementá-lo. Materiais "amigos da criança" foram também confeccionados. Este livro considera cinco ambientes nos quais ocorrem atos de violência contra a criança: a família, as escolas, instituições alternativas de saúde e casas de detenção, locais onde crianças trabalham e suas comunidades. No entanto, ele não aborda a questão das crianças envolvidas em conflitos armados, uma vez que esse tema é da competência do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados. Ainda assim, o livro leva em consideração alguns temas relacionados, como a violência contra a crianças refugiadas e outras crianças deslocadas.

O Estudo e sua secretaria em Genebra foram apoiados por três órgãos das Nações Unidas: o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), além de ter contado com o apoio de um Conselho Editorial multidisciplinar de especialistas.

"Precisamos enxugar suas lágrimas e transformar seus rostos tristes em rostos alegres. Precisamos manter acesa nelas a chama da esperança e de um futuro melhor."

Primeira-Dama do Paquistão, Begum Sehba Pervez Musharraf, 2005 I

# 1

Em primeiro lugar, o reconhecimento da obrigação de eliminar a violência contra a criança como um direito humano intensificou-se com a adoção e ratificação quase universal da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Este documento enfatiza a condição das crianças como titulares de direitos.

No entanto, como o estudo revela, embora a CDC seja amplamente aceita, há crianças na maioria dos Estados cuja dignidade humana e integridade física ainda não são plenamente respeitadas e que ainda esperam por investimentos adequados em medidas para prevenir todas as formas de violência contra elas.

Em segundo lugar, as próprias crianças estão se manifestando sobre a questão e começando a ser ouvidas e levadas a sério. Nas nove Consultas Regionais realizadas no âmbito do Estudo, crianças relataram a violência diária que sofrem em seus lares, dentro da família e também na escola, em outras instituições, em sistemas correcionais, em locais de trabalho e em suas comunidades. A violência contra a criança está presente em todos os Estados e ultrapassa fronteiras culturais, de classe, de educação, de renda, de origem étnica e de idade. No decorrer da pesquisa, crianças expressaram repetidamente a necessidade urgente de se pôr fim a essa violência. Elas relataram sua dor - não apenas sua dor física, mas a "dor interna" provocada por esses abusos, que é agravada pela aceitação, e até aprovação, de adultos.

Os governos precisam entender que a situação é, efetivamente, emergencial. Sem serem vistas ou

ouvidas, crianças vêm sofrendo há séculos nas mãos de adultos. No entanto, como a intensidade e o impacto da violência contra a criança estão se tornando visíveis, não podemos mais deixá-las esperando pela proteção efetiva à qual elas têm um direito ainda não efetivado.

Em terceiro lugar, o crescente reconhecimento do impacto da violência sobre a saúde mental e física e o bem-estar das crianças tem gerado um novo olhar sobre a prevenção, que passou a ser tratada com um senso maior de urgência. Até a década de 1960, não havia um reconhecimento adequado, nem mesmo entre profissionais, do grande número de óbitos, estupros e danos causados a crianças por seus pais e cuidadores ou por pessoas em funções de confiança. A violência contra a criança em escolas e em outros ambientes também não havia sido adequadamente considerada até décadas mais recentes.

A ampliação de pesquisas nas áreas das ciências neurobiológicas, comportamentais e sociais gerou uma compreensão muito mais profunda do impacto de experiências na infância no desenvolvimento do cérebro e da importância das primeiras relações para o desenvolvimento sadio do cérebro.<sup>3</sup> Esta pesquisa revela claramente a importância de laços positivos ou de relações afetivas entre crianças e seus pais e mostra que, sem relações de proteção, a exposição de uma criança a situações de estresse provocadas por atos de violência pode prejudicar o desenvolvimento de seu sistema nervoso e imunológico, deixando-a mais suscetível a problemas físicos e mentais. Portanto, a oportunidade oferecida pelo estudo de prevenirmos a violência contra a

"Observa-se uma enorme lacuna entre o que sabemos sobre a violência contra a criança e o que sabemos que deve ser feito. Sabemos que a violência contra a criança frequentemente provoca lesões físicas e mentais permanentes. Sabemos, também, que a violência prejudica o potencial das crianças de contribuir com a sociedade, por afetar sua capacidade de aprender e seu desenvolvimento social e emocional. Considerando a importância da criança para o nosso futuro, não podemos mais aceitar a convivência com a violência - a "prevenção" da violência contra a criança deve ser uma das nossas prioridades mais altas."

James A. Mercy, Conselho Editorial do Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre Violência contra a Criança

crianças promete abordar uma ampla gama de problemas de longo prazo que impõem um enorme ônus econômico e social a todas as nações.

Em quarto lugar, observa-se um reconhecimento crescente de que a prevenção da violência contra a criança exige cooperação e colaboração entre diversos parceiros. Na verdade, a prevenção e a eliminação da violência contra a criança é uma tarefa que deve ser assumida por todos. O estudo contou com a colaboração de organismos das Nações Unidas envolvidos com questões de direitos humanos, de proteção da criança e de saúde pública, bem como com insumos de diversos setores.

Diferentes profissões não podem mais abordar o problema isoladamente. Os sistemas de saúde pública, de justiça criminal, de serviços sociais e de educação e as organizações de direitos humanos, os meios de comunicação de massa e empresas têm um interesse comum em eliminar a violência contra a criança e podem identificar formas mais eficientes e eficazes de alcançar essa meta trabalhando juntos.

## PREVENIR É A CHAVE

Em que pese a imagem mais clara da escala da violência praticada contra a criança, temos uma grande oportunidade de avançar no sentido de eliminá-la. A violência não é uma consequência inevitável da condição humana. Os governos estão cada vez mais reconhecendo e cumprindo suas obrigações de direitos humanos em relação às crianças, além de registrar a prevalência e o impacto da violência contra elas no longo prazo. O Estudo confirmou a disponibi-

lidade de capacidades e conhecimentos para prevenir essa violência e reduzir suas consequências. A base científica para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção da violência e de intervenções terapêuticas está crescendo e a existência de estratégias cientificamente comprovadas revela que, com um nível adequado de compromisso e investimentos suficientes, abordagens criativas de prevenção podem fazer uma grande diferença. Além disso, proteger crianças de tenra idade de abusos pode contribuir muito para reduzir todas as formas de violência na sociedade e suas consequências sociais e sobre a saúde no longo prazo.

A sociedade como um todo, independentemente de seu histórico social, econômico e/ou cultural, pode e precisa acabar com a violência contra a criança imediatamente. Para esse fim, é necessário promover uma transformação na "mentalidade" das sociedades e em suas condições econômicas e sociais subjacentes associadas à violência.

Como bem observa o relatório do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a criança: "A mensagem principal do Estudo é que nenhuma violência contra a criança é justificável e que toda violência contra ela pode ser evitada. Não podemos mais aceitar desculpas para atos dessa natureza. Os Estados-partes devem agir agora, com o devido senso de urgência, no sentido de cumprir suas obrigações de Direitos Humanos e outros compromissos de garantir proteção contra todas as formas de violência. Embora as obrigações legais sejam de competência dos Estados, todos os setores da sociedade e todos os indivíduos têm a responsabilidade comum de condenar e prevenir a vio-

"A violência contra a criança constitui uma violação dos seus direitos humanos e representa uma realidade perturbadora das nossas sociedades. Ela nunca pode ser justificada, seja por razões disciplinares ou por tradições culturais. Não há níveis "razoáveis" de violência que possam ser aceitos. A violência legalizada contra a criança em um determinado contexto pode gerar uma tolerância geral em relação à violência contra a criança."

Louise Arbour, Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

# 1

lência contra a criança e de assistir suas vítimas. Nenhum de nós poderá olhar crianças nos olhos se continuarmos a aprovar ou perdoar qualquer forma de violência contra elas".<sup>4</sup>

## UM PROBLEMA GLOBAL

Relatos de infanticídio, castigos cruéis e humilhantes, descaso e abandono, abuso sexual e outras formas de violência contra a criança datam de antigas civilizações.<sup>5,6</sup> Recentemente, documentos sobre a magnitude e o impacto da violência contra a criança mostram claramente que ela representa um problema global sério e de grandes proporções.<sup>7,8</sup> Ela ocorre em todos os países do mundo, sob diversas formas e em diferentes situações e está frequentemente enraizada em práticas culturais, econômicas e sociais.

Muitas crianças em todas as sociedades sofrem violência em grandes proporções dentro de seus próprios lares. Apenas 16 Estados proíbem qualquer forma de castigo corporal contra crianças em qualquer situação, deixando a vasta maioria da população infantil mundial sem uma proteção legal equivalente contra surras e humilhações deliberadas no seio do lar. Além disso, crianças sofrem atos de violência cometidos por pessoas que deveriam cuidar delas nas escolas, nos sistemas assistenciais e correcionais e em locais onde trabalham legal ou ilegalmente. Em mais de cem países, crianças sofrem com a realidade da ameaça de serem surradas ou são efetivamente surradas com a autorização e sanção do Estado. Em pelo menos 30 Estados, o sistema de justiça continua impondo sentenças na forma de

surras com chicote ou vara a crianças e, em muitos outros, sanções violentas são permitidas em instituições assistenciais e correcionais.<sup>9</sup>

## CENÁRIOS NOS QUAIS OCORREM ATOS DE VIOLÊNCIA

O Estudo usou uma estrutura analítica baseada nos ambientes e contextos nos quais crianças passam sua infância - o lar e a família, escolas, instituições de proteção e justiça juvenil, locais de trabalho e a comunidade. O Capítulo 2 explora a estrutura e instrumentos internacionais disponíveis para se combater a violência contra a criança. Os Capítulos 3 a 7 enfocam formas que a violência assume em cada um desses contextos. Cada capítulo fornece um histórico e um contexto de situações de violência contra a criança, fatores que contribuem para a sua ocorrência, riscos, sua prevalência após ser identificada e seus impactos para crianças e outros, bem como medidas necessárias para se prevenir e combater a violência quando ela ocorre.

Descrever a experiência de atos de violência praticados contra uma criança está longe de ser uma tarefa objetiva. Algumas formas de violência contra a criança são comuns em todos os cenários. Castigos corporais e outras formas cruéis e degradantes de punição são usados por pais e outros membros da família no lar, por cuidadores em instituições e por professores nas escolas e também são aplicados a crianças em conflito com a lei. Em locais onde crianças abaixo da idade mínima permitida por lei trabalham, seus empregadores normalmente aplicam-lhes, impunemente, castigos corporais quando consideram que seu

"Ao longo da história, algumas crianças foram amadas e cuidadas enquanto outras sofreram violência. Este relatório reflete essa realidade global. Espero que ele ajude a promover ações para identificar e eliminar todas as formas de violência contra a criança como um caminho essencial para o desenvolvimento humano e a paz."

Savitri Goonesekere, Conselho Editorial do Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre Violência contra a Criança

## O PROCESSO DO ESTUDO

O Estudo foi desenvolvido por meio de um processo participativo que incluiu Consultas Regionais, Sub-regionais e Nacionais, reuniões temáticas com especialistas e visitas de campo. Em março de 2004, um questionário detalhado foi enviado aos governos solicitando que indicassem que abordagens estavam adotando em relação à violência contra a criança. Ao todo, 136 respostas haviam sido recebidas até o momento da publicação deste livro.<sup>10</sup>

Entre março e julho de 2005, nove Consultas Regionais foram realizadas no Caribe, no Sul da Ásia, na África Central e Ocidental, na América Latina, na América do Norte, no Extremo Oriente e na região do Pacífico, no Oriente Médio, na África Setentrional, na Europa, na Ásia Central e na África Oriental e Meridional. Cada Consulta reuniu, em média, 350 participantes, entre os quais ministros e autoridades públicas, parlamentares, representantes de organizações regionais e de outros organismos intergovernamentais, de órgãos das Nações Unidas, de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de instituições nacionais de direitos humanos (NHRI), outros representantes da sociedade civil, inclusive dos meios de comunicação de massa e de organizações religiosas, e crianças. Crianças participaram de todas as Consultas Regionais, que foram precedidas por reuniões nas quais elas desenvolveram insumos e recomendações para o Estudo. Foram produzidos também relatórios finais com os resultados de cada Consulta Regional. Diversas reuniões sub-regionais e nacionais também foram realizadas.

Os Governos que sediaram essas reuniões tinham grande interesse em promover o Estudo. Organizações regionais, entre as quais a União Africana, a Liga Árabe, a Comunidade Caribenha (CARICOM), o Conselho da Europa, a União Européia, a Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e a Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional, desempenharam papéis importantes na organização dessas consultas. Organizações nacionais e regionais se comprometeram a acompanhar ativamente os preparativos para o Estudo.

Visitas de campo foram realizadas na Argentina, Canadá, China, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Israel, nos Territórios Palestinos Ocupados, Mali, Paquistão, Paraguai, Eslovênia, África do Sul, Tailândia e Trinidad e Tobago, graças à hospitalidade de seus governos.

Foram feitas também consultas regulares junto a membros do Comitê sobre os Direitos da Criança e mandatários para procedimentos especiais da ex-Comissão de Direitos Humanos.

"O processo participativo adotado no Estudo fez com que todos os envolvidos vestissem a camisa do projeto, desenvolvessem uma profunda reflexão e tivessem a coragem de confessar o que vinham negando por muito tempo. Ele nos oferece uma oportunidade histórica para erradicarmos todas as formas de violência contra a criança que não deve ser desperdiçada."

Embaixador Moushira Khattab, Secretário-Geral do Conselho Nacional pela Infância e a Maternidade - Egito, Vice-Presidente do Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança

1

As observações conclusivas dos relatórios dos Estados-membros para o Comitê foram analisadas, bem como os relatórios de mandatários para procedimentos especiais.

Muitas organizações contribuíram para o Estudo, entre as quais a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) e a Divisão para o Progresso das Mulheres do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas. Um grupo inter-agências das Nações Unidas sobre a Violência contra a criança se reuniu para elaborar estratégias de acompanhamento do Estudo.

Este relatório baseou-se também em muitas contribuições oferecidas para o Estudo nos últimos três anos por diferentes partes interessadas, entre as quais crianças. Aproximadamente 300 indivíduos, ONGs e outras organizações de diversas partes do mundo responderam ao chamado para a apresentação de insumos. As Contribuições incluíram insumos de crianças e importantes relatórios de pesquisas especificamente encomendados para o Estudo.<sup>11</sup>

Um Painel Consultivo de ONGs foi criado no início do processo do Estudo que incluiu crianças e jovens e representantes de todas as regiões. O Subgrupo de Crianças e Violência instituído dentro no grupo de ONGs para a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) também contribuiu com esta iniciativa.

Além de elaborar inúmeros estudos, a Aliança Internacional Save the Children forneceu contribuições valiosas prestando assessoria e facilitando o envolvimento de crianças particularmente nas Consultas Regionais, juntamente com a UNICEF e outros parceiros. A Rede Global de Informação dos Direitos das Crianças (CRIN) documentou o progresso do Estudo, inclusive das reuniões realizadas com crianças, e disponibilizou essa documentação em seu site.

O Centro de Pesquisa Innocenti do UNICEF prestou um apoio especial, juntamente com outros centros e redes de pesquisas que forneceram informações e participaram das Consultas. Foram realizadas reuniões temáticas sobre violência de gênero, violência nas escolas, no lar e na família, violência contra a criança portadora de deficiência, sistemas de justiça juvenil e violência contra a criança em conflito com a lei, o papel das organizações religiosas, tecnologias da informação e comunicação, violência contra a crianças refugiadas e outras crianças deslocadas e metodologias de mensuração da violência.

"A violência contra a criança constitui uma grave violação dos direitos humanos que precisa ser interrompida IMEDIATAMENTE! Devemos continuar a trabalhar juntos para livrar nosso mundo de qualquer forma de violência contra a criança."

Charlotte Petri Gornitzka, Secretária-Geral, Save the Children, Suécia

desempenho não é satisfatório. Na comunidade, crianças rotuladas como sem residência fixa ou anti-sociais podem ser atacadas ou até mesmo torturadas impunemente pelas autoridades, inclusive pela polícia. Crianças forçadas a se prostituir frequentemente relatam tratamentos violentos que recebem de clientes como se fosse algo que merecessem.<sup>12</sup>

O abuso sexual, a violência física e psicológica e o assédio sexual são formas de violência que também ocorrem em todos os ambientes. Na maioria das sociedades, o abuso sexual de meninas e meninos ocorre mais frequentemente dentro do lar ou é cometido por alguém conhecido da família. No entanto, a violência sexual também ocorre nas escolas ou em outros ambientes educacionais e pode ser praticada por colegas ou pelos próprios professores. Ela ocorre intensamente em locais de trabalho fechados, como, por exemplo, em serviços domésticos em residências privadas. Ocorre também em instituições e comunidades, onde é cometida por pessoas conhecidas por suas vítimas ou não. Meninas sofrem muito mais abuso sexual do que meninos e sua maior vulnerabilidade à violência deve-se, em grande parte, fruto das disparidades nas relações de poder entre os gêneros dentro da sociedade. Por outro lado, os meninos são mais vulneráveis a homicídios e, particularmente, à violência envolvendo armas.

A exposição à violência em um determinado contexto pode refletir-se ou somar-se à violência sofrida em um outro ambiente e o Estudo enfatiza vulnerabilidades específicas que devem ser abordadas ambiente por ambiente.

## **DIMENSÕES OCULTAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA**

Somente uma pequena parcela dos atos de violência praticados contra crianças é denunciada e investigada e poucos dos responsáveis por esses atos são punidos por eles. Em muitas partes do mundo, não há sistemas para registrar ou investigar denúncias de violência contra a criança detalhadamente. Onde existem estatísticas oficiais baseadas em relatórios de casos de violência dentro do lar e em outros ambientes, a verdadeira dimensão do problema é muito subestimada.

O problema não vem sendo denunciado por várias razões. Crianças de tenra idade que sofrem violência dentro de seus lares não têm condições de denunciar esse fato. Muitas não denunciam incidentes de violência contra elas por medo de represálias ou por temerem intervenções das autoridades que possam piorar sua situação geral.

Em muitos casos, os pais, que deveriam proteger seus filhos, omitem-se quando a violência é praticada por seus cônjuges ou outros membros da família ou por um membro mais poderoso da sociedade, como, por exemplo, um empregador, um policial ou um líder comunitário. O medo está estreitamente relacionado ao estigma frequentemente associado à denúncia de atos de violência. Em sociedades nas quais noções patriarcais de "honra" familiar são mais valorizadas e sobrepõem-se aos direitos humanos e ao bem-estar das meninas, um incidente de estupro ou violência sexual pode levar ao ostracismo da vítima, a mais violência contra ela e até à sua morte nas mãos de sua família.

"Como podemos esperar que as crianças levem os direitos humanos a sério e ajudem a construir uma cultura de direitos humanos se nós, como adultos, além de continuar a espancá-las e surrá-las, defendemos essas ações alegando que as praticamos 'para o seu próprio bem'? Além de ser uma lição de mau comportamento, bater em crianças é uma poderosa demonstração de desprezo pelos direitos humanos de pessoas menores de idade e mais fracas."

Thomas Hammarberg, Comissário do Conselho da Europa pelos Direitos Humanos, 2006 II

1

Muitos governos não têm sistemas de registro civil bem estruturados, impossibilitando a identidade formal de crianças e expondo bebês e crianças pequenas a situações de risco. Muitos outros também não têm sistemas para realizar investigações rigorosas de óbitos infantis e registrá-los. Embora milhares de meninas casem-se antes de completarem 18 anos, a falta de certidões de casamento também dificulta o rastreamento do problema.<sup>13</sup> Poucos Estados registram e relatam a institucionalização de crianças em instituições assistenciais alternativas ou casas de internação e menos ainda coletam informações sobre violência contra a crianças nesses locais.

A aceitação social de alguns tipos de violência contra a criança é um fator que influencia muita a sua incidência em quase todos os Estados. Crianças, seus agressores e a sociedade como um todo podem aceitar a violência física, psicológica e sexual na infância como um fenômeno inevitável. As legislações da maioria dos Estados ainda aceitam castigos corporais "razoáveis" ou "lícitos" e refletem a aprovação da violência por parte da sociedade quando ela é descrita como uma medida "disciplinar" ou é supostamente usada para esse fim (veja a Figura 1.1). O castigo corporal e outras formas cruéis e degradantes de punição, bullying e assédio sexual, bem como inúmeras práticas tradicionais violentas podem ser percebidas como normais, principalmente quando não produzem lesões físicas duradouras visíveis.

Nenhum país pode medir o progresso alcançado na eliminação da violência contra a criança sem dados confiáveis. Para estimar precisamente a magnitude e natureza da violência não fatal con-

tra crianças, são necessárias pesquisas para identificar atos violentos cometidos por pais e outros adultos, experiências de violência na infância e o estado de saúde atual das crianças, bem como comportamentos de risco para a saúde de crianças e adultos. A violência fatal só pode ser precisamente mensurada com base em registros meticolosos de óbitos, investigações adequadas e sistemas de denúncia bem estruturados.

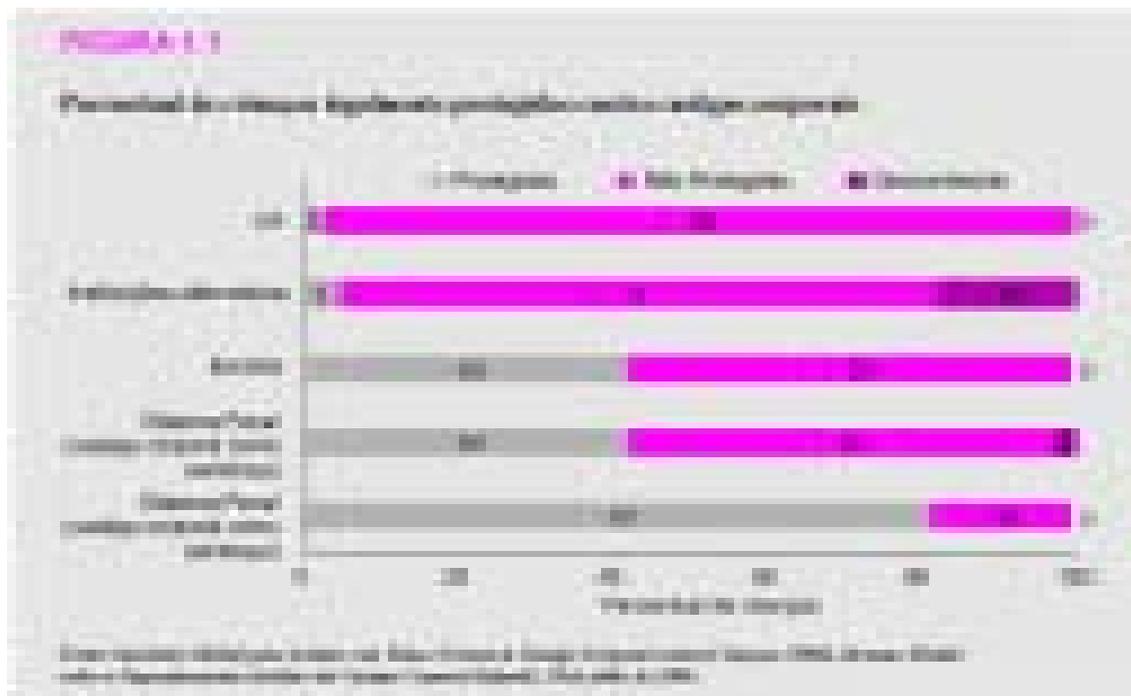
## ALCANCE E ESCALA DO PROBLEMA

Diversas iniciativas, que variam de estudos comparativos internacionais a pequenas entrevistas realizadas localmente com crianças, estão gerando uma imagem mais clara da magnitude e prevalência generalizada do problema da violência contra a criança em todas as regiões. Informações levantadas por essas iniciativas indicam que embora alguns atos de violência sejam praticados por estranhos, a grande maioria deles é praticada por alguma pessoa que faz parte de algum ambiente imediato da vítima: pais e parentes, namorados e namoradas, cônjuges e parceiros, professores, colegas de escola e empregadores. Os exemplos apresentados abaixo dão uma idéia do alcance e da escala da violência contra a criança identificados no Estudo:

- A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que quase 53.000 dos óbitos infantis registrados em 2002 foram homicídios.<sup>14</sup> (Veja o Anexo, que apresenta taxas de homicídio regional por idade, renda e sexo)
- No Exame Global de Saúde do Aluno realizado nos países em desenvolvimento, entre

"Odeio ser criança, odeio apanhar e odeio não ser valorizada. Tenho sentimentos e emoções. Preciso de amor, carinho, proteção e atenção."

Menina de 13 anos, Sul da Ásia, 2005 III



20% e 65% das crianças em idade escolar relataram que haviam sofrido algum tipo de abuso verbal ou físico nos primeiros 30 dias na escola.<sup>15</sup> Índices semelhantes de bullying foram registrados também em países industrializados.<sup>16</sup>

- Estimativas revelam que aproximadamente 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos abaixo de 18 anos tiveram relações sexuais forçadas ou sofreram outras formas de violência sexual que envolveram contato físico.<sup>17</sup>
- O UNICEF estima que três milhões de meninas e mulheres são submetidas a mutilação genital feminina todos os anos na África Subsaariana, no Egito e no Sudão.<sup>18</sup>
- A OIT estima que 218 milhões de crianças foram envolvidas em situações de trabalho infantil em 2004, 126 milhões das quais em atividades perigosas.<sup>19</sup> Estimativas de 2000 sugerem que 5,7 milhões se envolveram em trabalho forçado ou escravo, 1,8 milhões se envolveram com a prostituição e a pornografia e 1,2 milhão foram vítimas de tráfico naquele ano.<sup>20</sup>
- Apenas 2,4 % das crianças do mundo estão legalmente protegidas de punições corporais em todos os ambientes.<sup>21</sup>

## FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO

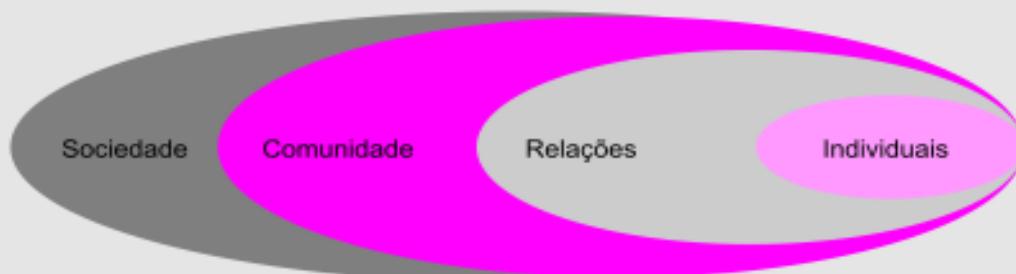
A Pesquisa Mundial sobre Violência e Saúde de 2002 adotou um "modelo ecológico" para promover uma compreensão mais ampla da natureza multifacetada da violência em seus diversos níveis. Como ferramenta analítica, o modelo reconhece que uma ampla gama de fatores aumenta o risco da violência e a perpetua - ou, por outro lado, pode oferecer proteção contra ela. Como ilustrado na figura 1.2, o modelo ecológico identifica o histórico pessoal e características de vítimas e agressores, suas famílias, seu contexto social imediato (que são geralmente chamados fatores comunitários) e as características da sociedade maior. Contrariando explicações simplistas, o modelo enfatiza que a probabilidade de a violência ocorrer, voltar a ocorrer ou deixar de existir é influenciada por diversos fatores e ações em diferentes níveis. Os diversos fatores relacionados aos diferentes níveis do modelo ecológico também são

afetados pelo contexto dos ambientes com os quais a criança interage - do ambiente familiar e do lar, da escola, de instituições e locais de trabalho, da comunidade e da sociedade maior.

Por exemplo, o desenvolvimento econômico, a condição social, a idade e o gênero são fatores de risco associados à violência fatal. A OMS estima que a taxa de homicídios de crianças em 2002 foi duas vezes mais alta em países de baixa renda do que em países de alta renda (2,58 contra 1,21 para cada 100.000 habitantes). Como pode ser visto na figura 1.3, as taxas mais elevadas de homicídios de crianças são registradas entre adolescentes, particularmente meninos na faixa etária dos 15 aos 17 anos (3,28 para cada grupo de 100 meninas e 9,06 para cada grupo de 100 meninos) e entre crianças de 0 a 4 anos (1,99 para meninas e 2,09 para meninos).<sup>22</sup> Entretanto, estudos sobre homicídios de crianças são urgentemente necessários para aumentar a confiabilidade dessas estimativas e determinar o nível de infanticídio feminino em diversas regiões.

**FIGURA 1.2**

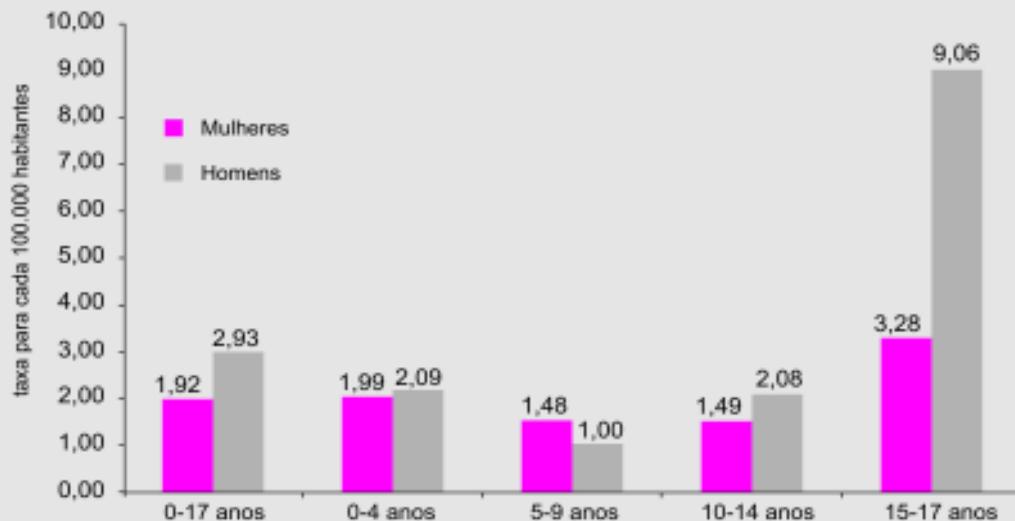
**Modelo ecológico para se compreender fatores de risco e de proteção contra a violência**



*Fonte: Krug EG et al. (Eds) (2002). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, Organização Mundial da Saúde*

FIGURA 1.3

Estimativa de taxas de homicídio infantil por faixa etária e gênero



Fonte: OMS (2006). *Estimativas Globais das Consequências para a Saúde da Violência Contra a Criança. Documento Base para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança*. Genebra, Organização Mundial da Saúde.

Os dados disponíveis sugerem que crianças pequenas estão mais expostas ao risco de sofrerem violência física, enquanto a violência sexual afeta, predominantemente, as que chegam à puberdade e à adolescência. Os meninos aparentemente correm um risco maior de sofrer violência física do que as meninas, enquanto elas correm um risco maior de negligência e violência sexual.<sup>23</sup> Padrões culturais e sociais, fatores socioeconômicos, entre os quais a desigualdade e o desemprego, e papéis de gênero estereotipados também têm desempenhado um papel importante nesse contexto.

Alguns grupos e categorias de crianças são especialmente vulneráveis a diferentes formas de violência. Por exemplo, altos níveis de vulnerabili-

dade prevalecem entre crianças portadoras de deficiência, crianças órfãs (inclusive as milhares de crianças órfãs em decorrência da AIDS), crianças indígenas, crianças de minorias étnicas e outros grupos marginalizados, crianças que moram ou trabalham nas ruas, crianças mantidas em instituições assistenciais e correcionais, crianças que moram em comunidades caracterizadas por taxas elevadas de desigualdade, desemprego e pobreza e crianças refugiadas e deslocadas. O gênero também desempenha um papel-chave, pois o risco de sofrer diferentes tipos de violência não é igual para meninas e meninos.

Questões globais também influenciam a questão da violência contra a criança, como a desigual-

"O UBUNTU é uma personificação de humanidade, empatia, respeito, dignidade e de muitos outros valores afins e só pode resultar de um investimento adequado desses mesmos valores nas próprias crianças. Vamos deixar um legado coerente com a garantia da existência do UBUNTU no mundo falando e agindo contra o abuso de todas as crianças."

Thoko Majokweni, Chefe da Unidade SOCA, Promotora Nacional da África do Sul

1

dade crescente entre Estados e dentro deles, a migração, a urbanização e os conflitos armados. A superação desses desafios e a consecução de objetivos internacionalmente acordados, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ajudarão a eliminar a violência contra a criança.

Além disso, outros fatores podem prevenir a violência ou reduzir a probabilidade de sua ocorrência. Embora sejam necessárias mais pesquisas sobre esses fatores de proteção, é óbvio que o desenvolvimento de vínculos afetivos sólidos entre pais e filhos e a promoção de relacionamentos com crianças que não envolvam violência ou humilhação dentro de unidades familiares estáveis podem ser fontes poderosas de proteção para as crianças.

Fatores que podem ajudar a prevenir a violência em diversos ambientes serão descritos nos capítulos 3 a 7.

## O IMPACTO DEVASTADOR DA VIOLÊNCIA

Embora as consequências da violência contra a criança variem de acordo com sua natureza e severidade, seus efeitos podem ser devastadores no curto e longo prazo (veja a Tabela 1.1). A exposição à violência nos primeiros anos de vida é extremamente prejudicial, pois pode comprometer o desenvolvimento cerebral. Quando uma criança sofre ou testemunha atos de violência por longos períodos, seu sistema nervoso e imunológico é afetado e ela desenvolve inaptidões sociais, emocionais e cognitivas e comportamentos que provocam doenças, lesões e problemas sociais.<sup>24</sup>

A exposição à violência na infância pode também gerar inabilidades sociais que podem perdurar por toda a vida e também problemas emocionais e cognitivos, obesidade e comportamentos de risco em relação à saúde, como consumo de drogas, atividade sexual precoce e tabagismo.<sup>25,26</sup> Os problemas sociais e de saúde provocados por esses comportamentos podem incluir também ansiedade e depressão, alucinações, baixo desempenho no trabalho, problemas de memória e comportamentos agressivos. Na vida adulta, eles podem também provocar problemas pulmonares, cardíacos e hepáticos, doenças sexualmente transmissíveis e óbitos fetais, bem como violência entre parceiros e tentativas de suicídio.<sup>27,28</sup>

A exposição à violência na comunidade também provoca problemas comportamentais em relação à saúde e acarreta consequências sociais. Foram identificados vínculos entre a exposição à violência na comunidade e transtornos de estresse pós-traumático, depressão, comportamentos anti-sociais, consumo de drogas, baixo desempenho acadêmico, relações humanas problemáticas e processos criminais.

Embora poucas informações estejam disponíveis sobre os custos econômicos globais da violência contra a criança, particularmente nos países em desenvolvimento, suas diversas consequências de curto e longo prazo sugerem que esses custos são substanciais para a sociedade. Nos Estados Unidos, os custos financeiros associados ao abuso e abandono de crianças, que incluem rendas futuras perdidas e custos com tratamentos psiquiátricos, foram estimados em US\$ 94 bilhões em 2001.<sup>29</sup>

"As Nações não podem prosperar se suas crianças não forem curadas. A violência na infância provoca ferimentos na alma que, quando não curados, levam suas vítimas a agredir outras pessoas e a elas próprias. Nenhuma criança deve ser vítima da violência. Toda criança tem o direito de ser protegida dela e de ter prioridade no uso dos recursos da sua nação.

A hora de fazer com que seus direitos sejam respeitados é agora."

Senadora Landon Pearson, Diretora do Centro de Recursos Landon Pearson para o Estudo da Infância e dos Direitos da Criança. Universidade de Carleton, Canadá

**TABELA 1.1** - Conseqüências agudas e de longo prazo da violência contra a criança

---

### **Conseqüências para a saúde física**

---

Lesões abdominais e torácicas  
Lesões cerebrais  
Contusões e marcas  
Marcas de queimadura  
Lesões no Sistema Nervoso Central  
Fraturas  
Lacerações e abrasões  
Lesões nos olhos  
Deficiências

---

### **Conseqüências sexuais e reprodutivas**

---

Problemas de saúde reprodutiva  
Disfunção sexual  
Doenças sexualmente transmissíveis, inclusive HIV/AIDS  
Gravidez indesejada

---

### **Conseqüências psicológicas**

---

Consumo de álcool e drogas  
Problemas cognitivos  
Comportamentos criminosos, violentos e de alto risco  
Depressão e ansiedade  
Atrasos de desenvolvimento  
Perda de apetite e problemas de sono  
Sentimentos de vergonha e culpa

---

**TABELA 1.1** - Conseqüências agudas e de longo prazo da violência contra a criança

---

Hiperatividade

Relacionamentos pessoais inadequados

Baixo desempenho escolar

Baixa auto-estima

Transtorno de estresse pós-traumático

Transtornos psicossomáticos

Comportamentos suicidas e autodestrutivos

---

**Outras conseqüências de longo prazo para a saúde**

---

Câncer

Doença crônica pulmonar

Problemas intestinais

Doenças cardíacas

Doenças hepáticas

Problemas de saúde reprodutiva, como infertilidade

---

**Conseqüências financeiras**

---

<i>Custos imediatos:</i>	tratamento, consultas hospitalares e médicas e outros serviços de saúde.
<i>Custos indiretos:</i>	perda de produtividade, deficiência, baixa qualidade de vida e morte prematura.
<i>Custos arcados pelo sistema de justiça criminal e outras instituições:</i>	gastos com a detenção e processos judiciais contra agressores. Custos para organizações de assistência social, custos associados a lares adotivos, aos sistemas educacionais e custos para empregadores provocados por uma taxa mais alta de ausência e pela baixa produtividade.

*Fonte: Runyan D et al. (2002). Abuso e Negligência de Crianças por Pais e outros Cuidadores. IN: Krug EG et al. (Eds). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp. 59-86.*

---

## PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES

Os esforços para prevenir e combater a violência contra a criança devem envolver múltiplas abordagens e estar afinados com a forma de violência cometida, o ambiente e o agressor ou agressores. Independentemente das medidas adotadas, os interesses da criança devem ter sempre a devida prioridade.

O estudo elaborado para a Assembleia Geral das Nações Unidas identificou alguns aspectos principais que foram mencionados em suas considerações:

- Nenhuma forma de violência contra a criança é justificável. As crianças nunca devem receber menos proteção do que os adultos;
- Toda forma de violência contra a criança é prevenível. Os Estados devem investir em políticas baseadas em evidências concretas e em programas focados nos fatores que geram violência contra a criança;
- Os Estados são os principais responsáveis por defender e garantir os direitos das crianças a proteção e seu acesso a serviços e por apoiar suas famílias para que possam cuidar adequadamente delas em um ambiente seguro;
- Os Estados têm a obrigação de punir os responsáveis por qualquer ato de violência;
- A vulnerabilidade das crianças à violência pode também ser determinada por sua idade e capacidade de evoluir. Em decorrência do seu gênero, raça, origem étnica, deficiência ou condição social, algumas crianças são particularmente vulneráveis;

- As crianças têm o direito de expressar seus pontos de vista e de participar do planejamento e implementação de políticas e programas.

O Estudo desenvolveu recomendações gerais e específicas que foram incluídas no seu Relatório apresentado à Assembleia Geral. As recomendações gerais indicam medidas que todos os Estados devem adotar para garantir uma prevenção efetiva da violência contra a criança. Elas foram suplementadas por recomendações adicionais para ambientes específicos: o lar e a família, as escolas, sistemas assistenciais e de justiça, locais onde crianças trabalham legal ou ilegalmente e a comunidade. Essas recomendações podem ser encontradas nas conclusões dos capítulos 3 a 7.

As recomendações apresentadas aqui são dirigidas principalmente para os governos e dizem respeito às suas funções legislativas, administrativas, judiciais, de formulação de políticas, de prestação de serviços e institucionais. Algumas recomendações dizem mais respeito a outros parceiros e setores da sociedade, como organizações da sociedade civil, que têm um papel crucial a desempenhar nesse contexto.

## RECOMENDAÇÕES GERAIS

### 1. O senso de compromisso e medidas em nível nacional e local devem ser fortalecidos

*Recomendo que todos os Estados desenvolvam uma estrutura sistemática e multifacetada para combater a violência con-*

*tra a criança integrada ao planejamento nacional. Uma estratégia, política ou plano de ação deve ser desenvolvido em nível nacional para combater a violência contra a criança com base em metas realistas e com prazos bem determinados, sob a responsabilidade de um órgão coordenador com a capacidade necessária para envolver diversos setores em uma estratégia abrangente de implementação. Leis, políticas, planos e programas nacionais devem estar plenamente afinados com a necessidade de se garantir respeito aos direitos humanos internacionais e com os conhecimentos científicos disponíveis. A implementação da estratégia, política ou plano nacional deve ser sistematicamente avaliada à luz das metas e prazos definidos. Ela deve também ser apoiada por recursos humanos e financeiros adequados para garantir sua efetiva implementação.*

Uma estrutura integrada e sistemática para combater a violência contra a criança deve incluir medidas de prevenção da violência em todas as situações, de assistência a crianças vitimadas por ela e de reabilitação, sensibilização e capacitação, além de pesquisas e coletas de dados.

## **2. Toda violência contra a criança deve ser proibida**

*Recomendo veementemente que os Estados tomem as medidas necessárias para garantir que nenhuma pessoa abaixo de 18 anos fique sujeita à pena de morte ou seja sentenciada a prisão perpétua. Recomendo que*

*os Estados suspendam imediatamente todas as penas de morte impostas a pessoas que cometeram um crime antes de completarem 18 anos e que tomem medidas legais adequadas para harmonizar essas penas com as normas internacionais dos direitos humanos. A pena de morte deve ser abolida para pessoas que cometeram um crime antes dos 18 anos como uma questão de altíssima prioridade.*

*Recomendo veementemente que os Estados proibam todas as formas de violência contra a criança em qualquer circunstância, inclusive castigos corporais, práticas tradicionais prejudiciais, como casamentos precoces e forçados, mutilação genital feminina e os chamados crimes de honra, violência sexual, tortura e outros castigos e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, como previsto em tratados internacionais como a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Convenção sobre os Direitos da Criança. Chamo a atenção para o Comentário Geral no. 8 (2006) do Comitê sobre os Direitos da Criança sobre o direito da criança de ser protegida contra castigos corporais e outras formas cruéis e degradantes de punição (Artigos 19.28, parágrafo 2 e 37, inter alia) (CRC/C/GC/8).*

O primeiro propósito de uma clara proibição da violência é educacional - enviar uma mensagem clara para todas as sociedades de que qualquer

forma de violência contra a crianças é inaceitável e ilegal, visando reforçar regras sociais positivas e não violentas. A impunidade de pessoas que cometem atos de violência contra a crianças não deve ser aceita, mas deve-se tomar cuidado para que suas vítimas não sofram ainda mais com imposições insensíveis da lei. Processos e intervenções formais, principalmente dentro das famílias, só devem ser aplicados quando necessários para proteger uma criança de um grande perigo e quando satisfizerem seus melhores interesses. Devem ser aplicadas sanções judiciais fortes e exequíveis para coibir a violência contra a criança.

### 3. A prevenção deve ser priorizada

*Recomendo que os Estados priorizem a prevenção da violência contra a criança atacando suas causas subjacentes. Além de alocar recursos para intervenções após a ocorrência de atos de violência, é essencial que os Estados aloquem recursos adequados para eliminar fatores de risco e prevenir a violência antes que ela ocorra. Suas políticas e programas devem considerar fatores imediatos de risco, como a falta de laços afetivos entre pais e filhos, a desestruturação familiar, o consumo de álcool ou drogas e o acesso a armas de um modo geral. Em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os esforços devem concentrar-se no desenvolvimento de políticas econômicas e sociais que abordem a pobreza, a questão de gênero e outras formas de desigualdade, diferenças de renda, desemprego, superpopulação urbana e outros fatores que minam a sociedade.*

A prevenção pode assumir diversas formas, inclusive as estabelecidas em outras recomendações gerais: o desenvolvimento de uma estrutura política e jurídica que proíba qualquer forma de violência; a contestação de regras sociais que toleram a violência e a capacitação de pessoas que trabalham com crianças e famílias visando promover ambientes de não violência.

### 4. Valores não violentos e medidas de conscientização devem ser promovidos

*Recomendo que os Estados e a sociedade civil se esforcem para transformar atitudes que levam pessoas a fazer vista grossa à violência contra a criança ou que a banalizem, como atitudes discriminatórias, funções estereotipadas de gênero, aceitação de castigos corporais e outras práticas tradicionais prejudiciais. Os Estados devem tomar as medidas necessárias para que os direitos da criança sejam adequadamente divulgados e compreendidos, inclusive pelas crianças. Campanhas de informação pública devem ser usadas para conscientizar o público sobre os efeitos prejudiciais da violência para crianças. Os Estados devem estimular os meios de comunicação de massa a promover valores não violentos e implementar diretrizes para garantir pleno respeito pelos direitos da criança em todas as notícias e matérias que divulgam.*

Ambientes positivos e não violentos devem ser criados para as crianças - com a sua participação - nos lares, nas escolas, em outras instituições e nas comunidades por meio de medidas como

"Quer a violência contra a criança ocorra na família, na escola, na comunidade, em alguma instituição ou em locais de trabalho, os agentes de saúde representam a linha de frente das ações para combatê-la. Devemos oferecer a nossa contribuição para impedir que essa violência ocorra em primeiro lugar e, se ela ocorrer, para que as crianças possam ter à sua disposição os melhores serviços possíveis para reduzir seus efeitos negativos."

Anders Nordström, Diretor-Geral em Exercício, OMS

1

ações educacionais desenvolvidas para pais e para o público em geral, campanhas de advocacy e ações de capacitação. Atitudes sociais e culturais que desrespeitam os direitos humanos devem ser abordadas com sensibilidade, em função do apego das pessoas às suas tradições.

#### **5. As capacidades de todas as pessoas que trabalham com e em prol das crianças devem ser desenvolvidas**

*Recomendo que as capacidades de todas as pessoas que trabalham com e em prol de crianças sejam desenvolvidas, contribuindo, assim, para eliminar qualquer forma de violência contra elas. É importante oferecer um treinamento inicial e em serviço a elas para transmitir conhecimentos e um senso de respeito pelos direitos da criança. Os Estados devem investir em programas sistemáticos de educação e capacitação tanto para profissionais como para leigos que trabalham com ou em prol de crianças e famílias visando prevenir, detectar e combater a violência contra a criança. Devem ser formulados e implementados códigos de conduta e normas claras de procedimentos que incorporem a proibição e a rejeição de todas as formas de violência.*

Embora muitos serviços contribuam para prevenir a violência contra a criança, todos eles devem considerar maneiras de maximizar seu potencial de prevenção por meio de medidas como capacitações específicas para todas as pessoas que trabalham com crianças. Para garantir a disponibilidade de equipes altamente funcionais e

serviços de alta qualidade para as crianças, é necessário oferecer um apoio sistemático e de longo prazo em todos os níveis por meio de cursos de treinamento prévio e em serviço.

#### **6. Serviços de recuperação e reintegração social devem ser disponibilizados**

*Recomendo que os Estados disponibilizem serviços sociais e de saúde acessíveis, sensíveis às necessidades das crianças e universais, entre os quais serviços pré-hospitalares e de emergência e de assistência jurídica a crianças e, se for o caso, às suas famílias, quando atos de violência forem detectados ou revelados em seu meio. Os serviços prestados pelos sistemas de saúde, de assistência social e de justiça devem ser estruturados para satisfazer as necessidades especiais das crianças.*

A violência contra a criança pode provocar sérios problemas sociais e de saúde que são onerosos tanto para indivíduos como para a sociedade. Para minimizar essas conseqüências da violência, diversos serviços de tratamento e apoio serão necessários. Serviços de reabilitação e reintegração também podem ajudar a diminuir o risco de que crianças vítimas de violência mantenham seu ciclo.

#### **7. A participação das crianças deve ser garantida**

*Recomendo que os Estados se envolvam ativamente com crianças e respeitem seus pontos de vista em todos os aspectos de suas*

*ações de prevenção, combate e monitoramento da violência contra elas, levando em consideração o disposto no Artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança. Organizações de crianças e iniciativas lideradas por crianças contra a violência, orientadas por seus melhores interesses, devem ser apoiadas e estimuladas.*

A CDC prevê o direito das crianças de expressar livremente suas opiniões em relação a todos os temas que as afetam e que essas opiniões sejam devidamente consideradas. As opiniões e expectativas das crianças devem ser levadas em consideração para melhorar medidas de prevenção e outras intervenções concebidas para pôr fim à violência contra elas. As crianças - atuando voluntariamente e com salvaguardas éticas adequadas - podem contribuir muito para descrever o problema da violência que sofrem e melhorar o desenho de serviços e outras intervenções nas quais elas possam confiar e usar. A obrigação de averiguar e considerar seriamente os pontos de vista das crianças deve ser integrada à estrutura jurídica de proteção da criança e influir na capacitação de pessoas que trabalham com crianças e suas famílias. Crianças vítimas de violência não devem ser vistas apenas como objeto de preocupação; elas devem também tratadas como indivíduos com direitos e opiniões próprias. As crianças sempre devem ser escutadas e levadas a sério.

#### **8. Serviços e sistemas de denúncia acessíveis e "amigos da criança" devem ser criados**

*Recomendo que os Estados estabeleçam mecanismos seguros, bem divulgados,*

*confidenciais e acessíveis para crianças, seus representantes e outras pessoas denunciarem atos de violência contra a crianças. Todas as crianças, inclusive as institucionalizadas para fins assistenciais e correccionais, devem ser informadas a respeito da existência desses mecanismos de denúncia. Devem ser estabelecidos mecanismos como disque-denúncias que permitam às crianças denunciar atos de violência, conversar com um orientador devidamente capacitado e solicitar apoio e orientação. Além disso, devem ser considerados outros mecanismos por meio dos quais atos de violência possam ser denunciados usando novas tecnologias.*

Estudos retrospectivos nos quais jovens adultos foram solicitados a relatar suas experiências na infância revelam que a maioria das crianças que sofreram violência não contou a ninguém e não procurou serviços de proteção da criança na sua infância, mesmo em Estados que dispõem de serviços altamente desenvolvidos. As razões para esse fato incluem não saber onde buscar ajuda, falta de serviços, falta de confiança nos serviços ou, em alguns casos, medo de retaliação do agressor.

Em muitos países, alguns grupos profissionais têm a obrigação legal de denunciar qualquer suspeita de violência contra a crianças. Em alguns países, o público em geral tem a mesma obrigação legal. O Estudo colheu diferentes opiniões em relação a sistemas de denúncia obrigatória. É essencial que cada governo reavalie seus sistemas de denúncia e envolva nes-

se processo crianças e jovens adultos que tiveram uma experiência recente com serviços de proteção à criança.

Em todas as localidades e ambientes nas quais crianças estejam presentes, serviços bem divulgados e facilmente acessíveis devem estar disponíveis para investigar denúncias ou indícios de violência contra elas. As crianças devem também ter acesso a serviços por meio dos quais possam conversar confidencialmente sobre qualquer coisa que as esteja preocupando ou machucando. A disponibilização de serviços confidenciais para crianças - serviços que garantem que suas informações não serão relatadas a outras pessoas e que nenhuma medida será tomada sem o consentimento da criança, a menos que ela esteja sob risco imediato de morte ou em sério perigo - é um tema controvertido em muitos países. Disponibilizar serviços confidenciais às crianças, inclusive às mais vulneráveis à violência, representa um questionamento de conceitos ultrapassados com base nos quais alguns pais se consideram "donos" de seus filhos. No entanto, o que sabemos sobre a violência no seio da família exige que as crianças tenham respeitado o direito de procurar aconselhamento e ajuda confidencialmente.

## **9. Medidas para punir agressores efetivamente e acabar com a impunidade devem ser tomadas**

*Recomendo que os Estados estimulem a confiança da comunidade em seu sistema de justiça processando todas as pessoas que cometerem atos de violência contra a cri-*

*anças e aplicando sanções criminais, civis, administrativas e profissionais adequadas a elas. Pessoas condenadas por delitos violentos e abuso sexual de crianças não devem ter permissão para trabalhar com elas.*

Os governos devem desenvolver procedimentos sensíveis às necessidades da criança para investigar casos de violência contra elas que não as sujeitem a repetidas entrevistas e exames. Os processos judiciais devem garantir um tratamento adequado a testemunhas infantis e não as sujeitar a longas sessões de depoimentos, garantindo, também, sua privacidade. O estresse de processos judiciais pode ser reduzido usando-se equipamentos de vídeo para apresentar provas, telas de projeção em tribunais e programas de preparação de testemunhas e disponibilizando-se um apoio jurídico "amigo da criança".

Quando pais ou outros membros da família forem os agressores, as decisões sobre intervenções e procedimentos formais devem ser tomadas levando em consideração os melhores interesses da criança. Se o agressor for uma outra criança, medidas de reabilitação devem ser priorizadas, juntamente como medidas para proteger a criança que sofreu o ato de violência.

O risco de reincidência de indivíduos que cometeram atos de violência contra uma criança deve ser minimizado por meio de um tratamento adequado. Os governos devem ser estimulados a rever a situação de agressores que estão cumprindo penas para determinar se sua pena ou tratamento está efetivamente minimizando o risco de reincidência ou não e emitir reco-

mendações adequadas para sentenças e tratamentos futuros com esse fim em vista.

#### **10. A dimensão de gênero da violência contra a criança deve ser abordada**

**Recomendo que os Estados tomem as medidas necessárias para garantir que suas políticas e programas de combate à violência sejam estruturadas e implementadas a partir de uma perspectiva de gênero, levando em consideração os diferentes riscos enfrentados por meninas e meninos no que diz respeito à violência. Os Estados devem promover e garantir os direitos humanos de mulheres e meninas e abordar todas as formas de discriminação de gênero como parte de uma estratégia abrangente de prevenção da violência.**

Meninas e meninos estão sujeitos a riscos diferentes de sofrer diferentes formas de violência em diferentes situações. Todas as pesquisas sobre violência contra a criança e sobre estratégias de prevenção e combate a ela devem ser desenvolvidas considerando a questão de gênero. Particularmente, o Estudo detectou a necessidade de homens e meninos assumirem papéis ativos e liderarem esforços para eliminar a violência.

#### **11. Pesquisas e coletas de dados sistemáticas devem ser desenvolvidas e levadas a cabo em nível nacional**

***Recomendo aos Estados que melhorem seus sistemas de coleta de dados e de informação para identificar subgrupos vulneráveis, produzir insumos para a formulação de políti-***

***cas e programas em todos os níveis e monitorar o progresso alcançado na consecução do objetivo de prevenir a violência contra a criança. Os Estados devem usar indicadores nacionais baseados em normas acordadas internacionalmente e garantir que dados sejam compilados, analisados e divulgados com vistas a monitorar o progresso alcançado ao longo do tempo. Se ainda não tiverem sido estabelecidos, sistemas nacionais de registro de nascimentos, óbitos e casamentos devem ser criados e mantidos. Os Estados devem também gerar e manter dados sobre crianças que não estão sendo criadas por seus pais e sobre crianças mantidas em instituições correccionais. Esses dados devem ser desagregados por gênero, idade, área urbana/rural, características familiares e domiciliares, educação e etnia. Os Estados devem também desenvolver uma agenda nacional de pesquisas sobre a violência contra a criança envolvendo os diversos ambientes nos quais a violência ocorre, que devem incluir entrevistas com crianças e seus pais e uma atenção especial a grupos vulneráveis de meninas e meninos.***

O desenvolvimento de uma agenda nacional de pesquisas sobre a violência contra a criança em diferentes ambientes é crucial para o desenvolvimento de conhecimentos adequados e de melhores programas. Esses planos devem envolver crianças, pais, prestadores de serviços e outras pessoas e usar diversos métodos, como entrevistas, melhores sistemas de denúncia e registro, investigações e levantamentos regulares, prestando atenção, particularmente, em grupos vulneráveis de meninas e meninos.

Nenhum país pode ser complacente com a violência contra a criança e são necessárias mais pesquisas sobre sua prevalência e causas e sobre medidas de prevenção em todos os lugares. Nossa capacidade de determinar a magnitude, características e tendências de diversas formas de violência contra a criança é limitada, mesmo em países industrializados. Todos os países devem aumentar sua capacidade de monitorar óbitos, lesões e comportamentos associados à violência contra a criança para determinar se o problema está diminuindo ou aumentando e definir diferentes estratégias para preveni-lo. São necessárias normas internacionalmente aceitas e uniformes para coletar dados sobre a violência contra a criança para melhorar sua comparabilidade e garantir salvaguardas éticas adequadas.

Embora tenham sido observados alguns avanços na identificação de estratégias para prevenir algumas formas de violência contra a criança em alguns países, ainda são necessárias mais pesquisas para identificar e avaliar políticas e programas adequados e eficazes para prevenir todas as formas de violência contra a criança, especialmente contra meninas e meninos vulneráveis.

## **12. O compromisso internacional deve ser reforçado**

*Recomendo que todos os Estados ratifiquem e implementem a Convenção sobre os Direitos da Criança e seus dois Protocolos Opcionais sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados e na venda de crianças, prostituição e pornografia infantis. Qualquer restrição que seja in-*

*compatível com o objeto e propósito da Convenção e de seus Protocolos Opcionais deve ser eliminada em conformidade com a Declaração de Viena e Plano de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993. Os Estados devem ratificar todos os instrumentos internacionais e regionais sobre direitos humanos relevantes que ofereçam proteção a crianças, entre os quais a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seus Protocolos Opcionais; o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional; a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres e seus Protocolos Opcionais; as Convenções da OIT no. 138 sobre a Idade Mínima para Admissão no Emprego e no. 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil; e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e o Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, que suplementa a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Os Estados devem implementar todas as suas obrigações legais internacionais e fortalecer sua cooperação com os organismos dos tratados.*

*Recomendo que os Estados ajam em conformidade com seus compromissos de prevenção da violência assumidos na Sessão Especial da Assembléia das Nações Unidas sobre a Criança e no contexto da resolução da Assembléia da Organização*

*Mundial da Saúde sobre a implementação das recomendações do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde<sup>30</sup> e outras resoluções regionais de saúde pública que reforçam essa resolução.*

## IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O Relatório do Estudo apresentado à Assembleia Geral enfatizou que os governos são os principais responsáveis pela implementação destas recomendações. No entanto, a participação de outros atores nos âmbitos nacional, internacional e regional é essencial para ajudar os governos a cumprir seus compromissos. Esses atores incluem organismos das Nações Unidas, organizações da sociedade civil, inclusive instituições nacionais de direitos humanos, organizações de classe como associações de médicos e enfermeiros, por exemplo, associações comunitárias, educadores, pais e crianças. As estratégias-chave para a implementação das recomendações estão descritas abaixo.

### ÂMBITO NACIONAL E REGIONAL

O Estudo enfocou, acima de tudo, a necessidade de se melhorar a implementação de ações nacionais em prol de meninas e meninos. Para esse fim, o Relatório da Assembleia Geral das Nações Unidas enfatiza a urgência de ações em nível nacional e estabelece metas a serem alcançadas pelos governos:

- A meta de integrar medidas de prevenção e combate à violência contra a criança a pro-

cessos nacionais de planejamento deve ser alcançada até 2007 e ela deve incluir a identificação de um ponto focal, de preferência em nível ministerial.

- A meta de proibir todas as formas de violência contra a criança por lei e de iniciar um processo para desenvolver um sistema de coleta de dados confiáveis deve ser alcançada até 2009.

O relatório também insta os governos a fornecer informações sobre a implementação das recomendações do Estudo nos relatórios que elaboram periodicamente para o Comitê dos Direitos da Criança.

Organizações internacionais devem estimular e apoiar governos no processo de implementar estas recomendações. Instituições financeiras internacionais devem rever suas políticas e atividades, levando em consideração o impacto que podem ter sobre as crianças. As equipes das Nações Unidas nos países devem adotar medidas para combater a violência contra a criança no marco de estratégias de redução da pobreza, avaliações nacionais coordenadas e estruturas de assistência ao desenvolvimento.

Os Governos devem considerar a possibilidade de designar um ombudsman ou comissário para os direitos das crianças - em conformidade com os Princípios de Paris.<sup>31</sup> Trabalhando em regime de estreita cooperação com outros organismos preocupados e interessados em questões de saúde pública e proteção infantil, essas instituições independentes devem ter um mandato claro para monitorar os direitos das crianças em

nível regional, nacional e internacional. Elas devem também, onde necessário, ter a competência de receber e investigar denúncias de violações de direitos das crianças apresentadas pela população, inclusive por crianças.

À luz das contribuições de organizações regionais para o Estudo, entidades regionais devem ser envolvidas na implementação e acompanhamento de suas recomendações. O desenvolvimento de mais mecanismos regionais deve ser estimulado como um elemento importante da estrutura geral de acompanhamento. Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos também devem ser estabelecidos para monitorar a implementação das recomendações do Estudo.

## ÂMBITO INTERNACIONAL

Em vista da importância da coordenação multissetorial no combate à violência contra a criança, o Relatório do Estudo propôs que os governos designem um Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência contra a Criança. O Representante Especial deve atuar como um defensor global de alto nível de medidas concebidas para promover a prevenção e a eliminação de todas as formas de violência contra a criança, estimular a cooperação internacional e regional e garantir um acompanhamento e monitoramento adequados das recomendações do Estudo.

O Representante Especial deve divulgar e promover as recomendações do Estudo em dife-

rentes fóruns regionais, nacionais e internacionais e apresentar um relatório ao Conselho dos Direitos Humanos e à Assembléia Geral periodicamente. Além disso, recomenda-se que seja apresentado um relatório sobre a implementação das recomendações do Estudo na sexagésima quinta sessão da Assembléia Geral, em 2010.

O Representante Especial deve trabalhar em regime de estreita colaboração com o Comitê dos Direitos da Criança, com o Representante Especial do Secretário-Geral para crianças envolvidas em conflitos armados, com o Representante Especial para a venda de crianças e a prostituição e pornografia infantis e com o Representante Especial para a violência contra a mulher e o tráfico de pessoas, mas não deve duplicar o trabalho desses representantes. Ele deve colaborar com sistemas de proteção de direitos humanos regionais e com todas as demais iniciativas regionais e nacionais de acompanhamento.

Recomenda-se que o Representante Especial tenha um mandato inicial de quatro anos. Aproveitando os resultados positivos da colaboração entre agências no âmbito do Estudo, ele deve ser apoiado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, pelo UNICEF e pela OMS. O Grupo Inter-Agências das Nações Unidas sobre violência contra a criança, com representação de ONGs e crianças, também deve apoiar esse acompanhamento.

## REFERÊNCIAS

- 1 Krug EG et al (Eds) (2002). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 2 Krug EG et al (Eds.) (2002). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pág. 5.
- 3 Shonkoff JP, Phillips DA (Eds) (2000). From Neurons to Neighbourhoods: The Science of Early Childhood Development. Washington DC, Editora National Academy Press.
- 4 Krug EG et al (Eds) (2002). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 5 Ten Benseel RW, Rheinberger MM, Radbill SX (1997). Children in a World of Violence: The Roots of Child Maltreatment. In: Helfer M et al (Eds). The Battered Child. Chicago, Editora da Universidade de Chicago, págs. 3 a 28.
- 6 Secretário-Geral das Nações Unidas (2006). Report of the Independent Expert for the United Nations Study on Violence against Children. Promotion and protection of the rights of children. Assembléia Geral das Nações Unidas, Sexagésima Primeira Sessão. A/61/299.
- 7 Reza A et al (2001). Epidemiology of Violent Deaths in the World. *Injury Prevention*, 7: 104-111.
- 8 Krug E et al (Eds) (2002). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 9 Iniciativa Global para Acabar com todo Castigo Corporal contra Crianças (2006). Global Summary of the Legal Status of Corporal Punishment of Children. 28 de junho de 2006.
- 10 Todas as respostas estão disponíveis em: <http://www.ohchr.org/english/bodies/crc/study.htm>. Até 20 de setembro de 2006, 135 Estados Membros e um Observador haviam apresentado respostas.
- 11 A lista das informações apresentadas está disponível no site do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança: <http://www.violenciestudy.org>.
- 12 Aliança Internacional Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Documento global apresentado pela Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral sobre Violência Contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 13 Bruce J (2002). Married Adolescents Girls: Human Rights, Health and Development Needs of a Neglected Majority. Documento apresentado pelo Conselho de População no Evento de Apoio Early Marriage in a Human Rights Context, Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Criança, 8 a 10 de maio de 2002.
- 14 OMS (2006). Global Estimates of Health Consequences Due to Violence against Children. Documento Informativo para o Estudo do Secretário-Geral sobre Violência contra a Criança. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 15 Análise apresentada ao Estudo pela Global Schoolbased Student Health Survey: Organização Mundial da Saúde (<http://www.who.int/chp/gshs> ou <http://www.cdc.gov/gshs>) sobre pesquisas realizadas entre 2003 e 2005 para Botsuana, Chile (área metropolitana), China (Pequim), Guiana, Jordânia, Quênia, Líbano, Namíbia, Omã, Filipinas, Suazilândia, Uganda, Emirados Árabes Unidos, Venezuela (Lara), Zâmbia e Zimbábue (Harare).
- 16 Currie C et al (2004). Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) Study: International Report from the 2001/2002 Survey. Health Policy for Children and Adolescents, No 4. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 17 OMS (2006). Global Estimates of Health Consequences Due to Violence against Children. Documento Informativo para o Estudo do Secretário-Geral sobre Violência contra a Criança. Genebra, Organização Mundial da Saúde, baseado em estimativas desenvolvidas por Andrews G et al (2004). Child Sexual Abuse. Ch. 23 in Ezzati M et al (2004). Comparative Quantification of Health Risks: Global and Regional Burden of Disease Attributable to Selected Major Risk Factors, Vol 2. Genebra, Organização Mundial da Saúde, págs. 1851-1940, e utilizando dados da Divisão de População das Nações Unidas para a população abaixo de 18 anos.
- 18 UNICEF (2005). Changing a Harmful Social Convention: Female Genital Mutilation/Cutting. Innocenti Digest. Florence, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.

- 19 OIT (2006). *The End of Child Labour: Within Reach. Global Report*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho
- 20 OIT (2002). *A Future Without Child Labour. Global Report*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 21 Iniciativa Global para Acabar com todo Castigo Corporal contra Crianças (2006). *Global Summary of the Legal Status of Corporal Punishment of Children*. 28 de junho de 2006.
- 22 OMS (2006). *Global Estimates of Health Consequences Due to Violence against Children. Documento Informativo para o Estudo do Secretário-Geral sobre Violência contra a Criança*. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 23 Runyan D et al (2002). *Child Abuse and Neglect by Parents and Other Caregivers*. In: Krug EG et al (Eds). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 59-86.
- 24 Perry BD (2001). *The Neurodevelopmental Impact of Violence in Childhood*. In: Schetky D, Benedek EP (Eds). *Textbook of Child and Adolescent Forensic Psychiatry*. Washington DC, Editora American Psychiatric Press, págs. 221-238.
- 25 Felitti VJ et al (1998). *Relationship of Childhood Abuse and Household Dysfunction to Many of the Leading Causes of Death in Adults. The Adverse Childhood Experiences (ACE) Estudo*. *American Journal of Preventive Medicine* 14: 245-258.
- 26 Centro para o Controle e Prevenção de Doenças (2006). *Adverse Childhood Experiences Study*. Atlanta, GA, National Centers for Injury Prevention and Control, Centro para o Controle e Prevenção de Doenças. Disponível em: <http://www.cdc.gov/NCCDPHP/ACE>.
- 27 Centro para o Controle e Prevenção de Doenças (2006). *Adverse Childhood Experiences Study*. Atlanta, GA, National Centers for Injury Prevention and Control, Centro para o Controle e Prevenção de Doenças. Disponível em: <http://www.cdc.gov/NCCDPHP/ACE>.
- 28 Panel on Research on Child Abuse and Neglect, Commission on Behavioral and Social Sciences and Education, National Research Council (1999). *Understanding Child Abuse and Neglect*. Washington DC, Editora National Academy Press.
- 29 Fromm S (2001). *Total Estimates of the Cost of Child Abuse and Neglect in the United States - Statistical Evidence*. Chicago (IL), Prevent Child Abuse America (PCAA). Citado em: 14 de agosto de 2006. Disponível em: [http://www.preventchildabuse.org/learn\\_more/research\\_docs/cost\\_analysis.pdf](http://www.preventchildabuse.org/learn_more/research_docs/cost_analysis.pdf).
- 30 OMS (2003). *Implementing the Recommendations of the World Report on Violence and Health. Relatório sobre a Assembléia Mundial de Saúde, WHA56.24, Quinquagésima Sexta Assembléia Mundial da Saúde*. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 31 Nações Unidas (1993). *Principles Relating to the Status and Functioning of National Institutions for Protection and Promotion of Human Rights*. Disponível em: <http://www.unhchr.ch/html/menu6/2/fs19.htm#annex>. Essas recomendações foram endossadas pela Assembléia Geral em sua resolução A/RES/48/134, de 20 de dezembro de 1993.

## CITAÇÕES

- I Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Consultation Outcome Report: South Asia*, pág. 3. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- II Comissário para os Direitos Humanos (2006). *Children and corporal punishment: The right not to be hit, also a children's right*. Issue paper 2006/1. 6 de junho de 2006. Estrasburgo, Conselho da Europa.
- III Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: South Asia*, p 23. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- IV Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Consultation Outcome Report: Eastern and Southern Africa*, p 18. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- V Conselho da Europa (2006). *Conferência de lançamento em Mônaco da iniciativa Building an Europe for and with Children*, 4 a 5 de abril de 2006. Disponível em: [http://www.coe.int/t/transversalprojects/children/events/monacoLaunch\\_en.asp](http://www.coe.int/t/transversalprojects/children/events/monacoLaunch_en.asp)
- VI Conselho da Europa (2006). *Conferência de lançamento em Mônaco da iniciativa Building a Europe for and with Children*, 4 a 5 April 2006. Disponível em: [http://www.coe.int/t/transversalprojects/children/events/monacoLaunch\\_en.asp](http://www.coe.int/t/transversalprojects/children/events/monacoLaunch_en.asp)



*HAITI, 2005, Meninas no pátio de concreto da penitenciária feminina de Pétienville, subúrbio de Porto Príncipe.*



## A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E A LEI E NORMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

---

<b>Introdução</b>	<b>33</b>
<b>A Convenção sobre os Direitos da Criança</b>	<b>34</b>
<b>Direito Criminal, Humanitário, de Refugiados e Trabalhista Internacional</b>	<b>39</b>
<b>Sistemas Regionais de Direitos Humanos</b>	<b>40</b>
<b>Instrumentos não Obrigatórios</b>	<b>41</b>
<b>Referências</b>	<b>44</b>

---



"Gostaria que uma coalizão de associações e organizações internacionais fosse estabelecida na maior rapidez possível para incentivar e apoiar governos que assumem o compromisso de adotar medidas específicas para impedir que crimes mais sérios contra crianças não fiquem impunes - medidas como a ampliação dos prazos para processar pessoas por esses delitos ou a eliminação de sua caducidade, a promoção de uma maior cooperação judicial ou a adoção de uma legislação modelo ou estrutural para fortalecer ações contra o tráfico de crianças, inclusive o tráfico promovido com a ajuda da Internet."

Sua Alteza Real a Princesa Caroline de Hanover, abril de 2006 I

2

## INTRODUÇÃO

Todas as crianças têm direito de ter sua integridade física e pessoal respeitada e de ser protegidas contra todos os tipos de violência. Como seres humanos, as crianças têm o direito de gozar todos os direitos garantidos pelos diversos tratados de direitos humanos gerados a partir da Declaração Universal de Direitos Humanos.<sup>1</sup> Elas também têm direito à proteção prevista em instrumentos legais internacionais relacionados ao direito criminal, humanitário e trabalhista internacional.\*

Desde que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada, em 1948, como a primeira declaração oficial - mas não legalmente obrigatória - dos direitos humanos, mais de sessenta tratados sobre questões relacionadas à escravidão, à administração da justiça, à condição dos refugiados e de grupos minoritários e aos direitos humanos foram elaborados. Todos eles baseiam-se nos conceitos da não-discriminação, da igualdade e do reconhecimento da dignidade de todos os indivíduos, como previsto na Declaração Universal, e cada um deles explicita que os direitos que prevêem devem ser gozados por todos, inclusive por crianças, em pé de igualdade.

As crianças, portanto, são titulares dos direitos e procedimentos previstos na Carta Internacional dos Direitos Humanos, que consiste no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e no Pacto Internacional dos

Direitos Civis e Políticos. Elas também são titulares dos direitos e mecanismos de proteção previstos em tratados específicos, inclusive nos que contemplam a eliminação da discriminação racial e contra mulheres, a prevenção da tortura e os direitos de trabalhadores migrantes e de membros de suas famílias. Esses instrumentos, que são legalmente obrigatórios para os Estados que os adotaram, incluem importantes disposições para a eliminação da violência contra a criança. Alguns tratados, particularmente os dois pactos internacionais mencionados acima, também incluem disposições sobre mecanismos específicos de proteção para crianças.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais inclui uma disposição segundo a qual as crianças devem ser protegidas da exploração econômica e social e que prevê a aplicação de sanções penais para pessoas ou empresas que empregam crianças em atividades prejudiciais à sua moral ou saúde ou que acarretam risco de vida para elas ou possam dificultar seu desenvolvimento. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos proíbe expressamente a imposição da pena de morte a crianças e adolescentes abaixo de 18 anos. Ele inclui também disposições sobre o tratamento adequado a ser dispensado a crianças acusadas e condenadas que exigem, particularmente, que elas sejam mantidas separadas de adultos réus e criminosos.

A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres é plenamente aplicável a meninas abaixo de 18 anos. O Artigo 16.2 da Convenção prevê que o casamento de uma criança não tem nenhum efei-

\* Mais informações sobre todos os instrumentos mencionados neste capítulo podem ser encontradas no endereço <http://www.ohchr.org>.

"Acredito realmente que não há nada mais importante do que a proteção da criança, porque ela está vinculada a todos os seus outros direitos, como o direito ao desenvolvimento, à sobrevivência e à participação. Para todos os países, o reconhecimento desse direito como primordial e a decisão de implementar programas e estabelecer instituições para garantir a proteção da criança representam um passo gigantesco na direção certa."

Srta. Loveleen Kacker, Secretária-Adjunta, Ministério de Desenvolvimento das Mulheres e das Crianças, Índia

to legal e que todas as medidas necessárias, inclusive medidas legislativas, devem ser tomadas pelos Estados para especificar uma idade mínima para o casamento e garantir seu registro num cartório oficial compulsoriamente.

A proteção prevista na lei internacional dos direitos humanos será ampliada com a finalização de tratados focados em crianças desaparecidas ou portadoras de deficiência que estão sendo elaborados. Disposições especificamente relacionadas aos direitos humanos de crianças portadoras de deficiência, que prevêm inclusive a obrigação dos Estados de combater a violência contra elas, foram incluídas na minuta da Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência que será apresentada à Assembleia Geral para adoção na sua sexagésima primeira sessão.

A implementação de cada um dos sete principais tratados de direitos humanos atualmente em vigor está sendo monitorada por um Comitê de Especialistas por meio de diversos procedimentos. A implementação desses instrumentos é avaliada pelo Comitê com base na apreciação de relatórios apresentados pelos Estados e após essa avaliação ele emite recomendações para outras ações necessárias. Quatro comitês têm poderes para considerar solicitações de indivíduos que alegam que seus direitos foram violados quando o Estado envolvido aceita esse procedimento. Dois comitês também têm poderes para investigar violações graves ou sistemáticas dos tratados quando o Estado em questão aceita esse procedimento. Procedimentos semelhantes estão previstos também nas minutas dos tratados sobre desaparecimentos e deficiências, enquanto o Protocolo Opcional no

âmbito da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes introduz um sistema de visitas a casas de detenção nos Estados-membros.

Todos os órgãos que aceitaram o tratado enfatizaram a obrigação dos Estados de tomar medidas específicas para eliminar e combater a violência contra a criança em suas observações e relatórios finais e em muitas de suas decisões sobre requerimentos. Vários órgãos do tratado também adotaram Comentários Gerais ou recomendações que enfatizam a obrigação dos Estados de combater a violência contra a criança. O Comentário Geral sobre o Direito à Educação apresentado pelo Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais indica que a aplicação de castigos corporais em ambientes educacionais é incompatível com o direito internacional e com a dignidade dos indivíduos. O Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher adotou uma recomendação geral sobre a obrigação dos Estados no âmbito da Convenção de impedir a mutilação genital feminina e de observar duas recomendações gerais sobre a violência de gênero contra a mulher.

## A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

Embora tratados internacionais de direitos humanos de caráter geral e outros acordos internacionais prevejam mecanismos de proteção para as crianças, a comunidade internacional reconheceu, nos estágios iniciais das atividades das Nações Unidas, a necessidade de se garantir uma proteção específica para os di-

"Ao ratificarem a Convenção (sobre os Direitos da Criança), os países ficam obrigados a adotar leis, políticas e programas para garantir que todas as crianças cresçam em um ambiente de amor e compreensão no qual elas não sintam medo ou experimentem privações, sejam protegidas da discriminação, da violência e da exploração e tenham todas as oportunidades para desenvolver o seu potencial plenamente. Adotando a Convenção, assumimos o compromisso de garantir que as oportunidades de uma pessoa na vida não sejam determinadas pelas circunstâncias do seu nascimento."

Marta Santos Pais, Conselho Editorial do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças

2

reitos das crianças. A Declaração dos Direitos da Criança da Assembleia Geral de 1959 estabeleceu dez princípios não obrigatórios concebidos para garantir salvaguardas especiais para as crianças.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que prevê normas legalmente obrigatórias, foi adotada pela Assembleia Geral em 1989. A CDC, que sinaliza claramente que as crianças são titulares de direitos humanos e reconhece sua personalidade jurídica diferenciada e suas capacidades em processo de formação, é o tratado de direitos humanos de mais ampla aceitação, uma vez que foi ratificado ou aderido por 192 Estados. Seus 42 artigos substantivos estabelecem direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais formulados para satisfazer as necessidades especiais da criança, que é definida na CDC como qualquer ser humano com menos de 18 anos de idade, exceto se, pela lei aplicável no país às crianças, a maioridade for conferida em idade inferior.<sup>2</sup>

A CDC estabelece um conjunto de princípios legais e normas detalhadas que devem reger todas as leis, políticas e práticas que afetem crianças. Eles incluem princípios de promoção da prevenção da violência e mecanismos para proteger crianças contra todos os tipos de violência.

Vários Artigos da CDC afirmam o direito da criança à integridade física e pessoal e estabelecem padrões elevados de proteção para ela. O Artigo 19 exige que os Estados partes da CDC tomem "todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para

proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a guarda dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela". A abrangência dessa obrigação foi enfatizada pelo Comitê dos Direitos da Criança.

O Comitê também destacou a exigência de que todas as formas de violência contra a criança devem ser proibidas, inclusive todas as formas de castigo corporal, ainda que brandas. O Comentário Geral no. 8 do Comitê sobre o Direito da Criança à Proteção contra Punição Corporal e Outras Formas Cruéis ou Degradantes de Punição, adotado em sua quadragésima segunda sessão, realizada em junho de 2006, salienta a obrigação de todos os Estados de tomarem medidas rapidamente para proibir e eliminar qualquer tipo de castigo corporal e outras formas cruéis ou degradantes de punição aplicadas a crianças, enfocando a necessidade de os Estados adotarem medidas legislativas e de promoverem campanhas de conscientização e educacionais.<sup>3</sup>

O Comentário Geral esclarece que o Comitê não rejeita o conceito positivo da disciplina e reconhece que a paternidade e os cuidados que as crianças necessitam, particularmente bebês e crianças de tenra idade, exigem constantes ações e intervenções físicas para protegê-las. O Comitê indica que esses cuidados são bem diferentes do uso deliberado e punitivo da força com o objetivo de provocar dor, desconforto ou humilhação em crianças em qualquer grau.

"Crianças são traídas diariamente pelo silêncio, pela omissão e pela impunidade. Professores que agrediram sexualmente alunos continuam a dar aulas. Policiais que torturaram crianças na frente de testemunhas não são afastados de suas funções. Funcionários de orfanatos que sujeitam crianças a níveis chocantes de crueldade e negligência não sofrem nenhuma consequência. Muito frequentemente, crianças são vitimizadas duas vezes: inicialmente pelo abuso inicial e posteriormente pelo fato de as autoridades não punirem seus agressores."

Jo Becker, Conselho Editorial do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança

"Além de ser uma obrigação dos Estados partes da Convenção, a eliminação da aceitação ou tolerância generalizada de castigos corporais impostos a crianças na família, nas escolas e em outros ambientes é uma estratégia-chave para se reduzir e prevenir todas as formas de violência nas sociedades."

*Comitê sobre os Direitos da Criança,  
Comentário Geral no. 8, parágrafo 3.<sup>4</sup>*

O Artigo 28 (2) da CDC exige que a disciplina escolar seja "ministrada de maneira compatível com a dignidade humana da criança e em conformidade com a presente Convenção". Na sua interpretação dessa disposição, o Comitê destaca que ela exige que os Estados membros proíbam o castigo corporal e outras formas humilhantes e prejudiciais de disciplina nas escolas.

"... As crianças não perdem seus direitos humanos quando atravessam os portões de suas escolas. Por essa razão, a educação deve ser oferecida com respeito à dignidade inerente da criança, permitindo que ela expresse suas opiniões livremente, como disposto no Artigo 12 (1), e participe da vida escolar. A educação deve também ser oferecida com respeito aos limites disciplinares previstos no Artigo 28 (2) e com o intuito de promover uma cultura de não violência nas escolas..."

*Comitê dos Direitos da Criança,  
Comentário Geral No. 1<sup>5</sup>*

Os Artigos 32 a 36 estabelecem os direitos legais da criança de serem protegidas contra diversas formas de exploração: contra a exploração econômica e "o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou seja nocivo para a sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social" (Artigo 32); contra o "uso ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas" e o envolvimento "na produção e no tráfico ilícito dessas substâncias" (Artigo 33); contra "todas as formas de exploração e abuso sexual", inclusive a prostituição e a pornografia (Artigo 34); contra seqüestro, venda e tráfico (Artigo 35) e contra "todas as demais formas de exploração que sejam prejudiciais a qualquer aspecto de seu bem-estar" (Artigo 36).

O artigo 38, no qual os Estados partes se comprometem a garantir respeito às normas do direito humanitário internacional que lhes são aplicáveis no que diz respeito a crianças e conflitos armados, menciona as obrigações contidas nas Convenções de Genebra, enquanto o artigo 37 declara que nenhuma criança deverá ser submetida a "tortura ou outro tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante" ou sentenciada à pena de morte ou prisão perpétua. O artigo 37 proíbe também qualquer restrição arbitrária ou ilegal da liberdade de crianças e estabelece limites e condições rígidas para a perda da liberdade aplicáveis a qualquer restrição de liberdade imposta para fins de "bem-estar" ou penais. O artigo 39 obriga os Estados a tomarem medidas adequadas para promover a recuperação psicológica e física e a reintegração social de crianças vítimas de violência.

Juntamente com o artigo 37, o artigo 40, sobre a administração da justiça juvenil, estabelece salvaguardas de segurança detalhadas: crianças que entrarem em conflito com a lei devem ser "ser tratadas de modo a promover e estimular seu sentido de dignidade e de valor". Em combinação com o Artigo 19, ele exige também que os Estados não permitam que crianças sofram atos de violência nas mãos de autoridades do Estado em qualquer nível do sistema. Tratamentos e punições não devem envolver nenhuma forma de violência física ou mental. Sempre que apropriado e desejável, alguma alternativa fora do sistema judicial deve ser disponibilizada. Para crianças que cometem delitos, devem ser oferecidas alternativas à institucionalização, "tais como ordens de guarda, orientação e supervisão, aconselhamento, liberdade vigiada, colocação em lares de adoção, programas de educação e formação profissional".

Outras disposições da CDC são importantes para proteger crianças da violência. Elas incluem direito civis relacionados à liberdade de expressão, informação, consciência e religião, associação, reunião pacífica, privacidade e acesso a informações (artigos 12, 13, 14, 15, 16 e 17). O artigo 9 garante o direito da criança de não ser separada de seus pais, a menos que essa medida vise satisfazer seu interesse maior. O artigo 18 prevê que o Estado deve prestar uma assistência adequada aos pais e guardiões legais em suas responsabilidades de criar crianças. De acordo com o artigo 20, crianças retiradas do ambiente familiar têm direito a uma assistência e proteção especiais por parte do Estado. O artigo 25 prevê o direito a um exame

periódico de avaliação do tratamento ao qual uma criança está sendo submetida. Obrigações relacionadas a adoção foram estabelecidas no artigo 21, obrigações relacionadas a crianças refugiadas estão previstas no artigo 22 e obrigações relacionadas a crianças portadoras de deficiência foram incluídas no artigo 23.

Obrigações mais gerais - aplicáveis particularmente à prevenção da violência - foram estabelecidas no artigo 24, que dispõe sobre o direito à saúde e a um acesso adequado a serviços de saúde. Os artigos 28 e 29 definem o direito à educação e os objetivos da educação e o artigo 27 dispõe sobre o direito a uma qualidade de vida adequada.

A CDC é suplementada por dois Protocolos Opcionais, adotados em 2000, que prevêm mecanismos de proteção mais detalhados para crianças contra formas específicas de violência. O Protocolo Opcional sobre a venda de crianças e a prostituição e pornografia infantis definem essas formas de violência. Ele também exige que os Estados partes criminalizem essas atividades e que qualquer participação ou intenção de participar em atos dessa natureza seja punida de acordo com a gravidade do delito envolvido. Ele exige também que os Estados fechem qualquer recinto usado para fins de prostituição e pornografia infantis e confiscem os proventos dessas práticas e quaisquer meios usados para facilitá-las e inclui disposições detalhadas sobre o tratamento a ser oferecido às vítimas desses atos. O Protocolo Opcional da CDC sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados limita o recrutamento de crian-

"Expondo os diferentes problemas de crianças que sofrem violência, percebemos que a nossa luta faz parte de um esforço mundial mais amplo pela garantia dos direitos humanos. Não queremos ter um tratamento especial, apenas um tratamento humano, sintonizado com os valores centrais da dignidade humana previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como cidadãos globais, queremos ser reconhecidos como seres humanos de primeira classe e não de segunda classe."

Declaração de crianças e jovens, Consulta Regional, Caribe, 2005II

ças abaixo de 18 anos e obriga os Estados a oferecer tratamento físico ou psicológico a crianças que participaram de conflitos armados e a apoiá-las em sua reintegração à sociedade.

Para o Comitê dos Direitos da Criança, os artigos 2, 3, 6 e 12 estabelecem princípios gerais. Em sintonia com o artigo 2, todos os direitos previstos na Convenção devem ser garantidos a todas as crianças, sem nenhuma discriminação, e os Estados partes devem tomar medidas adequadas para não permitir que crianças sejam discriminadas.

"...a interpretação dos interesses maiores da criança deve ser compatível com todas as disposições da Convenção e deve levar em consideração a obrigação de se proteger as crianças contra todas as formas de violência e de se levar suas opiniões na devida consideração. Ela não deve ser usada para justificar ações, inclusive castigos corporais e outras formas cruéis e degradantes de punição, que firam a dignidade humana e o direito à integridade física da criança.

*Comitê dos Direitos da Criança,  
Comentário Geral no. 8<sup>6</sup>*

Satisfazer os melhores interesses das crianças deve ser a principal consideração em todas as medidas tomadas em prol delas. Por essa razão, todas as organizações públicas e privadas, tribunais e autoridades administrativas devem considerar o impacto de suas medidas sobre crianças para garantir que seus melhores interesses sejam sempre levados em consideração (Artigo 3). O direito inerente da criança à vida,

à sobrevivência e ao desenvolvimento, que segundo o CDC inclui dimensões físicas, mentais, espirituais, morais e sociais (Artigo 6), também é identificado como um princípio geral. Segundo o artigo 12, a criança tem o direito de expressar suas opiniões sobre qualquer questão que lhe diga respeito sem restrições e de ter essas opiniões levadas na devida consideração, de acordo com sua idade e maturidade.

"... ao conceituar violência, o ponto de partida crítico e o panorama de referências devem ser a experiência pessoal da própria criança. Dessa forma, as crianças e os jovens devem estar significativamente envolvidos na promoção e no planejamento de ações contra violência contra criança".

*Comitê sobre os Direitos da Criança, recomendações adotadas seguinte ao dia da discussão geral sobre a Violência contra a criança na Família e nas Escolas, 2001<sup>7</sup>*

O Comitê dos Direitos da Criança, que vem analisando relatórios de vários Estados desde 1993, tem orientado muito os Estados em sua obrigação de combater a violência contra a criança, particularmente em relação a recomendações emitidas após seus dois dias de discussões gerais sobre a Violência contra a Criança em 2000<sup>8</sup> e 2001<sup>9</sup> e em relação a seus Comentários Gerais nos. 11<sup>10</sup> e 8.<sup>11</sup>

O Comitê observou, com satisfação, que tribunais nacionais, inclusive tribunais constitucionais e superiores de muitas jurisdições, têm condenado a violência contra a criança em jul-

gamentos cada vez mais baseados nos tratados de direitos humanos, particularmente na CDC, e nos pareceres de órgãos de tratados de direitos humanos.

"Crianças têm direitos que de forma alguma são inferiores aos dos adultos. Fiji ratificou a Convenção. Nossa Constituição também garante direitos fundamentais a todos. O governo deve observar o princípio de respeitar os direitos de todos os indivíduos, comunidades e grupos. As crianças precisam de uma proteção especial. Nossas instituições educacionais deveriam ser santuários de paz e criatividade e não locais de medo e maus-tratos que atentam contra a dignidade humana das crianças.

*Tribunal de Recursos de Fiji, 2002, no caso Naushad vs. Estado, no qual determinou que castigos corporais em escolas e no sistema penal são inconstitucionais.*<sup>12</sup>

## DIREITO CRIMINAL, HUMANITÁRIO, DE REFUGIADOS E TRABALHISTA INTERNACIONAL

A proteção garantida às crianças nas disposições de direitos humanos deve ser observada sempre. Ao mesmo tempo, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, as quatro Convenções de Genebra de 1949 e seus dois Protocolos Adicionais de 1977 prevêem uma proteção legal essencial para crianças em conflitos

internos e internacionais. As crianças que se enquadram na definição de refugiadas da Convenção das Nações Unidas de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967 têm acesso a um amplo conjunto de direitos e proteções, como o direito a assistência jurídica e a proteção material e o direito de não serem enviadas de volta a locais nos quais são perseguidas. Embora não sejam legalmente obrigatórios, os Princípios Norteadores sobre o Deslocamento Interno de 1998, que consistem em 30 princípios, garantem proteção e assistência a indivíduos enquanto são deslocados e estabelecem diretrizes para o seu retorno, reassentamento e reintegração seguros. Os Princípios Norteadores enfocam, particularmente, os direitos e necessidades das crianças, principalmente de meninas, e proíbem sua venda para fins de casamento, exploração sexual, trabalho forçado e recrutamento ou o uso de crianças em conflitos.

A questão do tráfico em geral, inclusive do tráfico infantil, foi contemplada no primeiro instrumento consolidado sobre o tema, a Convenção sobre a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição Alheia, adotada pela Assembléia Geral em 1950. Medidas focadas na eliminação do tráfico também foram incluídas nas Convenções para a Eliminação da Discriminação contra Mulheres e dos Direitos da Criança, e na Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (1999) no. 182. Em 2000, a Assembléia Geral adotou a Convenção contra o Crime Organizado Transnacional das Nações Unidas e seus protocolos suplementares: O Protocolo para Prevenir, Suprimir e Pu-

"Embora sejam direitos fundamentais, os direitos da criança ainda não foram adequadamente estabelecidos, em primeiro lugar e acima de tudo, em nível nacional."

Françoise Tulkens, Juíza do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, abril 2006 III

nir o Tráfico de Pessoas, Especialmente de Mulheres e Crianças e o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por terra, mar e ar. A Convenção prevê cooperação em investigações, assistência jurídica mútua e extradição em casos que envolvam tráfico. O Protocolo contra o Tráfico, que já foi aceito por 105 Estados em todas as regiões do mundo (desde 6 de setembro de 2006), inclui a primeira definição legal internacional de tráfico, dispõe sobre assistência e proteção de vítimas do tráfico e exige que os Estados partes criminalizem essas atividades e prestem assistência e proteção às suas vítimas. Ele também prevê medidas preventivas neste contexto.

Direitos específicos e medidas para proteger crianças em contextos de trabalho estão previstos nas inúmeras convenções elaboradas pela Organização Internacional do Trabalho, particularmente na Convenção da Idade Mínima (1973), no. 183, e na Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (1999), no. 182.

## SISTEMAS REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

O sistema jurídico internacional para a promoção e proteção dos direitos humanos e as normas previstas nele para a violência contra a criança são reforçados por tratados adotados regionalmente, pelo Conselho da Europa, pela União Européia, pela Organização dos Estados Americanos, pela União Africana e por mecanismos implementados para monitorá-los e garantir a sua observância. A Carta Africana dos Direitos da Criança é particularmente relevan-

te, assim como o Protocolo Africano sobre os Direitos da Mulher, adotado em 2004, que prevê a eliminação de práticas tradicionais prejudiciais, entre as quais a mutilação genital feminina, a escarificação e a medicalização de práticas tradicionais prejudiciais e estabelece em 18 anos a idade mínima para o casamento.

Mecanismos regionais de direitos humanos, responsáveis pela supervisão desses instrumentos legais, abordaram diversas formas de violência contra a criança. Por exemplo, O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos observou violações da Convenção Européia sobre Direitos Humanos em inúmeros casos envolvendo castigos corporais no sistema penal, em escolas e no lar.<sup>13</sup> O tribunal também julgou casos de abuso sexual e de falhas nos sistemas de proteção infantil e de justiça juvenil.<sup>14</sup> O Comitê Europeu dos Direitos Sociais, que monitora a observância da Carta Social Européia e da Carta Social Revisada, considera que esses instrumentos exigem que qualquer forma de violência contra a criança seja legalmente proibida.<sup>15</sup>

"O Comitê considera inaceitável que uma sociedade que proíbe qualquer forma de violência física entre adultos aceite que adultos submetam crianças a violência física."

*Comitê Europeu dos Direitos Sociais (2001).  
Observação Geral feita na Introdução  
Geral às Conclusões XV - 2, Volume 1<sup>16</sup>*

Em 2002, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu um parecer sobre a condição jurídica e os direitos humanos da criança, indicando que os Estados partes da Convenção

"A erradicação da violência exige que o objetivo comum e os vínculos intrínsecos entre a saúde e os direitos humanos sejam usados para salvaguardar a dignidade humana e promover o bem-estar das pessoas."

Dra. Gro Harlem Brundtland, Ex-Diretora Geral da OMS

2

Americana sobre os Direitos Humanos têm a obrigação de adotar todas as medidas necessárias para proteger crianças de maus-tratos em suas relações com autoridades públicas, indivíduos e entidades não governamentais.<sup>17</sup>

Em 2003, a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos decidiu que o uso do chicote como uma medida disciplinar em escolas se enquadrava na definição de punição cruel, desumana e degradante e pediu que o Estado em questão alterasse sua legislação no sentido de abolir essa prática e que tomasse medidas adequadas para compensar suas vítimas.<sup>18</sup>

"Os indivíduos e, principalmente, o governo de um país não têm o direito de aplicar violência física contra indivíduos por delitos que cometeram. Reconhecer esse direito seria o mesmo que sancionar atos de tortura patrocinados pelo Estado (no âmbito da Carta Africana dos Direitos Humanos e das Pessoas) e contrariaria a natureza desse tratado de direitos humanos."

*Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Comunicação 236/2000 (2003) sobre o caso Curtis Francis Doebbler versus Sudão.*<sup>19</sup>

## INSTRUMENTOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Os tratados sobre direitos humanos internacionais e regionais são complementados por instrumentos que, embora não sejam obrigatórios, de-

finem normas ou criam princípios relacionados à erradicação da violência contra a criança. Dentro do sistema das Nações Unidas, foram adotadas normas e diretrizes para a administração da justiça juvenil (Regras de Pequim, 1985), a prevenção da delinquência juvenil (Diretrizes de Riad, 1990) e a proteção de jovens privados de sua liberdade. A Declaração das Nações Unidas sobre a Violência contra Mulheres de 1993 define a violência de gênero e orienta os Estados em relação a medidas que devem tomar para combater a violência contra mulheres e meninas.

As conclusões das conferências mundiais das Nações Unidas e suas avaliações em sessões especiais da Assembléia Geral também abordam a violência contra a criança. A Sessão Especial da Assembléia Geral de 2002 sobre crianças incluiu uma longa seção sobre a violência contra a criança em seu documento final, intitulado Um Mundo Adequado para as Crianças. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, adotados na Cúpula do Milênio, realizada em 2002, e as Conclusões da Conferência de 2005 das Nações Unidas também incluem acordos que são importantes para se pôr fim à violência contra a criança.

Instrumentos que não são legalmente obrigatórios, mas são altamente persuasivos no contexto da violência contra a criança, também têm sido adotados pelos conselhos diretores dos órgãos especializados e de outros organismos do sistema das Nações Unidas. Eles incluem resoluções adotadas pelos conselhos diretores da OMS (veja quadro abaixo) e do UNICEF. O Comitê Executivo do Alto Comissariado para

## TRATADOS REGIONAIS QUE ABORDAM A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA\*

### **Organização dos Estados Americanos:**

Convenção Interamericana para a Prevenção e Punição da Tortura

Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas

Convenção Interamericana sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiências

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - "Convenção de Belém do Pará"

### **União Africana:**

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

Protocolo para a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, sobre os Direitos das Mulheres na África

Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança

### **Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC):**

Convenção sobre os Arranjos Regionais para a Promoção da Carta Social do Bem-Estar da Criança

Convenção Regional sobre a Prevenção e Combate ao Tráfico de Mulheres e Crianças para fins de Prostituição

### **Liga dos Estados Árabes:**

Carta Árabe dos Direitos Humanos (modificada em 1994, revisada em 2005; ainda não implementada)

### **União Européia:**

Comunicação da Comissão: Rumo a uma Estratégia da União Européia sobre os Direitos da Criança, Bruxelas, 4.7.2006, COM (2006) 367 final

Comunicação da Comissão para o Parlamento Europeu e para o Conselho: Combatendo o Tráfico de Seres Humanos - uma abordagem integrada e propostas para um plano de ação, Bruxelas, 18.10.2005, COM (2005) 514 final

### **Conselho Europeu:**

Convenção Européia de Proteção aos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais

Carta Social Européia e Carta Social Européia Revista

Protocolo Adicional à Carta Social Européia Estabelecendo um Sistema de Reclamações Coletivas

Convenção Européia para a Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Punições Desumanas e Degradantes

Convenção sobre o Crime Cibernético

Convenção do Conselho da Europa para Ação contra o Tráfico de Seres Humano

\* Lista não exaustiva

## A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

As atividades da Assembléia Geral da Saúde em relação à violência contra a criança também refletem o compromisso dos governos e constituem uma forte plataforma para abordar a violência contra a criança que complementa os direitos humanos.

O mandato da saúde pública para abordar a questão da violência contra a criança baseia-se no mandato maior da Organização Mundial da Saúde de prevenir de todas as formas de violência. A Assembléia Mundial da Saúde, que é conselho diretor da Organização Mundial da Saúde, declarou, em sua resolução AMS 49.25 (1996), que a violência é um dos maiores problemas mundiais de saúde pública e expressou grande preocupação com os níveis de violência contra a mulher e a criança. Ela recomendou que seus Países-Membros avaliassem o problema da violência e solicitou à OMS que desenvolvesse um plano de ação para a prevenção da violência. A Assembléia Mundial da Saúde endossou o plano de ação e solicitou que ele fosse mais detalhadamente desenvolvido (resolução AMS 50.19).

Em resposta a essas resoluções, a OMS preparou o primeiro relatório mundial sobre violência e saúde, publicado em 2002. O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde descreveu sobre o alcance da violência como problema de saúde pública, estabeleceu uma estratégia de prevenção orientada para a saúde pública e fez nove recomendações. O relatório inspirou a Assembléia Mundial de Saúde a adotar uma resolução (AMS 56.24) pela qual solicitou aos seus Estados-Membros que promovessem as recomendações contidas no relatório, designassem um ponto focal no ministério da saúde para a prevenção da violência e elaborassem um relatório nacional sobre a violência e a prevenção da violência.

Refugiados das Nações Unidas (UNHCR) adotou uma política para crianças refugiadas em 1993 e desenvolveu diretrizes sobre a proteção e cuidados a serem garantidos a essas crianças que estabelecem orientações detalhadas para garantir que crianças refugiadas sejam protegidas de violência física e sexual, principalmente enquanto estiverem abrigadas em grandes campos de refugiados.

Ao aderirem a tratados internacionais e regionais, os Estados assumem obrigações legal-

mente obrigatórias de respeitar, proteger e garantir os direitos que afirmam apoiar. Eles não devem interferir na fruição desses direitos e devem proteger indivíduos contra atos de violência por parte de autoridades públicas e tomar medidas adequadas para garantir o exercício dos direitos humanos.

No que se refere à violência contra a criança, os governos devem tomar medidas positivas e imediatas para prevenir e eliminar todas as formas de violência contra elas e combater a violência sem-

pre que ela ocorra, não permitindo que agressores fiquem impunes. Os Estados devem tomar as medidas necessárias para que suas autoridades, como policiais ou professores de escolas públicas, não cometam atos de violência contra crianças adotando leis adequadas e tomando outras providências para impedir que atos dessa natureza ocorram oferecendo, por exemplo, capacitações adequadas a policiais e outros agentes do governo na utilização de técnicas de investigação não violentas. Eles devem tomar medidas legislativas e de outra natureza para proteger as crianças e dissuadir pais, guardiões legais e outros agentes não-governamentais de violar os direitos da criança mediante o uso de violência.

Sendo assim, o Direito Internacional oferece uma estrutura poderosa e abrangente que exige uma resposta multifacetada. As respostas necessárias variarão de acordo com o tipo de violência e o ambiente no qual que ela ocorre. Elas incluirão respostas de saúde pública, que enfatizam a prevenção, respostas penais, compensações, educação, serviços de saúde e abordagens legislativas.<sup>20</sup>

As normas previstas no direito internacional para a violência contra a criança são abrangentes e detalhadas. O desafio é garantir que todos os Estados cumpram suas obrigações. A natureza sistemática e difusa da violência contra a criança, em todas as suas formas e nos variados contextos, deve ser reconhecida. Posteriormente, respostas adequadas e eficazes na forma de leis, políticas e programas, devem ser implementadas, monitoradas e modificadas para combater efetiva e urgentemente essa problema global de grandes proporções.

## REFERÊNCIAS

- 1 UNICEF (2005). UN Human Rights Standards and Mechanisms to Combat Violence against Children: A Contribution to the UN Secretary-General's Study on Violence against Children. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 2 UNICEF (2001). Implementation Handbook for the Convention on the Rights of the Child, Edição revisada. Genebra, UNICEF.
- 3 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment, (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8.
- 4 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8, parágrafo 3.
- 5 Comitê dos Direitos da Criança (2001). General Comment No. 1. The Aims of Education. CRC/GC/2001/1, parágrafo 8.
- 6 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8, parágrafo 26.
- 7 Comitê dos Direitos da Criança (2001). Recommendations Adopted Following the General Discussion Day on Violence within the Family and in Schools. Relatório sobre a 28ª Sessão, setembro/outubro 2001, CRC/C/111.
- 8 Comitê dos Direitos da Criança (2000). General Discussion Day on the State of Violence against Children. Relatório sobre a 25ª Sessão, setembro/outubro de 2000, CRC/C/100.
- 9 Comitê dos Direitos da Criança (2001). General Discussion Day on Violence within the Family and in Schools. Relatório sobre a 28ª Sessão, setembro/outubro de 2001, CRC/C/111.

- 10 Comitê dos Direitos da Criança (2001). General Comment No. 1. The Aims of Education, CRC/GC/2001/1.
- 11 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8.
- 12 Tribunal de Recursos de Fiji (2002). Naushad Ali v. State. Citado em: Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8.
- 13 UNICEF (2005). UN Human Rights Standards and Mechanisms to Combat Violence against Children: A Contribution to the UN Secretary-General's Study on Violence against Children. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 14 UNICEF (2005). UN Human Rights Standards and Mechanisms to Combat Violence against Children: A Contribution to the UN Secretary-General's Study on Violence against Children. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 15 Comitê Europeu de Direitos Sociais Comitê Europeu de Direitos Sociais (2001). Conclusions XV-2, Volume 1. Introdução Geral: Observação Geral relativa aos Artigos 7 parágrafo 10 e 17, pp 27 et seq.
- 16 Comitê Europeu de Direitos Sociais (2001). Conclusions XV-2, Volume 1, Introdução Geral: Observação Geral relativa aos Artigos 7, parágrafos 10 e 17, pág. 27.
- 17 Tribunal Interamericano de Direitos Humanos (2002). Advisory Opinion OC-17/2002, Legal Status and Human Rights of the Child. 28 de agosto de 2002, parágrafos 87 e 91.
- 18 Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (2003). Curtis Francis Doebbler v. Sudan. Comunicação no. 236/2000 da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.
- 19 Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (2003). Curtis Francis Doebbler v. Sudan. Comunicação no. 236/2000, parágrafo 42, da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.
- 20 Krug EG et al. (Eds) (2002). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, Organização Mundial da Saúde.

## CITAÇÕES

- I Conselho da Europa (2006). Conferência de lançamento de Mônaco da iniciativa Building a Europe for and with Children, 4-5 de abril de 2006. Disponível em: [http://www.coe.int/t/transversalprojects/children/events/monacoLaunch\\_en.asp](http://www.coe.int/t/transversalprojects/children/events/monacoLaunch_en.asp)
- II Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: the Caribbean, p 22. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- III Conselho da Europa (2006). Conferência de lançamento de Mônaco da iniciativa Building a Europe for and with Children, 4-5 de abril de 2006. Disponível em: [http://www.coe.int/t/transversalprojects/children/events/monacoLaunch\\_en.asp](http://www.coe.int/t/transversalprojects/children/events/monacoLaunch_en.asp)



Brasil, 2001, Maria (nome fictício), 6 anos, esconde o rosto numa almofada numa sala do CEDECA, o Centro para a Defesa da Criança e do Adolescente, em uma grande cidade brasileira. Maria foi vítima de abuso infantil. Atrás dela pode-se ver um menino de seis anos de idade que também está sendo tratado no centro para se recuperar do abuso que sofreu de sua irmã mais velha

## A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NO LAR E NA FAMÍLIA

---

<b>Introdução</b>	<b>49</b>
<b>Instrumentos de direitos humanos</b>	<b>50</b>
<b>Histórico e contexto</b>	<b>52</b>
<b>Natureza e escala do problema</b>	<b>52</b>
Violência física	53
Homicídio	53
Violência física não fatal	54
Negligência	56
Violência sexual	57
Violência relacionada a comportamentos sexuais e percepções de honra	59
A Violência Sexual em Relacionamentos Íntimos e Casamentos Precoces	59
Prevalência de casamentos precoces	60
Violência física, sexual e psicológica	61
Práticas tradicionais prejudiciais	63
Mutilação/corte genital feminina	63
Violência psicológica	64
<b>Conseqüências da violência contra a criança</b>	<b>66</b>
Conseqüências Físicas e Psicológicas para o Desenvolvimento	66
Conseqüências de longo prazo	67
Mais Vitimização	69
Conseqüências econômicas e sociais	70
<b>Fatores que contribuem para a violência</b>	<b>71</b>
Fatores relacionados à criança	71

---

---

Fatores relacionados à família	72
Fatores Societais e Culturais	74
Fatores de proteção dentro do lar	76
<b>Respostas à violência contra a criança no lar e na família</b>	<b>77</b>
Reforma legislativa	78
Leis sobre castigos corporais e outras formas de punição cruéis ou degradantes	78
Outras áreas para mudanças legislativas	79
Estratégias de prevenção	81
Apoio a pais e famílias	81
Programas para e com crianças	85
Política Social	87
Outras estratégias	87
Intervenção quando casos de violência tornam-se conhecidos	88
Identificação da violência contra a criança na família	89
Tratamento para vítimas de violência	90
Denúncias por parte de profissionais	90
Intervenções no melhor interesse da criança	91
Quando cuidados alternativos são necessários	93
Advocacy e educação pública	93
Eliminação de práticas tradicionais prejudiciais	94
A necessidade de melhorar a qualidade das informações para desenvolver políticas e ações	95
<b>Recomendações</b>	<b>100</b>
<b>Referências</b>	<b>104</b>

---

"Com essas duas mãos, minha mãe me pega no colo e cuida de mim e eu adoro. Mas com essas duas mãos, minha mãe bate em mim e eu detesto."

Menina, Leste Asiático e Pacífico, 2005 I

3

## INTRODUÇÃO

Em sua definição ampla, as famílias são as que mais podem proteger as crianças contra todas as formas de violência. Elas também podem preparar as crianças para se protegerem. Uma premissa básica da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) é que a família é o ambiente natural para garantir o crescimento saudável e o bem-estar de todos os seus membros - particularmente crianças - enquanto a Declaração Universal de Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, bem como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, afirmam que a família é a unidade fundamental da sociedade. A CDC exige que os Estados respeitem e apoiem plenamente as famílias.

No entanto, as famílias podem ser locais perigosos para crianças, particularmente para bebês e crianças de tenra idade. A prevalência da violência praticada por pais e outros familiares - na forma de violência física, sexual, psicológica ou de negligência deliberada - só começou a ser identificada e documentada recentemente. Combater a violência contra a criança em todas as suas formas no contexto da família é particularmente difícil. Há uma relutância em intervir no que ainda é visto pela maioria das sociedades como uma esfera "privada". No entanto, os direitos humanos à dignidade e à integridade física - direitos iguais de adultos e crianças - e a obrigação dos Estados de garantir esses direitos não terminam na porta de entrada de um lar.

A responsabilidade dos Estados de respeitar, proteger e garantir os direitos das crianças en-

volve mais do que suas atividades diretas e as atividades de agentes do Estado e exige que sejam adotadas medidas para garantir que pais, guardiões legais e outros não violem os direitos da criança. O Estado tem a obrigação de estabelecer uma estrutura legislativa, políticas e programas para prevenir a violência garantindo mecanismos adequados de proteção e combatendo a violência quando ela ocorre.

Crianças mais novas tendem a ser mais vulneráveis à violência no lar. Em alguns países industrializados, onde óbitos infantis são registrados e investigados mais rigorosamente, crianças abaixo de um ano têm um risco três vezes alto de se tornarem vítimas de homicídio, quase sempre cometido por seus pais, do que crianças com idades entre um e quatro anos e um risco duas vezes mais alto do que as que têm entre 5 e 14 anos de idade.<sup>1</sup> Embora qualquer tipo de castigo físico seja degradante, há outras formas não físicas de violência cruel e degradante sofridas pelas crianças dentro de suas famílias que também são potencialmente prejudiciais na mesma medida. Esses tipos de tratamento incluem ameaças constantes e persistentes, insultos, xingamentos e outras formas de agressão verbal, depreciação, isolamento ou rejeição. Além da violência direta, muitas crianças são vítimas de violência entre adultos da família, que tem sérias repercussões que só começaram a ser reconhecidas recentemente.

Em todos os locais onde a violência sexual tem sido estudada, observa-se cada vez mais que uma grande proporção de crianças é sexualmente assediada e violentada pelas pessoas mais próxi-

"O Estudo é um divisor de águas no que diz respeito ao relacionamento entre adultos e crianças. Dentro de poucos anos, provavelmente olharemos para trás com vergonha e espanto ao constatarmos que nos primeiros anos do segundo milênio governos e adultos ainda justificavam - e até promoviam - surras e lesões deliberadas contra bebês e crianças como legais e legítimas."

Peter Newell, Conselho Editorial do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança.

mas delas. O sexo forçado em casamentos arranjados e precoces é comum em muitos Estados. Os assassinatos "em defesa da honra" de meninas adolescentes julgadas de terem transgredido códigos morais ocorrem em alguns países. A despeito de esforços legislativos e ações de advocacy, a mutilação genital feminina continua sendo comum: em algumas partes da África Setentrional e Oriental, mais de 90% das meninas são submetidas a essa operação, geralmente quando completam sete anos de idade.<sup>1, 2</sup>

A violência sexual e de gênero tem implicações profundas na era do HIV/AIDS e também comprometem a auto-estima e a saúde emocional e psicológica. As implicações de todas as formas de violência doméstica e familiar para o desenvolvimento, comportamento e bem-estar da criança na idade adulta são profundas, bem como

para a sua capacidade de vir a ser um bom pai ou mãe. Além disso, o lar é o local onde as crianças experimentam desigualdades de gênero pela primeira vez e onde futuros relacionamentos de poder desequilibrados são estabelecidos ou questionados. Os meninos podem ser incentivados a se tornar agressivos ou dominantes ("recebedores" de cuidados) e as meninas a serem provedoras passivas e submissas de cuidados. Esses estereótipos de gênero apóiam o uso da violência e da coerção que perpetuam desigualdades entre os sexos.

Este capítulo discute os diversos tipos de violência física, psicológica e sexual que ocorrem dentro de lares e ambientes familiares, seus impactos para as crianças e diversas respostas que podem ser usadas para diminuir e, por fim, eliminar essa violência.

## INSTRUMENTOS DE DIREITOS HUMANOS

A adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) em 1989 confirmou que as crianças também são titulares de direitos. A CDC afirma, por um lado, que os direitos da criança à individualidade e a ter opiniões próprias sobre qualquer tema que as afete devem ser levados a sério; e, por outro, que elas têm direito a cuidados e mecanismos de proteção especiais de acordo com seu estado de desenvolvimento e vulnerabilidade. A CDC afirma claramente que todas as crianças devem ser criadas por suas famílias sempre que possível e que, quando suas famílias não tiverem condições de cuidar delas e de protegê-las adequadamente, um ambiente alternativo semelhante ao da família deve ser providenciado para elas. Portanto, a CDC afirma categoricamente que a família constitui o principal local para a criação saudável, amorosa e segura de uma criança. No entanto, esse papel deve ser plenamente apoiado pelo Estado, inclusive por meio de intervenções na família, quando necessário para garantir os interesses superiores da criança.

O equilíbrio entre as responsabilidades e obrigações da família e dos Estados de garantir uma proteção adequada para o desenvolvimento da criança está previsto em diversos artigos da CDC. O artigo 18 expressa esse equilíbrio da seguinte maneira: "os pais e, quando for o caso, os representantes

legais têm a responsabilidade primordial pela educação e pelo desenvolvimento da criança" e o parágrafo 2 prevê que "os Estados-partes prestarão assistência apropriada aos pais e aos representantes legais no exercício das suas funções de educar a criança e assegurarão o desenvolvimento de instituições e serviços para o cuidado das crianças". O artigo 3 determina que "em todas as medidas relativas às crianças, tomadas por instituições de bem-estar social públicas ou privadas, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão consideração primordial os interesses superiores da criança". E o artigo 9 solicita que "a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos", a menos que as autoridades competentes determinem que essa separação é necessária para satisfazer os interesses superiores da criança, como quando elas sofrem violência.

A CDC concede uma clara autorização para o Estado proteger crianças contra todas as formas de violência no lar e na família e estabelece seu papel como árbitro final do bem-estar da criança no ambiente doméstico. O artigo 19 assegura o direito da criança a proteção "contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a guarda dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela". Os artigos 20 e 21 abordam a obrigação dos Estados de providenciar cuidados alternativos para crianças que não tenham pais ou que foram separadas de suas famílias. O artigo 23 refere-se ao apoio especial a ser assegurado a crianças portadoras de deficiência; os artigos 34 e 35 prevêm proteção contra a exploração e o abuso sexual e contra a venda ou tráfico de crianças; o artigo 37 dispõe que "nenhuma criança seja submetida a tortura nem a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes"; e o artigo 24 exige que os Estados tomem medidas para pôr fim a práticas tradicionais prejudiciais, como a mutilação genital feminina e casamentos precoces ou forçados.

A CDC exige que os Estados adotem medidas para prevenir todas as formas de violência e que a combatam efetivamente quando ela ocorrer. Embora os Estados não possam ser diretamente responsabilizados por atos de violência individuais cometidos por pais ou outras pessoas contra crianças, eles devem estabelecer uma estrutura legislativa adequada e tomar outras medidas necessárias para garantir uma proteção adequada a elas, inclusive por meio de mecanismos de dissuasão eficazes. Poucos Estados adotaram leis que proíbem todas as formas de violência contra crianças juntamente com políticas, estruturas e sistemas de denúncia e mecanismos de encaminhamento necessários que abordam a violência no lar e na família. Em muitos países, a polícia ainda reluta em intervir, mesmo em casos graves de violência severa, casamentos infantis e incestos. Formas violentas de disciplina ainda são legais e socialmente aceitas em diversos países, a despeito de reconhecerem a interpretação de que a CDC e outros instrumentos de direitos humanos exigem que elas sejam proibidas e eliminadas (mais recentemente, isso foi enfatizado no Comentário do Comitê Geral no. 8 de 2006 sobre "o direito da criança à proteção contra o castigo corporal ou outras formas de punição e controle cruéis ou degradantes", que será abordado mais adiante neste capítulo).<sup>4</sup>

## HISTÓRICO E CONTEXTO

Na maior parte do mundo, a família, como instituição, está mudando ou evoluindo em decorrência de pressões sociais e econômicas. O ritmo acelerado de urbanização observado principalmente na África Subsaariana (de quase 6% ao ano) e na Ásia (3% a 4%)<sup>5</sup> tem provocado efeitos importantes sobre os padrões e a composição das famílias. Um de cada três moradores urbanos - quase um bilhão de pessoas - vive em favelas. Moradias superlotadas e a necessidade de garantir uma renda para satisfazer todas as necessidades do lar geram situações de estresse muito diferentes das experimentadas em ambientes de subsistência rural.<sup>6</sup>

Em países industrializados, a composição da família é menos estável e está assumindo novos formatos e a natureza da "vida familiar" está sofrendo mudanças. Onde as diferenças de renda aumentaram ou ocorreram rápidas mudanças sociais, os níveis de violência interpessoal tendem a crescer.<sup>7</sup> Em diversas partes do mundo observa-se também uma perda de proteção por parte de parentes e de empregadores da comunidade e informais ou "padrinhos" que costumavam apoiar famílias tradicionalmente.<sup>8</sup> As reformas em políticas sociais com base num modelo de mercado levadas a cabo na década de 1990 e no início da década de 2000 aumentaram a pressão, principalmente para as mulheres, ao reduzirem ainda mais o acesso de famílias mais afetadas pela pobreza a sistemas de saúde, pensões, educação, creches e asilos, que já era limitado.

As pressões econômicas impostas a famílias de baixa renda em todas as regiões também gera-

ram níveis significativos de migração - sazonal, temporária ou permanente - de pais e mães para outras cidades ou países para ganhar dinheiro e remetê-lo aos seus locais de origem.<sup>9</sup> Índices de mobilidade sem precedentes têm gerado longos períodos de separação familiar, com efeitos negativos para as crianças e, em muitos casos, dissoluções de famílias.<sup>10</sup> Lares chefiados por um único pai também sofrem as tensões provocadas por desvantagens econômicas e o ônus adicional de precisar cuidar de crianças sem o apoio do cônjuge, particularmente onde nenhum outro parente está disponível para ajudar.<sup>11, 12, 13</sup> Na África Meridional, onde o HIV/AIDS também constitui uma fonte de estresse para as famílias, 42% dos lares não contam com a presença do pai. Países muito afetados pela AIDS estão testemunhando o surgimento de "lares chefiados por crianças", nos quais crianças órfãs são forçadas a cuidar da casa e sustentar seus irmãos sem qualquer apoio.

## NATUREZA E ESCALA DO PROBLEMA

As formas e tipos de violência aos quais crianças estão expostas variam de acordo com sua idade e estágio de desenvolvimento, principalmente após elas começarem a interagir com o mundo externo.<sup>17, 18</sup> Bebês e crianças de tenra idade têm uma probabilidade maior de sofrer violência por parte de pessoas diretamente responsáveis por cuidar delas e de outros membros de suas famílias devido à sua dependência dessas pessoas e às suas interações sociais limitadas fora do lar.<sup>19</sup> À medida que a criança se desenvolve, ela se torna mais independente e

passa mais tempo fora de casa e longe da família; por essa razão, crianças mais velhas têm uma probabilidade maior de ser agredidas por pessoas que não moram em sua casa e não fazem parte de sua família. No entanto, observam-se muitas coincidências em termos de idade, tipo de violência e agressores.

No ambiente do lar e da família, as crianças sofrem agressões e outros atos de violência física, violação sexual, práticas tradicionais prejudiciais, humilhação e outros tipos de violência psicológica e negligência. Além de agressões e outros tipos de violência física, a criança pode experimentar situações de omissão, como ficar desprotegida de um ato de violência evitável por parte de amigos, vizinhos ou visitas; estigmatização ou discriminação grosseira; e a impossibilidade de usar serviços públicos de saúde e assistência básica para garantir seu bem-estar. Os que praticam violência no lar incluem pais, padrastos e madrastas, cuidadores alternativos, parentes mais distantes, cônjuges (quando as crianças são casadas) e sogros.

## VIOLÊNCIA FÍSICA

### HOMICÍDIO

Em países nos quais estatísticas de homicídio são analisadas de acordo com a idade da vítima, observa-se que a faixa etária dos 15 aos 17 anos é a mais exposta a esse risco. O segundo grupo de maior risco é o dos bebês. Dados dos países da OCDE indicam que o risco de óbito é três vezes maior para crianças abaixo de um ano

do que para as incluídas na faixa etária de 1 a 4 anos, para as quais o risco é duas vezes mais alto do que para as que têm entre 5 e 14 anos de idade. Quanto mais nova a criança, maior a probabilidade de sua morte ser provocada por um parente próximo.<sup>20, 21</sup>

As causas mais frequentes de morte são lesões na cabeça e em órgãos internos. Asfixia intencional, sacudidas violentas e, mais raramente, estrangulamento e abusos físicos repetidos são outras causas. Segundo estimativas da OMS, os índices mais altos de homicídio entre crianças abaixo de cinco anos são os registrados na África Subsaariana e na América do Norte e os mais baixos são os registrados em países de alta renda da Europa e no Leste Asiático e Ásia Ocidental.<sup>22</sup> Para calcular a proporção de homicídios infantis ocorridos no ambiente do lar e da família, são necessários sofisticados sistemas de vigilância e supervisão de óbitos infantis que não estão disponíveis na maioria dos países. Onde óbitos não são registrados ou investigados, não se pode saber com precisão qual é a taxa de violência letal contra crianças e ela pode ficar obscurecida pela taxa de mortalidade geral de crianças abaixo de cinco anos. Presume-se que a violência em qualquer forma - como na forma de negligência - pode ser responsável por uma parcela significativa dos óbitos entre bebês e crianças que não são registrados como homicídio ou talvez nem sejam registrados. Há um consenso geral de que atos de violência contra crianças praticados por familiares provocam óbitos com uma frequência muito maior do que os registros oficiais parecem sugerir.<sup>23</sup>

"Um dia fui levar as vacas para pastar e uma delas se perdeu. Quando voltei para casa, meu pai me bateu tanto que quase morri. Fiquei cheia de marcas pelo corpo"

Adolescente de 17 anos, África Oriental e Meridional III

Quando dados confiáveis e numa quantidade suficiente estão disponíveis (como na Nova Zelândia, Suíça e Estados Unidos), algumas tendências podem ser observadas.<sup>24, 25, 26, 27, 28</sup> Em geral, crianças abaixo de 10 anos estão muito mais expostas ao risco de sofrer violência severa por parte de familiares e pessoas próximas da família do que crianças com idades de 10 a 19 anos. A idade e o gênero são fatores de risco importantes. A maioria dos assassinatos de crianças com menos de um ano de idade é cometida por um ou ambos os pais, frequentemente pela mãe. Embora aproximadamente 50% a 75% dos assassinatos de crianças abaixo de 10 anos sejam cometidos por membros da família, essa proporção cai para cerca 20% para crianças na faixa etária dos 10 aos 14 anos e para 5% para crianças com idades entre 15 e 19 anos. Observa-se um número considerável de óbitos entre crianças abaixo de 10 anos provocados por um padrasto ou madrasta, por um namorado ou namorada ou por uma outra pessoa que a vítima conhece.

Um estudo realizado nos Estados Unidos concluiu que as meninas correm um risco duas vezes maior de serem mortas por familiares.<sup>29</sup> Embora esse risco pareça diminuir após elas completarem dez anos de idade, os dados sugerem que elas correm um risco maior de serem assassinadas por parceiros íntimos (namorados ou maridos) ou por familiares deles. Além disso, em regiões onde casamentos precoces e assassinatos de mulheres "em defesa da honra" são comuns, o número de homicídios de meninas pode se manter estável ou aumentar nas faixas etárias dos 10 aos 14 e dos 15 aos 19 anos. São necessárias mais pesquisas para confirmar essas verificações.

Em algumas partes do Sul da Ásia, foram relatados índices elevados de assassinatos de meninas poucos dias após seu nascimento, sendo que essas mortes são frequentemente camufladas e registradas como óbitos de natimortos. Um estudo realizado na Índia, que envolveu entrevistas com mil mulheres sobre o resultado de sua gravidez, concluiu que 41% das mortes neonatais prematuras de meninas devem-se ao infanticídio feminino.<sup>30</sup> Embora essa prática não se limite à Índia aparentemente, um estudo realizado em Tamil Nadu calculou que de 8% a 10% dos óbitos de bebês registrados em 1995 podem ter sido provocados por práticas de infanticídio feminino. Mais pesquisas são necessárias para que possamos compreender melhor a natureza e a escala desse fenômeno em todos os países.

## **VIOLÊNCIA FÍSICA NÃO FATAL.**

A violência física é o uso intencional de força física contra uma criança que provoque ou possa provocar danos para a sua saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade. Crianças em todo o mundo apanham, são chutadas, sacudidas, espancadas, mordidas, asfixiadas, envenenadas e estranguladas por membros de suas famílias. Em casos extremos, essa violência pode matar a criança (como discutido acima) ou provocar deficiências ou lesões físicas graves. Em outros casos, a violência física pode não deixar nenhum sinal físico visível ou lesão. Em todos os casos, no entanto, ela tem um impacto negativo sobre a saúde psicológica e o desenvolvimento da criança.

Pesquisas realizadas em diversas partes do mundo indicam que a violência contra a crian-

ça no lar ocorre em todas as regiões. Por exemplo, em um estudo com alunos entre 11 e 18 anos de idade realizado na Província do Curdistão da República Islâmica do Irã, 38,5% dos entrevistados relataram experiências de violência física em casa que provocaram lesões físicas de brandas a graves.<sup>31</sup> Uma análise de estudos sobre a vitimização física de crianças na República da Coreia revelou que chutes, mordidas, asfixia e espancamentos por parte dos pais são surpreendentemente comuns e podem provocar lesões físicas e também deficiências, numa proporção menor.<sup>32</sup> No Reino Unido, uma pesquisa nacional revelou que mães e pais são frequentemente responsáveis por atos de violência física, embora irmãos também os pratiquem.<sup>33</sup>

O Comitê de Direitos da Criança define o castigo corporal como "qualquer tipo de punição na qual força física é usada com a intenção de provocar dor ou desconforto em algum nível, ainda que baixo".<sup>34</sup> Embora a preocupação global com a prevalência de castigos corporais no lar - que são perpetuados por sua "legalidade" e aprovação social - tenha estimulado um interesse maior em mensurar sua escala e formas, ela também tem suscitado debates. A maioria dos castigos corporais envolve o ato de bater em crianças com as mãos (tapas, palmadas) ou com algum instrumento - como um chicote, um pedaço de pau, um cinto, um sapato, uma colher de madeira, etc. No entanto, esses castigos podem envolver, por exemplo, chutes, sacudi-

das, jogar a criança longe, arranhá-la, beliscá-la, puxar seus cabelos ou orelha, forçar a criança a ficar em posições desconfortáveis, queimá-la, forçá-la a ingerir determinadas substâncias (como, por exemplo, lavar a boca da criança com sabão ou forçá-la a ingerir temperos picantes). O Comitê observou o seguinte: "O Comitê considera que o castigo corporal é degradante em qualquer situação". Existem também outras formas não físicas de castigo que são cruéis e degradantes e, portanto, incompatíveis com a CDC. Elas incluem, por exemplo, castigos que depreciam, humilham, denigrem, fazem bode expiatório da criança ou a assustam ou ridicularizam.<sup>35</sup>

Segundo os estudos disponíveis, as opiniões sobre o uso e eficácia dos castigos corporais variam muito. Enquanto um estudo canadense revelou que 59% das pessoas acreditam que as surras são prejudiciais para a criança e 86% acreditam que elas são ineficazes,<sup>36</sup> pesquisas realizadas nos Estados Unidos mostraram que 84% concordam que "em alguns casos, é necessário disciplinar uma criança aplicando-lhe uma boa surra".<sup>37, 38</sup> Um estudo realizado na República da Coreia concluiu que 90% dos pais acreditavam que os castigos corporais eram "necessários".<sup>39</sup> Em um relatório elaborado pelo Iêmen, quase 90% das crianças afirmaram que os castigos físicos e humilhantes constituíam o principal método de disciplina na família, sendo a surra a sua forma mais comum.<sup>40</sup>

## O QUE AS CRIANÇAS PENSAM SOBRE OS CASTIGOS CORPORAIS

A Aliança Internacional Save the Children desenvolveu pesquisas sobre castigos físicos e humilhantes com crianças de todo o mundo como uma contribuição especial para o Estudo. Seu relatório final concluiu que a grande maioria das crianças discordava da idéia de que castigos dessa natureza poderiam ser positivos de alguma maneira. O relatório sugeriu que embora as crianças possam satisfazer os desejos de adultos logo após apanharem, "crianças mais novas frequentemente não se lembram por que apanharam e só deixam de se comportar de uma maneira indesejada diante da ameaça iminente de uma surra. Esse tipo de castigo assusta a criança, levando-a a assumir determinados comportamentos. Ele não faz as crianças quererem se comportar de uma determinada maneira e tampouco lhes ensina a autodisciplina ou promove alguma alternativa".<sup>41</sup> Em uma pesquisa realizada pelo UNICEF na Europa e na Ásia Central, mais de 75% das crianças afirmaram que "bater" não era uma boa solução para problemas em casa "nunca".<sup>42</sup> Em Consultas Regionais realizadas para o Estudo, as crianças repetidamente exigiram outro método disciplinar, entre os quais que lhes fosse explicado o que fizeram de errado. Elas enfatizaram como era doloroso apanhar e ser humilhado por pessoas que afirmavam amá-las e se preocupar com seu bem-estar.

## NEGLIGÊNCIA

A negligência contribui muito para óbitos e doenças entre crianças pequenas. A negligência ocorre quando pais ou responsáveis não satisfazem as necessidades físicas ou emocionais de crianças dispondo dos meios, dos conhecimentos e do acesso a serviços necessários para esse fim ou quando não as protegem de perigos. No entanto, a diferença entre uma negligência deliberada e a que é cometida por ignorância ou falta de possibilidades de assistir crianças é muito sutil. Ainda se desconhece até que ponto a negligência influencia os índices de mortalidade infantil em muitas partes do mundo (com exceções, incluindo a do fenômeno das "meninas desaparecidas" descrito abaixo).

É difícil interpretar casos de negligência onde a saúde pública é precária e a subnutrição prevalece. Em alguns países industrializados, a

negligência é responsável pela maioria dos casos de maus-tratos denunciados às autoridades. Pesquisas realizadas nesses países confirmam que algumas formas de violência e negligência se confundem.<sup>43</sup> Em todas as Consultas Regionais para o Estudo, foram expressadas preocupações com a negligência de crianças portadoras de deficiência. Em que pese a falta de evidências quantitativas, sabe-se que essas crianças correm um risco maior de sofrer negligência na forma de não satisfação deliberada de suas necessidades físicas básicas ou de isolamento emocional e falta de estimulação.

Pesquisas sobre diferenças de gênero em casos de negligência na Índia sugerem que meninas sofrem relativamente mais negligência que meninos na primeira infância. Elas são amamentadas com menos frequência e por menos tempo e, após seu desmame, recebem alimentos de qualidade infe-

"Quando eu tinha mais ou menos doze anos, achei que tivesse engravidado do meu pai. Pensei até em me suicidar porque não sabia como ia explicar isso para as pessoas; afinal, eu tinha apenas doze anos e achava ninguém ia acreditar em mim."

Jovem, América do Norte, 2005 IV

3

rior e em menor quantidade.<sup>44</sup> As meninas também são levadas a serviços médicos com menos frequência e em estágios mais avançados de uma doença.<sup>45</sup> Um estudo realizado no Nepal sobre as consequências de uma infecção de poliomielite na população revelou que, muitos anos depois, a taxa de sobrevivência de meninos era duas vezes mais alta que a de meninas, embora a pólio tivesse afetado meninos e meninas na mesma proporção, sugerindo que houve um viés de gênero nos cuidados recebidos por ambos.<sup>46</sup> Na China, a taxa de gênero é desequilibrada em favor dos meninos (117 a 100), com o infanticídio contribuindo para essa situação.<sup>47</sup>

## **VIOLÊNCIA SEXUAL**

A OMS estima que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos abaixo de 18 anos já foram submetidos a algum tipo de relação sexual forçada ou outra forma de violência sexual envolvendo contato físico,<sup>48</sup> embora esse número seja claramente subestimado. Em grande parte, essa violência sexual é imposta por membros da família ou por outras pessoas que residem no lar da criança ou o visitam - pessoas nas quais as crianças normalmente confiam e que geralmente são responsáveis por cuidar delas.

Uma análise de dados epidemiológicos de 21 países, a maioria dos quais de renda média e alta, revelou que pelo menos 7% das mulheres (numa escala de até 36%) e 3% dos homens (numa escala de até 29%) afirmaram ter sido vítimas de abuso sexual na infância.<sup>49</sup> Segundo esses estudos, entre 14% e 56% dos abusos sexuais contra meninas e até 25% dos abusos se-

xuais contra meninos foram cometidos por parentes ou padrastos. Em muitos lugares, adultos falam abertamente sobre o risco de violência sexual que suas crianças correm na escola ou em brincadeiras na comunidade; no entanto, eles raramente mencionam o risco de abuso sexual que elas correm no contexto de seus lares famílias. A vergonha, o sigilo e a negação associados à violência sexual familiar contra crianças alimentam uma cultura de silêncio na qual crianças não podem relatar abusos sexuais que sofreram e adultos não falam sobre o risco da violência sexual no lar e não sabem o que fazer ou dizer quando suspeitam que algum conhecido está abusando sexualmente de uma criança.

A maioria das crianças não relata abusos sexuais que sofreu no lar porque tem medo do que pode acontecer com elas e com suas famílias e acham que suas famílias ficarão envergonhadas e as rejeitarão ou não acreditarão nelas. Adultos podem também não relatar a ocorrência desse tipo de abuso. Em comunidades e famílias que adotam regras rígidas de masculinidade, feminilidade e honra familiar, meninos que denunciam violência sexual podem ser vistos como fracos e não másculos e meninas que fazem isso correm o risco de ser responsabilizadas e culpadas pelo abuso - e frequentemente apanham e são mortas.<sup>50, 51</sup> Tantos meninos como meninas são vulneráveis à violência sexual, mas uma comparação entre estudos internacionais revela que os índices de violência sexual geralmente são mais altos para meninas do que para meninos.<sup>52, 53</sup>

Um estudo recente da OMS envolvendo múltiplos países entrevistou mais de 24.000 mulhe-

"Eu tinha apenas 15 anos e estava cursando a nona série quando meus sonhos foram destruídos. Fui atacada com ácido por recusar uma proposta de casamento. Você pode imaginar a dor física de se ter ácido jogado no rosto e no corpo, mas a dor do estigma social é pior que a dor física e pode durar para sempre."

Vítima de ataque com ácido, Sul e Centro da Ásia, 2005

res em 10 países (Bangladesh, Brasil, Etiópia, Japão, Peru, Namíbia, Samoa, ex-Sérvia e Montenegro, Tailândia, e República Unida da Tanzânia) e perguntou a elas se haviam sido tocadas sexualmente por alguém ou se haviam sido forçadas a fazer algo de natureza sexual contra a sua vontade antes dos 15 anos de idade.<sup>54</sup> Em alguns desses países, a proporção de abusos sexuais na infância cometidos por membros da família é extremamente alta:

- Em duas localidades no Brasil, 12% e 9% das mulheres, respectivamente, relataram ter sofrido abuso sexual na infância, das quais 66% e 54% afirmaram que o ato havia sido cometido por um parente.
- Na Namíbia, 21% das mulheres relataram casos de abuso sexual na infância, 47% das quais informaram que o ato havia sido cometido por um parente.
- Em duas localidades peruanas, 19,5% e 18% das mulheres relataram ter sofrido abuso sexual, 54% e 41% das quais disseram que os agressores eram parentes.

Os agressores sexuais de meninas mais mencionados eram parentes do gênero masculino (irmãos, tios), seguidos de padrastos, pais e parentes do gênero feminino. Amigos do gênero masculino da família também foram muitas vezes mencionados como agressores sexuais. Outras pesquisas confirmam que pais, cuidadores, tias e tios, irmãos, avós, primos e amigos da família cometem violência sexual contra crianças. Por exemplo:

- Num estudo realizado com mulheres na faixa etária dos 15 aos 49 anos na África do

Sul, 21% das mulheres que afirmaram terem sido forçadas ou persuadidas a manter relações sexuais contra a sua vontade relataram que o agressor era um parente.<sup>55</sup>

- Num estudo nacional realizado na Romênia com crianças com idades entre 13 e 14 anos, 9% delas relataram ter sido sexualmente violentadas dentro de suas famílias e 1% afirmou ter sido estuprado por um parente.<sup>56</sup>
- No Território Palestino Ocupado, 19% dos alunos de graduação que foram entrevistados relataram ter sofrido pelo menos um ato de violência sexual por parte de um parente imediato antes dos 16 anos de idade. Além disso, 36,2% relataram abuso sexual praticado por um parente em pelo menos uma ocasião. Homens e mulheres relataram índices semelhantes de abuso sexual na infância.<sup>57</sup>
- Num estudo realizado com estudantes universitários na Região Administrativa Especial Chinesa de Hong Kong, 4,3% dos homens e 7,4% das mulheres revelaram ter sofrido um ou mais incidentes de violência sexual antes dos 17 anos de idade. Em menos de um terço dos casos, os agressores eram pessoas desconhecidas.<sup>58</sup>
- Uma análise de arquivos de proteção infantil realizada na Espanha entre 1997 a 1998 revelou que 3,6% dos casos de abuso eram sexuais e que 96% dos agressores eram parentes. Pais e padrastos foram responsáveis pela maioria dos casos de abuso sexual, seguidos de mães e tios ou tias.<sup>59</sup>
- Na Somália, 20% das crianças relataram que tinham conhecimento de uma agressão sexual contra uma criança em sua família.<sup>60</sup>

## **Violência relacionada a comportamentos sexuais e percepções de honra**

Em algumas circunstâncias, as meninas são vistas como cúmplices em casos de violência sexual e são responsabilizadas pelo ato sexual, seja ele forçado, violento ou não, em vez de seus agressores. Em alguns países, se o agressor negar o ato e não houver testemunhas, uma menina com mais de 12 anos de idade pode ser severamente punida por um estupro e outros tipos de agressão sexual.<sup>61</sup>

Em algumas culturas, a perda de virgindade de uma menina da família, mesmo que em decorrência de um estupro, é percebida como algo que compromete a honra familiar, podendo levar à sua morte nas mãos de parentes. No Paquistão, organizações de direitos humanos revelaram a ocorrência de mais de 1.200 casos de "assassinatos em legítima defesa da honra" somente em 2003.<sup>62,63</sup> Isso também ocorre na Jordânia, Índia, República Árabe da Líbia, Território Palestino Ocupado, Turquia, Iraque, Afeganistão e em países com populações originárias da Ásia e do Oriente Médio. Dados do Reino Unido sugerem que aproximadamente 12 mortes dessa natureza ocorrem em seu território todos os anos.<sup>64</sup> Estima-se que essas mortes representem apenas o resultado extremo de um problema muito maior de intimidação e violência.<sup>65</sup>

Atos de extrema violência podem ser cometidos contra meninas e mulheres que não assumem comportamentos estereotipados. A rejeição de investidas românticas ou propostas de casamento, por exemplo, pode desencadear uma reação violenta.

O número de ataques com ácido contra mulheres e meninas em Bangladesh em função de rejeições de propostas de namoro ou casamento, que atualmente está estimada em cerca de 120 por ano,<sup>66</sup> alcançou o percentual de 17% em 2003.<sup>67</sup> A maioria das meninas que sofre ataques desse tipo pertence a lares pobres e eles geralmente ocorrem quando elas estão a caminho da escola ou quando saem de casa para pegar água ou combustível.

## **A VIOLÊNCIA SEXUAL EM RELACIONAMENTOS ÍNTIMOS E CASAMENTOS PRECOCES**

Para um grande número de meninas - e alguns meninos - a primeira experiência de uma relação sexual na adolescência é indesejada e até forçada e alguns desses estupros ocorrem no contexto de relacionamentos íntimos ou de uniões estáveis ou casamentos precoces. Casos de violência podem também ocorrer em namoros, mas esse tipo de relacionamento não formal entre meninos e meninas (e entre casais do mesmo sexo) tende a ocorrer fora do lar e do contexto familiar, razão pela qual ele será abordado principalmente no capítulo sobre violência contra a criança na comunidade.

Em muitas sociedades, os casamento ou uniões estáveis são arranjados - no caso das meninas, geralmente quando elas chegam à puberdade ou pouco depois - pelos pais e membros mais velhos da família. Algumas vezes, essas uniões são forçadas, particularmente para meninas, e resultam em casamentos precoces.

Embora as justificativas para essa prática incluam a pretensa necessidade de proteger a honra da fa-

"Odeio o casamento precoce Casei-me quando ainda era muito nova e meus sogros me forçavam a dormir com meu marido, que me fazia sofrer a noite toda. Desde então, sempre que começa a anoitecer fico preocupada, pensando que isso vai acontecer de novo. Isso é o que eu mais odeio."

Menina de onze anos que se casou quando tinha cinco anos de idade, África Oriental e Sul da África, 2005VI

mília e a pureza sexual da menina, fatores econômicos também desempenham um papel importante nesse contexto. As meninas podem ser vistas como uma responsabilidade econômica em famílias pobres, o dote para elas geralmente é mais baixo, os ganhos econômicos gerados pelo casamento são mais altos para meninas mais novas e o casamento de uma menina nova pode ser arranjado para garantir seu futuro econômico e o de sua família.

A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres prevê que o casamento de qualquer criança não tem efeito legal e que todas as medidas necessárias devem ser tomadas para especificar uma idade mínima para o casamento, inclusive medidas legislativas. Nas suas Recomendações Gerais de 1994 sobre igualdade e relações familiares, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra Mulheres (CEDAW) recomendou que a idade mínima para o casamento de meninos e meninas deve ser a de 18 anos. O Comitê sobre os Direitos da Criança acatou essa proposta e frequentemente recomenda aos Estados que aumentem e equalizem a idade legal para o casamento.

O casamento precoce de meninas tem consequências negativas significativas sobre sua saúde, desenvolvimento e direitos. Frequentemente, ele mina suas oportunidades de receber uma educação formal e provoca seu isolamento social. Esposas jovens são vistas como pessoas que concordaram em ter relações sexuais com seus maridos e, por isso, elas engravidam antes de seus corpos estarem plenamente formados. Elas enfrentam taxas mais altas de problemas no parto e de mortalidade materna. O mesmo se aplica ao casamento com crianças.<sup>68</sup>

Além de outros riscos para sua saúde e desenvolvimento, meninas que se casam antes dos 18 anos correm o risco de sofrer violência física, sexual e psicológica nas mãos de seus maridos e há evidências que sugerem que meninas que se casam cedo ficam mais expostas ao risco de sofrer violência do que outras mulheres.<sup>69</sup> A violência íntima contra meninas casadas constitui frequentemente uma manifestação de uma relação desigual de poder entre elas e seus maridos e revela crenças subjacentes da sociedade em relação à função e condição de homens e mulheres.

## PREVALÊNCIA DE CASAMENTOS PRECOCES

O casamento precoce é comum no Sul da Ásia, na África Ocidental e em alguns países da África Meridional e Oriental - especialmente em Moçambique, Uganda e Etiópia - bem como em outras partes no Oriente Médio, principalmente no Iêmen. Em alguns países - particularmente na África Ocidental, mas também em Bangladesh e no Nepal - aproximadamente 60% das meninas casam-se antes de completarem 18 anos de idade e em pelo menos 28 países essa proporção chega a 30%.<sup>70</sup> Embora a maioria dos países tenha leis que proíbem o casamento de meninas antes dos 16 anos de idade e alguns antes dos 18 anos, essas leis são frequentemente ignoradas e os casamentos não são registrados, regras tradicionais baseadas em costumes ou religiosas são aceitas e poucos casos geram ações judiciais.

Em todo o mundo, estima-se que 82 milhões de meninas que hoje têm de 10 a 17 anos de idade irão se casar antes de chegar aos 18 anos.<sup>71</sup> Essa estimativa inclui um número expressivo

de casamentos com idades muito abaixo dessas. No Nepal, por exemplo, 7% das meninas casam-se aos 10 anos de idade e 40% antes de completarem 15 anos.<sup>72</sup> Na região de Amhara, na Etiópia, 40% das meninas que vivem em áreas rurais casam-se aos 15 anos,<sup>73</sup> em alguns casos após terem sido seqüestradas e estupradas para evitar o pagamento do preço da noiva. Em todos esses casos, a noção do consentimento para o casamento e para o sexo dentro dele não se aplica a nenhum dos parceiros, particularmente à menina. Quando uma menina é enviada para morar com a família de seu marido após um acordo de casamento ser celebrado, as relações sexuais no contexto da união começam quando ela ainda tem 10 ou 11 anos de idade, antes de sua primeira menstruação.

### **Violência física, sexual e psicológica**

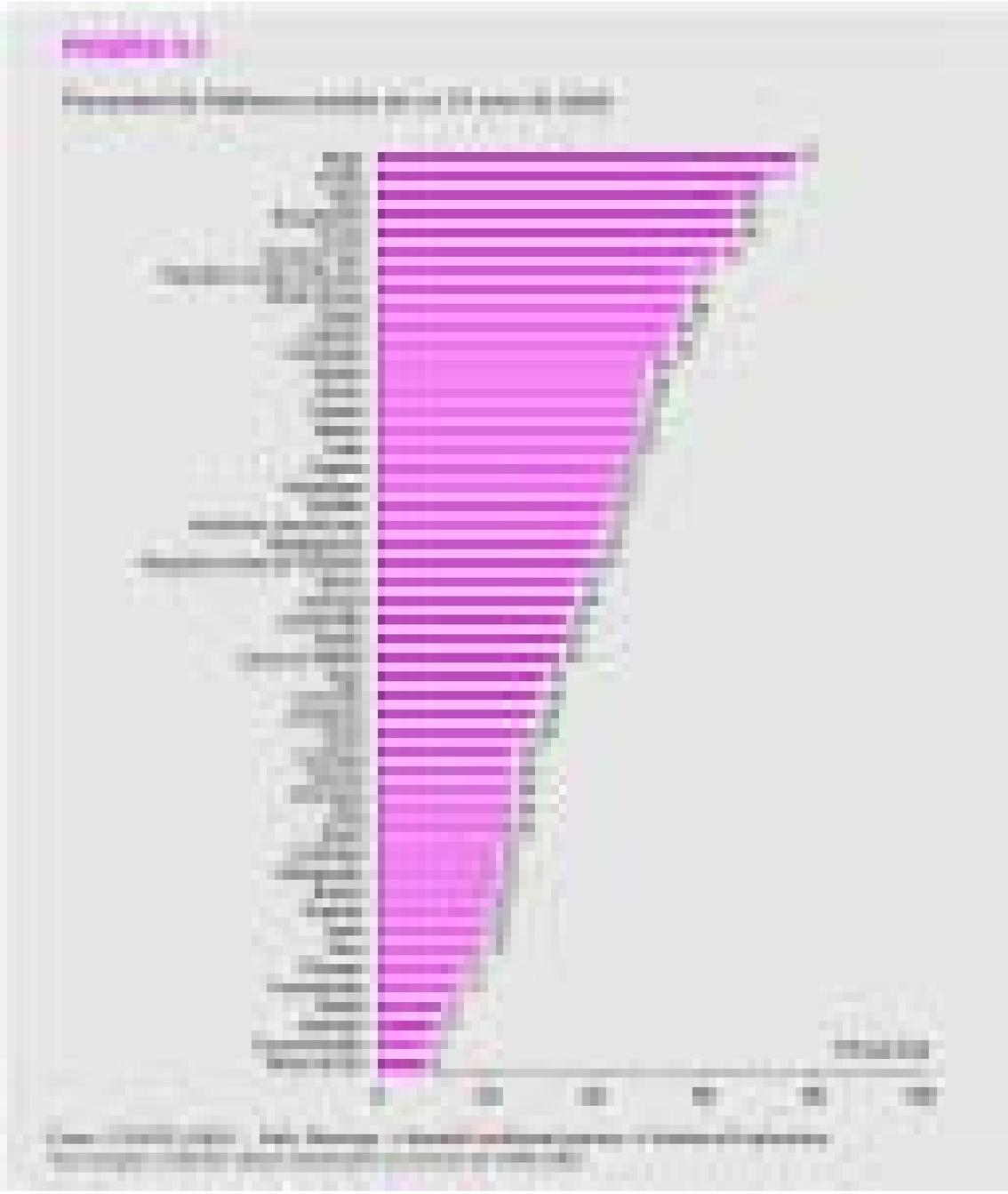
Meninas casadas sofrem muito com a violência de seus maridos. Uma análise recente de dados de pesquisas demográficas e de saúde revelou que 4% das meninas entre 15 e 19 anos do Camboja, 15.4% da República Dominicana, 21.0% do Egito, 25.4% do Haiti, 10.4% da Índia, 18.2% da Nicarágua, e 33.3% da Zâmbia<sup>74</sup> sofreram violência conjugal por parte de seus maridos.<sup>74</sup> Nesses países, mulheres mais novas e mulheres que casaram mais cedo relataram a maior parte dos casos de violência íntima por parte de parceiros.

A violência física cometida por maridos contra meninas casadas pode incluir atos de empurrar, sacudir, dar tapas, beliscões, mordidas e chutes, arrastar, estrangular, queimar e ameaçar usar uma

arma contra elas ou efetivamente usá-la. Em sociedades nas quais o costume do dote ainda existe, os maridos podem agredir suas mulheres novas porque sua família não pagou o dote ou porque os familiares de seus maridos não ficaram satisfeitos com a quantia envolvida.

Estudos sobre violência doméstica e agressões relacionadas ao costume do dote revelam que parentes próximos, principalmente familiares do marido, participam muito de atos de violência contra mulheres. Frequentemente, o agressor é o marido, com a ajuda da sogra.<sup>75</sup> No entanto, em alguns casos, os parentes do marido são os que mais cometem atos de violência e assediam a mulher casada prematuramente.<sup>76, 77, 78</sup> Um estudo realizado na Índia revelou que entre as mulheres que relataram ter sofrido atos de violência física e verbal em decorrência da insatisfação do marido com o dote, o parente que mais as agrediu foi a sogra (95%), seguida pelo marido e o sogro (72% cada), cunhadas (49%) e cunhados (14%).<sup>79</sup>

Muitas meninas casadas sofrem violência sexual de seus parceiros. Elas podem ser fisicamente forçadas a ter relações sexuais contra a sua vontade ou tê-las sob ameaças, por medo de que o parceiro poderá fazer se elas se recusarem, e podem também ser forçadas a se submeter a alguma prática sexual que elas consideram degradante ou humilhante. Em sociedades nas quais as regras culturais permitem que os homens tenham um acesso sexual ilimitado às suas mulheres após o casamento, meninas casadas correm um risco maior de sofrer uma iniciação sexual forçada ou traumática.<sup>80</sup>



"Minha avó chegou. Ela me disse que eu seria circuncidada, mas não entendi o que isso queria dizer. Ela disse: 'Agora você será como todas as outras meninas, não será deixada para trás'. Elas se prepararam, me seguraram pelos ombros e joelhos e eu comecei a chorar e tentar fechar minhas pernas. Foi horrível. Nunca vou conseguir esquecer o que aconteceu."

Mãe, que mesmo assim submeterá suas filhas à mutilação genital feminina por pressão de sua sogra, África Oriental e Meridional, 2005VII

# 3

A violência psicológica praticada por maridos contra meninas casadas inclui humilhações, ameaças contra elas ou alguém próximo delas e comportamentos controladores. Quando uma menina foge de um casamento violento e volta para sua casa original, ela corre o risco de ser rejeitada por seus pais e de ser espancada por ter sido uma esposa inadequada.

## PRÁTICAS TRADICIONAIS PREJUDICIAIS

Em alguns contextos, as tradições culturais incluem práticas que causam dor e "desfigurações" de crianças, como escarificações, marcações a ferro quente ou tatuagens. Embora o termo "práticas tradicionais prejudiciais" esteja particularmente associado à mutilação genital de meninas, diversas outras práticas prejudiciais trazem sofrimento para meninos e meninas. Na Etiópia, uma pesquisa realizada em 1998 pelo Comitê Nacional de Práticas Tradicionais Prejudiciais revelou que 84% das crianças são submetidas a uvulectomia (remoção da pele do palato mole no fundo da boca) e que 89% delas têm seus dentes de leite extraídos.<sup>81</sup> Essas operações muitas vezes são realizadas com instrumentos não esterilizados, que podem provocar infecções.

Os participantes das consultas realizadas para o Estudo na África Ocidental e Central expressaram preocupação com o fato de que em países da África Ocidental, como na Mauritânia, em Níger e na região norte de Mali, o desejo de casar filhas de 5 a 10 anos faz com que pais as submetam a um regime de superalimentação para

promover seu desenvolvimento físico e fazer com que seus corpos amadureçam prematuramente para agradar os homens. Essa prática pode ter trágicas conseqüências, como a rejeição de mulheres por seus maridos quando descobrem que elas ainda não menstruaram e não podem ter filhos, a obesidade, que pode provocar graves problemas de saúde na idade adulta e doenças cardiovasculares, hipertensão e diabetes.

## Mutilação/corte genital feminina

O termo "práticas tradicionais prejudiciais" é mais frequentemente associado à mutilação ou "corte" genital feminino, como é descrito nas áreas onde essa prática é adotada. Segundo estimativas da OMS, entre 100 e 140 milhões de meninas e mulheres foram submetidas a algum tipo de mutilação genital no mundo.<sup>82</sup> Desde a mais tenra idade até a adolescência, meninas são submetidas a essa extirpação, que geralmente remove seu clitóris, antes de se casarem.<sup>83</sup> A mutilação genital feminina é vista como uma forma de proteger sua virgindade ou como um processo de embelezamento, e em várias culturas ela é considerada como um pré-requisito essencial para o casamento.

Há diferentes formas de mutilação genital feminina, algumas das quais envolvem extirpações mais radicais na área genital do que outras. Em sua forma mais extrema (infibulação), os lábios internos e externos são cortados e as bordas expostas são costuradas, deixando a vagina quase fechada. Após esse procedimento, as pernas das meninas geralmente são amarradas dos pés aos quadris e elas ficam imobiliza-

das por vários dias para permitir a formação de tecido cicatrizante.<sup>84</sup> De 90 a 98% das meninas somalis são submetidas a esse tipo de procedimento, geralmente com idades entre 7 e 8 anos.<sup>85</sup> Ele acarreta conseqüências profundas para as experiências das mulheres em suas relações sexuais e maternidade. Seu trabalho de parto geralmente fica mais prolongado ou elas podem dar à luz natimortos. Após o parto, ela geralmente é "recosturada".

Os dados mais abrangentes e confiáveis sobre a prevalência e a natureza da mutilação genital feminina são os fornecidos por pesquisas demográficas e de saúde (DHS em inglês) e pelas pesquisas conhecidas como Multiple Cluster Surveys (Pesquisas de Indicadores Múltiplos por Conglomerados - MICS). No entanto, a prática varia consideravelmente em termos da gravidade da mutilação e em muitos países nos quais a prática é mais comum não são feitos DHS e MICS, principalmente na Somália e em Djibuti (veja a figura 3.2). Estimativas do UNICEF publicadas em 2005 sugerem que na África Subsaariana, Egito e Sudão, três milhões de meninas e mulheres são submetidas a mutilação genital feminina todos os anos.<sup>86</sup>

Essa prática é mais comum nos países do chamado "Chifre da África" (Somália, Etiópia, Eritreia e Djibuti), seguidos dos vizinhos Egito e Sudão, África Oriental e Ocidental, com alguns casos registrados no Oriente Médio e na Ásia. Em muitos dos países onde a prática prevalece, ela é aplicada por determinados povos; por exemplo, na Nigéria, segundo dados do DHS, quase 60% das meninas são sub-

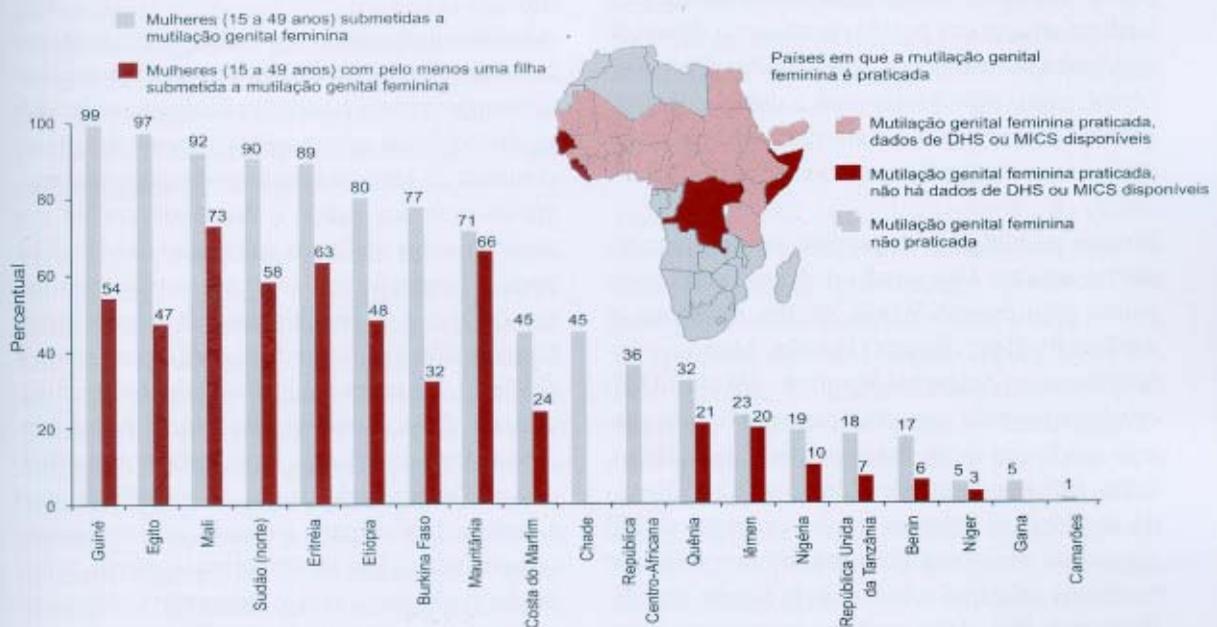
metidas a esse tipo de mutilação nas províncias do sul, enquanto somente 2% sofrem o procedimento no norte. No Quênia, ele é quase que universalmente adotado por grupos que- nianos somali, massai e outros e sua prevalência chega a 32% no país como um todo.<sup>87</sup> Na Guiné, Mali e Mauritânia, dados recentes do DHS revelam que os índices do procedimento alcançam percentuais de 71 a 99% e que algumas meninas são submetidas a ele antes de completar 4 anos de idade atualmente.<sup>88</sup> O fenômeno também ocorre em países industrializados, entre grupos da diáspora.

## **VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA**

Todas as formas de violência física e sexual envolvem algum dano psicológico, mas a violência psicológica pode também assumir a forma de insultos, desprezo, isolamento, rejeição, ameaças, indiferença emocional e depreciação - que podem ser prejudiciais para o desenvolvimento psicológico e o bem-estar da criança. Não há definições padronizadas e pouco se sabe sobre a escala global dessa forma de violência contra a criança, exceto que ela é frequentemente acompanhada por outras formas de violência; no entanto, observou-se que a agressão psicológica e a física coexistem em lares violentos.<sup>89</sup> Em contextos familiares violentos, o medo e a ansiedade prevalecem constantemente em função da expectativa da violência e da dor, humilhação e medo experimentados no momento da agressão. Grupos de crianças mais velhas desenvolvem uma sensação de solidão devido à rejeição e desconfiança dos pais e, em alguns casos, auto-rejeição.

FIGURA 3.2

Prevalência da mutilação genital feminina entre mulheres e suas filhas



Dados dos últimos anos disponíveis, 1996–2004. Adaptado de UNICEF (2005). *Changing a Harmful Social Convention: Female Genital Mutilation/Cutting. Innocenti Digest no. 12.* Florença, UNICEF, Centro de Pesquisas Innocenti; UNICEF (2005). *Female Genital Mutilation/Cutting: A Statistical Exploration.* Nova Iorque, UNICEF.

Os dados mais abrangentes e confiáveis sobre a prevalência e natureza da mutilação genital feminina são os produzidos pelo DHS e pelas Pesquisas de Indicadores Múltiplos por Conglomerados (MICS). No entanto, as pesquisas não conseguem identificar o grau de severidade da mutilação, que varia consideravelmente de país a país e dentro deles. Além disso, essas pesquisas não foram realizadas em alguns países onde sabe-se que a mutilação genital feminina é mais frequentemente praticada em sua forma mais severa, como na Somália e em Djibuti.

"A violência contra a criança no lar e na família é um problema sério que tem sido fortemente associado a comportamentos de risco para a saúde numa idade mais adulta... Esses comportamentos, por sua vez, contribuem para algumas das principais causas de doenças e óbitos... Prevenir a violência contra a criança no lar e na família deve, portanto, ser uma prioridade para a saúde pública."

Dr. Alexander Butchart, Conselho Editorial do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança.

A violência psicológica pode ser provocada por uma frustração descontrolada ou pode ser aplicada com a mesma finalidade dos castigos corporais: intimidar a criança para ela obedecer a seus pais e "reprimir" comportamentos inadequados. Embora as crianças possam conhecer o ditado de que "palavras não doem", para muitas delas também é muito difícil lidar com a dor e ansiedade geradas pela rejeição e com a humilhação resultante de um ataque à sua auto-estima.<sup>90</sup>

Formas psicológicas de punição ocorrem em todas as regiões. Um estudo realizado com cinco países pelo projeto World Studies of Abuse in the Family Environment (Estudos Mundiais sobre Abuso no Ambiente Familiar - WorldSAFE) revelou que gritar com crianças é um tipo de castigo usado em todos esses países (Chile, Egito, Índia, Filipinas e Estados Unidos). A incidência de insultos ou ameaças contra crianças variou um pouco mais: nas Filipinas, observou-se que nenhuma mãe tem o costume de xingar seus filhos, mas 48% delas costumam ameaçar abandoná-los e, no Egito, 51% delas xingam seus filhos, mas só 10% ameaçam abandoná-los.<sup>91</sup>

Um tipo de castigo pode levar a outro, dependendo da idade da criança. Um estudo realizado na Suazilândia envolvendo 2.000 crianças com idades entre 6 e 18 anos revelou que castigos psicológicos humilhantes são mais comuns contra crianças mais velhas e que castigos corporais são mais frequentes entre crianças mais novas.<sup>92</sup>

## CONSEQÜÊNCIAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA

As conseqüências da violência contra a criança incluem tanto impactos pessoais imediatos como danos posteriores, na adolescência e na vida adulta. A violência experimentada por crianças no contexto do lar e da família pode gerar conseqüências para sua saúde e desenvolvimento que serão sentidas ao longo de toda a sua vida. Elas podem perder a confiança em outros seres humanos, que é essencial para o desenvolvimento humano normal. Aprender a confiar nas pessoas desde a mais tenra idade por meio do desenvolvimento de laços afetivos na família é uma tarefa essencial da infância que também está estreitamente relacionada com a capacidade de amar e desenvolver empatia e relacionamentos positivos no futuro. Em um nível mais amplo, a violência pode prejudicar o desenvolvimento pessoal da criança e sua capacidade de ser bem-sucedida na vida, acarretando custos elevados para a sociedade como um todo.

## CONSEQÜÊNCIAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

As conseqüências imediatas mais aparentes da violência contra a criança são lesões letais e não letais, problemas cognitivos, incapacidade de prosperar e as conseqüências psicológicas e emocionais de tratamentos dolorosos ou degradantes sofridos ou testemunhados que ela não consegue entender ou evitar. Essas conseqüências incluem sentimentos de rejeição e abandono,

"Tenho oito anos e fui estuprada quando tinha seis anos. Meus pais registraram ocorrência na polícia e ele foi preso. Mas eu não posso mais ficar onde moro. Sabe do que me chamam por aqui? Me apelidaram de 'a rasgada' (déchirée)... mesmo quando vou ao poço buscar água, as crianças me chamam assim. Quero fugir daqui".

Menina, 8 anos, África Oriental e Meridional.

3

incapacidade de desenvolver laços afetivos adequados, traumas, medo, ansiedade, insegurança e baixa auto-estima. Quando um pai faz uma criança sofrer deliberadamente para castigá-la ou por qualquer outro motivo, uma das coisas que ela aprende é que esse pai pode ser uma fonte de dor a ser evitada. Mesmo crianças de dois anos que são punidas fisicamente por suas mães tendem a se distanciar mais delas do que crianças que não sofrem esse tipo de violência.<sup>93</sup>

Os impactos e as conseqüências são agravados pelo fato de as crianças serem agredidas por pessoas que amam e em quem confiam em suas casas, onde deveriam se sentir seguras. Os danos são particularmente graves quando elas sofrem abuso sexual, principalmente em decorrência do estigma e da vergonha associados a ele em todos os países, que as forçam a lidar sozinhas com o problema. A perda de confiança e fé nos seres humanos mais próximos da criança pode gerar sentimentos de medo, desconfiança, incerteza e isolamento emocional. Ela pode nunca mais se sentir segura na companhia de seu pai ou de sua mãe ou do parente que a agrediu.

Evidências cada vez mais abundantes sugerem que a exposição à violência ou a traumas afeta o desenvolvimento do cérebro, por interferir em processos normais de desenvolvimento neurológico.<sup>94</sup> Quando a violência familiar é extrema, a criança pode apresentar mudanças comportamentais relacionadas à idade e sintomas compatíveis com o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e quadros de depressão. A agressão física e sexual está associada a um risco maior de pensamentos e comportamentos suicidas e, quanto mais grave a

violência, mais altos os riscos.<sup>95, 96</sup> Esses efeitos podem também ser influenciados pela reação dos adultos quando as crianças tentam conversar com eles sobre alguma agressão sofrida. Outras variáveis seriam o tempo decorrido desde a agressão, onde ela ocorre e se a criança está sofrendo atos de violência repetidamente cometidos por uma mesma pessoa ou se está sendo "revitimizada" por um outro agressor.<sup>97</sup>

Segundo a OMS, os efeitos negativos da violência no lar para crianças são semelhantes em contextos cultural e geograficamente diferentes. Com base em estudos realizados com mulheres em Bangladesh, Brasil, Etiópia, Japão, Namíbia, Peru, Samoa, Tailândia e República Unida da Tanzânia, crianças que vivem em lares violentos (nos quais a mãe relatou abuso físico por parte do pai) têm uma tendência maior de desenvolver problemas comportamentais como fazer xixi na cama, ter pesadelos e apresentar comportamentos muito agressivos ou timidez excessiva.<sup>98</sup> Os resultados desses estudos sugerem que a exposição à violência no lar é um sinal de alerta de danos para a criança e os serviços de saúde devem levar esse fato em consideração em suas ações de prevenção e em suas respostas.

## CONSEQÜÊNCIAS DE LONGO PRAZO

Um conjunto cada vez maior de pesquisas revela que a violência cometida contra crianças ou a experiência de morar num domicílio onde agressões freqüentes contra familiares são testemunhadas podem contribuir muito para a ocorrência de doenças e óbitos entre adultos. A experi-

"Pode parecer um sentimento de culpa. A vítima e mesmo as pessoas à sua volta que não conhecem a situação podem achar que uma criança que sofreu abuso é responsável por ele. Se pessoas próximas acreditarem nisso, a vítima lentamente acaba acreditando que isso é verdade também."

Menina matriculada na segunda série do ensino médio, Europa, 2005 IX

ência de violência na infância tem sido associada ao consumo excessivo de álcool e drogas, câncer, doenças pulmonares crônicas, depressão e inúmeras outras enfermidades, como doenças hepáticas, obesidade e problemas crônicos de saúde reprodutiva.<sup>99, 100, 101</sup> Essa associação pode ser gerada por comportamentos prejudiciais adotados para aliviar a dor, como fumar, beber, consumir substâncias, comer excessivamente ou outros hábitos dietéticos inadequados.

A violência contra a criança pode também provocar impactos de longo prazo para a saúde mental.<sup>102</sup> Um estudo que comparou dados de todas as partes do mundo mostra que muitos casos de distúrbios mentais em adultos estão associados à ocorrência de abuso sexual na infância (veja a Tabela 3.1).<sup>103</sup> Embora a prevalência de casos de abuso tivesse variado nas diferentes regiões pesquisadas, seus impactos foram semelhantes e seus piores efeitos sobre a saúde mental foram associados à duração do abuso e seu grau de severidade.

As conclusões são semelhantes para castigos físicos e outras formas degradantes de tratamento. O castigo corporal gera depressão, infelicidade, ansiedade e desesperança em crianças e jovens. Mesmo que sua frequência seja baixa, o castigo corporal pode gerar problemas psicológicos em jovens.<sup>104, 105, 106, 107</sup> Em um grupo de adolescentes que vivem na Região Administrativa Especial de Hong Kong da China, os que haviam sofrido castigos corporais poucos meses antes apresentavam uma maior suscetibilidade ao consumo do álcool, ao tabagismo e a se envolver em brigas, além de uma maior propensão à ansiedade, ao estresse e a perceber dificuldades em sua capacidade de lidar com problemas do cotidiano.<sup>108</sup> Essa relação entre castigos corporais e a saúde mental é percebida também na idade adulta, como revelam estudos realizados no Canadá e nos Estados Unidos, que identificaram níveis mais altos de ansiedade e alcoolismo entre adultos em função de terem sofrido castigos desse tipo.<sup>109</sup>

**TABELA 3.1 - Ônus Global dos Distúrbios Mentais Atribuídos ao Abuso Sexual de Crianças**

DISTÚRBO MENTAL	PERCENTUAL GLOBAL DO ÔNUS DE DISTÚRBIOS ATRIBUÍDOS AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS	
	MULHERES (%)	HOMENS (%)
Depressão, consumo de álcool e drogas	7 - 8	4 - 5
Transtorno de estresse pós-traumático	33	21
Tentativas de suicídio	11	6
Síndrome do pânico	13	7

Fonte: Andrews G et al. (2004). *Child Sexual Abuse.. Em: Ezzati M. et al.(2004). Comparative Quantification of Health Risks: Global and Regional Burden of Disease Attributable to Selected Major Risk Factors, Vol. 2. Genebra. Organização Mundial da Saúde, págs. 1851-1940.*

## MAIS VITIMIZAÇÃO

Experimentar violência na infância também aumenta os riscos de mais vitimização e de uma acumulação de experiências violentas. Esse fato reforça a importância de reconhecermos e prevenirmos a violência contra a criança nos estágios mais iniciais possíveis. Da mesma forma, o abuso sexual de crianças já está claramente estabelecido como um fator de risco de vitimização sexual na idade adulta e o risco aumenta se incluir uma relação sexual efetiva e outras formas de violência.<sup>110</sup> A escala da vitimização continuada no lar só foi avaliada em poucos países nos quais registros e bancos de dados são atualizados rotineiramente. No Reino Unido e nos Estados Unidos, nos casos de violência contra a criança relatados a órgãos de proteção, os índices de reencaminhamento variaram entre 5% e 24% num período de 1 a 4 anos de acompanhamento.<sup>111, 112, 113</sup> Para crianças encaminhadas a esses órgãos em pelo menos duas ocasiões, o risco é bem maior.

Acredita-se que a violência familiar contra crianças está associada a um maior risco de violência em outros ambientes. Um estudo realizado no Reino Unido constatou que crianças que testemunham violência doméstica também ficam mais suscetíveis à prática de intimidação ostensiva (bullying)<sup>114</sup> e uma pesquisa com crianças que estavam cursando o primeiro e segundo grau na Itália revelou que crianças, principalmente meninas, que testemunham atos de violência entre os pais em casa têm uma propensão maior a serem vítimas de bullying.<sup>115</sup>

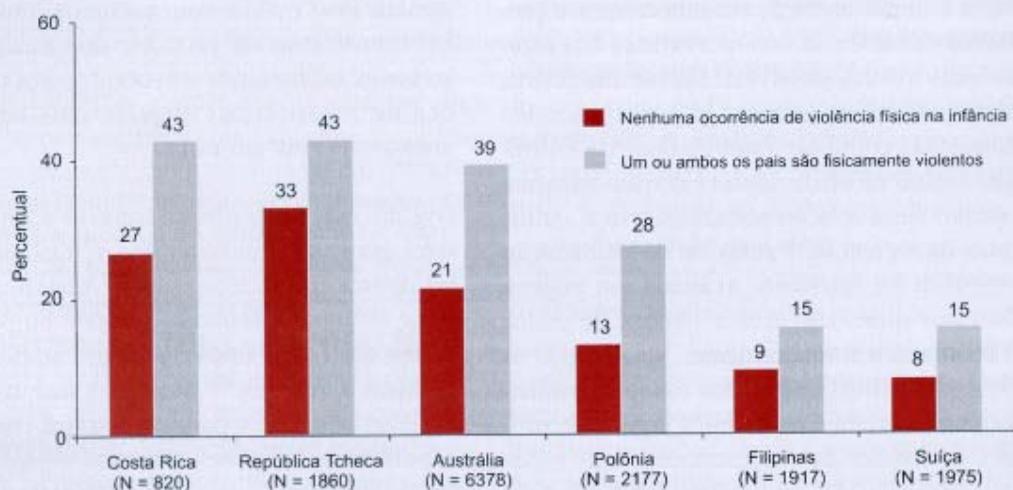
Crianças que sofreram abuso sexual, foram extremamente negligenciadas ou tiveram experiências violentas no lar provavelmente fugirão de suas casas ou passarão a viver nas ruas, ficando expostas a abuso e exploração sexual. Isso ocorre com meninos e meninas. De acordo com um relatório do Canadá, quase todos os meninos envolvidos em atividades de prostituição naquele país sofreram abusos sexuais em casa.<sup>116</sup>

Alguns estudos concentraram-se na natureza inter-geracional da violência.<sup>117</sup> Dados recentes de um estudo realizado na Austrália, Costa Rica, República Tcheca, Polônia e Filipinas indicam que o problema é comum em diferentes culturas e regiões.<sup>118</sup> Mulheres que sofreram violência física por parte de seus pais na infância em todos os países têm uma probabilidade maior de relatar agressões por parte de seus parceiros íntimos na idade adulta, fortalecendo a perspectiva de que sofrerão violência por toda a sua vida<sup>119</sup> (veja a Figura 3.3).

No caso das práticas tradicionais e do casamento de crianças, observa-se um fenômeno inter-geracional, pois há mães (e pais) que consideram esses costumes obrigatórios e os impõem a suas filhas e filhos. O principal fator que predetermina a mutilação genital feminina é de natureza étnica. Alguns grupos étnicos aplicam essa prática a quase toda a sua população, enquanto outros grupos, que podem ou não morar na mesma área, não o fazem.<sup>120</sup> Educar as meninas, de preferência até o nível médio, pode romper esse elo inter-geracional e reduzir a prevalência da mutilação genital feminina.<sup>121</sup>

**FIGURA 3.3**

Experiência de mulheres com violência íntima conjugal após a idade de 16 anos e sua associação com vitimização na infância.



Fonte: Johnson H et al. Violence Against Women: An International Perspective. Nova Iorque, Springer.

## CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Além de seu impacto negativo sobre os direitos, a saúde e o desenvolvimento das crianças, a violência familiar acarreta conseqüências econômicas para as famílias e a sociedade. Essas conseqüências podem incluir custos diretos, como gastos médicos para tratar as vítimas, e custos com serviços jurídicos e de assistência social e para colocar crianças que sofrem esse tipo de violência sob cuidados adequados. Elas incluem também custos indiretos, como possíveis lesões permanentes ou deficiências, cus-

tos psicológicos e outros impactos sobre a qualidade de vida da vítima, a interrupção ou descontinuidade de sua educação e perdas de produtividade na vida futura da criança ou jovem.<sup>122</sup> O ônus financeiro em potencial é ilustrado por dados fornecidos por algumas sociedades industrializadas. Os custos financeiros associados ao abuso infantil e à negligência, que incluem rendas futuras perdidas e custos com assistência psiquiátrica, foram estimados em US\$ 94 bilhões nos Estados Unidos em 2001.<sup>123</sup> No Reino Unido, calcula-se que sejam gastos US\$ 1,2 bilhão por ano só com serviços preventivos imediatos e jurídicos.<sup>124</sup>

## FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A VIOLÊNCIA

O risco de ocorrência de atos de violência no lar e na família resulta da interação entre a qualidade dos relacionamentos familiares e o estresse ou pressão de fatores externos sobre a família ou das características dos membros da família. Alguns fatores são determinados pelas características individuais da criança (por exemplo, por seu estágio de desenvolvimento, gênero) e dos pais ou seus responsáveis (por exemplo, distúrbios mentais, abuso de substâncias). Outros são determinados pelo ambiente familiar e pelos papéis e relacionamentos das pessoas dentro dele, que podem aumentar a vulnerabilidade da criança ou oferecer-lhe uma maior proteção. Relações familiares problemáticas e interações entre pais e filhos de baixa qualidade influenciam muito a possibilidade de a criança sofrer violência no lar ou não. Outros são determinados pelo ambiente, como situações emergenciais, mas podem também estar relacionados à disponibilidade de redes sociais ou à perda de meios de vida. Obviamente, um resultado negativo não é inevitável. Por exemplo, quando as relações entre pais e filhos são boas, as crianças são protegidas e desenvolvem uma maior resistência a choques externos.

A violência provavelmente resulta de uma combinação de fatores pessoais, familiares, sociais, econômicos e culturais e pode ser difícil desfazer o inter-relacionamento entre esses fatores. Além disso, algumas crianças ficam expostas a diversos tipos de violência de diversas fontes por muitos anos.

## FATORES RELACIONADOS À CRIANÇA

**Idade:** Quando são muito novas, a fragilidade e a dependência das crianças da mãe ou de seu cuidador imediato constituem sua maior vulnerabilidade. Além do risco de sofrerem lesões ou mesmo de morrerem em consequência de um ato de violência física, bebês são vulneráveis à omissão e à negligência. Bebês são mais vulneráveis imediatamente após nascerem. Essa vulnerabilidade vai diminuindo gradualmente ao longo do seu primeiro ano de vida e da sua primeira infância (de 0 a 4 anos).

**Gênero:** o gênero da criança pode também ser um fator que aumenta o risco de sua vitimização. Embora a violência sexual seja frequentemente aplicada a meninos, as meninas são mais suscetíveis a sofrer abusos. A probabilidade de filhas serem seriamente negligenciadas em sociedades que dão preferência aos filhos é maior, enquanto em algumas sociedades é mais provável que os filhos sofram atos de violência do que as filhas.

**Outras características:** Crianças portadoras de deficiência estão expostas a riscos mais altos de sofrer violência por diversos motivos, que variam de preconceitos culturais fortemente enraizados a outras questões emocionais, físicas, econômicas e sociais mais amplas impostas a uma família em função de suas dificuldades.<sup>125</sup> Nos Estados Unidos, crianças portadoras de deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou mentais toleram quase o dobro do número de incidentes violentos em relação a crianças sem deficiências.<sup>126</sup> Da mesma maneira, a

Avaliação Regional do Caribe realizada para o Estudo observou que crianças portadoras de deficiência corriam riscos muito maiores de sofrer todos os tipos de violência (física, sexual, emocional e na forma de negligência), principalmente dentro de seus lares.<sup>127</sup> Em algumas regiões, elas são consideradas amaldiçoadas. Por exemplo, na África Central e Ocidental, essas crianças podem ficar expostas, desde que nascem, a uma negligência tácita ou explícita e a violência contra elas pode ser aceita e até incentivada pela família.<sup>128</sup> (A violência contra crianças portadoras de deficiência também é discutida bastante detalhadamente no capítulo sobre a violência contra a criança no âmbito dos sistemas assistenciais e de justiça).

Além das deficiências, outras características específicas aumentam os riscos de uma criança sofrer violência no lar. Características que impedem o desenvolvimento de laços adequados de afeição entre pais e filhos ou fazem com que a criança seja mais difícil de ser assistida podem afetar sua suscetibilidade.<sup>129, 130, 131</sup> Por exemplo, crianças indesejadas, nascidas prematuras, com peso abaixo do normal ou de partos múltiplos, bem como crianças com doenças crônicas ou problemas severos de comportamento ter uma maior probabilidade de serem maltratadas.

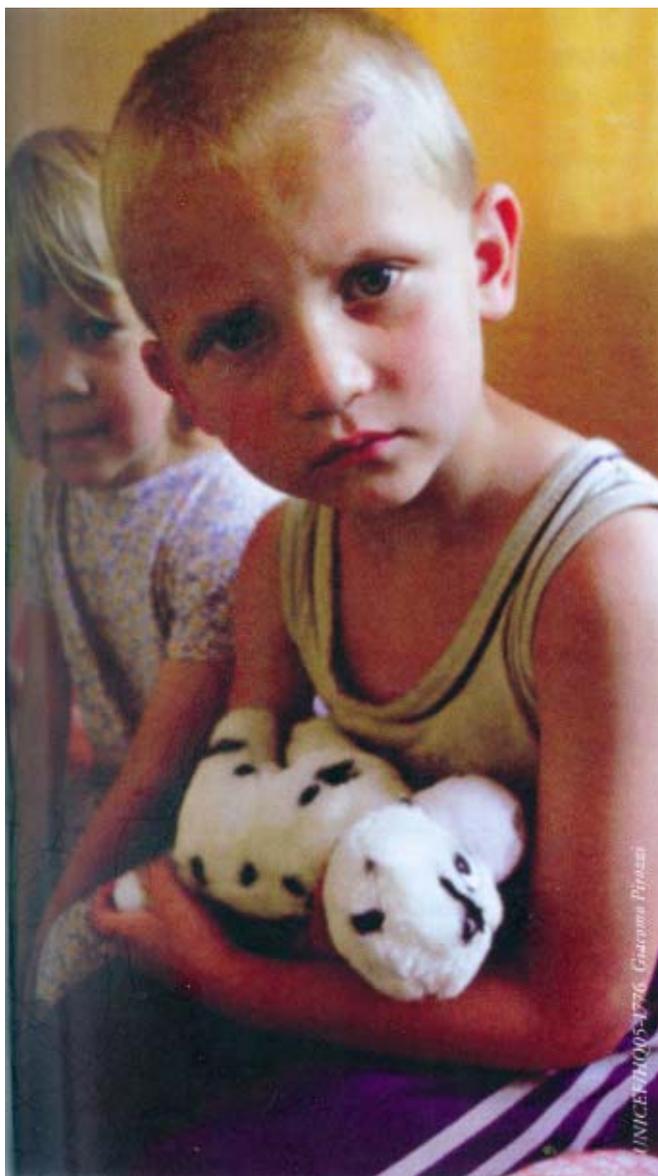
## FATORES RELACIONADOS À FAMÍLIA

**Características e condição socioeconômica dos pais:** Embora a violência no lar seja encontrada em todas as esferas sociais e econômicas, estudos realizados em diferentes ambientes mostram que a baixa escolaridade e falta de renda dos pais e do-

micílios superlotados aumentam o risco de violência física e psicológica contra crianças.<sup>132, 133, 134</sup> Pais fisicamente violentos costumam também ser jovens, solteiros e afetados pela pobreza.<sup>135</sup> Essas associações costumam estar relacionadas ao estresse provocado pela pobreza, desemprego e isolamento social. Crianças que vivem em famílias afetadas por esses fatores estão expostas a um risco maior, principalmente se seu apoio social for inadequado e a família não fizer parte de uma rede social forte. A falta de apoio de outros familiares fora do lar pode exacerbar problemas existentes.<sup>136</sup>

**Estresse e isolamento social:** Os estudos realizados em países industrializados e em desenvolvimento mostram que muitas das características da personalidade e do comportamento de pais violentos estão relacionadas a uma baixa funcionalidade social e a uma capacidade limitada de lidar com o estresse.<sup>137</sup> Pais que não conseguem controlar seus impulsos adequadamente e têm uma auto-estima baixa e problemas de saúde mental e de abuso de substâncias (álcool e drogas) tendem mais do que outros a agredir seus filhos fisicamente e/ou negligenciá-los.<sup>138</sup> Pais que agredem seus filhos podem ter sido, eles próprios, vítimas de violência na infância.<sup>139</sup>

Pesquisas sobre os vínculos entre condições socioeconômicas e a violência contra a criança sugerem que são necessários esforços para mudar condições subjacentes que impõem níveis elevados de estresse emocional, social e econômico às famílias. Famílias que vivem em comunidades caracterizadas por taxas elevadas de desemprego em domicílios superlotados com uma grande rotatividade e baixos níveis de coesão social devem ser adequadamente apoiadas.



UCRÂNIA, 2005, Sasha, um menino de 5 anos, segura um bichinho de pelúcia sentado com sua irmã Nastya, de 4 anos, numa instituição estadual na aldeia de Kopylov, perto de Kiev. Seis meses antes, Sasha viu sua mãe ser morta por seu pai.

**Perda ou separação dos pais:** A taxa de orfandade, que aumentou muito em decorrência da pandemia do HIV/AIDS, aumenta a vulnerabilidade das crianças. Um estudo realizado pela organização World Vision em Uganda, onde se estima que 17 milhões de crianças tenham ficado órfãs devido à AIDS, argumenta que a estigmatização deliberada dessas crianças por parte de seus guardiões, professores e parentes provoca danos psicológicos e constitui, por si só, uma forma de violência.<sup>140</sup> Encaminhar esses órfãos para casas de parentes ou de pessoas da comunidade local é uma prática comum e preferida em relação à institucionalização ou ao fenômeno dos lares chefiados por crianças; no entanto, líderes comunitários de Uganda relataram que castigos corporais eram mais violentos e comuns contra órfãos do que contra outras crianças nesses domicílios com laços de parentesco mais próximos dos cuidadores adultos ou do chefe da família. Em Zâmbia, um estudo realizado pela organização Human Rights Watch concluiu que órfãos acolhidos por parentes eram frequentemente submetidos a violência sexual por tios, padrastos e primos. Com uma taxa de cerca de 20% de casos de infecção de HIV entre a população, esse tipo de violência pode ser fatal. As meninas raramente revelam esse tipo de abuso, pois têm muita consciência de sua situação de dependência e podem ser silenciadas ou perder um apoio essencial.<sup>141</sup> A orfandade pode também aumentar o risco da violência em contextos comunitários.

**Exposição à violência do parceiro íntimo dentro do lar:** Estima-se que entre 133 e 275 milhões de crianças testemunham violência entre seus pais/cuidadores com frequência to-

dos os anos, geralmente na forma de brigas entre os pais ou entre a mãe e seu parceiro (veja a Tabela 3.2).<sup>142</sup> As crianças podem ficar psicológica e emocionalmente prejudicadas quando testemunham atos de violência contra um outro familiar.<sup>143</sup> Provas levantadas em diversos estudos indicam que presenciar esse tipo de violência por longos períodos pode afetar severamente o bem-estar da criança, seu desenvolvimento pessoal e social e suas interações tanto na fase infantil como adulta e que essas crianças podem desenvolver os mesmos distúrbios comportamentais e psicológicos dos que são diretamente expostos aos atos de violência (veja abaixo).<sup>144, 145, 146</sup>

A violência contra mulheres dentro do lar geralmente está associada à violência contra a criança. Nos Estados Unidos, estima-se que a violência entre parceiros (também conhecida como violência doméstica) talvez seja o mais importante precursor de óbitos provocados por maus-tratos em crianças.<sup>147</sup> Essa mesma relação foi observada em diversos contextos e países geográfica e culturalmente distintos, como na China, Colômbia, Egito, Índia, México, Filipinas e África do Sul, onde fortes vínculos entre esses dois tipos de violência foram registrados.<sup>148</sup> Um estudo realizado na Índia mostrou que a violência entre parceiros no lar duplica o risco da violência direta contra crianças em seu interior.<sup>149</sup> Crianças expostas a violência entre pais/cuidadores em seus lares correm o risco de sofrer violência elas próprias e também de desenvolverem distúrbios psicológicos e emocionais. Sem uma intervenção adequada nesses casos, elas poderão, futuramente, se tornar, elas próprias, agressoras ou vítimas de violência.<sup>150, 151</sup>

Por passarem mais tempo em casa, crianças nos primeiros anos de vida - quando estão mais sujeitas à influência de fatores externos e mais passíveis de serem dominadas pelo medo - têm uma probabilidade maior de presenciar atos de violência entre parceiros íntimos. Essas crianças podem também aprender lições poderosas sobre agressões em relacionamentos interpessoais que carregarão pelo resto da vida. Especialistas em desenvolvimento infantil sugerem que estilos hostis de comportamento, o controle emocional e a capacidade de resolver conflitos pessoais são moldados pelas relações entre pais e filhos e entre os pais.<sup>153</sup> Entretanto, nem todas as crianças que nascem em lares violentos sofrem conseqüências duradouras. Se tiverem um apoio adequado, elas podem desenvolver uma capacidade surpreendente de lidar com a violência e superar eventuais traumas provocados por ela.

## FATORES SOCIETAIS E CULTURAIS

Estrutura jurídica e políticas: Estruturas jurídicas fracas contribuem direta e indiretamente para a violência familiar contra crianças. As leis da maioria dos países ainda aceitam, explícita ou implicitamente, de acordo com sua interpretação, algum grau de violência contra a criança quando ela é aplicada por seus pais ou guardiões como uma medida disciplinar. Muitos países não adotam mecanismos de proteção legal contra práticas tradicionais prejudiciais e casamentos de crianças, e em alguns deles as leis contra o abuso sexual infantil só se aplicam à violência sexual de homens contra meninas ou não abordam a violência sexual contra crianças praticada por familiares.

**TABELA 3.2** - Número estimado de crianças que testemunham violência doméstica anualmente

REGIÃO	NÚMERO ESTIMADO DE CRIANÇAS QUE TESTEMUNHAM VIOLÊNCIA NO LAR*
Sul da Ásia	40,7- 88 milhões
Ásia Ocidental	7,2-15,9 milhões
África Subsaariana	34,9-38,2 milhões
Sudeste Asiático	Sem estimativas
Oceania	548.000-657.000
África Setentrional	Sem estimativas
América Latina e Caribe	11,3 - 25,5 milhões
Leste Asiático	19,8 - 61,4 milhões
Comunidade dos Estados Independentes	900.000 to 3,6 milhões
Países desenvolvidos	4,6 -11,3 milhões
<b>Estimativa Global</b>	<b>133 - 275 milhões</b>

\*Estimativas baseadas em: *Dados da Divisão de População das Nações Unidas para a População Global abaixo de 18 anos, no ano de 2000; Estudos sobre Violência Doméstica realizados no período de 1987 a 2005; análise coordenada pela Secretaria do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a criança (2005).*

A legislação e políticas relacionadas ao acesso a serviços de planejamento familiar, à disponibilidade de álcool, a níveis aceitáveis de toxinas ambientais, ao acesso a tratamentos de saúde mental ou de problemas de abuso de substâncias e ao acesso a registros de nascimentos, óbitos e casamentos têm um impacto indireto mas substancial sobre o risco de maus-tratos contra crianças dentro do lar e da família. Políticas de educação, cuidados infantis, licença-maternidade e paternidade, atenção básica de

saúde, desemprego e previdência social que deixam as famílias sem redes de segurança econômica e social aumentam o estresse familiar e o isolamento social e contribuem para índices mais elevados de violência contra a criança.

**Autoritarismo:** Relacionamentos entre pais e filhos excessivamente controladores e que atribuem uma condição de inferioridade às crianças tendem a aumentar os índices de violência, particularmente quando se acredita que os castigos corporais ou

outras formas de punição humilhantes são medidas disciplinares necessárias. Diversos estudos sugerem que culturas nas quais se espera submissão por parte das crianças sem nenhum questionamento das regras de autoridade impostas por membros mais velhos da família e adultos contribuem para aumentar a vulnerabilidade da criança.<sup>154, 155</sup> Quando os pais acreditam "ser donos" das crianças e que podem fazer tudo que acham melhor para elas, há uma resistência ao envolvimento do Estado na proteção infantil. A crença na inviolabilidade da família faz com que autoridades, vizinhos e outros familiares relutem em tomar qualquer atitude quando sabem que crianças estão sofrendo violência.<sup>156, 157, 158, 159, 160</sup> No entanto, essa postura não deve ser confundida com uma educação com autoridade, que envolve carinho e apoio sem que limites e regras deixem de ser impostos ao comportamento das crianças e satisfazendo, ao mesmo tempo, suas necessidades e promovendo o seu desenvolvimento.<sup>161</sup>

**Atitudes patriarcais:** Atitudes patriarcais - particularmente quando perpetuam a condição inferior das mulheres tão enraizada em muitas culturas - também aumentam o risco da violência. Em algumas sociedades, atos extremamente violentos podem ser cometidos por meninos ou homens se meninas ou mulheres não satisfizerem seus desejos. Solicitar o consentimento de uma menina para ter relações sexuais ou se casar com ela pode não ser considerado necessário. Elas podem também ser responsabilizadas por atos de violência cometidos contra elas. Em ambientes desse tipo, crianças do gênero masculino podem ficar expostas a atos de violência como uma forma de castigo por terem se comportado de maneira incompatível com os papéis estereotipados de homens e mulheres.

**Pertencer a grupos de minoria étnica ou indígenas:** Crianças que pertencem a grupos de minorias étnicas estão frequentemente expostas a um risco maior de violência devido à convergência de outros fatores de risco associados à sua exclusão social, entre os quais taxas elevadas de abuso de substâncias e alcoolismo, pobreza, moradia inadequada e desemprego.

## FATORES DE PROTEÇÃO DENTRO DO LAR

Assim como alguns fatores aumentam a probabilidade da ocorrência de violência doméstica contra crianças, outros fatores podem reduzir essa probabilidade. Nem toda família exposta aos fatores de risco descritos acima torna-se um ambiente violento para crianças. Infelizmente, poucas pesquisas sistemáticas foram realizadas sobre fatores de proteção e eles não são bem compreendidos. Onde pesquisas foram realizadas, elas enfocaram a identificação de fatores que amenizam o impacto da violência após sua ocorrência, como, por exemplo, fatores que podem impedir que suas vítimas desenvolvam distúrbios mentais duradouros ou parecem estar associados ao rompimento do ciclo da violência. Fatores identificados com base no bom senso e em pesquisas como facilitadores de uma maior resistência à violência incluem cuidados mais adequados por parte dos pais na infância,<sup>162</sup> menos associações com pessoas que abusam de substâncias ou estão envolvidas em atividades criminosas,<sup>163</sup> uma relação de carinho e apoio com um pai não agressivo<sup>164</sup> e níveis mais baixos de estresse provocado pela violência.<sup>165</sup>

Pouco se sabe sobre o que impede famílias de se tornarem violentas. Alguns estudos mostraram que comunidades com laços sociais sólidos, redes sociais prósperas e boas relações entre vizinhos têm um forte efeito protetor e podem até reduzir a probabilidade de ocorrerem atos de violência quando outros fatores familiares de risco estão presentes.<sup>166, 167, 168</sup> Com base no entendimento atual sobre fatores de risco de violência e estratégias de prevenção eficazes, fica claro que as famílias podem constituir uma fonte sólida de proteção e apoio para as crianças. Uma boa criação, laços sólidos de afeição entre pais e filhos e relacionamentos positivos e não violentos com filhos são fatores de proteção inquestionáveis. Esse fato enfatiza a importância de se apoiar famílias no

sentido de que estimulem o desenvolvimento desses fatores, particularmente famílias em comunidades caracterizadas por baixos níveis de coesão social.

## RESPOSTAS À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NO LAR E NA FAMÍLIA

A CDC e outros tratados de direitos humanos prevêm que os Estados têm a obrigação de desenvolver respostas abrangentes e multissetoriais em relação a todas as formas de violência contra a criança na família, inclusive políticas e serviços para prevenir a violência e proteger e assistir suas vítimas.

### SEGURANÇA INFANTIL: UM MODELO PIONEIRO NA JORDÂNIA

A Jordan River Foundation (JRF) foi criada em 1997 com o apoio de Sua Majestade, a Rainha Rania Al-Abdullah, para proteger crianças jordanianas, fortalecer laços familiares e incentivar relacionamentos positivos entre crianças e pais, bem como uma dinâmica familiar saudável. A Fundação tornou-se uma instituição pioneira na construção de um modelo árabe de segurança infantil.

O Programa de Proteção Infantil desenvolvido sob os auspícios da JRF promove campanhas de conscientização, presta serviços preventivos e intervém em situações que envolvem abuso de crianças abordando suas necessidades jurídicas, médicas, psicológicas, educacionais e sociais de uma maneira integrada. O programa é singular na Jordânia e no mundo árabe e foi o primeiro a abordar uma questão complexa e levá-la à atenção do público e decisores jordanianos.

O Centro de Segurança Infantil - Dar Al-Aman - criado pela Fundação é o primeiro centro terapêutico do mundo árabe que oferece serviços de reabilitação para crianças que sofreram abuso e suas famílias. As crianças e famílias que freqüentam o centro têm acesso a uma série de serviços e programas educacionais. Mães aprendem técnicas de cuidados infantis, pais aprendem a aplicar medidas disciplinares alternativas, jovens aprendem a resolver conflitos e desenvolvem habilidades básicas para a sua sobrevivência e crianças aprendem técnicas de autoproteção.<sup>169</sup>

Até o presente momento, as respostas dos Estados têm se concentrado, principalmente, na oferta de serviços de proteção infantil ou no desenvolvimento de sistemas assistenciais alternativos, e não em aspectos de prevenção da violência. Estratégias de prevenção e proteção devem ser desenvolvidas conjuntamente e em bases equilibradas como parte de uma estrutura e estratégia geral, e devem considerar questões relacionadas a políticas sociais, reformas jurídicas, programas e serviços preventivos e assistenciais e estratégias concebidas para gerar mudanças em atitudes e comportamentos.

## REFORMA LEGISLATIVA

Menos de 20 países reformaram suas leis no sentido de proibir castigos físicos na família, mas um número muito maior assumiu o compromisso de promover reformas dessa natureza no decorrer do Estudo. Todos os Estados têm leis que caracterizam agressões como delitos e muitas constituições proíbem castigos cruéis, desumanos ou degradantes. Muitos outros têm leis que proíbem a crueldade, maus-tratos ou o "abuso" de crianças. No entanto, essas leis não são interpretadas no sentido de proibir todos os tipos de violência contra a criança e as legislações de muitos Estados contêm justificativas ou cláusulas que defendem a aplicação de castigos corporais. A maioria dos países proíbe o incesto, o estupro e outras formas de violência sexual. Muitos deles também especificaram uma idade mínima para relações sexuais consensuais e para o casamento, embora essa idade geralmente seja inferior aos dezoito anos. A maioria dos países nos quais ocorre a mutilação genital feminina têm leis contra essa prática

ca atualmente.<sup>170</sup> No entanto, leis que criminalizam a violência contra a criança não são efetivamente implementadas em diversas regiões do mundo em função da força das tradições e, em alguns casos, devido à resistência de sistemas religiosos ou judiciais tradicionais.

## Leis sobre castigos corporais e outras formas de punição cruéis ou degradantes

Como observado pelo Comitê sobre Direitos da Criança, as leis contra agressões criminosas raramente são interpretadas no sentido de proibir castigos corporais e todas as demais formas cruéis ou degradantes de punição aplicadas a crianças dentro da família. Em mais de 70 países, a defesa prevista no direito comum inglês de castigos "razoáveis" ou "moderados" de crianças continua válida após o período colonial. Para que todas as formas de castigos corporais sejam proibidas, todas essas defesas devem ser eliminadas e a proibição de castigos corporais e outras formas de cruéis e degradantes de punição deve ser adequadamente explicitada.

Entre 1996 e 2006, o Comitê sobre os Direitos da Criança recomendou que 130 países adotassem medidas para proibir todos os castigos corporais. Em 2006, o Comitê adotou um Comentário Geral - uma declaração sobre sua interpretação oficial da CDC - sobre o direito da criança a proteção contra castigos corporais e outras formas degradantes de punição.<sup>171</sup> O Comitê enfatiza que o objetivo maior da reforma legislativa de proibir todas as formas de castigo corporal dentro do lar é preventivo: "para evitar violência contra crianças mudando

atitudes e práticas, enfatizando o direito da criança a uma proteção igual e estabelecendo uma estrutura clara para a proteção da criança e a promoção de formas positivas, não violentas e participativas de se criar crianças."

O Comitê enfatizou também que o princípio da proteção igual a ser garantida a crianças e adultos contra agressões, inclusive dentro da família, não significa que todos os tipos de castigo que se tornem conhecidos devam gerar processos judiciais contra os pais: "O princípio de *minimis* - segundo o qual a lei não deve ser aplicada a questões triviais - garante que agressões leves entre adultos só gerem processos judiciais em circunstâncias extremas e esse mesmo princípio se aplica a agressões mais leves contra crianças. Os Estados devem desenvolver mecanismos eficazes para a apresentação de denúncias e encaminhamentos. Embora todos os tipos de violência contra a criança devam ser adequadamente investigados e uma proteção adequada contra qualquer tipo de dano significativo deva ser garantida, a meta deve ser a de impedir que pais recorram à violência ou apliquem outros tipos cruéis ou degradantes de punição por meio de intervenções de apoio e educacionais, e não medidas punitivas".<sup>173</sup>

Para que a reforma legislativa satisfaça seu propósito, será necessário orientar e capacitar todas as partes envolvidas nos sistemas de proteção infantil, inclusive policiais, promotores e tribunais. Essa orientação deve enfatizar que é vital apoiar as famílias e garantir que as crianças sejam criadas em um ambiente construtivo

e isento de violência e que qualquer decisão de separar crianças de sua família deve satisfazer plenamente os interesses superiores delas.

### **Outras áreas para mudanças legislativas**

Alguns países adotaram medidas para criminalizar abusos praticados por parceiros íntimos. Essas medidas ampliaram a definição de estupro e eliminaram a noção de que a violência entre parceiros íntimos é uma questão privada, ajudando, assim, a mudar as regras sociais.<sup>175</sup> (Nota do revisor: o texto original em inglês pula a referência 174, passando da 173 à 175 diretamente.)

No entanto, mudanças legislativas não garantem mudanças sociais se não forem apoiadas por medidas de educação pública e profissional. Leis aprovadas para refletir as obrigações previstas na CDC que não estejam vinculadas a ações de conscientização pública e que contrariem normas culturais e práticas aceitas podem ser sistematicamente ignoradas. Mudanças legislativas não conseguirão, por si só, eliminar práticas tradicionais prejudiciais como a mutilação genital feminina, por exemplo, embora os sistemas legais devam condená-las. Mudanças de legislação devem ser acompanhadas de programas educacionais para autoridades públicas, pais e crianças.

Em alguns casos, leis existem mas são insuficientes e sua implementação imprecisa ou insensível pode agravar a vitimização de crianças, ao invés de aliviá-la. Algumas legislações existentes são tão inapropriadas que penalizam crianças que sofrem violência em vez de seus pais

agressores. Nessas circunstâncias, elas podem até acentuar a probabilidade da violência contra a criança. Em diversos contextos da África, Ásia e Oriente Médio, quando uma menina abaixo da idade de consentimento ou de se casar é estuprada e engravidada, os tribunais e seus pais podem obrigá-la a se casar com seu estupra-dor.<sup>176</sup> A legislação contra os chamados "assas-sinatos em legítima defesa da honra" pode impor sentenças mais brandas para esses casos do que para homicídios ou os agressores podem ser exonerados por sistemas tradicionais de justiça e crianças vendidas para fins de prostituição podem ser obrigadas a arcar com a maior parte do ônus da desaprovação social ou serem tratadas como criminosas.

A prevenção da violência doméstica e familiar contra crianças exige reformas legais que devem envolver mais do que apenas leis diretamente relacionadas à violência. Para que uma redução em larga escala da violência contra a criança seja lograda, as estruturas legais e políticas devem abordar fatores de risco subjacentes e fortalecer fatores de proteção. Aspectos como a disponibilidade de álcool, serviços de planejamento familiar, cuidados pré e pós-natal, previdência social, tratamentos psiquiátricos e de abuso de substâncias, registros de nascimentos, óbitos e casamentos a mecanismos para determinar níveis de toxinas ambientais são apenas alguns exemplos de fatores que são sensíveis a reformas políticas e legais.

## **A EXPERIÊNCIA DA SUÉCIA COM A PROIBIÇÃO DE CASTIGOS CORPORAIS**

A Suécia foi a primeira nação a proibir todos os castigos corporais. Em 1957, uma disposição que perdoava pais que provocavam lesões leves em seus filhos em decorrência de uma ação "disciplinar" foi eliminada do Código Penal. Em 1979, a Suécia proibiu explicitamente os castigos corporais em seu Código de Paternidade e Tutela: "Crianças... não poderão ser submetidas a castigos corporais ou a qualquer outro tratamento degradante".

A experiência da Suécia mostra que quando reformas legislativas progressistas são promovidas juntamente com campanhas abrangentes de conscientização pública, mudanças substanciais em atitudes podem ser logradas e a violência contra a criança reduzida em poucas décadas. Em 2000, uma comissão parlamentar investigou experiências de pais e crianças com castigos corporais desde que essa prática fora proibida. Os dados indicam que seu uso caiu drasticamente, particularmente o uso de socos de punhos fechados contra crianças ou surras com outros objetos ou palmadas. Em estudos nacionais com pais realizados em 1980, 51% deles afirmaram que haviam aplicado castigos corporais a seus filhos no ano anterior. Vinte anos depois, em 2000, esse percentual havia caído para 8%.

## ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

Muitas pessoas não percebem, mas as pesquisas continuam a mostrar que diversas intervenções podem prevenir a violência: a violência contra a criança no lar e no ambiente familiar pode ser significativamente reduzida mediante a implementação de leis, políticas e programas que fortaleçam e apoiem famílias e abordem os fatores comunitários e sociais subjacentes que permitem que a violência prospere.

Para maximizar sua eficácia, as estratégias de prevenção devem basear-se nas melhores evidências científicas disponíveis, ser concebidas para reduzir fatores que contribuem para aumentar riscos, fortalecer fatores de proteção, incluir mecanismos que permitam avaliações de seus impactos e ser aplicadas no âmbito de uma estrutura mais ampla



*Estados Unidos, 1997, Tiffany, 10 anos, sua mãe, Letisha, e seu padrasto, Billie, estão sentados em um banco numa rua da cidade de Daytona Beach. Após viverem nas ruas por meses, o casal decidiu mandar Tiffany e sua irmã Tonya, de 13 anos, para morar com sua avó em outro estado.*

de combate à violência contra a criança. Diversas estratégias promissoras podem ser usadas para prevenir a violência contra a criança no contexto doméstico e familiar, entre as quais programas de impacto direto, como oferecer cursos de treinamento para pais, e políticas de impacto mais indireto, como políticas para reduzir a disponibilidade de álcool e garantir um acesso mais amplo a serviços de planejamento familiar.

## Apoio a pais e famílias

### Serviços de saúde para mães e crianças

Serviços de saúde reprodutiva e de saúde materno-infantil constituem ações de primeira linha para reduzir a negligência e a violência contra a criança desde o seu nascimento. Além de prevenirem gravidezes indesejadas e de melhorarem o acesso a cuidados pré-natais, pós-natais e da primeira infância, eles podem também ajudar a fortalecer laços de afeição desde os primeiros momentos de vida de uma criança e reduzir o risco da violência contra ela por parte de seus pais. A maioria dos países oferece serviços de maternidade e tem programas de visitação domiciliar para recém-nascidos que usam agentes de saúde ou comunitários e voluntários. Esses serviços permitem a identificação precoce de pais que precisam de apoio sem estigmatizá-los em decorrência de sua necessidade de fazer exames rotineiros num hospital e promovem saudáveis por meio de visitas de agentes de saúde, nas quais eles podem educar os pais e canalizar recursos para famílias "prioritárias" identificando fatores de risco conhecidos e oferecendo serviços adicionais.

## Visitas domiciliares e programas educacionais para pais

Programas que enfocam o funcionamento da família, particularmente a administração familiar, a solução de problemas e práticas adotadas na criação de crianças vêm sendo adotados há várias décadas. Há fortes evidências de que esses programas são eficazes para reduzir a violência doméstica e familiar contra crianças, bem como para diminuir outros efeitos negativos dessa violência sobre sua saúde e o desenvolvimento. Os programas mais bem-sucedidos abordam a dinâmica interna das famílias e sua capacidade de lidar com demandas externas. A educação de cuidadores pode também evitar o desenvolvimento de relacionamentos indesejados entre pais e filhos e criar um contexto no qual pais podem aprender a adotar métodos disciplinares não violentos. Quanto mais cedo na vida de uma criança esses programas forem oferecidos e quanto maior a sua duração, maiores os benefícios que podem gerar.

As visitas domiciliares envolvem profissionais de saúde, assistentes sociais ou voluntários treinados para avaliar necessidades de bebês e crianças pequenas e a capacidade dos pais de satisfazê-las à luz da situação econômica e social da família. A finalidade das visitas domiciliares personalizadas é prestar apoio emocional e educar pais no sentido de que desenvolvam conhecimentos, habilidades e comportamentos positivos e também, de uma certa maneira, avaliar a família. Essas visitas também oferecem oportunidades para encaminhar a família a outros serviços comunitários, de acordo com as suas necessidades.

Nos Estados Unidos, os benefícios de visitas domiciliares feitas por enfermeiras a mães que havi-

am dado à luz pela primeira vez e estavam enfrentando dificuldades socioeconômicas durante os dois primeiros anos de vida da criança puderam ser claramente observados 15 anos depois.<sup>177</sup> Numa análise aleatória, os benefícios para as famílias visitadas incluíram uma queda significativa em casos de abuso e negligência infantil e no consumo de álcool e drogas por parte das mães. Evidências atualmente disponíveis indicam que os programas de visita domiciliar mais bem-sucedidos enfocam famílias expostas a um risco elevado de violência contra crianças, começam no período da gravidez e são mantidos até o segundo ano de vida da criança, promovem ativamente comportamentos de saúde positivos, apoiam a família na gestão do estresse e abordam diversas questões importantes para a família.<sup>178, 179</sup> Esses programas devem ser flexíveis, de modo a poder ser ajustados às necessidades das famílias, que mudam ao longo do tempo.

A educação de pais, uma outra estratégia de prevenção bem-sucedida e amplamente usada, pode ser oferecida tanto no contexto de visitas domiciliares como em bases independentes. Os programas geralmente educam pais sobre o desenvolvimento da criança e procuram promover sua capacidade de administrar comportamentos. A capacidade de pais e responsáveis por crianças de administrar comportamentos positivos pode ser melhorada promovendo-se sua compreensão da importância da continuidade e da coerência, das recompensas por comportamentos positivos e de seu reforço, da prática de ignorar estrategicamente comportamentos negativos menos importantes, de dar instruções eficazes e de implementar conseqüências não violentas em resposta a comportamentos inadequados.<sup>180</sup> Os programas educacionais devem procurar fortalecer as habilidades das mães e dos pais.

"Ficamos em desvantagem por conta da nossa idade. Os adultos não acreditam em nós quando dizemos que algo assim aconteceu e acabamos não contando nada a eles. O padrasto da minha namorada a toca de uma maneira sexual e ela até apanhou quando contou à mãe que isso estava acontecendo."

Adolescente de 15 anos, América Latina

3

Programas educacionais para pais estão sendo cada vez mais implementados em países de renda média e baixa. Por exemplo, estimuladas pela All China Women's Federation (Federação das Mulheres de Toda a China), mais de 200.000 comunidades chinesas organizaram "Escolas para Pais" para ajudar as pessoas a se adaptar à paternidade em famílias com um único filho.<sup>181</sup> Na Europa Oriental, a República da Moldava está oferecendo educação a pais no sistema primário de saúde. Agentes de saúde são treinados para transmitir conhecimentos e habilidades a pais para que saibam satisfazer as necessidades de sobrevivência, crescimento, desenvolvimento e proteção de seus filhos e também para saber quando e onde procurar serviços especializados. A iniciativa foi lançada em 2002 e já ficou claro que os médicos de família e enfermeiras que participaram dos cursos de treinamento apresentam uma tendência maior de se envolver na educação de pais. Essa iniciativa inclui um enfoque específico na proteção de crianças contra todas as formas de violência, entre as quais castigos corporais e outras formas degradantes de disciplina.<sup>182</sup>

Em países em desenvolvimento, cursos de paternidade são oferecidos em centros comunitários estabelecidos por pais. Por exemplo, o Centro de Pais da Cidade do Cabo, África do Sul, oferece as seguintes atividades:<sup>183</sup>

- Grupos para mães e bebês, para mães com crianças com até três anos de idade e para mães e pais solteiros;
- Apoio para depressão pós-parto;

- Treinamento em abordagens disciplinares eficazes para crianças com até três anos de idade;
- Treinamento para pais de crianças abaixo de 5 anos, abaixo de 12 anos e adolescentes;
- Aconselhamento para pais e cuidadores;
- Visitas domiciliares especificamente para evitar a violência familiar contra crianças;
- Capacitação de profissionais e paraprofissionais que trabalham com crianças.

### Programas de educação e assistência infantil

Muitas famílias precisam de ajuda não apenas para prover cuidados básicos aos seus filhos, mas também para garantir uma estimulação e educação adequadas para eles. Os Programas de Cuidados e Desenvolvimento na Primeira Infância (ECCD) foram concebidos para alcançar esses dois objetivos e há provas de que eles podem ser eficazes para reduzir fatores que geram violência no lar. No Reino Unido, por exemplo, uma avaliação de programas de creches para crianças em idade pré-escolar de pais de baixa renda concluiu que seus efeitos sobre a interação entre mães e filhos eram positivos e que os ganhos que geravam para as mães, em termos de educação e emprego, eram benéficos para suas famílias. Os benefícios de longo-prazo para as crianças incluíam um melhor desenvolvimento comportamental e desempenho escolar, taxas mais elevadas de emprego, taxas mais baixas de gravidez na adolescência, melhores condições socioeconômicas e taxas mais baixas de comportamentos criminosos.<sup>187</sup>

## O P TRIPLO: O PROGRAMA DE PATERNIDADE POSITIVA

Considerando que os fatores de risco que geram a violência familiar ocorrem em diversos níveis, algumas das estratégias de prevenção mais eficazes envolvem intervenções em mais de um nível. Um exemplo é o Programa de Paternidade Positiva (P Triplo), que foi originalmente concebido na Austrália e está sendo usado atualmente no Canadá, na Alemanha, na Região Administrativa Especial de Hong Kong da China, na Nova Zelândia, em Cingapura, na Suíça, nos Estados Unidos e no Reino Unido. O P Triplo tem-se revelado eficaz para promover comportamentos positivos nos pais e espera-se que ele reduza a violência contra a criança. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos está financiando um estudo de avaliação de resultados para analisar o impacto do P Triplo sobre maus-tratos infantis.

O nível 1 do programa enfoca a população como um todo. Para pais selecionados, dois outros níveis oferecem sessões de consultas em locais de assistência médica básica, como centros de saúde. Para pais em dificuldade, com problemas psiquiátricos ou que estão enfrentando riscos elevados de violência na família, programas mais intensivos em paternidade são disponibilizados que envolvem de 8 a 10 sessões (nível 4) ou de 10 a 16 sessões (nível 5).

Os princípios centrais do programa do P Triplo são os seguintes:

- Proporcionar um ambiente seguro de envolvimento para crianças;
  - Proporcionar um ambiente educacional para crianças que seja sensível às suas necessidades;
  - Ensinar abordagens disciplinares positivas (não agressivas) e coerentes aos pais;
  - Gerar expectativas razoáveis nas crianças; e
  - Ensinar os pais a cuidar de si.<sup>185</sup>
-

### **Apoio a famílias de crianças portadoras de deficiência**

Poucas pesquisas foram realizadas sobre a eficácia de programas concebidos para reduzir a violência contra crianças nascidas com deficiências. No entanto, a Consulta com Especialistas em Crianças Portadoras de Deficiência realizada para o Estudo revelou que abordagens promissoras estão sendo implementadas em diversas partes do mundo, as quais incluem programas comunitários de reabilitação e estimulação em centros específicos ou em visitas domiciliares.

A prestação de assistência temporária no lar a pais de crianças portadoras de deficiência pode reduzir o estresse para a família como um todo e também ser usada como uma estratégia de prevenção da violência. Mecanismos de apoio organizados por entidades religiosas, ONGs ou órgãos governamentais que permitem aos pais tirar pequenas folgas da tarefa de cuidar de seus filhos podem ajudar a prevenir a violência contra crianças portadoras de deficiência.<sup>188</sup>

### **Programas para e com crianças**

A educação baseada em habilidades de sobrevivência, que permite que crianças reconheçam e evitem situações de risco, tem produzido resultados promissores em inúmeros contextos escolares e comunitários. Esse tipo de intervenção geralmente ensina crianças a reconhecer formas adequadas e impróprias de ser tocada ou tocar e a dizer "não" a um adulto quando não se sentem à vontade com alguma situação proposta, além de ensiná-las a saber com quem podem conversar quando sofrem violência. Embora alguns desses programas tenham aumentado os conhecimentos e habilidades de crianças em relação a situações ameaçadoras, há poucas informações disponíveis sobre avaliações de longo prazo dos mesmos. Esses programas funcionam melhor quando são implementados como elementos de uma estratégia mais abrangente e não isoladamente. (Veja o capítulo sobre violência contra a criança em escolas e contextos educacionais.)

## **TRABALHANDO COM HOMENS E MENINOS**

Desde 2003, a ONG Save the Children Suécia tem envolvido homens e meninos na sua estratégia regional na região sul e central da Ásia por acreditar que muitos deles não se sentem à vontade com estereótipos machistas que toleram a violência contra mulheres e crianças. Ela está explorando maneiras de trabalhar com homens e meninos como parceiros para apoiar o desenvolvimento de conceitos alternativos na região. Workshops sobre como trabalhar com homens e meninos têm sido realizados com vistas a envolvê-los em esforços para reduzir a violência contra meninas, meninos, mulheres e outros homens. Insumos foram solicitados da campanha White Ribbon, a mais antiga e duradoura iniciativa organizacional envolvendo homens concebida para rejeitar a violência contra mulheres, que hoje conta com uma rede de 47 países em todo o mundo, entre os quais a África do Sul, a Ásia Meridional, a Nova Zelândia, Tonga, o Brasil, a Alemanha e países nórdicos. Workshops também foram realizados em outros países e, em Bangladesh, foi estabelecida uma rede de organizações não-governamentais (ONGs) para abordar o tema. Concentrar esforços na socialização de meninos tornou-se o maior desafio atualmente.<sup>186</sup>

Estimuladas pelo movimento em prol dos direitos da criança, muitas organizações de crianças e adolescentes se desenvolveram e se tornaram muito ativas na última década em alguns países. Essas organizações permitiram que muitos de seus membros ganhassem confiança, expressassem seus problemas e tomassem medidas solidárias para reduzir a violência ou ameaças de violência sofridas por eles próprios ou por outras crianças. Algumas organizações, como os Comitês de Aconselhamento de Meninas da Etiópia, concentram seus esforços em problemas específicos, como no casamento de crianças (veja quadro abaixo). Embora haja provas de que esses programas baseados nas escolas podem reduzir o risco da vitimização sexual de crianças na comunidade, não se sabe ao certo se eles são eficazes para reduzir casos de abuso sexual no ambiente familiar.<sup>189</sup> Atividades que envolvem a participação de crianças em escolas e comunidades devem ser apoiadas, pois colegas e amigos podem desempenhar um papel importante na identificação de crianças em situação de risco e em ações proativas.

### **Rompendo o silêncio**

Uma das pedras angulares de qualquer resposta estratégica deve ser o imperativo de romper o silêncio no qual a maioria das crianças suporta episódios de violência física, psicológica ou sexual dentro do lar. Consultas e avaliações revelam repetidamente que as crianças - a despeito de seu temor e rejeição da violência a que são submetidas - não acreditam que existe algum lugar no qual possam revelar seus sentimentos ou podem até achar que esses sentimen-

tos são "legítimos". Muitas delas sentem vergonha ou se culpam por essas situações, enquanto outras mantêm silêncio por temerem que qualquer coisa que digam pode gerar mais violência ou intervenções insensíveis, que podem piorar ainda mais sua situação de um modo geral.

Seguindo a tendência geral de se enfatizar ainda mais consultas com crianças como um componente inseparável do planejamento de programas e intervenções em prol delas, metodologias "amigas da criança" têm sido desenvolvidas para consultas e pesquisas voltadas para ações que, juntamente com técnicas de aconselhamento e comunicação, vêm sendo também usadas para fazer com que as crianças se abram com adultos com os quais se sentem seguras e relatem a eles suas experiências íntimas e dolorosas. Em alguns exemplos, principalmente na Índia e no Brasil, crianças traficadas por suas próprias famílias que mantêm poucos relacionamentos de confiança com adultos organizaram-se para se apoiar mutuamente e evitar se expor novamente no futuro.<sup>191</sup>

Sistemas de disque-ajuda para crianças estão se tornando gradualmente mais comuns. Como já observado acima, conversas telefônicas confidenciais com um conselheiro permitem que algumas crianças relatem o que está acontecendo com elas e procurem ajuda. Diversas ONGs estabeleceram mecanismos de disque-ajuda para ajudar crianças sair de situações de abuso. Eles têm sido usados nas Filipinas e no Camboja por crianças envolvidas em serviços domésticos fora da casa de seus pais que sofrem violência.<sup>192</sup> (Veja o capítulo sobre violência contra a criança na comunidade.)

## Política Social

Uma política social robusta é essencial para apoiar famílias e permitir que elas prosperem a despeito de situações de estresse econômico, social e psicológico. Melhorias nessas áreas podem eliminar alguns dos principais fatores de risco de violência familiar contra a criança e, portanto, diminuir a taxa de maus-tratos infantis. As políticas sociais devem envolver medidas de apoio ao emprego, salário mínimo, meios de vida rurais, uma reforma agrária igualitária, compensações justas no caso de deslocamentos forçados, geração de renda para mulheres e acesso igualitário a serviços públicos como abastecimento d'água, estradas e passagens e sistemas de transporte, drenagem e saneamento. Outras políticas sociais com efeitos positivos comprovados sobre a vida familiar incluem políticas concebidas para garantir acesso a sistemas de proteção social como de previdência social para pessoas portadoras de deficiência ou que cuidam de crianças portadoras de deficiência; seguro-desemprego; assistência médica ou cuidados gratuitos para indigentes; complementação de renda ou alimentar para pessoas em situação de pobreza extrema. (As intervenções de política sociais serão mais detalhadamente discutidas no capítulo sobre violência contra a criança na comunidade.)

## Outras estratégias

Embora o impacto direto dessas estratégias sobre a violência contra a criança não tenha sido bem pesquisado, iniciativas gerais de

saúde na comunidade podem reduzir os níveis da violência.

Por exemplo, iniciativas para promover a saúde ambiental que eliminam o chumbo e outras toxinas ambientais das comunidades podem reduzir a violência contra a criança por reduzirem a taxa de danos cerebrais em fetos e problemas cognitivos subsequentes, como o Distúrbio de Déficit de Atenção (DDA) e a hiperatividade, diminuindo, assim, o número de crianças com características de alto risco. Da mesma maneira, limitar o acesso ao álcool mediante um controle mais rígido de seus pontos de venda ou aumentando seus preços, por exemplo, pode ajudar a prevenir maus-tratos infantis.<sup>193</sup> Esforços semelhantes em países em desenvolvimento poderiam reduzir a violência contra crianças relacionada ao consumo de álcool, embora essas medidas devam ser consideradas com cautela, pois podem levar pessoas que têm o hábito de beber a consumir bebidas mais baratas e menos reguladas produzidas em casa.<sup>194</sup>

Embora poucas avaliações formais tenham sido feitas, outras intervenções promissoras incluem a oferta de abrigos e centros para o acolhimento de mulheres que sofreram agressão e seus filhos, a capacitação de agentes de saúde para identificar e trabalhar com adultos que sofreram violência na infância e o fortalecimento de vínculos entre serviços psiquiátricos, de tratamento de usuários de drogas e de proteção infantil.

## COMITÊS DE ACONSELHAMENTO DE MENINAS: UMA ATIVIDADE ADMINISTRADA POR CRIANÇAS EM ÁREAS RURAIS DA ETIÓPIA

As escolas primárias são o único local que reúne meninas (e meninos) em áreas rurais da Etiópia que podem estar vulneráveis ao casamento precoce forçado. A criação dos Comitês de Aconselhamento de Meninas (GAC) é uma inovação das escolas primárias da Etiópia concebida para prevenir o casamento de crianças e outras formas de discriminação de gênero.

O Comitê de Aconselhamento de Meninas não é um clube, e sim um comitê escolar vinculado à Associação de Pais e Mestres. Esses comitês procuram criar um ambiente mais positivo para as crianças no lar e na escola promovendo iniciativas de conscientização e outras ações. Sua composição varia, mas eles sempre alunos de ambos os gêneros, às vezes um membro da comunidade e uma professora como orientadora. Os alunos membros atuam como elementos de ligação entre as famílias da comunidade e a escola e notificam casamentos infantis iminentes, seqüestros, provocações, assédios e ausências prolongadas de meninas da escola.

Quando o casamento iminente de uma menina nova é notificado, o GAC visita os pais para tentar dissuadi-los da idéia. Se isso não acontece, o comitê solicita aos pais que venham até a escola. Os professores então pedem aos pais que cancelem o casamento, explicando que ele é ilegal. Essa abordagem normalmente funciona. Há relatos de mães que afirmaram ter ficado satisfeitas com o fato de suas filhas não terem se casado à força, mas que jamais poderiam ter protestado contra o casamento sem o apoio da escola.

Esse exemplo de uma atividade administrada por crianças ilustra a necessidade de se adotar uma abordagem integrada na qual os esforços de crianças são respaldados por pessoas conceituadas, como professores, e também pela lei.<sup>190</sup>

## INTERVENÇÃO QUANDO CASOS DE VIOLÊNCIA TORNAM-SE CONHECIDOS

Quando há suspeitas de violência contra crianças ou quando casos efetivos de violência contra elas tornam-se conhecidos, medidas devem ser tomadas para proteger crianças em situação de risco. O teor e as bases jurídicas da proteção

infantil variam de país para país e costumam incluir mecanismos de denúncia, encaminhamento, investigação e acompanhamento. O ideal é que medidas legislativas sejam adotadas paralelamente a abordagens de saúde e assistência social. Oferecer apoio e assistência sem uma proteção adequada pode comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança, mas enfatizar investigações e medidas de proteção sem

"Lembro-me dos tempos em que vivi como uma criança adotiva numa outra reserva. Uma vez recebi uma surra de chicote... nunca entendi por que ou o que eu havia feito de errado. O que me lembro bem é do medo e da dor que senti."

Líder de jovens. América do Norte, 2005XI

3

ações adequadas de acompanhamento e tratamento pode acarretar danos severos e permanentes para ela e sua família.

São urgentemente necessárias pesquisas para identificar abordagens eficazes de proteção infantil orientadas para oferecer apoio, assistência e tratamento a crianças e indicar como elas podem ser implementadas em contextos carentes de recursos ou não. Embora estejam enraizados nos direitos humanos e numa estrutura jurídica clara, os sistemas de proteção infantil implementados em nível comunitário devem envolver as comunidades em processos de consultas. Ao mesmo tempo em que almejam conquistar aceitação e confiança, os profissionais responsáveis por medidas de proteção para crianças devem prestar contas por suas ações detalhadamente dentro do sistema como um todo.

### **Deteção da violência contra a criança na família**

Os danos em potencial para as crianças aumentam à medida que a frequência e severidade da vitimização aumentam ao longo do tempo. É importante, portanto, identificar a violência o quanto antes e intervir para eliminá-la. Os profissionais de saúde têm um importante papel a desempenhar na proteção infantil porque, exceto em áreas rurais muito remotas, bebês e crianças pequenas são levadas a centros de saúde rotineiramente. Em países que possuem redes de serviços sociais, elas podem também ser visitadas por assistentes sociais ocasional ou regularmente.

Essas ocasiões e contatos oferecem uma oportunidade para se detectar atos de violência contra crianças que seus pais e responsáveis podem tentar esconder, informando que lesões ou doenças apresentadas por crianças não foram intencionais. Considerando a pressão imposta a equipes de centros de saúde, elas precisam de treinamento e devem ter suas capacidades desenvolvidas, além de instalações adequadas. Uma vez que nem sempre é fácil identificar diretamente situações da violência, é essencial estabelecer diretrizes padronizadas e ferramentas que possam ajudar os profissionais em suas avaliações. Capacitar agentes de saúde para que possam detectar e administrar casos de violência contra crianças parece ser uma medida particularmente promissora para crianças na fase pré-verbal, que ainda não conseguem descrever o que aconteceu, e para todos os casos nos quais a detecção de agressões dependa de observações e não de relatos de quem sofreu violência.

Em muitos países em desenvolvimento, mecanismos baseados na comunidade estão sendo instituídos para monitorar a violência doméstica e a necessidade de proteger crianças. A maioria ainda está em estágios experimentais e serão necessárias avaliações estruturadas para se chegar a conclusões claras. Nas Filipinas, por exemplo, o UNICEF apoiou o estabelecimento de 6.500 conselhos barangay (de aldeias) para proteger crianças. Os conselhos montam uma base de dados e um sistema de monitoramento de crianças, inclusive crianças em situações risco ou vítimas de exploração e violência.<sup>195</sup> Na República Unida da Tanzânia, uma organização chamada Kivulini, cujo objetivo principal

"O abuso infantil é mais comum do que pensamos. Crianças apanham em casa e têm medo de contar isso a qualquer pessoa. É difícil acabar com uma coisa que acontece dentro de casa, sem que ninguém veja."

Criança, 12 anos, América do Norte XII

é reduzir a violência física, emocional e sexual dentro do lar, trabalha em estreita colaboração com lideranças da base de governos municipais - líderes comunitários e de bairros. Os líderes de bairros são eleitos pelos membros da comunidade e têm poderes para entrar na casa das pessoas.<sup>196</sup>

## **Tratamento para vítimas de violência**

Crianças que sofreram violência doméstica têm uma ampla gama de necessidades em termos de tratamento. Agentes de saúde devem ser capacitados para identificar casos de violência contra a criança e seguir os procedimentos estabelecidos para fins de documentação e elaboração/apresentação de relatórios e de tratamento e acompanhamento.<sup>197</sup> Em alguns casos, pode ser necessário coletar amostras periciais e, sempre que possível, isso deve ser feito no momento do exame físico de uma vítima. São necessários profissionais qualificados para interpretar lesões, fazer exames periciais e entrevistar as crianças. As vítimas de violência sexual devem receber um tratamento preventivo contra infecções sexualmente transmissíveis, inclusive HIV/AIDS, se for o caso. Os agentes de saúde têm a obrigação de priorizar a saúde física da criança e encaminhá-la a serviços de apoio psicossocial, assistência social ou proteção infantil. Casos de violência identificados fora do setor de saúde devem ser encaminhados a um agente de saúde para serem avaliados e cuidados adequadamente.

Todas as formas de violência familiar têm um impacto importante sobre a saúde emocional e

o desenvolvimento de crianças; portanto, o apoio psicossocial é essencial. Um cuidador que efetivamente apóie a criança e não a maltrate é um facilitador importante de sua recuperação. As intervenções mais eficazes na área da saúde mental baseiam-se em técnicas comportamentais e cognitivas e trabalham tanto com a criança como com a sua família. Habilidades essenciais para se lidar com crianças incluem a habilidade de identificar, processar e administrar sentimentos; a habilidade de administrar a ansiedade; a habilidade de identificar e alterar percepções imprecisas; e a habilidade de solucionar problemas. Intervenções comportamentais e cognitivas para traumas específicos parecem produzir resultados particularmente eficazes no que se refere a reduzir a ansiedade, a depressão, preocupações sexuais e sintomas de transtorno de estresse pós-traumático nas vítimas.<sup>198, 199</sup>

## **Denúncias por parte de profissionais**

Quando profissionais como enfermeiras, médicos, assistentes sociais e professores identificam um caso suspeito de violência familiar contra crianças, eles podem ser legalmente obrigados a denunciar suas suspeitas às autoridades ou pode ser que se espere que eles denunciem esses casos independentemente de qualquer obrigação legal. Para que sejam eficazes, as estruturas de notificação devem estar sempre vinculadas a estruturas de proteção, apoio e tratamento de crianças e famílias bem desenvolvidas também. Países que não adotaram leis para tornar obrigatórias notificações de casos de violência devem considerar a possibilidade de reformar o sistema no sentido de permitir que

crianças e famílias tenham acesso a serviços confidenciais de denúncia, por meio dos quais possam ser voluntariamente apoiadas.

A obrigação de denunciar pode estabelecer uma relação negativa entre famílias e as autoridades responsáveis por protegê-las e pode até fazer com que elas relutem em buscar um apoio formal. No entanto, a relutância de profissionais e do público em geral em denunciar casos de violência doméstica em todo mundo sugere que, se leis de denúncia obrigatória não forem aplicadas pelo menos a determinados grupos de profissionais, muitas crianças que precisam de proteção nunca serão identificadas e não terão a proteção de que precisam. Independentemente da abordagem escolhida, ela deve ser apresentada como um serviço de ajuda que pode colocar a vítima em contato com serviços de saúde pública e apoio social, e não como um mecanismo principalmente voltado para punir os culpados da violência. Alguns especialistas insistem que crianças e seus representantes devem ter acesso a serviços que sabidamente têm a obrigação de denunciar e tomar medidas contra a violência (geralmente serviços sociais e a polícia) e também a serviços aos quais podem apresentar denúncias confidencialmente, que não tomarão nenhuma medida sem o consentimento da criança, a menos que ela esteja correndo risco de morte ou de sofrer lesões severas.

### **Intervenções no melhor interesse da criança**

Uma vez identificada uma situação de possível violência familiar contra uma criança, medidas

coordenadas são necessárias para protegê-la. A avaliação da criança e de sua família exige insumos e a participação de prestadores de serviço de diferentes setores que tiveram algum contato com a criança e/ou sua família. Para minimizar o risco de que a criança se perca no emaranhado do sistema, os diversos setores com alguma responsabilidade de oferecer proteção à criança devem trocar informações sobre casos individuais de violência familiar contra crianças, como já mencionado acima. No entanto, é necessário também estabelecer claramente áreas de responsabilidade por medidas a serem tomadas e que existam mecanismos de responsabilização por falhas na proteção a ser oferecida.

Alguns países de renda média estão testando formas inovadoras de estabelecer ambientes de proteção para crianças em comunidades locais. Na Sérvia, foram criadas Equipes Móveis de Extensão para a Proteção da Criança em 2001 em quatro municípios inicialmente com a cooperação de centros governamentais de assistência social e equipes itinerantes de ONGs. Em Montenegro, Equipes Operacionais Multidisciplinares foram estabelecidas em 2003 em regime piloto com a assistência técnica do UNICEF para disponibilizar equipes de profissionais treinados para identificar casos de violência e negligência e tomar medidas coordenadas. Foram adotados diversos protocolos de colaboração, de comunicação com os meios de comunicação de massa e de mecanismos para entrevistar crianças que sofreram violência. O Ministério do Emprego e da Previdência Social adotou esses protocolos desde então e decidiu estabelecer equipes em todos os Centros de Assistência Social até 2009.<sup>201</sup>

Os órgãos de proteção infantil podem investigar e levantar provas para apoiar relatos de suspeita de violência. Quando denúncias são verificadas, esses órgãos escolhem o curso de ação a ser tomado. Essas decisões são frequentemente difíceis, já que é necessário garantir um equilíbrio adequado entre diversas demandas potencialmente conflitantes -como a necessidade de proteger a criança e o desejo de manter a família unida.

É sempre importante adotar a alternativa menos prejudicial para a criança e menos invasiva para a família, desde que ela possa garantir a segurança da criança. Todas as decisões sobre intervenções devem considerar as preocupações e o desejo das crianças e levar em consideração seu estágio de desenvolvimento, sua saúde emocional e seus laços com outros membros da família, que podem ser saudáveis ou não.

## **UMA ABORDAGEM MULTISSETORIAL PARA UMA PRESTAÇÃO ABRANGENTE DE SERVIÇOS: A UNIDADE DE PROTEÇÃO INFANTIL DO HOSPITAL GERAL DAS FILIPINAS**

92

A Unidade de Proteção Infantil do Hospital Geral das Filipinas adota uma abordagem multissetorial de serviços médicos e psicossociais abrangentes para crianças e famílias que sofreram maus-tratos. O objetivo é prevenir maus-tratos no futuro e dar início a um processo de cura. Em 2005, essa unidade cuidou de 927 novos casos de maus-tratos infantis, 81% dos quais envolveram abuso sexual.

Desde o primeiro ponto de contato até a conclusão de um longo processo de acompanhamento, a unidade oferece um tratamento de qualidade adotando uma abordagem multissetorial que coordena ações dos setores de saúde, jurídico e social por meio do seu sistema de gerenciamento de casos. A unidade presta serviços jurídicos, policiais e médicos, oferece audiências judiciais, orientação e apoio à criança e parentes e aplica terapias ou os encaminha a outros serviços médicos especializados quando necessário. Ela também oferece outros serviços sociais para famílias de baixa renda, como bolsas de estudo e empréstimos sem juros para ajudar no seu sustento. Aulas sobre como criar uma criança ajudam os pais a administrar as expectativas de seus filhos, a compreender melhor seu comportamento e a adotar melhores métodos disciplinares.

Cada criança tem um gerente de caso para coordenar todos os serviços prestados a ela e à sua família e para facilitar e monitorar seu encaminhamento seguro, sua assistência jurídica e seus cuidados psiquiátricos. Esses gerentes de caso trabalham com as crianças e suas famílias pelo tempo que for necessário.<sup>200</sup>

"Chegou a hora de irmos além das análises qualitativa da violência contra a criança. No Sudeste da Ásia, pesquisas populacionais são urgentemente necessárias para identificarmos a verdadeira escala da violência contra a criança. Precisamos investir em melhores pesquisas e coletas sistemáticas de dados sobre esse problema."

Dr. Samlee Plianbangchang, Diretor Regional da OMS para o Sudeste da Ásia

# 3

## Quando cuidados alternativos são necessários

Retirar uma criança de sua família deve ser a última opção quando uma intervenção é necessária. O ideal é que serviços de apoio sejam disponibilizados a pais que não estão conseguindo cumprir suas responsabilidades na criação de seus filhos. Alternativas de longo prazo (ou seja, encaminhamento temporário a um outro lar ou adoção) só devem ser consideradas quando há indícios de que a criança está correndo grandes riscos imediatos ou quando se avalia que o pai ou mãe não estão respondendo a outras intervenções ou não parecem ser capazes de mudar dentro de um prazo adequado para o desenvolvimento da criança.

Uma criança separada do ambiente familiar para garantir seu bem-estar tem direito a proteção e assistência; além disso, os Estados têm a obrigação de oferecer cuidados alternativos para crianças nessas circunstâncias, levando na devida consideração a continuidade de sua criação e suas origens étnicas, religiosas, culturais e lingüísticas (artigo 20 da CDC). Cuidados alternativos podem ser disponibilizados formalmente -encaminhando a criança para lares de outras famílias temporariamente (cuidados kafalah, segundo a lei islâmica) ou permanentes - e informalmente, encaminhando-a para lares de outros parentes. Três princípios devem orientar decisões sobre cuidados alternativos a serem oferecidos a uma criança.<sup>202</sup>

- Soluções baseadas na família geralmente são preferíveis em relação às institucionais;

- Soluções permanentes sustentáveis devem ter precedência em relação a soluções provisórias, desde que satisfaçam os interesses superiores da criança e sejam avaliadas regularmente;
- Soluções nacionais são geralmente preferíveis em relação às que envolvem outros países (por exemplo, adoções internacionais).

Todas as formas de cuidados alternativos podem envolver riscos, entre os quais o risco de mais violência, exploração e outros tipos de violação dos direitos da criança. Portanto, os Estados devem registrar e regulamentar todas as formas de cuidados alternativos e monitorar continuamente a situação da criança fora do seu lar e seu tratamento, com plena participação dela. (Veja também o capítulo sobre violência contra a criança em sistemas assistenciais e correccionais.)

## ADVOCACY E EDUCAÇÃO PÚBLICA

A violência contra a criança no lar e na família recebe pouca atenção dos meios de comunicação de massa e de pesquisas em todo mundo em comparação com outras questões, como as da exploração sexual de crianças para fins comerciais ou do trabalho infantil. Os meios de comunicação de massa desempenham um papel crucial na formação de opiniões e em influenciar regras sociais que também afetam comportamentos. A violência contra a criança no lar e na família deve publicamente divulgada em todas as regiões. É importante criar espaços para discutir essa questão e identificar soluções para ela. Sem uma conscientização

adequada do problema, será difícil garantir medidas de prevenção em larga escala e duradouras, bem como mudanças comportamentais.

Um desdobramento importante observado recentemente, incentivado pelo processo do Estudo, foi o envolvimento de crianças em pesquisas e em ações de advocacy baseadas nessas pesquisas. Nas Consultas Regionais, crianças enfatizaram que normalmente não tinham oportunidades para expressar seus pontos de vista e sentimentos em relação à violência que sofriam em suas casas. Em todas as regiões, ONGs estão começando a desenvolver pesquisas participativas sobre a violência contra a criança no lar nas quais meninos e meninas são envolvidos não apenas como entrevistados, mas também como co-pesquisadores. Além da oportunidade que oferecem para que crianças falem sobre o comportamento punitivo de seus pais e de outros cuidadores, esses exercícios rompem o silêncio que caracteriza a violência familiar e contribuem para promover uma maior compreensão da natureza e dimensões do abuso infantil e de seus efeitos. Essas atividades são extremamente importantes para que se crie uma base para campanhas de conscientização e workshops.<sup>203, 204</sup>

Em todas as Consultas Regionais, adultos e crianças mencionaram a urgente necessidade de serem adotadas estratégias de advocacy para mudar regras culturais e pôr fim à violência contra a criança. Os documentos que apontaram os resultados das consultas e dos grupos de trabalho temáticos enfatizaram que as ações de advocacy devem ser dirigidas a formuladores de políticas, pais e crianças e que focar os temas listados abaixo ajudaria a prevenir a violência familiar contra a criança:

- Os direitos das crianças, inclusive o direito a proteção contra todas as formas de violência;
- As conseqüências prejudiciais de castigos corporais e de outras formas de punição cruéis ou degradantes e a necessidade de os pais desenvolverem relacionamentos positivos e não violentos com seus filhos na maneira de criá-los;
- Romper a cultura de silêncio que caracteriza a violência sexual na família;
- Eliminar estigmas tradicionais e crenças prejudiciais de que é impossível reduzir a vulnerabilidade de crianças portadoras de deficiência à violência;
- Práticas tradicionais prejudiciais;
- O papel de homens e meninos na prevenção da violência;
- Os efeitos do HIV em termos da estigmatização de crianças e de sua maior vulnerabilidade à violência.

Crianças e adolescentes têm um importante papel a desempenhar em ações de advocacy relacionadas a questões que lhes dizem respeito. (Veja o capítulo sobre a violência contra a criança na comunidade.)

### **Eliminação de práticas tradicionais prejudiciais**

Esforços para eliminar práticas tradicionais prejudiciais têm ilustrado a importância de intervenções em múltiplos níveis - será difícil para pais e famílias mudarem de comportamento sem mudanças nas regras e comportamentos da comunidade maior. Para eliminar a prática da mutilação genital feminina, é necessário proi-

"Nas consultas realizadas em todas as regiões do mundo, parecia que todos estavam apenas esperando por algum tipo de permissão para falar sobre o tema - esperando que a violência contra a criança deixasse de ser um segredo."

Karin Landgren, Chefe da Seção de Proteção Infantil do UNICEF

# 3

bi-la e educar e conscientizar famílias e comunidades, além de mobilizá-las para esse fim (veja quadro). Promover mudanças nos conhecimentos, crenças, atitudes e práticas das comunidades é essencial.<sup>205</sup> É necessário, também, promover ações de advocacy com a participação de líderes religiosos e comunitários, profissionais da saúde e muitos outros atores. Persuadir apenas pais ou mães individualmente não é suficiente. Em locais onde meninas precisam ser submetidas à mutilação genital feminina para serem aceitas socialmente e poderem se casar, é pouco provável que suas mães, individualmente, se recusem a submetê-las a esse procedimento, por mais doloroso que ele tenha sido para elas próprias. A decisão de eliminar essas práticas deve ser tomada pela comunidade como um todo e ela precisa saber que outras comunidades também estão abrindo mão do costume (veja quadro abaixo).

O casamento infantil exige esforços semelhantes para mudar regras sociais e culturais. Até o presente momento, poucas iniciativas de advocacy foram tomadas para influenciar e reduzir diretamente casamentos de crianças. A tendência tem sido a de se considerar que o costume pode ser combatido mais eficazmente matriculando-se mais meninas na escola e adotando-se leis para regulamentar o casamento. No entanto, a maior atenção que vem sendo dada aos direitos das meninas e mulheres no casamento tem apontado para novas direções. Alguns programas especificamente desenvolvidos para reduzir a taxa de casamentos de crianças estão sendo implementados atualmente e ações de advocacy contra essa prática começaram a ser

adotadas.<sup>206</sup> Por exemplo, uma campanha contra o casamento infantil foi lançada recentemente por organizações da sociedade civil no Iêmen com base nos resultados de pesquisas realizadas pela Universidade de Sana'a.<sup>207</sup>

Muitas outras práticas que expõem crianças à violência e as prejudicam devem ser divulgadas e ser objetos de campanhas como parte dos esforços para preveni-las. Essas práticas incluem a venda de crianças para fins de exploração sexual ou outros tipos de atividades; a estigmatização de crianças portadoras de deficiência; crianças sem famílias ou que ficaram órfãs em decorrência do HIV/AIDS; crianças vítimas de abuso sexual; e crianças acusadas de práticas de feitiçaria ou que foram forçadas pelos pais a assumir uma vida dedicada à religião.

## **A NECESSIDADE DE MELHORAR A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES PARA DESENVOLVER POLÍTICAS E AÇÕES**

Dados confiáveis e precisos sobre a magnitude e as conseqüências da violência familiar contra a criança são essenciais para o desenvolvimento de ações de advocacy e políticas, para a alocação de recursos e para a implementação de programas baseados em evidências concretas. A falta de dados foi um obstáculo percebido ao longo de todo o Estudo, particularmente de dados relacionados ao contexto familiar e doméstico, em função, principalmente, da relutância em denunciar mencionada acima, mas também da falta de investimentos em pesquisas científicas sobre o

## A ABORDAGEM DE TOSTAN

Em novembro de 2005, representantes de 70 vilarejos da região de Matam, situada no nordeste do Senegal, assinaram uma declaração pública informando que estavam acabando com a prática da mutilação genital feminina e do casamento infantil forçado. Matam é uma região muito conservadora, na qual assuntos dessa natureza nunca poderiam ter sido sequer discutidos alguns anos antes. Milhares de habitantes de vilarejos situados a até 300 km de distância fizeram questão de estar presentes na cerimônia. Dignitários, autoridades e representantes de meios de comunicação de massa também participaram dela. Mulheres, adolescentes, chefes de tribos e líderes religiosos de áreas rurais e autoridades governamentais se comprometeram a cumprir o compromisso. Essa declaração, que foi a décima nona desse tipo no Senegal, foi o estágio final de um programa de educação pública e de ações de advocacy nos vilarejos.

Esse programa foi implementado no âmbito do Programa de Empoderamento Comunitário de Tostan, impulsionado por um clamor coletivo pelo abandono dessa prática de mutilação e do casamento precoce no país. Desde 1997, 1628 comunidades se comprometeram a abandonar essas práticas. A estratégia Tostan consiste em estabelecer comitês comunitários, organizar aulas sobre a saúde da mulher e seus direitos em vilarejos e em ações de mobilização social promovidas pelas mulheres que recebem essas aulas. No final do programa, é feita uma declaração pública em uma cerimônia de grande porte, que é vista como um elemento crucial do processo por caracterizar claramente o endosso social coletivo da mudança.

Uma avaliação realizada pelo Conselho de População em 2004 revelou que o programa Tostan havia afetado significativamente os conhecimentos e crenças das pessoas que frequentaram as aulas e das que tiveram contato com o programa de alguma maneira. Por exemplo, a proporção de meninas com até 10 anos de idade que não sofreram mutilação genital aumentou de 46% para 60% entre as famílias que participaram de suas intervenções, enquanto esse percentual continuou inalterado em 48% no grupo de comparação. A aprovação da mutilação genital feminina e a intenção de aplicá-la a meninas caíram significativamente e a intenção de aplicá-la entre as mulheres que participaram do estudo caiu de quase 75% no marco zero para menos de 25%. Uma outra conclusão encorajadora foi que o conhecimento dos direitos humanos aumentou muito entre os participantes do estudo. A proporção de mulheres que tinham consciência de seus direitos à saúde, à educação e a um ambiente saudável aumentou de 11% para 94% e a proporção de homens de 41% para 92%.<sup>208</sup>

tema. Por um lado, nenhum sistema eficaz de combate à violência pode ser desenvolvido sem dados adequados e, por outro, a urgência do problema não permite que esperemos até que sejam implementados sistemas que possibilitem uma coleta sistemática de dados em países carentes de recursos para que respostas programáticas adequadas para crianças expostas a situações de violência possam ser desenvolvidas.

A coleta e análise permanentes de dados relacionados a casos oficialmente registrados podem ser úteis para a identificação de tendências na utilização de serviços e, em alguns casos, da prevalência do problema. No entanto, como esses sistemas dependem exclusivamente de casos notificados a autoridades e considerando que na maioria dos casos crianças sofrem violência na família sem contar para ninguém, os sistemas de vigilância baseados em registros oficiais sempre tendem a subestimar a escala do problema. A vigilância de casos oficialmente notificados deve ser complementada por pesquisas junto à população que possam documentar a exposição à violência na infância e suas consequências permanentes. Da mesma maneira, só conseguiremos realmente compreender a violência fatal contra crianças se sistemas abrangentes de registro de óbitos, investigação e denúncias estiverem disponíveis (veja quadro).

Pequenos estudos qualitativos e estudos baseados em amostragens de conveniência - de famílias encaminhadas para serviços de assistência social, por exemplo - são importantes para documentar o problema da violência contra a criança e desenvolver mecanismos adequados para administrá-lo. No entanto, para começarmos a

compreender plenamente os padrões da violência familiar contra crianças, são necessários estudos que abordem um subconjunto significativo da população geral e que sejam repetidos ao longo do tempo.

Estudos baseados em entrevistas confidenciais com crianças, pais e outros cuidadores também podem nos ajudar a compreender todas as formas de violência no lar e na família. Obviamente, devem ser adotadas salvaguardas éticas para garantir a proteção necessária às crianças envolvidas. Estudos retrospectivos e entrevistas com adultos jovens sobre suas experiências infantis também são iniciativas úteis, mas elas não revelam nada sobre o que está acontecendo com as crianças hoje e podem distorcer a compreensão de experiências na primeira infância, quando algumas formas de violência são mais comuns.

Ações de advocacy constituem um dos objetivos mais importantes das coletas de dados, principalmente em países e regiões nos quais a violência doméstica e familiar é negada ou não é discutida publicamente. Os formuladores de políticas devem ser convencidos de que a violência contra a criança é mais frequente do que pensam ou admitem e que são necessárias medidas urgentes para combatê-la. Contar com os esforços de ONGs e de outros organismos internacionais que apóiam a coleta de informações e a publicação de análises sobre crianças expostas a situações de violência geralmente constitui o primeiro passo no sentido de permitir que uma questão cultural e politicamente sensível seja revelada, discutida localmente com o efetivo envolvimento de todos e combatida.

## **EQUIPES DE AVALIAÇÃO DE ÓBITOS INFANTIS (Child Fatality Review Teams - CFRT)**

A maioria das crianças que falecem devido a atos de violência são crianças pequenas. Aproximadamente 40% delas são bebês e 80% têm menos de seis anos de idade. A causa mais comum de óbitos infantis é o traumatismo craniano, seguido de contusão ou traumatismo contuso. Em alguns casos, é difícil identificar a causa da morte de uma criança quando alguém simplesmente afirma que ela "caiu".

A primeira Equipe de Avaliação de Óbitos Infantis foi estabelecida em Los Angeles, em 1978, sob o patrocínio do Conselho Interagências do Condado de Los Angeles contra o Abuso e a Negligência Infantil (ICAN), e era composta pelo legista do condado, por representantes da polícia, de serviços sociais e do sistema judiciário e por profissionais de saúde e agentes de saúde pública. Posteriormente, o ICAN passou a ser chamado Centro Nacional de Avaliação de Óbitos (NCFR) e outras equipes foram formadas, algumas das quais incluíram professores, profissionais da área da saúde mental e, ocasionalmente, membros da comunidade. Essas equipes se reúnem para discutir casos de óbitos de crianças pequenas quando exames médicos são inconclusivos e diferentes provas precisam ser reunidas para esclarecer os casos em questão.

Em 2001, aproximadamente 1000 equipes haviam sido estabelecidas na Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos. As Filipinas adotaram recentemente um modelo baseado em hospitais que talvez seja mais indicado para países em desenvolvimento. Uma rede internacional de trabalho começou a desenvolver contatos entre o ICAN e programas introdutórios na China, Estônia, Islândia, República Islâmica do Irã, Japão, Jordânia, Líbano, Países Baixos e Reino Unido.<sup>209</sup>

## MELHORIA DA BASE DE CONHECIMENTOS DA ÍNDIA - O ESTUDO NACIONAL SOBRE ABUSO INFANTIL

A Índia adotou uma abordagem proativa em relação à questão da proteção infantil. Lançado pelo Departamento das Mulheres e do Desenvolvimento Infantil em 2005, o Estudo Nacional sobre Abuso Infantil envolveu uma enorme rede em todo o país. Uma das primeiras atividades importantes nesse contexto foi a realização de uma Consulta Nacional sobre Abuso Infantil em Nova Delhi em abril de 2005 para discutir diversas questões relacionadas à formulação de projetos e para definir o conceito de abuso infantil e metodologias a serem usadas nos projetos, desenvolver instrumentos de coleta de dados e identificar diversas categorias de pessoas a serem entrevistadas. Essa Consulta reuniu especialistas de todas as partes da Índia e de diversas áreas para trocar idéias sobre o tema do abuso infantil, entre os quais acadêmicos, assistentes sociais, ativistas, representantes de ONGs, professores, pesquisadores, policiais, representantes do sistema judiciário e de agências financiadoras como o UNICEF e de organizações como a Save the Children, a USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional), a Plan International, a Catholic Relief Services e a SARI Equity e de outras organizações.

O tamanho de amostra selecionado, de 17.500 indivíduos, incluiu crianças (n = 12500), adultos jovens (n = 2500) e outras partes interessadas (n = 2500). A amostra incluiu crianças de rua e crianças trabalhadoras, estudantes, crianças institucionalizadas e crianças de grupos familiares que não estavam freqüentando a escola. A metodologia adotada incluiu discussões com grupos focais envolvendo crianças em workshops desenhados para crianças, por meio dos quais foram levantadas informações para a definição de indicadores para diversas formas de abuso, levando em consideração aspectos de confidencialidade e éticos.

Desde seus estágios iniciais, o projeto proporcionou oportunidades valiosas para ações de advocacy e de conscientização, o que foi extremamente útil em um país no qual sabe-se que o abuso infantil existe, mas pouco se fala sobre o fenômeno. A participação de tantos especialistas teve um efeito multiplicador que promoveu uma conscientização do problema na população e gerou discussões mais abertas sobre uma questão anteriormente menosprezada. Uma análise dos resultados do projeto deve estar disponível no final de 2006.<sup>210</sup>

## RECOMENDAÇÕES

As recomendações apresentadas a seguir baseiam-se nas obrigações dos governos na área dos direitos humanos previstas na CDC e em outros instrumentos e também em evidências levantadas em pesquisas e na observação de práticas existentes. Elas reconhecem que embora as famílias sejam as principais responsáveis pela criação das crianças, os governos devem tomar todas as medidas necessárias para garantir que, em todos os lugares, inclusive em seus lares, as crianças sejam protegidas contra ações que constituam violência contra elas e para combater a violência onde ela ocorra. Além disso, os Governos devem apoiar e assistir os pais adequadamente.

### A prevenção deve ter prioridade

**1. Sistemas abrangentes de prevenção da violência e proteção de crianças devem ser implementados na escala necessária e de maneiras que respeitem a criança e sua família como um todo, bem como sua dignidade e privacidade e as necessidades de desenvolvimento de meninas e meninos.** Os governos devem tomar as medidas necessárias para que os sistemas de resposta à violência sejam coordenados de modo a prevenir a violência e garantir intervenções precoces. Esses sistemas devem também estar vinculados a serviços integrados em diversos setores - nos setores jurídico, educacional, judicial, social, de saúde, do emprego e outros. As opiniões das crianças em relação a todas as questões e decisões que as afetam devem ser respeitadas. Os governos têm a obrigação de desenvolver normas baseadas

em evidências para facilitar a prestação de serviços eficazes e sensíveis a todas as crianças em todas as partes do país.

### No nível da sociedade

- 2. O impacto de políticas públicas sobre as crianças e suas famílias deve ser avaliado.** Os governos devem avaliar impactos sociais, enfocando, principalmente, os impactos em potencial de políticas públicas sobre a violência contra a criança - especialmente sobre a discriminação, o estresse social e econômico e outros fatores de risco relevantes para a violência familiar contra crianças. Os resultados dessas avaliações devem ser usados para priorizar redes de segurança econômicas e sociais que beneficiem famílias diretamente.
- 3. As redes de segurança econômicas e sociais para famílias devem ser ampliadas.** Essas redes devem incluir centros de apoio que possam assistir famílias em diversas situações, inclusive em situações emergenciais. Elas devem também ajudar a desenvolver redes de apoio mediante a disponibilização de instalações de assistência a crianças de qualidade e programas de enriquecimento da pré-escola. Programas de assistência temporária no lar também devem ser disponibilizados a famílias que estiverem enfrentando situações particularmente difíceis. É importante, também, levar em consideração fatores subjacentes como educação, moradia, emprego, políticas sociais e oportunidades.
- 4. Programas de advocacy baseados em evidências devem ser implementados para**

**prevenir a violência.** No nível da sociedade e da comunidade, os governos devem apoiar estratégias concebidas para conscientizar a população a respeito dos direitos das crianças e promover mudanças em regras sociais e culturais, a equidade/igualdade de gênero e a não discriminação. Esses programas devem focar funcionários públicos, inclusive policiais e pessoal do sistema judiciário, educadores, agentes de saúde e pessoal do setor privado, bem como pais e o público geral. Os governos têm a obrigação de iniciar e apoiar campanhas de conscientização que promovam relacionamentos não violentos e uma melhor comunicação com crianças, bem como um envolvimento positivo de homens e meninos na vida familiar.

### Medidas legais

#### 5. Uma estrutura explícita de leis e políticas na qual todas as formas de violência contra a criança dentro da família sejam proibidas e rejeitadas deve ser desenvolvida.

Os governos têm obrigação de proibir e eliminar todas as formas de violência contra a criança no lar e em outros ambientes. Isso inclui todas as práticas tradicionais prejudiciais, a violência sexual e os castigos corporais, em conformidade com o disposto na CDC e em outros instrumentos de direitos humanos (veja o Comentário Geral do Comitê sobre castigos corporais, no. 8, de junho de 2006). Orientações claras e capacitações devem garantir que as leis sejam aplicadas com sensibilidade em relação aos interesses superiores da criança. A reforma

legal deve ser implementada juntamente com ações de advocacy e de conscientização concebidas para promover relações positivas e não violentas com crianças.

#### 6. As varas de família e outras instâncias do sistema judicial devem ser sensíveis às necessidades das crianças e de suas famílias.

Os governos devem tomar as medidas necessárias para garantir que crianças vítimas de violência familiar não sejam vitimizadas novamente no decorrer de processos judiciais ou submetidas a processos excessivamente longos. Crianças que sofreram violência devem ser tratadas com carinho e sensibilidade em processos judiciais, no decorrer dos quais sua situação pessoal e necessidades imediatas, idade, gênero, deficiência e nível de maturidade devem ser levados em consideração e sua integridade física, mental e moral plenamente respeitada.

Particularmente, os governos devem tomar as medidas necessárias para garantir que as investigações, a aplicação da lei e processos judiciais considerem as necessidades especiais da criança à luz das Diretrizes sobre Justiça para Crianças Vítimas e Testemunhas de Crimes (Resolução 2005/20 do ECO-SOC). Para esse fim, a criança deve ser acompanhada por um adulto no qual confia durante todo o seu envolvimento em um processo judicial, se esse procedimento satisfizer seus interesses superiores; sua identidade e privacidade devem ser preservadas; o imperativo da confidencialidade deve ser respeitado; e a criança não deve ser subme-

tida a um número excessivo de entrevistas, depoimentos, audiências e contatos desnecessários com o processo judicial.

Deve-se considerar a possibilidade de usar vídeos previamente gravados ou outros recursos para a tomada de depoimentos, como telões ou circuitos fechados de televisão, bem como de se eliminar outros contatos desnecessários com o suposto agressor ou com seus advogados de defesa. Particularmente, se compatível com o sistema de justiça e com o devido respeito ao direito de defesa do réu, os profissionais devem tomar as medidas necessárias para que a criança vítima de violência não seja submetida a acareações desnecessárias, para que o público e os meios de comunicação de massa sejam retirados do tribunal durante depoimentos da criança, e para que guardiões ad litem estejam disponíveis para proteger os interesses legais da criança. Julgamentos rápidos devem também ser garantidos, a menos que julgamentos mais detalhados e, portanto, demorados atendam os interesses superiores da criança.

### **Respostas coordenadas fortalecidas**

**7. Mecanismos de assistência pré-natal e pós-natal e programas de visitas domiciliares devem ser disponibilizados para otimizar o desenvolvimento da criança na primeira infância.** O objetivo dessas medidas seria o de aproveitar os pontos fortes da família e da comunidade para promover o desenvolvimento saudável da criança, permitir uma identificação precoce da violência e apoiar famílias com problemas. Os go-

vernros devem tomar as medidas necessárias para garantir que esses programas incluam informações sobre a importância dos laços afetivos e do desenvolvimento físico, emocional e cognitivo de bebês e crianças pequenas e devem também levar em consideração fatores culturais.

- 8. Programas culturalmente adequados e sensíveis a questões de gênero concebidos para ensinar pais e mães a criar seus filhos e programas que apoiem famílias no sentido de garantir um ambiente sem violência no lar devem ser implementados.** Os governos devem garantir que componentes importantes sejam incluídos nesses programas, como medidas para enfatizar a importância de laços afetivos entre pais e filhos; promover uma maior compreensão do desenvolvimento físico, psicológico, sexual e cognitivo de bebês, crianças pequenas e jovens no contexto de fatores sociais e culturais; desenvolver a capacidade de pais e mães de criar seus filhos adequadamente, promovendo também relações e métodos disciplinares não violentas e a capacidade de solucionar problemas e administrar conflitos familiares; abordar estereótipos de gênero e enfatizar o envolvimento de homens e meninos na vida familiar. Os governos devem desenvolver esses programas em conformidade com as normas de direitos humanos e com base em evidências científica de sua eficácia.
- 9. Crianças particularmente vulneráveis devem ser protegidas e questões de gênero abordadas.** Os governos devem tomar as medidas necessárias para garantir que todas as iniciativas relacionadas a pesquisas, ações

preventivas e respostas para famílias enfocuem a situação e os riscos enfrentados por crianças particularmente vulneráveis a atos de violência, como, por exemplo, crianças portadoras de deficiência, refugiadas e outras crianças deslocadas, de grupos minoritários, sem assistência paterna ou materna e afetadas pelo HIV/AIDS. É necessário empreender esforços adicionais para compreender e combater diferentes riscos porventura enfrentados por meninas e meninos e prestar atenção nos conceitos de masculinidade e estereótipos de gênero envolvidos na violência contra meninas e meninos.

### **Desenvolvimento de capacidades**

**10. As capacidades de pessoas que trabalham com crianças e suas famílias devem ser desenvolvidas.** Os governos devem garantir que os profissionais e leigos que trabalham com e para crianças recebam um treinamento adequado e tenham suas capacidades permanentemente desenvolvidas mediante a disponibilização de informações básicas sobre os direitos das crianças e a legislação, a violência contra a criança e sua prevenção, identificação precoce e combate e a gestão não violenta de conflitos. Além disso, essas pessoas devem ter uma compreensão clara do desenvolvimento físico, sexual, emocional e cognitivo de crianças e jovens e dos vínculos entre o gênero e a violência. Devem ser desenvolvidas também habilidades específicas para a comunicação com crianças e para envolvê-las em decisões que as afetem.

### **Desenvolvimento de sistemas de informação**

**11. Sistemas de registro civil universalmente acessíveis, inclusive sistemas de registro de nascimentos, óbitos e casamentos, devem ser implementados.** Os governos devem disponibilizar um sistema de registro civil gratuito e acessível a todos e eliminar quaisquer multas impostas por registros tardios. O processo deve ser amplamente defendido e promovido, bem como facilitado e implementado em cooperação com governos locais, hospitais, parteiras profissionais e tradicionais, departamentos de polícia, líderes religiosos e comunitários e outros parceiros, de modo a garantir uma adesão universal.

**12. Uma agenda nacional de pesquisas sobre a violência familiar contra crianças deve ser desenvolvida.** Os governos devem estabelecer um conjunto de prioridades nacionais para pesquisas que possam suplementar sistemas de informação com dados quantitativos e qualitativos detalhados. Orientados por indicadores e normas internacionais, os governos e seus parceiros devem fortalecer os sistemas de informação por meio de uma vigilância mais meticulosa de denúncias de violência familiar contra crianças e também de pesquisas junto à população que incluam estimativas da prevalência da vitimização infantil. Fatores de risco e de proteção relacionados à violência também poderiam ser avaliados por meio de estudos retrospectivos da infância e de entrevistas com adultos jovens.

Os dados devem ser desagregados para dar visibilidade à escala e amplitude das experiências de meninas e meninos em diferentes faixas etárias relacionadas à violência e a formas de superá-la, às suas situações e fatores de risco e proteção. Esses esforços devem incluir entrevistas confidenciais com as próprias crianças, principalmente com crianças de grupos vulneráveis e suas famílias, bem como com pais e outros cuidadores e adultos, adotando-se as devidas salvaguardas éticas. As informações levantadas devem ser amplamente divulgadas para serem usadas como insumos na formulação de políticas públicas e na definição de medidas relacionadas.

## REFERÊNCIAS

- 1 UNICEF (2003). A League Table of Child Maltreatment Deaths in Rich Nations. Innocenti Report Card, No. 5. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 2 Yoder PS e outros (2004). Female Genital Cutting in the Demographic Health Surveys: A Critical and Comparative Analysis. Calverton, ORC Macro.
- 3 UNICEF (2003). Female Genital Cutting in Somália: Reasons for Continuation and Recommendations for Eradication. UNICEF Somália. Citado em: UNICEF Somália (2003). From Perception to Reality: A Study on Child Protection in Somália, Capítulo 3. UNICEF Somália.
- 4 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8.
- 5 UN Habitat (2006). State of the World's Cities Report 2006/7. Nairóbi, UN Habitat. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/mediacentre/documents/sowcr2006/SOWCR%201.pdf>.
- 6 UN Habitat (2006). State of the World's Cities Report 2006/7. Nairóbi, UN Habitat. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/mediacentre/documents/sowcr2006/SOWCR%201.pdf>.
- 7 Krug EG e outros (Eds) (2002). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 8 Molyneux M (2004). Poverty Relief Programmes and the 'New Social Policy in Latin America': Women and Community Carework. UNRISD Project on Gender and Social Policy, Mimeo, Geneva, UNRISD. Citado em: UNRISD (2005). Gender Equality: Striving for Justice in an Unequal World. Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desenvolvimento Social.
- 9 UNRISD (2005). Gender Equality: Striving for Justice in an Unequal World. Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desenvolvimento Social.

- 11 Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos (1993). *Understanding Child Abuse and Neglect*. Washington DC, National Academy of Sciences Press.
- 12 Straus MA e outros (1998). Identification of Child Maltreatment with the Parent-Child Conflict Tactics Scales: Development and Psychometric Data for a National Sample of American Parents. *Child Abuse & Neglect*, 22: 249-270.
- 13 Zununegui MV e outros (1997). Child Abuse: Socioeconomic Factors and Health Status. *Anales Españoles de Pediatría*, 47: 33-41.
- 14 Kelly MJ (2005). The Power of Early Childhood as a Healing Force in the AIDS Crisis. Documento para apresentação no World Forum on Early Care and Education, Montreal, 19 de maio de 2005.
- 15 UNICEF (2003). *Africa's Orphaned Generations*. New York, UNICEF.
- 16 Nações Unidas (2000). *The World's Women: Trends and Statistics*. Nova Iorque, Nações Unidas.
- 17 Boudreaux MC, Lord WD (2005). Combating Child Homicide: Preventive Policing for the New Millennium. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(4): 380-387.
- 18 Finkelhor D, Berliner L (1995). Research on the Treatment of Sexually Abused Children: A Review and Recommendations. *Journal of the Academy of Child Adolescent Psychiatry*, 34: 1408-1423.
- 19 Boudreaux MC, Lord WD (2005). Combating Child Homicide: Preventive Policing for the New Millennium. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(4): 380-387.
- 20 UNICEF (2003). *Innocenti Report Card No. 5: A League Table of Child Maltreatment Deaths in Rich Nations*. Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF, Florença.
- 21 Dean PJ (2004). Child Homicide and Infanticide in New Zealand. *Int J Law Psychiatry*, 27(4): 339-348; Romain N e outros (2003). Childhood Homicide: A 1990-2000 Retrospective Study at the Institute of Legal Medicine in Lausanne, Switzerland. *Medicine, Science and the Law*, 43(3): 203-206; Collins KA, Nichols CA (1999). A Decade of Pediatric Homicide: A Retrospective Study at the Medical University of South Carolina. *American Journal of Forensic Medicine and Pathology*, 20(2): 169-172.
- 22 OMS (2006). *Global Estimates of Health Consequences Due to Violence against Children*. Documento Informativo para o Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 23 Runyan D e outros (2002). Child Abuse and Neglect by Parents and Other Caregivers. In: Krug EG e outros (Eds). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 59-86.
- 24 Collins KA, Nichols CA (1999). A Decade of Pediatric Homicide: A Retrospective Study at the Medical University of South Carolina. *American Journal of Forensic Medicine and Pathology*, 20(2): 169-172.
- 25 Lyman JM e outros (2003). Epidemiology of Child Homicide in Jefferson County, Alabama. *Child Abuse & Neglect*, 27(9): 1063-1073.
- 26 Romain NK e outros (2003). Childhood Homicide: A 1990-2000 Retrospective Study at the Institute of Legal Medicine in Lausanne, Suíça. *Medicine, Science and the Law*, 43(3): 203-206.
- 27 Moskowitz HD e outros (2005). Relationships of US Youth Homicide Victims and Their Offenders, 1976-1999. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 159(4): 356-361.
- 28 Dean PJ (2004). Child Homicide and Infanticide in New Zealand. *International Journal of Law and Psychiatry*, 27(4): 339-348.
- 29 Moskowitz HD e outros (2005). Relationships of US Youth Homicide Victims and Their Offenders, 1976-1999. *Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine*, 159(4): 356-361.
- 30 George S (1995). Female Infanticide in Tamil-Nadu, India: From Recognition Back to Denial? *Reproductive Health Matters*, 10: 124-132. Citado em: Naved RT (2003). *A Situation Analysis of Violence against Women in South Asia*. In: *Violence against Women in South*

- Asia: A Regional Analysis. Bangkok, Asian Forum of Parliamentarians on Population and Development/ Kathmandu, UNFPA
- 31 Stephenson R e outros (2006). Child Maltreatment among School Children in Kurdistan Province, Iran. *Child Abuse & Neglect*, 30: 231-245.
- 32 Hahm HC, Guterman NB (2001). The Emerging Problem of Physical Child Abuse in South Korea. *Child Maltreatment*, 6(2): 169-179.
- 33 May-Chalal C, Cawson P (2005). Measuring Child Maltreatment in the United Kingdom: A Study of the Prevalence of Child Abuse and Neglect. *Child Abuse & Neglect*, 29: 969-984.
- 34 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8, parágrafo 11.
- 35 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8.
- 36 Durrant JE (2003). Maternal Beliefs about physical punishment in Sweden and Canada. *Journal of Comparative Family Studies*, 34:586-604. Citado em: Durrant JE (2005). *Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development*. In: Hart SN (Ed) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 37 Lehman BA (1989). Making a Case against Spanking. *The Washington Post*, 23 de março de 1989. Citado em: Straus MA, Mathur AK (1996). *Social Change and Trends in Approval of Corporal Punishment by Parents from 1968 to 1994*. In: Frehsee D e outros (Eds). *Violence against Children*. Berlim e Nova Iorque, Walter de Gruyter, pp 91-105.
- 38 Durrant JE (2005). *Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development*. In: Hart SN (Ed) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 39 Kim D-H (2000). Children's Experience of Violence in China and Korea: A Transcultural Study. *Child Abuse & Neglect*, 18: 155-166. Citado em: Durrant JE (2005). *Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development*. In: Hart SN (Ed) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 40 Habasch R (2005). *Physical and Humiliating Punishment of Children in Yemen*. Save the Children Suécia. Citado em: Aliança Internacional Save the Children (2005). *Ending Physical and Humiliating Punishment of Children. Making It Happen, Part 2. Contribuição para o Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 41 Aliança Internacional Save the Children (2005). *Ending Physical and Humiliating Punishment of Children. Making It Happen, Part 2. Contribuição global para o Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 42 UNICEF (2001). *Young Voices Opinion Survey of Children and Young People in Europe and Central Asia*. Genebra, UNICEF.
- 43 Dong M e outros (2004). The Interrelatedness of Multiple Forms of Childhood Abuse, Neglect, and Household Dysfunction. *Child Abuse & Neglect*, 28(7): 771-784.
- 44 Governo da Índia (2005). *India Country Report on Violence against Children*. Nova Delhi, Department of Women and Child Development, Ministry of Human Resource Development, Governo da Índia.
- 45 Klasen S, Wink C (2003). Missing Women: Revisiting the Debate. *Feminist Economics*, 9(2-3): 263-299.
- 46 Helander E (1999). *Prejudice and Dignity: An Introduction to Community-based Rehabilitation*, 2a Edição. Nova Iorque, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Citado em: Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). *Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children with Disabilities*. 28 de julho de 2005, Nova Iorque.

- 47 UNICEF (2002). UNICEF 2002 China Annual Report. UNICEF China.
- 48 OMS (2006). Global Estimates of Health Consequences Due to Violence against Children. Documento Informativo para o Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 49 Finkelhor D (1994). The International Epidemiology of Child Sexual Abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18(5): 409-417.
- 50 Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- 51 Haj-Yahi MM, Tamish S (2001). The Rates of Child Sexual Abuse and Its Psychological Consequences as Revealed by a Study among Palestinian University Students. *Child Abuse & Neglect*, 25(10): 1303-1327.
- 52 Finkelhor D (1994). The International Epidemiology of Child Sexual Abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18(5): 409-417.
- 53 Andrews G e outros (2004). Child Sexual Abuse. In: Ezzati M e outros (2004). *Comparative Quantification of Health Risks: Global and Regional Burden of Disease Attributable to Selected Major Risk Factors*, Vol. 2. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 1851-1940.
- 54 WHO (2005). WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 55 Jewkes R e outros (2002). Rape of Girls in South Africa. *Lancet*, 359(9303): 319-320.
- 56 Browne KD e outros (2002). Child Abuse and Neglect in Romanian Families: A National Prevalence Study. Dinamarca, Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde para a Europa.
- 57 Haj-Yahi MM, Tamish S (2001). The Rates of Child Sexual Abuse and Its Psychological Consequences as Revealed by a Study among Palestinian University Students. *Child Abuse & Neglect*, 25(10): 1303-1327.
- 58 Tang CS (2002). Childhood Experience of Sexual Abuse among Hong Kong Chinese College Students. *Child Abuse & Neglect*, 26(1): 23-37.
- 59 Queen Sofia Centre for the Study of Violence (2003). *Child Abuse in Spain 1997/1998: A Statistical Report Based on Field Research*. Valência, Queen Sofia Centre.
- 60 UNICEF (2003). *From Perception to Reality: A Study on Child Protection in Somália*. UNICEF Somália, Capítulo 3.
- 61 Naved RT (2003). A Situation Analysis of Violence against Women in South Asia. In: AFPPD/UNFPA (2003). *Violence against Women in South Asia: A Regional Analysis*. AFPPD/UNFPA.
- 62 AFPPD/UNFPA (2003). *Violence against Women in South Asia: A Regional Analysis*. AFPPD/UNFPA. Citado em: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005) Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- 63 Irinnews (2002). Special Report on Elections, 3 October 2002. Citado em: Home Office (2004). *Pakistan Country Report*. United Kingdom, Country Information & Policy Unit, Immigration & Nationality Directorate Home Office.
- 64 Wainwright M (2006). Honour Murders Leave Thousands of Women Living in Fear. *The Guardian*, 21 de julho de 2006.
- 65 Wainwright M (2006). Honour Murders Leave Thousands of Women Living in Fear. *The Guardian*, 21 de julho de 2006.
- 66 Comissão dos Direitos Humanos de Bangladesh (2001). *Acid and Trauma Victims*. Disponível em: <http://www.bhrcbd.org/victims.htm>.
- 67 Farouk S (2005). *Violence against Women: A Statistical Overview, Challenges and Gaps in Data Collection and Methodology and Approaches for Overcoming Them*. Documento elaborado por especialistas para a Reunião do Grupo de Especialistas da Divisão das Nações Unidas pelo Progresso da Mulher. 11-14 de abril de, 2005, Genebra.

- 68 UNICEF (2001). Early Marriage, Child Spouses. Innocenti Digest, No. 7. Florença , Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 69 Outtara M e outros (1998). Forced Marriage, Forced Sex: The Perils of Childhood for Girls. Gender and Development, 6(3). Citado em: UNICEF (2001). Early Marriage, Child Spouses. Innocenti Digest, No. 7. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 70 UNICEF (2001). Early Marriage, Child Spouses. Innocenti Digest, No. 7. Florença , Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 71 Forum on Marriage and the Rights of Women and Girls (2003). Early Marriage and Poverty: Exploring the Links for Policy and Programme Development. Londres, Forum
- 72 UNICEF (2001). Early Marriage, Child Spouses. Innocenti Digest, No. 7. Florença , Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 73 Erulkar A e outros (2004). The Experience of Adolescence in Rural Amhara Region of Ethiopia. Accra, Conselho de População.
- 74 Kishor S, Johnson K (2004). Profiling Domestic Violence: A Multi-Country Study. Calverton, ORC Macro.
- 75 Marcus R (1993). Violence against Women in Bangladesh, Pakistan, Egypt, Sudan, Senegal and Yemen. Report prepared for Special Programme WID, Netherlands Ministry of Foreign Affairs (DGIS). Brighton, Institute of Development Studies.
- 76 Minnesota Advocates for Human Rights (1998). Domestic Violence in Nepal. Minnesota Advocates for Human Rights, MN.
- 77 Marcus R (1993). Violence against Women in Bangladesh, Pakistan, Egypt, Sudan, Senegal and Yemen. Relatório elaborado para o Programa Especial WID, Países Baixos Ministério das Relações Exteriores (DGIS). Brighton, Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento.
- 78 Fernandez F (1997). Domestic Violence by Extended Family Members in India. Interplay of Gender and Generation. Journal of Interpersonal Violence, 12(3): 433-455.
- 79 Panda KP (2004). Domestic Violence against Women in Kerala, Documento para Discussão no. 86. Thiruvananthapuram, Programa de Pesquisas sobre Desenvolvimento Local de Kerala, Centro de Estudos sobre Desenvolvimento.
- 80 Naved RT (2003). A Situation Analysis of Violence against Women in South Asia. In: Violence against Women in South Asia: A Regional Analysis. Bangkok, Asian Forum of Parliamentarians on Population and Development/Kathmandu, UNFPA.
- 81 NCTPE (1998). Baseline Survey on Harmful Traditional Practices in Ethiopia. Addis Ababa, National Committee on Harmful Traditional Practices.
- 82 WHO (2000). Female Genital Mutilation, Factsheet No 241. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 83 UNICEF (2005). Changing a Harmful Social Convention: Female Genital Mutilation/Cutting. Innocenti Digest, No. 12. Florença , Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 84 UNICEF (2003). Female Genital Cutting in Somália: Reasons for Continuation and Recommendations for Eradication. UNICEF Somália. Citado em: UNICEF Somália (2003). From Perception to Reality: A Study on Child Protection in Somália. UNICEF Somália, Capítulo 3.
- 85 UNICEF Somália (2003). From Perception to Reality: A Study on Child Protection in Somália. UNICEF Somália, Capítulo 3.
- 86 UNICEF (2005). Changing a Harmful Social Convention: Female Genital Mutilation/Cutting. Innocenti Digest, No. 12. Florença , Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 87 UNICEF (2005). Changing a Harmful Social Convention: Female Genital Mutilation/Cutting. Innocenti Digest, No. 12. Florença , Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.

- 88 Stanley YP e outros (2004). Female Genital Cutting in the Demographic and Health Surveys: A Critical and Comparative Analysis. DHS Comparative Reports, No. 7. Calverton, ORC Macro. Citado em: United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children (2005). Regional Desk Review: West and Central Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 89 Dube SR e outros (2002). Exposure to Abuse, Neglect, and Household Dysfunction among Adults Who Witnessed Intimate Partner Violence as Children: Implications for Health and Social Services. *Violence and Victims*, 17(1): 3-17.
- 90 Aliança Internacional Save the Children (2005). Ending Physical and Humiliating Punishment of Children. Making It Happen, Part 1. Contribuição global para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 91 Runyan D e outros (2002). Child Abuse and Neglect by Parents and Other Caregivers. In: Krug EG e outros (Eds). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 59-86.
- 92 Aliança Internacional Save the Children (2005). Ending Physical and Humiliating Punishment of Children. Making It Happen, Part 2. Contribuição global para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 93 Crockenburg S (1987). Predictors and Correlates of Anger towards and Punitive Control of Toddlers by Adolescent Mothers. *Child Development*, 58: 964-975. Citado em: Durrant JE (2005). *Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development*. In: Hart SN (Ed) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 94 Perry BD (2001). The Neurodevelopmental Impact of Violence in Childhood. In: Schetky D, Benedek EP (Eds). *Textbook of Child and Adolescent Forensic Psychiatry*. Washington DC, American Psychiatric Press, pp 221-238.
- 95 Evans E e outros (2005). Suicidal Phenomena and Abuse in Adolescents: A Review of Epidemiological Studies. *Child Abuse & Neglect*, 29(1): 45-58.
- 96 Thompson R e outros (2005). Suicidal Ideation among 8-Year-olds Who Are Maltreated and At Risk: Findings from the LONGSCAN Studies. *Child Maltreatment*, 10(1): 26-36.
- 97 Hamilton CE, Browne KD (1998). The Repeat Victimization of Children. *Aggression and Violent Behavior*, 3: 47-60.
- 98 Análise apresentada como uma contribuição para o Estudo pelo Estudo Multipaíses da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica (2006). Genebra, Organização Mundial da Saúde
- 99 Felitti VJ e outros (1998). The Relationship of Adult Health Status to Childhood Abuse and Household Dysfunction. *American Journal of Preventive Medicine*, 14: 245-258.
- 100 Dube SR e outros (2005). Long-term Consequences of Childhood Sexual Abuse by Gender of Victim. *American Journal of Preventive Medicine*, 28(5): 430-438.
- 101 Dong MRF e outros (2004). The Interrelatedness of Multiple Forms of Childhood Abuse, Neglect, and Household Dysfunction. *Child Abuse & Neglect*, 28(7): 771-784.
- 102 Turner HA e outros (2006). The Effect of Lifetime Victimization on the Mental Health of Children and Adolescents. *Social Science and Medicine*, 62(1): 13-27.
- 103 Andrews G e outros (2004). Child Sexual Abuse. In: Ezzati M e outros (2004). *Comparative Quantification of Health Risks: Global and Regional Burden of Disease Attributable to Selected Major Risk Factors, Vol. 2*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 1851-1940.
- 104 Turner HA, Finkelhor D (1996). Corporal Punishment as a Stressor Among Youth. *Journal of Marriage and the Family*, 58: 155-166. Citado em: Durrant JE (2005). *Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development*. In: Hart SN (Ed) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 105 Thompson R e outros (2005). Suicidal Ideation among 8-Year-olds Who Are Maltreated and At Risk: Findings from the LONGSCAN Studies. *Child Maltreatment*, 10(1): 26-36.

- 106 Evans E e outros (2005). Suicidal Phenomena and Abuse in Adolescents: A Review of Epidemiological Studies. *Child Abuse & Neglect*, 29(1): 45-58.
- 107 Csorba J e outros (2001). Family and School-related Stresses in Depressed Hungarian Children. *European Psychiatry*, 16: 18-26.
- 108 Lau JTF e outros (1999). Prevalence and Correlates of Physical Abuse in Hong Kong Chinese Adolescents: A Population-based Approach. *Child Abuse & Neglect*, 23: 549-57. Citado em: Durrant JE (2005). Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development. In: Hart SN (Ed) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 109 MacMillan HL e outros (1999). Slapping and Spanking in Childhood and Its Association with Lifetime Prevalence of Psychiatric Disorders in a General Population Sample. *Canadian Medical Association Journal*, 16: 805-809. Citado em: Durrant JE (2005). Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development. In: Hart SN (Ed) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 110 Classen CC e outros (2005). Sexual Revictimisation: A Review of the Empirical Literature. *Trauma Violence and Abuse*, 6(2): 103-129.
- 111 Fryer G, Miyoshi T (1994). A Survival Analysis of the Revictimization of Children: The Case of Colorado. *Child Abuse & Neglect*, 18(12): 1063-1071.
- 112 Creighton SJ (1992). Child Abuse Trends in England and Wales 1988-1990: And an Overview from 1973-1990. Londres, NSPCC.
- 113 Hamilton CE, Browne KD (1999). Recurrent Maltreatment During Childhood: A Survey of Referrals to Police Child Protection Units in England. *Child Maltreatment*, 4(4): 275-286.
- 114 Bradshaw J, Mayhew E (Eds). *The Well-being of Children in the UK*, 2a Edição. Londres, Universidade de York/Save the Children Reuno Unido.
- 115 Baldry A (2003). Bullying in Schools and Exposure to Domestic Violence. *Child Abuse & Neglect*, 27(7): 713-732.
- 116 Aliança Internacional Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Documento Informativo para o Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children.
- 117 Ertem IO e outros (2000). Intergenerational Continuity of Child Physical Abuse: How Good is the Evidence? *Lancet*, 356 (9232): 814-819.
- 118 Johnson H e outros (no prelo). *Violence against Women: An International Perspective*. Nova Iorque, Springer.
- 119 Williams LM (2003). Understanding Child Abuse and Violence against Women: A Life Course Perspective. *Journal of Interpersonal Violence*, 18(4): 441-451.
- 120 UNICEF (2005). *Changing a Harmful Social Convention: Female Genital Mutilation/Cutting*. *Innocenti Digest*, No. 12. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 121 Stanley YP e outros (2004). Female Genital Cutting in the Demographic and Health Surveys: A Critical and Comparative Analysis. *DHS Comparative Reports*, No. 7. Calverton, ORC Macro. Citado em: UNICEF (2005). *Changing a Harmful Social Convention: Female Genital Mutilation/Cutting*. *Innocenti Digest*, No. 12. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 122 Waters H e outros (2004). *The Economic Dimensions of Interpersonal Violence*. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 123 Fromm S (2001). *Total Estimates of Cost of Child Abuse and Neglect in the United States - Statistical Evidence*. Chicago, Prevent Child Abuse America.
- 124 National Commission of Inquiry into the Prevention of Child Abuse (1996). *Childhood Matters: The Report of the National Commission of Inquiry into the Prevention of Child Abuse*, Vol. 1. Londres, Her Majesty's Stationery Office. Citado em: Runyan D e outros (2002). *Child Abuse and Neglect by Parents and Other Caregivers*. In: Krug EG e outros (Eds). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 59-86.

- 125 Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children with Disabilities, 28 July 2005, Nova Iorque. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 126 Academia Americana de Pediatria (2001). Assessment of Maltreatment of Children with Disabilities. *Pediatrics*, 108(2): 508-552.
- 127 Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: the Caribbean. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 128 Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: West and Central Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 129 Wolfe DA (1999). *Child Abuse: Implications for Child Development and Psychopathology*, 2a Edição. Thousand Oaks, Sage.
- 130 Leventhal JM (1996). Twenty Years Later: We Do Know How to Prevent Child Abuse and Neglect. *Child Abuse & Neglect*, 20: 647-653.
- 131 Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos (1993). *Understanding Child Abuse and Neglect*. Washington DC, National Academy of Sciences Press.
- 132 Sariola H, Uutela A (1992). The Prevalence and Context of Family Violence against Children in Finland. *Child Abuse & Neglect*, 16: 823-832.
- 133 Zununegui MV e outros (1997). Child Abuse: Socioeconomic Factors and Health Status. *Anales Españoles de Pediatría*, 47: 33-41.
- 134 Turner HA e outros (2006). The Effect of Lifetime Victimization on the Mental Health of Children and Adolescents. *Social Science & Medicine*, 62(1): 13-27.
- 135 Runyan D e outros (2002). Child Abuse and Neglect by Parents and Other Caregivers. In: Krug EG e outros (Eds). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 59-86.
- 136 Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 137 Sidebotham P, Golding J (2001). Child Maltreatment in the 'Children of the Nineties': A Longitudinal Study of Parental Risk Factors. *Child Abuse & Neglect*, 25: 1177-1200.
- 138 Klevens J e outros (2000). Risk Factors and the Context of Men Who Physically Abuse in Bogota, Colombia. *Child Abuse & Neglect*, 24: 323-332.
- 139 Ertem IO e outros (2000). Intergenerational Continuity of Child Physical Abuse: How Good Is the Evidence? *Lancet*, 356 (9232): 814-819.
- 140 World Vision (2005). *Violence against Children Affected by HIV/AIDS: A Case Study of Uganda*. Contribuição para o Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Nairóbi, World Vision International - Escritório da África.
- 141 Human Rights Watch (2002). *Suffering in Silence: The Links Between Human Rights Abuses and HIV Transmission to Girls in Zambia*. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 142 The Body Shop/UNICEF (2006). *Behind Closed Doors. The Impact of Domestic Violence on Children*. Londres, The Body Shop International Plc.
- 143 Edleson JL (1996). Children's Witnessing of Domestic Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 14 (8): 839- 870.
- 144 McClosky LA e outros (1995). The Effect of Systematic Family Violence on Children's Mental Health. *Child Development*, 66: 1239-1261. Citado em: Krug EG e outros. (Eds) (2002). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 145 Dube SR e outros (2002). Exposure to Abuse, Neglect, and Household Dysfunction among Adults Who Witnessed Intimate Partner Violence as Children: Implications for Health and Social Services. *Violence and Victims*, 17(1): 3-17.

- 146 UNICEF (2005). Contribuição para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças. UNICEF Nova Zelândia.
- 147 Fundo de Prevenção à Violência Familiar (2006). Programs: Children and Domestic Violence. Family Violence Prevention Fund. Disponível em: <http://endabuse.org/programs/children/>.
- 148 Runyan D e outros (2002). Child Abuse and Neglect by Parents and Other Caregivers. In: Krug EG e outros (Eds). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 59-86.
- 149 Hunter WM e outros (2000). Risk Factors for Severe Child Discipline Practices in Rural India. *Journal of Paediatric Psychology*, 25: 435-447.
- 150 UNICEF (2005). Contribuição para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças. UNICEF Nova Zelândia.
- 151 The Body Shop/UNICEF (2006). Behind Closed Doors. The Impact of Domestic Violence on Children. Londres, The Body Shop International Plc.
- 152 The Body Shop/UNICEF (2006). Behind Closed Doors. The Impact of Domestic Violence on Children. Londres, The Body Shop International Plc.
- 153 Ehrensaft MK e outros (2004). Clinically Abusive Relationships in an Unselected Birth Cohort: Men's and Women's Participation and Developmental Antecedents. *Journal of Abnormal Psychology*, 113(2): 258-271.
- 154 Naved RT (2003). A Situation Analysis of Violence against Women in South Asia. In: Violence against Women in South Asia: A Regional Analysis. Bangkok, Fórum Asiático de Parlamentares sobre População e Desenvolvimento/Kathmandu, UNFPA.
- 155 Lalor K (2004). Child Sexual Abuse in Sub-Saharan Africa: A Literature Review. *Child Abuse & Neglect*, 28(4): 439-460.
- 156 Haj-Yahi MM, Tamish S (2001). The Rates of Child Sexual Abuse and Its Psychological Consequences as Revealed By a Study among Palestinian University Students. *Child Abuse & Neglect*, 25: 1303-1327.
- 157 Chen J e outros (2004). Child Sexual Abuse in China: A Study of Adolescents in Four Provinces. *Child Abuse & Neglect*, 28(11): 1171-1186.
- 158 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 159 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 160 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Middle East and North Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 161 Luster T e outros (2004). Family Advocates' Perspectives on the Early Academic Success of Children Born to Low-income Adolescent Mothers. *Family Relations*, 53: 68-77.
- 162 Fergusson DM, Lynskey MT (1997). Physical Punishment/Maltreatment During Childhood and Adjustment in Young Adulthood. *Child Abuse & Neglect*, 21 (7): 617-630.
- 163 Fergusson DM, Lynskey MT (1997). Physical Punishment/Maltreatment During Childhood and Adjustment in Young Adulthood. *Child Abuse & Neglect*, 21 (7): 617-630.
- 164 Spaccarelli S, Kim S (1995). Resilience Criteria and Factors Associated with Resilience in Sexually Abused Girls. *Child Abuse & Neglect*, 19: 1171-1182.
- 165 Spaccarelli S, Kim S (1995). Resilience Criteria and Factors Associated with Resilience in Sexually Abused Girls. *Child Abuse & Neglect*, 19: 1171-1182.
- 166 Hunter R e outros (1978). Antecedents of Child Abuse and Neglect in Premature Infants: A Prospective Study in a Newborn Intensive Care Unit. *Pediatrics*, 61: 629-635.
- 167 Korbin J e outros (2000). Neighborhood Views on the Definition and Etiology of Child Maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 24(12):1509-1527.

- 168 Runyan D e outros (2002). Child Abuse and Neglect by Parents and Other Caregivers. In: Krug EG e outros (Eds). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 59-86.
- 169 OMS (2003). Violence and Health. Brief Report on the Situation of Violence and Health in Jordan. Organização Mundial da Saúde.
- 170 UNICEF (2005). Changing a Harmful Social Convention: Female Genital Mutilation/Cutting. Innocenti Digest, No. 12. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 171 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8.
- 172 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8, para 38.
- 173 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8.
- 174 Aliança Internacional Save the Children (2005). Ending Physical and Humiliating Punishment of Children. Making It Happen, Part 1. Contribuição global para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças, Save the Children Suécia.
- 175 Heise L, Garcia-Moreno C (2002). Violence by intimate partners. In: Krug EG e outros (Eds). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 176 UNICEF (2001). Early Marriage, Child Spouses. Innocenti Digest, No. 7. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 177 Olds DL e outros (1999). Prenatal and Infancy Home Visitation by Nurses: Recent Findings. Future of Children, 9(1): 44-65.
- 178 Centro de Controle e Prevenção de Doenças (2003). First Reports Evaluating the Effectiveness of Strategies for Preventing Violence: Early Childhood Home Visitation. Findings from the Task Force on Community Preventive Services. MMWR, 52: 1-9.
- 179 Holzer PJ e outros (2006). The Effectiveness of Parent Education and Home Visitation Child Maltreatment Prevention Programmes. Child Abuse Prevention Issues, No. 24. Instituto Australiano de Estudos sobre a Família.
- 180 Saunders BEL e outros (Eds) (2004). Child Physical and Sexual Abuse: Guidelines for Treatment. Revised Report: April 26, 2004. Charleston, SC, USA. National Crime Victims Research and Treatment Center.
- 181 UNICEF (2003). Meeting Basic Learning Needs. New York, Consultative Group on ECCD, UNICEF. Citado em: Black M (1996). Children First: The Story of UNICEF Past and Present. New York, New York and Oxford University Press.
- 182 UNICEF (2004). Moldova Annual Report 2004. UNICEF Moldova. Citado em: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças (2005). Violence in the Home and Family. Regional Desk Review: Europe and Central Asia. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- 183 Butchart A, Hendricks G (2000). The Parent Centre. In: Butchart A (Ed). Behind the Mask: Getting to Grips with Crime and Violence in South Africa. Pretória, HSRC Publishers.
- 184 CDC (2006). Child Maltreatment: CDC Activities. Atlanta, National Center for Injury Prevention and Control. Disponível em: <http://www.cdc.gov/ncipc/factsheets/cmactivities.htm>.
- 185 Hoath F, Sanders M (2002). A Feasibility Study of Enhanced Group Triple P - Positive Parenting Programme for Parents of Children with Attention Deficit/Hyperactivity Disorder. Behaviour Change, 19(4): 191-206.
- 186 Karlsson L, Karkara R (2006). How to End Violence. CRIN Newsletter, No. 19. Child Rights Information Network.

- 187 Zoritch B e outros (2000). Day Care for Pre-school Children. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 3: CD000564.
- 188 Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children with Disabilities, 28 de julho de 2005, Nova Iorque. Disponível em: [www.violencestudy.org/r180](http://www.violencestudy.org/r180).
- 189 Gibson LE, Leitenberg H (2000). Child Sexual Abuse Prevention Programmes: Do They Decrease the Occurrence of Child Sexual Abuse? *Child Abuse & Neglect*, 24(9): 1115-1125.
- 190 Gurevich R, Gero T (2005). Using Schools to Reduce the Incidence of Early Marriage among Girls: A Case Study from Ethiopia. Documento apresentado pela organização World Learning Ethiopia, na Consulta Early Marriage Technical Consultation, IPPF Quênia, outubro de 2005, Nairóbi.
- 191 Aliança Internacional Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Contribuição global para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças. Oslo, Save the Children.
- 192 Anti-Slavery International (2005). *Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions*. Londres, Anti-Slavery International.
- 193 Markowitz S, Grossman M (1998). Alcohol Regulation and Domestic Violence towards Children. *Contemporary Economic Policy*, XVI: 309-320.
- 194 Room R e outros (2003). *Alcohol in Developing Societies: A Public Health Approach*. Helsinki, Finnish Foundation for Alcohol Studies/Genebra, Organização Mundial da Saúde .
- 195 Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 196 Anti-Slavery International (2005). *Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions*. Londres, Anti-Slavery International.
- 197 OMS (2003). *Guidelines for Medico-legal Care for Victims of Sexual Violence*. Genebra, Organização Mundial da Saúde 198 Saunders BEL e outros (Eds) (2004). *Child Physical and Sexual Abuse: Guidelines for Treatment*. Revised Report: April 26, 2004. Charleston, SC, USA. National Crime Victims Research and Treatment Center.
- 199 Cohen JA e outros (2005). Treating Sexually Abused Children: 1-Year Follow-up of a Randomised Controlled Trial. *Child Abuse & Neglect*, 29: 135-145.
- 200 OMS/ISPCAN (2006). *Preventing Child Maltreatment: A Guide to Taking Action and Generating Evidence*. Genebra, Organização Mundial da Saúde /International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect.
- 201 Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Violence in the Home and Family. Regional Desk Review: Europe and Central Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 202 UNICEF/União Interparlamentar (2004). *Handbook on Child Protection*. União Interparlamentar.
- 203 Estudo do Secretário-General das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- 204 Save the Children (2004). *So You Want to Involve Children in Research? A Toolkit Supporting Children's Meaningful and Ethical Participation in Research Relating to Violence against Children*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 205 UNICEF (2005). *Changing a Harmful Social Convention: Female Genital Mutilation/Cutting*. Innocenti Digest, No. 12. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 206 Forum on Marriage and the Rights of Women and Girls/IPPF (no prelo). *Taking Action to End Child Marriage A Guide for Advocacy by Programmers and Activists*. Londres, Forum on Marriage and the Rights of Women and Girls/IPPF.
- 207 Forum on Marriage and the Rights of Women and Girls and IPPF (no prelo). *Taking Action to End Child*

- Marriage A Guide for Advocacy by Programmers and Activists. Londres, Forum on Marriage and the Rights of Women and Girls/IPPF.
- 208 Diop NJ e outros (2004). The Tostan Programme: Evaluation of a Community-based Education Programme in Senegal. Conselho de População, GTZ/Tostan.
- 209 OMS/ISPCAN (2006). Preventing Child Maltreatment: A Guide to Taking Action and Generating Evidence. Genebra, Organização Mundial da Saúde e Sociedade Internacional para a Prevenção de Abusos e Abandono de Crianças.
- 210 Kacker L (2006). National Level Study on Child Abuse. Contribuição para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Índia.
- Aliança Internacional Save the Children para a Ásia do Sul e Central, pág. 49.
- VI Erulkar A e outros (2004). The experience of adolescence in rural Amhara region of Ethiopia. Accra, Conselho de População.
- VII UNICEF (2003). Somali children and youth: Challenging the past and building the future. UNICEF Somália.
- VIII L'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien (2006). La violence contre les enfants dans la région de l'océan indien. Relatório Anual do Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien. Ilhas Maurício, L'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien, pág. 29.
- IX Aliança Internacional Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Contribuição global para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children, pág. 66.
- X Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Eastern and Southern Africa, p 1. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27)
- XI Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America, p 10. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- XII Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America, p 19. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).

## CITAÇÕES

- I Aliança Internacional Save the Children (2005). Ending Physical and Humiliating Punishment of Children. Making It Happen. Parte 2. Estocolmo, Save the Children Sweden, p 78.
- II Aliança Internacional Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Contribuição global para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças. Oslo, Save the Children Noruega, pág. 54.
- III Naker D (2005). Violence against Children: The Voices of Ugandan Children and Adults. Raising Voices and Save the Children Uganda, p 21.
- IV Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America, p 7. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- V Aliança Internacional Save the Children (2005). Voices of Girls and Boys to end Violence against Children in South and Central Asia. Em preparação para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças. Katmandu, Programa Regional da



*Sudão, 2006. Crianças na frente da sala de aula na Escola Primária de Comboni, Rumbek, região sul do Sudão.*

## A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NAS ESCOLAS E EM AMBIENTES EDUCACIONAIS

---

<b>Introdução</b>	<b>119</b>
<b>Instrumentos de direitos humanos</b>	<b>121</b>
<b>Histórico e contexto</b>	<b>123</b>
<b>Natureza e escala do problema</b>	<b>124</b>
Formas de violência na escola	124
Castigos físicos e psicológicos	124
Vínculos com a discriminação e a violência baseadas no gênero	126
Violência sexual e baseada no gênero	127
O HIV e a violência sexual	128
Intimidação ostensiva (bullying)	129
Brigas, agressões físicas e gangues	132
Homicídios e lesões graves	135
Armas nas escolas	135
<b>Impactos da violência na escola</b>	<b>137</b>
Impactos sobre a saúde	137
Impactos sociais	138
Impactos educacionais	139
<b>Fatores que contribuem para a violência</b>	<b>140</b>
Fatores de risco	140
A Resiliência e outros fatores de proteção	141
<b>Respostas sistemáticas a padrões de violência</b>	<b>142</b>
<b>Crianças vulneráveis à violência</b>	<b>143</b>
A situação especial das meninas	145

---

---

<b>Respostas à violência contra a criança em escolas e em ambientes educacionais</b>	<b>146</b>
A legislação e sua aplicação	149
Políticas e programas escolares baseados em direitos	151
Desenvolvimento de lideranças e políticas	152
Apoio ao pessoal de escolas	153
A participação de crianças	155
Trabalhando com pais e comunidades	156
Disciplina infantil construtiva	156
Bullying: prevenção e intervenção	157
Violência sexual e de gênero: prevenção e intervenção	159
Currículo: O que deve ser ensinado e como	160
Criação de espaços físicos seguros e acolhedores	162
Pesquisas e avaliações	163
<b>Recomendações</b>	<b>164</b>
<b>Referências</b>	<b>168</b>

---

"Para evitar a violência, precisamos ser ouvidos, precisamos de oportunidades econômicas, trabalho e educação. Precisamos ter uma chance de melhorar nossa qualidade de vida e o direito de viver num ambiente sem violência."

Adolescentes, América Latina I

# 4

## INTRODUÇÃO

As crianças passam mais tempo sob os cuidados de adultos em pré-escolas, escolas, centros de educação profissionalizante e em outros locais de aprendizagem do que em qualquer outro lugar fora de casa. Como seus pais, os adultos que supervisionam, administram e trabalham nesses locais têm a obrigação de garantir um ambiente seguro e estimulante, que apóie e promova a educação e o desenvolvimento da criança. Eles também têm o dever de garantir que esse desenvolvimento prepare as crianças para a vida como adultos responsáveis e orientados por valores de não violência, de igualdade de gênero, não discriminação, tolerância e respeito mútuo. Esses são os valores que os governos abraçam quando ratificam a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e outras convenções de direitos humanos internacionais, além de obrigações de proteger a criança contra todas as formas de violência em escolas ou em qualquer outro lugar, inclusive mediante o estabelecimento de uma estrutura jurídica que proíba e coíba todas as formas de violência por meio de outras medidas necessárias para prevenir a violência.

A violência nas escolas pode ser evitada e não deve ser tolerada. Para muitas crianças, a realidade é que as escolas (termo genérico que será usado deste ponto em diante para indicar todos os ambientes educacionais para crianças) as expõem à violência e, portanto, negam seus direitos, entre os quais o direito à educação. Em todas as Consultas Regionais realizadas para o Estudo e em muitos dos relatórios recebidos no processo de sua elaboração, crianças confirmaram o impacto da violência sobre suas possibi-

lidades de ir e vir da escola, de aprender efetivamente quando estão na escola e de permanecer na escola durante um tempo suficiente para colher os benefícios da educação.<sup>1,2,3</sup>

A imagem pública da violência nas escolas tem sido acentuada pelo enfoque dos meios de comunicação de massa em eventos extremos, como massacres com armas de fogo, ataques e seqüestros em massa nesses ambientes. No entanto, esses acontecimentos são raros. Há formas mais comuns de violência que não são divulgadas e podem ser tão toleradas e até aceitas pelo público, por políticas oficiais e pela legislação que não são consideradas suficientemente importantes para ser estudadas, discutidas ou debatidas.

Quando o ambiente social e físico da comunidade é hostil, é improvável que o ambiente educacional seja poupado. Os níveis e padrões da violência observada nas escolas geralmente refletem os níveis e padrões de violência nos países, comunidades e famílias como um todo. Esses níveis e padrões, por sua vez, refletem condições socioeconômicas e políticas, atitudes sociais, tradições culturais, valores, leis e mecanismos para aplicá-las efetivamente. Onde é legal, aceitável e até louvável que os homens controlem as mulheres, que os ricos ou privilegiados controlem os pobres ou desprivilegiados e que os pais controlem seus filhos por meio da violência e da ameaça de violência, é provável que seja legal, aceitável e até louvável que adultos e crianças usem métodos semelhantes na escola.<sup>4,5,6</sup> Na condição de vítimas, perpetradores e testemunhas da violência, crianças aprendem que a violência é uma forma aceitá-

vel de pessoas fortes e agressivas conseguirem o que querem de indivíduos comparativamente fracos, passivos ou pacíficos.

As escolas podem desempenhar um papel singular em esforços para romper padrões de violência proporcionando a crianças, seus pais e comunidades conhecimentos e habilidade necessárias para se comunicar, negociar e solucionar conflitos de maneiras mais construtivas. No entanto, em muitos casos os padrões de violência estão profundamente enraizados na cultura escolar, às vezes em decorrência de políticas apoiadas e promovidas por algumas teorias sobre o desenvolvimento e aprendizado infantil.

Sejam elas cometidas por adultos ou crianças, quase todas as formas de violência nas escolas refletem um "currículo camuflado" que promove a desigualdade de gênero e estereótipos. Por exemplo, meninos insultam uns aos outros com base em sua suposta falta de masculinidade e assediam meninas com gestos verbais e físicos de natureza sexual. Os castigos corporais aplicados a meninos são mais frequentes e duros

que os aplicados a meninas. Agressões sexuais por parte professores e meninos geralmente são justificadas como atos "próprios de meninos" e meninas são culpadas e responsabilizadas por elas porque "pediram por isso". A mensagem implícita é que os homens devem ser duros e sexualmente assertivos e prontos para viver num mundo que não perdoa fraquezas, enquanto as mulheres devem ser passivas, protegidas e não assertivas, principalmente em termos sexuais. Esses estereótipos geralmente tornam as escolas locais inseguros e desconfortáveis para meninas e determinam, em grande medida, por que as meninas, particularmente na adolescência, não freqüentam escolas na mesma proporção que adolescentes em alguns países.<sup>7, 8, 9</sup>

Garantir acesso a uma educação de qualidade para todos é um componente inseparável dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e dos esforços detalhados na Estrutura de Ação de Dacar.<sup>10, 11, 12</sup> Para esse fim, as escolas devem garantir um ambiente seguro e saudável e sem ameaças de violência para meninas e meninos (veja o quadro).

## EDUCAÇÃO PARA TODOS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Em abril de 2000, O Fórum Mundial de Educação, realizado em Dacar, Senegal, adotou o Plano de Ação de Dacar com vistas à consecução de seis objetivos da iniciativa Educação para Todos (EPT).<sup>13, 14, 15</sup> Em setembro de 2000, a Declaração do Milênio estabeleceu dois dos objetivos da EPT como elementos dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O Objetivo 2 declara que todas as crianças devem ter acesso gratuito e compulsório a um ensino básico de qualidade até 2015. O Objetivo 3 prevê que a igualdade de gênero deve ser garantida no ensino primário e secundário até 2015 e em todos os níveis educacionais até 2015. Esses dois objetivos estabelecem o cronograma específico para se garantir "o direito da criança à educação... progressivamente e em igualdade de condições" previsto na CDC.

## INSTRUMENTOS DE DIREITOS HUMANOS

Em sintonia com o Artigo 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que estabelece o direito de todos à educação, o artigo 28 da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) reconhece "o direito da criança à educação" e "... que ela possa exercer progressivamente e em igualdade de condições esse direito". O primeiro parágrafo do artigo 28 lista as obrigações dos Estados partes, que incluem a de garantir um ensino primário compulsório e gratuito para todos, a de incentivar o desenvolvimento de diferentes formas de ensino secundário gratuitas ou financeiramente apoiadas em caso de necessidade e a de tornar o ensino superior acessível a todos, de acordo com sua capacidade. O artigo 28 (2) dispõe que "os Estados partes adotarão todas as medidas necessárias para assegurar que a disciplina escolar seja ministrada de maneira compatível com a dignidade humana da criança e em conformidade com a presente Convenção". Conformidade com a CDC exige, por exemplo, que a criança seja protegida contra "todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual" (artigo 19) e contra "tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes" (artigo 37).

O artigo 29 da CDC aborda os objetivos da educação da criança. O parágrafo 29 (1.b) exige medidas para "imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais" e o parágrafo 29 (1.d) prevê que se deve "preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena". Em 2001, o Comitê dos Direitos da Criança emitiu o Comentário Geral número 1 sobre os objetivos da educação (CRC/GC/2001/1), enfatizando que o processo educacional deve, ele próprio, estar baseado nos direitos garantidos pela Convenção e promovê-los. Isso significa que os Estados devem tomar as medidas necessárias para garantir que todas as escolas respeitem, por exemplo, o direito da criança à não discriminação (artigo 2), à liberdade de expressão (artigo 13) e à proteção contra todas as formas de abuso e exploração sexual (artigo 34). Eles também devem garantir que as crianças sejam plenamente protegidas da intimidação ostensiva (bullying) e de outras formas de violência praticadas por outros estudantes. O Comitê observou que não proteger estudantes dessas formas de violência pode constituir uma negação do seu direito à educação (artigos 28 e 29).<sup>16</sup>

"Observei comportamentos rudes de professores em escolas e faculdades. Eles aplicam castigos severos todos os dias e nós continuamos a sentir muito medo nas salas de aula. Muitas vezes eles obrigam alunos a ficar de pé na sala de aula para castigá-los, os repreendem com palavrões e caçoam deles por terem se comportado mal ou por não terem aprendido uma lição. Isso tudo é humilhante e também doloroso."

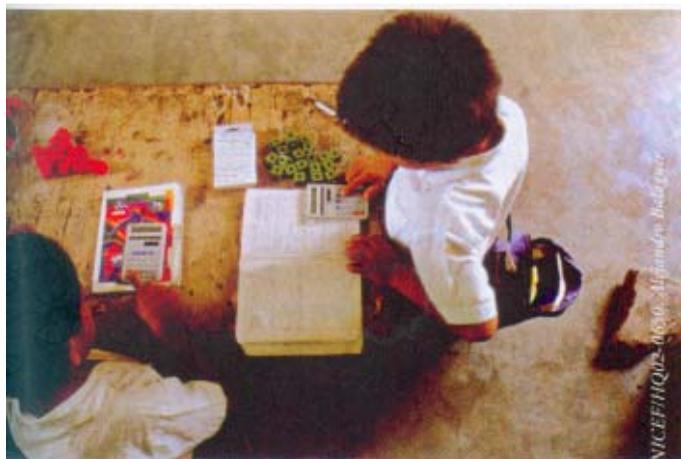
Adolescente de 17 anos, Ásia do Sul e Central II

## INSTRUMENTOS DE DIREITOS HUMANOS

O Comentário Geral no. 1 também declara que "as crianças não perdem seus direitos humanos quando atravessam os portões das escolas. Por essa razão, a educação deve, por exemplo, ser oferecida de uma maneira que respeite a dignidade inerente da criança, permita que ela expresse suas opiniões livremente em conformidade com o artigo 12 (1) e participe da vida escolar. A educação deve também ser oferecida de uma maneira que respeite estritamente os limites disciplinares previstos no artigo 28 (2) e promova um ambiente de não violência nas escolas. O Comitê tem afirmando repetidamente em suas observações finais que o uso de castigos corporais não respeita a integridade inerente da criança e tampouco os rígidos limites impostos à aplicação de medidas disciplinares nas escolas..."<sup>17</sup>

O Comitê tem refletido essa interpretação em suas observações finais sobre os relatórios Estados partes da CDC, recomendando que eles proibam todos os castigos corporais. Em junho de 2006, o Comitê adotou seu Comentário Geral No. 8 sobre o direito da criança a proteção contra castigos corporais e outras formas de punição cruéis ou degradantes (artigos 19, 28 (2) e 37, *inter alia*; CRC/C/GC/8). O Comitê afirma que o propósito do Comentário Geral é "ênfaticamente a obrigação de todos os Estados partes de tomar medidas urgentes para proibir e eliminar todos os castigos corporais e outras formas de punição cruéis ou degradantes contra crianças e desenvolver outras medidas legislativas, de conscientização e educacionais que os Estados devem adotar".

O Comitê comentou que "combater a ampla aceitação ou tolerância de castigos corporais contra crianças e eliminá-las na família, nas escolas e em outros ambientes não é apenas uma obrigação dos Estados no âmbito da CDC; é também uma estratégia-chave para se reduzir e prevenir todas as formas de violência nas sociedades".<sup>18</sup>



PERU, 2002, dois meninos fazem operações aritméticas usando uma calculadora e blocos coloridos em uma escola situada na aldeia de Los Angeles, no departamento de San Martín, região noroeste do país, dentro da Amazônia.

## HISTÓRICO E CONTEXTO

Historicamente, muitas culturas têm se caracterizado por estruturas sociais hierárquicas nas quais os que estão no ápice controlam os que estão nos níveis inferiores por meio da violência efetiva e de ameaças de violência. Essas estruturas e práticas foram estendidas para as famílias e as relações entre homens e mulheres e entre pais e filhos e também foram gradualmente introduzidas nas escolas e nas relações entre professores e estudantes.

Tanto nas famílias como nas escolas, os castigos corporais e outras formas cruéis e degradantes de punição têm sido amplamente favorecidos como métodos "disciplinares" supostamente capazes de "amansar" crianças indisciplinadas, colocá-las "no seu lugar" na ordem social e prepará-las para enfrentar as difíceis

condições do mundo real. Na Europa e na América do Norte, a idéia da educação universal paga ou subsidiada pelo Estado para preparar crianças para o mundo do trabalho, para assumir responsabilidades cívicas e familiares e para garantir sua realização pessoal só surgiu em meados do século XIX, quando a revolução industrial já havia avançado bastante. Desde aquela época e muitas décadas após o início do século XX, submeter crianças a surras, humilhações e isolamento eram métodos educacionais e disciplinares usados rotineiramente.

Desde a década de 1990, a economia global e as economias de diversas nações têm registrado taxas de crescimento sem precedentes. As nações industrializadas ingressaram em uma era na qual indústrias baseadas em conhecimentos predominam e as economias usam todos os trabalhadores que conseguem absorver se eles tiverem um bom nível de escolarização, forem flexíveis e estiverem dispostos a absorver novos conhecimentos, a se adaptar a novas tecnologias, a se deslocar de emprego em emprego e por muitos locais diferentes e a trabalhar com pessoas de diferentes formações. Hoje em dia, quase todas as pessoas reconhecem que todos saem perdendo quando pessoas são excluídas em função de seu gênero, raça, crença religiosa e outros fatores não relacionados às suas capacidades e potencial. Também é amplamente reconhecido que o modelo da livre exploração e crescimento pessoal é o que mais satisfaz os interesses de todos e exige ambientes educacionais seguros e saudáveis.

Ainda há países nos quais muitos líderes, educadores e pais acreditam que a educação que ensina a criança a questionar conceitos e pensar com inde-

"O professor esbofeteou os alunos que não foram à sua aula porque queriam ir à biblioteca fazer uma pesquisa. O som das bofetadas pôde ser ouvido bem alto no corredor. Eu presenciei a cena e fiquei com medo. Não consigo esquecer o som daquelas bofetadas."

Estudante de 16 anos, sub-região do Oceano Índico, 2006III

pendência as leva a entrar em conflito com antigos costumes adotados por famílias e comunidades.<sup>19</sup>

O processo de promover mudanças nas práticas disciplinares adotadas nas escolas tem sido particularmente lento em alguns países com recursos escassos para a educação e cujos sistemas educacionais precisam absorver números crescentes de crianças em idade escolar. As leis estão sendo gradualmente melhoradas,<sup>20</sup> mas, mesmo onde proíbem castigos corporais, elas nem sempre são efetivamente aplicadas e, em muitos casos, não são inicialmente apoiadas em função de atitudes sociais prevalentes. A proibição de castigos corporais deve ser acompanhada por capacitações iniciais e em serviço eficazes na gestão de comportamentos e numa organização escolar que respeite os direitos das crianças.

## NATUREZA E ESCALA DO PROBLEMA

Embora tenha sido feito um mapeamento adequado do progresso alcançado por todos os países em relação ao imperativo de abolir castigos corporais em lares, escolas e sistemas penais, o mesmo não pode ser dito em relação a outras formas de violência na escola, que nem de longe têm pesquisas e análises tão avançadas até o presente momento.<sup>21</sup> A maioria dos estudos aborda um ou, no máximo, dois tipos de violência escolar, sem levar em consideração as dimensões múltiplas dessa violência e a ligação entre a violência dentro da escola e fora dela, como a violência que ocorre dentro das famílias e na sociedade como um todo.

## FORMAS DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA

As formas de violência identificadas nas escolas são tanto físicas como psicológicas e, geralmente, elas ocorrem concomitantemente. As formas de agressão praticadas por professores e outros funcionários de escolas com ou sem a aprovação explícita ou tácita de ministérios da educação e de outras autoridades responsáveis pela fiscalização de escolas incluem castigos corporais e outras formas cruéis e humilhantes de punição ou tratamento, violência sexual e baseada no gênero e intimidação ostensiva (bullying).

As formas de violência praticadas por crianças incluem o bullying, a violência sexual e de gênero, brigas no pátio da escola, violência entre gangues e agressões com uso de armas. A tecnologia oferece um novo meio para a prática de bullying pela Internet e pelo telefone celular e gerou termos novos como "bully cibernético" (para quem pratica atos dessa natureza) e "bullying cibernético" (para os atos em si).

### Castigos físicos e psicológicos

O Comitê dos Direitos da Criança define o castigo "corporal" ou "físico" como qualquer castigo em que a força física é usada com a intenção de causar dor ou desconforto em algum grau, ainda que leve. A maioria dos castigos corporais envolve o ato de bater em crianças com as mãos (tapas, palmadas) ou com algum instrumento. No entanto, esses castigos podem envolver, por exemplo, chutes, sacudidas, jogar a criança longe, arranhá-la, beliscá-la, puxar seus cabelos ou orelha, forçar a criança a ficar em posições desconfortáveis, queimá-la e forçá-la a ingerir de-

"Ela (a professora) sabe que está fazendo uma coisa errada, mas aposta na impunidade. Ela não será punida por esses atos e sabe disso."

Adolescente de 15 anos, Europa, 2005IV

# 4

terminadas substâncias (como, por exemplo, lavar a boca da criança com sabão ou forçá-la a ingerir temperos picantes).<sup>22</sup>

Segundo o Comitê, todas as formas de castigo corporal são invariavelmente degradantes. Além dos aspectos físicos definidos acima, há diversas outras formas de castigos não físicos que também são degradantes e, portanto, incompatíveis com a CDC. Elas incluem, por exemplo, castigos que depreciam, humilham, denigrem, fazem bode expiatório da criança ou a assustam ou ridicularizam. Castigos corporais e outras formas de tratamento degradantes usados por diretores de escolas e professores foram freqüentemente mencionados por crianças nas nove Consultas Regionais realizadas no âmbito do Estudo. Na consulta realizada com crianças na Eslovênia, elas fizeram a seguinte observação no início da lista de mensagens preparadas para ser enviadas à Consulta Regional na Europa e na Ásia Central: "todos os tipos de violência que ocorrem nas escolas em todos os países devem ser proibidos e... as escolas devem ser locais alegres nos quais as crianças se sintam motivadas para aprender".<sup>23</sup> Mensagens semelhantes foram enviadas por crianças de todas as partes do mundo.

O conjunto básico de estudos sobre castigos físicos<sup>24</sup> e uma série de relatórios regionais compilados para o Estudo<sup>25</sup> revelam uma tendência clara de se eliminar a prática dos castigos corporais nas escolas em todas as regiões, principalmente na Europa. Dos 223 Estados e territórios dependentes monitorados pela Iniciativa Global para Abolir Qualquer Tipo de Punição Corporal contra Crianças, 106 já adotaram leis proibindo essa prática nas escolas e sete outros têm leis que proíbem

em algumas partes e locais do país, como, por exemplo, em províncias de um Estado federativo que têm leis próprias ou em algumas escolas, como as mantidas pelo Estado.<sup>26</sup> Todavia, leis contra castigos corporais não são efetivamente aplicadas em muitos casos, mesmo em países como a China, onde foram aprovadas há muitos anos.<sup>27</sup> Em Camarões, uma lei aprovada em 1998 proíbe castigos corporais nas escolas, mas um estudo publicado dois anos depois revelou que os professores nem se preocupavam em esconder que aplicavam castigos físicos contra "irreverências, desobediências e erros acadêmicos" e 97% dos alunos relataram que continuavam sendo fisicamente castigados.<sup>28</sup> As consequências da não aplicação dessas leis podem ser graves.

Outras formas cruéis ou degradantes de punição que não envolvem violência física foram muito menos estudadas. As entrevistas realizadas com crianças para colher insumos para o Estudo revelaram lembranças de outras formas de humilhação impostas por colegas, diretores e professores por meio de palavras e ações que estão muito presentes na mente de crianças e de muitos adultos.

Foram relatados casos de castigos corporais aplicados por razões completamente além do controle da criança, como, por exemplo, o fato de seus pais não terem pago mensalidades escolares<sup>29</sup> e também por baixo desempenho na escola ou para corrigir comportamentos inadequados. Em muitas situações, não é fácil distinguir essas duas motivações. Estudos realizados no Egito,<sup>30</sup> Lesoto,<sup>31</sup> Togo<sup>32</sup> e nações insulares do Oceano Índico<sup>33</sup> revelam que castigos corporais são amplamente usados para penalizar crianças por baixo desempenho escolar, o que também ocorre em outros países. Em estudos

realizados em sete países do Oriente Médio e da África do Norte, um terço dos alunos relatou que havia sido surrado com vara porque sua turma ou escola não havia tirado boas notas em provas.<sup>34</sup> Castigos coletivos pelo baixo desempenho de uma turma ou de toda uma escola também foram repetidamente mencionados.

### **Vínculos com a discriminação e a violência baseadas no gênero**

Há evidências que sugerem que crianças de grupos sujeitos a estigmas ou discriminação na sociedade como um todo ficam às vezes sujeitas a castigos corporais mais rigorosos e frequentes nas escolas. Na Índia, o Relatório Público sobre a Educação Básica (PROBE) de 1998 concluiu que os professores de castas superiores tendiam a humilhar crianças do Dalit (o grupo dos "intocáveis", a mais inferior das quatro castas) e de outras castas inferiores, chamando-as de estúpidas e impossíveis de educar.<sup>35</sup> Nos 23 estados dos Estados Unidos nos quais os castigos corporais ainda são legais, crianças afro-americanas os sofrem com mais frequência do que as outras.<sup>36</sup> Crianças refugiadas em Angola, em Zâmbia e na África do Sul também se sentem preferencialmente escolhidas para receber castigos corporais.<sup>37</sup>

Em geral, os meninos são submetidos a castigos corporais mais rígidos e mais frequentes que as meninas, mas elas não estão, nem de longe, imunes a eles. Pesquisas indicaram que, no Egito, 80% dos meninos e 67% das meninas nas haviam sofrido castigos corporais em escolas; em Barbados, 95% dos meninos e 92% das meninas entrevistados afirmaram ter sofrido surras com vara ou chicote na escola.<sup>38</sup> Uma

pesquisa que envolveu 3.577 alunos de seis províncias da China constatou que 17,5% haviam sofrido uma ou mais formas de castigo corporal por parte de professores antes de completarem 16 anos; 15% haviam sido surradas, chutadas ou castigadas sem uso de objetos; 7% haviam sido surradas com algum objeto, 0,4% delas haviam sido trancadas em algum recinto pequeno ou amarradas com cordas ou correntes; e 0,1% delas haviam sido submetidas a sufocamento, queimaduras ou esfaqueamento. O percentual de alunos (26,9%) submetido a uma ou mais dessas formas de agressão foi mais de 2,5 vezes mais alto que o de alunas (10,1%).<sup>39</sup>

Diretores de escolas e professores podem aplicar diferentes tipos de castigos corporais e outras formas cruéis ou degradantes de punição de acordo com o gênero da criança, transmitindo, nesse processo, mensagens sobre o que se espera de crianças e adultos de cada gênero. Em Botsuana, por exemplo, nenhum professor que não seja o professor chefe pode aplicar castigos corporais a uma menina e, nas escolas primárias, os meninos podem receber palmadas nas nádegas, mas as meninas só podem apanhar nas panturrilhas e na palma da mão. Meninos e meninas podem ser punidos por diferentes formas de má conduta; por exemplo, um menino pode ser punido por não conseguir realizar uma determinada proeza atlética em uma aula de educação física, enquanto uma menina pode ser punida por um comportamento desordeiro ou "inadequado" para uma dama - que teria sido aceito se fosse um menino. O fato de políticas de gênero explícitas ou implícitas serem aplicadas a castigos corporais sugere que quaisquer estratégias para eliminá-los devem também abordar diferenças de gênero.<sup>40</sup>

"A violência contra a criança acarreta custos incalculáveis para gerações presentes e futuras, além de prejudicar o desenvolvimento humano. Reconhecemos que praticamente todas as formas de violência estão relacionadas a papéis e desigualdades de gênero profundamente enraizados e que a violação dos direitos da criança está relacionada à condição da mulher."

Declaração Africana sobre Violência contra Meninas, 2006V

4

## Violência sexual e baseada no gênero

A violência de gênero tem origem na desigualdade de gênero, em estereótipos e em papéis socialmente impostos. A violência sexual, inclusive o assédio sexual de meninas, pode ser motivado pelo desejo de punir ou humilhar meninas em função de seu sexo ou sexualidade, por interesse sexual ou por mera bravata. Ela também é usada para intimidar, humilhar e diminuir meninas. Isso pode ser claramente percebido na prática de responsabilizar meninas por estupros e, onde a discriminação de gênero não é questionada, elas podem ser responsabilizadas por quase qualquer tipo de assédio, agressão ou exploração sexual.

Estudos sugerem que o assédio sexual de meninas em escolas por parte de professores e colegas é comum em todo o mundo em diferentes níveis e que ele pode ser particularmente freqüente e extremo onde outras formas de violência também prevalecem.<sup>41, 42, 43, 44, 45</sup> Os professores geralmente percebem o assédio sexual entre alunos - mais freqüentemente meninas - como um elemento normal da vida na escola e, portanto, o ignoram. Nessas circunstâncias, é difícil para os alunos denunciarem casos de assédio. No Oriente Médio, não há muitos relatos de assédio sexual de meninas, talvez porque elas geralmente ficam separadas dos meninos nas escolas ou porque relutam em denunciar casos dessa natureza.

Até recentemente, quase não havia debates públicos sobre o abuso sexual de meninas nas es-

colas do Japão e suas vítimas raramente denunciavam casos dessa natureza. Elas sentiam muita vergonha e sabiam que se falassem sobre o que havia acontecido sua reputação ficaria manchada pelo resto de sua vida.<sup>46</sup> Atitudes semelhantes ainda são comuns em diversos países. Um estudo realizado na Etiópia, por exemplo, observou que os estudantes atribuíam o assédio sexual de meninas a como elas se vestiam e não a atitudes dos meninos em relação a elas.<sup>47</sup> Na África ocidental e central, professores justificaram a exploração sexual de alunas afirmando que suas roupas e comportamentos eram provocativos e que eles estavam longe de casa e carentes sexualmente.<sup>48</sup>

Na Europa e na América do Norte, a altíssima taxa de abuso sexual de meninos por professores do gênero masculino (em muitos casos clérigos) em escolas mantidas por instituições religiosas só foi revelada na década de 1990, quando melhores mecanismos de proteções e sistemas de denúncia foram adotados - que permitiram a denúncia de alguns casos décadas após terem ocorrido. Anteriormente, crianças sexualmente agredidas ou exploradas por professores tinham muita vergonha de contar o que havia acontecido com elas, pois sabiam que ninguém acreditaria nas suas histórias ou, se alguém acreditasse, que elas seriam responsabilizadas por atrair a atenção sexual de outros homens. Um estudo recente revelou que quase 4.400 padres (4 % de todos os padres ativos naquela época) haviam sido acusados de abusar sexualmente de aproximadamente 10.700 crianças entre 1950 e 2002 e que, em sua grande maioria, essas crianças eram meninos.<sup>49</sup>

Estereótipos culturais nocivos que aviltam crianças em função de seu sexo ou sexualidade conhecida ou presumida criam ambientes nos quais crianças podem sofrer abusos impunemente, inclusive por parte de adultos em funções de confiança e autoridade, como clérigos em escolas religiosas. Em 2004, o Ministro de Estado para Assuntos Religiosos do Paquistão surpreendeu a nação ao comunicar que, até o mês em questão naquele ano, 500 denúncias de abuso sexual praticado por clérigos em escolas religiosas haviam sido registradas e que, no ano anterior, 2.000 denúncias haviam sido recebidas, embora ninguém tenha sido efetivamente processado judicialmente até o presente momento.<sup>50,51</sup>

## O HIV e a violência sexual

Nos países da África Subsaariana, a taxa média atual de prevalência do HIV entre meninas e mulheres com idades entre 15 e 24 anos é três vezes mais alta que entre meninos e meninas na mesma faixa etária.<sup>52</sup> A violência sexual é um fenômeno cada vez mais reconhecido, embora ainda muito pouco estudado, como um fator que contribui muito para o aumento observado nessas taxas.

Uma análise dos dados da Pesquisa Global da Saúde de Estudantes Baseada na Escola (LGSE) revela que, na Namíbia, 19% dos meninos e meninas responderam afirmativamente quando foram perguntados se "alguma vez haviam sido fisicamente forçados a ter relações sexuais". Na Suazilândia, 9% dos meninos e 10% das meninas responderam afirmativamente; em Uganda, 13% dos meninos e 25% das meninas; na Zâmbia, 30% dos meninos e 31% das meninas; e no Zimbábue 11% dos meninos e 14% das meni-

nas.<sup>53</sup> Em 1999, uma pesquisa baseada numa amostra de 10 mil alunas de escolas de Quênia observou que um terço delas eram sexualmente ativas e que, destas, 40% disseram que sua primeira experiência havia sido forçada, geralmente por um aluno do gênero masculino.<sup>54</sup> No entanto, um estudo mais recente em realizado Burquina Faso, Gana, Malawi e Uganda revelou, porém, que o sexo forçado e a vulnerabilidade à infecção do HIV eram mais prevalentes entre adolescentes casados do que entre os solteiros.<sup>55</sup> Em muitos países da África Subsaariana, a maioria das adolescentes não frequenta a escola e entre um quarto e metade delas são casadas, frequentemente com homens mais velhos.<sup>56</sup> Na Etiópia, as meninas de um modo geral consideram que freqüentar a escola é uma forma de evitar o casamento precoce e indesejado.<sup>57</sup>

O sexo forçado é um fator de risco de contágio do HIV/AIDS. Essa é uma preocupação crescente no contexto das escolas. Na África Oriental e Meridional (como em outras regiões), a Consulta Regional realizada para o Estudo identificou o assédio e abuso sexuais por parte de alunos e professores, geralmente do gênero masculino, contra alunas como problemas de peso. Os participantes da Consulta confirmaram casos de professores que prometiam notas melhores a meninas em troca de uma relação sexual e também informaram que as meninas que engravidam em decorrência de um abuso praticado por professores e alunos geralmente eram expulsas da escola. Em alguns países, o casamento de uma menina grávida com o seu agressor pode absolvê-lo da responsabilidade legal, o que aumenta o risco de casamentos forçados.

"Passei a anotar num caderno as datas e horas nas quais era assediado. Depois, mostrei minhas anotações ao diretor e ele me disse: 'Filho, você deve estar com muito tempo livre para ficar fazendo essas anotações. Tenho mais o que fazer do que me preocupar com o que aconteceu há duas semanas.'

Eu disse a ele: 'Queria que o senhor soubesse o que está acontecendo, que soubesse como sou assediado todos os dias'. Ele tomou o caderno das minhas mãos e jogou-o na lata de lixo."

Estudante, América do Norte, vítima de bullying, supostamente por ser homossexual, 2005VI

4

Um estudo coordenado pelo UNICEF concluiu que o abuso sexual era comum em todos os países da África Ocidental e Central e que os ministérios da educação tinham conhecimento desse fato e o consideravam como uma das principais razões da evasão escolar de meninas.<sup>58</sup> Um estudo realizado pela organização Human Rights Watch revelou que, nas escolas da África do Sul, o assédio e abuso sexuais contra alunas por parte de professores e alunos eram práticas comuns e que as meninas eram estupradas nos banheiros das escolas, em salas de aula vazias, em dormitórios e em albergues.<sup>59</sup> Em uma pesquisa recente realizada em Gana, 6% das crianças em idade escolar afirmaram que seus professores as chantageavam, ameaçando dar notas mais baixas a elas se não aceitassem ter relações sexuais com eles. Dois terços delas não haviam denunciado esses incidentes por se sentirem envergonhadas, por terem sido aconselhadas a ser tolerantes e por acreditarem que nenhuma medida seria tomada contra seus agressores. Um percentual reduzido de meninos também relatou assédio sexual contra eles. Entre os meninos, 24% admitiram ter participado de um estupro, inclusive de estupros cometidos por gangues. Entre as meninas, 14% afirmaram ter sido violentadas por meninos de seu círculo de amizade.<sup>60</sup>

Em outras partes do mundo, estudos mais gerais sobre abusos sexuais revelaram que professores também coagem ou abusam sexualmente de crianças e jovens. Em um desses estudos, 6% de mais de 2.000 estudantes universitários da Região Administrativa Especial de Hong Kong da China relataram que haviam sofrido abusos dessa natureza antes de completarem 17 anos de idade. A idade média na qual esses abusos ocor-

reram era a de onze anos e professores foram responsáveis por 7% de todos os casos, embora familiares e amigos da família tivessem sido apontados como os agressores na maioria dos casos.<sup>61</sup> Um estudo realizado pelo UNICEF no Nepal observou que 9% das crianças haviam sofrido abusos sexuais graves (beijos em partes íntimas, sexo oral e penetração) e que 18% dos agressores eram professores.<sup>62</sup> Numa contribuição para o Estudo, o Comitê Internacional de Resgate relatou que o abuso sexual contra meninas é um problema de peso em escolas de refugiados nas quais os professores são homens.<sup>63</sup> A Consulta Regional na América Latina relatou que meninas na República Dominicana, Honduras, Guatemala, México, Panamá e Nicarágua são vítimas de coerção sexual de professores, às vezes na forma de ameaças de que receberão notas mais baixas se não colaborarem.<sup>64</sup>

Como um fato positivo, a Consulta Regional na África Oriental e Meridional observou que os países estão tomando medidas em relação ao problema promovendo mudanças em suas leis, políticas e práticas. Na África do Sul e em Zâmbia, por exemplo, esse tipo de "violação" de meninas é considerado um delito grave que pode acarretar até prisão perpétua e as meninas que engravidam em decorrência do ato recebem permissão para se ausentar da escola.<sup>65</sup>

### **Intimidação ostensiva (bullying)**

Desde a década de 1970, o reconhecimento da ameaça que a prática do bullying representa para o bem-estar da criança na escola vem crescendo, bem como a literatura e estudos que analisam suas causas, prevalência e impactos tanto para suas

vítimas como para seus perpetradores.<sup>66,67</sup> Embora o bullying seja um problema mundial, essa literatura origina-se, principalmente, em países industrializados. Ela surgiu inicialmente na Escandinávia na década de 1970 e, posteriormente, no Reino Unido, no Japão, na Austrália e nos Estados Unidos e analisa características dos agressores e das vítimas, bem como diversos fatores de risco pessoais e sociais que contribuem para esse tipo de comportamento. Ela também ampliou a definição de bullying para incluir formas mais sutis e complexas de violência psicológica e, além das características de agressores e vítimas, passou a analisar também como eles foram criados e seus ambientes familiares e sociais, inclusive o ambiente de suas escolas. O bullying também é diferenciado de outras formas de violência porque representa um padrão de comportamento e não um evento isolado. A literatura revela também que quase todas as formas de bullying têm um caráter sexual ou baseiam-se no gênero. Essas constatações mudaram a maneira pela qual o bullying é percebido, no sentido de que medidas contra essa prática possam também contemplar o padrão desse comportamento.

### **Bullying centrado no sexo ou na sexualidade**

Professores e outras crianças frequentemente pressionam crianças para que se ajustem a valores culturais e atitudes sociais que definem o que significa ser "masculino" ou "feminino". Um método amplamente empregado é o de se usar palavras para sugerir que um menino está agindo como uma menina ou talvez seja gay e que uma menina está agindo como um homem ou talvez seja lésbica. Essas conotações podem ser

usadas jocosamente, mas transmitem a mensagem de que seria muito ruim ou inaceitável se fossem verdade. Elas podem ser usadas maliciosamente para castigar ou intimidar crianças por serem "afeminadas demais" ou "masculinizadas demais", por serem sabida ou supostamente gays ou lésbicas ou simplesmente por serem diferentes em algum outro aspecto não aceito.

Quando meninos chamam meninas de "piranhas", "lésbicas" ou outros termos semelhantes que questionam sua moral sexual ou sexualidade, eles podem, na verdade, estar expressando ressentimentos em relação a elas de um modo geral ou sentimentos de raiva, frustração ou inveja. Um estudo realizado na África do Sul revelou que meninas que se queixavam de estar sendo sexualmente assediadas eram freqüentemente chamadas de lésbicas.<sup>68</sup> Da mesma maneira, meninos podem ser chamados de gays quando respeitam meninas excessivamente e não as assediam sexualmente junto com outros meninos.

O bullying de alunos e alunas que sabida, suposta ou alegadamente são gays e lésbicas pode assumir a forma de provocações, pichações obscenas, propostas sexuais indesejadas e estupro simulados - e pode envolver agressões físicas brutais. Embora se saiba que esse comportamento é comum em muitos países, a literatura está, em sua maior parte, restrita à Europa e à América do Norte.<sup>69,70</sup> Em muitos países, a atividade homossexual é considerada um delito penal ou é, no mínimo, altamente estigmatizada, razão pela qual o bullying e outros tipos de violência contra homossexuais não recebem muita atenção das autoridades e são tratados como questões não oficiais.<sup>71</sup>

"As escolas, que deveriam ser 'locais de aprendizagem', se tornaram um pesadelo devido à violência insuportável que as crianças sofrem nelas."

Criança, região leste e sul da África, 2005VII

# 4

## A escala do bullying

A pesquisa sobre Comportamento de Saúde de Crianças em Idade Escolar (CSCE) realizada em países desenvolvidos e em transição da Europa Central e Oriental em 2001-2002 apurou que 35% das crianças em idade escolar haviam sofrido bullying nos dois meses anteriores, variando de 15% na Suécia a 64% na Lituânia (veja a Figura 4.1).<sup>72</sup> Pesquisas recentemente realizadas em países desenvolvidos como parte da LGSE também levantaram dados que variavam muito no que se refere ao percentual de crianças que relataram ter sido vítimas de bullying nos 30 dias anteriores (veja a Figura 4.2).<sup>73</sup> Os parâmetros de "dois meses anteriores" e "30 dias anteriores" indicam que as conclusões não são perfeitamente comparáveis; no entanto, mesmo quando os parâmetros são idênticos, as comparações entre países devem ser interpretadas cautelosamente, pois a taxa de casos relatados de bullying tende a aumentar à medida que os especialistas em educação e desenvolvimento infantil conscientizam mais o público sobre a questão.<sup>74</sup>

A pesquisa HBSC de 2001/02 constatou que o bullying diminuía à medida que a idade das crianças aumentava e que embora percentuais semelhantes de meninos e meninas tivessem indicado ter sofrido bullying, mais meninos admitiram ter adotado atitudes intimidadoras em relação a outros. Embora o bullying seja comum em grupos do mesmo gênero, quando ele ocorre entre grupos de gêneros diferentes, a probabilidade de meninas serem intimidadas por meninos é maior.<sup>75</sup> Estudos recentes sugerem que cerca de metade das crianças que praticam bullying são

vítimas e perpetradoras ao mesmo tempo e que elas são as mais problemáticas entre todas as envolvidas nesse tipo de comportamento.<sup>76</sup>

O bullying está apenas começando a se tornar um problema nas Filipinas, na Tailândia e em outros países do Leste Asiático e da região do Pacífico. Numa pesquisa realizada na República Popular Democrática do Laos, 98% das meninas e 100% dos meninos informaram ter testemunhado bullying em escolas e embora sua natureza ou gravidade não tivessem sido claramente identificadas, suas vítimas eram principalmente meninas ou crianças de minorias étnicas.<sup>77</sup> Um estudo realizado com alunos da quarta série do primeiro grau na República da Coreia concluiu que o bullying é comum nas escolas e resulta das condições sociais e problemas emocionais do agressor.<sup>78</sup> Relatórios do Sul da Ásia indicaram a ocorrência de casos de discriminação severa em sala de aula contra crianças de minorias étnicas ou castas inferiores na forma de abuso e exclusão. Uma consulta sobre violência nas escolas realizada por meio do fórum Vozes da Juventude do UNICEF também confirmou que o bullying é amplamente praticado em escolas do Oriente Médio e da África do Norte, fato que levou crianças a clamarem pelo fim desse tipo de violência nessas regiões.<sup>79</sup>

As formas mais comuns de bullying são verbais e, se não forem combatidas, podem gerar situações de extrema violência. O ímpeto observado recentemente no sentido de se estudar a prática de bullying foi motivado pelos massacres com armas de fogo praticados por alunos contra outros em escolas nos Estados Unidos e no Canadá no final da década de 1990. Uma investigação constatou que a incapacidade de lidar com a ri-

dicularização social e a rejeição pessoal pode ter ocasionado esses massacres.<sup>80</sup> Um estudo realizado em Israel indicou que o sofrimento, humilhação ou raiva experimentados por bullies (os que praticam o bullying) podem explicar por que eles passam da violência verbal à física.<sup>81</sup>

A Internet e os telefones celulares oferecem novas oportunidades para a prática de bullying por meio de e-mails, conversas on-line, páginas pessoais na Internet, mensagens de texto e imagens.<sup>82, 83</sup> Uma pesquisa realizada com estudantes no Canadá revelou que meninos confessavam com mais frequência ter praticado bullying cibernético que meninas e que eles também eram vítimas mais frequentes dessa prática.<sup>84</sup> Um aspecto singular do bullying cibernético é que ele permite que os que o praticam permaneçam anônimos. Além disso, ele possibilita uma rápida distribuição e multiplicação de mensagens e pode transformar grandes quantidades de crianças em espectadores ou testemunhas de bullying não físico e altamente malicioso, enquanto os que o praticam escondem-se atrás do seu anonimato.

### **Por que as escolas não conseguem desestimular a prática do bullying**

Uma liderança forte, um etos caracterizado pela atenção e políticas claras e colocadas em prática permanentemente podem reduzir a incidência e gravidade da violência em escola de todos os tipos e até evitar que ela ocorra. Infelizmente, a maioria das escolas recorre a soluções rápidas e fáceis ou lida com o problema superficialmente. Às vezes elas expulsam o agressor, por exemplo, em vez de tentar corrigir seu comportamento, o que simplesmente transfere o problema para

uma outra escolar ou para a comunidade maior. Às vezes elas incluem mensagens de não violência em matérias não obrigatórias ou em aulas ad-hoc, mas essa medida geralmente é insuficiente para transmitir os conhecimentos e as técnicas que professores e alunos precisam absorver para compreender e prevenir a violência.<sup>85</sup>

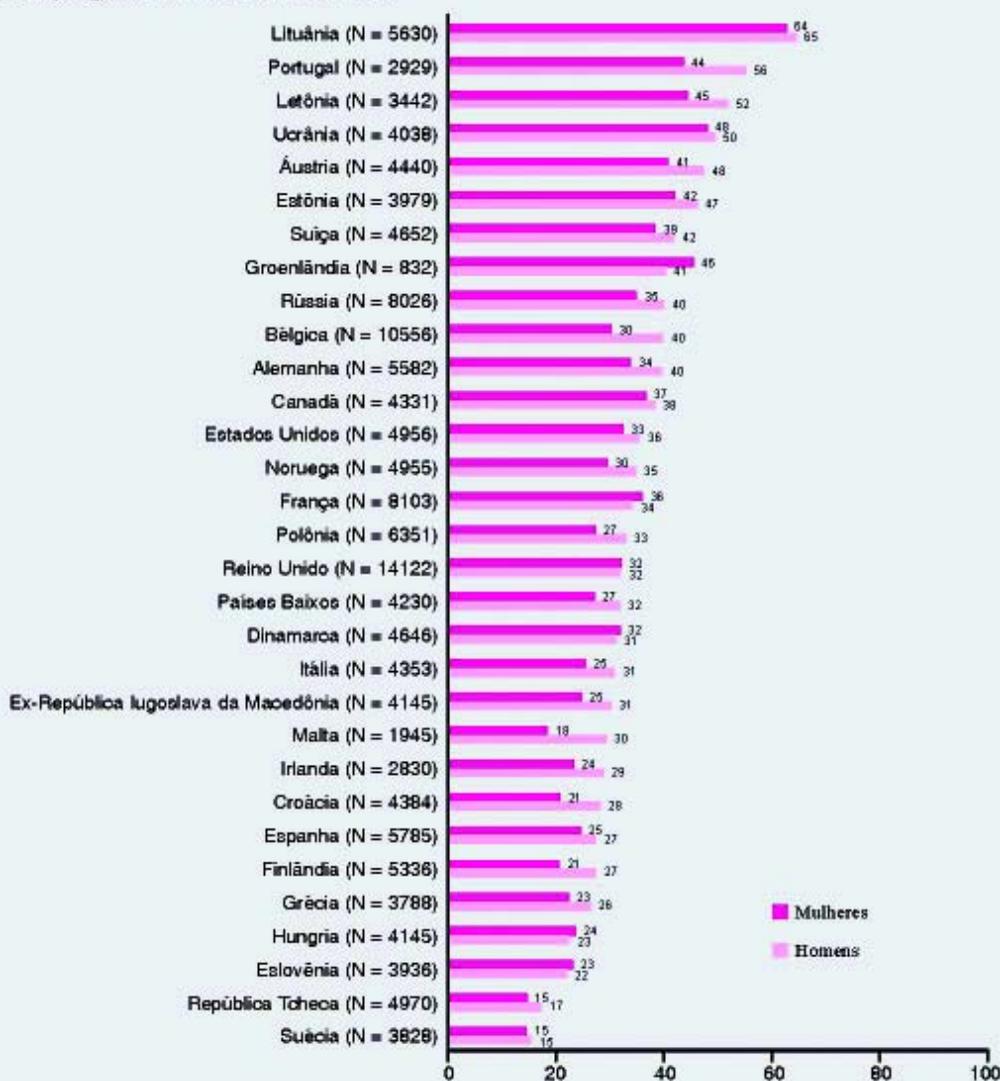
A prática de bullying nas escolas geralmente ocorre quando não há professores presentes e outros estudantes apenas observam sem intervir ou denunciar sua ocorrência a professores ou outros funcionários de suas escolas. Um estudo canadense observou que em 57% dos casos em que estudantes intervieram em situações de bullying essa prática foi eliminada.<sup>86</sup> As crianças da América do Norte que participaram dos Fóruns Infantis realizados no âmbito do Estudo sugeriram que esquemas de apoio a colegas poderiam motivar estudantes que apenas observam situações de bullying sem nada fazer a defender outros estudantes vitimizados.

### **Brigas, agressões físicas e gangues**

Brigas geralmente envolvem duas ou mais pessoas e não é fácil distinguir os agressores de suas vítimas. A prática do bullying pode gerar brigas com ou sem armas. Agressões físicas podem ocorrer como um fenômeno separado, como no caso de um ataque de uma só pessoa a outra motivado por sentimentos inflamados de raiva ou ciúme. Podem também ser gerados por sentimentos gerais de ira, frustração ou humilhação provocados por alguma coisa que a vítima tenha feito, como no caso de agressões sexuais e massacres aleatórios com armas de fogo.

FIGURA 4.1

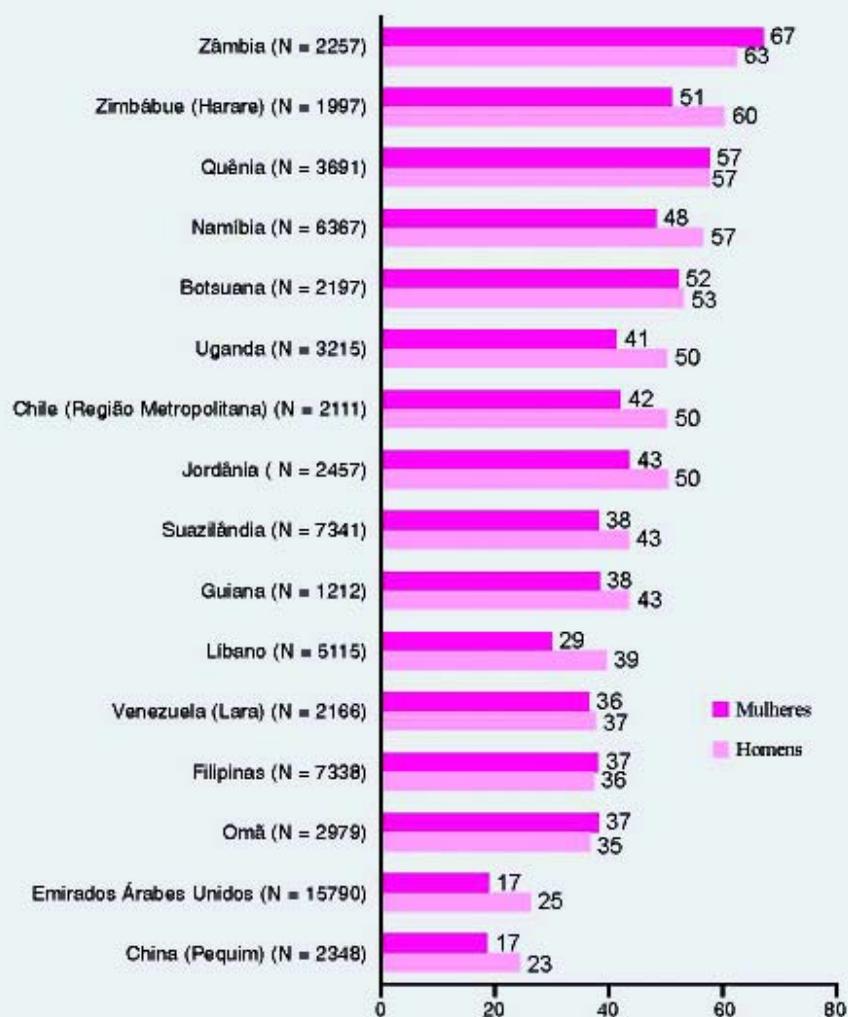
Percentual de crianças de 11, 13 e 15 anos de idade que relataram ter sido vítimas de bullying nos dois meses anteriores.



Fonte: Análise de dados da Pesquisa sobre Comportamento de Saúde de Crianças em Idade Escolar: um Estudo Nacional da OMS para 2001-2002 (<http://hbsc.org>) e Carrie C. et al. Health Behaviour in School-aged Children: A WHO Cross-National Study. Research Protocol for the 2001/2002 Survey Edimburgo, Unidade de Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes, Universidade de Edimburgo.

**FIGURA 4.2**

Percentual de crianças de 13 a 15 anos de idade vítimas de bullying pelo menos uma vez nos 30 dias anteriores.



Fonte: Análise apresentada para o Estudo pela Pesquisa Global sobre a Saúde de Estudantes Baseada na Escola: Organização Mundial da Saúde (<http://www.cdc.gov/LGSE>) para pesquisas realizadas em 2003 - 2005.

"Dois garotos estavam brigando e um deles sacou uma arma... como havia muita gente ao redor, ele não fez nada, mas acho que ele teria atirado no outro se não houvesse ninguém por perto."

Menino, 11 anos, América do Norte, 2005VIII

# 4

Uma análise dos dados da pesquisa HBSC de 2001/02 revelou que de 25% das crianças em idade escolar da Finlândia a 49% da Lituânia haviam se envolvido em brigas físicas nos 12 meses anteriores e que essas brigas eram muito mais comuns entre meninos que entre meninas (veja a Figura 4.3).<sup>87</sup> Uma análise de dados de pesquisas mais recentes realizadas como parte da LGSE sugere que, em países em desenvolvimento, as brigas são mais comuns e que as meninas têm uma tendência maior de participar delas nesses países do que em países desenvolvidos ou em transição (veja a Figura 4.3).<sup>88</sup>

Meninos tendem a se envolver em brigas e agressões contra outros para se enquadrar em estereótipos masculinos segundo os quais os homens devem ser poderosos e fortes.<sup>89</sup> Os estudantes de uma universidade queniana foram solicitados a registrar suas "Memórias de Violência na Infância". Suas lembranças mais vivas eram de atos de violência praticados por professores, mas eles desprezaram práticas de bullying e brigas entre crianças de uma maneira que parecia sugerir que não valia a pena lembrá-las e que elas eram simplesmente aceitas como parte da cultura escolar.<sup>90</sup>

## Homicídio e lesões graves

Homicídios e ataques que provocam lesões físicas graves são comparativamente raros em escolas e correspondem a uma parcela muito pequena da violência criminosa registrada na sociedade como um todo. A atenção dada pelos meios de comunicação de massa a casos extremos, como esfaqueamentos e massacres com armas de fogo em escolas, gerou uma impres-

são distorcida da prevalência desse tipo de agressão, mas também deu origem a investigações sobre os vínculos entre a violência na escola e a violência criminosa praticada por jovens e adultos fora do ambiente escolar.

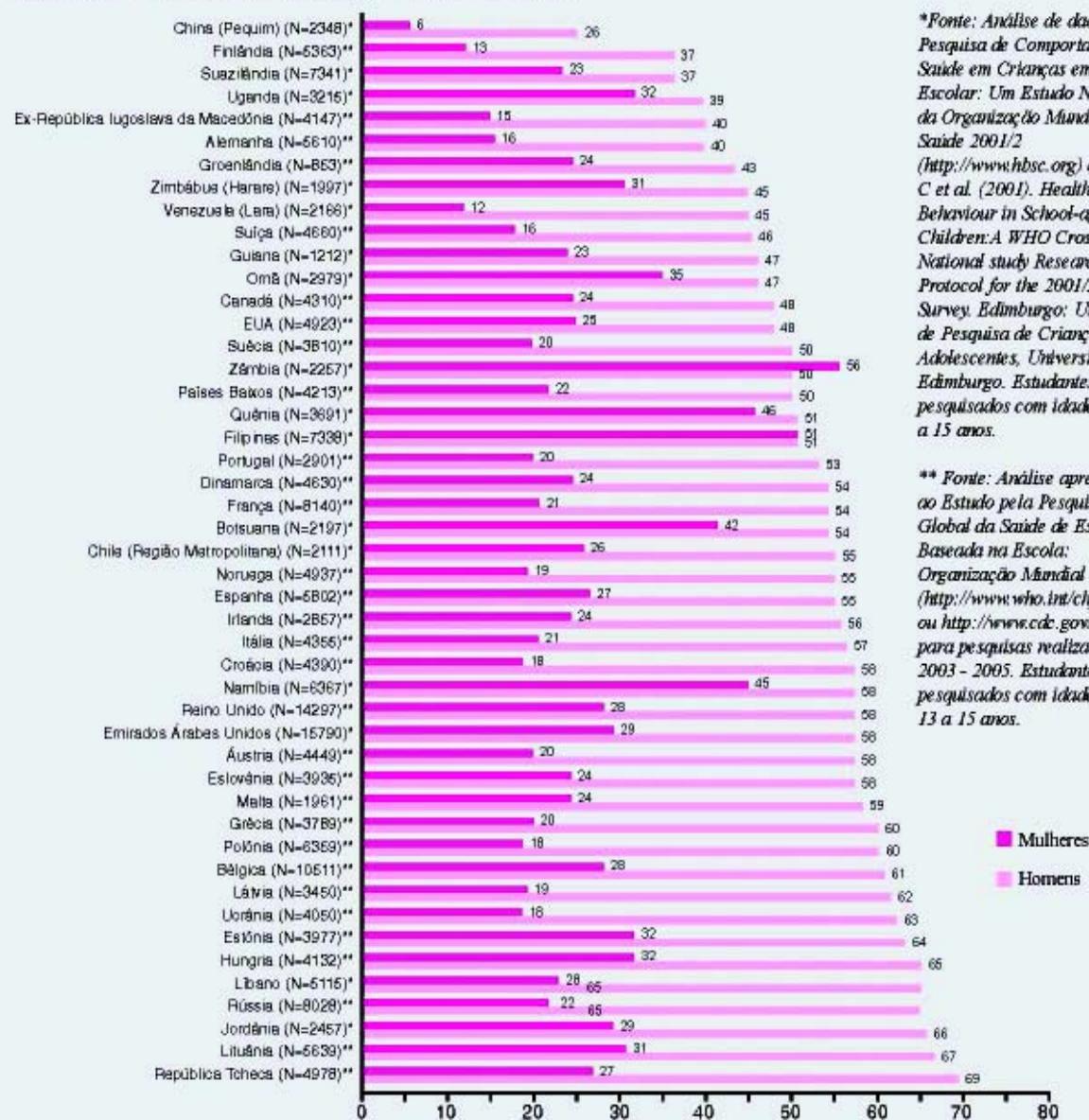
O testemunho de crianças, pais, professores e outras pessoas nos Fóruns Infantis e nas Consultas Regionais realizadas como parte do Estudo sugerem que a violência extrema nas escolas deve ser mais detalhadamente estudada.<sup>91</sup> Um estudo realizado na Jamaica revelou que 61% de seus estudantes haviam presenciado atos de violência na escola, que 29% desses atos provocaram lesões e que muitas crianças não se sentiam seguras nas escolas.<sup>91</sup> Na Jamaica, a taxa de homicídios era de 55 para cada grupo de 100.000 habitantes em 2004 e 25% dos indivíduos presos por crimes violentos eram crianças em idade escolar, principalmente meninos. A maioria dos crimes ocorria distante das escolas; no entanto, um estudo separado concluiu que os crimes ocorridos em escolas deviam-se a fatores que afetavam a sociedade jamaicana como um todo que exigiam soluções abrangentes.<sup>92</sup>

## Armas nas escolas

Um estudo nacional realizado recentemente nos Estados Unidos revelou que de 3% a 10% dos estudantes andavam armadas dentro das escolas e que 12% a 25% andavam armados fora da escola. Esse mesmo estudo mostrou que 13% dos estudantes haviam se envolvido em brigas nas escolas no ano anterior e que 33% haviam brigado fora das escolas. O estudo revelou também que 5% de todos os alunos tinham evitado ir à

**FIGURA 4.3**

Percentual de crianças com idades de 11, 13 e 15 anos que relataram ter se envolvido em uma briga física nos 12 meses anteriores.



\*Fonte: Análise de dados da Pesquisa de Comportamento de Saúde em Crianças em Idade Escolar: Um Estudo Nacional da Organização Mundial de Saúde 2001/2 (<http://www.hbsc.org>) e Currie C et al. (2001). *Health Behaviour in School-aged Children: A WHO Cross-National Study Research Protocol for the 2001/2002 Survey*. Edimburgo: Unidade de Pesquisa de Crianças e Adolescentes, Universidade de Edimburgo. Estudantes pesquisados com idades de 13 a 15 anos.

\*\* Fonte: Análise apresentada ao Estudo pela Pesquisa Global da Saúde de Estudantes Baseada na Escola: Organização Mundial de Saúde (<http://www.who.int/chp/LGSE>) ou <http://www.cdc.gov/LGSE>) para pesquisas realizadas em 2003 - 2005. Estudantes pesquisados com idades entre 13 a 15 anos.

■ Mulheres  
■ Homens

"A tolerância da violência contra crianças constitui um grande obstáculo à saúde e ao desenvolvimento na Europa. Não podemos deixar que essa violência continue sem fazer nada; precisamos agir agora para mudar as condições que geram a violência contra a criança."

Dr. Marc Danzon, Diretor Regional para a Europa, OMS

# 4

escola pelo menos um dia nos 30 dias anteriores por estarem preocupados com sua segurança.<sup>93</sup> Nos Estados Unidos, algumas pesquisas indicaram que em escolas nas quais meninos costumam andar armados, a probabilidade de as meninas também andarem armadas é maior.<sup>94</sup>

Estudos realizados no Canadá sugerem que andar armado em escolas é um fenômeno tão comum naquele país quanto nos Estados Unidos.<sup>95</sup> Uma análise de suspensões de alunos na Nova Escócia indicou que aproximadamente metade delas devia-se ao fato de eles terem entrado com armas na escola. Ainda não se sabe ao certo se o número de alunos que andam armados está aumentando ou diminuindo nas escolas norte-americanas. O mesmo pode ser dito em relação às escolas da Europa Ocidental, embora evidências indiquem que todos os tipos de violência física têm se mantido relativamente constantes.<sup>96</sup> Em outras regiões, armas são geralmente associadas à violência de gangues.

Desenvolver grupos de colegas faz parte da vida acadêmica, mas gangues também se desenvolvem em ambientes escolares. Esses grupos distinguem-se de outros grupos de colegas por suas estruturas e rituais mais formais. A violência de gangues em escolas parece ser mais frequente em locais onde a violência é mais comum na sociedade como um todo. Participantes da Consulta Regional do Caribe para o Estudo relataram que as gangues e a violência de gangues fora e dentro da escola têm crescido paralelamente na mesma proporção. Esses participantes relataram que a violência de gangues dentro da escola inclui surras severas, esfaqueamentos e tiroteios e que ela tende a ser mais grave

do que outras formas de violências nas escolas porque está associada ao tráfico de drogas.<sup>97, 98</sup> Os participantes da Consulta Regional da América Latina relataram um crescimento paralelo semelhante da violência de gangues dentro e fora da escola.<sup>99</sup> (Veja o capítulo sobre violência contra a criança na comunidade.)

## IMPACTOS DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Esta seção indica os possíveis impactos da violência nas escolas. No entanto, é importante observar que essas conseqüências não são inevitáveis. Na verdade, elas podem ser perfeitamente evitadas e substancialmente reduzidas por meio de intervenções eficazes, que serão discutidas nas próximas seções.

## IMPACTOS SOBRE A SAÚDE

A violência nas escolas pode ter um impacto físico e provocar estresse psicológico, deficiências físicas permanentes e doenças físicas ou mentais de longo prazo. Seus impactos físicos são mais óbvios e podem incluir lesões leves ou profundas, hematomas, fraturas e mortes por homicídio ou suicídio. Agressões sexuais podem gerar gravidez indesejada e precoce e infecções sexualmente transmissíveis, inclusive HIV/AIDS.<sup>100</sup> Os impactos psicológicos podem incluir o comprometimento imediato do desenvolvimento emocional e distúrbios e doenças mentais de longo prazo, que podem contribuir para prejudicar a saúde física também.

"Não voltei à escola durante um mês após ter contado o que tinha acontecido. Tudo me lembrava do que tinha acontecido assim que eu vestia o uniforme. Tenho pesadelos nos quais o vejo na sala de aula rindo de mim. Às vezes, preciso usar o corredor que passa na frente da sala onde ele estudava. Parece que posso vê-lo, que ele ainda está lá. Tenho medo que ele ainda possa estar lá."

Menina, África do Sul, 2001IX

Diversos estudos revelaram correlações entre os castigos corporais e a baixa saúde mental.<sup>101</sup> Embora a maioria deles tenha se concentrado nos castigos corporais na família, alguns enfocaram castigos físicos nas escolas. Um estudo europeu sobre históricos pessoais de crianças deprimidas mostrou que os castigos corporais nas escolas constituíam o precursor mais forte de sua depressão.<sup>102</sup> Atualmente, sabe-se que a violência entre colegas de escola tem impactos importantes sobre a saúde física e mental, principalmente se for repetida e severa ou se as vítimas não forem adequadamente apoiadas.<sup>103, 104</sup>

Um estudo sobre bullying realizado em 28 países europeus observou que os sintomas físicos manifestados por suas vítimas incluíam dores de cabeça, de estômago, nas costas e tontura, enquanto seus sintomas psicológicas incluíam o mau humor, nervosismo, solidão e uma sensação de desamparo. O mesmo estudo revelou que, de acordo com os relatos de crianças, quanto mais expostas a bullying, mais intensos eram seus sintomas de má saúde. Essa relação "dose-resposta" era semelhante em meninos e meninas.<sup>105</sup> Uma análise de dados de 30 países industrializados e em transição cobertos pelo HBSC observou que crianças que afirmavam ser praticantes ou vítimas de bullying tinham uma propensão muito mais baixa de afirmar que gozavam de uma "saúde excelente" ou que estavam "muito satisfeitos com a vida" (veja a Figura 4.4).<sup>106</sup> Crianças que afirmaram praticar e sofrer bullying eram as que menos probabilidade tinham de afirmar que gozavam dessas duas coisas.

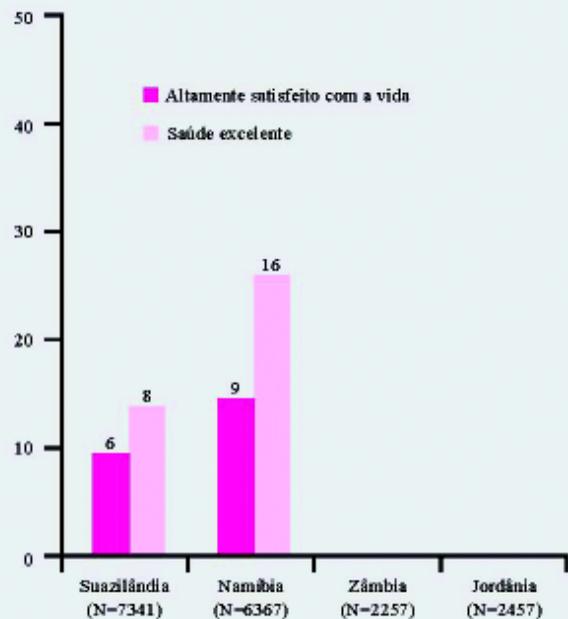
## IMPACTOS SOCIAIS

Estudos realizados em diversos países confirmam que os impactos sociais dos castigos

corporais e de outros tipos de violência contra a criança nas escolas sempre são negativos. Um estudo recentemente realizado em Camarões, por exemplo, revelou que os castigos físicos no lar e na escola tendem a bloquear o desenvol-

**FIGURA 4.4**

Percentual de crianças que relatou estar "muito satisfeito com a vida" e com uma "saúde excelente" com idades de 11, 13 e 15 anos.



Fonte: Análise fornecida ao Estudo pelo Levantamento Global Escolar sobre a Saúde dos Estudantes: Organização Mundial da Saúde (<http://www.who.int/chp/gshs> ou <http://www.cdc.gov/gshs>) com base em pesquisas realizadas entre 2003 e 2005 na Jordânia, Namíbia, Suazilândia e Zâmbia.

vimento de habilidades sociais. As vítimas de castigos corporais tendem a se tornar passivas e excessivamente cautelosas e a sentir medo de expressar suas idéias e sentimentos livremente, podendo, ao mesmo tempo, tornar-se perpetradores de violência psicológica.<sup>107</sup>

Algumas pesquisas sugerem que crianças punidas fisicamente têm uma tendência menor de internalizar valores morais. Elas são menos inclinadas a resistir a tentações, a se envolver em comportamentos altruístas, a ter empatia em relação a outras crianças e a exercitar julgamentos morais de qualquer natureza.<sup>108</sup> Elas ficam mais inclinadas a adotar condutas desordeiras e agressivas, como bater em irmãos, pais, colegas de escola e namorados ou namoradas.<sup>109</sup> Podem também aplicar castigos corporais a seus próprios filhos quando chegam à idade adulta, passando hábitos violentos adiante.<sup>110</sup>

Estudos norte-americanos e europeus sugerem que crianças que sofrem ou praticam bullying na escola ou ambos tendem a desenvolver comportamentos anti-sociais e criminosos no futuro, inclusive o de agredir parceiros íntimos, se envolver em brigas e adotar hábitos autodestrutivos, como fumar e beber excessivamente.<sup>111, 112</sup>

## IMPACTOS EDUCACIONAIS

Nas Consultas Regionais do Estudo, os castigos físicos e psicológicos, o abuso verbal, o bullying e a violência sexual nas escolas foram repetidamente apontados como motivos de faltas nas escolas, evasão escolar e falta de motivação para conquistas acadêmicas. Em um documento encaminhado ao Estudo pela organização Save the

Children, crianças de Bangladesh afirmaram que castigos físicos, cruéis ou degradantes afetavam seu desempenho escolar e que elas valorizavam professores gentis e atenciosos que explicavam suas matérias adequadamente em vez de simplesmente aplicar exercícios.<sup>113</sup> Os impactos educacionais do bullying foram menos bem pesquisados que outros impactos psicológicos e sociais, mas sabe-se que tanto suas vítimas como perpetradores tendem a ter notas mais baixas que outros alunos.<sup>114</sup> Parece também haver uma relação entre o bullying, dificuldades de relacionamento com outras crianças e faltas na escola.<sup>115</sup>

Uma análise dos dados levantados na pesquisa Tendências Internacionais no Estudo da Matemática e das Ciências (TIMSS), que se concentrou em alunos de matemática e de ciências da oitava e nona séries de 49 países, constatou que nas escolas que enfatizavam fortemente a competitividade e a existência de grandes disparidades entre notas mais altas e mais baixas, os alunos tinham uma tendência maior de praticar atos de violência uns contra os outros.<sup>116</sup> Uma outra análise dos mesmos dados não identificou nenhuma relação forte entre essa violência na escola e padrões de violência ou falta de integração social na sociedade como um todo.<sup>117</sup>

Diversos estudos realizados no Sul da Ásia indicam que a violência na escola, principalmente os castigos corporais, levam alunos a abandonar seus estudos. Um estudo desenvolvido no Nepal, onde castigos corporais rígidos são rotineiros, observou que 14% dos alunos que abandonavam a escola o faziam por medo dos professores.<sup>118</sup> Uma

"Se eles [os garotos] apanham em casa, vão também querer bater em outros, ou seja, se seus pais os maltratam ou não falam com eles, os garotos vão bater em outros porque eles próprios são surrados. Elas vão levar para fora de casa o que vêm acontecer nela. Essa é a base da violência."

Garotas adolescentes, América Latina, 2005X

contribuição da Aliança Save the Children para o Estudo indicou que as crianças dos países sul-asiáticos acreditavam unanimemente que os castigos corporais constituíam a principal causa da evasão escolar. Eles também afirmaram que surras regulares geram falta de interesse nos estudos e afetam o desempenho escolar.<sup>119</sup>

Estudos também revelaram que, na África do Sul, vítimas de violência sexual são recebidas com tanta hostilidade após denunciarem ocorrências desse tipo de violência que se ausentam da escola por longos períodos, mudam de escola ou desistem completamente de estudar, enquanto os professores ou alunos acusados de abusar delas permanecem na escola.<sup>120, 121, 122, 123</sup> Na maioria dos países africanos, asiáticos e caribenhos, a gravidez provocada por agressão e coerção sexual geralmente força meninas a abandonar a escola, o que as faz perder oportunidades educacionais e compromete seu futuro.

## FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A VIOLÊNCIA

### FATORES DE RISCO

Fatores de risco aumentam a probabilidade de uma criança ser vítima ou praticante de violência nas escolas, enquanto fatores de proteção diminuem essa probabilidade. Tanto características individuais como externas (inclusive características de fora da escola) podem aumentar ou diminuir a probabilidade de uma criança se envolver em violência na escola ou de ser seriamente prejudicada por sua ocorrência.<sup>124, 125, 126</sup>

No contexto internacional, observa-se uma carência de pesquisas específicas sobre fatores de risco de violência contra a criança na escola as que existem tendem a focar a violência entre colegas. De um modo geral, pesquisas realizadas principalmente em países industrializados sugerem que as influências tendem a mudar de aqodo com a fase de desenvolvimento da criança; por exemplo, a influência da família é mais forte sobre crianças pequenas, enquanto a influência de colegas é mais forte para adolescentes.<sup>127</sup> Essas pesquisas têm constantemente indicado que os fatores de risco mais importantes para as escolas são o baixo desempenho escolar, taxas elevadas de ausência escolar, a evasão escolar e tempo livre não estruturado.<sup>128, 129</sup> Além disso, muitos dos fatores identificados nas pesquisas sobre outros aspectos da vida provavelmente também são importantes para as escolas - por exemplo, atitudes pró-violência, propensão a riscos, vínculos sociais fracos, amizades com colegas anti-sociais, relacionamentos entre pais e filhos de baixa qualidade, consumo de drogas, disciplina rígida, relaxada ou não perseverante e baixo acompanhamento por parte dos pais.

Um estudo realizado nos Estados Unidos entrevistou 1.467 crianças com idades entre 12 e 17 anos sobre suas experiências como vítimas de violência ao longo do tempo. Esse estudo sugeriu que algumas crianças podem ser "poli-vítimas" (vítimas de diferentes tipos de violência), pois algumas delas relataram, por exemplo, ter sofrido castigos corporais por parte de seus pais, abuso sexual por parte de parentes, agressões físicas por parte de colegas e bullying

por parte de outros alunos na escola. A persistência da "poli-vitimização" foi associada ao nível mais alto ou mais baixo no qual uma criança se enquadra na escala da raiva e da agressão, a problemas familiares e a experiências recentes de adversidades na vida. O fato de uma criança ter mais amigos foi associado a níveis mais baixos de violência.<sup>130</sup>

A violência nas escolas tende a estar menos relacionada a incidentes isolados e mais relacionada a padrões de violência. Sem sistemas adequados, esses padrões acabam sendo aceitos como normais e podem aumentar a violência ao longo do tempo. Nenhum fator ou combinação de fatores protege crianças contra a violência. Os fatores de risco não operam isoladamente e seus impactos podem ser intermediados por fatores de proteção. O conceito da resiliência envolve diversos fatores de proteção e é apontado na literatura como um aspecto importante da prevenção da violência e de muitos outros comportamentos de risco.

## A RESILIÊNCIA E OUTROS FATORES DE PROTEÇÃO

A resiliência infantil pode ser definida como a capacidade da criança de "superar desafios cotidianos, entre os quais transições, momentos de estresse acumulado e grandes adversidades ou riscos". Tipicamente, crianças "resilientes" são reconhecidas por sua elevada auto-estima, controle interno, otimismo, aspirações claras, orientação para metas, capacidade de reflexão, de solucionar problemas e de se comunicar saudavelmente e capacidade de estabelecer relações orientadoras com adultos.<sup>131</sup>

As escolas podem desempenhar um papel crucial no desenvolvimento da resiliência e de uma sensação de bem-estar em crianças, elementos que também foram associadas a uma menor probabilidade de elas serem vitimizadas.<sup>132</sup> Adultos e pares das famílias e comunidades começam a desenvolver ou não conseguem desenvolver a resiliência em crianças desde o seu nascimento. Uma boa criação e unidades familiares estáveis também são cruciais para esse fim. O poder do estabelecimento de laços afetivos adequados entre pais e filhos desde o início de suas vidas e relações familiares de apoio, juntamente com cuidados intensos na primeira infância, são importantes para o desenvolvimento da resiliência em crianças.<sup>133</sup> No entanto, mesmo quando as famílias ou comunidades não conseguem fazer isso, as escolas podem compensar essa falha, principalmente quando disponibilizam um apoio adequado a crianças desde seus primeiros anos de vida. As escolas também podem criar pontes entre as crianças, suas famílias e a comunidade, ajudando-os a compreender como afetam crianças e como podem adquirir habilidades necessárias para apoiá-las mais adequadamente.

Estudos realizados na Austrália indicam a importância de se adotar abordagens abrangentes e focadas na escola como um todo para reduzir fatores de risco e promover fatores de proteção simultaneamente. O apoio de professores, pais e outros adultos foi identificado como importante, bem como contar com colegas que apoiem a criança e pertencer a grupos pró-sociais. Observou-se, também, que a abordagem de envolver a escola como um todo melhora a saúde mental das crianças.<sup>134, 135</sup>

Muitos dos fatores de proteção identificados em outros ambientes também se aplicam ao contexto escolar, embora não existam muitas pesquisas envolvendo diversos contextos internacionais nessa área. Por exemplo, relações com adultos atenciosos e orientadores parecem promover a resiliência por modelarem comportamentos pró-sociais e oferecerem orientações e proteção - coisas que bons professores fazem diariamente.<sup>136</sup> A percepção de que transgressões na escola serão efetivamente punidas de maneiras claras também constitui um importante fator de proteção, o que enfatiza a importância de se estabelecer códigos de conduta claros e garantir sua observância. Além disso, as escolas podem promover o desenvolvimento de grupos de estudantes e de vínculos sociais fortes, que por sua vez podem promover a resiliência na criança e a empatia, técnicas de administração de conflitos e pensamento crítico.<sup>137, 138</sup>

## RESPOSTAS SISTEMÁTICAS A PADRÕES DE VIOLÊNCIA

Embora o apoio das famílias e colegas seja imprescindível para diminuir a vulnerabilidade das crianças à violência nas escolas, um número crescente de pesquisas confirma que uma atenção sistemática ao comportamento de diretores, professores e outros funcionários de escolas também é essencial. Se eles adotarem comportamentos abusivos e desrespeitarem os direitos, o conforto e a segurança de outros, as crianças seguirão seu exemplo. Muitos estudos realizados na América do Norte identificaram uma correlação direta entre a falta de intervenções firmes e a prevalência de violên-

cia entre crianças.<sup>139</sup> Um estudo no Iêmen identificou essa mesma correlação.<sup>140</sup> Pesquisas realizadas em Botsuana e Gana concluíram que quando professores toleram a segregação sexual e tensão entre os gêneros, eles ajudam a sustentar culturas de bullying e de violência sexual e baseada no gênero.<sup>141</sup>

Nas Américas, na África do Sul e em países onde há conflitos civis violentos, como no Nepal e em Serra Leoa, entretanto, grande parte da violência entre crianças nas escolas tem origem no mundo violento que as circunda. Convulsões sociais e deslocamentos, combinados com um baixo desempenho acadêmico, podem fazer com que estudantes se tornem violentos. No Território Ocupado da Palestina e na Argélia, meninos transferidos de outras escolas e repetem de ano são mais propensos à violência que seus colegas.<sup>142</sup>

Há dados que sugerem que a concorrência acirrada entre colegas, a violência baseada no gênero e a violência de gangues nas escolas estão, em alguma medida, relacionados ao estresse gerado pela modernidade e pela industrialização. Esses fenômenos são mais comumente relatados em áreas urbanas industrializadas ou que estão se industrializando rapidamente do que em regiões rurais de países menos desenvolvidos. As respostas dos países aos questionários distribuídos aos governos no âmbito do Estudo indicam países situados em regiões em processo de industrialização acelerada, como no Leste Asiático, estão começando a ficar preocupados com a prática de bullying e outras formas de violência entre crianças.<sup>143</sup>

"Os colegas da minha turma na escola sabiam que meus pais haviam morrido e me provocavam. Fui segregado. Me chamavam de 'Filho da AIDS' e 'Garoto TASSO'. Eles se recusavam a se sentar perto de mim."

Menino, beneficiário de bolsa-escola concedida por uma organização de apoio a vítimas da AIDS na África (TASSO), 2004XII

4

## CRIANÇAS VULNERÁVEIS À VIOLÊNCIA

A vulnerabilidade das crianças à violência muda à medida que elas vão crescendo. Na primeira infância e na fase pré-escolar, sua capacidade cognitiva está menos desenvolvida e seu nível de atividade é alto, de modo que seus responsáveis tendem a tentar ensiná-las a evitar perigos, a não infligir lesões a elas próprias e a se comportar de maneiras aceitáveis para adultos recorrendo a ameaças, tapas e outros meios físicos.<sup>144</sup> Desde a fase pré-escolar, crianças desenvolvem certas atitudes em relação a outras, inclusive atitudes discriminatórias, que tendem a se tornar mais acentuadas quando elas cursam o primeiro grau e podem evoluir para formas de bullying (ou formas de serem vítimas dessa prática). Pode ocorrer também violência baseada no gênero de natureza verbal quando a criança ainda é bem nova que pode evoluir até assumir a forma de ameaças de violência física na puberdade ou após essa fase. A história de Simon revela como a experiência de cada criança é singular, mas muda ao longo dos anos (veja o quadro).

As características individuais da criança também podem torná-la mais vulnerável. Segundo pesquisadores norte-americanos, criança portadoras de deficiência e com dificuldades de aprendizagem geralmente são alvos de exclusão, discriminação e bullying.<sup>145</sup> Crianças com distúrbios da fala ou cujos movimentos foram afetados por condições como distrofia múltipla também são freqüentemente alvos de bullying.<sup>146</sup> Em grande parte, no entanto, as evidências desses fatos po-

dem ser identificadas em escolas para crianças com necessidades especiais. Escolas que adotam políticas claras de integração e inclusão tendem a concentrar seus esforços em reduzir o estigma, a discriminação e o bullying sofridos por essas crianças, embora dados conclusivos a esse respeito ainda não estejam disponíveis.<sup>147</sup> Os dados dos países em desenvolvimento são escassos, mas um estudo realizado na região do Sul da Ásia revelou que crianças portadoras de deficiência às vezes são chamadas pelo nome de sua deficiência, como se fosse o seu nome.<sup>148</sup> Estudos que abrangeram sete países do Oriente Médio e da África do Norte revelaram que crianças com dificuldades de aprendizagem corriam riscos muito altos de ser tanto vítimas como perpetradores da prática de bullying dentro e fora das escolas.<sup>149</sup>

Crianças "de fora", como crianças refugiadas ou de minorias étnicas, têm uma probabilidade bem maior de ser excluídas, discriminadas e hostilizadas. Dados da Austrália sugerem que alunos aborígenes têm uma tendência maior de sofrer abusos verbais por parte de professores e colegas não aborígenes do que outros.<sup>150</sup> Em Botsuana, pesquisas realizadas por autoridades observaram que as taxas de evasão escolar de crianças Basarwa (ou San) são incomumente altas e que elas abandonam a escola principalmente por se sentirem discriminadas e hostilizadas, mas também porque os castigos corporais aplicados nela não condizem com suas culturas.<sup>151</sup> Crianças de comunidades nômades também podem não freqüentar escolas formais porque podem ser excluídas, discriminadas ou expostas a bullying se o fizerem.

## **A HISTÓRIA DE SIMON: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CICLO DE VIDA DE UMA CRIANÇA E A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

**Creche: "Eu odiava as meninas e costumava caçoar delas."**

"Minha mãe me matriculou no jardim de infância. Fiquei imediatamente racional, passei a ocupar minha mente com coisas construtivas, (como) construir meus próprios carrinhos, como havia aprendido com outras crianças. Eu odiava as meninas e costumava caçoar delas. Quando me viam, elas saíam correndo, pois sabiam que eu podia bater nelas sem nenhum motivo. Uma freira veio à nossa creche para dar aulas. Ela introduziu algumas brincadeiras comuns como esconde-esconde e músicas com as quais brincávamos junto com meninas. Surpreendentemente, passei a adorar todas as meninas e até a cantar músicas em sua homenagem, comparando-as a rosas."

**Séries intermediárias do primeiro grau: "Sempre achávamos que iríamos apanhar pelo menor erro."**

"Às vezes apanhávamos porque nossos colarinhos estavam sujos (ou) porque não tínhamos cortado as unhas. As punições eram severas. (É impossível) que a camisa de um aluno de 4, 5 ou 6 anos fique absolutamente limpinha até as quatro horas da tarde, a menos que ele esteja doente. Meu professor de matemática na oitava série nos obrigou a ficar de joelhos por duas horas em um sábado porque erramos uma conta. Às vezes nos obrigavam a ficar de joelhos sobre pedrinhas."

**Últimas séries do primeiro grau: "Os estudantes eram obrigados a falar inglês o tempo todo para evitar a fúria dos professores."**

"Quando eu estava na quarta série do primeiro grau, foi emitida uma declaração segundo a qual todos os alunos da 4ª à 8ª séries só deveriam falar em inglês. Se um aluno falasse no seu idioma nativo, seu nome era anotado pelo monitor da turma, que preparava uma lista dos alunos que falassem Kiswahili ou outro idioma nativo para ser encaminhada aos professores posteriormente. Depois, uma reunião era convocada e os alunos incluídos na lista eram punidos com seis golpes de vara se fossem da 4ª série, com sete golpes se fossem da 5ª série e com dez golpes se fossem da 6ª à 8ª séries. Os professores faziam fila e cada um deles podia bater na criança com a vara com toda a força. Surpreendentemente, nenhuma professora podia se juntar aos professores ou ficar perto deles. Lágrimas corriam e as crianças se debatiam e berravam sem parar. Não havia nada a não ser medo e ódio." <sup>145</sup>

No Sul da Ásia, crianças de castas oficiais e tribos indígenas sofrem exclusão, discriminação e bullying nas escolas. Na América Latina, como em outras partes do mundo, crianças indígenas são frequentemente proibidas de usar suas roupas e penteados tradicionais.<sup>152</sup> Em países industrializados, crianças de minorias ou as que usam vestimentas religiosas, como o hijab ou a burca, também são discriminadas pelo Estado ou autoridades educacionais. Essa discriminação pode ser considerada uma forma de violência psicológica, na medida que passa a idéia de que essas crianças têm menos valor por serem diferentes e de que aquilo que as torna diferentes deve ser suprimido.

Crianças órfãs têm uma tendência maior de abandonar a escola ou repetir séries e a diferença entre a taxa de frequência escolar de crianças órfãs e não órfãs é maior em países nos quais a taxa de frequência já é baixa de um modo geral.<sup>153, 154</sup> Na África, crianças órfãs ou infectadas pelo HIV e com AIDS podem ser estigmatizadas na escola, o que acrescenta mais sofrimento ainda à sua dor, pobreza e responsabilidade pela criação de outros irmãos. Um relatório recente da organização Human Rights Watch sobre o impacto do HIV e da AIDS sobre o acesso de crianças afetadas à educação no Quênia, na África do Sul e em Uganda documenta como a estigmatização na escola gera provocações por parte de colegas e dificulta a comunicação entre as crianças e seus professores sobre doenças na família.<sup>155</sup> No contexto do silêncio e da vergonha que costuma caracterizar a infecção do HIV, o medo do estigma, da discriminação e da violência em potencial pode

levar crianças infectadas ou afetadas pelo HIV a abandonar a escola voluntariamente ou a serem expulsas dela, de acordo com relatos colhidos não só apenas na região sul da África, mas também em países como Bolívia, El Salvador, Gana, Haiti, Índia e Nepal.<sup>156</sup>

### **A situação especial das meninas**

Em muitas partes do mundo, há escolas locais para crianças pequenas, mas elas precisam deixar seus lares e passar a viver em colégios internos ou a morar com parentes para poder cursar as últimas séries do primeiro grau e o segundo grau. Isso é o que geralmente acontece em regiões cujas populações estão espalhadas em áreas rurais remotas, como em montanhas ou outros locais de difícil acesso. Os pais temem que as meninas sejam agredidas a caminho da escola ou ao voltarem dela a pé ou em ônibus lotados. Um estudo realizado pela organização World Education no Peru revelou que à medida que a distância percorrida por meninas para chegar à escola aumenta, suas chances de serem molestadas aumentam na mesma proporção. O risco do assédio sexual, do estupro e da gravidez indesejada mantém meninas peruanas em casa e aumenta sua taxa de ausência, repetência e evasão escolar.<sup>157</sup>

A campanha Educação para Todos lançou luz sobre o fato de que as meninas têm menos acesso à escola que os meninos na maioria dos países em desenvolvimento, de que essa diferença aumenta muito após as séries iniciais e de que há uma forte correlação entre baixos níveis de escolaridade entre meninas e mulheres e baixos níveis de desenvolvimento nacional.<sup>158, 159</sup>

"Um dia, meu pai não pôde ir buscar minha irmã na escola e ela precisou voltar para casa sozinha. No caminho para casa, quatro meninos passaram a mão nela, mas ela não teve coragem de contar isso ao nosso pai. Ela me contou o que aconteceu, mas eu também não tinha como contar ao papai."

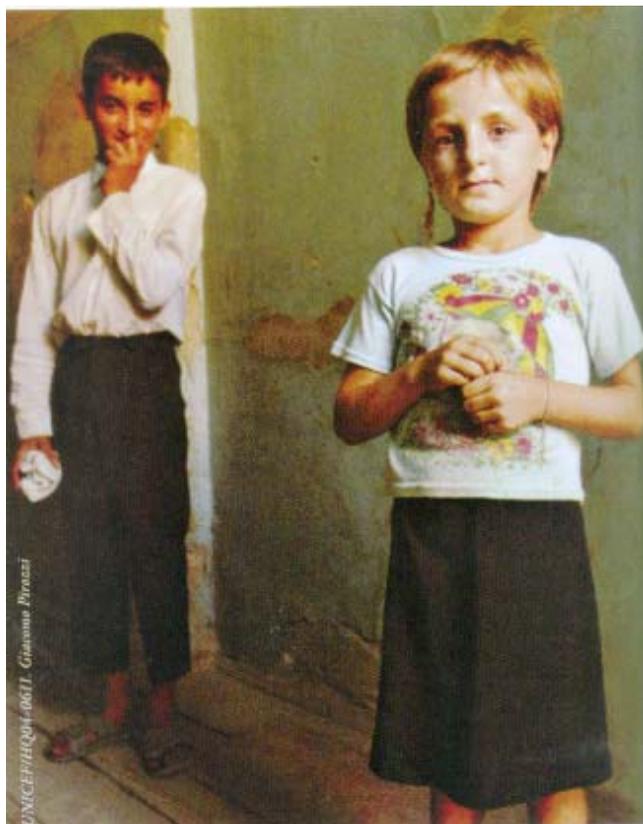
Menino, Sul da Ásia, 2005XIII

Em algumas sociedades caracterizadas por baixos níveis de escolarização entre meninas, o isolamento delas em casa após a puberdade ainda é comum, bem como a taxa de casamentos precoces. Isso acontece, por exemplo, em muitas partes do Sul da Ásia e do Oriente Médio. Mesmo quando elas não são segregadas, pesquisas revelam que seus pais temem pela segurança sexual de suas filhas na escola. Na África Subsaariana, esse temor é exacerbado pelo medo da infecção do HIV. Em 2001, um estudo da organização Human Rights Watch sobre violência de gênero identificou níveis alarmantes de violência sexual contra meninas na escola, bem como um grau altíssimo de tolerância e conluio em relação a esse fato por parte de professores.<sup>160</sup> Esses fatos frequentemente geram pressões para que as meninas abandonem a escola.<sup>161</sup>

## RESPOSTAS À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NAS ESCOLAS E EM AMBIENTES EDUCACIONAIS

Nos muitos fóruns infantis e Consultas Regionais realizados e nos documentos apresentados como contribuições para o Estudo, crianças de todas as partes do mundo emitiram mensagens claras:

- Elas querem que a violência seja eliminada.
- Elas querem que professores e outros funcionários de escolas as orientem com firmeza aceitando-as como e elas são, respeitando seus direitos e ajudando-as a se expressar construtivamente e a desenvolver seu potencial plenamente.



AZERBAIJÃO, 2004. Duas crianças de um colégio interno da cidade de Sheki.

- Elas querem que professores e outros funcionários de escolas as ajudem a desenvolver relacionamentos positivos com eles e a desenvolver hábitos de respeito mútuo e empatia que as ajudem a conquistar uma vida de cidadania construtiva.
- Elas querem que seus pais e outros adultos fora da escola desempenhem papéis construtivos em relação à sua educação, promovendo e apoiando escolas sem violência e garantindo-lhes lares e comunidades seguros.<sup>164</sup>

## UMA VISÃO RÁPIDA DA SITUAÇÃO DE CRIANÇAS FORA DA ESCOLA

- 115 milhões ou 18% das crianças em idade de cursar o primeiro grau estavam fora da escola em 2001/2002. Desse grupo, 61,3 milhões (53%) eram meninas, 45 milhões (39%) estavam na África Subsaariana e 42 milhões (36%) estavam no Sul da Ásia. As que apresentavam a maior probabilidade de estar fora da escola eram as da África Ocidental e Central (45,3%), da África Oriental e da região sul da África (38,5%), do Sul da Ásia (26%), do Oriente Médio e da África do Norte (18,7%), sendo que em todas essas regiões a probabilidade de meninas não estarem freqüentando a escola era maior em relação à de meninos. A maior disparidade entre meninos e meninas foi a registrada no Oriente Médio e na África do Norte, onde 15,4% dos meninos e 22,1% das meninas estavam fora da escola.
- Meninos e homens jovens ainda têm chances muito maiores de estudar do que meninas e mulheres jovens. Dos 86 países em desenvolvimento para os quais há dados disponíveis, 50% conseguiram garantir a paridade de gênero (equalização das chances de meninas e meninos freqüentarem escolas) no primeiro grau, mas apenas 20% garantiram essa paridade no segundo grau e somente 5% no ensino superior.<sup>162</sup>
- Em diversas partes do mundo, cursar o segundo grau é um luxo. A taxa bruta de matrículas (número de crianças e adultos de qualquer idade que estão cursando o segundo grau em relação ao número de crianças na idade oficial de cursar esse nível de ensino) é inferior a 40% em diversos países da África Subsaariana, do Sul, Oeste e Leste Asiático, do Pacífico, da África do Norte e do Oriente Médio e inferior a 60% em muitos outros países dessas regiões e da América Latina e do Caribe.<sup>163</sup>

As diversas contribuições apresentadas para o Estudo também mostraram que há boas razões para se ter esperança de que os sonhos dessas crianças podem e serão realizados, bastando, para tanto, que os países se comprometam a acelerar e sustentar seus avanços no sentido de garantir escolas sem violência. Atualmente, um número muito maior de pessoas sabe que há violência nas escolas e está ciente do mal que ela faz às crianças e a toda a sociedade e essa conscientização está se ampliando rapidamente. Muitos países de todas as regiões estão tomando medidas para combater a violência e evidências estão se acumulando em relação às abordagens que parecem funcionar melhor.

Infelizmente, não existem soluções estratégicas simples ou únicas. Para serem eficazes, é importante que as iniciativas prevejam medidas gerais de prevenção, como, por exemplo, modelos educacionais que ensinem habilidades de vida às crianças como parte do currículo e intervenções oportunas quando problemas forem detectados, além de prever a oferta de atividades e instalações seguras e supervisionadas para crianças e jovens.<sup>165</sup>

Este Estudo concluiu que as abordagens mais eficazes para combater a violência nas escolas devem ser especificamente concebidas para fazer frente às circunstâncias singulares das escolas em questão, mas que elas também têm

elementos-chave comuns. Especificamente, elas devem basear-se no reconhecimento de que todas as crianças têm direitos iguais à educação em ambientes sem violência e que uma das funções da educação é produzir adultos imbuídos de valores e práticas de não violência.

A abordagem geral pode ser chamada de aborda-

gem "baseada em direitos" ou "amiga da criança". Ela deve ser compatível com a CDC, com outros protocolos internacionais de direitos humanos e com os objetivos do movimento pela Educação para Todos, além de amplamente endossada por organismos internacionais. O mais importante é que ela atenda ao apelo de crianças e jovens de todo o mundo, que desejam que a violência acabe.

## **O PAPEL DA INICIATIVA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO DE MULHERES (UNGEI) NA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA**

Em 2000, Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, confirmou seu forte compromisso com a educação de meninas ao lançar a Iniciativa das Nações Unidas para a Educação de Meninas (UNGEI), que consiste em uma parceria para promover a educação de meninas e a igualdade de gênero. A iniciativa está se consolidando como uma estratégia eficaz para prevenir a violência contra meninas. Em países onde a UNGEI foi estabelecida, parceiros trabalham juntos para fortalecer intervenções concebidas para promover o acesso de meninas a uma educação de qualidade. Suas intervenções incluem medidas para acelerar e incentivar a participação de meninas e meninos em processos que promovem seu empoderamento. Por exemplo, o Movimento para a Educação de Meninas (GEM) está sendo implementado em Botsuana, Lesoto, Quênia, Uganda, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue como um componente importante do UNGEI. Quando o GEM foi lançado, em 2001, o programa foi conceitualizado como uma iniciativa educacional pan-africana por meio da qual meninas se tornariam líderes da transformação da África e agentes em processos decisórios relacionados a oportunidades educacionais para elas. Em Uganda, o GEM tem atuado ativamente no sentido de garantir que órfãos e outras crianças vulneráveis tenham acesso a escolas e tem trabalhado com autoridades locais e lideranças tradicionais no combate ao casamento precoce. Em Botsuana, o GEM realizou um estudo de marco zero sobre a segurança nas escolas que está sendo editado para ser publicado. Na África do Sul, o GEM atua por meio de parcerias público-privadas para apoiar a educação de meninas em matemática, ciência e tecnologia e, com patrocínio do UNICEF, vem desenvolvendo diferentes atividades para garantir que as vozes de meninas e meninas sejam ouvidas, principalmente na arena da formulação de políticas. Os Parlamentos de Meninas patrocinados pelo GEM e pelo Ministério da Educação da África do Sul permitiram que meninas contribuíssem na formulação de políticas para questões relacionadas à violência sexual nas escolas. O primeiro evento do Parlamento de Meninas da África do Sul foi realizado em 2003. Vale observar que, na África do Sul, o GEM também desenvolveu cartazes sobre a violência de gênero e estabeleceu um sistema de atendimento telefônico para elas expressarem suas opiniões livremente.<sup>168</sup>

Os princípios básicos de uma escola baseada em direitos e amiga da criança são os seguintes, entre outros:<sup>166,167</sup>

1. **Inclusão proativa.** A escola estimula e permite a participação de crianças dos dois gêneros, principalmente das que são diferentes em termos de etnia, cultura, idioma e condição socioeconômica e em suas habilidades ou deficiências.
2. **Academicamente eficaz e relevante.** Ela satisfaz necessidades conhecimentos, atitudes e habilidades de vida e de meios de vida.
3. **Sensível ao gênero.** Ela cria ambientes que estimulam a igualdade de gênero e satisfaz necessidades em termos de conhecimento, atitudes e habilidades que podem garantir essa igualdade.
4. **Saudável e protetora.** Ela promove e protege o bem-estar emocional, psicológico e físico das crianças proporcionando clima educacional saudável e protetor.
5. **Envolvida com a família e com a comunidade.** Ela estimula e permita a participação das famílias das crianças e da comunidade no desenvolvimento e implementação de todos os aspectos de suas políticas e programas, inclusive os desenvolvidos para proteger crianças de perigos e ensiná-las a respeitar os direitos de outras crianças à mesma proteção.

## A LEGISLAÇÃO E SUA APLICAÇÃO

A aprovação de convenções internacionais, acordos regionais e leis nacionais que abordam casti-

gos corporais, assédio e agressão sexuais e outras formas de violência constitui uma medida essencial para se avançar no sentido de termos escolas sem violência. A experiência tem revelado, no entanto, que muitos países estão demorando muito para cumprir suas obrigações internacionais e regionais e aplicar suas próprias leis na prática.

Desde que a Assembléia Geral da ONU adotou a CDC, em 1989, muitos países vêm tomando medidas para banir castigos corporais nas escolas, embora eles frequentemente sejam relapsos na aplicação efetiva de suas leis. Tribunais de alto nível em diversas regiões, inclusive na Namíbia (Supremo Tribunal, 1991), África do Sul (Tribunal Constitucional, 2000) e tribunais de diversas unidades de países federativos - como, por exemplo, de Delhi, da Índia (Tribunal Superior de Delhi, 2004) e do Canadá (Supremo Tribunal, 2004)<sup>169</sup> - condenaram os castigos corporais nas escolas e exigiram sua proibição.

Em seu comentário Geral no. 8, o Comitê dos Direitos da Criança observa o seguinte: "Onde, apesar da proibição, educação positiva e programas de treinamento, casos de castigo físico venham à tona fora do lar familiar - em escolas, outras instituições e formas de cuidado alternativo, por exemplo - a instauração de um processo jurídico pode ser uma resposta razoável."<sup>170</sup> A ameaça de aplicar uma medida disciplinar ou demitir um agressor pode também claramente dissuadir pessoas de aplicar castigos físicos. É essencial que a proibição de todo castigo corporal e outras punições cruéis ou degradantes e as sanções que podem ser aplicadas se ela for desrespeitada sejam bem comunicadas e divulgadas entre as crianças e todas as pessoas que tra-

balham com ou para elas em qualquer ambiente. O monitoramento de sistemas disciplinares e o tratamento de crianças devem ser componentes de uma supervisão sustentada de todas as instituições e funções. Crianças e seus representantes em todas essas funções devem ter um acesso imediato e confidencial a aconselhamento, ações de advocacy e procedimentos de queixa sensível às necessidades da criança e, se necessário, a tribunais e a uma assistência jurídica especializada. Deve ser obrigatório, nas instituições, notificar e examinar quaisquer incidentes violentos.

Muitos países têm leis ou, pelo menos, políticas para prevenir o assédio sexual no local de trabalho que geralmente se aplicam a ambientes educacionais de trabalho, como escolas, e

podem ser usadas para proteger professores e alunos. Na África do Sul, por exemplo, a Lei 4 (2000) de Promoção da Igualdade e da Prevenção da Discriminação Injusta define o assédio como uma "conduta indesejada, persistente ou séria que avilta, humilha ou cria um ambiente hostil ou de intimidação ou que é calculada poder induzir submissão... relacionada a sexo, gênero ou orientação sexual". O governo da África do Sul adotou medidas para tornar a investigação dos casos alegados de estupro mais sensíveis às preocupações das vítimas e, portanto, mais propensa a gerar processos judiciais bem-sucedidos. Além disso, o Ministério da Educação da África do Sul estabeleceu diretrizes aplicáveis às relações sexuais entre alunos e professores nas escolas (veja quadro).<sup>171</sup>

## **DIRETRIZES SUL-AFRICANAS PARA IMPEDIR QUE PROFESSORES ABUSEM SEXUALMENTE DE ALUNOS**

Em 2000, o Ministério da Educação da África do Sul estabeleceu diretrizes que observaram a prevalência do abuso sexual de alunos por parte de professores e seu conseqüente risco de transmissão do HIV. As diretrizes explicam a legislação e as conseqüências de sua não observância:

- Educadores não devem ter relações sexuais com estudantes. Esse ato contraria a lei, mesmo com o consentimento do aluno. Ele transgredir o código de conduta dos educadores, que ocupam funções de confiança.
- Medidas disciplinares rígidas serão aplicadas contra qualquer educador que tenha relações sexuais com um aluno.
- Relações sexuais exigidas por um educador sem o consentimento do aluno configuram estupro, que é um crime grave pelo qual ele será processado judicialmente. Se um educador tiver relações sexuais com uma menina ou menino abaixo de 16 anos, ele será processado por estupro e pode ser condenado à prisão perpétua.
- Se você tiver conhecimento de que um colega está mantendo relações sexuais com um aluno, deverá comunicar esse fato ao diretor da sua escola ou a autoridades educacionais superiores, e se o aluno tiver menos de 16 anos de idade, ele deve ser comunicado à polícia, caso contrário você poderá ser processado como cúmplice de estupro.<sup>172</sup>

## DOIS PAÍSES NOS QUAIS COMISSÕES NACIONAIS DESENVOLVEM E APLICAM MEDIDAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA

A Lei da República da Coreia sobre a Prevenção da Violência Escolar exige que um novo plano de prevenção da violência nas escolas seja elaborado a cada cinco anos. Uma Comissão Nacional tem a responsabilidade de coordenar e monitorar a implementação do plano e de fiscalizar suas avaliações e atualizações quinquenais. Todas as escolas são obrigadas a realizar sessões regulares para avaliar suas contribuições para a implementação do plano e recomendar quaisquer ações consideradas necessárias dentro da escola ou fora dela.

Em Chipre, o Ministério da Educação exige que todas as escolas estabeleçam uma comissão para avaliar necessidades de "prevenir e combater a violência na família e no ambiente escolar". Essas comissões têm poderes para receber e investigar denúncias de violência antes de encaminhá-las às autoridades adequadas.<sup>174</sup>

A subnotificação de todas as formas de violência é um problema crônico na maioria dos países. Ela é determinada por diversos fatores, como a falta de confiança na capacidade das autoridades de intervir construtivamente e o medo de repercussões para as vítimas e suas famílias e até para os agressores, considerando que muitos atos de violência são cometidos dentro de círculos de pessoas que se conhecem.

As respostas dos governos ao questionário encaminhado a eles como parte do Estudo<sup>173</sup> revelam que alguns países reformaram suas leis e melhoraram sua aplicação para contemplar a violência escolar de maneiras mais holísticas, como parte de esforços mais amplos para promover e apoiar uma educação amiga da criança e baseada em seus direitos (veja o quadro).

## POLÍTICAS E PROGRAMAS ESCOLARES BASEADOS EM DIREITOS

Muitas políticas e programas escolares baseados em direitos foram adotados em todas as regiões do mundo. Somente alguns deles foram rigorosamente avaliados - e principalmente em países industrializados - mas seus resultados são animadores e mostram que soluções eficazes podem ser adotadas, embora não sejam amplamente implementadas.

A UNESCO identificou programas promissores contra a violência escolar em oito países - Austrália, França, Israel, Japão, Irlanda do Norte, Noruega, África do Sul e Estados Unidos. Esses programas são bem vistos e apreciados por administradores, professores, alunos e pais e já revelaram seus primeiros sinais de eficácia

na redução da violência nas escolas. As poucas pesquisas realizadas para avaliar esses programas indicam que, além de reduzir a violência, eles ajudam os alunos a desenvolver melhores habilidades sociais, uma auto-estima maior e também um senso de maior controle pessoal sobre suas vidas, além de ajudá-los a ter um melhor desempenho acadêmico.<sup>175</sup>

Nos últimos dez anos, uma séria preocupação com a violência nas escolas norte-americanas gerou uma quantidade considerável de pesquisas e experimentações com diferentes intervenções e atualmente há uma vasta literatura disponível que documenta e avalia diferentes abordagens.<sup>176,177</sup> Como resultado, há provas atualmente de abordagens que deram certo no Canadá e nos Estados Unidos. Pesquisas e experimentações semelhantes estão sendo realizadas em muitos outros países e, onde avaliações foram feitas, elas revelaram que esses países estão identificando abordagens que funcionam também. Não há razões para se duvidar de que, com a vontade e os recursos necessários (geralmente mínimos), qualquer país, comunidade ou escola pode identificar formas eficazes de reduzir a violência nas escolas.

A discussão que será apresentada a seguir concentra-se em áreas específicas de intervenção e oferece exemplos de práticas promissoras adotadas em todas as regiões do mundo.

## **DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS E POLÍTICAS**

As políticas adotadas para combater a violência devem reconhecer que as escolas são, acima de tudo, locais de aprendizagem que podem

desempenhar um papel importante na equalização do poder e na eliminação de abusos de poder. As escolas podem ser orientadas pelos padrões mais elevados de direitos humanos em tudo o que fazem e utilizar métodos alternativos e não violentos de comunicação, negociação e solução de conflitos.

Um conjunto cada vez maior de pesquisas considera que as escolas são sistemas sociais e procurou identificar partes do sistema que podem ser mudadas no sentido de reduzir a violência. Sua conclusão é de lideranças educacionais eficazes (como os responsáveis por órgãos educacionais e diretores de escolas) podem contribuir muito para melhorar a qualidade da vida escolar trabalhando com outras partes interessadas no sentido de desenvolver e implementar políticas para reger a condutas e a disciplinas de professores e alunos e promover a confiança das comunidades nas escolas.<sup>178, 179</sup> Um estudo sobre escolas em Botsuana e Gana concluiu que a característica mais comum entre escolas seguras e de alto desempenho é uma gestão sólida.<sup>180</sup>

Uma avaliação de programas contra a violência em escolas da América Latina e do Caribe indicou a importância de se desenvolver atitudes e comportamentos positivos em crianças desde a mais tenra idade, mantendo o esforço para construir esses valores ao longo de toda a vida escolar e fazendo isso por meio de mecanismos como o de permitir que alunos participem de processos decisórios que moldam seus ambientes escolares.<sup>181</sup> Para garantir essa continuidade, as autoridades responsáveis pela supervisão das escolas devem tomar todas as medidas necessárias em nível nacional, estadual ou municipal.

"Se os professores dizem coisas que não deviam, não se importam com o que dizem e não nos respeitam, como podem esperar que os respeitemos? Eles não são bons exemplos para nós."

Aluno, Sub-região do Oceano Índico, 2006XIV

# 4

Um estudo longitudinal realizado na Noruega identificou uma relação causal entre boas técnicas de administração de salas de aula e uma menor violência entre colegas de turma.<sup>182</sup> Além disso, o currículo deve promover os valores da igualdade social, da tolerância em relação à diversidade e de maneiras não violentas de solucionar conflitos.

O que acontece fora da sala de aula também é crucial. As autoridades educacionais devem oferecer orientação e apoio aos responsáveis por escolas e professores no sentido de ajudá-los a criar um clima positivo fora da sala de aula por meio de mudanças na gestão da escola. Códigos de conduta devem ser desenvolvidos e aplicados na prática por meio de processos que permitam a qualquer parte interessada expressar suas opiniões; por exemplo, por meio de conselhos de alunos e associações de pais. O ambiente criado com medidas dessa natureza pode se espalhar para a comunidade como um todo quando, por exemplo, os alunos levam para casa os valores e hábitos que aprenderam na escola e, posteriormente, para seus locais de trabalho, relacionamentos e assim por diante.

## APOIO AO PESSOAL DE ESCOLAS

Há quase 43 milhões de professores de ensino básico e médio em todo o mundo, além de um número desconhecido de professores em pré-escolas e outros contextos educacionais, e seu potencial de servir de exemplo para crianças é enorme.<sup>183</sup> Os professores estão entre os mais importantes agentes de desenvolvimento social e mudanças de um país, uma vez que oferecem contribuições essenciais para o desenvolvimento emocional e cognitivo de gerações atuais de crianças e, conseqüentemente, de gerações futuras de ci-

dadãos maduros e responsáveis. Mesmo quando crianças sofrem violência em seus lares e comunidades, os professores podem mostrar a elas modelos de não violência desde tenras idades.

Uma boa seleção e capacitação de professores devem constituir a base de qualquer estratégia abrangente e de longo prazo para reduzir a violência não apenas nas escolas, mas também na sociedade como um todo. No entanto, a realidade é que muitos países não valorizam adequadamente seus professores, não enfatizam a necessidade de contratar os melhores candidatos, não oferecem capacitações adequadas antes de sua contratação e em serviço, pagam salários baixos a eles e os expõem a condições de trabalho precárias - muitas vezes em escolas e salas de aula superlotadas e mal equipadas. Na maioria dos países, professores já sobrecarregados são forçados a assumir mais responsabilidades no contexto do combate à violência nas suas escolas, embora geralmente não tenham sido capacitados para essa tarefa e não possuam os conhecimentos necessários para assumir essas responsabilidades adicionais. Se apesar dessa situação as escolas conseguem atrair bons professores, é difícil mantê-los.

Todos esses fatores devem ser levados em consideração no processo de se avaliar a necessidade de adotar novos modelos de seleção, capacitação e retenção de professores. Os professores não podem assumir todo o ônus, de modo que qualquer avaliação de suas necessidades deve considerar de que maneira autoridades educacionais, diretores de escolas e outros funcionários dessas instituições, bem como pais e comunidades, podem estar minando seu trabalho e de que maneira poderiam contribuir para apoiá-lo.

A maioria dos governos que respondeu ao questionário do Estudo<sup>184</sup> informou que eles, ONGs ou parcerias entre eles estavam apoiando programas de capacitação de professores que incluem a questão da violência. No entanto, essas capacitações frequentemente não são contínuas, sistemáticas e sustentáveis. A maioria dos programas de capacitação envolve elementos de prevenção e proteção, alguns deles abordam questões relacionadas à reabilitação de vítimas ou agressores e um número reduzido contempla reparações

(Gâmbia, Nigéria, Ilhas Seichelles, Cingapura, Suíça e Tailândia), penalidades (Camarões, Cingapura, Sri Lanka, Suíça e Tailândia), métodos para educar alunos em medidas de prevenção e proteção (Bulgária, Estônia, Indonésia e Países Baixos) ou métodos para integrar os direitos humanos e a não violência aos currículos (Brasil e Ilhas Seichelles). Embora todos esses esforços sejam corretos, é óbvio que são necessárias melhorias mais radicais e sustentáveis na capacitação de professores na cultura da não violência.

## **NA CROÁCIA, UMA CAMPANHA POR ESCOLAS "SEGURAS E CAPACITADORAS" PRODUZ RESULTADOS INICIAIS**

No verão de 2004, após amplas consultas a ministérios, organizações da sociedade civil e outros órgãos, o UNICEF lançou uma campanha em cinco fases denominada "Por um Ambiente Escolar Seguro e Capacitador" na Croácia. Antes de seu lançamento, pesquisas nacionais com alunos, pais e professores estabeleceram dados de marco zero sobre a violência nas escolas. A campanha foi programada para durar 18 meses e, 12 meses depois, uma avaliação revelou que ela estava superando as expectativas.

Mais de 4.500 professores, o dobro do número inicialmente previsto, haviam sido capacitados em métodos não violentos de ensino, disciplina e intervenção contra a violência entre crianças. A campanha havia abrangido 121 escolas e mais de 60.000 crianças, 20% a mais que o número estabelecido, e com 15% a menos que o orçamento previsto. Mais de 92% dos cidadãos croatas foram informados sobre a campanha e mais de 80% de seu financiamento passaram a ser disponibilizados por doadores e empresas individuais da Croácia. O aspecto mais importante é que foram observadas reduções expressivas em algumas formas de violência e uma maior conscientização sobre outras. Por exemplo, crianças e professores começaram a reconhecer todas as formas de bullying mais facilmente e ficaram melhor preparadas para eliminá-las. Mais de 80% dos alunos aprenderam regras contra a violência escolar e sabiam identificar um adulto a quem podiam recorrer para pedir ajuda.

Ainda havia, no entanto, desafios a serem superados. Os professores passaram a se sentir mais preparados para lidar com a violência nas escolas, mas embora os alunos se sentissem mais seguros, eles ainda não achavam que as escolas ofereciam uma proteção suficiente contra a violência. A avaliação concluiu que era necessário envolver mais os pais e fortalecer o apoio entre colegas em prol da não violência.<sup>185</sup>

## CLUBE DE DIREITOS DAS CRIANÇAS EMPODERA ALUNOS DE ESCOLAS EM ZÂMBIA

A Associação de Educação Cívica (ZCEA) de Zâmbia trabalha para promover e proteger os direitos das crianças por meio da educação cívica. Seu Programa de Participação Infantil apóia Clubes de Direitos das Crianças que empoderam crianças conscientizando-as de seus direitos previstos na CDC, na Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança e em outros instrumentos. Pelo menos 300 Clubes de Direitos Infantis foram implementados em escolas primárias e secundárias em Zâmbia.<sup>195</sup>

### A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS

Envolver crianças no desenvolvimento e implementação de programas é importante para construir conhecimentos, atitudes e habilidades pessoais, garantir a relevância dos programas e fazer com que todas as partes interessadas "vistam a camisa" de suas propostas e, em última instância, melhorem seus resultados.<sup>186, 187</sup> Um estudo do Ministério do Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) realizado em Bangladesh, Quênia, Nepal, Sri Lanka, Uganda e Zâmbia revelou que ambientes de ensino que colocam as crianças no centro das experiências de aprendizagem, para que seus professores ouçam suas preocupações e necessidades, têm uma probabilidade maior de combater a violência eficazmente do que outras escolas.<sup>188</sup> Um outro estudo internacional desenvolvido pela organização World Vision observou que em comunidades nas quais crianças participam de discussões e medidas de combate à violência o debate é mais aberto e tem uma tendência maior de produzir estratégias específicas.<sup>189</sup>

A iniciativa Save the Children teve diversas experiências de primeira mão com parceiros no estabelecimento e apoio a organizações e iniciativas conduzidas por crianças por meio das quais elas cobram medidas de decisores e cuidadores adultos e trabalham com eles no combate à violência escolar.<sup>190</sup> Pesquisas realizadas nos Estados Unidos sugerem que as melhores iniciativas tendem a ser aquelas nas quais alunos e professores trabalham juntos no desenvolvimento e implementação de estratégias para tornar as escolas seguras para todos. A intermediação e o aconselhamento de colegas, por exemplo, são mais eficazes quando alunos e professores trabalham juntos no desenvolvimento e avaliação métodos adequados de intermediação e aconselhamento.<sup>191</sup>

Estudos e experiências exploratórios em todas as regiões identificaram benefícios, alguns dos quais inesperados, na prática de envolver crianças no desenvolvimento e implementação de programas de combate à violência nas escolas.<sup>192</sup> Crianças podem oferecer uma visão abrangente de suas experiências de violência na escola e, assim, passar

informações necessárias ao pessoal das escolas para que tomem medidas adequadas. Envolver crianças é uma intervenção eficiente em si, pois essa prática ajuda na sua cura por meio do relato de experiências e do compartilhamento de sentimentos e permite que o pessoal aprenda sobre suas experiências e sentimentos, o que, por sua vez, ajuda a mudar seus comportamentos e atitudes.<sup>193, 194</sup>

## **TRABALHANDO COM PAIS E COMUNIDADES**

Muitos países têm a tradição de envolver pais e comunidades na vida escolar. Na América do Norte, há uma longa tradição de associações de pais e mestres. Tipicamente, esse grupos mantêm associações em todas as escolas públicas dentro das comunidades e uma associação guarda-chuva para a comunidade como um todo e permitem que os pais monitorem as escolas e intervenham quando consideram necessário. Nos Estados Unidos, a Coalizão de Escolas Seguras de Washington foi estabelecida a partir da preocupação com a violência contra gays e lésbicas nas escolas de Seattle, mas essa coalizão e outras semelhantes a ela em muitos outros estados passaram a atuar como parcerias público-privadas, por meio das quais muitas organizações governamentais e não governamentais cooperam umas com as outras no combate à violência e na abordagem de outras questões relacionadas à segurança nas escolas.<sup>196</sup> Muitos outros países possuem organizações semelhantes, por meio das quais pais e organizações comunitárias discutem uma ampla gama de questões nas escolas em colaboração com autoridades educacionais, diretores de escolas e professores.<sup>197</sup>

Outras partes deste capítulo citam exemplos de como pais e comunidades uniram forças para discutir todas as questões relacionadas à violência nas escolas. Onde esse tipo de participação ainda não existe, outros mecanismos podem estar disponíveis para garantir o envolvimento necessário. No Lesoto, na República Unida da Tanzânia e em diversos outros países da África Subsaariana, por exemplo, há comitês locais que envolvem uma ampla gama de partes interessadas para discutir todas as questões relacionadas ao HIV e à AIDS. A cidade do México, o Nepal e Quênia oferecem exemplos do que grandes cidades ou países inteiros podem fazer para envolver pais e comunidades (veja quadros abaixo).

## **DISCIPLINA INFANTIL CONSTRUTIVA**

A abordagem baseada em direitos e centrada na criança exige a definição de códigos de conduta aceitos por todos os membros da comunidade escolar que estabeleçam pontos de referência morais e sociais e enfatizem os valores que os sustentam, inclusive os valores previstos na CDC e em outras convenções sobre direitos humanos. A disciplina deve procurar oferecer um reforço positivo, críticas construtivas e orientação e instruções claras. Exceto em casos extremos, ela não deve promover medidas que possam prejudicar o desenvolvimento cognitivo e emocional de uma criança.

Pesquisas recentes sobre regimes disciplinares estabeleceram uma distinção entre o que seriam regimes proativos e reativos. Os regimes proativos enfocam a prevenção e geralmente baseiam-se em pesquisas cuidadosas sobre o que funciona, além de estabelecerem uma estrutura jurídi-

ca, políticas transparentes, regras claras de conduta e mecanismos de aplicação. Os regimes reativos frequentemente baseiam-se em afirmações gerais mal informadas e exigem "tolerância zero" e punições severas. Eles frequentemente envolvem suspensões ou expulsões de crianças da escola, que apenas transferem o problema para uma outra escola ou para a comunidade sem ajudar as crianças afetadas como deviam. Essas medidas violam o direito de uma criança à educação. Uma disciplina firme mas justa pode corrigir comportamentos inaceitáveis sem que se faça uso de violência.<sup>201</sup> O consenso entre educadores conceituados é que os regimes reativos são ineficazes no longo prazo.<sup>202</sup> Nesse contexto, a Unesco delineou princípios básicos que devem reger a disciplina escolar da criança que enfatizam a crítica construtiva, orientações e instruções claras e os princípios da CDC.<sup>203</sup>

## **BULLYING: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO**

Com seu Programa Olweus de Prevenção da Prática de Intimidação Ostensiva (Bullying), a Noruega tem liderado esforços para reprimir a prática de bullying nas escolas. O monitoramento de quatro coortes de 600-700 alunos do primeiro grau indicou que, em dois anos, o programa havia reduzido o bullying em 50% ou mais. As taxas de ausência escolar, roubo, vandalismo e outros comportamentos anti-sociais também caíram para ambos os gêneros e em todas as séries.<sup>204</sup> A abordagem Olweus foi testada e aprovada em vários outros países, inclusive na Austrália, na Alemanha e nos Estados Unidos.<sup>205</sup> Ela não foi testada em países não industrializados, principalmente porque o bullying ainda não cresceu a ponto de se tornar um problema público nesses países.

## **CIDADE DO MÉXICO - PROJETO 'COMBATENDO A VIOLÊNCIA: EDUCAÇÃO PARA A PAZ'**

Na Cidade do México, desigualdades sociais, a pobreza e outros fatores têm contribuído para o aumento da violência nos lares, escolas e na cidade como um todo e a violência escolar tem sido associada a taxas elevadas de evasão escolar precoce. Atualmente, mais de 1.500 das escolas da cidade e 450.000 de seus estudantes estão participando de um projeto chamado "Combatendo a Violência: Educação para a Paz - Para Mim, Para Você e Para Todo Mundo". O projeto consiste em workshops de treinamento concebidos para desenvolver a capacidade de diretores de escolas, professores, alunos e pais de solucionar conflitos de maneiras não violentas. Medidas de acompanhamento nas escolas visam garantir que lições sejam colocadas em prática e oferecer apoio aos indivíduos responsáveis por continuar a desenvolver a capacidade de cada população escolar de solucionar conflitos pacificamente. O projeto foi lançado e produziu resultados positivos graças à liderança e apoio incansáveis da Secretaria de Educação e, principalmente, dos diretores das escolas. O que se espera agora é que o projeto se torne um programa permanente após as próximas eleições gerais a serem realizadas no município.<sup>198</sup>

## **NEPAL - MENINAS TOMAM MEDIDAS PRÁTICAS PARA PÔR FIM AO ASSÉDIO SEXUAL**

Em Surkhet, Nepal, a organização Save the Children vem apoiando meninas em seus esforços para educar homens e meninos e tornar suas escolas e comunidade mais seguras. Meninos e homens adultos (inclusive autoridades educacionais e líderes comunitários) não tinham consciência de que as meninas viam suas "provocações inocentes" como assédio sexual e discriminação até que elas mapearam locais nos quais se sentiam inseguras. Examinando e discutindo os mapas, eles conseguiram reconhecer que aqueles eram os locais nos quais meninas sofriam essas provocações regularmente. Além disso, as meninas criaram redes por todo o vilarejo e no distrito com vínculos a grupos de meninas em outros vilarejos, à polícia local, a grupos de professoras e de mulheres e à comissão municipal do bem-estar da criança.<sup>199</sup>

## **QUÊNIA - CAMPANHA "DEFENDA OS DIREITOS DA CRIANÇA"**

Na primavera de 2006, uma campanha para pôr fim à violência contra a criança foi lançada no Quênia com o apoio do Unicef. A campanha solicitou que famílias, escolas, organizações religiosas, o setor privado, os meios de comunicação de massa de massa e todos os demais membros da sociedade queniana participassem (com apoio financeiro ou de outra natureza) em esforços para garantir que todos os lares, escolas e comunidades da nação se comprometessem a eliminar a violência contra a criança. O objetivo da campanha é juntar as forças de todos contra a violência e informá-los sobre o que podem fazer para criar ambientes nos quais todas as crianças quenianas possam desenvolver todo o seu potencial. A campanha também arrecadou fundos para apoiar:

- Um pacote essencial de serviços de proteção à criança em comunidades mais vulneráveis.
- Números telefônicos gratuitos nos quais adultos e crianças vítimas de violência podem solicitar ajuda.
- Abrigos seguros para quem precisa escapar da violência doméstica.
- Capacitação de conselheiros para ajudar as vítimas e suas famílias e outros agressores a quebrar seus padrões de comportamento violento.
- Capacitação de professores, agentes de saúde e policiais em como reduzir a violência e intervir quando ela ocorre.
- Programas em escolas e programas para jovens concebidos para reduzir a violência
- Publicidade para promover uma maior conscientização da população e mobilizar um compromisso cada vez maior.<sup>200</sup>

A abordagem Olweus foi consideravelmente bem-sucedida e também identificou questões importantes que exigem uma atenção contínua, como a necessidade de se promover o compromisso de todas as partes interessadas, sustentar a liderança ao longo do tempo e monitorar e compreender as motivações e causas interligadas da violência, combatendo, ao mesmo tempo, todas as formas de violência na escola. A introdução de uma estrutura de direitos humanos em programas de prevenção do bullying também pode ajudar a superar esses desafios.<sup>206</sup> (veja quadro).

Para crianças expostas a um alto risco de bullying - como vítimas ou perpetradoras da prática - pode ser uma boa idéia desenvolver estratégias individualizadas intensivas que envolvam visitas domiciliares, aconselhamento e desenvolvimento de habilidades nas crianças e em seus pais.

## **VIOLÊNCIA SEXUAL E DE GÊNERO: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO**

Todo o ambiente escolar deve ser acolhedor para meninas e para todas as crianças que possam ser consideradas diferentes em razão de sua sexualidade conhecida, suspeitada ou alegada. As escolas devem ser locais seguros e confortáveis e todas as crianças deve ser estimuladas a aproveitar ao máximo todas as oportunidades de desenvolvimento cognitivo e emocional. Para que isso seja possível, os elementos subjacentes da violência baseada no gênero devem ser diretamente atacados, fazendo com que as crianças desenvolvam uma compreensão adequada de problemas e atitudes relacionados à violência e habilidades necessárias para evitá-la ou lidar com ela quando ocorrer.

A preocupação de que a coerção e o abuso sexual expõem meninas e adolescentes a riscos extremamente altos de infecção do HIV gerou muitas respostas diferentes em todo o mundo, especialmente na região sul da África meridional. Algumas iniciativas de ONGs internacionais extrapolam os limites das escolas. Por exemplo, o programa de capacitação 'Stepping Stones' da ONG ActionAid visa prevenir a transmissão do HIV e, ao mesmo tempo, combater a violência sexual e baseada no gênero em centenas de comunidades na África, Ásia, América Latina e Caribe.<sup>209</sup> Workshops paralelos são realizados para homens e mulheres para oferecer ambientes seguros e de apoio nos quais ambos possam se sentir à vontade para discutir questões sensíveis, mas os participantes dos workshops para homens e mulheres também se reúnem periodicamente para compartilhar preocupações e percepções. Eles discutem coisas como "por que nos comportamos dessa maneira?" e "como podemos mudar?". Esses eventos têm gerado um comportamento sexual mais seguro, reduzido a violência doméstica, promovido uma divisão mais equilibrada de afazeres domésticos com os homens e melhorado a comunicação entre casais e entre pais e filhos, particularmente no que se refere a questões sensíveis relacionadas à saúde sexual.

Na Etiópia, comunidades tomaram a iniciativa de criar Comitês Consultivos sobre a Educação de Meninas (GEACs, na sigla em inglês) que abordam, como um todo, o problema de garantir acesso a uma educação de alto nível para meninas. Os GEACs criaram Clubes de Meninas que oferecem locais seguros para as meninas expressarem suas opiniões e as incentivam a denunciar casos de assédio e abuso. Outras

## ELEMENTOS-CHAVE DE PROGRAMAS EFICAZES DE COMBATE AO BULLYING BASEADOS EM DIREITOS E CENTRADOS NA CRIANÇA

Embora os programas de combate ao bullying possam variar significativamente em seus detalhes específicos, os mais eficazes baseiam-se em direitos e são centrados na criança. As características comuns desses programas são, entre outras, as seguintes:

- Eles envolvem a criança desde a mais tenra idade, antes que suas atitudes e comportamentos se tornem padrões permanentes.
- As escolas envolvem todas as principais partes interessadas - diretores, professores, alunos e a comunidade maior - no desenvolvimento, implementação e monitoramento dos programas e enfocam a prevenção da violência.
- Um grupo de liderança mantém o ímpeto e promove ajustes à luz de mudanças nas circunstâncias.
- Componentes educacionais que aumentam os conhecimentos e melhoram as habilidades de todas as principais partes interessadas e esses componentes são integrados ao currículo regular, para que a criança possa adquirir conhecimentos sobre direitos humanos e desenvolver a habilidade de comunicar e solucionar conflitos de forma não violenta.
- Um monitoramento mais acentuado do comportamento dos alunos, prestando atenção, especialmente, em como os alunos se relacionam entre si, principalmente quando há indícios de bullying.
- Mecanismos para a apresentação de denúncias, intervenções, recuperação de vítimas e reabilitação de agressores.
- As intervenções são coerentes, para que não haja nenhuma percepção de negligência ou injustiça.<sup>207,208</sup>

iniciativas dos GEACs incluem o estabelecimento de comitês disciplinares para que professores prestem contas por suas ações, proteção policial para meninas nos trajetos de ida e volta da escola, construção de vasos sanitários separados para meninas, insistência na presença de professoras nas escolas, treinamento de meninos e meninas em formas respeitadas de se relacionar, aconselhamento para meninas em locais seguros e solicitações para que lideranças religiosas e tribais ponham fim à prática de

raptos e casamentos precoces. Como resultado, a taxa de evasão escolar entre meninas caiu de 57% para 19% numa escola primária.<sup>210</sup>

### CURRÍCULO: O QUE DEVE SER ENSINADO E COMO

O currículo, os métodos pedagógicos e todo o ambiente escolar devem ensinar, ilustrar e reforçar os princípios da igualdade de gênero, direitos humanos e não violência e as habilidades neces-

sárias para aplicar esses princípios cotidianamente. Eles também devem contribuir para aumentar a resistência da criança à violência, para que saiba lidar com ela e se recuperar quando ela ocorre.

Tradicionalmente, o currículo escolar tem focado muito o "conteúdo" (o quê) e dado menos atenção a habilidades e processos de aprendizagem (como), como a capacidade de investigar, solucionar problemas e tomar decisões. Observa-se um reconhecimento cada vez maior de que, em um mundo em processo de rápidas transformações, é preciso ensinar às crianças o como do comportamento humano construtivo, para que elas saibam se proteger de danos e agir para evitar danos a outros. Esse tipo de educação é frequentemente chamado de "educação baseada em habilidades de vida".

A educação baseada em habilidades de vida deve fazer parte de um pacote que inclua educação sobre os princípios da igualdade de gênero, direitos humanos e não violência e como e por que esses princípios evoluíram e podem ser colocados em prática.<sup>211, 212</sup> Isso pode implicar a necessidade de lidar com questões extremamente pessoais e sensíveis relacionadas às características singulares de cada criança, ao histórico de sua família, tradições religiosas e culturais e temas anteriormente considerados tabus em discussões que envolvessem crianças. Para lidar com essas questões adequadamente, além do currículo, são necessários métodos pedagógicos apropriados. É necessário ir além da aprendizagem tradicional mecânica e incentivar crianças a fazer perguntas, inclusive aos seus professores, a relatar suas próprias experiências e expressar seus

sentimentos e idéias como parte do processo de aprendizagem. Na África do Sul, por exemplo, o programa Currículo 2005 enfatiza métodos pedagógicos flexíveis que incentivam e acomodam a participação ativa da criança em experiências de aprendizagem e as ajudam a desenvolver a capacidade de refletir.<sup>213</sup>

De 1998 a 2004, o Relator Especial sobre o Direito à Educação colaborou com a Unesco na produção do Manual on Rights-based Education: Global Human Rights Requirements Made Simple (Manual sobre Educação Baseada em Direitos: Simplificação dos Requisitos Globais de Direitos Humanos).<sup>214</sup> Segundo o manual, a criança tem direito à educação e direitos na educação. Isso significa que as escolas devem proteger os direitos de seus alunos e também ensiná-los a respeitar os direitos de outros. A abordagem da educação baseada em direitos faz da educação a própria base da campanha de longo prazo contra a violência de todos os tipos, inclusive a violência contra a criança. Crianças educadas em escolas sem violência e que aprendem a respeitar os direitos de todos os indivíduos de viver em ambientes sem violência representam a maior esperança de um futuro sem violência.

Nos Estados Unidos, por exemplo, uma ONG denominada The Committee for Children desenvolveu três conjuntos de currículos - Second Step, Steps to Respect and Talking about Touching (Segundo Passo, Passos para o Respeito e Conversa sobre Tocar) - concebidos para transmitir à criança os conhecimentos e habilidades necessários para prevenir a prática do bullying, o abuso sexual e outras formas de violência. Esses conjuntos têm como objetivo ajudar a criança a

"Quando as crianças crescem, elas guardam na mente o que foi feito com elas e acabam fazendo o mesmo com crianças mais novas que elas, principalmente na escola. Algumas ficam mentalmente perturbadas."

Menino, 14 anos, África Oriental e Meridional, 2005XVI

se defender, conversar em vez de brigar e refletir sobre questões a partir da perspectiva dos outros. Uma avaliação dos impactos do Second Step realizada em 1997 em mais de 10 mil escolas de primeiro grau no Canadá e nos Estados Unidos registrou uma diminuição de comportamentos agressivos e um aumento em comportamentos sociais positivos nas salas de aula, pátios de recreio e cantinas dessas escolas.<sup>215</sup>

Algumas questões sensíveis podem ser melhor abordadas em um contexto mais amplo. Quando perguntadas, por exemplo, sobre a melhor maneira de se combater o abuso sexual, crianças no Canadá, Colúmbia, Bangladesh, Brasil, Moçambique, Nepal, Nicarágua, Romênia, Ruanda, África do Sul, Espanha, Síria e Uganda responderam que a questão do abuso sexual deveria ser tratada no contexto da aprendizagem sobre os direitos da criança e da proteção infantil e não isoladamente.<sup>216, 217</sup> Uma característica da educação baseada em habilidades de vida eficaz é que os métodos de ensino e aprendizagem são interativos e permitem às crianças compartilhar suas idéias. Uma educação baseada em habilidades de vida eficaz frequentemente envolve crianças na discussão de problemas reais enfrentados em sua própria escola e contribui para o desenvolvimento de políticas e programas.

## **CRIAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS SEGUROS E ACOLHEDORES**

Diversos estudos solicitaram a crianças que mapeassem zonas perigosas ou seguras em suas escolas e nos pátios dessas escolas e elas

identificaram com precisão áreas nas quais meninas se sentiam inseguras, como áreas onde meninos se reuniam ou salas nas quais professores do gênero masculino que as assediavam sexualmente davam aulas.<sup>218, 219, 220</sup> Um estudo realizado numa escola de segundo grau em Durban, na África do Sul, observou que seus espaços eram extremamente segregadores em termos de gênero. Havia muitos espaços privativos para meninos, onde eles eram deixados sozinhos e podiam fazer coisas proibidas como fumar, por exemplo, e para professores, nos quais professoras e meninas não tinham permissão de entrar de forma alguma. Os únicos espaços privativos para as meninas eram os banheiros, cuja privacidade ficava comprometida pela falta de portas. As professoras tinham dificuldade para encontrar espaços que não eram policiados ou invadidos por homens.<sup>221</sup>

Quando uma escola não é acolhedora ou atraente, é mais difícil promover o moral dos funcionários e criar perspectivas positivas para a aprendizagem. Melhorias nas escolas não exigem, necessariamente, gastos financeiros significativos e elas podem ser promovidas como uma atividade extracurricular que envolva funcionários da escola, alunos, pais e outros membros da comunidade. Em áreas rurais de baixa renda da Índia, por exemplo, funcionários e alunos trabalharam juntos na redecoração de salas de aula e na criação de jardins em escolas usando materiais muito simples, mas observaram que essa abordagem funciona melhor quando as escolas são seguras e protegidas contra atos de vandalismo.<sup>222</sup>

## PESQUISAS E AVALIAÇÕES

Todos os sistemas educacionais funcionais têm um mecanismo para coletar dados no nível de cada escola individual e muitos deles realizam inspeções regulares que oferecem oportunidades adicionais para se coletar dados. No entanto, a quantidade e qualidade desses dados variam bastante e raramente eles oferecem uma base suficiente para se fazer estimativas, ainda que aproximadas, da prevalência de diferentes formas de violência nas escolas e de como essa prevalência pode estar aumentando ou diminuindo ao longo do tempo. Uma razão para isso é o fato de que a maioria das escolas não tem pessoal treinado na coleta e análise de dados, o mesmo podendo ser dito em relação a muitos órgãos educacionais locais e distritais e a alguns órgãos nacionais. Uma vez que esses dados são essenciais para se avaliar intervenções e verificar se elas estão contribuindo para reduzir a violência, recomenda-se enfaticamente que os órgãos responsáveis pela educação em nível distrital desenvolvam sua capacidade de coletar, analisar e divulgar dados para fins de avaliação e monitoramento.

Padrões acordados e definições e classificações universalmente aceitas de diferentes formas de violência nas escolas são necessários, mas questões locais devem ser integradas a eles também. Há modelos disponíveis para essas definições e classificações, entre os quais a Classificação Internacional de Cau-

sas Externas de Lesões.<sup>223</sup> Há também diretrizes, como as Diretrizes para a Vigilância de Lesões, que podem ajudar qualquer órgão educacional - no nível nacional, municipal ou da escola - a desenvolver suas próprias definições e classificações, bem como formas e mecanismos simples de coleta, análise e divulgação de dados.<sup>224</sup>

Os instrumentos mais amplamente usados na coleta de dados globais e nacionais sobre a violência nas escolas são a LGSE (Pesquisa Global sobre a Saúde do Aluno Baseada nas Escolas),<sup>225</sup> que vem incluindo um número crescente de países em desenvolvimento, e o estudo HBSC (Estudo do Comportamento de Saúde de Crianças em Idade Escolar), que abrange a maioria dos países industrializados e alguns países em transição.<sup>226</sup> Outros instrumentos disponíveis são as Pesquisas Demográficas e de Saúde e pesquisas semelhantes periodicamente realizadas por ministérios da saúde (e outros setores) com o objetivo de determinar, por exemplo, a prevalência da infecção do HIV e comportamentos que possam contribuir para a infecção.

O monitoramento e a avaliação ajudarão a identificar intervenções mais eficazes e indicarão como elas podem ser aprimoradas. Estudos mais detalhados de formas particulares de violência e das ligações entre diferentes formas de violência, seus riscos e fatores de proteção e a eficácia dos programas de intervenção também são necessários.

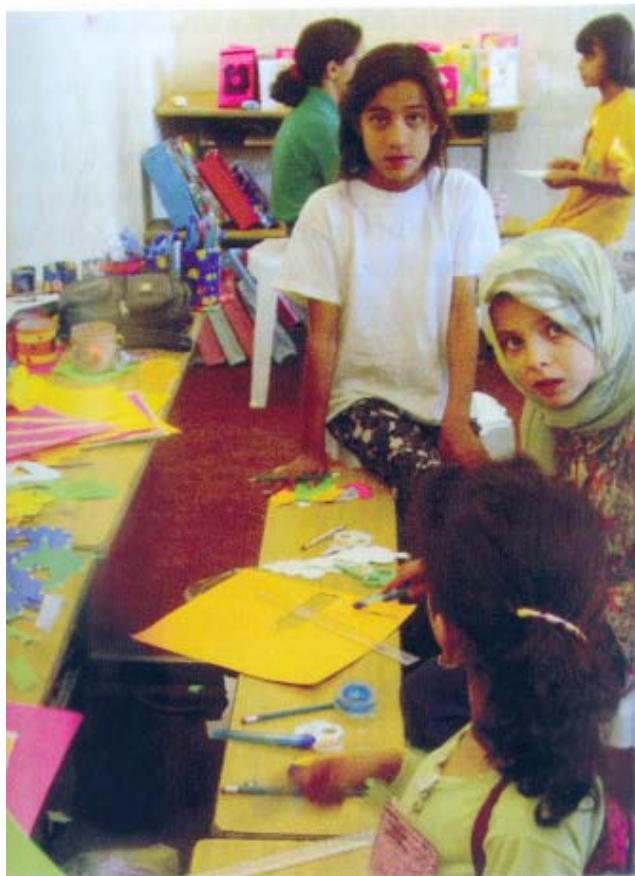
## RECOMENDAÇÕES

A educação é um agente-chave de mudança, capaz de romper o ciclo da violência não apenas contra a criança, mas também entre adultos. Ela pode incentivar a criança a desenvolver auto-respeito e respeito por outros, bem como a expressar seus sentimentos e negociar o que deseja sem recorrer à violência física ou psicológica.

As recomendações apresentadas seguir têm como objetivo apoiar governos, autoridades educacionais, diretores de escolas, professores, alunos, pais e comunidades em seus esforços para criar escolas não violentas. As recomendações são orientadas pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e informadas pelas Consultas Regionais realizadas para o Estudo, insumos de especialistas, contribuições públicas e um entendimento baseado em evidências das causas da violência e sua prevenção, inclusive seus vínculos praticamente universais com a questão do gênero. As recomendações foram concebidas para garantir que métodos, currículos, programas e serviços educacionais apoiem as normas estabelecidas pela CDC e que seu desenho e implementação sejam coerentes não apenas com a diversidade social e cultural, mas também com realidades econômicas e práticas.

### A prevenção deve ser priorizada

1. **Um acesso universal a ambientes de aprendizagem livres de violência, nos quais os direitos de todas as crianças sejam respeitados e promovidos, deve ser garantido.** Em consonância com o apelo global da iniciativa Educação para Todos,



IRAQUE, 2003, Crianças numa Casa para Jovens no bairro de Adhamiya, Bagdá.

os governos devem tomar todas as medidas necessárias para garantir que as escolas de primeiro e segundo grau sejam baseadas em direitos e ofereçam ambientes de aprendizagem seguros e saudáveis, sensíveis ao gênero, inclusivos e eficazes a meninos e meninas. A promoção da não violência dentro e fora da escola deve ser uma meta clara, com políticas e procedimentos bem divulgados para esse fim.

"Observa-se uma nova consciência da prevalência da violência contra a criança na África e de seus efeitos para os que a experimentam e para a sociedade como um todo. Precisamos traduzir essa consciência em medidas de prevenção baseadas em estratégias bem-sucedidas desenvolvidas nesta região e em outras. Protelar essa resposta é trair a confiança depositada em nós de proteger crianças vulneráveis.

Dr. Luis G. Sambo, Diretor Regional da OMS para a África

4

2. **A violência nas escolas deve ser proibida.** Os governos têm a obrigação de proibir explicitamente, por lei, a violência contra a criança e assegurar a implementação de políticas e procedimentos adequados para esse fim no nível da escola - abolindo especificamente o castigo corporal e outras formas humilhantes ou degradantes de tratamento, bullying e outros tipos de violência sexual ou baseada no gênero.
  3. **A violência nas escolas deve ser prevenida por meio de programas específicos que abordem o ambiente escolar como um todo.** Os governos devem implementar programas abrangentes de prevenção da violência em ambientes educacionais para funcionários e alunos que sejam também sensíveis às necessidades especiais de crianças vulneráveis.
  4. **Uma atenção prioritária deve ser dada a questões de gênero e seus vínculos com a violência.** Os governos devem reconhecer o impacto abrangente de estereótipos de gênero profundamente enraizados sobre a natureza da violência dentro e fora das escolas. Estudantes, funcionários e membros comunitários do gênero masculino devem ser ativamente estimulados a atuar como parceiros e aliados estratégicos e, juntamente com estudantes, funcionários e membros comunitários do gênero feminino, eles devem ter oportunidades de desenvolver uma melhor compreensão de como abolir a discriminação de gênero e suas manifestações violentas.
  5. **Uma atenção especial deve ser dedicada a grupos vulneráveis.** Os governos devem implementar estratégias específicas para garantir que as necessidades especiais de crianças vulneráveis sejam satisfeitas e, particularmente, que a discriminação seja erradicada. O pessoal das escolas deve compreender e ter a capacidade de responder sistematicamente à situação e aos riscos específicos enfrentados por grupos minoritários, crianças com necessidades especiais, crianças que não estão sendo criadas por seus pais ou afetadas pelo HIV ou crianças em processo de reintegração à comunidade escolar, como crianças refugiadas ou deslocadas e ex-soldados infantis.
  6. **Espaços físicos seguros devem ser garantidos.** Os governos devem garantir espaços físicos seguros para que meninas e meninos tenham acesso igualitário a instalações e possam participar plenamente da vida escolar. As escolas devem dispor de banheiros adequados para meninas e meninos. Todas as instalações devem ser limpas e seguras, acessíveis a meninas e meninos e livres de interferências negativas da comunidade.
- Capacidades devem ser desenvolvidas**
7. **Códigos de conduta que reflitam os princípios dos direitos da criança devem ser estabelecidos e implementados.** Códigos de conduta claros que reflitam os princípios dos direitos da criança e estejam sintonizados com a lei devem ser estabelecidos e amplamente promovidos entre todos os funcionários de escolas, alunos e suas famílias e comunidades. O governo tem a responsabi-

lidade de criar mecanismos e protocolos para garantir que as escolas disponham de adultos treinados e confiáveis, dentro delas ou independentes das mesmas, aos quais os alunos possam, de forma segura e confidencial, denunciar incidentes de violência e dos quais possam receber aconselhamento.

8. **Os diretores de escolas e professores devem adotar estratégias de ensino e aprendizagem e medidas disciplinares não violentas.** Os governos devem tomar as medidas necessárias para garantir a adoção de estratégias de ensino e aprendizagem e medidas disciplinares que não sejam baseadas no medo, na ameaça, na humilhação ou na força física. Todo o pessoal das escolas deve ser capacitado e apoiado no uso de estratégias de gestão de sala de aula não violentas e respeitadas, bem como em habilidades específicas para prevenir e responder de forma eficazmente a padrões de bullying e outras formas de violência baseadas no gênero.
9. **Os alunos devem ser ouvidos e sua participação incentivada.** Os governos e seus parceiros devem promover e apoiar ativamente o envolvimento de alunos na concepção, formulação, implementação e monitoramento de políticas e programas, inclusive proporcionando-lhes acesso a mecanismos confidenciais de queixas ou denúncias. Estruturas de gestão escolar participativas, sensíveis ao gênero e inclusivas devem ser promovidas e os alunos devem ser dotados das habilidades necessárias e de oportunidades adequadas de par-

ticipação, com especial atenção à participação de crianças vulneráveis.

### **Conhecimentos e habilidades para a promoção de uma cultura de não violência devem ser fortalecidos**

10. **O currículo deve ser revisado de modo a modelar a não violência e a equidade de gênero.** Os governos devem tomar as medidas necessárias para garantir que o currículo, os livros didáticos e os métodos pedagógicos promovam os direitos da criança, apoiem a diversidade e conhecimentos indígenas e enfatizem a tolerância, o respeito, a equidade, a não discriminação e a solução não violenta de conflitos.
11. **Uma educação em habilidades de vida que permita aos alunos desenvolver habilidades pessoais deve ser implementada.** Os governos devem garantir a promoção, nos currículos escolares, de programas de desenvolvimento de habilidades de vida baseados em direitos e em prol da não violência por meio de disciplinas como a educação para a paz, a educação para a cidadania, o combate à prática do bullying, a educação em direitos humanos e a solução e mediação de conflitos, com ênfase nos direitos da criança e em valores positivos como os da diversidade e da tolerância e no desenvolvimento da capacidade de solucionar de problemas e de habilidades eficazes de comunicação social, a fim de permitir que meninas e meninos superem preconceitos arraigados de gênero e aprendam a prevenir e lidar com a violência e o assédio, inclusive o assédio sexual.

12. **Parcerias entre a escola e a comunidade devem ser desenvolvidas e as escolas devem ser apresentadas como um recurso da comunidade.** Os governos devem reconhecer a escola como um recurso da comunidade e facilitar o desenvolvimento de laços mais estreitos entre a escola e a comunidade no combate à violência dentro e fora da escola, envolvendo alunos, os funcionários das escolas, pais e outros parceiros como a polícia, serviços de saúde, serviços sociais, grupos religiosos, grupos comunitários recreativos e grupos culturais.

#### **Sistemas de informação devem ser desenvolvidos**

13. **Os sistemas de coleta de dados sobre todas as formas de violência contra meninas e meninos devem ser fortalecidos.** Os dados coletados devem garantir que as opiniões de alunos e de alunos em potencial sejam consideradas juntamente com as de professores, pais e da comunidade maior, com um enfoque especial nas experiências de crianças vulneráveis. Os governos devem tomar as medidas necessárias para que as informações produzidas sejam desagregadas, pelo menos, por idade e gênero, e incorporadas a sistemas existentes de gestão educacional em nível local, municipal e nacional.
14. **Uma agenda nacional de pesquisas sobre violência dentro e fora das escolas deve ser desenvolvida.** Os governos devem implementar um conjunto de prioridades nacionais de pesquisa que possam suplementar os sistemas de coleta de dados (descritos acima) com pesquisas qualitativas e quantitativas detalhadas que sejam éticas e focadas na criança. Os dados devem ser desagregados, no sentido de dar visibilidade à escala e ao âmbito das experiências de meninas e meninos de diferentes idades com a violência e sua superação e às suas situações, bem como para tornar seus riscos e fatores de proteção mais evidentes.

## REFERÊNCIAS

- 1 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Reports. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 2 Wood K, Jewkes R (2001). 'Dangerous' Love: Reflections on Violence among Xhosa Township Youth. In: Morrell R (Ed). Changing Men in Southern Africa. Londres, University of Natal Press, Pietermaritzburg e Zed Press, pp 317-336.
- 3 Leach F e outros (2003). An Investigative Study of the Abuse of Girls in African Schools. Education Research Report No 54. Londres, Education Department, United Kingdom, Department for International Development
- 4 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 5 Wood K, Jewkes R (2001). 'Dangerous' Love: Reflections on Violence among Xhosa Township Youth. In: Morrell R (Ed). Changing Men in Southern Africa. Londres, University of Natal Press, Pietermaritzburg e Zed Press, pp 317-336.
- 6 Leach F e outros (2003). An Investigative Study of the Abuse of Girls in African Schools. Education Research Report No. 54, Londres, Education Department, United Kingdom Department for International Development (DFID).
- 7 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Reports. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 8 Wood K, Jewkes R (2001). 'Dangerous' Love: Reflections on Violence Among Xhosa Township Youth. In: Morrell R (Ed). Changing Men in Southern Africa. Londres, University of Natal Press, Pietermaritzburg e Zed Press, pp 317-336.
- 9 Leach F e outros (2003). An Investigative Study of the Abuse of Girls in African Schools. Education Research Report No. 54, Londres, Education Department, United Kingdom Department for International Development.
- 10 Fórum Mundial de Educação (2000). The Dakar Framework for Action. Paris, UNESCO.
- 11 Nações Unidas (2000). Declaração do Milênio das Nações Unidas. (Adotada pela 55ª Sessão da Assembléia Geral) Nova Iorque, Nações Unidas.
- 12 UNESCO (2005) Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2005. Paris, UNESCO.
- 13 Fórum Mundial de Educação (2000). The Dakar Framework for Action. Paris, UNESCO.
- 14 Nações Unidas (2000). Declaração do Milênio das Nações Unidas. (Adotada pela 55ª Sessão da Assembléia Geral.) Nova Iorque, Nações Unidas.
- 15 UNESCO (2005). Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2005. Paris, UNESCO.
- 16 Comitê dos Direitos da Criança (2001). Day of General Discussion on Violence against Children within the Family and in Schools. CRC/C/111, parágrafo 679 (b).
- 17 Comitê dos Direitos da Criança (2001). General Comment No. 1. The Aims of Education, CRC/GC/2001/1, parágrafo 8.
- 18 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8.
- 19 World Vision (2005). Strongim Pikinini, Strongim Laef B' long Famili: Enabling Children to Reach their Full Potential. Contribuição para o Estudo das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Milton Keynes, World Vision International.
- 20 Iniciativa Global para Acabar com todo Castigo Corporal contra Crianças (2006). Global Summary of the Legal Status of Corporal Punishment of Children. 28 de junho de 2006.
- 21 Lançada em 2001, a Iniciativa Global para Acabar com todo Castigo Corporal contra Crianças tem o apoio do UNICEF, da UNESCO, da ex-Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, Mary Robinson, e de muitos líderes e organizações nacionais e internacionais

- destacados envolvidos em questões de direitos, segurança, saúde e bem-estar geral da criança. Sua home page com relatórios de situação de todos os países está disponível em: [www.endcorporalpunishment.org](http://www.endcorporalpunishment.org)
- 22 Comitê dos Direitos da Criança (2006). General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8.
- 23 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: Children and Young People's Consultation in Europe and Central Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 24 Hart SN (Ed) (2005). Eliminating Corporal Punishment. Paris, UNESCO.
- 25 Relatórios Regionais sobre Castigos Corporais foram preparados para as Consultas Regionais realizadas para o Estudo pela Iniciativa Global para Acabar com todo Castigo Corporal contra Crianças. Disponível em: <http://www.endcorporalpunishment.org>.
- 26 Iniciativa Global para Acabar com todo Castigo Corporal contra Crianças (2006). Global Summary of the Legal Status of Corporal Punishment of Children. 28 de junho de 2006.
- 27 Durrant JE (2005). Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development. In: Hart SN (Ed) (2005). Eliminating Corporal Punishment. Paris, UNESCO.
- 28 EMIDA (2000). Enquête sur les violences éducatives faites aux enfants dans les familles et à l'école primaire au Cameroun. Yaoundé, EMIDA/UNICEF.
- 29 Fundação Nelson Mandela (2005). Emerging Voices: A Report on Education in South African Rural Communities. Cidade do Cabo, Nelson Mandela Foundation/HSRC Press.
- 30 Youssef RM e outros (1998). Children Experiencing Violence (II): Prevalence and Determinants of Corporal Punishment in Schools. *Child Abuse & Neglect*, 22: 975-985.
- 31 Monyooe LA (1993). Perspective Reports of Corporal Punishment by Pupils in Lesotho Schools. *Psychological Reports*, 73: 515-518.
- 32 Plan Togo (2006). Suffering to Succeed? Violence and Abuse in Schools in Togo. Lomé, Plan Togo.
- 33 L'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien (2006). La violence contre les enfants dans la région de l'océan indien. Relatório Annual do Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien. Ilhas Maurício, l'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien.
- 34 UNICEF MENARO (2005). Violence in Schools in the Middle East and North Africa - Features, Causes, Intervention and Prevention. (Dr Josi Salem-Pickertz.) Amã, UNICEF MENARO.
- 35 Anuradha D, Dreze J (1999). Public Report on Basic Education in India. New Delhi, Oxford University Press.
- 36 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 37 UNHCR (2005). Refugee and Returnee Children in Southern Africa: Perceptions and Experiences of Violence - A Qualitative Study of Refugees and Returnee Children in UNHCR Operations in Angola, South Africa and Zambia. Pretória, UNHCR.
- 38 Durrant JE (2005). Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development. In: Hart SN (Ed) (2005). Eliminating Corporal Punishment. Paris, UNESCO.
- 39 Qi CJ, Dunne MP (2006). Childhood Maltreatment Experiences of Young People in China. Prevalence and Associations with Mental Health among 3,577 Students in 6 Provinces. Pequim, All-China Women's Federation, UNICEF China Institute of Child and Adolescent Health, Peking University.
- 40 Dunne M, Leach F (2004). Institutional Sexism: Context and Texts in Botswana and Ghana. Documento apresentado na 7th Oxford International Conference on Educational Development, 9-11 de setembro de 2003.

- 41 WHO (2005). Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 42 Krug EG e outros (Eds) (2002). World Report on Violence and Health. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 43 Save the Children Alliance (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação Global da International Save the Children Alliance ao UN Secretary-General's Study on Violence against Children. Oslo, Save the Children Norway.
- 44 Heise L e outros (1994). Violence against Women: The Hidden Health Burden. Documento para Discussão do Banco Mundial No. 255. Washington, Banco Mundial.
- 45 Leach F e outros (2003). An Investigative Study of the Abuse of Girls in African Schools. Londres, Educational Papers, United Kingdom Department for International Development (DFID).
- 46 French HW (2003). Victims Say Japan Ignores Sex Crimes Committed by Teachers. Nova Iorque Times, 29 de junho de 2003.
- 47 Terefe D, Mengistu D (1997). Violence in Ethiopian Schools: A Study of Some Schools in Addis Ababa. In: Ohsako T (Ed). Violence at School: Global Issues and Interventions. Paris, UNESCO IBE.
- 48 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: West and Central Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 49 John Jay College of Criminal Justice (2004). The Nature and Scope of the Problem of Sexual Abuse of Minors by Catholic Priests and Deacons in the United States. Estudo de pesquisa realizado pelo John Jay College of Criminal Justice, Relatório para a Conferência de Bispos Católicos dos Estados Unidos. Nova Iorque, John Jay College of Criminal Justice.
- 50 Raza S (2004). Minister Resolves to Expose Sexual Abuse by Clerics. Daily Times, 9 de dezembro de 2004. Disponível em: [www.dailytimes.com.pk/default.asp?page=story\\_9-12-2004\\_pg1\\_6](http://www.dailytimes.com.pk/default.asp?page=story_9-12-2004_pg1_6).
- 51 Murphy B (2005). Sex Abuse in Islamic Schools. Frontpagemag, 21 de setembro de 2005. Disponível em: [www.frontpagemag.com/Articles/ReadArticle.asp?ID=19530](http://www.frontpagemag.com/Articles/ReadArticle.asp?ID=19530).
- 52 UNAIDS (2006). 2006 Report on the Global AIDS Epidemic. Genebra, Programa Conjunto das Nações Unidas Contra o HIV/AIDS.
- 53 Análise feita para o Estudo pela Global School- Based Student Health Survey: Organização Mundial da Saúde (<http://www.who.int/chp/gshs> or <http://www.cdc.gov/gshs>) para levantamentos realizados em 2003-5 para Botsuana, Chile (área metropolitana), China (Pequim), Guiana, Jordânia, Quênia, Líbano, Namíbia, Omã, Filipinas, Suazilândia, Uganda, Emirados Árabes Unidos, Venezuela (Lara), Zâmbia e Zimbábue (Harare).
- 54 Youri P (Ed) (1994). Female Adolescent Health and Sexuality in Kenyan Secondary Schools: A Research Report. Nairóbi, African Medical and Research Foundation.
- 55 Undie CC (2005). APHRC, Kenya: HIV and Pregnancy Prevention among Adolescents in Sub-Saharan Africa. Apresentação para o IPPF Workshop on Child Marriage, Nairóbi, 11 de outubro de 2005. Country study profiles Disponível em: <http://www.gutmacher.org>.
- 56 UNICEF (2005). Early Marriage: A Harmful Traditional Practice. UNICEF, Nova Iorque.
- 57 Erulkar AS e outros (2004). The Experience of Adolescence in Rural Amhara Region, Ethiopia. Nova Iorque, Conselho de População.
- 58 UNICEF (2004). Analyse régionale sur l'exploitation sexuelle en Afrique de l'Ouest et du Centre : évolution de la situation, progrès accomplis et obstacles à surmonter depuis le Congrès de Yokohama en 2001. Escritório Regional do UNICEF para a África Ocidental e Central.
- 59 Human Rights Watch (2001). Scared at School: Sexual Violence against Girls in South African Schools. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 60 Brown C (2003). Sexual Abuse of School Children in Ghana. Cape Coast, Gana, Centre for Development Studies, University of Cape Coast/UNICEF.

- 61 Tang CSK (2002). Childhood Experience of Sexual Abuse among Hong Kong Chinese College Students. *Child Abuse & Neglect*, 26(1): 23-37.
- 62 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 63 Kirk J, Winthrop R (2005). Addressing Abuse and Exploitation in Refugee Schools: Learning from IRC's Healing Classroom Initiative. Contribuição Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Comitê de Salvamento Internacional.
- 64 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Latin America. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 65 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Eastern and Southern Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 66 Olweus D (1984). Aggressors and Their Victims: Bullying at School. In: Frude NG, Gault H (Eds). *Disruptive Behavior in Schools*. Nova Iorque, Wiley & Sons, pp 57-76.
- 67 Smith PK, Sharp S (1994). *School Bullying: Insights and Perspectives*. Londres, Routledge.
- 68 Human Rights Watch (2001). *Scared at School: Sexual Violence against Girls in South African Schools*. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 69 Douglas N e outros (1999). Homophobic bullying in secondary schools in England and Wales - teachers' experiences. *Health Education*, 99: 53-60.
- 70 Human Rights Watch (2001). *Scared at School: Sexual Violence against Girls in South African Schools*. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 71 De Groulard M e outros (1998). Homosexual Aspects of the HIV/AIDS Epidemic in the Caribbean: A Public Health Challenge for Prevention and Control. Port of Spain, Caribbean Epidemiology Centre, Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde.
- 72 Currie C e outros (2004). Health Behaviour in School-Aged Children (HBSC) Study: International Report from the 2001/2002 Survey. *Health Policy for Children and Adolescents*, No. 4. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 73 Análise feita para o Estudo pela Global School-Based Student Health Survey: Organização Mundial da Saúde (<http://www.who.int/chp/gshs> or <http://www.cdc.gov/gshs>) para levantamentos realizados em 2003-5 para o Chile (área metropolitana), China (Pequim)Guiana, Jordânia, Quênia, Líbano, Namíbia, Omã, Filipinas, Suazilândia, Uganda, Emirados Árabes Unidos, Venezuela (Lara), Zâmbia e Zimbábue (Harare).
- 74 Creighton SJ (2004). Prevalence and Incidence of Child Abuse: International Comparisons. NSPCC Information Briefing. Londres, NSPCC Research Department.
- 75 Rigby K (1998). *Manual for the Peer Relations Questionnaire (PRQ)*. Point Lonsdale, Victoria, Austrália, The Professional Reading Guide.
- 76 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 77 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 78 Yang SJ e outros (2006). Bullying and Victimization Behaviors in Boys and Girls at South Korean Primary Schools. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 45(1): 69-77.
- 79 Relatório do International Colloquium (2005). Towards a School of Dialogue and Respect, Tunis 14-16 April 2005, UNICEF Tunisia. Disponível em: [http://www.violencestudy.org/IMG/pdf/Children\\_participation\\_to\\_the\\_International\\_Colloquium.pdf](http://www.violencestudy.org/IMG/pdf/Children_participation_to_the_International_Colloquium.pdf).
- 80 CNN (2002). 'What are Kids Saying about Violence? Survey: Emotional Abuse a Bigger Concern than Physical'. 30 de julho de 2002. Disponível em: <http://www.cnn.com/2002/HEALTH/parenting/07/30/youth.bullies>.

- 81 Geiger B, Fischer M (2006). Will Words Ever Harm Me? Escalation from Verbal to Physical Abuse in Sixthgrade Classrooms. *Journal of Interpersonal Violence*. 21(3): 337-57.
- 82 Ybarra ML e outros (2004). Online Aggressor/Targets, Aggressors, and Targets: A Comparison of Associated Youth Characteristics. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45(7): 1308-1316.
- 83 ECPAT (2005). Violence against Children in Cyberspace. Contribuição para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Bangkok, ECPAT International.
- 84 Li Qing (2005). Cyber-bullying in Schools: The Nature and Extent of Adolescents' Experience. Documento apresentado à Conferência da American Education Research Association (AERA) em Montreal, Quebec, Canadá, abril de 2005.
- 85 Greene M (2005). Reducing Violence and Aggression in Schools. *Trauma, Violence and Abuse*, 6(3): 236-253.
- 86 Hawkins D e outros (2001). Naturalistic Observations of Peer Interventions in Bullying. *Social Development*, 10: 512-527.
- 87 Currie C e outros (2004). Health Behaviour in School-Aged Children (HBSC) Study: International Report from the 2001/2002 Survey. *Health Policy for Children and Adolescents*, No 4. Genebra, Organização Mundial da Saúde
- 88 Análise feita para o Estudo pelo Global School-Based Student Health Survey: Organização Mundial da Saúde (<http://www.who.int/chp/gshs> or <http://www.cdc.gov/gshs>) para levantamentos realizados em 2003-5 para Botswana, Chile (área metropolitana), China (Pequim), Guiana, Jordânia, Quênia, Líbano, Namíbia, Omã, Filipinas, Suazilândia, EAU, Venezuela (Lara), Zâmbia e Zimbábue (Harare).
- 89 UNICEF (2003). Finding Our Voices, Gender and Sexual Identities and HIV/AIDS in Education. Nairobi, UNICEF Eastern and Southern Africa Regional Office.
- 90 Chege F (2006). Memories of Childhood Violence: Life Cycle Reflections of African Student Teachers. Contribuição para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Escritório Regional do UNICEF para a África Oriental e Sul da África.
- 91 Soyibo K, Lee MG (2000). Domestic and School Violence Among High School Students in Jamaica West Indian Medical Journal, 49(3): 232-236. Citado em: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: the Caribbean. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- 92 Chevannes P (2004). Preliminary Study on Violence in Caribbean Schools. Change from Within Project, University of the West Indies for the UNESCO Office for the Caribbean. Citado em: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: the Caribbean. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 93 Departamento de Serviços de Saúde Humana /CDC (2004). Youth Risk Behaviour Surveillance - Estados Unidos, 2003. *Morbidity & Mortality Weekly Report*, 53(SS-2): 1-29.
- 94 Webster DW e outros (1993). Weapon Carrying among Inner-city Junior High School Students: Defensive Behavior Versus Aggressive Delinquency. *American Journal of Public Health*, 83: 1604-1608.
- 95 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 96 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Violence in School. Regional Desk Review: Europe and Central Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 97 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: the Caribbean. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 98 Chevannes P (2004). Preliminary Study on Violence in Caribbean Schools. Change from Within Project, University of the West Indies for the UNESCO Office for the Caribbean. Citado em: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a

- Criança (2005). Regional Desk Review: the Caribbean. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>
- 99 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: Latin America. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 100 OMS/UNESCO/Education International (1998). WHO Information Series on School Health - Document 3. Violence Prevention: An Important Element of a Health Promoting School. Genebra, Organização Mundial da Saúde. Disponível em: [http://www.who.int/school\\_youth\\_health/resources/en/](http://www.who.int/school_youth_health/resources/en/)
- 101 Durrant JE (2005). Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development. In: Hart SN (Ed) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 102 Csorba J e outros (2001). Family- and School-related Stresses in Depressed Hungarian Children. *European Psychiatry*, 16: 18-26. Citado em: Durrant JE (2005). *Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development*. In: Hart SN (Ed) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 103 Sharp S e outros (2000). How Long Before It Hurts? An Investigation into Long-term Bullying. *School Psychology International*, 21: 37-46.
- 104 Rigby K (2003). Consequences of Bullying in School. *Canadian Journal of Psychiatry*, 48(9): 583-590.
- 105 Due P e outros (2005). Bullying and Symptoms among School-aged Children: International Comparative Cross-sectional Study in 28 Countries. *The European Journal of Public Health*, 15(2): 128-132.
- 106 Currie C e outros (2004). Health Behaviour in School-Aged Children (HBSC) Study: International Report from the 2001/2002 Survey. *Health Policy for Children and Adolescents*, No. 4. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 107 EMIDA (2000). Enquête sur les violences éducatives faites aux enfants dans les familles et à l' école primaire au Cameroun. Yaoundé, EMIDA/UNICEF.
- 108 Lopez NL e outros (2001). Parental Disciplinary History, Current Levels of Empathy and Moral Reasonings in Young Adults. *North American Journal of Psychology*, 3: 193-204. Citado em: Durrant JE (2005). *Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development*. In: Hart SN (Ed.) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 109 Durrant JE (2005). Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development. In: Hart SN (Ed.) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 110 Gershoff ET (2002). Corporal Punishment by Parents and Associated Child Behaviours and Experiences: A Meta-analytic and Theoretical Review. *Psychological Bulletin*, 128: 539-79.
- 111 Farrington DP (1993). Understanding and Preventing Bullying. In: Tonny M, Morris N (Eds). *Crime and Justice*, Vol. 17. Chicago, University of Chicago Press.
- 112 Alexander LC e outros (2004). Bullying: Health, Well-being and Risk Behaviours. HBSC Briefing Paper No. 10. Child & Adolescent Health Research Unit, The University of Edinburgh.
- 113 Aliança Internacional Save the Children (2005). *Voices of Girls and Boys to End Violence against Children in South and Central Asia*. Contribuição para Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Katmandu, Programa Regional da Save the Children Suécia para a Ásia do Sul e Central.
- 114 Olweus D (1978). *Aggression in Schools. Bullies and Whipping Boys*. Washington, DC, Hemisphere Press (Wiley).
- 115 Dake J A e outros (2003). The Nature and Extent of Bullying at School. *Journal of School Health*, 73(5): 173-80.
- 116 Baker DP, LeTendre GK (2005). *National Differences, Global Similarities: World Culture and the Future of Schooling*. Stanford, Stanford University Press.
- 117 Akiba M (2002). Student Victimization: National and School System Effects on School Violence in 37 Nations *American Educational Research Journal*, 39(4): 829-853.

- 118 Aliança Internacional Save the Children (2004). Mapping Save the Children's Response to Violence against Children in South Asia Region. Kathmandu, Save the Children Suécia. Citado em: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- 119 Aliança Internacional Save the Children (2005). Ending Physical and Humiliating Punishment of Children - Making it Happen. Apresentação para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Stockholm, Save the Children Suécia.
- 120 Jewkes R e outros (2001). Relationship Dynamics and Teenage Pregnancy in South Africa. *Social Science and Medicine*, 52: 733-744.
- 121 Wingood GM e outros (2001). Dating Violence and the Sexual Health of Black Adolescent Females. *Pediatrics*, 107(5): Art. No. e72.
- 122 García -Moreno C, Watts CH (2000). Violence against Women: its Importance for HIV/AIDS Prevention. *AIDS*, 14(Suppl. 3): S253 - S265.
- 123 Human Rights Watch (2001). Scared at School: Sexual Violence against Girls in South African Schools, Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 124 Chan LS e outros (2005). Preventing Violence and Related Health-risking Social Behaviours in Adolescents. Evidence Report/ Technology Assessment No. 107, Agency for Healthcare Research and Quality.
- 125 Baldry AC, Farrington DP (2000). Bullies and Delinquents: Personal Characteristics and Parental Styles. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 10(1): 17-31.
- 126 Instituto Search (2005). 40 Developmental Assets. Disponível em: <http://www.search-institute.org/assets/>.
- 127 Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos (2001). Youth Violence: A Report of the Surgeon General. Rockville, MD, Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, Centro de Controle e Prevenção de Doenças, Centro Nacional para Prevenção e Controle de Lesões, Administração dos Serviços de Abuso de Substâncias e da Saúde Mental, Centro para Serviços de Saúde Mental e Institutos Nacionais de Saúde, Instituto Nacional de Saúde Mental.
- 128 Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos (2001). Youth Violence: A Report of the Surgeon General. Rockville, MD, Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, Centro de Controle e Prevenção de Doenças, Centro Nacional para Prevenção e Controle de Lesões, Administração dos Serviços de Abuso de Substâncias e da Saúde Mental, Centro para Serviços de Saúde Mental e Institutos Nacionais de Saúde, Instituto Nacional de Saúde Mental.
- 129 Maugin E, Loeber R (1996). Academic Performance and Delinquency. In: Tonry M (Ed). *Crime and Justice: A Review of Research*, 20: 145-264. Chicago, University of Chicago Press.
- 130 Finkelhor D e outros (2006). Re-victimization Patterns in a National Longitudinal Sample of Children and Youth. Durham, Crimes against Children Research Center, University of New Hampshire.
- 131 Stewart D e outros (2006). How Can We Build Resilience in Primary School Aged Children? *Asia-Pacific Journal of Public Health*, 16 (Suppl.): S37-S41. Queensland, Asia Pacific Consortium for Public Health.
- 132 Alexander LC e outros (2004). Bullying: Health, Well-being and Risk Behaviours. HBSC Briefing Paper No. 10. Edinburgh, Child & Adolescent Health Research Unit, Universidade de Edimburgo.
- 133 OMS (2006). Preventing Child Maltreatment: A Guide to Taking Action and Generating Evidence. Geneva, OMS/ISPCAN.
- 134 Bond L e outros (2004). The Gatehouse Project: Can a Multi-level School Intervention Affect Emotional Well-being and Health Risk Behaviours? *Journal of Epidemiology and Community Health*, 58: 997-1000.
- 135 Stewart D e outros (2006). How Can We Build Resilience in Primary School Aged Children? *Asia-Pacific Journal of Public Health*, 16 (Suppl.): S37-S41. Queensland, Asia-Pacific Consortium for Public Health.

- 136 Smith HE, Akinslure-Smith AM (2004). A Global Perspective on Youth Outreach. In: Clauss-Ehlers CS, Weist MD (Eds). *Community Planning to Foster Resilience in Children*. Nova Iorque, Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- 137 Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos (2001). *Youth Violence: A Report of the Surgeon General*. Rockville, MD, , Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, Centro de Controle e Prevenção de Doenças, Centro Nacional para Prevenção e Controle de Lesões, Administração dos Serviços de Abuso de Substâncias e da Saúde Mental, Centro para Serviços de Saúde Mental e Institutos Nacionais de Saúde, Instituto Nacional de Saúde Mental.
- 138 Instituto Search (2005). 40 Developmental Assets. Accessed online August 2006. Disponível em: <http://www.search-institute.org/assets/>.
- 139 Greene M (2005). Reducing Violence and Aggression in Schools. *Trauma, Violence and Abuse*, 6(3): 236-253.
- 140 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Middle East and North Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 141 Dunne M e outros (2005). *Gendered School Experiences: The Impact on Retention and Achievement in Botswana and Ghana*. Londres, United Kingdom Department for International Development (DFID).
- 142 UNICEF MENARO (2005). *Violence in Schools in the Middle East and North Africa - Features, Causes, Intervention and Prevention*. (Dr Josi Salem-Pickertz.) Amã, UNICEF MENARO.
- 143 Todas as respostas estão disponíveis em: <http://www.ohchr.org/english/bodies/crc/study.htm>. Até 20 de setembro de 2006, 135 Estados Membros e um Observador haviam apresentado respostas.
- 144 Durrant JE (2005). *Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development*. In: Hart SN (Ed.) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 145 UNICEF (2005). *Memories of Childhood Violence*. Relatório não publicado. UNICEF, Eastern and Southern Africa Regional Office.
- 146 Limber S, Cedillo S (2003). Responding to Bullying. *Intervention in School and Clinic*, 38 (4):236-242.
- 147 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 148 UNICEF (sem data). *Children with Disabilities: Towards Inclusive Education in South Asia*. (Relatório consolidado não publicado) Kathmandu, UNICEF Regional Office for South Asia.
- 149 UNICEF MENARO (2005). *Violence in Schools in the Middle East and North Africa - Features, Causes, Intervention and Prevention*. (Dr Josi Salem-Pickertz.) Amã, UNICEF MENARO.
- 150 Rigby K (2003). *Addressing Bullying in Schools: Theory and Practice*. In: *Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*, No. 259. Austrália, Australian Institute of Criminology.
- 151 Site do governo de Botsuana (2003). Daily News Online. Disponível em: <http://www.gov.bw/cgi-bin/news.cgi?d=20030916>.
- 152 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Latin America. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 153 Grupo-Tarefa Intergência da UNAIDS (IATT) para Educação (2006). *Quality Education and HIV & AIDS*. Disponível em: [www.unesco.org/aids/iatt](http://www.unesco.org/aids/iatt).
- 154 Monasch R, Boerma JT (2004). *Orphanhood and Childcare Patterns in Sub-Saharan Africa: An Analysis of National Surveys from 40 Countries*. AIDS, 18 (Supl. 2): S55-S65.
- 155 Human Rights Watch (2004). *Letting Them Fail: Government Neglect and the Right to Education for Children Affected by AIDS*. Nova Iorque, Human Rights Watch.

- 156 Boler T, Jellema A (2005). *Deadly Inertia: A Crosscountry Study of Educational Responses to HIV. Campanha Global pela Educação, ActionAid International com apoio da CIDA, IIEP, UNESCO et al.*
- 157 World Education (2001). *Menarche and Its Implications for Educational Policy in Peru. Girls' and Women's Education Policy Research Activity (GWE-PRA) Informação sobre políticas.* Disponível em: [http://www.worlded.org/docs/Policy\\_brief.pdf](http://www.worlded.org/docs/Policy_brief.pdf).
- 158 Bruns B e outros (2003). *Achieving Universal Primary Education by 2015: A Chance for Every Child* Washington DC, Banco Mundial.
- 159 UNICEF (2004). *The State of the World's Children.* New York, UNICEF.
- 160 Human Rights Watch (2001). *Scared at School: Sexual Violence against Girls in South African Schools.* Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 161 Shepard B (2000). *Youth Programmes in the SADC Countries: Sexual and Reproductive Health and Rights.* Documento apresentado na 1ª Conferência de Jovens da Região da Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África, 13-16 de junho de 2000, Maputo, Moçambique.
- 162 UNESCO (2005). *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2005.* Paris, UNESCO.
- 163 UNESCO (2005). *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2005.* Paris, UNESCO.
- 164 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). *Regional Consultation Outcome Reports.* Disponível em: <http://www.violenciestudy.org/r27>.
- 165 Centro Nacional para Promoção da Saúde Mental e Prevenção da Violência (2004). *Prevention Brief.* Newton, MA, Centro Nacional para Promoção da Saúde Mental e Prevenção da Violência.
- 166 Adaptado de UNICEF, UNESCO e Save the Children (2002). *Quality Education for All: From a Girl's Point of View.* Nova Iorque, UNICEF; and UNESCO (2004). *Inclusive, Learner-Friendly Environment Toolkit.* Bangkok, UNESCO.
- 167 Grupo-Tarefa Interação da UNAIDS (IATT) para Educação (2006). *Quality Education and HIV & AIDS.* Disponível em: [www.unesco.org/aids/iatt](http://www.unesco.org/aids/iatt).
- 168 Kirk J, Garrow S (2003). *Girls in Policy: Challenges for the Education Sector.* Agenda No. 56. Durban, Girls' Education Movement.
- 169 Relatórios de país da Iniciativa Global para Abolir Qualquer Tipo de Punição Corporal contra Crianças. Disponíveis em <http://www.endcorporalpunishment.org/index.html>
- 170 Comitê dos Direitos da Criança (2006). *General Comment No. 8. The Right of the Child to Protection from Corporal Punishment and Other Cruel or Degrading Forms of Punishment (artigos 19, 28(2) e 37, inter alia), CRC/C/GC/8.*
- 171 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: Eastern and Southern Africa.* Disponível em: <http://www.violenciestudy.org/r27>.
- 172 Jewkes R (2000). *The HIV/AIDS Emergency: Department of Education Guidelines for Educators.* Pretória, Department of Education.
- 173 Todas as respostas estão disponíveis em: <http://www.ohchr.org/english/bodies/crc/study.htm>. Até 20 de setembro de 2006, 135 Estados Membros e um Observador haviam apresentado respostas.
- 174 Todas as respostas estão disponíveis em: <http://www.ohchr.org/english/bodies/crc/study.htm>. Até 20 de setembro de 2006, 135 Estados Membros e um Observador haviam apresentado respostas.
- 175 UNESCO (1996). *Examples of School-based Programs Involving Peaceful Conflict Resolution and Mediation Oriented to Overcome Community Violence.* Nova Iorque, Ying Ying Lim and Morton Deutsch, International Center for Cooperation and Conflict Resolution, Teachers College, Columbia University.
- 176 Wilson SJ, Lipsey MW (2005). *The Effectiveness of School-Based Violence Prevention Programs for Reducing Disruptive and Aggressive Behavior.* Nashville, Center for Evaluation Research and Methodology, Institute for Public Policy Studies, Vanderbilt University.

- 177 Greene M (2005). Reducing Violence and Aggression in Schools. *Trauma, Violence and Abuse*, 6(3): 236-253.
- 178 Grupo-Tarefa Interação da UNAIDS (IATT) para Educação (2006). *Quality Education and HIV & AIDS*. Disponível em: [www.unesco.org/aids/iatt](http://www.unesco.org/aids/iatt).
- 179 Greene M (2005). Reducing Violence and Aggression in Schools. *Trauma, Violence and Abuse*, 6(3): 236-253.
- 180 Dunne M e outros (2005). *Gendered School Experiences: The Impact on Retention and Achievement in Botswana and Ghana*. Londres, United Kingdom Department for International Development (DFID).
- 181 Moser C, van Bronkhorst B (1999). *Youth Violence in Latin America and the Caribbean: Costs, Causes, and Interventions*. LCR Sustainable Development Working Paper No. 3, Urban Peace Program Series. Washington DC, Banco Mundial.
- 182 Galloway D, Roland E (2004). *Is the Direct Approach to Bullying Always the Best?* In: Smith PK e outros (Eds). *Bullying in Schools: How Successful Can Interventions Be?* Cambridge, Cambridge University Press, pp 37-54.
- 183 UNESCO (2004). *Making the Case for Violence Prevention Through Schools. FRESH Tools for Effective School Health*, 1st Edition. Genebra, UNESCO.
- 184 Todas as respostas estão disponíveis em: <http://www.ohchr.org/english/bodies/crc/study.htm>. Até 20 de setembro de 2006, 135 Estados Membros e um Observador haviam apresentado respostas.
- 185 Maruši ć I e outros (2005). *Evaluation of the Programme "For Safe and Enabling Environment in Schools - Campaign for Prevention and Combatting Violence in Schools"*. Zagreb, Institute for Social Research in Zagreb and Centre for Educational Research and Development.
- 186 Aliança Internacional Save the Children (2005). *10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys*. Apresentação Global da Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 187 Gittins C (2006) *Violence Reduction in Schools - How to Make a Difference. A Handbook*. Strasbourg, Conselho da Europa.
- 188 Boyle S (2002). *Reaching the Poor: The 'Costs' of Sending Children to School*. Londres, United Kingdom Department for International Development (DFID).
- 189 Cow M (2001). *A World Safe for Children - Ending Abuse, Violence and Exploitation*. Milton Keynes, World Vision International.
- 190 Save the Children (2005). *Children's Actions to End Violence against Girls and Boys*. Contribuição para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Save the Children Suécia.
- 191 Greene M (2005). Reducing Violence and Aggression in Schools. *Trauma, Violence and Abuse*, 6(3): 236-253.
- 192 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Reviews*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 193 Seshadri SP (2005). *Children and Violence: Participatory Rapid Assessment Tool*. Bangalore, Kolkata e Lucknow, UNICEF Índia.
- 194 Aliança Save the Children (2005). *10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys*. Contribuição global da Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 195 Chigunta F (2005). *Report on the Evaluation of the Child Rights Clubs Project in Zambia*. Lusaca, Save the Sweden e UNICEF. Disponível em: [http://www.unicef.org/evaldatabase/index\\_31123.html](http://www.unicef.org/evaldatabase/index_31123.html).
- 196 Informações da Coalizão Safe Schools de Washington. disponíveis em: <http://www.safeschoolscoalition.org/>.
- 197 L'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien (2006). *La violence contre les enfants dans la région de l'océan indien*. Relatório Anual do

- Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien. Ilhas Maurício, l'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien.
- 198 UNICEF (2005). *Combatting Violence: Education for Peace - For Me, You and the Entire World*, Background Note. México, UNICEF México.
- 199 Save the Children (2005). *Voices of Girls and Boys to End Violence against Children in South and Central Asia*. Contribuição para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Katmandu, Programa Regional da Save the Children para a Ásia do Sul e Central.
- 200 UNICEF (2006). *Stigma of AIDS Leads to Killing of an Orphaned Kenyan Boy*, 21 de abril de 2006. UNICEF. Disponível em: [http://www.unicef.org/uniteforchildren/makeadifference/makediff\\_33564.htm](http://www.unicef.org/uniteforchildren/makeadifference/makediff_33564.htm).
- 201 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: North America*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 202 Ierley A, Claassen-Wilson D (2003). *Making Things Right. Restorative Justice for School Communities*. In: TS Jones, R Compton (Eds). *Kids Working It Out*. San Francisco, Jossey-Bass, pp 199-219. Citado em: *United Nations Secretary-Generals's Study on Violence against Children (2005). Regional Desk Review: North America*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 203 Adaptado de Hart SN (Ed) (2005). *Eliminating Corporal Punishment*. Paris, UNESCO.
- 204 Olweus D (1993). *Bullying at School: What We Know and What We Can Do*. Oxford, Blackwell.
- 205 SAMHSA Model Program (sem data). *The Olweus Bullying Prevention Program. FactSheet - SAMHSA Model Program*. US Department of Health and Human Services. Disponível em: <http://www.clemson.edu/olweus/>.
- 206 Green M (2006). *Bullying in Schools: A Plea for a Measure of Human Rights*. *Journal of Social Issues*, 62(1): 63-79.
- 207 Green M (2006). *Bullying in Schools: A Plea for a Measure of Human Rights*. *Journal of Social Issues*, 62(1): 63-79.
- 208 Smith P e outros (Eds) (2004). *Bullying in Schools: How Successful Can Interventions Be?* Cambridge, Cambridge University Press.
- 209 Welbourn A (1995). *Stepping Stones: A Training Package in HIV/AIDS, Communication and Relationship Skills*. Londres, ActionAid.
- 210 DevTech Systems Inc. (2004). *The Safe Schools Program Ethiopia Assessment Report*. Washington, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.
- 211 OMS, UNICEF, Banco Mundial, UNESCO e FNUP (2003). *Skills for Health. WHO's Information Series on School Health Document No. 9*. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 212 L'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien (2006). *La violence contre les enfants dans la région de l'océan indien*. Relatório Anual do Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien. Ilhas Maurício, l'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien.
- 213 Campbell C, MacPhail C (2002). *Peer Education, Gender and the Development of Critical Consciousness: Participatory HIV Prevention by South African Youth*. *Social Science and Medicine*, 55: 331-345.
- 214 Tomasevski K (2004). *Manual on Rights-based Education: global human rights requirements made simple*. Bangkok, UNESCO.
- 215 Grossman DC e outros (1997). *Effectiveness of a Violence Prevention Curriculum Among Children in Elementary School*. *Journal of the American Medical Association*, 277: 1605-1611.
- 216 OMS, UNICEF, Banco Mundial, UNESCO e FNUP (2003). *Skills for Health. WHO Information Series on School Health, Document No. 9*. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 217 Aliança Save the Children (2005). *10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of*

- Girls and Boys. Contribuição global da Aliança Internacional Save the Children para Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 218 Prosser J (2002). Visual Studies and School Playgrounds. Conferência Anual da Associação Internacional de Sociologia Visual. Santorini, Grécia, julho 14-17.
- 219 Leach F, Machakanja P (2000). Preliminary Investigation of the Abuse of Girls in Zimbabwean Junior Secondary Schools. Londres, Education Report, Serial No. 39 United Kingdom Department for International Development (DFID).
- 220 Leach F e outros (2003). An Investigative Study of the Abuse of Girls in African Schools, Educational Papers. Londres, United Kingdom Department for International Development (DFID).
- 221 Kent A (2004). Living on the Edge: Examining Space and Sexualities within a Township High School in Greater Durban. *Transformation*, 54: 59-75. 222 Black M, Talbot R (2005). Water: A Matter of Life and Health. Oxford University Press/UNICEF India.
- 223 WHO (2004). International Classification of External Causes of Injury, Versão 1.2. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 224 CDC/WHO (2001). Injury Surveillance Guidelines. Atlanta e Genebra, Centro para o Controle e Prevenção de Doenças e Organização Mundial da Saúde.
- 225 Análise feita para o Estudo pela Global School-Based Student Health Survey: Organização Mundial da Saúde (<http://www.who.int/chp/gshs> or <http://www.cdc.gov/gshs>) para levantamentos realizados em 2003-5 para Botswana, Chile (área metropolitana), China (Pequim), Guiana, Jordânia, Quênia, Líbano, Namíbia, Omã, Filipinas, Suazilândia, Uganda, Emirados Árabes Unidos, Venezuela (Lara), Zâmbia e Zimbábue (Harare).
- 226 Currie C e outros (2004). Health Behaviour in School-Aged Children (HBSC) Study: International Report from the 2001/2002 Survey. Health Policy for Children and Adolescents, No 4. Genebra, Organização Mundial da Saúde.

## CITAÇÕES

- I Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Latin America, p 16. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- II Aliança Internacional Save the Children (2005). Voices of Girls and Boys to end Violence against Children in South and Central Asia. Preparatório do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. Katmandu, Programa Regional da Save the Children Suécia para a Ásia do Sul e Central, pág. 22.
- III L'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien (2006). La violence contre les enfants dans la région de l'océan indien. Relatório Anual do Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien. Ilhas Maurício, l'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien, p 34.
- IV Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: Europe and Central Asia, p 30. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- V Fórum da África sobre Políticas para Crianças (Africa Child Policy Fórum) (2006). The African Declaration on Violence against Girls. Second International Policy conference on the African Child. Adis Abeba, 11 e 12 de maio de 2006, pág. 1.
- VI Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America, p 30. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- VII Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: Eastern and Southern Africa, p 18. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- VIII Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America, p 26. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).

- IX Human Rights Watch (2001). Scared at School: Sexual Violence Against Girls in South African Schools. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- X VII Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Latin America, p 28. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- XI VII Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia, p 59. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- XII Human Rights Watch (2004). Letting Them Fail: Government Neglect and the Right to Education for Children Affected by AIDS. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- XIII Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia, p 33. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- XIV L'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien (2006). La violence contre les enfants dans la région de l'océan indien. Relatório Anual do l'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien. Ilhas Maurício, l'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien, p 35.
- XV Equipe-Tarefa Intergência da UNAIDS (IATT) para Educação (2006). Quality Education and HIV & AIDS. Disponível em: [www.unesco.org/aids/iatt](http://www.unesco.org/aids/iatt).
- XVI Naker D (2005). Violence against children, the voices of Ugandan Children and Adults. Raising Voices and Save the Children Uganda, pág. 35.





*Iraque, 1999, Mahmoud sentado no dormitório do Centro de Reabilitação para Crianças de Rua Al-Rahma, seção de Bagdad.*

## A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA EM INSTITUIÇÕES DE PROTEÇÃO E DE JUSTIÇA JUVENIL

---

<b>Introdução</b>	<b>187</b>
<b>Instrumentos de direitos humanos</b>	<b>189</b>
<b>Histórico e contexto</b>	<b>190</b>
A ascensão das instituições	190
<b>Restrições ao atendimento institucional</b>	<b>192</b>
<b>Fatores que contribuem para a violência nas instituições</b>	<b>193</b>
Baixa prioridade	193
Recrutamento inadequado de pessoal	193
Ausência de Monitoramento e Supervisão	194
Combinação de vários níveis de vulnerabilidade	195
<b>Crianças que recebem proteção institucional</b>	<b>195</b>
<b>Natureza e extensão do problema</b>	<b>196</b>
Institucionalização no Leste Europeu e nos países da antiga União Soviética	197
Minorias étnicas como alvo	197
<b>Por que crianças são encaminhadas para atendimento residencial?</b>	<b>197</b>
Padrões da institucionalização	199
<b>Fontes de violência nas instituições de atendimento</b>	<b>200</b>
Violência praticada pelos funcionários	200
Violência a pretexto de tratamento	201
Ausência de proteção como forma de violência	202
Violência praticada por outras crianças	202
<b>Impacto da institucionalização sobre a saúde e o desenvolvimento da criança</b>	<b>203</b>

---

---

<b>Crianças sob custódia e internadas</b>	<b>204</b>
Natureza e extensão do problema	204
Contexto histórico	206
Crianças em conflito com a lei	207
Por que crianças entram em conflito com a lei	207
Internação em substituição ao atendimento	209
Origens da violência na internação e custódia policial	211
Violência praticada pelos funcionários em casas de internação	211
Violência praticada sob custódia da polícia e das forças de segurança	211
Violência sob a forma de medidas (sentence)	212
Violência praticada por detentos adultos	213
Violência praticada por outras crianças	214
Autolesão	214
<b>Outras crianças sob custódia do Estado</b>	<b>216</b>
Refugiados, solicitantes de asilo e migrantes	216
Crianças desacompanhadas	216
Instalações que se assemelham a prisões	217
Detenção de crianças migrantes	217
Crianças em exércitos em tempos de paz	218
<b>Respostas à violência contra a criança em instituições assistenciais e correccionais</b>	<b>219</b>
Ação legislativa	219
Políticas para evitar a institucionalização	220

---

---

O princípio do "último recurso"	221
Priorização das alternativas	221
Alternativas à assistência institucional	223
Apoio às famílias destituídas e em risco	223
Apoio para famílias de crianças portadoras de deficiência	224
Apoio direto aos órfãos e crianças vulneráveis	225
Acolhimento de diferentes necessidades e preferências	225
Alternativas à internação em instituições	225
Programas de redirecionamento baseados na comunidade	227
Proteção contra a violência dentro das instituições	228
Seleção, treinamento e remuneração de pessoal	228
Conformidade com padrões internacionais	228
Monitoramento e investigação	229
Mecanismos de queixas	229
Mecanismos de reparação e resposta	229
Desinstitucionalização de crianças que já se encontram sob atendimento	230
Educação do público: passando a mensagem	232
Quando os recursos são escassos	232
<b>Recomendações</b>	<b>233</b>
Para todos os ambientes de proteção e de justiça juvenil	233
Para os sistemas de proteção e de assistência social	235
Para os sistemas de justiça	236
<b>Referências</b>	<b>237</b>

---



"Às vezes um dia na prisão parecia um ano. Mas depois de dez dias você se acostuma e não chora tanto."

Menino detento, Oriente Médio, 2003 I

5

## INTRODUÇÃO

Por longos períodos, milhões de meninas e meninos ao redor do mundo crescem não em suas famílias ou em famílias alternativas, mas sob o controle e a supervisão de autoridades assistenciais ou de sistemas de justiça. As instituições em que vivem têm muitos nomes, que incluem orfanato, lar para crianças, casa assistencial prisão, casa de detenção juvenil, reformatório, etc. Elas podem ser abertas ou fechadas (ou seja, em que crianças são trancadas) e podem ser administradas pelo governo, por empresas privadas, por indivíduos ou por organizações não-governamentais e religiosas. Muitas são operações em grande escala, e as crianças que lá entram podem viver longos períodos de suas vidas dentro delas. Seja qual for o nome, essas instituições determinam o cotidiano, o desenvolvimento pessoal e as oportunidades futuras de um grande número de crianças.

Embora essas instituições sejam fundadas para cuidar, orientar, apoiar e proteger a criança, os meninos e meninas que vivem nelas podem estar sujeitas a um maior risco de violência se comparados às crianças cujo cuidado e proteção são prestados por pais e professores, em casa ou na escola. Relatórios de vários países, em todas as regiões do mundo, mostram que crianças institucionalizadas estão muitas vezes sujeitas à violência praticada pelos funcionários e autoridades responsáveis pelo seu bem-estar. Essa violência pode incluir a tortura, surras, isolamento, reclusão, estupro, assédio e humilhação. Além disso, a estigmatização, o isolamento e muitas vezes a dessocialização que resultam dos efeitos da institucionalização faz com que meninos e

meninas corram risco muito maior de exposição a mais violência e, em alguns casos, de se tornarem seus perpetradores.

Crianças são institucionalizadas por várias razões. Algumas são colocadas em orfanatos (e também em acomodações que remetem a um lar, como lares de adoção ou sob os cuidados de parentes ou amigos próximos) porque perderam seus pais e não têm outros parentes a quem recorrer - um problema que está aumentando devido à AIDS, principalmente na África Subsaariana. Outras estão em instituições devido a deficiências físicas ou mentais, distúrbios psiquiátricos ou outras doenças sérias. Muitas foram entregues por pais que, sem dinheiro ou serviço de apoio para enfrentar a deficiência de seus filhos, consideraram não ter alternativa. Como resultado disso, muitas crianças portadoras de deficiência são institucionalizadas em hospitais. Algumas fugiram ou foram retiradas pelas autoridades de lares violentos e abusivos.

A maioria das crianças sob custódia da polícia ou detidas por infrações reais ou percebidos não deveriam estar lá. Em muitos países, esse grupo normalmente inclui crianças que simplesmente precisam de cuidados e proteção, mas que foram encerradas em centros correcionais sob a acusação de praticas como a vadiagem, sendo assim criminalizadas por nada mais que a pobreza e a ausência de um lar. A grande maioria das crianças detidas são acusadas de cometer pequenas infrações e são primárias. Poucas cometeram infrações violentas.<sup>1</sup> O guarda-chuva da "institucionalização" também inclui crianças migrantes e refugiadas, inclusive as que requerem asilo e são encerradas em centros de internação en-

quanto seus casos são julgados. Incluem-se aí crianças sob custódia do Estado na condição de membros de exércitos em tempos de paz.

Maus tratos - e negligência absoluta - não surgem apenas da superpopulação típica, condições esqualidas e ausência de recursos para investimento no atendimento dessas meninas e meninos. Tão importante quanto essas condições é a existência freqüente de um profundo grau de discriminação contra crianças que acabam sendo institucionalizadas. A falta de preocupação do público com a brutalidade dispensada às crianças em instituições correcionais pode refletir a rejeição da sociedade em relação às crianças que não se encaixam no comportamento social convencional. Essa estigmatização também pode ser expressa nas atitudes e no comportamento abusivo de funcionários mal treinados.

O estigma também contribui para a violência contra a criança portadora de deficiência. Pesquisas têm demonstrado que essas crianças freqüentemente correm maior risco de sofrer violência por parte dos funcionários das instituições do que outros meninos e meninas.<sup>2</sup>

A violência sofrida pelas crianças em instituições pode ser exacerbada quando elas se encontram alojadas com adultos ou outras crianças, o que pode levar à vitimização física e sexual por parte de crianças mais velhas e detentos adultos. O impacto da institucionalização vai além da exposição imediata da criança à violência: os efeitos de longo prazo podem incluir graves atrasos no desenvolvimento, deficiência, danos psicológicos irreversíveis e altas taxas de suicídio e atividade criminal. Um estudo realizado realiza-

do nos Estados Unidos concluiu que crianças que tinham sido internadas pelo sistema de justiça juvenil estavam sujeitas a um maior risco de morte violenta prematura. A principal causa de morte entre jovens ex-detentos foi o homicídio (90,1%). Pertencer ao gênero masculino, fazer parte de uma minoria racial ou étnica e ser oriundo de área urbana eram os principais fatores de risco de morte violenta, da mesma forma que a passagem pelo sistema judiciário juvenil.<sup>3</sup>

As instituições que abrigam crianças muitas vezes são imunes ao escrutínio público. Elas não possuem uma estrutura jurídica básica que proíba a prática de toda e qualquer violência, nem supervisão ou regulamentação governamental adequada, mecanismos de queixa eficazes ou sistemas de inspeção. Os perpetradores raramente são responsabilizados, permitindo a manutenção irreprimida de altas taxas de violência e perpetuando assim a tolerância em relação à violência contra a criança.

## TIPOS DE INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS

Embora não exista uma definição universalmente aceita de instituição assistencial infantil, as características que a maioria tem em comum são o atendimento em tempo integral de crianças que vivem separadas de suas famílias e a supervisão exercida por funcionários remunerados. O tamanho, a organização e as atividades realizadas nessas instituições podem variar substancialmente. No caso das instituições mais fechadas e isoladas, a vida inteira da criança - educação, serviços de saúde, trabalho, lazer e pernoite - transcorre dentro delas e as instituições são altamente separadas do restante da comunidade.<sup>4</sup>

## INSTRUMENTOS DE DIREITOS HUMANOS

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) requer que o Estado ofereça proteção especial às crianças destituídas de um ambiente familiar (artigos 19 e 20). O risco maior de violência contra a criança institucionalizada acrescenta às obrigações do Estado a adoção de medidas legislativas e outras medidas eficazes para proteger da violência crianças abrigadas ou internadas e reduzir significativamente o número de crianças institucionalizadas ou cumprindo medidas. A CDC reconhece que as crianças devem crescer em um ambiente familiar: o Preâmbulo da Convenção declara que "... a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão."

Outros artigos reiteram a importância da família na formação da criança, exceto quando seus interesses superiores determinem a adoção de providências alternativas. O artigo 9 diz respeito ao contato familiar nos casos em que a criança é separada da sua família. O artigo 37(b) afirma que "a captura, detenção ou prisão de uma criança devem ser conformes à lei, serão utilizadas unicamente como medida de último recurso e terão a duração mais breve possível". O artigo 40, que trata de crianças em conflito com a lei, afirma que a criança tem "direito a um tratamento que favoreça seu sentido de dignidade e valor... que tenha em

conta sua idade e a necessidade de facilitar sua reintegração social". Essas disposições tornam claro que são muito mais desejáveis as alternativas ao atendimento institucional que apoiem o desenvolvimento da criança e permitam que ela permaneça em casa e na escola do que os processos jurídicos e a institucionalização.<sup>5</sup>

A CDC aborda de forma específica os direitos de meninos e meninas portadores de deficiência, reconhecendo "que a criança portadora de deficiência física ou mental tem direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação ativa na vida da comunidade" (artigo 23). A segregação e a institucionalização nunca podem ser justificadas pela deficiência. Crianças portadoras de deficiência são frequentemente institucionalizadas e os perigos dessas internações são bem conhecidos, o que leva a CDC a requerer atendimento infantil que não envolva isolamento social ou exclusão. Além disso, o artigo 25 confere à criança institucionalizada o direito a uma revisão periódica de todos os aspectos da internação.

O Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP) declara que uma sentença de morte não pode ser pronunciada para crimes praticados por pessoas de idade inferior a 18 anos (artigo 6). O pacto também contém disposições estipulando que adolescentes infratores sejam separados dos adultos e recebam tratamento adequado à sua idade e condição legal (artigo 10). O artigo 14 do Pacto declara que os procedimentos contra jovens infratores devem levar em conta a idade e a necessidade de promover a reabilitação. Além disso, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes declara que os Estados devem adotar medidas legislativas, administrativas, judiciárias e outras medidas eficazes para impedir atos de tortura (artigo 2).

Algumas categorias gerais de atendimento institucional são:

**Atendimento residencial ou institucional de longo prazo:** O número de crianças que vivem em cada instituição pode variar de algumas dezenas a várias centenas. Algumas instituições residenciais são específicas para crianças portadoras de deficiência. Os termos "atendimento residencial" e "atendimento institucional" são usados de forma intercambiável neste capítulo.

**Atendimento em abrigo emergencial:** Locais que oferecem serviços que atendem às necessidades básicas das crianças com relação à segurança, alimentação, abrigo e educação por um curto período de tempo.

**Instituições psiquiátricas:** Atendimento residencial institucional, incluindo profissionais da área médica, para crianças com distúrbios psicossociais.

**Lares para grupos ou abrigos familiares:** Atendimento residencial personalizado prestado por uma ou mais pessoas em uma casa que não é a sua, na qual cuidam de um grupo de crianças (normalmente de 10 a 15) em um ambiente menos formal e mais parecido com um lar.

Outras duas categorias de assistência que buscam oferecer um ambiente não-institucional a crianças que vivem separadas de suas famílias são:

**Lares adotivos:** Colocação da criança com outra família por um período de tempo variável. O filho de criação é aceito no lar da família substituta, que muitas vezes inclui os filhos biológicos dos pais de criação.

**Lares adotivos informais/de parentes ou amigos próximos:** Colocação da criança com outra família, que pode ter laços familiares com a criança, normalmente sem o envolvimento de autoridades do governo. (Ver o capítulo sobre a violência contra a criança no lar e na família).

## HISTÓRICO E CONTEXTO

### A ASCENSÃO DAS INSTITUIÇÕES

Desde seus primórdios, as instituições criadas para abrigar crianças foram estabelecidas essencialmente como repositórios para indesejados. Os historiadores sugerem que a primeira instituição voltada especificamente para o cuidado de crianças negligenciadas foi criada em Constantinopla no século III d.C. como um meio de reduzir o infanticídio. Mais tarde, na Idade Média, lares para crianças abandonadas foram estabelecidos pela Igreja na Itália e a prática espalhou-se pela Europa.<sup>9</sup> Além de ser um trabalho de caridade, o lar para crianças abandonadas era um meio de remover das ruas crianças negligenciadas e abandonadas, tornando o problema invisível para a sociedade - uma tarefa cada vez mais importante, já que o índice de abandono de bebês chegou a um para cada quatro em algumas cidades européias nos séculos posteriores. Até o século XX, a taxa de mortalidade entre as crianças dessas instituições era invariavelmente alta.<sup>10</sup> Isso resultou não apenas na rápida propagação de infecções em ambientes residenciais superpopulados antes do advento dos sistemas de saúde pública, mas também na falta de atendimento eficaz e individual às crianças.

## **PADRÕES DA ONU PARA A JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**

Além da CDC, foram adotados padrões específicos da ONU para o tratamento de casos de crianças em conflito com a lei. Esses padrões incluem as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, conhecidas como as "Regras de Pequim", adotadas em 1985, que oferecem orientação sobre a aplicação da justiça de maneira a garantir a proteção dos direitos das crianças e o respeito às suas necessidades de desenvolvimento.<sup>6</sup> Dois outros padrões adotados em 1990 - as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinqüência Juvenil (Diretrizes de Riad) e as Regras das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade - completam a estrutura de prevenção, gerenciamento de casos e reabilitação social da criança.<sup>7,8</sup>

Muitas crianças abandonadas ou encaminhadas para atendimento residencial, incluindo crianças portadoras de deficiência, poderiam viver com suas famílias se recebessem apoio social, financeiro ou médico adequado. Ao ratificar a CDC, os Estados se comprometeram a oferecer esse apoio até o limite de seus recursos (artigo 18.2). Quando a convivência com a família biológica não atende aos interesses superiores da criança, várias alternativas familiares devem ser estabelecidas para proporcionar um atendimento mais seguro e benéfico do que o encontrado em grandes instituições (artigo 20). Da mesma forma, a existência de sistemas de assistência e proteção mais sólidos, que incluam apoio às famílias, poderia reduzir o número de crianças em conflito com a lei. A grande maioria das infrações praticadas por crianças são pequenas e não-violentas. As alternativas comunitárias à internação oferecem não somente um ambiente mais seguro para a criança, mas também meios mais eficazes para a sua reabilitação.

Quando a institucionalização ou a detenção são absolutamente necessárias, deve-se proporcionar um ambiente seguro para crianças, com funcionários treinados, programas e serviços adequados. As crianças devem ter oportunidades claras, acessíveis e seguras de queixar-se da forma como são tratadas e os governos devem oferecer mecanismos eficazes de monitoramento, investigação e responsabilização para tratar a violência quando ela ocorre e punir os perpetradores.

As instituições para crianças cresceram com a industrialização e o colonialismo. À medida que as favelas, o desemprego e o crime proliferavam nos primórdios do mundo industrializado, desenvolveu-se a idéia de "resgatar" crianças carentes de suas famílias - muitas vezes julgadas delinquentes ou depravadas - e protegê-las encerrando-as em instituições residenciais. Enquanto isso, em ambientes coloniais e pós-coloniais, também acreditava-se que as crianças indígenas ou aborígenes deveriam ser "salvas" de culturas que eram vistas como "inferiores". Na Austrália e no Canadá, por exemplo, gerações inteiras dessas crianças foram retiradas das suas famílias e internadas em escolas residenciais, renegando sua própria cultura, vestuário e linguagem.<sup>11</sup> Os sistemas de "justiça juvenil" na Europa e nas Américas começaram a introduzir instituições residenciais de internação separadas das prisões de adultos no final do século XIX e início do século XX.

Em alguns lugares, o desenvolvimento de grandes instituições para crianças ocorreu mais tarde, seja para lidar com grandes comoções sociais após eventos como as duas Guerras Mundiais ou como parte de um comprometimento ideológico com a assistência infantil e juvenil "socializada". Esse era o padrão em muitos países comunistas, notadamente aqueles sob a esfera de influência da União Soviética pós-1945.

## RESTRICÇÕES AO ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

Com o aumento dos conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança, alguns países começaram a reduzir o uso de instituições resi-

denciais e a considerar outras opções que não fossem a internação de crianças em conflito com a lei. Na segunda metade do século XX, começou-se a reconhecer que as grandes instituições fechadas eram incapazes de apoiar o desenvolvimento físico, social, emocional e cognitivo em um grau minimamente comparável ao de um ambiente familiar.<sup>12</sup>

Hoje em dia, as "melhores práticas" da política social, refletindo a CDC e outras obrigações para com os direitos humanos, objetivam oferecer ao maior número possível de crianças uma formação em família, acesso a uma escola regular e vida comunitária. No entanto, o processo de desinstitucionalização e de reconhecimento dos efeitos nocivos da institucionalização sobre crianças está em diferentes estágios ao redor do mundo. Nos países em que a institucionalização de crianças nunca foi adotada em grande escala, as instituições assistenciais que se desenvolveram são, em sua maioria, pequenas e administradas por instituições particulares ou religiosas.

Em alguns países, o nível de infrações praticadas por adolescentes juvenil tornou-se uma preocupação política crucial, havendo também alguma regressão em direção à internação institucional mesmo nos casos em que os índices de infrações praticadas por adolescentes estão efetivamente em queda. Em muitos países, crianças e adolescentes em conflito com a lei normalmente são internados nas mesmas instituições usadas para adultos infratores, e poucos países investiram em alternativas reais à internação.

Infelizmente, o número de crianças que perdem a proteção de suas famílias e requerem formas alternativas de cuidado está crescendo por várias razões, que incluem mudanças nos padrões sociais advindas da rápida urbanização, desastres naturais, conflitos armados, desalojamento generalizado da população e a pandemia de HIV/AIDS.

## FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES

A violência contra a criança nos sistemas assistenciais e correccionais é legitimada por atitudes e comportamentos há muito adotados e por falhas tanto na lei quanto na sua implementação. Na época em que o estabelecimento de instituições assistenciais para crianças oriundas de grupos em condições desfavoráveis e marginais era a política social preferencial, o castigo corporal era defendido quase universalmente como meio de disciplinar e controlar crianças rebeldes. Na prática, isso significava que crianças institucionalizadas eram expostas a um regime brutal e à violência freqüente. Em todas as regiões, seja por omissão ou comissão, essa situação ainda prevalece.

### Baixa prioridade

A despeito de mudanças nas práticas de atendimento à criança e da evolução de seus direitos, incluindo os padrões da justiça da infância e da juventude, a reforma das instituições tem ocorrido vagarosamente. Poucos governos dedicaram-se à desinstitucionalização do maior número

possível de crianças, como exigem suas obrigações no campo dos direitos humanos. Isso acontece principalmente devido à baixa importância atribuída às crianças mais desfavorecidas da sociedade - aquelas que ficaram órfãs, que foram abandonadas, que convivem com a deficiência ou que estão em conflito com a lei.

É extremamente comum que crianças que precisam de cuidado e proteção fora da família tornem-se o foco das atenções das políticas apenas quando ocorre alguma falha notória nos sistemas assistenciais ou algum tipo extremo de abuso. Essa ausência de prioridade nas políticas públicas significa que as condições do atendimento nas instituições de proteção e centro de justiça juvenil são freqüentemente precárias, com inadequações na nutrição, higiene e atendimento de saúde (chegando às vezes a um nível de escassez que ameaça a vida das crianças).

Parcos investimentos resultam na falta de profissionais adequadamente qualificados. No Azerbaijão, por exemplo, um relatório de 2005 indicou que nenhuma das 69 instituições residenciais tinha em seus quadros um profissional da área de psicologia, a despeito de ter sido identificada a necessidade dessa especialidade.<sup>13</sup> Além disso, pode não haver instalações especializadas para crianças. Na Irlanda do Norte, por exemplo, há somente 15 leitos disponíveis para adolescentes com problemas mentais graves.<sup>14</sup>

### Recrutamento inadequado de pessoal

Funcionários não-qualificados e mal-remunerados são amplamente reconhecidos como um dos principais fatores ligados à violência den-

tro das instituições. Os baixos salários e condições sociais inferiores frequentemente resultam em empregados pouco motivados e com alta rotatividade, sendo a falta de funcionários um problema sério. Por exemplo, foi documentado em vários países que a proporção entre crianças e funcionários nas instituições para crianças portadoras de deficiência pode chegar à ordem de cem crianças para cada funcionário. Nessas condições, crianças muitas vezes são deixadas sem atendimento por longos períodos, e durante a noite inteiras ficam sem atendimento ou trancadas, com apenas uma estrutura mínima para o turno da noite. Nesses casos, o abuso físico e sexual é freqüente.<sup>15</sup>

É relativamente pequeno o número de funcionários de instituições assistenciais que recebem algum treinamento específico sobre desenvolvimento ou direitos da criança, ou mesmo informações sobre questões ligadas à violência. Nas instituições para crianças portadoras de deficiência, funcionários mal treinados tendem a reagir rapidamente com irritação às crianças.<sup>16</sup> Funcionários sobrecarregados podem valer-se de medidas violentas para manter a disciplina, especialmente quando não há supervisão. O esgotamento dos funcionários resulta em atitudes cada vez mais negativas em relação às crianças e em padrões de reações físicas e impulsivas diante de confrontos.<sup>17</sup>

Pessoas com histórico de violência contra a criança, incluindo abuso e exploração sexual, podem procurar trabalhos que lhes proporcionem livre acesso às crianças. Verificações rigorosas do histórico de funcionários ainda são raras, permitindo que um funcionário demitido de uma

instituição seja contratado por outra e o padrão de abuso continue.<sup>18</sup>

A falta de supervisão adequada dos funcionários também é um problema sério. Um estudo sobre abuso nas instituições residenciais do Reino Unido identificou a administração ineficaz e o contato mínimo dos administradores com os funcionários como características significativas comuns aos casos de abuso.<sup>19,20</sup>

### **Ausência de Monitoramento e Supervisão**

As instituições residenciais e casas de internação muitas vezes carecem de regulamentação e são fechadas ao escrutínio externo, particularmente quando administradas por agências particulares, organizações religiosas e ONGs ou quando situadas em áreas isoladas. Nessas circunstâncias, a violência pode persistir por anos até que um incidente extremo a traga à luz. Além disso, os indivíduos que praticam a violência contra a criança em sistemas assistenciais e correccionais raramente são responsabilizados por suas ações. Mesmo quando os casos de violência chegam a ser denunciados, é comum que sejam investigados de forma superficial e as condenações sejam extremamente raras. Aqueles que se encontram em posição de tomar alguma atitude talvez sejam cúmplices do abuso, relutem em disciplinar ou processar um colega ou temam a publicidade negativa ou a perda de apoio financeiro. Essas pessoas podem reagir bloqueando o acesso às instituições e punindo ou ameaçando de demissão os funcionários que façam qualquer revelação. A ausência de responsabilização dos perpetradores só garante a

"Alguns de nós sofrem abusos em casa. Damos entrada no sistema de assistência social à criança, que supostamente deveria nos proteger. O sistema abusa de nós. Tentamos reclamar e nada é feito.

Nós acumulamos toda essa raiva e a descarregamos em outras crianças, em nossa família, em nossos amigos, nos assistentes sociais, nos pais substitutos, nos funcionários dos lares para grupos, nos professores, etc., e o ciclo continua. Em algum momento isso tem que parar."

Jovem, América do Norte, 2004 III

5

continuidade da violência. Os perpetradores continuam a cometer abusos contra outras crianças e seus atos violentos geram um clima em que a violência contra a criança torna-se "aceitável" e lugar-comum.<sup>21,22</sup>

### Combinação de vários níveis de vulnerabilidade

Muitas instituições não separam crianças vulneráveis de outras mais perigosas. Crianças vulneráveis a violência em razão da idade, tamanho, gênero ou outras características frequentemente são abrigadas com outras com histórico de comportamento violento.<sup>23</sup> Por exemplo, na antiga Sérvia e Montenegro, as ONGs relatam que crianças abaixo de sete anos de idade podem ser colocadas na mesma instituição que adolescentes infratores com mais de 14 anos.<sup>24</sup> Na Jamaica, onde crianças necessitadas de cuidados e proteção muitas vezes são abrigadas

com crianças condenadas por infrações, uma investigação do governo realizada em 2003 descobriu que colegas opressores (bullies) ou gangues de crianças mais velhas vitimavam sexualmente crianças mais vulneráveis.<sup>25</sup> Em muitos países, adolescentes infratores são internados com infratores adultos, o que aumenta substancialmente o risco de que sofram violência.

### CRIANÇAS QUE RECEBEM ATENDIMENTO INSTITUCIONAL

Segundo alguns relatos, cerca de oito milhões de meninos e meninas vivem em instituições assistenciais em todo o mundo.<sup>26</sup> Alguns estudos constataram que a violência praticada em instituições residenciais é seis vezes maior que a praticada em lares de adoção e que crianças que recebem atendimento em grupo estão sujeitas a uma probabilidade quatro vezes maior de sofrer abusos sexuais do que aquelas cuidadas por famílias.<sup>27</sup> No Cazaquistão, por exemplo, um estudo realizado em 2002 constatou que mais de 63% das crianças abrigadas relatavam ter sido submetidas à violência; 28% indicaram que a violência ocorria regularmente.<sup>28</sup> Uma pesquisa realizada com 3.164 crianças em instituições residenciais da Romênia concluiu que os abusos físicos incluíam surras, corte de refeições, isolamento físico e sujeição a vários trabalhos humilhantes. Quase metade das crianças pesquisadas confirmou que as surras eram uma prática punitiva. Mais de um terço das crianças institucionalizadas sabiam de casos em que crianças eram obrigadas a manter relações sexuais. Os abusos eram cometidos, entre outros, por funcionários e principalmente por crianças mais velhas da instituição.<sup>29</sup>



*RUANDA, 1998, Rose, 4 anos, ajuda a arrumar as mesas para o almoço no Orfanato Gitarama, onde ela e sua irmã moram desde que perderam os pais no genocídio de 1994.*

## NATUREZA E EXTENSÃO DO PROBLEMA

Vários estudos comprovaram de maneira consistente o impacto negativo da institucionalização e a existência de um alto índice de violência no atendimento residencial de grande escala. Ainda assim, em algumas partes do mundo e para certos grupos de crianças, os índices de institucionalização estão aumentando. Por exemplo, entre 1989 e 2002, um pesquisador estimou que a proporção de crianças que recebiam atendimento institucional cresceu 3% na Europa Central e Oriental e na antiga União Soviética, apesar da redução numérica causada pela população declinante. (Embora o número total de crianças que recebiam atendimento institucional tenha diminuído durante o período, como a população total de crianças na região também diminuiu, a proporção de crianças nas instituições efetivamente aumentou.)<sup>30</sup>

Alguns países que antes aprovavam o atendimento institucional em grande escala têm se afastado deliberadamente desse tipo de atendimento para crianças sem família. Por exemplo, o número de crianças atendidas em lares para crianças caiu significativamente ao longo dos últimos 20 anos na Inglaterra,<sup>31</sup> Itália e Espanha.<sup>32</sup> Nos Estados Unidos e no Canadá, onde o número de crianças que recebem atendimento fora de instituições aumentou nos últimos anos, a maioria das crianças é colocada em lares adotivos ou em lares para grupos.<sup>33</sup>

O padrão da desinstitucionalização, porém, não é uniforme entre os países industrializados. No Japão, 30.000 crianças permanecem em insti-

tuções fundadas no período pós-guerra. Essas crianças ainda vivem em grandes dormitórios, em prédios semelhantes a hospitais, administrados por pequenos grupos de funcionários não especializados e sobrecarregados, onde não há praticamente qualquer trabalho terapêutico. Os diretores dessas instituições, mantidas por doadores privados, não têm funções claramente definidas e raramente são monitorados.<sup>34</sup>

Altos índices de institucionalização também podem ser encontrados em outras regiões. No Oriente Médio, havia mais de 25.000 crianças recebendo atendimento residencial no Líbano e um número estimado de 25.300 crianças em situação semelhante no Marrocos entre 1999 e 2000.<sup>35</sup> Na América Latina, alguns países ainda relatam números significativos de crianças em instituições de atendimento, sendo que os mais altos vêm da Colômbia (24.300), Brasil (24.000), Bolívia (15.600) e Chile (11.600), de acordo com números publicados em 2004.<sup>36</sup>

Na África, como a família estendida geralmente absorve crianças órfãs e outras vítimas de perdas familiares, os índices de institucionalização são tradicionalmente baixos. Em muitos países africanos, os únicos orfanatos existentes até pouco tempo foram criados por missionários antes da independência. No entanto, o número de orfanatos particulares vem crescendo rapidamente em muitos países africanos na medida em que organizações religiosas, ONGs e doadores particulares procuram responder aos números crescentes de crianças tornadas órfãs pelo HIV/AIDS e por conflitos armados.<sup>37</sup> Evidências da Libéria,<sup>38</sup> Uganda,<sup>39</sup> e Zimbábue<sup>40</sup> apontam para um aumento do atendimento ins-

titucional nos últimos anos. Os defensores dos direitos da criança salientam que a maioria das crianças internadas nessas instituições tem pelo menos um dos pais vivo ou algum parente que pode ser contatado. Eles argumentam que essas novas instituições simplesmente removem as crianças da comunidade, consumindo investimentos que seriam mais úteis para aumentar o nível local de atendimento. O atendimento institucional também é caro, custando entre seis e 100 vezes mais que o atendimento em lares de adoção na comunidade, que é a política preferida pelos governos e doadores.<sup>41</sup>

### **Institucionalização no Leste Europeu e nos países da antiga União Soviética**

As instituições para crianças são mais predominantes na Europa Central e Oriental (ECO) e na Comunidade dos Estados Independentes (CEI) do que em qualquer outra região. Durante os anos 60 e 70, grandes números de instituições foram abertas em toda a região. Após o colapso dos governos comunistas, com a ausência de sistemas alternativos de apoio às famílias, manteve-se o uso generalizado das instituições. Em 2002, havia um total estimado de 1.120.800 crianças assistidas por instituições públicas em 27 países da ECO, da CEI e dos países bálticos, 54% das quais - cerca de 605.000 - estavam em instituições residenciais.<sup>42</sup>

Muitas dessas instituições destinam-se a crianças portadoras de deficiência. Em 2002, um número estimado de 317.000 crianças portadoras de deficiência na região vivia em instituições residenciais.<sup>43</sup> Em alguns países, crianças rotu-

ladas como "deficientes" constituem a maioria das crianças que recebem atendimento residencial. No Uzbequistão, por exemplo, crianças portadoras de deficiência que recebem atendimento do Estado chegam a 20.000, comparadas a apenas 4.300 crianças sem deficiência.<sup>44</sup>

### **Minorias étnicas como alvo**

Historicamente, crianças oriundas de minorias raciais e étnicas tendem a ser super-representadas em instituições de atendimento (por exemplo, na Austrália, no Brasil e no Canadá, conforme mencionado acima) e, em muitos casos essa tendência persiste. Na Romênia, por exemplo, o povo cigano responde por menos de 10% da população, mas até 40% das crianças institucionalizadas são ciganas. Esse padrão se repete em vários outros países do Leste Europeu, incluindo a Bulgária, a República Tcheca e a Hungria. Na Europa Central e Oriental e nos países da antiga União Soviética em geral, há relatos de que o preconceito contra minorias étnicas levou funcionários das instituições residenciais a desencorajar o contato entre crianças institucionalizadas e seus pais e reduziu o encaminhamento dessas crianças para famílias substitutas e adoção.<sup>45,46</sup>

### **POR QUE CRIANÇAS SÃO ENCAMINHADAS PARA ATENDIMENTO RESIDENCIAL**

Ao contrário do que acontecia antes, hoje são relativamente poucas as crianças encaminhadas para atendimento residencial por não terem pais. Na ECO e na CEI, por exemplo, a proporção de crianças sem pais vivos que vivem em institui-

ções residenciais está entre 2% e 5%, 47,48 enquanto no Brasil esse número chega a 5%.<sup>49</sup> É mais comum que crianças sejam institucionalizadas devido a deficiências, desintegração da família, violência no lar, ausência de sistemas de apoio social e baixa condição socioeconômica, incluindo a pobreza. Em alguns países, os desastres naturais, os conflitos armados ou os efeitos da pandemia de HIV/AIDS podem tornar os pais incapazes de cuidar dos seus filhos. Doenças, acidentes e encarceramento também podem separar crianças de seus pais.

**Pobreza:** Este é um fator significativo na decisão de muitos pais de colocar seus filhos em instituições residenciais. Quando se sentem incapazes de sustentar seus filhos e acreditam que eles terão melhor acesso à educação, serviços de saúde e nutrição adequada em instituições residenciais, os pais podem optar pela institucionalização por julgar que essa seja a melhor alternativa.

**Violência na família:** Muitas crianças acabam sendo institucionalizadas devido à violência na família, incluindo negligência e violência psicológica, física e sexual. A violência doméstica na América Latina também é uma causa importante para a perda da guarda dos filhos.<sup>50</sup> As Aldeias SOS Criança constataram que 73% das crianças atendidas na Venezuela haviam passado por experiências prévias de violência física ou psicológica, inclusive violência sexual. A organização descobriu que 88% das crianças das Aldeias SOS Criança na Croácia, 75% das crianças na Bielorrússia e 55% das crianças na Lituânia haviam sofrido violência física ou sexual dentro da sua família biológica.<sup>51</sup> Muitas crianças também são removidas de suas famílias

devido ao abuso de substâncias por parte de seus pais ou cuidadores.

**Deficiência:** Devido à estigmatização generalizada das crianças portadoras de deficiência e da ausência de apoio aos seus pais, o índice de institucionalização dessas crianças é significativamente mais alto que o de outras crianças. Na Jamaica, por exemplo, 65% das crianças portadoras de deficiências físicas ou de desenvolvimento vivem em lares exclusivos para crianças portadoras de deficiência.<sup>52</sup> Relatórios dos países da ECO/CEI preparados para a Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Infância em 2002 informaram que a razão predominante para que as famílias institucionalizassem seus filhos portadores de deficiência era a incapacidade para prestar essa assistência. Diagnósticos equivocados ou exagerados e o foco exclusivo no modelo médico de deficiência também são problemas que levam ao uso excessivo da institucionalização nesses países. Em alguns casos, a falta de estímulo ou de acesso a serviços de saúde e educação de alta qualidade pode retardar o desenvolvimento da criança, exacerbando a sua deficiência.<sup>53</sup>

**Catástrofes familiares, incluindo HIV/AIDS:** Os conflitos armados, os grandes desastres naturais, a pandemia de HIV/AIDS e outras doenças naturalmente induzem algumas organizações humanitárias a propor o estabelecimento de instituições de atendimento e orfanatos como resposta adequada ao grande número de crianças com necessidade de atendimento. Na Rússia, por exemplo, os bebês nascidos com HIV e abandonados são colocados em orfanatos especiais para crianças soropositivas ou isolados indefinidamente em alas de hospitais,

onde são privados de qualquer oportunidade de desenvolvimento social, físico e mental.<sup>54</sup> Em alguns países dilacerados por conflitos, onde uma alta porcentagem das crianças perdeu um ou ambos os pais, os níveis de institucionalização podem ser excepcionalmente altos. Na Somália, por exemplo, o uso de lares para crianças e orfanatos, embora contrário aos preceitos islâmicos e às normas tradicionais, é defendido entusiasticamente por pais e cuidadores, particularmente em áreas urbanas. Os lares para crianças, que dependem totalmente da ajuda externa, na sua maioria oriunda de instituições de caridade, oferecem às crianças comida, alojamento e educação, muitas vezes indisponíveis em outros lugares. Boa parte das aproximadamente 8.000 crianças somalis residentes em lares para crianças possui parentes vivos.<sup>55</sup>

**Falta de alternativas:** Em muitos ambientes, as alternativas à institucionalização, que incluem o apoio às famílias vulneráveis e o atendimento no ambiente familiar, não foram desenvolvidas, o que pode levar à internação excessiva e desnecessária em instituições residenciais. Por exemplo, o diretor de um hospital psiquiátrico na Turquia estimou que dos 500 pacientes (adultos e crianças) internados na instituição, somente 10% precisariam estar confinados se houvesse oferta de serviços baseados na comunidade.<sup>56</sup> Na Romênia, a população de crianças em orfanatos foi reduzida, mas muitas crianças portadoras de deficiência foram simplesmente removidas de grandes instituições para instituições de pequeno porte. O grande volume de investimentos necessários para essas novas instituições consumiu os poucos recursos que poderiam ser usados para aumentar

o número de lares adotivos e outros serviços que apóiam a integração com a comunidade.<sup>57</sup>

### Padrões da institucionalização

Existem muitas variações entre os padrões de institucionalização de um país para outro e mesmo entre diferentes regiões de um mesmo país. Um estudo recente realizado em países europeus concluiu que existem diferenças significativas nas razões pelas quais crianças com menos de três anos de idade estão sendo institucionalizadas. Nos países da Europa Ocidental (Bélgica, França, Noruega, Portugal, Suécia e Reino Unido) que forneceram informações sobre as razões para a internação de crianças com menos de três anos em instituições residenciais, as principais razões foram abuso e negligência na família (69%), razões sociais como a prisão dos pais (23%), abandono (4%) e deficiência (4%).

Não havia órfãos (definidos, neste contexto, como crianças sem pais vivos) vivendo nas instituições desses países. Por outro lado, pouco mais de uma em cada 20 crianças institucionalizadas no centro e no sudeste da Europa (Croácia, República Tcheca, Estônia, Hungria, Látvia, Romênia e Eslováquia), em Chipre e em Malta era órfã. As principais razões para encaminhar crianças ao atendimento residencial nesses países foram o abandono (32%), razões sociais como incapacitação e doenças na família (25%), deficiências (23%), abuso ou negligência (14%) e orfandade (6%).<sup>58</sup>

O estudo concluiu que os países menos ricos com baixos níveis de investimento em saúde pública e serviços sociais tendiam a ter um

maior número de crianças institucionalizadas. O estudo especulou que isso poderia ser devido à ausência de serviços de aconselhamento para impedir o abandono e à incapacidade de oferecer serviços sociais aos pais propensos ao comportamento violento com seus filhos. Além disso, nos países com menor oferta de serviços sociais e de saúde para os pais, tais como serviços de saúde mental e de tratamento de viciados em álcool ou drogas, as crianças tendem a continuar recebendo atendimento institucional por períodos mais prolongados.

No Brasil, uma pesquisa nacional envolvendo 589 instituições que recebem investimentos federais usou categorias ligeiramente diferentes para coletar dados sobre crianças institucionalizadas de todas as idades. As principais razões para a institucionalização de crianças incluíam: carência de recursos materiais na família (ou seja, pobreza) (24%), abandono pelos pais ou guardiões (18%), violência doméstica (11%), vício dos pais ou guardiões em substâncias químicas (11%), pais vivendo nas ruas (7%), orfandade (5%), prisão dos pais ou guardiões (4%) e abuso sexual pelos pais ou guardiões (3%).<sup>59</sup>

A maioria das crianças institucionalizadas poderia ser reintegrada às suas famílias com a ajuda de assistentes sociais ou de outros serviços e apoios. Quando a reintegração à família não é possível, outras alternativas familiares oferecem um ambiente muito mais seguro e benéfico para crianças. A ausência de providências para que sejam ofertados sistemas alternativos de atendimento em países que possuem meios para oferecê-los é outra demonstração da obscuridade e do preconceito em torno do atendimento às crian-

ças que foram privadas de suas famílias ou tiveram o infortúnio de nascer em ambientes familiares disfuncionais, violentos ou fragmentados.

## **FONTES DE VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO**

O risco intensificado de violência contra a criança em instituições de atendimento tem diversas origens. As evidências mais abundantes apontam para vários tipos de violência cometida por funcionários, inclusive a negligência, e a violência praticada por crianças contra outras crianças. Além disso, algumas formas de tratamento adotadas em muitas instituições constituem, por si sós, violência.

### **Violência praticada pelos funcionários**

Crianças em instituições residenciais podem estar sujeitas a violência física, sexual e psicológica por parte dos funcionários. Essas formas de violência incluem abuso verbal, surras, restrições excessivas ou prolongadas, estupro e violação ou assédio sexual. Parte dessa violência ocorre na forma de medidas disciplinares violentas ainda lícitas e autorizadas pelo Estado. Em 145 países, os castigos corporais e outras formas de punição ou tratamento degradante não foram proibidos explicitamente em todas as instituições residenciais e em outras formas de atendimento alternativo. Somente 31 países proíbem sistematicamente qualquer castigo corporal em todas as formas de atendimento alternativo.<sup>60</sup> Em alguns países existem regulamentos detalhados que especificam como o castigo deverá ser administrado, inclusive o implemento que deverá ser utilizado e quais partes do corpo podem ser atingidas.

Embora o Estado seja responsável pela proteção da criança contra a violência independentemente de quem esteja encarregado do atendimento, a violência perpetrada por funcionários tem sido documentada em instituições do mundo todo, inclusive nas administradas pelo Estado, por organizações religiosas e por empresários ou empresas particulares. As formas da violência podem ser horripilantes. Em instituições de atendimento da Jordânia, há relatos de crianças que foram submetidas a surras dadas com as mãos, com varas e com mangueiras e tiveram suas cabeças batidas contra a parede.<sup>61</sup> Em instituições de atendimento do Catar, um estudo descobriu que as crianças freqüentemente recebiam surras dos funcionários, o que incluía professores, supervisores, guardas e assistentes sociais.<sup>62</sup>

### **Violência a pretexto de tratamento**

Nas instituições residenciais para crianças portadoras de deficiência (inclusive lesões cerebrais, deficiências do desenvolvimento e distúrbios psiquiátricos), crianças podem ser submetidas a violência como parte de um "tratamento". Por exemplo, na Turquia, uma investigação realizada durante dois anos descobriu que, em instituições psiquiátricas, crianças de até nove anos de idade eram submetidas a tratamento eletroconvulsivante ou de "choque" (TEC) sem o uso de relaxantes musculares ou anestesia. Esse tratamento é extremamente doloroso, assustador e perigoso.<sup>63</sup>

Choques elétricos também são usados como "tratamento aversivo" para controlar o comportamento das crianças em algumas instituições. Por exemplo, o dispositivo SIBIS (sigla em in-

glês para Sistema de Inibição de Comportamentos Automutilantes) é um dispositivo de eletrochoque por controle remoto disponível no comércio e vendido quase que exclusivamente para a administração de choques em crianças portadoras de deficiência. Uma instituição dos Estados Unidos desenvolveu seu próprio dispositivo, "substancialmente mais potente", quando descobriu que os eletrochoques do SIBIS "perdiam muito da sua eficácia" após um período de alguns meses.<sup>64</sup>

Drogas também podem ser usadas não para tratamento médico, mas para controlar o comportamento das crianças e torná-las mais "dóceis". Isso pode ter outras implicações: por exemplo, crianças portadoras de deficiência que recebem medicação forte dos funcionários das instituições ou hospitais (muitas vezes como forma de contornar a falta de funcionários) ficam impossibilitadas de se defenderem da violência física ou do assédio sexual.<sup>65</sup>

Outro exemplo de violência autorizada pelo Estado é a prática de realizar intervenções médicas para limitar as funções reprodutivas - por exemplo, a realização de histerectomias em meninas com comprometimento intelectual ou outros problemas de saúde mental. Há relatos dessa violação dos direitos humanos em meninas com até sete ou oito anos de idade.<sup>66</sup> Não há justificativa médica para essas operações. No entanto, várias razões têm sido apresentadas, inclusive a de que a operação impede as meninas de menstruar, evitando assim o aumento do serviço dos cuidadores e garantindo que a jovem não ficará grávida. Essas preocupações refletem os problemas

das instituições com o número insuficiente de funcionários e a ausência de educação sexual e de serviços de saúde reprodutiva para meninas portadoras de deficiência, bem como a falta de proteção adequada para as jovens contra o risco presumido de estupro nas instituições e na comunidade.

### **Ausência de atendimento como forma de violência**

Onde quer que crianças vivam, inclusive sob a custódia do Estado, o governo é obrigado a garantir a satisfação das suas necessidades básicas. No entanto, as condições de muitas instituições residenciais freqüentemente são tão ruins que colocam a saúde e a vida das crianças em risco. As instituições muitas vezes são superlotadas, insalubres, e carentes tanto de funcionários como de recursos, o que resulta em altas taxas de mortalidade entre essas crianças em comparação com outras que vivem em um ambiente familiar.

No México, crianças internadas em instalações psiquiátricas foram encontradas deitadas sobre tapetes no chão, algumas cobertas de urina e fezes. Sem supervisão adequada dos funcionários, crianças foram vistas comendo suas próprias fezes e cometendo abusos físicos contra si próprias.<sup>67</sup> Em centros de reabilitação para crianças portadoras de deficiências mentais, foram encontradas crianças acamadas e emaciadas pela inanição e desidratação. Mamadeiras com comida eram oferecidas pelos funcionários, mas as crianças que não podiam segurá-las devido à sua deficiência não se alimentavam.<sup>68</sup>

Em muitas instituições para crianças portadoras de deficiência, crianças não têm acesso à educação, recreação, reabilitação ou outros programas. Muitas vezes elas são deixadas na cama ou no berço por longos períodos de tempo sem qualquer contato ou estímulo humano. Essa privação freqüentemente provoca danos físicos, mentais e psicológicos graves e, em muitos casos, a morte da criança.

### **Violência praticada por outras crianças**

Crianças que recebem atendimento residencial são vulneráveis à violência praticada por outras crianças, particularmente quando as condições e a supervisão exercida pelos funcionários são insatisfatórias. A ausência de privacidade e de respeito pela identidade cultural, a frustração, a superpopulação e a não-separação das crianças especialmente vulneráveis de outras crianças mais velhas e agressivas freqüentemente levam à violência entre elas. Os funcionários podem aprovar ou encorajar esses abusos entre crianças - seja para manter o controle ou simplesmente por diversão. Embora quase não existam estudos recentes sobre assunto, estudos realizados a partir dos anos 90 no Reino Unido, na Rússia e outros lugares indicam que o bullying e o assédio sexual cometido pelos pares durante a institucionalização da criança são muito comuns.<sup>69</sup> Há também relatos abrangentes de violência física de "alto impacto", variando de ataques com facas a chutes e socos, partindo principalmente de outras crianças.<sup>70</sup> Em alguns casos, crianças relataram que os funcionários do orfanato as faziam lutar umas contra as outras para o seu próprio divertimento.<sup>71</sup>

## IMPACTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO SOBRE A SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A utilização excessiva de instituições para crianças acarreta custos enormes para elas mesmas, para suas famílias e para a sociedade. Pesquisas abrangentes sobre desenvolvimento infantil demonstram que os efeitos da institucionalização podem incluir debilidade física, atrasos graves do desenvolvimento, deficiência e danos psicológicos potencialmente irreversíveis. A gravidade dos efeitos negativos é diretamente proporcional ao tempo de institucionalização da criança e acentua-se nos casos em que as condições da instituição são insatisfatórias.

O risco de danos psicológicos e ao desenvolvimento é particularmente agudo nas crianças pequenas, com menos de quatro anos de idade, um período crítico para a criação de vínculos da criança com seus pais ou cuidadores.<sup>72</sup> Mesmo em instituições com mão-de-obra suficiente, é improvável que a atenção dispensada pelos funcionários possa substituir a que receberiam de seus próprios pais. Um estudo sobre as instituições da Europa concluiu que crianças pequenas (na faixa de 0 a 3 anos) internadas em instituições residenciais sem contato com seus pais corriam risco de danos como os distúrbios do afeto, atrasos do desenvolvimento e atrofia neuronal do cérebro em desenvolvimento. O estudo concluiu que "a negligência e os danos causados pela privação dos pais em tenra idade equivalem à violência para uma criança pequena".<sup>73</sup>

A inatividade, o isolamento social e as condições de vida degradantes das instituições podem provocar um declínio no funcionamento social e psicológico da criança.<sup>74,75</sup> Após algum tempo de institucionalização, as crianças podem perder certas habilidades básicas que possuíam à época da internação, como a capacidade de cuidar de si próprias e de desenvolver relacionamentos afetivos.

As condições físicas das crianças institucionalizadas também podem se deteriorar. Na falta de reabilitação, fisioterapia e outros programas, as crianças muitas vezes definham durante anos em estado de total inatividade. Sem estímulo e sem oportunidades de mobilidade, os braços, as pernas e a coluna das crianças ficam contorcidos e atrofiados devido à falta de uso. Desprovidas de contato humano adequado, algumas crianças recorrem à autolesão. Essa situação é exacerbada quando os funcionários reagem por meio da contenção física.

A institucionalização também alimenta o ciclo de violência: crianças institucionalizadas têm maior tendência à autolesão, à agressividade e ao envolvimento com o crime, a prostituição e o abuso de substâncias. Um estudo realizado na Rússia sugere que uma em cada três pessoas jovens oriundas de instituições residenciais torna-se sem-teto, uma em cada cinco adquire antecedentes criminais e uma em cada dez comete suicídio.<sup>76</sup> Alguns estudos indicam que muitas crianças institucionalizadas são emocionalmente vulneráveis e altamente dependentes da atenção do adulto, o que as torna alvos fáceis para o tráfico sexual.<sup>77</sup> Um estudo realizado na

República da Moldávia constatou que os jovens que haviam passado parte da sua infância em instituições eram dez vezes mais sujeitos a tornarem-se vítimas de tráfico retornadas.<sup>78</sup>

As pesquisas também demonstram que crianças colocadas em atendimento residencial apresentam maior probabilidade de entrar em conflito com a lei. Na Irlanda do Norte, por exemplo, grande parte dos jovens que vão parar no sistema judiciário-penal tem um histórico de atendimento institucional. Vinte e cinco por cento dos jovens sob custódia são admitidos diretamente de instituições residenciais e cerca dos 70% de crianças internadas entre 10 e 13 anos vêm do sistema assistencial. Um estudo sobre a situação dos serviços de saúde mental para crianças internadas em instituições correccionais e sob custódia na Irlanda do Norte constatou que 48% das pessoas entrevistadas estavam institucionalizadas há mais de cinco anos e 22% tinham passado por quatro ou mais internações nos últimos dois anos - sendo que uma delas havia mudado de instituição 13 vezes.<sup>79</sup>

## **CRIANÇAS SOB CUSTÓDIA E INTERNADAS**

A violência contra a criança em instituições de justiça ou sob custódia da polícia - carceragem da polícia, prisões, inclusive cadeias para adultos, reformatórios e outros lugares onde crianças em conflito com a lei podem ser detidas - é mais comum que a violência contra a criança que foi institucionalizada apenas para fins assistenciais. Embora existam muitas coincidências e semelhanças (condições ruins, baixa qualidade

dos funcionários, etc.), o tratamento institucional de crianças consideradas anti-sociais ou criminosas tende a ser mais punitivo, física e psicologicamente, que o de outros grupos em outros ambientes. Todos os preconceitos e discriminações associados a crianças rejeitadas ou sem família são reforçados quando elas são vistas, na melhor das hipóteses, como um estorvo social.

## **NATUREZA E EXTENSÃO DO PROBLEMA**

Embora seja difícil encontrar informações e os dados sobre crianças nos sistemas assistencial e correccional não sejam, via de regra, desmembrados, algumas fontes estimam que, a qualquer momento, há um milhão de crianças em todo o mundo privadas da sua liberdade. Trata-se, certamente, uma estimativa conservadora, e uma melhor coleta de dados em nível global é uma necessidade premente. Por exemplo, somente nos Estados Unidos, todos os anos mais de 600.000 crianças e adolescentes passam algum tempo em estabelecimentos de internação.<sup>80</sup>

A grande maioria dos meninos e meninas detidos são acusados de pequenas infrações e são primários. Poucos praticaram atos violentos. Muitos sequer cometeram infrações, mas foram detidos por vadiagem, por não terem onde morar ou simplesmente por precisarem de cuidados e proteção.<sup>81</sup>

Em muitos países, a maioria das crianças detidas não foi condenada pela prática de um crime, estando simplesmente à espera de julgamento. Em março de 2003, em apenas quatro regiões do Paquistão, de cerca de 2.340 crianças detidas

apenas em prisões (ou seja, sem levar em conta crianças detidas na carceragem da polícia e em outras instituições) 83% estavam sob julgamento ou à espera do início do julgamento.<sup>82</sup> Em seis cadeias de Cebu, nas Filipinas, 75% das crianças presas entre 1999 e 2001 estavam detidas aguardando julgamento.<sup>83</sup>

Baseando-se no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, a CDC estipula que toda criança privada da sua liberdade tem direito a acesso imediato à assistência jurídica e a qualquer outra assistência adequada, bem como o direito de impugnar a legalidade dessa privação e de receber uma decisão rápida (artigo 37d). Entretanto, a internação anterior ao julgamento pode durar meses e até anos. No Burundi, por exemplo, o período pré-julgamento para crianças às vezes é mais longo que a sentença máxima proferida para a infração supostamente praticada.<sup>84</sup> No Estado de Lagos, na Nigéria, constatou-se que a internação de crianças antes do julgamento durava até um ano.<sup>85</sup> É perturbador que muitas das crianças detidas por longos períodos nunca sejam declaradas culpadas de cometer um crime. No Paquistão, apenas 13 a 17% de crianças detidas receberam ventualmente alguma medida pelo juiz por terem praticado alguma infração.<sup>86</sup> Nesse ínterim, elas ficam detidas por meses ou até anos em condições fúnebras de superpopulação, correndo risco de sofrer violência por parte dos funcionários, das outras crianças e de presos adultos.<sup>87</sup>

Estudos realizados no Sul da Ásia indicam que a maioria das crianças detidas tem direito a fiança e não representa perigo para a população.<sup>88</sup> No entanto, os juízes rotineiramente fixam o

valor da fiança muito além das possibilidades das famílias dessas crianças, o que resulta em encarceramento desnecessário.<sup>89</sup> A fiança raramente é considerada uma opção para meninos que vivem nas ruas.

Após o julgamento, um grande número de crianças é condenado à reclusão em centros de internação ou prisões. Embora, conforme mencionado anteriormente, o artigo 40 da CDC proponha diversas alternativas, inclusive ordens de supervisão, liberdade condicional e colocação em lares de adoção, a prisão costuma ser a norma. Por exemplo, na Indonésia, no final dos anos 90, até 99% dos adolescentes infratores levados a julgamento foram condenados à reclusão.<sup>90</sup> Em Bangladesh, crianças frequentemente são colocadas sob "custódia segura" pela polícia e pelos tribunais, mesmo quando isso é desnecessário. Em 1974, Bangladesh aprovou uma Lei da Criança determinando o estabelecimento de um sistema separado de justiça da infância e da juventude, a adoção da liberdade condicional e a remoção das crianças das prisões para adultos. No entanto, passados mais de 30 anos, as disposições dessa lei são infringidas e violadas a cada estágio do contato da criança com o sistema legal e crianças sob custódia tendem a viver sob condições pavorosas, com abuso de direitos e violência.<sup>91</sup>

Situações semelhantes foram relatadas na África. A maioria dos países da África Oriental e Meridional possui uma legislação para os sistemas de justiça da infância e da juventude criada para respeitar os direitos da criança. No entanto, muitas não são funcionais ou não foram implementadas devido a restrições financeiras e falta

de capacidade. As instalações para crianças em conflito com a lei são escassas e os com idade menor que 18 anos são aprisionados juntamente com infratores adultos, o que os sujeita a um risco ainda maior de violência e abuso sexual. Essa situação, que foi relatada ao estudo pelo Quênia, Madagascar, Eritreia e Moçambique, também ocorre em muitos outros países.<sup>92</sup>

## CONTEXTO HISTÓRICO

As políticas adotadas para lidar com crianças em conflito com a lei evoluíram à medida que as próprias sociedades mudavam ao longo do tempo e as formas de administrar a lei e a ordem eram reformuladas para acompanhar as idéias e realidades sociopolíticas de cada época.

Crianças vivendo nas ruas das cidades e metrópoles, algumas das quais envolvidas com pequenos atos delituosos, tornaram-se comuns na cena urbana a partir do século XIX, despertando demandas por correção e reformas sociais. O primeiro sistema de justiça específico para jovens foi introduzido no estado americano de Illinois em 1899, e outros estados e países rapidamente adotaram a idéia. Desde então, a maioria dos países (mas não todos) introduziram formas especiais de lidar com casos envolvendo jovens, o que inclui penas mais leves e alternativas. Hoje em dia, muitas crianças acusadas de uma infração - sem perder o direito a um julgamento justo - são redirecionadas dos processos judiciais para o sistema previdenciário, ouvidas em "audiências para crianças" especialmente estabelecidas para esse fim ou submetidas a um tratamento que leva em plena considera-

ção a sua idade, circunstâncias e necessidades.<sup>93</sup> No entanto, embora muitos países tenham introduzido uma legislação pró-criança alinhada com a CDC e outros padrões internacionais, a aplicação e a execução dessas normas estão defasadas.

Embora a maioria das infrações praticadas por crianças ou adolescentes não sejam violentas, a pressão sobre os políticos para "endurecer com o crime" tem provocado respostas cada vez mais duras ao problema das crianças e adolescentes em conflito com a lei. Essa pressão resultou em sentenças/medidas mais severas e no aumento dos índices de internação. Essas políticas frequentemente são estimuladas pela atenção desproporcional da mídia à questão do adolescente infrator, o que reforça as concepções errôneas da população sobre a natureza e a extensão dos atos infracionais praticados por adolescentes. Por exemplo, nos Estados Unidos, entre 1993 e 1999, o número de crianças confinadas em centros de internação aumentou 48%, embora os atos violentos praticados por crianças tenham diminuído 33% no mesmo período.<sup>94</sup> Entre 1994 e 2004, o número de crianças condenadas à custódia penal na Inglaterra e no País de Gales aumentou 90%.<sup>95</sup>

No lado positivo, atitudes mais progressistas estão começando a deixar a sua marca em bolsões dos países em desenvolvimento. Alguns desses esforços para mudar as atitudes em relação às crianças marginalizadas e discriminadas, mantendo-as longe do inevitável mergulho na criminalidade após a exposição ao encarceramento e à brutalidade da polícia, serão examinados em detalhes mais adiante.

"A vida aqui na prisão é muito difícil. É uma vida dura, porque não é fácil viver. Nós, que somos novos aqui, sofremos muito. Dormimos mal. Normalmente você não dorme - você cai no sono sentado até a manhã. Porque a prisão está superpopulada. Comemos mal. Estamos sofrendo, apanhamos de cinto, o chefe da disciplina bate muito na gente. Eles dormem conosco. Os chefes das celas forçam a gente a dormir com eles (ter relações sexuais)."

Menino, 14 anos, África Oriental e Meridional, 2005 IV

5

## CRIANÇAS EM CONFLITO COM A LEI

O discurso sobre a criança e a criminalidade coloca em questão um conjunto de opiniões fortemente consolidadas sobre o desenvolvimento infantil, os métodos de formação, a função dos sistemas de justiça, as pressões políticas e o potencial humano para a transformação após um "mau começo" na vida. Embora a institucionalização seja rejeitada, exceto como último recurso, pelos especialistas mais modernos em desenvolvimento infantil, a sociedade, preocupada com o crime e a segurança, pode insistir nela.



HAITI, 2005, Meninos estendem as mãos para fora das grades em uma prisão para adolescentes no bairro de Delmas, em Port-au-Prince.

A CDC e outros tratados de direitos humanos estabeleceram diretrizes para o uso da internação, estipulando que ela deve ser utilizada apenas como último recurso e pelo menor tempo possível (artigo 37). No entanto, os regimes de custódia de crianças e adolescentes variam enormemente e poucos cumprem essas disposições.

## Por que crianças entram em conflito com a lei

A violência no lar e as pressões exercidas pela pobreza crônica, somadas à falta de sistemas adequados de cuidado e proteção, levam muitas crianças a entrar em conflito com a lei. Uma pesquisa realizada no Peru concluiu que a violência na família e os maus-tratos dispensados à criança foram, em 73% dos casos, os fatores que precipitaram a sua migração para as ruas.<sup>96</sup> Uma vez na rua, muitas crianças adotam comportamentos de sobrevivência arriscados que as colocam em contato com a lei, como a mendicância, a vadiagem, a busca de comida e bens no lixo, os pequenos furtos e a prostituição. Daí a freqüente associação entre pequenas infrações e a necessidade desesperada de cuidados. Em um estudo sobre jovens infratores realizado em três distritos de Uganda, 70% das crianças disseram que a satisfação de suas necessidades, incluindo a alimentação, era a sua principal motivação para roubar.<sup>97</sup>

Até 95% de crianças e adolescentes internados são acusados de pequenas infrações.<sup>98,99</sup> Os mais comuns são o furto e outros crimes contra o patrimônio. Nas Filipinas, um estudo realizado em Davao concluiu que mais de 80% das infrações referiam-se a furto (35%), abuso de substâncias (28%) e violação do toque de recolher (19%). Os crimes violentos correspondiam a apenas 7% das infrações praticadas por eles.<sup>100</sup> Em Malauí, um estudo realizado em 1999 concluiu que 68% dos atos registrados consistiam em furto, arrombamento de residências e roubo. A palavra "vagabundo" foi usada para descrever outros 8% dos

adolescentes infratores e, como observa o estudo, é "um termo... que representa casos óbvios de crianças de rua".<sup>101</sup>

Além de praticarem pequenas infrações, a maioria dessas crianças e adolescentes não tem passagem anterior pela prisão. Por exemplo, na República Popular Democrática do Laos e nas Filipinas, constatou-se que mais de 90% das crianças e adolescentes internados eram primários.<sup>102</sup>

Muitas crianças são detidas e internadas por atos infracionais que somente configuram delito quando praticados por crianças. Essas "infrações de status" incluem gazetear, fugir de casa ou estar "fora do controle dos pais". Em março e abril de 2003, 60% das crianças detidos em uma Casa de Internação para Meninos em Lagos, Nigéria, não constituíam casos criminais, sendo que 55% deles eram meninos que estavam "fora do controle dos pais" e 30% constituíam casos de assistência e proteção (meninos "achados"). Outros 15%

eram crianças recolhidas em buscas policiais. Da mesma forma, 80% de meninas detidas na Casa de Internação para Meninas não constituíam casos criminais e eram apenas crianças "fora do controle dos pais", casos de "assistência e proteção" ou casos de litígio.<sup>103</sup>

Embora quase não haja dados disponíveis sobre adolescentes infratores portadores de deficiência, é praticamente consensual que os crianças ou adolescentes com comprometimento intelectual e problemas de saúde mental correm maior risco de entrar em conflito com a lei - freqüentemente sob o comando de outros, que os tratam como fantoches. Uma vez envolvidas em problemas, essas crianças têm menor probabilidade de conseguir sair deles ou de fazer uma defesa convincente do seu caso. Na prisão, elas também têm maior probabilidade de serem vitimadas. Embora a justiça da infância e da juventude e o sistema de bem estar e proteção não estejam bem equipados para lidar com

## BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS NA PRISÃO

Um grupo singular de crianças sob risco de violência em casas de internação é formado por bebês e crianças pequenas que se encontram na prisão com suas mães. Trata-se de uma prática adotada em muitos países e em todas as regiões do mundo. As instituições, porém raramente dispõem das condições necessárias para proteger essas crianças. Existem benefícios inegáveis no fato de manter as crianças com as mães. Alguns países só permitem que as mães fiquem com seus filhos enquanto são bebês, outros permitem que as mães fiquem com seus filhos até os seis anos de idade. Entretanto, existe uma necessidade urgente de melhorar as condições em que essas instituições operam para atender às necessidades específicas das crianças que vivem com suas mães detentas. Por exemplo, um estudo sobre crianças que vivem com suas mães, realizado em prisões do Camboja, descobriu que outras detentas batiam nas crianças quando elas choravam ou para se vingarem de uma briga com a mãe da criança.<sup>104</sup>

as necessidades de saúde mental dessas crianças, é cada vez maior o número de crianças com distúrbios mentais ou emocionais institucionalizados. Essas internações são devastadoras para a família. Crianças com necessidades de saúde mental enfrentam o estresse adicional de serem desalojadas e de sentirem-se abandonadas. Enquanto isso, os pais perdem o controle sobre aspectos importantes da vida dos seus filhos e às vezes não conseguem sequer manter-se informados sobre onde seus filhos estão vivendo.

### **Detenção em substituição a proteção**

Em um grande número de países, o sistema de justiça criminal é usado como substituto para sistemas adequados de assistência e proteção. A polícia muitas vezes é o primeiro e único órgão a responder às crianças necessitadas e, na falta de alternativas adequadas, aloja crianças

vulneráveis na carceragem das delegacias ou em centros de detenção.<sup>105</sup> Por exemplo, um estudo realizado no Quênia constatou que 80 a 85% das crianças que estavam sob custódia da polícia ou em centros correcionais eram crianças necessitadas de assistência e proteção que não haviam praticado qualquer infração.<sup>106</sup>

Muitas crianças que trabalham ou vivem nas ruas são simplesmente encaradas como elementos anti-sociais e detidas pela polícia sem prova de infração. Em Ruanda, assim como em muitos outros países, as crianças de rua são arregimentadas e colocadas em "centros de reeducação", onde são privadas da sua liberdade quer tenham praticado uma infração ou não.<sup>107</sup> Em muitos casos, os tribunais determinam sua reclusão em casas de internação ou prisões para adultos, onde podem permanecer indefinidamente.<sup>108</sup>

## **MENINAS INTERNADAS**

O uso da chamada "custódia protetora" afeta de forma desproporcional as meninas, que são as vítimas mais freqüentes da violência e da exploração sexual. O número de internações para a proteção de meninas que sofreram abuso sexual é particularmente alto em países onde se praticam "crimes contra a honra". Por exemplo, na Síria, é comum que as meninas que sofreram violência sexual sejam internadas em instituições para delinqüentes juvenis em vez de serem entregues a seus pais devido ao temor de que sejam mortas para preservar a honra da família ou forçadas a se casarem com seus estupradores.<sup>114</sup>

Como as meninas normalmente são internadas em menor número do que os meninos, os governos tendem a dispor de uma quantidade ainda menor de instalações onde sejam segregadas das mulheres adultas. Um estudo de 2002 sobre jovens e a lei comentou que "como número de meninas dentro do sistema é pequeno, elas são simplesmente incorporadas de qualquer maneira

## MENINAS INTERNADAS

ao restante do sistema, com escasso reconhecimento de que suas necessidades são diferentes das de outras mulheres. Isso também significa que elas atraem menos recursos financeiros...”<sup>115</sup>

As meninas em casas de internação correm maior risco de sofrer abuso físico e sexual, particularmente quando detidas em instalações para ambos os sexos ou quando a ausência de instalações específicas para meninas faz com que sejam internadas em instituições para adultos. A falta de funcionárias do sexo feminino é uma preocupação adicional nos centros que alojam meninas detidas. Muitas vezes, funcionários do sexo masculino dedicam-se ao "assédio sexual permitido", o que inclui toques impróprios durante as revistas ou a observação das meninas enquanto elas se vestem, tomam banho ou usam o banheiro.<sup>116</sup> Os funcionários do sexo masculino também valem-se da sua posição de autoridade para exigir favores sexuais e são responsáveis pela prática de violência sexual e estupro.

210

As crianças vítimas de exploração sexual ou econômica freqüentemente são detidas como se fossem criminosas, inclusive meninas que fogem de casamentos forçados, crianças traficadas e crianças usadas na indústria do sexo comercial (veja o quadro). Por exemplo, sob as leis de "custódia segura" em Bangladesh, meninos e meninas podem ser detidos em cadeias ou em casas para crianças que vivem nas ruas mesmo nos casos em que as crianças foram vítimas de estupro ou violência sexual, salvas de bordéis ou das mãos de traficantes ou, no caso de meninas e mulheres, quando se casaram com alguém de outra religião ou sem a permissão de seus guardiões.<sup>109</sup> De forma semelhante, na Índia e no Nepal, sobreviventes do tráfico e meninas encontradas em bordéis freqüentemente são forçadas pela polícia e por ONGs a permanecer sob "custódia protetora" em instituições de segurança.<sup>110</sup>

A saúde mental é outra questão preocupante na internação de adolescentes. Estudos realizados no Reino Unido indicam que entre 46% e 81% dos jovens internados (com idade entre 15 e 21 anos) têm problemas mentais.<sup>111</sup> Outra pesquisa afirma que cerca de 80% de adolescentes sob custódia sofrem de pelo menos dois tipos de distúrbios mentais.<sup>112</sup> Mesmo desconsiderando-se o fato de que essas crianças deveriam receber tratamento e não punição, os funcionários das instituições de internação muitas vezes não são treinados para lidar com crianças que têm doenças mentais ou problemas emocionais. Por exemplo, há relatos de funcionários de casas de internação que reagem às tentativas de suicídio das crianças deixando-as nuas e amarrando seus pulsos e tornozelos a camas descobertas.<sup>113</sup>

"Os policiais são muito agressivos com as crianças. Eles as atiram no chão e quando te revistam são brutos."

Menina, 16 anos, América do Norte VI

5

## ORIGENS DA VIOLÊNCIA NA INTERNAÇÃO E CUSTÓDIA POLICIAL

Os adolescentes sob custódia ou privados da sua liberdade estão sujeitos a um risco extremo de sofrer violência. Assim como acontece no atendimento residencial, a violência contra a criança detida muitas vezes parte dos funcionários ou dos outros. Além disso, crianças ou adolescentes podem estar sujeitos à violência praticada por detentos adultos, pela polícia ou pelas forças de segurança enquanto estão sob sua custódia, e também podem receber sentenças violentas dos tribunais.

### Violência praticada pelos funcionários em casas de internação

Crianças em instituições de internação frequentemente estão sujeitas à violência praticada pelos funcionários como forma de controle ou punição, muitas vezes por pequenas infrações. Embora 124 países tenham proibido totalmente os castigos corporais em instituições penais, em pelo menos 78 países essa forma de punição continua legítima como medida disciplinar nas instituições.<sup>117</sup> Na República Popular Democrática do Laos, 30% dos adolescentes internados relataram ter sofrido punição física ou mental, que incluíam surras, rastejamento forçado, exposição forçada ao sol ou perda de refeições.<sup>118</sup> No Iêmen, mais de um terço dos adolescentes internados relataram surras e outros tratamentos cruéis. Mais da metade da amostra de um estudo relatou abuso sexual, normalmen-

te cometido por guardas e professores.<sup>119</sup> Em alguns centros de internação no Brasil, as surras são uma ocorrência diária. Adolescentes relataram que os guardas abusavam delas verbalmente e as agrediam com socos, chutes e surras com vara.<sup>120</sup>

Práticas violentas são encontradas tanto em países industrializados quanto em países em desenvolvimento. Crianças ou adolescentes podem ficar confinadas em celas superlotadas por semanas ou até meses, sujeitas à contenção física dolorosa como medida "disciplinar" ou forçadas a se manterem em posições físicas desconfortáveis por horas a fio. No Reino Unido, informações obtidas em novembro de 2005 revelaram o uso freqüente de contenção física dolorosa em quatro "centros seguros de treinamento" particulares, nos quais adolescentes entre 12 e 17 anos estavam detidos. Contenções dolorosas envolvendo pressão aplicada ao nariz, polegares e costelas foram usadas 768 vezes no ano, causando lesões em 51 casos.<sup>121</sup>

### Violência praticada sob custódia da polícia e das forças de segurança

A polícia e outras forças de segurança são muitas vezes responsáveis pela violência praticada contra a criança e contra os adolescentes. Os adolescentes que vivem ou trabalham nas ruas são particularmente vulneráveis à violência praticada pela polícia, que inclui assédio, surras, violência sexual e assassinato. Esse assunto é discutido com mais profundidade no capítulo sobre violência contra a criança na comunidade. No entanto, é importante notar que uma parte

"Era como ser crucificada numa cama de ferro. Eu tentei resistir, mas sete ou oito guardas me forçaram a deitar sobre uma estrutura de ferro. Eles esticaram meus braços e minhas pernas e me acorrentaram aos quatro cantos da cama. Eu tive que ficar deitada ali daquele jeito a noite toda até a manhã seguinte."

Menina, 16 anos, Oriente Médio, 2003 VII

significativa dessa violência ocorre com crianças e adolescentes que se encontram formalmente sob custódia da polícia e das forças de segurança, como, por exemplo, durante a captura ou interrogatório e na carceragem da polícia. No Egito, por exemplo, adolescentes detidos em carceragens relataram surras com cassetetes, chicotes, mangueiras e cintos, além de abuso sexual.<sup>122</sup> No Nepal, 85% das crianças e jovens entrevistados nas prisões relataram tratamento abusivo sob a custódia da polícia ou das forças de segurança e 58,6% relataram torturas usando métodos como choques elétricos e surras com objetos duros, com as mãos amarradas e os olhos vendados.<sup>123</sup>

Está fartamente documentado que algumas forças policiais recorrem rotineiramente à violência, incluindo tortura, para extrair informações e confissões de adolescentes. No Paquistão, em uma pesquisa sobre adolescentes internados realizada pela Comissão Nacional para o Bem-Estar e o Desenvolvimento da Criança, 68% dos entrevistados afirmaram ter sido forçados a admitir sua culpa.<sup>124</sup> Em Papua Nova Guiné, adolescentes foram queimados, cortados com tesouras, chicoteados nus e humilhados para que confessassem algum crime durante interrogatórios feitos pela polícia.<sup>125</sup> Em alguns países, adolescentes e crianças morreram como resultado de tortura policial.<sup>126</sup>

Em muitos países, as leis exigem que crianças sejam transferidas rapidamente da custódia da polícia para uma instalação adequada para crianças e adolescentes ou submetidas a julgamento em um período de 24 a 48 horas ou menos. Na prática, porém, podem permanecer na carceragem

da polícia por longos períodos, muitas vezes sem notificação aos seus pais ou guardiões. Por exemplo, nas Filipinas, as leis que determinam que a polícia informe a detenção de um adolescente ou uma criança ao Departamento de Desenvolvimento e Assistência Social no período máximo de oito horas após a sua detenção freqüentemente são ignoradas e eles podem permanecer nas celas das delegacias por períodos de até um mês.<sup>127</sup> Na Jamaica, uma investigação realizada no final da década de 90 constatou que muitas crianças e adolescentes que sofreram abusos, foram negligenciadas ou acusadas de terem praticado somente pequenas infrações permaneciam em carceragens imundas e superlotadas por períodos de oito meses ou mais.<sup>128</sup>

Similarmente, a violência pode ser usada contra adolescentes sob custódia de forças militares e de segurança em territórios ocupados ou disputados. Em Israel e no Território Palestino Ocupado, mais de 1.400 crianças palestinas foram detidas por autoridades militares israelenses entre 2000 e 2004. As declarações juramentadas das crianças palestinas detidas indicaram que a maioria foi submetida a uma ou mais formas de maus-tratos durante o período de detenção e interrogação, incluindo assédio sexual e ameaças físicas e psicológicas.<sup>129</sup>

## **Violência sob a forma de sentença**

Os castigos corporais aplicados como sentença a crianças ou adolescentes que cometeram alguma infração foram proibidos em 177 Estados e territórios, e a prática foi condenada em uma série de julgamentos envolvendo direitos humanos. Não obstante, cerca de 31 Estados e

territórios ainda permitem que a aplicação de castigos corporais como sentença contra crianças.<sup>130</sup> Por exemplo, a Lei da Criança na Malásia permite o chicoteamento de crianças acusadas de praticarem uma infração.<sup>131</sup> Em Tonga, a Lei de Delitos Criminais estipula que meninos com idade abaixo de 16 anos podem ser chicoteados até 20 vezes.

Em alguns países, crianças consideradas púberes podem ser sentenciadas a punições de extrema violência, incluindo açoitamento, apedrejamento e amputação. Por exemplo, a CDC expressou preocupação com essas sentenças aplicadas a crianças em Estados como Brunei Darussalam, República Islâmica do Irã, Nigéria, Paquistão, Arábia Saudita e Iêmen e recomendou que esses países aprovassem emendas às leis existentes para tornar essas práticas ilegais.<sup>132</sup>

Embora universalmente condenada e proibida pelas leis internacionais (PIDCP, artigo 6, CDC, artigo 37<sup>a</sup>), alguns Estados ainda adotam a pena de morte para infrações praticadas por crianças. Desde 1990, a Anistia Internacional registrou 39 execuções notificadas de crianças infratores em oito países - China, República Democrática do Congo, República Islâmica do Irã, Nigéria, Paquistão, Arábia Saudita, Estados Unidos e Iêmen.<sup>133</sup> Em março de 2005, porém, a Suprema Corte dos Estados Unidos decretou que a pena capital não poderia mais ser imposta por atos infracionais praticados antes da idade de 18 anos, e as 72 pessoas remanescentes que haviam sido condenadas à morte por crimes praticados quando tinham menos de 18 anos foram removidas do corredor da morte.<sup>134</sup>

A prisão perpétua e sem possibilidade de soltura por infrações praticadas por crianças e adolescentes também é proscrita pelas leis internacionais (CDC, artigo 37a). Entretanto, pelo menos 15 países têm leis que permitem isso, embora somente alguns imponham essa sentença na prática. Fora dos Estados Unidos, existem apenas cerca de doze crianças e adolescentes infratores de que se tem notícia cumprindo pena de prisão perpétua. Nos Estados Unidos, porém, até 2005 cerca de 2.225 pessoas haviam sido condenadas à prisão perpétua por crimes praticados quando ainda eram crianças. Estima-se que 59% desses condenados à prisão perpétua sem direito à liberdade condicional eram réus primários; aproximadamente 26% foram condenadas por "homicídio doloso", tendo participado de um assalto ou arrombamento de residência durante o qual um co-participante cometeu assassinato, muitas vezes sem o conhecimento ou a intenção da criança. As disparidades raciais são marcantes. Crianças afro-americanas são condenadas com uma frequência dez vezes maior que crianças brancas.<sup>135</sup>

### **Violência praticada por detentos adultos**

A legislação doméstica da maioria dos países exige instalações separadas para crianças em conflito com a lei para impedir abusos e exploração praticados por adultos. Mesmo assim, a internação junto com adultos continua a ocorrer em muitos países. Desde 2001, o Comitê para a Prevenção da Tortura do Conselho da Europa registrou sua preocupação com adolescentes mantidos nas mesmas ce-

las que adultos em pelo menos três países-membros do Conselho. Por exemplo, o UNICEF relatou que em 1988, na Alemanha, adolescentes com menos de 18 anos não eram sistematicamente separados dos adultos, o que os colocava sob risco de comportamento ameaçador, chantagem ou até estupro por parte de prisioneiros mais velhos.<sup>136</sup>

Nas carceragens da polícia, onde o espaço é limitado, crianças são muitas vezes mantidas juntas com adultos que podem perpetrar violência, incluindo violência sexual, contra elas. Frequentemente vezes falta supervisão adequada, particularmente à noite, o que resulta em mais abusos da polícia, inclusive estupro. Há regiões do mundo onde sequer existem instalações separadas para custódia de curto prazo ou detenção de maior prazo. Nos Estados onde não foram estabelecidos sistemas separados para a justiça da infância e da juventude, crianças são rotineiramente detidas com infratores adultos sob condições péssimas, o que aumenta o risco de que sofram violência por parte de presos mais velhos.<sup>137</sup>

Além disso, os países que permitem que crianças sejam detidas, julgadas e sentenciadas como adultos também podem encarcerá-las com adultos. Nos Estados Unidos, quase todos os Estados mudaram suas leis recentemente para facilitar o julgamento de crianças como adultos. Em 2000, estima-se que 55.000 crianças foram julgadas em tribunais para adultos.<sup>138</sup> As crianças condenadas nesses tribunais normalmente são detidas em prisões para adultos.

## **Violência praticada por outras crianças**

Assim como nas instituições assistenciais, crianças mantidas em casa de internação são vulneráveis à violência praticada por outras crianças, especialmente quando as condições e a supervisão dos funcionários são precárias. A ausência de privacidade, a frustração, a superpopulação e a não-separação das crianças especialmente vulneráveis de crianças mais velhas e mais agressivas normalmente levam à violência entre crianças.

No Rio de Janeiro, rivalidades entre gangues geraram sérios episódios de violência entre adolescentes colocados nos centros de internação, incluindo surras, esfaqueamento, estupro e assassinato.<sup>139</sup> No Reino Unido, um relatório de 2005 do Inspetor-Chefe de Prisões e do Conselho de Justiça da Juventude (Inglaterra e País de Gales) informou que 21% dos meninos e meninas haviam sido espancados, chutados ou agredidos por outro jovem.<sup>140</sup>

## **Autolesão**

Adolescentes detidos correm maior risco de praticar autolesão e de demonstrar comportamento suicida devido à violência, à negligência ou às péssimas condições de vida. A internação prolongada ou indefinida e o isolamento também contribuem para uma saúde mental precária (como foi discutido acima) e para o risco de autolesão.

"Quando fui para a prisão, fiquei no meio de toda aquela violência. Eu pensei, 'cara, tenho que sair dessa - como vou sair dessa prisão?' Não posso cumprir prisão perpétua aqui nessa idade. Então eu pensei nisso (cometer suicídio). Tenho que acabar com isso, tenho que acabar com isso... Fiquei com tantos cortes... Lâminas de barbear. Eles nos dão barbeadores descartáveis."

Garoto, condenado a prisão perpétua sem direito a liberdade condicional por um infração praticada quando tinha 14 anos de idade, América do Norte, 2005VIII

5

Nos Estados Unidos, foi relatada a ocorrência de 110 suicídios de jovens em instituições de todo o país entre 1995 e 1999.<sup>141</sup> Em 2002, 122 centros de internação para adolescentes e crianças informaram ter transportado pelo menos uma criança para atendimento hospitalar de emergência devido a uma tentativa de suicídio.<sup>142</sup> No Reino Unido, 29 adolescentes morreram em internação entre 1990 e setembro de 2005. Vinte e sete se enforca-

ram, o mais jovem com 14 anos, e um morreu enquanto estava sob contenção.<sup>143</sup>

Para crianças internadas em instalações para adultos, o risco de autolesão é especialmente alto. Alguns estudos realizados nos Estados Unidos indicam que crianças e adolescentes internados em prisões de adultos têm probabilidade até oito vezes maior de cometer suicídio do que as internados em instalações adequadas.<sup>144</sup>

## A INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS "FUNCIONA"?

Crianças submetidas a internação demonstram maior probabilidade de praticar infrações no futuro do que crianças colocadas em programas de redirecionamento. Nos Estados Unidos, praticamente todos os estudos que examinaram a reincidência entre crianças condenadas à internação em casas de internação concluíram que pelo menos 50 a 70% dos infratores são novamente aprisionados um ou dois anos após a soltura.<sup>145</sup> Por outro lado, os índices de reincidência entre crianças colocadas em programas alternativos baseados na comunidade são baixos, podendo atingir até 10%.<sup>146</sup> A reincidência é particularmente aguda entre crianças detidas com adultos. No Camboja, estima-se que seis em cada 10 crianças detidas em prisões para adultos sejam novamente aprisionadas por crimes mais sérios praticados após a sua soltura.<sup>147</sup>

De acordo com um especialista em justiça da infância e da juventude, "as pesquisas de avaliação indicam que o encarceramento de adolescentes infratores em grandes instituições de atendimento coletivo não os reabilita efetivamente e pode até causar-lhes danos. Um século de experiência com escolas de treinamento e prisões para crianças demonstra que eles constituem o único método amplamente avaliado de tratar delinquentes que é, confirmadamente, ineficaz."<sup>148</sup>

## OUTRAS CRIANÇAS SOB CUSTÓDIA DO ESTADO

### REFUGIADOS, SOLICITANTES DE ASILO E MIGRANTES

Crianças podem fugir de seu país natal por uma série de razões, inclusive conflitos armados, insurreição étnica, perseguição de sua família, morte ou desaparecimento dos pais e recrutamento militar forçado. Outras podem atravessar fronteiras em busca de melhores oportunidades econômicas e sociais, muitas vezes sem os documentos necessários ou em contravenção às leis de imigração. Seja em situação legal ou ilegal, muitas dessas crianças acabam internadas em instituições onde são isoladas da comunidade.

#### Crianças desacompanhadas

Embora muitas crianças refugiadas estejam acompanhadas dos pais ou sob os cuidados de parentes, um número significativo de crianças refugiadas ou solicitantes de asilo chegam separadas dos parentes próximos ou inteiramente desacompanhadas. Em 2004, países como a Áustria, Bélgica, França, Itália e Reino Unido relataram, cada um, entre 1.000 e 5.000 crianças solicitantes de asilo que chegaram separadas dos pais ou cuidadores.<sup>149</sup> Em 2005, a preocupação com a vulnerabilidade e a perda de direitos enfrentadas por crianças desacompanhadas e separadas que solicitavam asilo levou o Comitê dos Direitos da Criança a adotar um Comentário Geral, baseado no CDC, contendo orientações sobre a proteção, assistência e tratamento adequado dessas crianças.<sup>150</sup>

Atualmente, somente cerca de um terço dos países europeus possuem disposições legais e práticas relativas à assistência e proteção de crianças desacompanhadas. Essas providências deveriam incluir, em uma situação ideal, locais de recepção separados, proibição de detenção da criança e guardiões oficiais treinados. Mas a realidade é que muitos centros não estão equipados para satisfazer às necessidades das crianças e os funcionários não são treinados para lidar com elas, particularmente aquelas que se encontram traumatizadas. Isso aumenta a sua exposição potencial à violência. Um número significativo de crianças desacompanhadas e separadas desaparece dos locais de recepção ou durante o procedimento de asilo.<sup>151</sup> Alguns desses desaparecimentos são notificados como relacionados ao tráfico.

Grupos que trabalham com solicitantes de asilo detidos expressaram sua preocupação com o fato de que o nível de incerteza sobre a duração da detenção, combinado ao temor das consequências de uma possível volta, pode exacerbar o risco de essas crianças praticarem autolesão.<sup>152</sup> Essa ansiedade é particularmente evidente no caso de crianças que sobreviveram à tortura ou a um trauma grave no país de origem. A depressão pode levar a gestos desesperados. De acordo com o Programa Crianças Separadas na Europa, a internação de algumas crianças em centros residenciais "prolongou-se por anos e foi descrita como 'tortura mental', fazendo com que algumas crianças acreditassem que a única maneira de terminar esse sofrimento e de assumir algum tipo de controle sobre suas vidas seria cometer suicídio".<sup>153</sup>

## Instalações que se assemelham a prisões

Embora crianças nunca devam ser detidas em razão da sua situação de imigração, muitas são mantidas em instalações de segurança por longos períodos de tempo.

Na Austrália, por exemplo, centenas de meninas e meninos que solicitavam asilo foram mantidos em centros de detenção por um período médio de 20 meses. A detenção prolongada teve um impacto prejudicial significativo sobre a saúde mental e física de algumas dessas crianças. Algumas crianças mantidas em detenção apresentaram depressão, distúrbio de estresse pós-traumático e distúrbios de ansiedade. Outras crianças exibiam enurese, sonambulismo e terror noturno.<sup>154</sup> As crianças também foram expostas a agitações, protestos e violência ocorridos em alguns dos centros de detenção. Algumas crianças detidas também costuraram seus lábios e cometeram outros atos de autolesão.<sup>155</sup>

Em 2004 e 2005, crianças solicitantes de asilo foram detidas em centros de imigração ou confinadas em aeroportos internacionais de vários países, inclusive das Bahamas, Botsuana, República Árabe Líbia, Malásia, Tailândia, Estados Unidos e Europa.<sup>156</sup> Crianças podem ser detidas com seus parentes por delitos relacionados à imigração sem que seja avaliado se isso atende aos seus interesses superiores e sem que sejam consideradas alternativas à detenção. A soltura muitas vezes só ocorre depois da confirmação de reassentamento da criança ou da família em um terceiro país. Essas circunstâncias não implicam necessariamente em violência, mas podem colocar crianças em situações de alta vulnerabilidade e exposição.

## Detenção de crianças migrantes

As estatísticas sobre migração ilegal são escassas e pouco confiáveis devido à natureza clandestina dos canais de migração, mas os fluxos principais invariavelmente contêm crianças, inclusive algumas que se tornam desacompanhadas ou são separadas dos parentes próximos durante o processo migratório. Na Espanha, quase 1.400 crianças migrantes desacompanhadas e separadas foram aceitas pela Administração Andaluz do Sul da Espanha entre janeiro e outubro de 2005.<sup>157</sup> No México, apenas em 2005, mais de 4.000 crianças desacompanhadas, em sua maioria provenientes da Guatemala, foram devolvidas aos seus países de origem. Os procedimentos de retorno não incluem as salvaguardas necessárias para garantir a segurança e o bem-estar dessas crianças.

Há preocupações crescentes sobre o tratamento e a assistência dispensados às crianças migrantes no país de destino - e também no seu país de origem, nos casos em que as crianças são repatriadas. A "assistência" dispensada a essas crianças quase sempre envolve privação injustificada de liberdade ou internação em instituições abertas onde as condições são inadequadas. É comum que faltem a essas crianças as garantias e a representação jurídica disponíveis a outras crianças no país em questão.<sup>158</sup> Crianças detidas frequentemente são alojadas na mesma instituição com outros adultos com os quais não têm ligação familiar. Elas podem ser expostas a experiências traumáticas e ter pouco acesso à nutrição adequada, à assistência médica e à educação. Algumas crianças detidas por infração das leis de imigração são mantidas juntas com indivíduos acusados de delitos criminais.

A violência por parte de outras crianças também é um risco. Em um estudo realizado na África Setentrional sobre crianças migrantes detidas em centros na Espanha, muitas queixaram-se de extorsão, furto e abusos físicos praticados por crianças maiores e mais velhas. Muitas crianças relataram que os funcionários frequentemente não intervinham, mesmo quando os abusos ocorriam diante deles. Algumas fugiram dos centros acreditando que estariam mais seguras nas ruas.<sup>159</sup>

## CRIANÇAS EM EXÉRCITOS EM TEMPOS DE PAZ

Este estudo não abrange a questão das crianças que atuam como soldados durante períodos de guerra, abordado no estudo de 1996 das Nações Unidas O Impacto do Conflito Armado em Crianças (conhecido como Estudo Machel) e em estudos subsequentes. No entanto, crianças que fazem parte de forças militares governamentais podem estar sujeitas à violência em tempos de paz. O modo de vida, trabalho e residência dessas crianças é essencialmente institucional, ocorrendo em quartéis do exército ou campos de treinamento.

Em pelo menos 65 países de todo o mundo, meninos e meninas são recrutados para as forças militares do Governo, seja legalmente, como voluntários, ou ilegalmente, à força ou por meio de subterfúgios.<sup>160</sup> Há evidências consideráveis indicando que esses soldados com idade menor que 18 anos podem estar sujeitos a bullying, estupro, violência sexual e assédio, a ponto de cometerem autolesão e/ou suicídio e sofrerem de

depressão ou doença mental. Por exemplo, no Paraguai, crianças de até 12 anos de idade foram recrutadas à força para as forças armadas, muitas vezes com certidões de nascimento falsificadas por autoridades civis ou militares. Desde 1989, mais de 100 jovens recrutados morreram durante o serviço militar compulsório e muitos outros foram vítimas de acidentes graves. Acredita-se que as mortes e os ferimentos tenham resultado de castigos infligidos por oficiais e da falta de medidas de segurança para atividades perigosas, como o manejo de armas de fogo. Alguns recrutados sofreram danos psiquiátricos permanentes após maus-tratos sistemáticos.<sup>161,162,163</sup>

No Reino Unido, a morte suspeita de dois soldados de 17 anos de idade no Quartel do Exército em Deepcut levou a revelações de outros suicídios, bem como de dezenas de incidentes de autolesão e da ocorrência de bullying sistemático no quartel. Uma comissão parlamentar de 2004 realizou subsequentemente um inquérito e recomendou a adoção de um procedimento externo para investigar as alegações de bullying e abuso nas forças armadas britânicas.<sup>164</sup>

Embora não façam parte das forças armadas, milhares de crianças vivem permanentemente em bases militares nos quartéis do exército. No Cazaquistão, na Rússia e na Ucrânia, crianças sem teto e órfãs podem ser "adotadas" por unidades militares a partir dos 10 ou 11 anos de idade. Elas também recebem treinamento militar, o que acarreta preocupações com sua exposição a condições difíceis, bullying, outras formas de abuso e atividades perigosas como o treinamento com armas de fogo.<sup>165</sup>

## RESPOSTAS À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA EM INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS E CORRECIONAIS

Diversas medidas são necessárias para evitar e reagir à violência contra a criança em sistemas assistenciais e correccionais. Como em qualquer outro ambiente onde ocorra violência contra a criança, a prevenção primária nas instituições, para evitar a violência antes que ela aconteça, é de extrema importância. Isso requer duas linhas de atuação paralelas: a redução dos principais fatores que levam à internação de crianças em instituições e a oferta de alternativas às próprias instituições. A primeira, que só pode ser abordada de passagem nesta seção, também é discutida no capítulo sobre a violência contra a criança no lar e na família, onde alternativas à institucionalização são descritas em maiores detalhes.

Esta seção também aborda medidas secundárias de prevenção voltadas para a resposta imediata à violência nas instituições. Essas medidas levam em consideração que, por mais rápido que seja o avanço da prevenção inicial e a redução da institucionalização, as instituições existentes e todos os locais de assistência alternativa devem ser tornados lugares seguros para as crianças. Isso inclui um melhor treinamento e remuneração adequada para os funcionários, a oferta de serviços melhores e mais diversificados para satisfazer uma grande variedade de necessidades das crianças (incluindo as relacionadas a gênero e deficiências), melhor supervisão, transparência administrativa e maior receptividade às opiniões e ao envolvimento das crianças e suas famílias.

É igualmente essencial que sejam adotadas medidas para eliminar a impunidade dos responsáveis pela violência contra a criança, estabelecendo-se mecanismos eficazes e transparentes de monitoramento, investigação e responsabilização.

### AÇÃO LEGISLATIVA

Um fator essencial para a eliminação da violência contra a criança em instituições e em outras formas de assistência alternativa é a existência de uma clara base legislativa para lidar com a criança institucionalizada ou detida. Em alguns países, a melhor opção seria englobar essas medidas em uma lei abrangente da criança ou outra legislação semelhante de base ampla; em outros países, talvez seja necessário modificar as leis existentes. Em todos os casos, a legislação deve ser compatível com a CDC e outros instrumentos de direitos humanos. Algumas características importantes dessa legislação são descritas a seguir.

O próprio Estado não deve ser um perpetrador de violência contra indivíduos sob o seu cuidado. Sendo assim, todos os tipos de sentenças violentas devem ser eliminados, incluindo a pena de morte e a prisão perpétua sem possibilidade de soltura. O uso de castigos corporais e outras formas cruéis ou degradantes de punição ou controle deve ser explicitamente proibido dentro de todas as instituições ou locais de assistência alternativa onde crianças residam ou estejam detidas.

Para que haja redução do número de crianças sob custódia, o código penal e outros itens da

legislação relacionada ao crime e ao policiamento devem descriminalizar infrações de status e os comportamentos de sobrevivência (como a mendicância, a ociosidade e a vadiagem) para remover a base legal sobre a qual muitas crianças são colocadas sob custódia. Crianças exploradas sexualmente ou traficadas deveriam ser tratadas como vítimas a serem ajudadas e não como perpetradoras a serem capturadas, devendo receber cuidados e proteção no ambiente da comunidade. No caso de tráfico e entrada ilegal de crianças migrantes, deve haver uma cláusula não-punitiva para infrações às leis de imigração, como a posse de documentos fraudulentos.

A legislação deve refletir as obrigações do Estado para com a proteção da criança, não importando onde elas sejam institucionalizadas ou quem esteja administrando a instituição ou provendo a forma de assistência. Todos os funcionários em potencial devem passar por uma triagem. Todas as instituições e formas alternativas de assistência devem ser registradas e a assistência prestada às crianças nelas internadas deve ser regulada detalhadamente. Todas as instituições assistenciais e corretivas devem ser obrigadas a informar qualquer incidente envolvendo violência.

A legislação também impedir que as instituições funcionem de forma hermética, permanecendo imunes à atribuição de responsabilidades. O escrutínio público deve ser garantido de várias maneiras, inclusive a garantia de acesso para as famílias das crianças (exceto quando isso for contra seus interesses superiores), ONGs, instituições de direitos

humanos e ouvidores, advogados, a mídia e outros elementos da sociedade civil, respeitada a privacidade individual e a dignidade de meninas e meninos. A lei deve estabelecer sistemas eficazes de monitoramento e notificação, operados por órgãos competentes, com poderes para exigir informações sobre melhorias nas condições e para investigar e corrigir alegações de violência.

As garantias de que as vozes das crianças e das suas famílias serão ouvidas devem estar expressas na lei, e não apenas em manuais de orientação ou de procedimentos institucionais. A legislação deve assegurar a disponibilidade de mecanismos de queixas que sejam simples, acessíveis, independentes e seguros para as crianças nas instituições. As crianças e seus representantes também devem ter acesso a um processo de apelações caso não estejam satisfeitos com a resposta à sua queixa.

## **POLÍTICAS PARA EVITAR A INSTITUCIONALIZAÇÃO**

As políticas que regem os sistemas assistenciais e correccionais devem ter como meta tanto impedir a violência contra a criança institucionalizada ou sob custódia como reduzir o número de crianças que ingressam no sistema institucional, abrangendo desde os locais públicos e privados de assistência até a custódia policial, os centros de internação e as prisões para adultos. A internação e o atendimento institucional devem ser considerados como a última opção, levando-se em conta os interesses superiores da criança e suas necessidades especiais de longo prazo.

A maioria dos itens a seguir faz parte da abordagem de prevenção inicial, direcionada especificamente à redução da institucionalização. Evidentemente, a adoção de uma série de medidas gerais (como a oferta de melhores serviços básicos, incluindo aqueles voltados para famílias de crianças portadoras de deficiência ou outros fatores de risco, melhoria dos meios de subsistência, igualdade social e de gênero, combate ao abuso de substâncias, redução da violência doméstica, educação inclusiva, retenção educacional e objetivos gerais de desenvolvimento antipobreza) ajudaria, por definição, a aumentar a capacidade das famílias de criar ou lidar com crianças vulneráveis ou que correm algum risco, além de contribuir grandemente para manter crianças fora de instituições assistenciais e de internação.

### **O princípio do "último recurso"**

O atendimento institucional deve ser reservado às crianças cujas necessidades não possam ser satisfeitas em sua própria família ou em um ambiente familiar alternativo. No caso das crianças em conflito com a lei, a internação deve ser usada somente para aquelas que sejam avaliadas como um perigo real às outras crianças, e, mesmo assim, somente pelo menor período de tempo necessário.

Em termos práticos, esse princípio do "último recurso" significa que, sempre que uma criança for considerada ou incorporada à rede de atendimento, deve-se realizar uma avaliação para identificar o tipo de intervenção mais adequado às suas necessidades. Um objetivo importante dessa avaliação é garantir que crianças sejam admitidas ao atendimento residencial somente quando isso atender aos seus interesses superiores.

Não há nada de particularmente novo no princípio do "último recurso", seja para questões assistenciais ou correccionais. O problema é que, em muitas partes do mundo, o "último recurso" é frequentemente o único recurso considerado ou disponível. Embora haja sucessos locais, somente em poucas regiões os sistemas assistenciais e correccionais evoluíram em direção à criação de alternativas à norma. Nas palavras de um especialista que colaborou com este Estudo, "Não basta repetir sempre o mesmo mantra, ele tem que significar uma mudança radical na maneira como os sistemas funcionam".

### **Priorização das alternativas**

É necessário desenvolver alternativas familiares e baseadas na comunidade, além de mecanismos de redirecionamento, e alocar os recursos apropriados para que estes possam reduzir a dependência do atendimento institucional. É igualmente necessário implementar estratégias claras de reintegração das crianças na comunidade. Em muitos países, isso exigirá uma profunda mudança nas políticas existentes.

Os profissionais que trabalham com crianças, os formuladores de políticas públicas e as autoridades, inclusive a polícia e os juízes, devem ser instruídos sobre a disponibilidade e as vantagens do uso de alternativas à institucionalização e à detenção. Por exemplo, os serviços policiais devem ter policiais especificamente treinados e voltados para as questões de assistência e proteção à criança. Os médicos e outros profissionais de saúde devem ser capazes de fornecer às famílias de crianças portadoras de deficiência e de outras crianças em situação de risco as referências e informações de que elas precisam para cuidar dos seus filhos e oferecer-lhes apoio.

"Nós apanhamos das forças de segurança... quando somos capturados, a caminho da carceragem e quando chegamos à carceragem. Na carceragem, apanhamos dos outros prisioneiros, que nos pedem dinheiro. Durante o interrogatório, apanhamos para contar ao (inspetor de polícia) o que roubamos ou quem roubou."

Menino de rua, África Oriental e Meridional, 2005 X

Todos os doadores, sejam eles organizações multilaterais, intergovernamentais ou não-governamentais, devem apoiar ativamente as alternativas por meio de ações de convencimento junto ao governo e aos parceiros, bem como do apoio à atualização dos profissionais e às atividades de conscientização. Nos casos em que o Governo já tenha optado claramente por uma política não-institucional para crianças tornadas órfãs pelo HIV/AIDS e outras crianças carentes, como na África do Sul, as instituições de caridade e ONGs deverão respeitar essa política e evitar a construção de tipos de instalações que reforcem a estigmatização, a exclusão

social e a discriminação e dificultem os passos iniciais de crianças que, de outra forma, poderiam ter permanecido com os membros de sua família.<sup>166,167</sup> Os doadores que apóiam a reforma da justiça da infância e da juventude também devem estender esse apoio às alternativas à internação e aos programas de prevenção, não permitindo que seu auxílio financeiro seja usado para construir instalações de segurança.

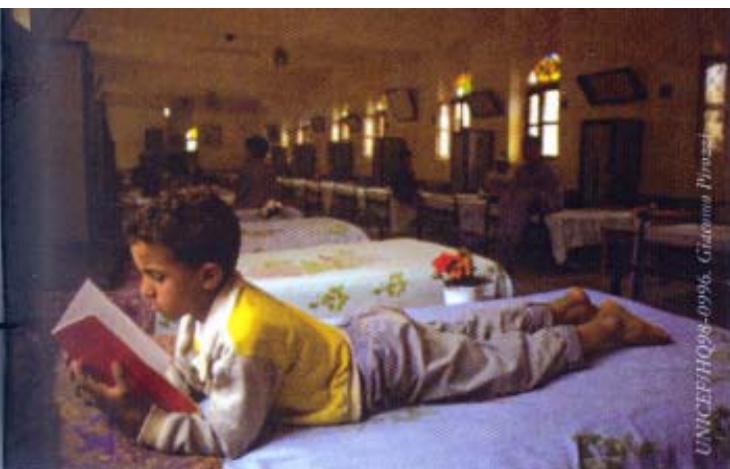
De modo mais geral, é necessário adotar uma educação pública que modifique as atitudes da sociedade quanto à assistência e à criminalização da criança, bem como quanto à própria insti-

## O ALTO CUSTO FINANCEIRO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

A institucionalização de crianças é cara, com um custo até 12 vezes maior que o custo per capita de opções de assistência no ambiente da comunidade, o que gera um dreno financeiro desnecessário nos orçamentos.<sup>168,169</sup> O Banco Mundial informou que o custo anual de uma criança em atendimento residencial na região de Kagera, na República Unida da Tanzânia, era seis vezes maior do que o custo de uma criança colocada em lar substituto.<sup>170</sup> Pesquisas realizadas na Ucrânia, na República da Moldávia e na Rússia em 2001 e 2002 demonstraram que a assistência residencial em lares e em pequenos grupos na comunidade custa aproximadamente a metade do atendimento institucional fornecido pelo Estado. O atendimento em lares de adoção custa cerca de um quinto a um terço do atendimento institucional oferecido pelo Estado. E os serviços sociais e de apoio às famílias custam aproximadamente um oitavo do atendimento institucional oferecido pelo Estado.<sup>171</sup>

Embora essas alternativas sejam mais baratas no longo prazo, sua criação requer recursos adicionais iniciais. Um estudo sobre institucionalização realizado nos países do ECO/CEI adverte que "a poupança resultante não será realizada imediatamente. A razão é que, para proporcionar uma transição suave, é necessário criar alternativas antes que um sistema institucional seja fechado ou tenha o seu tamanho reduzido... (No entanto,) à medida que as instituições sejam gradualmente fechadas, os custos serão reduzidos proporcionalmente à entrada em funcionamento do novo sistema. Esses custos transicionais extras devem ser encarados como um investimento na introdução de um sistema novo e melhor."<sup>172</sup>

tucionalização. Isso é essencial tanto para garantir que os formuladores de políticas públicas realmente coloquem essas idéias em prática como para informar as famílias sobre as soluções não-institucionais para o atendimento dos seus filhos.



*IÊMEN, 1998, Abdullah Ahmed, nove anos de idade, lê em sua cama no dormitório do Centro para a Reabilitação de Menores, na parte antiga de Sana'a.*

## ALTERNATIVAS À ASSISTÊNCIA INSTITUCIONAL

### Apoio às famílias destituídas e em risco

Com serviços adequados de apoio, muitos pais que, de outra forma, poderiam abandonar seus filhos ou recorrer à institucionalização podem ser auxiliados a cuidar dessas crianças. O apoio à família pode atenuar a violência no lar e outros fatores que levam crianças a entrar em conflito com a lei. Esse apoio inclui serviços sociais e de saúde básicos, acessíveis e de boa qualidade; visitas domiciliares realizadas por as-

sistentes sociais, enfermeiras visitadoras ou grupos de apoio baseados na comunidade (grupos de apoio mútuo, grupos religiosos locais etc.); programas que ensinem técnicas parentais eficazes; auxílio-subsistência para aliviar a pressão da pobreza; e assistência complementar para permitir que os pais, que têm uma carga pesada de cuidados a prestar, tenham uma folga de tempos em tempos. Os benefícios da manutenção a criança com a família são indiscutíveis em termos tanto da sua saúde e felicidade como dos seus interesses superiores. Além disso, o custo do apoio às famílias para que mantenham seus filhos em casa é substancialmente mais baixo que o custo da sua institucionalização.

O acesso à educação gratuita (ou, em certas circunstâncias, o auxílio-educação) é uma das formas de reduzir a institucionalização em lugares onde a pobreza está de tal forma entranhada que os pais podem se ver forçados a internar seus filhos em instituições para lhes proporcionar uma educação. No Zimbábue, a Sociedade de Proteção à Criança relata que a principal razão para que as famílias não queiram cuidar dos seus filhos é a preocupação com o custo da educação.<sup>173</sup> Os governos são obrigados a investir na educação para todas as crianças, e os doadores e ONGs devem priorizar a ajuda às famílias ou famílias substitutas por meio do pagamento das mensalidades escolares, em vez de estimular o uso de orfanatos ou a construção de instituições. Quando necessário, a educação escolar normal deve ser suplementada pela assistência dirigida e pelas atividades de extensão voltadas especificamente para crianças em situação de risco e suas famílias (ver o capítulo sobre a violência contra a criança na comunidade)

## **Apoio às famílias de crianças portadoras de deficiência**

Onde há crianças com deficiências, uma alternativa viável à institucionalização é a implantação de programas de apoio à família para permitir que crianças com necessidades de assistência intensiva permaneçam com a sua família natural. Esses programas oferecem às famílias várias combinações de treinamento, subsídios financeiros e serviços. Nas duas décadas que se seguiram à introdução de programas de apoio à família nos Estados Unidos e no Canadá, o número de crianças com deficiências de desenvolvimento que viviam em instituições foi redu-

zido em cerca de 70%.<sup>174</sup> Para que isso funcione, os pais de crianças portadoras de deficiência devem receber informações precisas sobre como cuidar da criança e sobre os serviços que estão disponíveis em sua comunidade. O mesmo se aplica aos pais portadores de deficiências ou de doenças crônicas como o HIV/AIDS.

Meninos e meninas portadores de deficiência têm igual direito à educação. Em 1999, estimou-se que apenas cerca de 3% das crianças portadoras de deficiência nos países em desenvolvimento tinham acesso à escola.<sup>175</sup> Crianças portadoras de deficiência têm direito à educação inclusiva, juntamente com outras crianças.

### **ESTUDO DE CASO: AJUDANDO AS FAMÍLIAS A CUIDAR DE SEUS FILHOS EM CASA**

Uma família do Líbano tinha quatro filhos entre dois e 12 anos. O pai estava gravemente incapacitado e precisava de cuidados intensivos. A mãe era ativa e saudável, mas estava desempregada e sobrecarregada com as necessidades diárias da família. Embora as três crianças mais velhas tivessem bom aproveitamento na escola, a mãe não podia pagar a mensalidade escolar. Ela procurou uma Aldeia SOS Criança e pediu que aceitassem seus filhos.

Em vez de tomar as crianças sob seus cuidados, a SOS fez um acordo com a mãe em que se comprometia a arcar com o custo das mensalidades escolares por um ano e entrou em contato com a escola para solicitar uma redução das mensalidades. Também foi pedido à mãe que preparasse um plano de negócios para uma atividade geradora de renda que ela pudesse realizar. A SOS propôs-se a arcar com os custos iniciais e conceder um empréstimo para o negócio. Em 15 dias, a mãe preparou um plano para a montagem de uma mini-padaria em uma loja perto de sua casa. Assim que abriu o negócio, ela começou a gerar renda e a pagar o empréstimo à SOS. A família logo tornou-se totalmente auto-suficiente e as crianças permaneceram em casa com seus pais.<sup>176</sup>

"Não sabemos por que você está aqui nem por quanto tempo terá que ficar. Você tem dez anos de idade, está com medo e confuso. A sua história de vida tem sido muito ruim - desespero na família e brigas violentas, nenhum dinheiro para comprar roupas ou jogos, às vezes nenhum dinheiro para comprar comida. Mas nada preparou você para isto. Ontem você estava em casa. Hoje de manhã, um assistente social veio e levou você embora. Você se juntou a mais de um milhão de crianças que vivem em instituições residenciais em toda a Europa e Ásia Central. Nós temos que tentar ver o mundo pelos olhos das crianças a quem servimos."

Maria Calivis, Diretora Regional para a ECO/CEI e Países Bálticos, UNICEF, 2005 XI

5

## **Apoio direto aos órfãos e crianças vulneráveis**

Quando a criança perde a sua família ou não pode permanecer com seus pais, as alternativas à institucionalização podem incluir uma família substituta, a adoção, o apoio a membros da família estendida para que atuem como cuidadores e os lares para pequenos grupos. Em regiões rurais da África com alta prevalência do HIV, onde crianças mais velhas desempenham o papel de arrimo de família, muitas vezes é possível oferecer apoio para manter os irmãos juntos e evitar o atendimento institucional.

## **Acolhimento de diferentes necessidades e preferências**

Os governos e todos os envolvidos nas decisões sobre internação, inclusive os tribunais, devem reconhecer que crianças diferentes precisam de diferentes tipos de assistência e buscar oferecer a maior gama possível de modalidades de assistência, garantindo a qualidade de cada uma delas. A CDC (artigo 20.3) também enfatiza a necessidade de levar em consideração as características étnicas, religiosas, culturais e lingüísticas de cada criança ao considerar as opções para ela.

As crianças têm o direito de participar de todas as fases do processo de internação (CDC, artigo 12).<sup>177</sup> Quando não for possível ou desejável que a criança permaneça com sua família biológica, tanto a criança como seus pais devem participar do processo de decisão sobre as opções de assistência, oferecendo-se à criança plenas oportunidades para expressar a sua opinião.

## **ALTERNATIVAS À DETENÇÃO EM INSTITUIÇÕES**

Como princípio norteador, crianças que precisam de assistência e proteção não devem ser apreendidas pela polícia, mas encaminhadas imediatamente a agências de proteção. Isso pode ser feito em parte pela descriminalização das infrações de status (como gazetear), dos comportamentos de sobrevivência (como a mendicância, a prostituição, a busca de comida e bens no lixo, a ociosidade ou a vadiagem), da vitimização pelo tráfico ou pela exploração criminosa e do comportamento anti-social ou incontrolável da criança, evitando assim uma resposta penal ao que é efetivamente um problema social ou de desenvolvimento/comportamento. Quanto às crianças que restarem - ou seja, aquelas realmente em conflito com a lei - é essencial que sejam "redirecionadas" o quanto antes da custódia da polícia e do sistema formal de justiça para programas alternativos.

Uma criança só deve ser detida como último recurso e pelo menor tempo possível. Devem ser estabelecidos sistemas de triagem para garantir que crianças sejam detidas apenas quando for avaliado que constituem um perigo real para outros, e somente após uma audiência judicial em que estejam representadas. A polícia, os juízes e as agências governamentais apropriadas devem desenvolver mecanismos para identificar o ambiente menos restritivo para cada criança, levando em consideração a sua situação individual. Qualquer criança cuja liberdade tenha sido restrita tem direito a assistência jurídica rápida ou outro tipo de assistência para questionar a legalidade da privação da sua liberdade (CDC, artigo 37d).

## ESTUDO DE CASO: PROJETOS-PILOTO DE REDIRECIONAMENTO NO QUÊNIA

Em 1997 e 1998, o Departamento de Serviços para Crianças do Quênia estimou que 80% das crianças dos casos existentes no sistema de justiça da infância e da juventude envolviam crianças que necessitavam de assistência e proteção. Apenas 20% das crianças haviam efetivamente praticado infrações, e poucos destes eram graves. Em 2001, o Departamento de Serviços para Crianças e o Save the Children do Reino Unido deram início um projeto-piloto cujo objetivo é redirecionar crianças para longe dos tribunais em Nairóbi, Nakuru e Kisumu.

O objetivo do programa é redirecionar crianças, especialmente aquelas necessitadas de assistência e proteção, para longe do sistema judiciário o mais cedo possível. Uma de suas metas é garantir que os policiais sejam treinados para encaminhar crianças a outras agências em vez de colocá-las sob detenção. Como parte do projeto, Unidades de Proteção à Criança especializadas foram constituídas nas principais delegacias das três áreas do projeto piloto e tanto os policiais quanto outras partes envolvidas receberam treinamento em direitos da criança e em processos de redirecionamento. No âmbito da comunidade, os grupos participantes oferecem treinamento de capacitação, aconselhamento para pais e crianças, educação não-formal, centros comunitários e abrigos temporários.

Nos quatro anos iniciais do programa, 2.800 crianças foram redirecionadas dos tribunais e as autoridades municipais constataram uma queda de 90% no número de crianças encaminhadas aos Tribunais da Criança nas áreas do projeto. As decisões da polícia e das equipes distritais sobre como auxiliar crianças tornaram-se muito mais rápidas, sendo que algumas crianças são reacomodadas diretamente a partir da delegacia. Atualmente, muitas permanecem sob custódia da polícia por menos de 24 horas, o que reduziu o congestionamento nas delegacias. Cerca de 70% das crianças redirecionadas dos tribunais foram reintegradas às suas famílias. O número de crianças na Casa de Internação de Crianças de Nairóbi caiu à metade. Em geral, as crianças estão passando apenas alguns dias em casas de internação, em vez de semanas ou meses.<sup>182</sup>

## Programas de redirecionamento baseados na comunidade

Existe uma grande variedade de alternativas à internação, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento. Muitas proporcionam reabilitação efetiva e reintegração dos adolescentes infratores à comunidade sem privá-los desnecessariamente da sua liberdade.<sup>178</sup> Essas alternativas incluem o estabelecimento de mecanismos baseados na comunidade para lidar com pequenas infrações antes que as crianças responsáveis dêem entrada no sistema judiciário formal, o uso de Conselhos Locais como "tribunais de primeira instância" para crianças e as iniciativas de justiça compensatória. Quando bem-sucedidos, esses programas reduzem o risco da exposição de crianças a um ambiente que as brutaliza, em que a raiva e o ressentimento crescem, o comportamento violento é a regra e a recidiva é quase sempre garantida.

Em alguns países, as práticas tradicionais oferecem modelos para lidar com crianças que entram em conflito com a lei sem recorrer à internação. Por exemplo, na Somália, de acordo com a lei consuetudinária, tradicionalmente os anciãos supervisionam a solução de conflitos e a compensação por crimes ou disputas. Quando uma criança praticou uma infração, seus pais e suas vítimas consultam juntos um ancião, que decide sobre a compensação a ser paga pelos pais da criança.<sup>179</sup> Entretanto, as tentativas de ampliar ou adaptar esses modelos exigem cuidado quanto às práticas que possam infringir a CDC e outros instrumentos de direitos humanos quanto às punições disponíveis e, em al-

guns casos, quanto às relações de gênero. Na justiça tradicional da Somália, por exemplo, as mulheres geralmente não podem falar por si e a compensação é sempre menor por crimes contra as mulheres do que por aqueles praticados contra homens.<sup>180</sup>

Nos últimos anos, diversas iniciativas de ONGs foram adotadas em países onde a polícia rotineiramente detém crianças por pequenas infrações. Por exemplo, nas Filipinas, até 94% das crianças detidas e sob custódia são réus primários e o nível de violência que experimentam sob custódia é alto. Nas Ilhas Visayas Filipinas, foram formados Comitês locais de Justiça da Criança para mediar os casos de crianças presas por pequenas infrações. Esse projeto da FREELAVA, uma ONG filipina, está funcionando agora em 10 barangays (aldeias ou distritos municipais) com população variando de 10.000 a 100.000 habitantes. Voluntários comunitários e conselheiros independentes que já foram crianças em conflito com a lei fornecem assistência às crianças retiradas de custódia e as ajudam a reintegrarem-se à comunidade. Embora os casos mais sérios - assassinato, estupro, tráfico de drogas, violência extrema - não sejam tratados pelos Comitês, o serviço de reintegração pode ajudar essas crianças ao saírem da prisão.<sup>181</sup>

Uma série de lições sobre "práticas recomendadas" surgiu dos esforços de redirecionamento baseados na comunidade. Esses programas devem ser adequados à idade e à maturidade da criança e podem abranger a criação de sistemas de advertência ou aviso, supervisão na instituição, mediação entre vítima e infrator, serviço comunitário como sentença e aconselhamento

familiar e comunitário. Muitas outras opções estão disponíveis e devem ser exploradas de acordo com as condições locais.

## **PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DENTRO DAS INSTITUIÇÕES**

É de primordial importância que todas as crianças que dão entrada nos sistemas assistenciais ou nas casas de internação sejam protegidas contra todas as formas de violência. Para tanto, uma estrutura jurídica clara e uma série de políticas, regulamentos e programas devem estar em funcionamento.

### **Seleção, treinamento e remuneração de pessoal**

Devido aos níveis documentados de violência perpetrada por funcionários contra crianças em instituições, os funcionários que trabalham em sistemas assistenciais e correccionais - incluindo famílias substitutas - devem ser cuidadosamente selecionados, passar por uma verificação de antecedentes criminais, receber treinamento adequado e a supervisão necessária, ser plenamente qualificados e receber salário adequado. Deve-se também contratar um número suficiente de funcionários para garantir um nível eficaz de atendimento e supervisão.

Os funcionários devem receber treinamento sobre direitos da criança e medidas disciplinares não-violentas. Deve-se tomar cuidado para não treinar os funcionários de maneira a criar um abismo entre eles e crianças e jovens. As necessidades mais prementes da criança são as de proteção e estímulo, e poucas reagem bem ao serem tratadas como "clientes" e "processos".

Devem ser envidados esforços para melhorar a situação das pessoas que trabalham com crianças nos sistemas assistenciais e correccionais de modo a garantir a existência de funcionários de alta qualidade. Os funcionários de serviços educacionais e de saúde devem ser institucionalmente independentes do órgão que administra a instituição. Todos os funcionários devem ser obrigados a informar qualquer caso de violência.

### **Conformidade com padrões internacionais**

Nos locais onde há crianças sob custódia, os padrões internacionais de devido processo da lei devem ser estritamente seguidos (veja na Introdução deste capítulo os padrões relevantes da ONU). Esses padrões incluem o direito de ser informado prontamente sobre as acusações que pesam contra o jovem detento, o direito à assistência jurídica e a rápida solução do caso da criança.

A notificação dos pais ou guardiões da criança, incluindo ONGs credenciadas para trabalhar com crianças, deve ser obrigatória sempre que uma criança for presa ou colocada sob custódia. Desde os primeiros estágios da apreensão, a criança deve receber assistência médica e jurídica gratuita de profissionais independentes. Um dos pais, um guardião ou outro adulto responsável pela criança deve estar presente durante as entrevistas ou o interrogatório da criança. Diretrizes sobre transferências devem ser adotadas e estritamente observadas para limitar a duração do período de custódia da criança pela polícia e garantir a sua transferência para

serviços de assistência mais adequados. As delegacias e carceragens devem ser submetidas a monitoramento regular e independente.

As condições de todas as instituições devem ser compatíveis com os padrões internacionais, incluindo a prestação de serviços de saúde física e mental, nutrição adequada e saneamento. A dignidade da criança e a necessidade de espaço pessoal devem ser respeitadas. As crianças devem ser separadas dos adultos e as mais novas e mais vulneráveis devem ser separadas das crianças mais velhas ou sabidamente violentas. As instalações não devem ser superlotadas e as crianças devem ter oportunidades para recreação e mobilidade. As crianças não devem perder o direito à educação, à orientação vocacional e a outros programas que propiciem o seu desenvolvimento pleno.

### **Monitoramento e investigação**

Todas as instalações devem ser inspecionadas e monitoradas de forma independente por órgãos qualificados, que devem gozar de total acesso a elas e de liberdade para entrevistar crianças e funcionários com privacidade. Esses órgãos devem ter o poder e a capacidade de monitorar condições e investigar rapidamente qualquer alegação de violência. Esses órgãos podem incluir ouvidores, comissões independentes, cidadãos ou conselhos de avaliação da polícia.

### **Mecanismos de queixas**

Crianças mantidas nos sistemas assistencial e correccional devem ter oportunidades simples, acessíveis e seguras de queixarem-se da maneira

como são tratadas, sem risco de represálias. Crianças também devem ter oportunidades para se expressarem livremente e verbalizarem suas preocupações, especialmente aquelas que relutam em acessar os mecanismos formais de queixas. Crianças e suas famílias também devem dispor de um processo de apelação caso não estejam satisfeitas com as respostas às suas queixas.

### **MECANISMOS DE REPARAÇÃO E RESPOSTA**

Quando a violência contra a criança acontece, seja em instituições assistenciais ou correccionais, os perpetradores devem ser responsabilizados e as crianças afetadas devem receber cuidados, apoio e compensação adequados. Crianças submetidas a atos de violência (tanto anterior como subsequente à sua internação) devem receber tratamentos de saúde física e mental adequados. As intervenções adequadas podem incluir trabalho educacional e psicossocial, individualmente ou em grupo, e psicoterapia. Deve-se dispensar atenção especial à restauração da sua confiança nas relações humanas como parte importante do processo de restabelecimento. No caso de minorias étnicas ou outras que tenham sido sistematicamente institucionalizadas em maior número que o restante da população, especialmente como resultado de políticas governamentais, talvez seja necessário considerar formas coletivas de reparação.

A violência contra a criança nunca será totalmente eliminada enquanto os agressores acreditarem que não serão punidos. Portanto, para garantir que não haja impunidade para perpetradores de violência contra a criança, os Esta-

dos devem implantar uma série de sanções adequadas e progressivas contra os indivíduos responsáveis pela violência contra a criança em instituições e contra o modo como as instituições (públicas ou privadas) onde essa violência ocorre são administradas. Essa progressão de sanções deve incluir:

- processo criminal
- ações civis, incluindo ações de perdas e danos e mandados de segurança (por exemplo, impondo mudanças na instituição)
- procedimentos administrativos (como a revogação da licença de funcionamento, a imposição de multas ou o fechamento das instalações)
- sanções profissionais relativas ao emprego (por exemplo, anotação na folha do funcionário, demissão, proibição de trabalhar com crianças).

Por fim, a política é aperfeiçoada quando é baseada em dados confiáveis e esses dados estão disponíveis para consulta pública. Todas as internações devem ser registradas e relatadas a um órgão central, e dados estatísticos detalhados sobre todas as crianças envolvidas em qualquer forma de assistência ou internação devem ser tornados públicos. Os Estados devem analisar e publicar dados sobre todos os casos de violência, as respostas às denúncias e as práticas de aplicação da lei, inclusive as ações realizadas contra perpetradores de violência contra a criança ou contra instituições em que tais atos de violência são praticados.

## **DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS QUE JÁ SE ENCONTRAM SOB ATENDIMENTO**

Conforme as alternativas sejam desenvolvidas e implementadas, deve-se concentrar esforços para fechar as grandes instituições (veja o quadro). Nos locais onde a desinstitucionalização for introduzida, essa operação deverá ser realizada com muito cuidado e de maneira monitorada e adequada.

Para garantir que crianças não sejam retidas desnecessariamente em instituições de atendimento residencial ou de outra natureza, os encaminhamentos devem ser revistos regularmente para determinar se é necessário que a criança continue institucionalizada ou se é possível um encaminhamento alternativo ou a volta da criança à família (artigo 25 da CDC). Essa avaliação deve ser realizada com plena participação da criança e, quando for adequado, da família da criança, juntamente com um grupo multidisciplinar que inclua educadores, assistentes sociais, representantes da instituição e outros.

Crianças colocadas no mundo ao final de um longo período de atendimento institucional ou de internação não devem ser simplesmente deixadas à própria sorte, sem acompanhamento ou apoio. Muitas crianças sentem-se como se tivessem sido "empurradas da beira de um precipício" quando saem do atendimento e têm que cuidar de suas vidas de forma independente. Elas podem não ter experiência suficiente sequer para tomar as decisões mais simples por conta própria. Depois de perder seus amigos e o que consideram como "lar",

## ESTUDO DE CASO: DESINSTITUCIONALIZAÇÃO NO SUDÃO

Em 2003, aproximadamente 110 bebês eram abandonados mensalmente nas ruas de Cartum, dos quais 50% morriam horas após terem sido abandonados. Os sobreviventes eram acolhidos em Maygoma, a única instituição para bebês de Cartum, onde os índices de mortalidade chegavam a 75%. Entre 1998 e 2003, de 2.500 bebês acolhidos, somente 400 sobreviveram. Os sobreviventes sofriam de graves atrasos de desenvolvimento e alguns de doenças crônicas devido à má nutrição e à ausência de estímulos e cuidados individuais.

Para lidar com os problemas em Maygoma, o governo sudanês, organizações da ONU, grupos comunitários e ONGs importantes, como a Médicos Sem Fronteiras e a Hope and Homes for Children (Esperança e Lares para Crianças), formaram uma força-tarefa. Essa força-tarefa identificou três necessidades principais na comunidade: serviços para impedir a separação das crianças de suas famílias e para reunir famílias; atendimento em família alternativa para crianças que não podiam permanecer com suas famílias; e serviços especializados para crianças portadoras de deficiência. O objetivo da força-tarefa era o eventual fechamento de Maygoma.

O programa desenvolvido pela força-tarefa incluiu estratégias de comunicação para tratar o estigma associado às crianças nascidas fora do casamento, o treinamento e a ativação de assistentes sociais, o desenvolvimento de programas de assistência alternativa em família (para atendimentos tanto emergenciais como permanentes) e programas de prevenção para identificar mães em situação de risco e para devolver bebês às suas mães biológicas.

O programa foi um enorme sucesso. Os índices de mortalidade em Maygoma caíram para 33% em 2004 e para 10% em 2005. A porcentagem de crianças acolhidas da rua baixou de 75% para 30% e 51 bebês foram reunidos às suas mães. Em menos de dois anos, mais de 500 bebês foram colocados em famílias alternativas. Todos recuperaram o atraso de desenvolvimento. O programa também é eficaz em termos econômicos. As despesas de cada criança colocada em família alternativa correspondem a um décimo do custo do atendimento em Maygoma.

O fechamento de Maygoma está previsto para 2006.<sup>184</sup>

elas podem ter grande dificuldade de adaptação a qualquer regime novo, seja a independência ou outra forma de atendimento. Por exemplo, crianças egressas do sistema de atendimento dos Estados Unidos que se tor-

naram sem-teto após a saída identificaram a necessidade de instrução sobre os procedimentos da vida cotidiana, programas de residências de transição e ajuda de assistentes sociais para localizar lares e serviços dispo-

níveis. Essas crianças também explicaram como o ambiente altamente regulamentado dos lares para grupos havia limitado a sua capacidade de tomar decisões independentemente e de adquirir novas habilidades que as preparassem para a vida adulta antes de saírem do sistema. "Não adianta nos superproteger e depois esperar que sejamos independentes", disse uma jovem.<sup>183</sup>

## **EDUCAÇÃO DO PÚBLICO: PASSANDO A MENSAGEM**

As atitudes da sociedade desempenham um papel importante na maneira como as instituições tratam - ou maltratam - as crianças sob sua responsabilidade. Portanto, é necessário investir em campanhas públicas que promovam os direitos das crianças e combatam os estereótipos negativos associados a certos grupos de crianças, como as que moram ou trabalham nas ruas, as pertencentes a minorias raciais ou étnicas e crianças órfãs, deficientes ou afetadas pelo HIV/AIDS, pois a exclusão e a discriminação exacerbam o risco de violência. As pessoas e as famílias devem ser encorajadas a exigir mais apoio para que elas mesmas possam cuidar de seus filhos e a resistir às pressões para entregá-los ao atendimento institucional.

## **QUANDO OS RECURSOS SÃO ESCASSOS**

Muitas das respostas descritas neste capítulo dependem da capacidade dos sistemas assistenciais e da disponibilidade de assistentes sociais qualificados. Em muitos países essa ca-

pacidade é mínima ou inexistente, particularmente em áreas rurais. Por exemplo, a falta de assistentes sociais é aguda em muitos países. Segundo autoridades governamentais da Namíbia, em 2002 havia somente 118 assistentes sociais matriculados no país todo e na região de Caprivi havia apenas um assistente social para atender uma população de 79.000 pessoas. No Zimbábue, a Sociedade de Proteção à Criança relatou que a perda de assistentes sociais devido à emigração provocou atrasos significativos no exame de casos de assistência social à criança, com crianças que ficaram "presas" em instituições e atrasos na colocação de crianças em famílias substitutas.

No entanto, há muito que pode ser feito por meio de organizações e recursos comunitários. Essas organizações incluem grupos religiosos, associações de vizinhança, grupos de mulheres e comitês de anciãos ou outros líderes comunitários de aldeias. Embora algumas dessas organizações possam ser formadas ou assumir essas responsabilidades espontaneamente ou como reação a eventos específicos, a capacitação de comunidades e paraprofissionais locais é crucial.

Em resposta ao número crescente de casos de pequenas infrações praticadas por adolescentes que eram submetidos ao sistema jurídico formal, os conselhos locais de Uganda receberam treinamento para reforçar o seu papel na proteção de crianças e adolescentes em conflito com a lei. As iniciativas específicas de capacitação e apoio aos comitês dos conselhos locais incluem o treinamento sobre os papéis desempenhados e a jurisdição no tratamento de

casos que envolvam crianças, o treinamento em procedimentos de redirecionamento e a capacitação em direitos da criança, crescimento e desenvolvimento, reabilitação e reintegração. Os conselhos locais tratam dos casos que envolvam crianças, mas também encaminham alguns casos à polícia e a entidades de assistência social de pessoas em liberdade condicional. Os conselhos locais adotam formas alternativas de punição, como a compensação, o pedido de desculpas e a restituição, e têm organizado campanhas de conscientização para mostrar o valor das penas alternativas não-custodiais às comunidades próximas. Esse projeto ajudou a redirecionar casos envolvendo crianças para fora do sistema formal de justiça.<sup>185</sup>

No Malauí, os Comitês Comunitários de Prevenção ao Crime estão combinando a lei vigente aos modos tradicionais de lidar com questões que envolvam crianças. Os comitês têm como objetivo redirecionar crianças em conflito com a lei para fora do sistema judiciário por meio do aconselhamento à família e à criança e do apoio à reintegração da criança. Para apoiar o trabalho dos comitês, o UNICEF também apóia o trabalho de conscientização voltado para o aumento da percepção dos pais, professores e especialmente dos líderes tradicionais sobre as possibilidades de prevenção do crime e redirecionamento. O UNICEF em Malauí relata que, atualmente, a maioria das pequenas infrações é tratada dentro da comunidade, sem o envolvimento da polícia ou do judiciário, e que tanto o número de casos julgados em tribunais quanto os níveis de reincidência diminuíram.<sup>186</sup>

## RECOMENDAÇÕES

Todos os Estados têm a obrigação de proteger todas as crianças contra todas as formas de violência, não importando para onde tenham sido encaminhadas ou quem é responsável pela assistência. Para impedir e combater eficazmente a violência contra a criança nos sistemas assistenciais e correccionais, é necessário adotar uma série de medidas e engajar diversas organizações e grupos. É essencial formular planos de ação, orçá-los e debatê-los exaustivamente para que a sociedade adote esses objetivos como seus. Nesse processo, as vozes das crianças e das suas famílias devem ser ouvidas e levadas em consideração.

### Para todos os ambientes assistenciais e correccionais

1. **Todas as formas de violência nos sistemas assistenciais e correccionais devem ser proibidas.** Os governos devem garantir que as leis setoriais aplicáveis aos sistemas assistenciais e correccionais reflitam a proibição legal de todas as formas de violência em âmbito nacional. Essa proibição legal deve ser acompanhada de diretrizes detalhadas para todos os envolvidos.
2. **A institucionalização deve ser o último recurso e alternativas devem ser priorizadas.** Cabe aos governos garantir que a internação em ambiente institucional seja evitada sempre que possível e oferecer uma ampla gama de alternativas aos sistemas assistenciais e correccionais.

3. **Contratações e treinamento de qualidade devem ser garantidos.** Os governos devem estabelecer políticas de recrutamento, treinamento e contratação, bem como códigos de conduta calcados nos direitos da criança, para garantir que todos aqueles que trabalham nos sistemas assistenciais e correccionais estejam qualificados e aptos para trabalhar com crianças e jovens, que sua situação profissional seja reconhecida e que seus salários sejam adequados. A quantidade de funcionários contratados deve proporcionar níveis adequados de supervisão e controle.
  4. **A polícia, órgãos de encaminhamento, advogados, juízes, gerentes das instituições e funcionários devem ser conscientizados.** Os governos devem garantir que todos aqueles que entram em contato com crianças durante o seu processo de assimilação nos sistemas assistenciais e correccionais conheçam os direitos da criança. Isso é igualmente aplicável às próprias crianças e aos seus pais.
  5. **O sistema judiciário deve ser sensível às necessidades da criança e de sua família.** Cabe aos governos evitar que crianças vítimas, inclusive as que presenciaram violência na família, não sejam novamente vitimizadas durante o processo judicial nem sujeitas a interrogatórios ou outros processos legais prolongados e exaustivos. De acordo com as Diretrizes sobre Justiça para Crianças Vítimas e Testemunhas de Crimes (Resolução no 2005/20 do ECOSOC), todas as investigações, procedimentos polici-
- ais, ações penais e processos jurídicos devem levar em conta as necessidades da criança no que concerne à idade, gênero, deficiência e nível de maturidade, respeitando totalmente a sua integridade física, mental e moral. Se for do interesse superior da criança, ela deverá ser acompanhada por um adulto de confiança durante todo o seu envolvimento no processo judicial. Além disso, a privacidade da criança deverá ser protegida, sua identidade e confidencialidade respeitadas e ela não poderá ser submetida a um excesso de entrevistas, declarações, audiências e contatos desnecessários com o processo judicial.
- O uso de gravação em vídeo deverá ser considerado, bem como outros auxílios testemunhais, como o uso de telas de separação ou de circuito fechado de televisão. Os contatos desnecessários com o suposto perpetrador ou o seu advogado de defesa deverão ser eliminados. Também deverá ser garantido à criança um julgamento rápido, a não ser que a demora seja do interesse superior da criança.
6. Os governos devem garantir que as autoridades reavaliem regularmente as razões para a internação de uma criança, seja em instituição residencial ou em casa de internação, e determinem se é necessário que continue institucionalizada. A criança (e seus pais, se for o caso) deverá ser envolvida em todos os estágios da avaliação realizada para determinar as opções adequadas de assistência.
-

7. **Implantar mecanismos eficazes de queixa, investigação e aplicação da lei.** Os governos devem proporcionar à criança oportunidades simples, acessíveis e seguras de apontar problemas e queixar-se da forma como é tratada, sem risco de represálias e com acesso aos tribunais quando necessário. Todas as denúncias de violência deverão ser submetidas a uma investigação imediata e detalhada e os informantes deverão ser protegidos contra represálias.
8. **Sanções eficazes devem ser aplicadas a agressores.** Os governos devem adotar e aplicar procedimentos e sanções criminais, civis, administrativas e profissionais adequadas e contínuas contra os perpetradores da violência contra a criança, bem como contra os responsáveis pelas instituições em que essa violência é praticada.
9. **Um monitoramento e um acesso efetivos devem ser garantidos.** Os governos devem submeter as instituições a inspeções regulares por órgãos independentes, adequadamente empoderados para tanto, com autoridade para entrar no local sem aviso, entrevistar a criança e os funcionários com privacidade e investigar qualquer suposta violência. O acesso de ONGs, advogados, juízes, ouvidores, instituições nacionais de direitos humanos, parlamentares, representantes da mídia e outros interessados deverá ser franqueado conforme seja apropriado, respeitados os direitos da criança à privacidade.
10. Registro e coleta de dados. Os governos devem garantir que todas as internações e

movimentações de crianças de uma instituição para outra, incluindo casas de internação, sejam registradas e relatadas de forma centralizada. Os dados sobre crianças detidas e em atendimento residencial devem ser coletados e publicados sistematicamente. No mínimo, esses dados devem ser desmembrados por gênero, idade, deficiência e razões para a internação. Todos os incidentes envolvendo violência devem ser registrados e notificados de forma centralizada. Informações adicionais sobre a violência contra a criança devem ser obtidas em entrevistas confidenciais finais com todas as crianças que deixem dessas instituições, para que sejam medidos os avanços no combate à violência contra a criança.

#### **Para os sistemas de atendimento e assistência social**

11. **A capacidade dos pais de cuidar dos seus filhos deve ser apoiada.** Os governos devem cumprir suas obrigações no tocante à redução dos índices de abandono e de institucionalização, garantindo o acesso dos pais ao apoio adequado, o que inclui serviços e programas de renda mínima. Deve-se oferecer apoio prioritário às famílias de crianças portadoras de deficiência e outras crianças que correm risco de abandono ou de institucionalização.
12. **A aplicação de alternativas à institucionalização deve ser garantida a todas as crianças necessitadas de assistência.** Isso inclui todas as crianças que precisam de assistência, particularmente crianças órfãs,

portadoras de deficiência e membros de minorias ou grupos marginalizados. Cabe ao governo garantir que as alternativas de assistência no ambiente familiar sejam favorecidas em todos os casos e sejam a única opção para bebês e crianças pequenas.

### Para os sistemas de justiça

13. **Os índices de internação devem ser reduzidos.** Os governos devem garantir que a internação seja empregada somente para adolescentes infratores avaliados como um perigo real para outras pessoas, e, mesmo assim, somente como último recurso, pelo menor período de tempo possível e após audiência judicial. Mais recursos deverão ser investidos em programas alternativos de reabilitação e de reintegração baseados na família ou na comunidade.
14. **Reforma jurídica.** Cabe aos governos proibir a aplicação de qualquer tipo de pena violenta para infrações praticadas por adolescentes, como a pena de morte e todas as penas indeterminadas e desproporcionais, inclusive a prisão perpétua sem liberdade condicional e os castigos corporais. As infrações de status (como o absenteísmo escolar), os comportamentos de sobrevivência (como a mendicância, a prostituição, a coleta de comida e bens no lixo, a ociosidade e a vadiagem), a vitimização ligada ao tráfico ou à exploração criminal e o comportamento anti-social ou incontrolável devem ser descriminalizados.
15. **Sistemas de justiça da infância e da juventude voltados para a criança devem ser estabelecidos.** Os governos devem implantar sistemas de justiça da infância e da juventude que sejam abrangentes, voltados para os interesses da criança e tenham a reabilitação e a reintegração social como seus principais objetivos. Esses sistemas devem aderir aos padrões internacionais, assegurando os direitos da criança ao devido processo da lei, à assistência de um advogado, ao contato com sua família e à solução dos casos com a maior rapidez possível.

## REFERÊNCIAS

- 1 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children in Conflict with the Law. 4-5 de abril de 2005, Genebra. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 2 Academia Americana de Pediatria (2001). Assessment of Maltreatment of Children with Disabilities (Policy Statement). *Pediatrics*, 108(2): 508-512.
- 3 Teplin LA et al. (2005). Early Violent Death Among Delinquent Youth: A Prospective Longitudinal Study. *Pediatrics*, 115: 1586-1593.
- 4 Ministério das Relações Exteriores da Suécia (2001). Children in Institutions. Estocolmo, Ministério das Relações Exteriores da Suécia.
- 5 Nações Unidas (1990). Convenção sobre os Direitos da Criança. Nova Iorque, ONU. Disponível em: <http://www.ohchr.org/english/law/pdf/crc.pdf>.
- 6 Nações Unidas (1985). United Nations Standard Minimum Rules for the Administration of Juvenile Justice ('The Beijing Rules'). Adotado pela Resolução da Assembléia Geral nº 40/33 de 29 de novembro de 1985. Disponível em: <http://www.ohchr.org/english/law/beijingrules.htm>.
- 7 Nações Unidas (1990). United Nations Guidelines for the Prevention of Juvenile Delinquency (The 'Riyadh Guidelines'). Adotado pela Resolução da Assembléia Geral nº 45/112 de 14 de dezembro de 1990. Disponível em: [http://www.unhcr.ch/html/menu3/b/h\\_comp47.htm](http://www.unhcr.ch/html/menu3/b/h_comp47.htm).
- 8 Nações Unidas (1990). United Nations Rules for the Protection of Juveniles Deprived of their Liberty. Adotado pela Resolução da Assembléia Geral nº 45/112 de 14 de dezembro de 1990. Disponível em: [http://www.unhcr.ch/html/menu3/b/h\\_comp37.htm](http://www.unhcr.ch/html/menu3/b/h_comp37.htm).
- 9 Carter R (2005). Family Matters: A Study of Institutional Childcare in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union. Londres, EveryChild.
- 10 Boswell J (1988). *The Kindness of Strangers: The Abandonment of Children in Western Europe from Late Antiquity to the Renaissance*. Nova Iorque, Pantheon Books.
- 11 OHCHR (2005). Informal Note on Indigenous Children: Four Years Experience of Servicing the Mandate of the UN Special Rapporteur. Preparado para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança.
- 12 UNICEF (2003). Children in Institutions: The Beginning of the End? The Cases of Italy, Spain, Argentina, Chile and Uruguay. Innocenti Insight. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti.
- 13 Burchell G (2005). Meeting the Challenges of Out-of-Home Care Provision. Apresentação ao Comitê dos Direitos da Criança no Dia de Discussão Geral sobre Crianças Sem Assistência Parental. United Aid do Azerbaijão.
- 14 Include Youth (2005). Apresentação ao Comitê dos Direitos da Criança no Dia de Discussão Geral sobre Crianças Sem Assistência Parental. Belfast, Include Youth.
- 15 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children with Disabilities. 28 de julho de 2005, Nova Iorque. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 16 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children with Disabilities. 28 de julho de 2005, Nova Iorque. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 17 Kendrick A (1998). 'Who Do We Trust?' The Abuse of Children Living Away from Home in the United Kingdom. Documento apresentado ao 12o. Congresso Internacional sobre Abuso e Negligência Infantil (ISPCAN). Setembro de 1998, Auckland, Nova Zelândia.
- 18 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children with Disabilities. 28 de julho de 2005, New York. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.

- 19 Berridge D, Brodie I (1996). Residential Child Care in England and Wales: The Inquiries and After. In: Hill M, Aldgate J (eds). *Child Welfare Services: Developments in Law, Policy, Practice and Research*. Londres, Jessica Kingsley, pp 180-195.
- 20 Barter C (2003). *Abuse of Children in Residential Care*. Londres, NSPCC.
- 21 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children in Conflict with the Law. 4-5 de abril de 2005, Genebra. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 22 Human Rights Watch (2001). *Easy Targets: Violence Against Children Worldwide*. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 23 Westcott H, Clement M (1992). *NSPCC Experience of Child Abuse in Residential Care and Educational Placements: Results of a Survey*. Londres, NSPCC.
- 24 Astra, Centro dos Direitos da Criança, Centro de Direito Humanitário e OMCT (2004). *State Violence in Serbia and Montenegro: An Alternative Report to the United Nations Human Rights Committee*. Genebra e Belgrado.
- 25 Keating P et al. (2003). *Review of Children's Homes and Places of Safety in Jamaica*. Kingston, Jamaica, Ministério da Saúde.
- 26 Aliança Internacional Save the Children (2003). *A Last Resort: The Growing Concern About Children in Residential Care*. Londres, Save the Children UK.
- 27 Barth RP (2002). *Institutions vs Foster Homes: The Empirical Base for a Century of Action*. Chapel Hill, NC, University of North Carolina School of Social Work, Jordan Institute for Families.
- 28 Almaty (2002). *Alternative Report of Non-Governmental Organisations of Kazakhstan*. Disponível em: [http://www.crin.org/docs/resources/treaties/crc.33/kazakhstan\\_ngo\\_report.pdf](http://www.crin.org/docs/resources/treaties/crc.33/kazakhstan_ngo_report.pdf).
- 29 Stativa E (2000). *Survey on Child Abuse in Residential Care Institutions in Romania (ABSUR)*. Disponível em: [http://www.crin.org/docs/resources/treaties/crc.40/GDD\\_2005\\_stativa1eng.pdf#search=%22Survey%20o%20n%20Child%20Abuse%20in%20Residential%20Care%20Institutions%20in%20Romania%22](http://www.crin.org/docs/resources/treaties/crc.40/GDD_2005_stativa1eng.pdf#search=%22Survey%20o%20n%20Child%20Abuse%20in%20Residential%20Care%20Institutions%20in%20Romania%22).
- 30 Carter R (2005). *Family Matters: A Study of Institutional Childcare in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union*. Londres, EveryChild.
- 31 Barter C (2003). *Abuse of Children in Residential Care*. Londres, NSPCC. Disponível em: [http://www.nspcc.org.uk/Inform/OnlineResources/InformationBriefings/AbuseOfChildrenInResidentialCare.asp\\_ifegap26011.html](http://www.nspcc.org.uk/Inform/OnlineResources/InformationBriefings/AbuseOfChildrenInResidentialCare.asp_ifegap26011.html).
- 32 UNICEF (2003). *Children in Institutions: The Beginning of the End? The Cases of Italy, Spain, Argentina, Chile and Uruguay*. Innocenti Insight. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti.
- 33 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: North America*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 34 Goodman R (2000). *Children of the Japanese State: The Changing Role of Child Protection Institutions in Contemporary Japan*. Oxford, Oxford University Press.
- 35 Aliança Internacional Save the Children (2003). *A Last Resort: The Growing Concern about Children in Residential Care*. Londres, Save the Children UK.
- 36 Escritório Regional da UNICEF para a América Latina e Caribe (2004). *Convention on the Rights of the Child. Fifteen Years Later*. América Latina, UNICEF.
- 37 Foster G (2004). *Study of the Response by Faith-Based Organisations to Orphans and Vulnerable Children*. UNICEF e Word Conference of Religions for Peace.
- 38 Aliança Internacional Save the Children (2003). *A Last Resort: The Growing Concern about Children in Residential Care*. Londres, Save the Children UK.

- 39 Ministério do Trabalho, Gênero e Desenvolvimento Social de Uganda (2003). Uganda Country Report for the Stockholm Conference on Residential Care. Universidade de Estocolmo, Suécia.
- 40 Powell G et al. (no prelo). Children in Residential Care: The Zimbabwean Experience. Nova Iorque, UNICEF.
- 41 UNICEF (2003). Africa's Orphaned Generations. Nova Iorque, UNICEF.
- 42 Banco de dados TransMONEE Database (2002). Centro de Pesquisas Innocenti da UNICEF, Florença. Citado em: Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Violence in Residential Facilities for Children. Regional Desk Review: Europe and Central Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>
- 43 UNICEF (2005). Children and Disability in Transition in CEE/CIS and Baltic States. Nova Iorque, UNICEF.
- 44 Burnett A (2005). Study Examines the Situation of Children with Disabilities in Uzbekistan. Tashkent, Uzbequistão, UNICEF. Disponível em: [http://www.unicef.org/infobycountry/uzbekistan\\_25809.html](http://www.unicef.org/infobycountry/uzbekistan_25809.html).
- 45 Tobis D (2000). Moving from Residential Institutions to Community-based Social Services in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union. Washington, DC, Banco Mundial.
- 46 Carter R (2005). Family Matters: A Study of Institutional Childcare in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union. Londres, EveryChild.
- 47 Tobis D (1992). The Continuum of Child Welfare Services: Principles and Practices for Central and Eastern Europe. Documento apresentado ao Seminário Regional da Europa Oriental e Central, Sofia, Bulgária, setembro/outubro de 1992. Citado em: Carter R (2005). Family Matters: A Study of Institutional Childcare in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union. Londres, EveryChild.
- 48 A Jones et al. (Eds) (1991). Soviet Social Problems. Boulder, Colorado, Westview Press. Citado em: Carter R (2005). Family Matters: A Study of Institutional Childcare in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union. Londres, EveryChild.
- 49 Cabral C (2005). Contributions to International Standards for the Protection of Children in Out-of-Home Care. Apresentação ao Comitê sobre os Direitos da Criança no Dia de Discussão Geral sobre Crianças Sem Assistência Parental, Genebra.
- 50 SOS-Kinderdorf (2005). A Child's Right to a Family: The Experience, Learning and Vision of SOS Children's Villages. Documento de Posição.
- 51 SOS-Kinderdorf (2005). A Child's Right to a Family: The Experience, Learning and Vision of SOS Children's Villages. Documento de Posição.
- 52 Keating P et al. (2003). Review of Children's Homes and Places of Safety in Jamaica. Kingston, Jamaica, Ministério da Saúde.
- 53 Carter R (2005). Family Matters: A Study of Institutional Childcare in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union. Londres, EveryChild.
- 54 Human Rights Watch (2005). Positively Abandoned: Stigma and Discrimination against HIV-Positive Mothers and Their Children in Russia. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 55 UNICEF Somália (2003). From Perception to Reality: A Study on Child Protection in Somalia. UNICEF Somália, Capítulo 5.
- 56 Mental Disability Rights International (2005). Behind Closed Doors: Human Rights Abuses in the Psychiatric Facilities, Orphanages and Rehabilitation Centres of Turkey. Washington DC, MDRI.
- 57 Mental Disability Rights International (2006). Hidden Suffering: Romania's Segregation and Abuse of Infants and Children with Disabilities. Washington DC, MDRI.
- 58 Browne KD et al. (2004). Mapping the Number and Characteristics of Children Under Three in Institutions Across Europe at Risk of Harm. Programa Daphne da União Europeia, Relatório Final do Projeto No. 2002/017/ C, Publicação 26951. Birmingham, Universidade de Birmingham.

- 59 Silva E (2004). O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os Abrigos para Crianças e Adolescentes no Brasil. Brasília: Ipea/Conanda. Citado em: Cabral C (2005). Contributions to International Standards for the Protection of Children in Out-of-Home Care. Apresentação ao Comitê sobre os Direitos da Criança no Dia de Discussão Geral sobre Crianças Sem Assistência Parental, Genebra.
- 60 Iniciativa Global para a Eliminação de Todos os Castigos Físicos de Crianças (2006). Global Summary of the Legal Status of Corporal Punishment of Children. 28 de junho de 2006.
- 61 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Middle East and North Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 62 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Middle East and North Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 63 Mental Disability Rights International (2005). Behind Closed Doors: Human Rights Abuses in the Psychiatric Facilities, Orphanages and Rehabilitation Centres of Turkey. Washington DC, MRDI.
- 64 Israel M (2002). Use of Skin-Shock as a Supplementary Aversive at the Judge Rotenberg Centre (JRC). Documento apresentado na Convenção de 2002 da Associação de Análise Comportamental. Disponível em: <http://www.judgerc.org/writeup3.html>.
- 65 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children with Disabilities. 28 de julho de 2005, Nova Iorque. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 66 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children with Disabilities. 28 de julho de 2005, Nova Iorque, pp 18-19. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 67 Mental Disability Rights International (2000). Human Rights and Mental Health: Mexico. Washington, DC, MRDI.
- 68 Mental Disability Rights International (2005). Behind Closed Doors: Human Rights Abuses in the Psychiatric Facilities, Orphanages and Rehabilitation Centres of Turkey. Washington, DC, MRDI.
- 69 Sinclair I, Gibbs I (1998). Children's Homes: A Study in Diversity. Chichester, UK, Wiley. Citado em: Barter C (2003). Abuse of Children in Residential Care. Londres, NSPCC.
- 70 Kendrick A (1998). Who Do We Trust? The Abuse of Children Living Away from Home in the United Kingdom. Documento apresentado ao 12o. Congresso sobre Abuso e Negligência Infantil; Protecting Children, Innovation and Inspiration. ISPCAN, Auckland, Nova Zelândia, 6-9 de setembro.
- 71 Human Rights Watch (1998). Abandoned to the State: Cruelty and Neglect in Russian Orphanages. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 72 Frank DA et al. (1996). Infants and Young Children in Orphanages: One View from Paediatrics and Child Psychiatry. *Pediatrics*, 97(4): 569-578.
- 73 Centro de Psicologia Forense e Familiar da Universidade de Birmingham, Reino Unido. Citado em: International Foster Care Organisation (2005). Apresentação ao Comitê sobre os Direitos da Criança no Dia de Discussão Geral. Disponível em: [http://www.crin.org/docs/resources/treaties/crc.40/GDD\\_2005\\_IFCO.pdf](http://www.crin.org/docs/resources/treaties/crc.40/GDD_2005_IFCO.pdf).
- 74 Conroy J, Bradley V (1985). The Pennhurst Longitudinal Study: A Report of Five Years of Research and Analysis. Filadélfia, Centro de Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Temple, e Boston, Instituto de Pesquisas de Serviços Humanos.
- 75 Bregman J, Harris J (1995). Mental Retardation. Em: *Comprehensive Textbook of Psychiatry*, VI 2207.
- 76 Harwin J (1996). Children of the Russian State: 1917-95. Avebury, Ashgate Publishing Company.

- 77 Carter R (2005). *Family Matters: A Study of Institutional Childcare in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union*. Londres, EveryChild.
- 78 Centro IOM de Reabilitação de Vítimas do Tráfico (2004). Citado em: Centro de Informações sobre Direitos da Criança (2004). *Evaluation Report: Life Skills Education for Prevention of Trafficking in Human Beings*. Centro de Informações sobre Direitos da Criança (CRIC), Secretaria do Conselho Nacional de Proteção dos Direitos da Criança, Ministério da Educação.
- 79 Include Youth (2005). *Apresentação ao Comitê sobre os Direitos da Criança no Dia de Discussão Geral sobre Crianças Sem Assistência Parental*. Belfast, Include Youth.
- 80 Annie E Casey Foundation (2004). *Kids Count: 2004 Date Book Online*. Disponível em: <http://www.aecf.org/kidscount/>.
- 81 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children in Conflict with the Law*. 4-5 de abril de 2005, Genebra. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 82 Comissão Nacional de Registros sobre Assistência e Desenvolvimento Infantil (2003). Citado em: AMAL and Consórcio para Crianças de Rua (2004). *Street Children and Juvenile Justice in Pakistan*. AMAL e Consórcio para Crianças de Rua.
- 83 Martin F, Parry-Williams J (2005). *The Right Not to Lose Hope*. Londres, Save the Children UK.
- 84 Anistia Internacional (2002). *Burundi: Juvenile Justice in Burundi*. Londres, Anistia Internacional. Citado em: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: East and Southern Africa*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 85 Iniciativas de Desenvolvimento Humano e Consórcio para Crianças de Rua (2004). *Street Children and Juvenile Justice in Lagos State*. Iniciativas de Desenvolvimento Humano e Consórcio para Crianças de Rua, p 73.
- 86 Jahangir A, Doucet M (1993). *Children of a Lesser God: Child Prisoners of Pakistan*. Lahore, Paquistão, Vanguard Books, p 1.
- 87 Human Rights Watch (1999). *Prison Bound: The Denial of Juvenile Justice in Pakistan*. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 88 NCCWD (2001). *Situation Analysis of Juveniles in Jails*, p 79. Citado em: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: South Asia*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 89 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: South Asia*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 90 Defence for Children International (2003). *Kids Behind Bars: A Study on Children in Conflict with the Law: Towards Investing in Prevention, Stopping Incarceration and Meeting International Standards*. Amsterdã, Defence for Children International.
- 91 Save the Children (2005). *Mapping Save the Children's Response to Violence against Children in the South Asia Region*. Aliança Internacional Save the Children
- 92 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: South Asia*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 93 UNICEF (1998). *Juvenile Justice*. Innocenti Digest No 3. Florença, Centro Internacional para o Desenvolvimento da Criança.
- 94 Fundação Annie E Casey (2003). *The Advocasey Index: Kids, Crime and Punishment*. Advocasey, 5(1).
- 95 Nacro (2005). *A Better Alternative: Reducing Child Imprisonment*. Londres, Nacro.
- 96 Consórcio para Crianças de Rua e University College Cork (1999). *Prevention of Street Migration: Resource Pack*. Londres, Consórcio para Crianças de Rua e University College Cork. Citado em: Wernham M (2004). *An Outside Chance: Street Children and Juvenile Justice - An International Perspective*. Londres, Consórcio para Crianças de Rua.

- 97 Kakama PT (2002). Deprivation of Basic Needs as Motivator for Criminal Activities Among Children. Londres, Save the Children UK.
- 98 Defence for Children International (2003). Kids Behind Bars: A Study on Children in Conflict with the Law: Towards Investing in Prevention, Stopping Incarceration and Meeting International Standards. Amsterdã, Defence for Children International.
- 99 Martin F, Parry-Williams J (2005). The Right Not to Lose Hope. Londres, Save the Children UK.
- 100 Martin F, Parry-Williams J (2005). The Right Not to Lose Hope. Londres, Save the Children UK.
- 101 Centro de Assuntos da Criança e do Adolescente (1999). A Survey Study Report on the Juvenile Offenders in Malawi Prisons and Approved Reform Centres. Lilongwe, Malawi, Centro de Assuntos da Criança e do Adolescente, p 16.
- 102 Martin F, Parry-Williams J (2005). The Right Not to Lose Hope. Londres, Save the Children UK.
- 103 Wernham M (2004). An Outside Chance: Street Children and Juvenile Justice - An International Perspective. Londres, Consórcio para Crianças de Rua.
- 104 Escritório Quaker das Nações Unidas (2005). Violence against Babies and Small Children Living in Prisons with Their Mothers. Apresentado para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança.
- 105 Painel Consultivo de ONGs para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Summary Report: Violence against Children in Conflict with the Law. Consultoria Temática para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança. Genebra, 4-5 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 106 Consórcio para Crianças de Rua. Dados Extraídos dos Registros do Tribunal Juvenil de Nairobi, Quênia, sobre o período de fevereiro de 1998 a janeiro de 2002. Citado em: Wernham M (2004). An Outside Chance: Street Children and Juvenile Justice - An International Perspective. Londres, Consórcio para Crianças de Rua.
- 107 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Eastern and Southern Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 108 Defence for Children International (2003). Kids Behind Bars: A Study on Children in Conflict with the Law: Towards Investing in Prevention, Stopping Incarceration and Meeting International Standards. Amsterdã, Defence for Children International.
- 109 Khan SZ (2000). Herds and Shepherds: The Issue of Safe Custody of Children in Bangladesh, BLAST/Save the Children UK.
- 110 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 111 Comitê de Assuntos Domésticos (2005). Rehabilitation of Prisoners. Primeiro Relatório da Sessão 2004-2005. Comitê de Assuntos Domésticos, Câmara dos Comuns. Londres, The Stationery Office Ltd.
- 112 Davies N (2004). Wasted Lives of the Young Let Down by Jail System. The Guardian, 8 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/criminaljustice/story/0,,1369112,00.html>.
- 113 Human Rights Watch (1996). Modern Capital of Human Rights? Abuses in the State of Georgia. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 114 Moussa D (2005). Report About the Sexual Assault and Children Exploitation in Syria. Save the Children da Suécia no Líbano.
- 115 Liga Howard para a Reforma Penal (Reino Unido). Citado em: Roy N, Wong M (2002). Juvenile Justice Review and Training Documents. Preparado para Save the Children UK, pp 2002-2003.
- 116 Nações Unidas (1999). Report of the Special Rapporteur on Violence against Women of the Mission to the United States of America on the Issue of Violence against Women in State and Federal Prisons. E/CN.4/1999/68/Add. 2, parágrafos 55 e 58.

- 117 Iniciativa Global para a Eliminação de Todos os Castigos Físicos de Crianças (2006). Global Summary of the Legal Status of Corporal Punishment of Children, 28 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.endcorporalpunishment.org>.
- 118 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 119 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Middle East and North Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 120 Human Rights Watch (2004). Real Dungeons: Juvenile Detention in the State of Rio de Janeiro. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 121 Aliança dos Direitos da Criança da Inglaterra (2005). State of Children's Rights in England annual review, disponível em [www.crae.org.uk](http://www.crae.org.uk)
- 122 Human Rights Watch (2003). Charged with Being Children: Egyptian Police Abuse of Children in Need of Protection. Nova Iorque: Human Rights Watch.
- 123 Penal Reform International e Advocacy Forum (2006). Assessment of children and young persons in prisons, correction home and police custody in Nepal. Juvenile Justice in Nepal Series 2. Catmandu. UNICEF.
- 124 Comissão Nacional de Assistência e Desenvolvimento Infantil (2001). Situation Analysis of Juveniles in Jails, p. 79. Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 125 Human Rights Watch (2005). Making Their Own Rules: Police Beatings, Rape and Torture of Children in Papua New Guinea. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 126 Ver, por exemplo, Anistia Internacional (2000). Hidden Scandal, Secret Shame. Londres, Anistia Internacional, e Human Rights Watch (2001). Easy Targets: Violence against Children Worldwide. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 127 Defence for Children International (2003). Kids Behind Bars: A Study on Children in Conflict with the Law: Towards investing in prevention, stopping incarceration and meeting international standards. Amsterdã, Defence for Children International.
- 128 Human Rights Watch (1999). Nobody's Children: Jamaican Children in Police Detention and Government Institutions. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 129 Defence for Children International (2003). Kids Behind Bars: A Study on Children in Conflict with the Law: Towards Investing in Prevention, Stopping Incarceration and Meeting International Standards. Amsterdã, Defence for Children International.
- 130 Iniciativa Global para a Eliminação de Todos os Castigos Físicos de Crianças (2006). Global Summary of the Legal Status of Corporal Punishment of Children, 28 de junho de 2006. Disponível em: [www.endcorporalpunishment.org](http://www.endcorporalpunishment.org).
- 131 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: East Asia and the Pacific. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- 132 Comitê sobre os Direitos da Criança (2005, 2006). Concluding Observations: Brunei Darussalam (CRC/C/15/Add. 219) 2003; Irã (CRC/C/15/Add. 254) 2005; Nigéria (CRC/C/15/Add. 257) 2005; Paquistão (CRC/C/15/Add. 217) 2003; Arábia Saudita (CRC/C/SAU/CO/2) 2006; e Iêmen (CRC/C/15/Add. 267) 2005.
- 133 Anistia Internacional (2005). Violence against Children: Capital Punishment. Apresentado para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança.
- 134 Suprema Corte dos Estados Unidos (2005). Roper vs Simmons. 543 Estados Unidos 551.
- 135 Human Rights Watch (2005). The Rest of Their Lives: Life Without Parole for Child Offenders in the United States. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 136 UNICEF (1998). Juvenile Justice. Innocenti Digest No 3. Florença, Centro Internacional para o Desenvolvimento da Criança.

- 137 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children in Conflict with the Law. 4-5 de abril de 2005, Genebra. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 138 Human Rights Watch (2005). *The Rest of Their Lives: Life Without Parole for Child Offenders in the United States*. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 139 Human Rights Watch (2004). *Real Dungeons: Juvenile Detention in the State of Rio de Janeiro*. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 140 Inspetor-Chefe de Prisões de SM (2005). *Juveniles in Custody 2003-2004: an analysis of children's experiences in prison*.
- 141 Fundação Annie E. Casey (2003). *Juvenile Justice at a Crossroads*. Advocasey, Vol. 5, No 1. Baltimore, Fundação Annie E. Casey.
- 142 Departamento de Justiça dos Estados Unidos (2004). *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention Annual Report, FY2003-2004*. Washington DC, OJJDP.
- 143 Liga Howard pela Reforma Penal (2005). Disponível em: <http://www.howardleague.org/index.php?id=213>
- 144 Escritório de Justiça Juvenil e Prevenção da Delinquência (1985). *Juveniles in Adult Jails and Lockups: It's Your Move*. Washington DC, OJJDP.
- 145 American Youth Policy Forum (2001). *Less Cost, More Safety: Guiding Lights for Reform in Juvenile Justice*. Washington DC, American Youth Policy Forum.
- 146 Coalizão pela Justiça Juvenil (2004). *Unlocking the Future: Detention Reform in the Juvenile Justice System*.
- 147 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: East Asia and the Pacific*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 148 Feld BC (1998). *Juvenile and Criminal Justice Systems' Responses to Youth Violence*. *Crime and Justice*, 24: 189-261. Citado em: Fundação Annie E Casey (2003). *Juvenile Justice at a Crossroads*. *Advocasey*, 5(1): 17.
- 149 Programa de Crianças Separadas na Europa (2005). *Newsletter No. 22*. Disponível em: [http://www.savethechildren.net/separated\\_children/publications/newsletter/NEWSLETTER\\_No\\_22.pdf](http://www.savethechildren.net/separated_children/publications/newsletter/NEWSLETTER_No_22.pdf).
- 150 Comitê sobre os Direitos da Criança (2005). *General Comment No. 6 on the Treatment of Unaccompanied and Separated Children Outside Their Country of Origin*. CRC/GC/2005/6.
- 151 Programa de Crianças Separadas na Europa (2005). *Newsletter No. 22*. Disponível em: [http://www.savethechildren.net/separated\\_children/publications/newsletter/NEWSLETTER\\_No\\_22.pdf](http://www.savethechildren.net/separated_children/publications/newsletter/NEWSLETTER_No_22.pdf).
- 152 Anistia Internacional (2005). *Seeking Asylum Is Not a Crime: Detention of People Who Have Sought Asylum*. AI Index : EUR 45/015/2005. Londres, Anistia Internacional. Disponível em: <http://web.amnesty.org/library/Index/ENGEUR450152005?open&of=ENG-369>.
- 153 Kanics J (2005). *Presentation to the UN Regional Consultation on Violence against Children, Ljubljana, Slovenia*. Citado em: Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Consultation Outcome Report: Europe and Central Asia*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 154 Comissão de Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades da Austrália (2004). *A Last Resort? Summary Guide*. (Sumário de questões importantes, constatações e recomendações da Pesquisa Nacional sobre Crianças Detidas na Imigração.) Comissão de Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades.
- 155 Comissão de Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades da Austrália (2004). *A Last Resort? Summary Guide*. (Sumário de questões importantes, constatações e recomendações da Pesquisa Nacional sobre Crianças Detidas na Imigração.) Comissão de Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades.
- 156 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2006). *Summary Report of the Thematic Consultation on Violence against Refugee and other Displaced Children*. 25 de abril de 2006, Genebra. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.

- 157 Monitoramento da RNF Radio 1 pela BBC (2005). Child Migrant Centres at 'Breaking Point' - Spanish Official. 1º de novembro de 2005.
- 158 UNICEF e Serviço Social Internacional (2004). Improving Protection for Children Without Parental Care, a Call for International Standards. Nova Iorque, UNICEF, e Genebra, Serviço Social Internacional. Disponível em: [http://www.crin.org/docs/resources/treaties/crc.40/GDD\\_2005\\_CALL\\_FOR\\_INT\\_STANDARDS.pdf](http://www.crin.org/docs/resources/treaties/crc.40/GDD_2005_CALL_FOR_INT_STANDARDS.pdf).
- 159 Human Rights Watch (2002). Nowhere to Turn: State Abuses of Unaccompanied Migrant Children by Spain and Morocco. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 160 Coalizão para a Eliminação do Uso de Crianças-Soldados (2004). Child Soldiers Global Report 2004. Londres, Coalizão para a Eliminação do Uso de Crianças-Soldados.
- 161 Coalizão para a Eliminação do Uso de Crianças-Soldados (2005). Apresentação para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra Criança, com referências específicas a crianças em escolas militares e crianças em forças governamentais em tempos de paz. Coalizão para a Eliminação do Uso de Crianças-Soldados.
- 162 Anistia Internacional (2001). Paraguay: No Child's Play - Under-age Recruitment in the Armed Forces Must Stop. Press release, 5 de abril de 2001. Disponível em: <http://web.amnesty.org/library/engindex>.
- 163 Rojas F (2001). El Servicio Militar Obligatorio en Paraguay: Entre la Contestación Social y la Inercia de las Instituciones del Estado Autoritario. Conferência de Pesquisas e Educação em Estudos de Defesa e Segurança, Centro de Estudos de Defesa do Hemisfério, Washington DC, 22-25 de maio (REDES 2001). Disponível em: <http://www.ndu.edu/chds/REDES2001> (Programa, Bloco IV, Paineis 2).
- 164 Coalizão para a Eliminação do Uso de Crianças-Soldados (2005). Apresentação para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra Criança, com referências específicas a crianças em escolas militares e crianças em forças governamentais em tempos de paz. Coalizão para a Eliminação do Uso de Crianças-Soldados.
- 165 Coalizão para a Eliminação do Uso de Crianças-Soldados (2005). Apresentação para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra Criança, com referências específicas a crianças em escolas militares e crianças em forças governamentais em tempos de paz. Coalizão para a Eliminação do Uso de Crianças-Soldados.
- 166 Apresentação da Sociedade de Proteção da Criança do Zimbábue (2002). Citado em: Meeting on African Children Without Family Care: Final Report. Windhoek, 30 de novembro de 2002.
- 167 Hillman AA, Rosenthal E (2003). Unanswered Cries: Institutionalisation and Violence against Children with Disabilities. *One in Ten*, 24: 12-14.
- 168 Aliança Internacional Save the Children (2003). A Last Resort: The Growing Concern About Children in Residential Care. Londres, Save the Children UK.
- 169 Desmond C (2002). The Economic Evaluation of Models of Care for Orphaned and Vulnerable Children. Documento preparado para a Family Health International, minuta de agosto de 2002.
- 170 Banco Mundial (1997). Confronting AIDS: Public Priorities in a Global Epidemic. Washington DC, Banco Mundial.
- 171 Carter R (2005). Family Matters: A Study of Institutional Childcare in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union. Londres, EveryChild, pp 34-35.
- 172 Carter R (2005). Family Matters: A Study of Institutional Childcare in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union. Londres, EveryChild.
- 173 Reunião sobre Crianças Africanas sem Assistência Familiar (2002). Relatório Final. Windhoek, 30 de novembro de 2002.
- 174 Lakin KC et al. (1998). Decreases Continue in Out-of-Home Placements of Children and Youth with Mental Retardation. *Mental Retardation*, 36(2): 165-167.
- 175 Habibi G (1999). UNICEF and Children with Disabilities. *One-in-Ten*, 2(4). UNICEF Education Update.

- 176 Allouche Z (2005). Children Without Parental Care. Apresentação ao Comitê sobre os Direitos da Criança no Dia de Discussão Geral sobre Crianças sem Assistência Parental. Associação Libanesa de Vilas SOS Criança.
- 177 Comitê sobre os Direitos da Criança (2005). Recomendações após um "Dia de Discussões" sobre Crianças sem Assistência Parental. Disponível em: <http://www.ohchr.org/english/bodies/crc/docs/discussion/recommendations2005.pdf>.
- 178 OHCHR et al. (2005). Protecting the Rights of Children in Conflict with the Law. Programme and Advocacy Experiences from Member Organisations of the Interagency Coordination Panel on Juvenile Justice. Documento de sumário. Painel de Coordenação Interagências sobre Justiça Juvenil/UNICEF.
- 179 UNICEF (2003). From Perception to Reality: A Study on Child Protection in Somalia. UNICEF Somália, Capítulo10.
- 180 UNICEF (2003). From Perception to Reality: A Study on Child Protection in Somalia. UNICEF Somália, Capítulo10.
- 181 OHCHR et al. (2005). Protecting the Rights of Children in Conflict with the Law. Programme and Advocacy Experiences from Member Organisations of the Interagency Coordination Panel on Juvenile Justice. Documento de sumário. Painel de Coordenação Interagências sobre Justiça Juvenil/UNICEF.
- 182 Martin F, Parry-Williams J (2005). The Right Not to Lose Hope. Londres, Save the Children UK.
- 183 Human Rights Watch (2006). Failure to Protect Children in Foster Care: Former Foster Children, Now Homeless in California. Documento de Sustentação. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 184 Mulheir G (2005). De-institutionalisation in Sudan: Preventing Violence Through Transforming Services to Children and Families. Apresentação para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança.
- 185 OHCHR et al. (2005). Protecting the Rights of Children in Conflict with the Law. Programme and Advocacy Experiences from Member Organisations of the Interagency Coordination Panel on Juvenile Justice. Documento de sumário. Painel de Coordenação Interagências sobre Justiça Juvenil/UNICEF.
- 186 OHCHR et al. (2005). Protecting the Rights of Children in Conflict with the Law. Programme and Advocacy Experiences from Member Organisations of the Interagency Coordination Panel on Juvenile Justice. Documento de sumário. Painel de Coordenação Interagências sobre Justiça Juvenil/UNICEF.

## CITAÇÕES

- I Save the Children (2003). One Day in Prison-Feels like a Year: Palestinian Children Tell Their Own Stories. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- II Youth Human Rights Group (2003). Monitoring Human Rights in Orphanages and Boarding Schools for Abandoned Children in the Kyrgyz Republic. Bishkek, Youth Human Rights Group, p 13.
- III Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America, p 42. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- IV Martin F, Parry-Williams J (2005). The Right Not to Lose Hope. Londres, Save the Children UK, p 37.
- V Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America, p 41. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- VI Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: North America, p 43. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- VII Save the Children (2003). One Day in Prison-Feels like a Year: Palestinian Children Tell Their Own Stories. Estocolmo, Save the Children Suécia.

- VIII Human Rights Watch (1998). *The Rest of their Lives : Life Without Parole for Child Offenders in the United States*. Nova Iorque, Human Rights Watch, p 64.
- IX L'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien (2006). *La violence contre les enfants dans la région de l'océan indien. Relatório Anual do Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien*. Maurício, l'Observatoire des droits de l'enfant de la région océan indien, p 52.
- X Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: Eastern and Southern Africa*, p 27. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- XI Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Consultation Outcome Report: Europe and Central Asia*, p 25. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- XII Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Consultation Outcome Report: North America*, p 67. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).



PAQUISTÃO, 2006, (da esquerda para a direita) Raz Mohammed, 10 anos, Farooq, 8 anos e Musa, 12 anos, sentados numa pilha de lixo em Quetta, capital da província meridional do Baluquistão. Eles moram nas ruas e reviram o lixo em busca de comida e objetos para vender.

## A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NOS LOCAIS DE TRABALHO

---

<b>Introdução</b>	<b>251</b>
<b>Instrumentos de direitos humanos</b>	<b>252</b>
<b>Histórico e contexto</b>	<b>256</b>
<b>O surgimento do trabalho infantil como preocupação das políticas públicas</b>	<b>256</b>
<b>A campanha contemporânea contra o trabalho infantil</b>	<b>257</b>
<b>Conflitos, HIV/AIDS e a globalização econômica</b>	<b>258</b>
<b>A importância de uma perspectiva centrada na criança</b>	<b>259</b>
<b>Natureza e alcance do problema</b>	<b>259</b>
<b>A base de conhecimentos existente</b>	<b>260</b>
<b>Tipos de violência no local de trabalho</b>	<b>260</b>
<b>Estatísticas de trabalho infantil</b>	<b>261</b>
<b>Crianças em locais de trabalho arriscados</b>	<b>262</b>
<b>Crianças empregadas domésticas</b>	<b>262</b>
<b>A violência de todos os tipos é comum</b>	<b>263</b>
<b>Isolamento e sofrimento psicológico</b>	<b>263</b>
<b>Crianças exploradas pela indústria do sexo</b>	<b>264</b>
<b>Trabalho forçado e servidão por dívida</b>	<b>266</b>
<b>Servidão por dívida</b>	<b>266</b>
<b>Grupos indígenas</b>	<b>267</b>
<b>Formas tradicionais de escravidão</b>	<b>267</b>
<b>Atividades ilícitas</b>	<b>268</b>
<b>Crianças envolvidas na venda de drogas</b>	<b>269</b>

---

---

<b>Fatores que contribuem para a violência</b>	<b>270</b>
Características dos trabalhadores e dos perpetradores	270
Características do local de trabalho	271
Fatores ambientais	272
<b>Respostas à violência contra a criança no local de trabalho</b>	<b>272</b>
As leis e sua implementação	274
Aplicação das leis trabalhistas	275
Apoio da sociedade civil para a aplicação da lei	276
Educação universal e habilidades de vida	278
A participação das crianças	280
Advocacy	281
Intervenções dirigidas: Contato, resgate e reabilitação	282
Contato	284
Operações de resgate	284
Reabilitação	285
Coleta aperfeiçoada de dados	286
Pesquisa-ação e monitoramento	286
Ganhando ímpeto para a realização de mudanças	287
Um longo caminho a trilhar	288
<b>Recomendações</b>	<b>289</b>
<b>Referências</b>	<b>292</b>

---

## INTRODUÇÃO

De todos os locais em que as crianças estão expostas à violência, o local de trabalho está entre os mais difíceis de tratar. De acordo com instrumentos internacionais e a maioria das leis nacionais, crianças abaixo de uma certa idade (normalmente 15 anos, mas em alguns casos menos, ver a Tabela 6.1) não deveriam sequer estar em um local de trabalho, muito menos em locais de trabalho onde possam estar sujeitas à violência. Ainda assim, mais de 200 milhões de crianças e adolescentes trabalham, com idades abaixo e acima da idade mínima permitida por lei,<sup>1</sup> e muitas sofrem maus-tratos, violência física e psicológica, abuso verbal ou sexual.

A violência é um aspecto negligenciado nos debates sobre o trabalho infantil. Existem poucos dados disponíveis sobre o assunto, especialmente sobre trabalhadores infantis na economia informal, onde a maioria se encontra. Embora existam poucos estudos específicos sobre o tema, um conjunto cada vez maior de informações oriundas das organizações e das próprias crianças apresenta um retrato convincente de um problema global agudo. A violência contra a criança trabalhadora somente se manteve "invisível" porque raramente se formula a pergunta direta: por exemplo, os participantes da consulta para o Estudo no Sul da Ásia notaram que existe coleta sistemática de dados sobre a violência contra as mulheres e outros trabalhadores, porém os trabalhadores infantis são ignorados. Os participantes também comentaram que valores e percepções têm servido para minimizar e mesmo enfraquecer a questão da violência contra a criança no local de trabalho - um comentário que se aplica igualmente a outros lugares.

A abordagem da violência também tem estado praticamente ausente dos esforços explícitos realizados para eliminar o trabalho infantil ou para reduzir seus aspectos prejudiciais e negativos para os jovens que trabalham dentro da legalidade. Isso é surpreendente, uma vez que a imagem do trabalho infantil deriva das brutalidades sofridas pelas crianças nas fábricas e minas no século XIX.<sup>2</sup> A violência, manifesta ou implícita, era parte integrante da visão do abuso de crianças no local de trabalho, essência das primeiras campanhas contra o trabalho infantil. Seus efeitos sobre o crescimento físico e o bem-estar estavam entre os argumentos mais poderosos para a sua eliminação.

A resposta mais óbvia à violência contra a criança no local de trabalho é tirá-la de lá. No entanto, é importante reconhecer que, para muitas crianças, essa não é uma opção fácil. Os programas de remoção de crianças de locais de trabalho violentos precisam garantir que as razões pelas quais elas estão lá - econômicas, sociais ou culturais - sejam tratadas ao mesmo tempo, ou as crianças simplesmente voltarão a trabalhar nesse locais. Se não se envolverem com as crianças trabalhadoras e as suas famílias para buscar uma mudança de atitudes, expectativas e perspectivas, é pouco provável que esses programas removam as crianças permanentemente de uma vida de exploração pelo trabalho.<sup>3,4,5,6</sup>

É igualmente importante não violar ainda mais o bem-estar da criança que trabalha, penalizando-a ou criminalizando-a por circunstâncias que estão além do seu controle (ver tam-

"Como parte do programa do governo para eliminar o trabalho infantil, são realizadas buscas no nosso local de trabalho e as crianças trabalhadoras são arrebanhados como vira-latas. Somos arrancados do trabalho, levados embora contra a nossa vontade e confinados ilegalmente. A experiência da busca em si é muito traumatizante para nós."

Criança, Sul da Ásia, 2005 I

bém os capítulos sobre violência contra a criança na comunidade e em instituições assistenciais e correccionais).<sup>7</sup> A redução da violência contra a criança no local de trabalho não é obtida pela aplicação da violência oficial sobre a criança, o que aprofunda o estigma que ela já sofre. Durante as Consultas para o Estudo, os próprias crianças trabalhadoras fizeram a sua contribuição em prol do conhecimento da violência sofrida por eles. Eles relatam perda da auto-estima por serem diminuídos no local de trabalho, mas sentem-se igualmente diminuídos quando o seu trabalho é tratado como algo nocivo que deve ser abolido, igno-

rando suas sinceras tentativas de contribuir para a sobrevivência da família.<sup>8</sup>

Apesar de 150 anos de experiência de combate ao trabalho infantil explorador e abusivo e dos avanços significativos obtidos nos últimos anos na busca de meios para remover as crianças das piores formas de trabalho infantil, a experiência de reagir especificamente à violência na vida das crianças trabalhadoras é limitada. Este capítulo aborda as informações e os programas existentes, na tentativa de abrir uma nova janela para o fenômeno da criança que trabalha.

## INSTRUMENTOS DE DIREITOS HUMANOS

Os padrões que regulam o trabalho infantil foram os primeiros instrumentos internacionais sobre a proteção da criança a entrar em funcionamento. Uma Convenção sobre a Idade Mínima (Indústria) foi adotada pela primeira vez em 1919, pela recém-formada Organização Internacional do Trabalho (OIT), numa época em que o emprego de crianças era considerado uma questão social importante na Europa e na América do Norte.<sup>9</sup> O envolvimento da criança em ambientes de trabalhos abusivos, forçados ou violentos também foi reconhecido e tratado pelas Convenções do Trabalho Forçado no 29 (1930) e no 105 (1957) e pela Convenção Suplementar sobre a Escravidão de 1956, que proíbe qualquer prática em que uma criança seja dada ou vendida a alguém pelos seus pais para fins de trabalho ou exploração (artigo 1.d).

Durante a era imediatamente pós-colonial, as questões sobre o bem-estar da criança que mais preocupavam as organizações internacionais e os governos recém-independentes eram a saúde pública e a educação. Em 1973, a OIT adotou a Convenção sobre a Idade Mínima no 138 (1973), que recolocou o trabalho de crianças na agenda internacional. Essa Convenção abordou, com alguma flexibilidade de acordo com os vários estágios de desenvolvimento dos países, a questão da idade mínima para o emprego de crianças e jovens em diferentes tipos de trabalho.

Durante os anos 80, a proteção de "crianças em circunstâncias especialmente difíceis", incluindo aquelas que sofriam exploração, ganhou evidência devido à ênfase que as ONGs colocaram nessas

**TABELA 6.1** - Idade mínima de acordo com a Convenção no 138 da OIT

<b>CATEGORIA DE TRABALHO</b>	<b>EM GERAL</b>	<b>ONDE A ECONOMIA E OS RECURSOS EDUCACIONAIS NÃO ESTÃO SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS</b>
Salário mínimo geral	Não menos que a idade de término da educação compulsória e, em qualquer caso, não menos que 15 anos	Não menos que 14 anos por um período inicial
Trabalho leve	13 anos	12 anos
Trabalho perigoso	18 anos (16 anos sob certas condições rigorosas)	18 anos (16 anos sob certas condições rigorosas)

*Fonte: OIT/IPEC (2004). Tendências Globais do Trabalho Infantil 2000-2004. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.*

questões e do ímpeto que emprestaram à articulação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) de 1989. Embora subsequentemente a Convenção tenha adotado a agenda da sobrevivência e desenvolvimento - ou saúde pública - da criança, a força motriz foi a proteção da criança.<sup>10</sup> Assim, a visão dos direitos da criança estabelecida na CDC incorporou por completo a necessidade de proteger a criança contra todo tipo de trabalho explorador.

### **O trabalho explorador e a Convenção sobre os Direitos da Criança**

Um artigo específico da CDC é devotado ao trabalho (artigo 32). Ele reconhece à criança "o direito de ser protegida contra a exploração econômica ou a sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social". O artigo também declara que cabe aos Estados "fixar uma idade mínima ou idades mínimas para a admissão a um emprego" e outros aspectos importantes de um regime regulatório. Outros artigos relacionados à exploração do trabalho infantil são o artigo 34 (proteção contra a exploração sexual), o artigo 35 (proteção contra o tráfico) e o artigo 36 (proteção contra todas as outras formas de exploração).

"A ação preventiva contra a violência no local de trabalho que afete a criança é essencial. Comece mantendo as crianças abaixo da idade permitida fora dessas situações ou tirando-as delas e permitindo que permaneçam na escola. E deve haver tolerância zero com respeito à violência contra a criança onde quer que ela trabalhe."

Frans Roselaers, Conselho Editorial do Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança

## INSTRUMENTOS DE DIREITOS HUMANOS

No entanto, a noção de proteção da criança contida na CDC vai muito além da não-exploração. Em sua estrutura holística voltada para a formação, o bem-estar e o desenvolvimento da criança, a CDC abrange uma série de direitos potencialmente ameaçados nos casos em que as crianças trabalham. Isso inclui o artigo 2 (proteção contra a discriminação), o artigo 3 (consideração primordial pelos "interesses superiores da criança") e o artigo 8, sobre o direito à identidade (pode ocorrer das crianças trabalhadoras serem proibidas de usar o seu próprio nome). Há também os direitos de acesso à saúde (artigo 24), educação (artigo 28) e recreação (artigo 29), dos quais a criança que trabalha frequentemente é privada.

Alguns artigos da CDC aplicam-se a aspectos específicos da situação de trabalho, particularmente quando a criança trabalha fora de casa e está sob o controle de outro adulto que não seus pais. Encontram-se aí incluídos o artigo 19 (proteção contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou abuso, abandono ou tratamento negligente), artigo 27 (direito a um nível de vida adequado) e artigo 37 (proteção contra a tortura, tratamento cruel ou degradante e privação arbitrária da liberdade). Por fim, os direitos relacionados à participação cívica aplicam-se às crianças que trabalham tanto quanto às demais: artigo 12 (direito de ser consultada), artigo 13 (direito de buscar e transmitir informações e idéias) e artigo 15 (direito à liberdade de associação).

### Desenvolvimentos após a CDC

Em 1992, a crescente preocupação com a má situação das crianças trabalhadoras levou a OIT a lançar o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). O fim do trabalho infantil começou a ser reconhecido também como um padrão fundamental para o trabalho, inclusive na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhague (1995) e na Conferência Ministerial da OMC em Cingapura (1996). Foram realizadas reuniões internacionais sobre a exploração sexual da criança e o trabalho infantil em Estocolmo (1996), Amsterdã (1997), Oslo (1997) e Yokohama (2001).

Em 1999 a OIT adotou a Convenção no 182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, tendo como alvo as condições de maior perigo e exploração a que as crianças são submetidas.

O objetivo da nova Convenção era fortalecer a estrutura jurídica internacional para a adoção de ações efetivas, expandindo o foco um pouco além da idade mínima para admissão ao emprego. Com a sua aprovação, o perfil internacional das atividades voltadas para a questão do trabalho infantil atingiu níveis sem precedentes. O conceito de "piores formas" ajudou a estabelecer

prioridades globais, conduzindo a atenção para os efeitos do trabalho sobre as crianças e para os tipos de trabalho que elas realizam. Uma "pior forma" não é definida internacionalmente com base na ocupação, mas pelos países participantes com base nos seus próprios contextos. No entanto, algumas "piores formas incondicionais" são identificadas e banidas universalmente.

Tomadas conjuntamente, as Convenções 138 e 182 definiram limites para os tipos de trabalho que são considerados inaceitáveis pelos padrões internacionais. Esses padrões expressam o consenso de que o trabalho que está dentro dos limites da lei, não interfere com a saúde e o desenvolvimento da criança e nem prejudica seu desempenho escolar pode ser uma experiência positiva. O trabalho infantil proscrito pelas leis internacionais está dividido em três categorias:<sup>11</sup>

- As piores formas incondicionais de trabalho infantil, definidas internacionalmente como escravidão, tráfico, servidão por dívida e outras formas de trabalho forçado, recrutamento forçado de crianças para emprego em conflitos armados, prostituição e pornografia, além de atividades ilícitas.
- Trabalho que coloque em risco o bem-estar físico, mental ou moral de uma criança, seja devido à sua própria natureza ou às condições em que o trabalho é realizado, conhecido como "trabalho perigoso", devendo ser definido em âmbito nacional e proibido a todas as crianças abaixo de 18 anos de idade. O trabalho perigoso é definido como aquele "que expõe a criança a abusos físicos, psicológicos ou sexuais".
- Trabalho realizado por uma criança cuja idade é inferior à especificada para esse tipo de trabalho e que, portanto, tende a impedir a educação e o pleno desenvolvimento da criança. A idade mínima para o trabalho não deve ser inferior à idade de conclusão do ensino fundamental compulsório, que geralmente é no mínimo de 15 anos. No entanto, o trabalho leve que não seja prejudicial à criança e não impeça a sua educação formal pode ser permitido a partir dos 13 anos, mas somente por um número limitado de horas.

A adoção da Convenção no 182 produziu um consenso entre órgãos internacionais e ONGs quanto às prioridades para o fim do trabalho infantil, começando pelas piores formas. A preocupação internacional adicional com a exploração sexual da criança gerou outros dois desenvolvimentos jurídicos internacionais: o Protocolo de Palermo sobre o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças (2000), e um protocolo opcional complementar à CDC sobre a venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil (2000). Esses protocolos são diretamente relevantes para a probabilidade de violência contra a criança em atividades econômicas sobre as quais há unanimidade internacional quanto ao não-emprego de crianças.

"Somos todos da mesma aldeia no sul. Viemos para a cidade trabalhar e não vemos nossas famílias desde que saímos de casa. Pagamos aluguel e vivemos juntos, em grupo, para nos defendermos de ladrões."

Meninos engraxates, África Oriental e Meridional, 2003 II

## HISTÓRICO E CONTEXTO

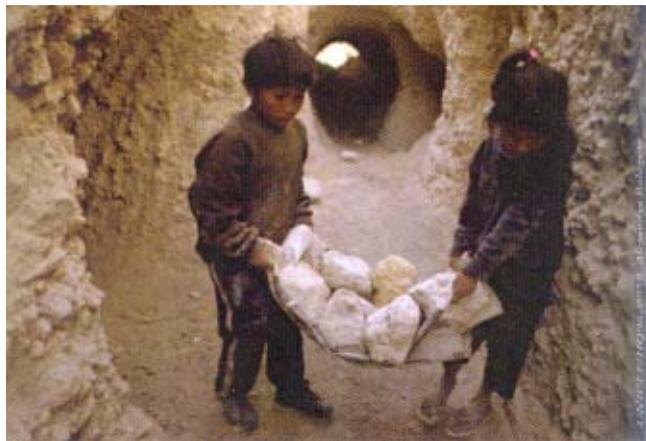
As crianças sempre trabalharam. Muitas formas de trabalho infantil são um componente natural do processo de crescimento. Tradicionalmente, a criança assumia responsabilidades de trabalho doméstico - carregar água, tomar conta dos irmãos, pastorear as cabras, ajudar os pais com o tear ou o fuso - assim que tivesse idade suficiente para isso. Essas atividades fundiam-se com o "trabalho" no sentido econômico à medida que a criança ficava mais velha. No mundo atual, muitas crianças ainda trabalham em atividades familiares e integram a economia informal. Parte desse trabalho acarreta risco de violência. O risco pode estar presente quando a criança leva os animais para pastar longe de casa e fica exposta a saqueadores, ou pode estar associado à migração sazonal para o trabalho agrícola, quando as crianças acompanham suas famílias e trabalham em locais onde as condições são extremamente difíceis. Pode também envolver a saída de casa para viver uma vida precária e insegura na cidade.

Em alguns lugares e em certas classes sociais, castas ou grupos étnicos, os pais dão mais valor ao emprego da criança em atividades econômicas do que à sua escolaridade.<sup>12</sup> Essa atitude é particularmente provável em locais onde a qualidade e a relevância da educação disponível são baixas. Em ambientes de alta hierarquização social, pode ser normal que uma criança em condições sociais desfavoráveis seja empregada desde a mais tenra idade na casa de uma família mais abastada. Nessas sociedades, as crianças ocupam o último lugar na ordem de prioridades. Elas são vistas como propriedade da família ou do empregador e fazem o que são mandadas.<sup>13</sup>

## O SURGIMENTO DO TRABALHO INFANTIL COMO PREOCUPAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A questão do trabalho infantil teve uma gênese muito especial como preocupação das políticas públicas. Até a revolução industrial do século XIX, o trabalho era visto como uma sina das crianças pobres desde a mais tenra idade. Como acontece até hoje em boa parte dos países em desenvolvimento, as crianças contribuía com o seu trabalho para a economia familiar. O trabalho infantil tornou-se um problema público quando grandes números de crianças deixaram o ambiente relativamente protegido da família ou da oficina da família e passaram a estar expostas a condições perigosas nas fábricas e nas minas.

Embora os historiadores proponham interpretações conflitantes para o declínio do trabalho infantil no processo de industrialização dos séculos XIX e XX, um fator importante



PERU, 1996, Um menino e uma menina carregam pedras-pomes em uma mina vulcânica subterrânea próxima à cidade de Arequipa, no sul do país.

foi a mudança da ideologia com relação à infância.<sup>14</sup> Na Europa do século XIX, o trabalho infantil começou a ser visto como algo errado porque violava a idéia de que as crianças tinham o direito à infância e o Estado deveria proteger esse direito. Pela primeira vez afirmou-se publicamente que as crianças tinham o direito de não trabalhar e de não serem expostas a perigos, exploração e abusos no "novo" local de trabalho (organizado e industrializado).<sup>15</sup>

Como resposta ao que havia se tornado então o notório fenômeno do "trabalho infantil", os reformadores sociais adotaram uma série de intervenções que continuam a fazer parte do arsenal contemporâneo: consultas públicas, legislação sobre a idade mínima para trabalhar, ensino obrigatório, inspetorias do trabalho e oferta de ensino para as crianças trabalhadoras. A campanha moderna teve que levar em conta um processo muito diferente de industrialização, além do fato de que a infância em muitas sociedades em desenvolvimento é construída de maneira diferente da que ocorre nos países ocidentalizados, com expectativas contínuas de que as crianças ajudem a arcar com as necessidades e responsabilidades da família desde cedo.<sup>16</sup>

## **A CAMPANHA CONTEMPORÂNEA CONTRA O TRABALHO INFANTIL**

O ímpeto contemporâneo contra o trabalho infantil tem sido acompanhado de tentativas internacionais, acadêmicas e de ONGs de aumentar os conhecimentos sobre a sua dinâmica e os seus remédios - embora a violência tenha sido negligenciada como uma questão específica. As

informações geradas permitem desenhar um quadro das ocupações e locais de trabalho onde a ocorrência da violência pode ser considerada mais provável.

Estimativas globais indicam que a grande maioria dos trabalhos infantis (69%) está localizada no setor agrícola, seguida de 22% no setor de serviços e 9% na indústria (Figura 6.1).<sup>17</sup>

Muitos trabalhadores infantis atuam no ambiente familiar, e a economia informal abriga a maioria dos trabalhadores infantis em todos os setores. O gênero tem um papel significativo na determinação dos vários tipos de trabalho feitos por meninos e meninas. Por exemplo, as meninas predominam no trabalho doméstico, enquanto os meninos são representados em grande quantidade nas minas e pedreiras.

Embora a análise dos fatores causativos indique algumas forças motrizes culturais, a razão predominante para as crianças trabalharem é a "pobreza". Essa pobreza pode ter sido exacerbada por alguma tragédia familiar, como a perda dos pais, ou outro choque econômico. As crianças abaixo da idade mínima permitida para trabalhar freqüentemente afirmam que trabalham devido à sua pobreza ou à da sua família; e as crianças, de fato, trabalham mais nas sociedades mais pobres.<sup>18</sup> Mandar os filhos para o trabalho em vez da escola pode ser encarado como um "pacto faustiano" que os pais pobres fazem para obter ganhos econômicos imediatos.<sup>19</sup> As chances de que as crianças tenham um futuro na vida, que dependem da educação escolar, importam menos do que a sobrevivência imediata da família.

"Os ustads (mestres) de Bihar punem demais. Meu segundo ustad uma vez me pendurou pelas mãos e me bateu com tanta força que a vara quebrou. Depois disso ele continuou a me bater com a lançadeira do tear. Eu fui embora e trabalhei com um terceiro ustad. Esse me insultava e não me pagava em dia."

Menino empregado na indústria de saris, 15 anos, Sul da Ásia, 2001 III

Se uma criança sai às ruas para ganhar a vida devido à necessidade aguda da família, a ansiedade acerca da sua segurança pessoal torna-se secundária. Por definição, os direitos das crianças não têm valia nos ambientes em que se recorre ao trabalho de crianças. Assim, a proteção contra a violência física, psicológica ou sexual (e outros tipos de danos) é muitas vezes ignorada. Como o foco principal das campanhas e programas contra o trabalho infantil tem sido o de remover as crianças desses locais de trabalho por motivos relacionados ao seu desenvolvimento, a abordagem da violência nesses lugares não foi até agora grande motivo de preocupação, exceto nos casos de exploração sexual e outras formas de trabalho em que a ocupação em si é abusiva. No entanto, nem sempre essa é a principal fonte de violência no local de trabalho.

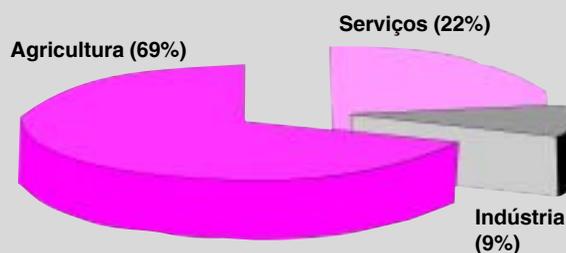
### Conflitos, HIV/AIDS e globalização econômica

Muitos desafios surgidos nos últimos anos intensificaram o problema do trabalho infantil e dos riscos no local de trabalho. Na África Subsaariana, em países pós-conflito como a República Democrática do Congo, Libéria, Ruanda e Sierra Leoa, o aumento da presença de crianças nas ruas e em espaços abertos, trabalhando em troca de comida, é o resultado da devastação econômica (ver o capítulo sobre violência contra a criança na comunidade).<sup>20</sup>

Outra fonte de ruína econômica na família é a epidemia de HIV/AIDS. Na África Oriental e Meridional, a perda dos pais para a AIDS obrigou muitas crianças a entrarem na economia

**Figura 6.1**

**Distribuição de crianças trabalhadoras por setor em 2004**



Fonte: OIT (2006). *O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance. Relatório Global.* Genebra, Organização Internacional do Trabalho.

informal para sobreviver. Na Etiópia, na República Unida da Tanzânia e na Zâmbia, a OIT/IPEC encontrou uma forte correlação entre a epidemia e o emprego de órfãos em ocupações associadas à violência, como o trabalho doméstico, o trabalho em pedreiras e a prostituição.<sup>21</sup> Na Zâmbia, 47% das crianças (média de idade de 15 anos) que faziam sexo por dinheiro tinham perdido tanto o pai quanto a mãe e 24% tinha perdido um dos pais.<sup>22</sup>

Embora os efeitos específicos da globalização sobre a criança sejam pouco pesquisados, existem fortes indícios, com base em relatos concretos, de que esses efeitos sejam generalizados e predominantemente negativos. A crescente informalidade da mão-de-obra na maioria das regiões do mundo levou a uma presença crescente de trabalhadores não-especializados, especialmente mulheres jovens, em atividades precárias, vulneráveis e mal-remuneradas.<sup>23</sup> As organizações envolvidas com crianças que tra-

"Eles roubam a infância das crianças quando as obrigam a trabalhar desde cedo, lutando nas ruas, sem nunca ter tempo para viver a própria vida. Quando deveriam estar na escola, elas têm que ir trabalhar, não podem brincar e ficam traumatizadas pelos insultos e agressões que sofrem em todo lugar."

Meninos adolescentes, América Latina, 2005 IV

6

balham nas ruas informam que os números estão aumentando, embora existam poucas estatísticas confiáveis.<sup>24</sup>

As crises econômicas, como as enfrentadas pela Comunidade dos Estados Independentes (CEI) na transição para a economia de mercado, estão forçando muitas crianças a trabalhar nas ruas e a se submeterem à exploração sexual como meio de sobrevivência, além de incentivar a crescente indústria do tráfico, que muitas vezes brutaliza suas vítimas. Esse quadro se repete em várias regiões, notadamente no Extremo Oriente, no Sul da Ásia e na Europa. No entanto, é difícil encontrar dados específicos sobre a violência.

### **A importância de uma perspectiva centrada na criança**

Desde a adoção da CDC, a importância de uma perspectiva do fenômeno do trabalho infantil que seja baseada em direitos e centrada na criança passou a ser amplamente reconhecida e suas implicações tornaram-se melhor compreendidas. A opinião das crianças tem sido buscada de maneira mais ativa e sistemática como insumo nos projetos para a eliminação do trabalho infantil. Além de respeitar o direito da criança à participação, isso também tem um propósito prático, pois os programas que respeitam as opiniões das crianças trabalhadoras e reconhecem suas escolhas de vida têm maior probabilidade de atingir seus objetivos do que aqueles que vêm as crianças e suas famílias como recipientes passivos das suas intervenções.<sup>25</sup> A maior familiaridade com o ambiente de trabalho da criança abriu uma janela para a brutalidade e a insensibilidade que muitos jovens trabalhadores enfrentam.

Como consequência da sua experiência de vida, as crianças trabalhadoras frequentemente têm uma forte noção do que querem e das suas capacidades, o que explica a existência de organizações de crianças trabalhadoras na África, Ásia e América Latina que realizam atividades de programação e de advocacy para cumprir suas próprias agendas, que incluem o abandono do trabalho explorador e violento. Outros programas para eliminar o trabalho infantil ajudaram a desenvolver grupos dos quais participam as próprias crianças trabalhadoras e que apoiam os seus esforços para abandonar o trabalho e obter educação. A opinião das crianças trabalhadoras sobre o trabalho prejudicial tende a coincidir com a opinião dos adultos e outras manifestadas em convenções internacionais. Elas se opõem à exploração da criança, ao trabalho que inibe a educação, ao trabalho durante longas horas por baixos salários, ao trabalho forçado e ao trabalho que põe em perigo a saúde ou a moral. Elas se opõem fortemente ao abuso físico, sexual e psicológico das crianças no local de trabalho.<sup>26</sup>

### **NATUREZA E EXTENSÃO DO PROBLEMA**

Muito do que se sabe sobre a violência em locais de trabalho organizado vem de estudos realizados em países industrializados e entre trabalhadores adultos, onde o fenômeno parece estar crescendo. Havia uma tendência à concentração na violência física. Só recentemente a perspectiva analítica foi ampliada para incluir a violência verbal, psicológica e sexual, o que inclui assédio sexual, bullying e mobbing (intimidação de um trabalhador pelo grupo).<sup>27</sup>

## A BASE DE CONHECIMENTOS EXISTENTE

Não existem estatísticas sobre a prevalência da violência por faixa etária do trabalhador. Nos locais de trabalho regulamentados onde jovens trabalhadores são contratados legalmente, vigora códigos e padrões de segurança, que, entretanto, podem não proteger esse jovens adequadamente. Estes, por sua vez, podem relutar em relatar as violências sofridas. Nos lugares que empregam ilegalmente crianças abaixo da idade permitida, a probabilidade de que esses incidentes sejam denunciados é ainda menor.

As pesquisas sobre o trabalho infantil podem não ser conduzidas de forma a trazer à tona a realidade da violência vivenciada por crianças trabalhadoras.<sup>28</sup> No Camboja, em uma pesquisa sobre crianças trabalhadoras realizada em 2002, somente 0,5% das crianças indicaram ter sido expostas a abuso mental ou físico. Essa informação contrasta com declarações feitas durante um workshop em 1997, em que as crianças relataram a ocorrência de violência generalizada por parte dos empregadores, incluindo surras severas, abuso sexual e choques elétricos.<sup>29</sup> Esse exemplo ilustra como é difícil obter informações exatas.

A base de conhecimentos é ainda mais deficiente nos lugares onde as crianças são exploradas no setor informal, onde os riscos são muito maiores. ONGs e organizações de direitos humanos têm realizado pesquisas qualitativas com grupos relativamente pequenos de crianças que atuam em ocupações "perigosas" ou propensas à ocorrência de violência. Entretanto, os locais de tra-

balho das crianças são notoriamente difíceis de serem pesquisados. O governo indiano, que fez um raro esforço para identificar a violência e os abusos cometidos contra crianças no local de trabalho, comenta que a maioria ocorre em locais de trabalho informal, onde não existe regulamentação e faltam dados confiáveis.<sup>30</sup>

## Tipos de violência no local de trabalho

As formas mais comuns de violência cometida contra a criança no local de trabalho são:

- Violência física, incluindo surras, chutes, tapas, chicotadas, queimaduras e em casos extremos, até assassinato;
- Violência psicológica (emocional), incluindo gritos, repreensões, insultos, ameaças, linguagem obscena, bullying, mobbing, isolamento, marginalização e tratamento sistematicamente discriminatório;
- Violência sexual, incluindo assédio sexual, carícias e estupro.

O dano mais freqüente ao bem-estar das crianças trabalhadoras causado pela violência parece ser a baixa auto-estima resultante de abusos verbais, humilhações e bullying.<sup>31</sup> As crianças freqüentemente reclamam da falta de respeito com que são tratadas. Em um estudo realizado em Bangladesh, 84% das crianças trabalhadoras queixaram-se de insultos e outras palavras ofensivas.<sup>32</sup> A violência experimentada pelas crianças freqüentemente é sistemática e faz parte de uma cultura coletiva de brutalidade física, gritos, linguagem obscena e violência casual, inclusive provocações sexuais, no local de trabalho.

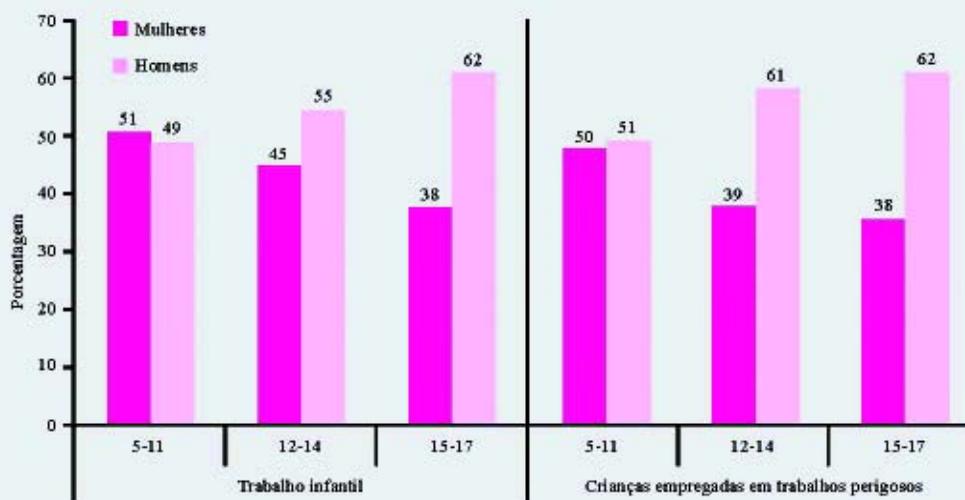
## Estatísticas do trabalho infantil

Novas estimativas globais publicadas pela OIT em 2006 indicam que no ano de 2004, 218 milhões de crianças estiveram envolvidas com o trabalho infantil. Dessas crianças, mais de 60% (126 milhões) estavam empregadas em "trabalhos perigosos". Na faixa etária de 5 a 14 anos, 74 milhões de crianças estavam trabalhando em condições perigosas. Na faixa etária de 5 a 11 anos, meninos e meninas tendem a estar representados igualmente tanto no trabalho infantil em geral como mais especificamente no trabalho perigoso. Numa faixa etária mais alta, os meninos estão mais envolvidos que as meninas (Figura 6.2). As tendências gerais mostram uma redução do trabalho infantil, especialmente do trabalho perigoso.<sup>33</sup>

O trabalho perigoso constitui a maior parte das piores formas de trabalho infantil e, segundo a Convenção no 182 da OIT, é vedado a qualquer criança com menos de 18 anos de idade. O mesmo ocorre com as piores formas "incondicionais" de trabalho infantil, como a servidão por dívida, trabalho forçado, prostituição infantil ou alistamento em forças de combate. Estima-se que cerca de 8,4 milhões de crianças estejam empregadas nessas formas de trabalho. Dessas, 1,2 milhão são vítimas do tráfico de crianças; 5,7 milhões fazem trabalho forçado ou caem na servidão por dívida; 300.000 crianças estão envolvidas com forças de combate; 1,8 milhão trabalham com prostituição e pornografia; e 600.000 em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas.<sup>34</sup>

**FIGURA 6.2**

Crianças envolvidas com trabalho infantil e trabalhos perigosos, por idade e gênero, em 2004



Fonte: OIT (2006). *O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance. Relatório Global.* Genebra, Organização Internacional do Trabalho.

"Se eu quebrasse alguma coisa ou fizesse algo mal feito, eles me batiam com sapato ou cinto. Eu não podia sair de casa, porque eles trancavam a porta quando saíam. Quando minha mãe veio me visitar pela última vez, eu disse a ela que não ficaria mais naquela casa. Eu disse: 'Se eu não for com você, vou fugir ou me matar.'"

Menino, 14 anos, empregado doméstico, Norte da África, 2005 V

## **CRIANÇAS EM CERTOS AMBIENTES DE TRABALHO DE ALTO RISCO**

Entre os trabalhadores do setor informal, certas ocupações requerem exame especial por oferecerem risco maior de exposição à violência devido a fatores pessoais, relativos ao local de trabalho e/ou ambientais. As crianças cujas ocupações transcorrem nas ruas ou em outros locais "abertos" não serão examinadas especificamente aqui, porque o principal risco a que estão sujeitas é menos ocupacional do que resultante do fato de estarem fora da segurança de um espaço protegido. (Ver o capítulo sobre a violência contra a criança na comunidade).

### **Crianças empregadas domésticas**

A acolhida de crianças de outros domicílios para desempenhar tarefas domésticas é vista há muito tempo, em muitas sociedades, como uma forma de asilo, adoção ou auxílio à criança da família menos afortunada. Na África Ocidental, existe uma tradição de migração das crianças das áreas rurais para áreas urbanas, onde trabalham para outros como parte da sua formação. Na maior parte da África Subsaariana, a troca de crianças entre casais da mesma família estendida costumava ser uma forma de apoio mútuo.

Hoje essas práticas se tornaram cada vez mais comercializadas. Milhões de crianças vivem nas casas de outras pessoas, a distâncias cada vez maiores das suas próprias casas, e realizam trabalhos domésticos como "ajudantes" ou empregadas. Embora haja uma pequena proporção de meninos, o trabalho doméstico geralmente é

reservado às meninas e constitui a maior categoria de emprego para meninas com menos de 16 anos de idade em todo o mundo.<sup>35</sup> Recrutadores e traficantes de várias regiões fornecem meninas da zona rural, oriundas de grupos em condições desfavoráveis, áreas desvalorizadas e países vizinhos, para alimentar a demanda urbana por trabalhadores domésticos em vários países do mundo.<sup>36</sup> Isso vem se tornando cada vez mais uma forma de emprego não-regulamentado, exploração e até servidão. Esse cenário é confirmado por vários estudos recentes, que ressaltam a extrema vulnerabilidade das crianças empregadas domésticas.<sup>37,38,39,40</sup>

A situação das crianças empregadas domésticas geralmente é considerada segura por seus pais, uma vez que a criança tende a viver em acomodações melhores que as da sua casa, pode comer melhor e está sob os cuidados dos seus empregadores e familiares. No entanto, a natureza fechada do domicílio, o isolamento da criança e a natureza "invisível" desse tipo de trabalho colocam a criança sob risco considerável. As crianças empregadas domésticas estão à mercê dos empregadores e de outras pessoas da casa. A relação entre as crianças domésticas e as demais pessoas da casa frequentemente é relatada como boa a princípio, tornando-se depois intolerante e abusiva.<sup>41</sup> Em lugares onde existe um estigma social firmemente estabelecido com relação às classes sociais mais baixas, uma patroa pode comportar-se com impunidade, sujeitando sua empregada ou empregado a demandas insustentáveis, formas extremas de castigos físicos e violência grave. Ao mesmo tempo, as meninas empregadas podem ser assediadas sexualmente pelos homens da casa.<sup>42,43</sup>

"Durmo sozinha em um quarto. À noite o dono da casa bate na minha porta, e eu fico numa situação difícil, porque tenho medo de contar, também tenho medo de perder meu emprego. Isso acontece porque perdi meus pais e não quero sair desse trabalho."

Menina, 12 anos, trabalho doméstico, 2005 VI

6

## A violência de todos os tipos é comum

A violência e o comportamento abusivo com relação à criança que trabalha como doméstica são muito mais comuns do que se pensa. Essa forma de trabalho infantil chegou ao conhecimento dos ativistas contra o trabalho infantil pela primeira vez há uma década, tendo sido apontada em vários países como uma das "piores formas" de trabalho infantil estipuladas pela Convenção no 182 da OIT.<sup>44</sup> Isso inclui cargas extremas de trabalho (não é incomum que as crianças trabalhem 16 horas diariamente), surras, chicotadas, puxões de cabelo, queimaduras com água ou ferro quente e negação de comida. A violência psicológica inclui gritos, xingamentos, insultos, ameaças e linguagem obscena. As meninas frequentemente sofrem assédio sexual e algumas vezes são estupradas; a gravidez também pode levar o empregador a expulsá-las da casa.<sup>45</sup> A falta de comida, de cuidados com ferimentos ou de tratamento de doenças também pode acarretar conseqüências à saúde física.

Entrevistas com crianças empregadas domésticas confirmaram esses altos índices de violência. Nas Filipinas e no Peru, quase todas as empregadas domésticas relataram ter sofrido maus-tratos envolvendo castigos físicos, discriminação, humilhação e assédio sexual.<sup>46</sup> Em Fiji, oito em cada 10 trabalhadores domésticos relataram abuso sexual por parte dos empregadores.<sup>47</sup> Em uma pesquisa realizada em El Salvador, 66% das meninas que trabalham com serviços domésticos relataram ter sido abusadas e confirmaram que o risco de investidas sexuais por parte do patrão ou de visitantes es-

tava sempre presente.<sup>48</sup> Em um estudo local na República Unida da Tanzânia, 43% das crianças trabalhadoras domésticas relataram surras, insultos, negação de comida, muitas indenizações ou proibição de entrar na casa.<sup>49</sup> No Nepal, onde as crianças frequentemente começam a trabalhar aos 8 ou 10 anos, as patroas que se irritam ou tornam-se abusivas com relação à menina podem transferi-la arbitrariamente para outra família. Essas crianças perdem todo o contato com suas próprias famílias.

## Isolamento e sofrimento psicológico

Uma das experiências mais dolorosas para uma criança que trabalha como empregada doméstica é ser sistematicamente tratada como um ser inferior: não ter amigos ou colegas do mesmo nível social, não poder brincar sequer com os filhos do patrão.<sup>50</sup> As crianças domésticas frequentemente recebem um rótulo depreciativo ou são impedidas de usar o próprio nome. No Haiti, o termo "restavèks" (agregados) passou a significar alguém indesejável e muitas vezes é usado como insulto: uma menina restavèk também pode ser chamada de "la pou sa", ou "ali para aquilo", o que significa disponível para o sexo.<sup>51</sup> Essas experiências produzem nas crianças uma profunda sensação de inferioridade, resultando em uma auto-estima cronicamente baixa.

Para as meninas que são demitidas ou engravidam e são expulsas da casa, as ruas e a prostituição são uma probabilidade, já que há poucas opções disponíveis.<sup>52</sup> A falta de recursos, a ausência de conhecimento sobre como viajar ou para onde ir e a vergonha por terem sido "estragadas"<sup>53</sup> as impedem de voltar para casa. Um

"Nos sete anos em que trabalhei, noite após noite, eu pensava que era eu que estava errada. A polícia sempre me perseguia e os assistentes sociais me chamavam de pervertida. Não havia ninguém que pudesse confirmar o fato de que fui vitimizada."

Criança explorada pela indústria do sexo, América do Norte, 2005 VII

relatório da República Unida da Tanzânia indicou que as meninas que chegavam aos centros de apoio para crianças sexualmente exploradas haviam sido expulsas de casas onde trabalhavam como domésticas, tendo sido abusadas sexualmente e acabado nas ruas; algumas só tinham 10 anos de idade.<sup>54</sup>

### **Crianças exploradas pela indústria do sexo**

A exploração de crianças com idade menor que 18 anos na prostituição, na pornografia infantil ou em shows de sexo constitui violência *prima facie* contra elas.<sup>55</sup> Obrigar crianças a desempenhar atos sexuais ou atos com alta conotação sexual, ou oferecer uma criança a outra pessoa para uso sexual de qualquer natureza, é uma violação dos seus direitos e constitui crime no mundo todo. As próprias crianças com idade para trabalhar condenam essa forma de ganhar a vida, descrevendo o comércio sexual como uma atividade criminosa que não deve ser confundida com outros tipos de trabalho.<sup>56</sup>

Embora as estatísticas relacionadas ao número de crianças usadas na prostituição sejam genéricas e todas as estatísticas sobre prostituição devam ser encaradas com algum ceticismo, acredita-se que cerca de um milhão de crianças ingressem na prostituição a cada ano.<sup>57</sup> Um estudo realizado em 13 países pela ONG Save the Children indica que a exploração sexual de crianças está aumentando, com evidências de atividades criminais crescentes relacionadas ao tráfico de crianças para fins sexuais, exploração por turistas e viajantes, pornografia e crimes relacionados à Internet.<sup>58</sup> No Sul da Ásia e

no Extremo Oriente, estima-se que cerca de um terço das pessoas envolvidas com prostituição sejam crianças com menos de 18 anos. Esse é um setor em que jovens estão sempre em demanda e em que as meninas parecem estar ingressando em idade cada vez mais tenra, frequentemente por meio do trabalho em bares e casas de massagem. A média de idade das meninas que entram no comércio do sexo no Nepal caiu de 14 a 16 anos nos anos 80 para 12 a 14 anos nos anos 90.<sup>59</sup>

Como no caso do trabalho doméstico infantil, algumas meninas entram para a prostituição porque os traficantes e agentes lhes prometem excelentes oportunidades. Na África Ocidental, do Senegal à Nigéria, há relatos de que milhares de crianças de famílias carentes são enviadas para o Oriente Médio todos os anos e muitas acabam na prostituição.<sup>60</sup> O próprio tráfico pode incluir violência. De acordo com um investigador do tráfico da Albânia para a Grécia, as crianças relataram maus-tratos, como queimaduras com cigarros, tapas, insultos e serem forçadas a dormir ao relento.<sup>61</sup>

### **Fatores de risco**

Foi identificada uma série de fatores que predis põem à exploração sexual de crianças: violência no lar e na família, inclusive abuso sexual por parte do marido de meninas casadas, que não são aceitas de volta por seus pais, ou expulsão da escola ou local de trabalho.<sup>62,63,64,65</sup> As formas como as crianças entram para a prostituição são, portanto, intrinsecamente abusivas e incluem o abandono e a estigmatização social extrema. Algumas crianças já nascem

"Fugi de casa porque o meu irmão me fazia sair às duas ou três da manhã para fazer coisas que eu não gosto de fazer. Ele me ofereceu aos seus amigos, aos nossos tios, a estranhos. Af, no dia em que meu pai tentou abusar de mim, eu fui embora."

Menina adolescente sem-teto, Extremo Oriente e Pacífico, 2005 VIII

6

na profissão, nas comunidades dos bordéis,<sup>66</sup> ou são doadas aos sacerdotes em formas rituais de escravidão sexual, como no caso da prática devadasi na Índia<sup>67</sup> e das trokosi em Gana.<sup>68</sup> A deficiência também pode ser um fator de risco. Há relatos de que alguns proprietários de bordéis na Tailândia buscam meninas surdas, calculando que elas terão menor possibilidade de protestar ou escapar porque não podem se comunicar facilmente com os clientes ou empregadores.<sup>69</sup>

Existem também amplas evidências, em todas as regiões, de que muitas meninas e meninos vendem sexo nas ruas simplesmente como estratégia de sobrevivência, em troca de comida, abrigo ou drogas.<sup>70</sup> Na África do Sul, onde 10.000 a 12.000 crianças perderam seus cuidadores para o HIV/AIDS e agora estão sem teto e enfrentando o estigma da doença, a polícia estima que 28.000 crianças sejam exploradas na indústria do sexo; 25% das pessoas envolvidas com prostituição na Cidade do Cabo são crianças.<sup>71</sup>

### **Exposição adicional à violência**

A violência intrínseca à exploração sexual é intensificada pela exposição à violência física e psicológica, à qual as crianças mais novas são especialmente vulneráveis. De acordo com um estudo da OIT/IPEC realizado no Vietnã,<sup>72</sup> 12% das crianças usadas na prostituição afirmaram terem sido submetidas a torturas e apanhado dos clientes ou dos empregadores/gigolôs por desobediência; além disso, elas também haviam sofrido abortos repetidos, havendo casos em que fizeram o

aborto pela manhã e receberam um cliente à tarde. Na Mongólia, 33% das meninas exploradas na prostituição indicaram que haviam sido estupradas.<sup>73</sup> Na Jamaica, meninos prostitutos relataram que "corriam risco de sofrer violência praticada por pessoas que abominam homossexuais e acreditam que eles devam ser erradicados".<sup>74</sup>

Nos últimos anos, pessoas não-identificadas em Honduras passaram a raptar crianças exploradas sexualmente, torturá-las e às vezes assassiná-las. As vítimas sobreviventes descreveram como os agressores fingiam ser "clientes" em busca de sexo e as levavam para locais ermos, onde eram violentadas sexualmente, torturadas, insultadas e humilhadas. A agressão tinha as características de punição "moral" ou vingança coletiva contra os corpos de crianças que foram socialmente abandonadas e excluídas - como se as meninas ou meninos representassem o mal social a ser eliminado. Os raptadores provocavam suas vítimas: "Se você desaparecesse, ninguém iria perguntar por você."<sup>75</sup>

A condenação social é outro aspecto crítico da violência sofrida pelas crianças prostitutas. Mesmo nos casos de fraude em que o trabalho à espera da criança foi descrito enganosamente, o estigma de ter sido sexualmente ativa torna impossível a volta da criança ao lar. Os jovens explorados na indústria do sexo frequentemente envergonham-se disso e ignoram que são vítimas de abuso, acreditando que são eles os culpados. Esse sentimento subjacente de culpa impede que falem livremente sobre a sua própria exploração.<sup>76,77</sup>

## Trabalho forçado e servidão por dívida

As crianças vítimas de trabalho forçado e servidão por dívida representam dois terços das crianças que desempenham as piores formas incondicionais de trabalho infantil, que, segundo uma estimativa conservadora da OIT<sup>78,79</sup>, atingem 5,7 milhões de crianças no mundo todo. Uma porcentagem desconhecida, mas significativa, consiste em vítimas de tráfico: a maioria dos casos encontra-se na Ásia, mas a prática existe em todas as regiões. O trabalho forçado e a servidão por dívida são classificados como escravidão pela Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura de 1956. Embora ambos sejam universalmente considerados como atividades criminosas, muito raramente os casos são levados ao tribunal.

A definição de trabalho forçado compreende dois elementos básicos: trabalho ou serviço extorquido sob ameaça de punição e trabalho empreendido involuntariamente. A ameaça ou punição pode vir sob muitas formas; sua forma mais violenta envolve violência ou contenção física, ou mesmo ameaças de morte dirigidas à vítima ou seus parentes. Também podem ser usadas formas mais sutis de coerção, como a ameaça de denunciar trabalhadores ilegais à polícia ou de informar os anciãos do vilarejo sobre meninas forçadas a se prostituírem em cidades distantes.<sup>80</sup>

### Servidão por dívida

A criança cativa trabalha em condição de servidão para pagar dívidas, que podem passar de uma geração para outra. Geralmente a criança

trabalhadora fica cativa de um empregador ou proprietário em troca de um "empréstimo". Nas áreas em que a prática é comum, os trabalhadores são oriundos de grupos ou castas socialmente inferiores, não têm voz ativa sobre as condições de qualquer emprego e suas famílias são extremamente pobres. Nessa situação, a criança torna-se um bem de consumo e trabalha em condições análogas à escravidão.

Embora o trabalho escravo sobreviva em outros lugares, a maior parte do problema está concentrada no Sul da Ásia. A Índia, com sua vasta população, tem o maior número de crianças em situação de servidão por dívida (algumas estimativas sugerem que o número pode chegar a 15 milhões,<sup>81</sup> sendo a maioria da comunidade dalit, a casta dos intocáveis). Essa prática é ilegal há muito tempo. Em 1997, a Suprema Corte emitiu um novo mandado de segurança, com base no qual vêm sendo realizados esforços para regularizar a situação, punir os perpetradores e resgatar as crianças da servidão.

Essas ações foram inspiradas pelo forte ativismo local. Pesquisas setoriais específicas constataram servidão infantil por dívida na mineração de pequena escala, olarias, processamento de peixes, lapidação de gemas, tecelagem de tapetes, curtumes e produção de fogos de artifício. Os fabricantes de tapetes empregam crianças em condições severas de cativeiro, recorrendo frequentemente à coerção para impor a disciplina e impedir protestos.<sup>82</sup> De acordo com pesquisas da Human Rights Watch conduzidas na indústria da seda em Uttar Pradesh de 1996 a 2003, as crianças são submetidas a um alto nível de violência. A ONG relata que os donos

"Às 4:00h da manhã eu acordava e enrolava a seda. Eu só ia para casa uma vez por semana. Eu dormia na fábrica com outras duas ou três crianças. Nós preparávamos a comida lá e dormíamos no espaço entre as máquinas. Se eu fizesse alguma coisa errada - se eu cortasse o fio - ele me batia. Algumas vezes [o dono] usava linguajar vulgar. Af ele me dava mais trabalho."

Criança, 11 anos, cativa desde cerca dos sete anos de idade como pagamento pela quantia de Rs. 1700 (US \$35), Sul da Ásia, 2003IX

6

dos teares abusam das crianças rotineiramente; elas costumam ser trancadas e sua alimentação está longe de ser adequada.<sup>83</sup>

Uma situação semelhante pode ser observada no Paquistão.<sup>84</sup> As estruturas sociais feudais conferem aos donos da terra o poder de exigir mão-de-obra das famílias devedoras, podendo "presentear" outro dono de terras com um servidor cativo. Em Sindh, grupos de direitos humanos<sup>85</sup> coletaram evidências documentais de assassinato, violência sexual, rapto e violência física. No Nepal, a servidão por dívida envolve grupos de minorias no sistema agrícola kamaiya, que agora é ilegal. Um estudo realizado sobre essa prática concluiu que 30% das crianças que abandonaram seu empregador o fizeram devido ao "assédio ou castigos" sofridos.<sup>86</sup> Em todos esses ambientes feudais, a letra da lei ou a afirmação de direitos estão ausentes. A intimidação, os castigos físicos e a humilhação verbal reforçam um profundo sentimento de inferioridade e impotência.

## Grupos indígenas

Na América Latina, como em todos os lugares, os povos indígenas e suas crianças são submetidos a um alto nível de trabalhos forçados e, via de regra, enfrentam também altos índices de pobreza, discriminação e exclusão. Os habitantes de áreas remotas são especialmente suscetíveis ao recrutamento coercitivo e à servidão por dívida devido à fraca presença do Estado. Em áreas remotas do Brasil, é mais barato contratar crianças, que são consideradas mais dóceis. Elas trabalham na derrubada de árvores, no corte da madeira, na plantação de cana-de-açúcar, na mineração, em destilarias e car-

voarias, todas as quais são atividades perigosas.<sup>87</sup> Uma vez contratadas, invariavelmente de forma enganosa, elas se tornam devedoras e não têm chance de voltar para casa. A situação intolerável das crianças na mineração de ouro de pequena escala em Madre de Dios, Peru, é bem conhecida das organizações de direitos humanos e das autoridades. Cerca de 20% dos mineiros têm entre 11 e 18 anos de idade.<sup>88</sup>

A vulnerabilidade aumenta com a falta de identidade oficial. Como não registram seus nascimentos, os povos indígenas são invisíveis para as autoridades nacionais e, portanto, incapazes de denunciar trabalhos forçados ou buscar reparação. Nos remotos campos de trabalho da bacia amazônica no Peru, 20.000 trabalhadores podem estar sujeitos a trabalho forçado, muitos acompanhados de crianças de quem se espera que trabalhem de graça.<sup>89</sup> De acordo com um estudo da OIT realizado em 19 países da região da América Latina, quase 10% da população total de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade estão engajados nas piores formas de trabalho, em que a violência é uma rotina.<sup>90</sup>

## Formas tradicionais de escravidão

Na África, que possui a maior incidência de trabalho infantil informal, existem evidências indicando que a proporção de trabalho "forçado" seria maior que em outras regiões.<sup>91</sup> A coerção, porém, está mais relacionada à importância atribuída ao parentesco e à clientela nas relações econômicas e ao fato de que a maioria das pessoas, principalmente nas zonas rurais, não ganha a vida em uma economia empregador-trabalhador industrializada, monetizada ou padro-

nizada. A distância da economia moderna é maior nos ambientes montanhosos, desérticos ou semidesérticos. A vida é dura e exige mecanismos bem azeitados para lidar com períodos de calamidade. Laços de parentesco ou de clientela podem ser invocados para exigir serviços de membros da família estendida e de outros em posição inferior; esses arranjos tendem a ser vistos como "naturais" e sancionados por crenças sociais e religiosas.<sup>92</sup>

Os abusos ou perversões dos arranjos costumeiros para a exploração de crianças ocorrem em poucos países da África Oriental, como a Etiópia, mas são mais prevalentes nos países do Sahel, onde as formas feudais de governo persistem. Mauritânia e Níger são os últimos países do mundo onde a escravidão regular - a "posse" direta de pessoas, não por meio de transações comerciais, mas com base em práticas e costumes - ainda existe, embora tenha sido banida nominalmente pela lei.<sup>93,94</sup> Via de regra, essas pessoas são descendentes de escravos e o seu grau de "escravidão" real é contestado localmente e aberto a interpretações. No entanto, vários serviços podem ser exigidos dos descendentes de escravos, inclusive crianças, tanto nas casas como nos campos, e eles estão sujeitos a severas limitações quanto ao seu comportamento e aos seus direitos e benefícios.<sup>95</sup>

As crianças dessas famílias pertencem aos seus senhores e podem ser passadas de um dono para outro como "presentes". As meninas começam a trabalhar desde muito jovens e ficam à total disposição do seu senhor, inclusive sexualmente, atuando também como produtoras de mais crianças escravas por meio de parceiros que lhes

são designados. A escravidão só foi banida legislativamente no Níger em 1999 e os avanços rumo à sua erradicação são vagarosos. Uma pesquisa conduzida em 2004 por uma organização local estabeleceu que cerca de 43.000 homens, mulheres e crianças ainda estão sob regime de escravidão.<sup>96</sup> Muitos dos 11.000 entrevistados haviam sido submetidos à violência, estupro, tratamentos degradantes e ameaças. Castigos humilhantes pontuavam todos os aspectos das suas vidas e impediam que fugissem.

O colapso da governabilidade e da predominância da lei em certos países africanos gera as condições em que o trabalho escravo floresce e as crianças podem ser raptadas para prestar algum tipo de serviço. Esses serviços podem incluir a escravidão sexual para os senhores da guerra.<sup>97</sup>

## Atividades ilícitas

Todas as avaliações dos Escritórios Regionais realizadas para este Estudo registraram o envolvimento de crianças em atividades de natureza criminosa com diferentes níveis de gravidade, a maioria nas ruas. Por exemplo, em sua avaliação, o Escritório Regional do Caribe demonstrou preocupação com uma "população crescente" de crianças de rua em países como a Jamaica e o Haiti que envolvem-se em atividades ilícitas para ganhar dinheiro, seja empacotando e vendendo drogas ou agindo como "olheiros" tanto da polícia quanto dos criminosos.<sup>98</sup>

Em alguns países da Europa e da Ásia Central, a crescente presença de crianças trabalhando nas ruas e o seu envolvimento em atividades ilícitas, inclusive pequenas infrações,

mendicância e prostituição, despertou preocupação semelhante.<sup>99</sup> Em São Petersburgo, cerca de 10 a 30% das crianças que trabalham nas ruas estão envolvidas em atividades ilícitas, como o comércio de mercadorias roubadas e o tráfico de drogas.<sup>100</sup>

Em muitas partes do mundo, a polícia presume que as crianças que tentam ganhar dinheiro nas ruas estão necessariamente envolvidas em atividades ilegais, o que aumenta a violência na vida dessas crianças. Em alguns países, essas crianças são legalmente definidas como transgressores em potencial ou criminalizadas como párias e a polícia tem o direito de prendê-las.<sup>101</sup> (A prisão arbitrária ou violenta por vadiagem é discutida no capítulo sobre violência contra a criança em instituições de proteção e de justiça juvenil.)

### **Crianças envolvidas no comércio de drogas**

O comércio de drogas tornou-se uma das categorias mais difundidas de trabalho infantil ilícito. Nesse tipo de trabalho de rua, a violência, ou tornar-se alvo de comportamento violento, é comum, e o comércio de drogas também expõe as crianças aos riscos do abuso de substâncias e aos prejuízos provocados por ela. Um estudo realizado nas duas regiões da Estônia onde o uso de droga por crianças é comum constatou que a maioria das crianças envolvidas na venda ou no tráfico de drogas são usuárias de maconha, heroína ou anfetaminas.<sup>102</sup> Embora não sejam viciadas quando começam a vender drogas, elas logo experimentam os produtos que estão vendendo.

Na Somália, o comércio de khat, uma folha narcótica, é praticado abertamente e é um dos negócios mais rentáveis do país. O trabalho no comércio de khat é procurado por meninos porque é a forma mais bem paga de trabalho autônomo.<sup>103</sup> Nas Filipinas, um estudo constatou que quase 20% das crianças envolvidas no comércio de drogas foram feridas nesse processo e 17% testemunharam castigos físicos aplicados a outras crianças.<sup>104</sup> As razões para esses castigos incluíam a perda das drogas e o não-envio do dinheiro apurado para o controlador. Cerca de 25% das crianças afirmaram que, se não tivessem um bom desempenho, as conseqüências seriam surras, repreensões ou ameaças.

Um estudo sobre crianças no comércio de drogas do Rio de Janeiro é uma das poucas pesquisas abrangentes sobre o envolvimento de crianças em atividades ilegais.<sup>105</sup> Desde os anos 80, o número de crianças envolvidas vem crescendo à medida que o comércio torna-se mais ostensivo, mais centrado na cocaína, mais estabelecido nas favelas e mais pesadamente armado. As crianças são atraídas para o comércio devido à socialização com traficantes nas ruas e à falta de alternativas. O aumento do envolvimento dos jovens refletiu-se no aumento dramático de condenações registradas (de crianças menores de 18 anos) por venda de drogas e tráfico - de 110 em 1980 para 1.584 em 2001. As ocorrências de infarções culposas e porte ilegal de armas também aumentaram significativamente durante esse período (ver o capítulo sobre violência contra a criança na comunidade).<sup>106</sup>

"Nenhuma criança deveria ter que lutar numa guerra ou carregar cargas pesadas, nem trabalhar muitas horas sem pagamento, sofrer abusos ou ser tratada injustamente. As crianças merecem ser tratadas como iguais no local de trabalho, e aqueles que abusam delas deveriam ser punidos com severidade. O que as crianças querem é igualdade e qualidade no local de trabalho."

Criança, África Oriental e Meridional, 2005 XI

## FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A VIOLÊNCIA

A OIT desenvolveu uma estrutura conceitual para analisar a violência no trabalho entre a população geral de trabalhadores, considerando-a como uma função de quatro fatores interrelacionados:

- características das vítimas
- características dos perpetradores
- fatores do ambiente de trabalho
- riscos relacionados ao ambiente externo ao local de trabalho.<sup>107</sup>

Embora não tenha sido desenvolvida com o trabalho infantil em mente, essa estrutura é útil para apreender uma série de características interativas, entre as quais os fatores individuais e sociais de risco, o contexto em que certos tipos de trabalho são executados, as conseqüências individuais e sociais e os custos impostos ao local de trabalho.

## CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES E DOS PERPETRADORES

Por definição, as crianças são mais vulneráveis à violência que os trabalhadores adultos devido ao tamanho geralmente menor, à imaturidade no desenvolvimento e à situação de dependência. O grau de distanciamento do empregador, em termos tanto de espaço como de afiliação social e étnica, do histórico da criança determina até que ponto ele se sente responsável pelo bem-estar do jovem trabalhador. Além disso, as meninas são mais vulneráveis à violência

sexual<sup>108</sup> - e as crianças portadoras de deficiência estão sujeitas a um maior risco de violência. As crianças também têm uma menor probabilidade de resistir fisicamente à violência ou denunciá-la, o que as transforma em alvos mais fáceis que os adultos. Os trabalhadores jovens, tenham ou não atingido a idade mínima permitível para trabalhar, geralmente estão na base da hierarquia do local de trabalho.

A deficiência também tende a desempenhar um papel na violência contra a criança trabalhadora. Em muitas partes do mundo, por exemplo, há relatos freqüentes de crianças com deficiências visíveis (desde deformações congênitas até feridas abertas) que são colocadas nas ruas para mendigar, muitas vezes sofrendo violência física quando não ganham o suficiente durante o seu "dia de trabalho". Além de serem dolorosas, abusivas e humilhantes para a criança, essas práticas freqüentemente contribuem para piorar a sua deficiência e minar a sua saúde.<sup>109</sup>

A relação de poder entre empregador e trabalhador aumenta os riscos; trata-se de um poder absoluto, pois o emprego está nas mãos do chefe. Informações disponíveis sobre casos registrados de violência contra a criança no local de trabalho sugerem que, na maioria dos casos, a violência é infligida pelo empregador, visto que a maioria das crianças trabalha informalmente para "empregadores", um termo que designa qualquer pessoa que tenha uma relação de controle sobre uma criança trabalhadora. Os agressores também incluem capatazes, colegas de trabalho, clientes, a polícia e gangues de criminosos. A vulnerabilidade aumenta quando o trabalho é executado em condições de isolamento

ou ilegalidade; as crianças no comércio do sexo frequentemente são controladas por cafetões ou donos de bordel.

Os sistemas tradicionais de aprendizado - no Caribe, por exemplo<sup>110</sup> - também podem constituir um contexto para abusos. No entanto, esse tipo de aprendizado pode ser a única alternativa para jovens trabalhadores que tentam adquirir habilidades na economia informal como forma de sair da pobreza extrema.<sup>111</sup> Também há alguns relatos de abuso em ambientes industrializados onde existem esquemas de aprendizado. Um estudo realizado na França constatou que 16% dos aprendizes relataram violência física ou verbal,<sup>112</sup> e um estudo realizado na União Européia em 2000 indicou que 2% dos aprendizes eram vítimas de violência física por parte dos seus colegas de trabalho.<sup>113</sup>

## **CARACTERÍSTICAS DO LOCAL DE TRABALHO**

Os riscos relacionados ao próprio local de trabalho variam de acordo com a atividade profissional - se ela ocorre em um ambiente organizado, como uma fábrica, ou em ambiente informal,

como uma empresa de fundo de quintal; se o local de trabalho tem características especiais de isolamento ou perigo, como no caso das minas, da pesca, das pedreiras e de alguns tipos de agricultura;<sup>114</sup> se é um ambiente fechado, como uma residência; ou se faz parte de alguma atividade ilegal, como a exploração sexual ou a venda de drogas. Os exemplos mais extremos de violência contra a criança no local de trabalho ocorrem nas piores formas de trabalho infantil.

As crianças que trabalham em ambientes inseguros estão sob risco constante de violência. Esses ambientes incluem fábricas de vidro, mineradoras e plantações, especialmente onde as normas de saúde e segurança são precárias ou inexistentes.<sup>115</sup> Lesões graves podem ser produzidas por maquinário perigoso, armas, acidentes, vapores tóxicos e explosões. Todos esses efeitos negativos são mais intensos em corpos e mentes jovens e em crescimento que em adultos. Relatórios produzidos por vários países sobre o abuso sistemático de crianças no local de trabalho mencionam, por exemplo, condições desumanas na indústria do algodão<sup>116</sup> e uso inseguro de pesticidas perto de trabalhadores rurais, inclusive crianças.<sup>117,118,119</sup>

## **CATADORES DE LIXO: UM LOCAL DE TRABALHO CHEIO DE RISCOS**

Em muitos países da Ásia e da América Latina, há uma grande quantidade de crianças que trabalham como catadores em depósitos de lixo. Nas Filipinas, em Ciudad Quezon, na região metropolitana de Manila, milhares de crianças e suas famílias ganham a vida em lixões e moram em comunidades-satélite. Em 2000, uma das montanhas de lixo desmoronou sob chuvas torrenciais, matando entre 500 e 1.000 adultos e crianças soterrados pelos detritos. Mesmo no dia-a-dia, é comum a ocorrência de ferimentos causados pelas manobras dos caminhões ou por objetos cortantes, além de infecções causadas pelo material em decomposição.<sup>120</sup>



HAITI, 1995, Menina trabalhando no abarrotado Mercado de Alimentos Solomon, em Port-au-Prince.

## FATORES AMBIENTAIS

Quando o próprio ambiente está repleto de riscos, as crianças que trabalham em espaços abertos estão constantemente expostas à violência. Em certos lugares, o trabalho no setor de serviços, como em restaurantes e lojas, pode expor os jovens trabalhadores a assaltos à mão armada ou a agressões por parte dos clientes. Crianças trabalhadoras que se sentem constantemente ameaçadas pela violência no ambiente tendem a adquirir também comportamentos violentos ou a exibir distúrbios de comportamento, como agressividade sexual ou pessoal.<sup>121</sup>

O trabalho nas ruas ou em transportes, lojas, bares ou hotéis localizados em áreas de favela notoriamente violentos acarreta riscos maiores às crianças envolvidas. Atividades ilícitas como o comércio de mercadorias ilegais são, por sua própria natureza, conduzidas em áreas de alto risco, onde os empreendimentos criminosos fazem parte do ambiente.<sup>122</sup>

## RESPOSTAS À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NO LOCAL DE TRABALHO

A questão específica da violência não tem recebido muita atenção dos programas voltados para o trabalho infantil. Um desafio global que emerge do Estudo, de acordo com a Consulta Regional do Caribe, é tornar a violência contra a criança no local de trabalho uma questão mais visível e mais prioritária entre os formuladores de políticas públicas.<sup>123</sup> Da mesma forma, a Consulta Regional do Sul da Ásia observou que a violência implícita em muitas situações experimentadas pelos crianças trabalhadores não era adequadamente percebida ou confrontada.

Todavia, a experiência necessária para lidar com abusos e violência já existe em muitos programas relacionados ao trabalho infantil. Via de regra, esses programas são multifacetados, abordando causas econômicas e culturais e promovendo a educação e as ocupações alternativas, a mobilização social em torno das necessidades e direitos da criança e ações de advocacy para mudar atitudes em relação à aceitação do trabalho infantil. A violência que algumas crianças experimentam no local de trabalho deveria ser melhor pesquisada e receber mais atenção por parte desses programas.

As respostas adequadas dependem, em grande parte, das diferenças cruciais relacionadas à natureza do trabalho ou do local onde é realizado e, portanto, da sua violência intrínseca. Essas categorias poderiam ser agrupadas da seguinte maneira:

- **Piores formas:** Nos casos em que a violência é parte integrante da natureza perigosa e exploradora do trabalho, previstos na Convenção no 182 da OIT, nenhuma criança deverá estar presente no local de trabalho. Portanto, a resposta principal será oferecer meios para que abandonem esse trabalho e tomem um novo rumo na vida, com o apoio dos pais, da sociedade e do Estado. Isso requer uma abordagem multifacetada que inclua medidas de combate à pobreza, de estímulo à educação e de aplicação das leis trabalhistas.<sup>124</sup>
- **Trabalho informal:** Onde não existe "emprego" no sentido contratual e o local de trabalho é de difícil acesso ou consiste em ruas e espaços abertos, a melhor maneira de suprir a necessidade imediata de proteção da criança contra a violência é adotar programas que ofereçam serviços como alojamentos, albergues, educação não-formal, desenvolvimento de habilidades sociais para resistir a avanços sexuais, atividades em grupo como esportes e recreação, e oportunidades para adquirir qualificações profissionais e escolaridade.<sup>125,126</sup>
- **Crianças legalmente empregadas:** Nos casos em que crianças e adolescentes trabalham dentro da lei, seja porque executam trabalhos leves ou porque têm idade superior à mínima permitida para trabalhar, mas estão sujeitas à violência potencial por parte de empregadores, de outros trabalhadores ou como risco ocasional, podem ser realizados esforços para aumentar a proteção dessas crianças, reduzindo a sua vulnerabilidade e a sua exposição ao risco.

No caso das "piores formas" de trabalho infantil, não é possível fazer uma distinção entre a

redução da violência e a eliminação das circunstâncias do trabalho, já que a concentração exclusiva na violência implicaria em admitir que as crianças poderiam continuar realizando esse trabalho perigoso e explorador caso a violência fosse eliminada. Nenhuma criança deve ser empregada em circunstâncias ou ocupações em que enfrente abusos físicos, psicológicos ou sexuais ou que coloquem em risco sua saúde, segurança ou moral.

No entanto, como já foi observado, os esforços para tirar as crianças do local de trabalho devem ser acompanhados de medidas que eliminem as razões econômicas e sociais pelas quais elas trabalham; do contrário, a remoção dessas crianças será efêmera. A experiência mostra que crianças retiradas de locais de trabalho formal sem que lhes sejam oferecidos meios para redirecionar suas vidas acabam em situações informais mais perigosas. Isso ocorreu em Bangladesh, no início dos anos 90, após a demissão abrupta de meninas do setor de roupas para exportação, que estava sob ameaça de um boicote dos EUA às mercadorias fabricadas com qualquer tipo de participação de mão-de-obra infantil.<sup>127</sup> O leque de intervenções necessárias, portanto, inclui:

- Medidas legislativas e de aplicação da lei baseadas na estrutura internacional compreendida pela CDC e pelas Convenções da OIT; definição de normas para os locais de trabalho, criação de inspetorias e aplicação de sanções legais severas contra o emprego de crianças, além da realização de batidas policiais para combater atividades criminosas que envolvam crianças, acompanhadas de programas de reabilitação de crianças.

- Programas com a participação das famílias e da comunidade para reduzir a necessidade e a probabilidade de que os pais dependam do trabalho ou da renda gerada pelos seus filhos, incorporando medidas preventivas como a redução da pobreza, o apoio à família, auxílio-educação ou descontos nas mensalidades escolares e acesso universal aos serviços básicos, especialmente à educação de qualidade.
- Intervenções para responder diretamente à necessidade de remoção de crianças trabalhadoras de locais de trabalho que os expõem à violência, ao perigo e à exploração, voltadas para um público-alvo abrangente que inclui empregadores, pais, lideranças comunitárias e policiais.
- Advocacy e mobilização da sociedade civil em prol do direito da criança de não ser tratada com violência no local de trabalho, bem como do seu direito de acesso à educação de qualidade e a uma preparação adequada para uma vida profissional futura livre da exploração e do abuso.

## AS LEIS E SUA IMPLEMENTAÇÃO

A ação legislativa nacional sobre o trabalho infantil é guiada por padrões internacionais. Todos os países, com a exceção de dois, ratificaram a CDC, e mais de 80% das crianças do mundo vivem atualmente em países que ratificaram as duas Convenções primordiais da OIT. Desde a sua adoção em 1999, a Convenção no 182 vem sendo ratificada em ritmo acelerado, o que, por sua vez, ajudou a duplicar o índice de ratificação da Convenção sobre a Idade Mínima No 138.<sup>129</sup> Isso reflete um sólido consenso político, proporcionando um novo e significativo impulso em favor da adoção de medidas urgentes para a eliminação do trabalho infantil. Muitos governos vêm revendo a sua legislação e demonstrando maior determinação para abordar as várias questões envolvidas.

Ainda há desafios importantes a serem enfrentados para adequar a lei consuetudinária e os códigos tradicionais relativos ao "trabalho" e ao "em-

## QUÊNIA: ABORDANDO SIMULTANEAMENTE O TRABALHO, A POBREZA E A EDUCAÇÃO

Em atividades recentes voltadas para a redução do trabalho infantil, foram reconhecidas as dificuldades enfrentadas por famílias extremamente pobres, inclusive as afetadas pelo HIV/AIDS. Mesmo nos casos em que as mensalidades da escola primária foram abolidas, algumas famílias africanas ainda julgam que precisam do trabalho das crianças para completar a renda familiar e resistem em enviá-las para a escola. Em um esforço para lidar com essa situação, o Quênia, que tem dois milhões de crianças trabalhadoras na faixa de 5 a 17 anos de idade, tentou compensar financeiramente os pais pela perda da contribuição econômica dos seus filhos; o pagamento é feito com a condição de que as crianças frequentem a escola. Uma quantia mensal variando de US\$ 7,00 a 14,00 por criança é doada como incentivo aos pais de crianças que trabalham em plantações, na agricultura e na pesca de subsistência, bem como aos órfãos e a outras crianças vulneráveis.<sup>128</sup>

prego" às leis internacionais. Uma providência importante no âmbito nacional foi compilar a lista de ocupações e tarefas arriscadas e proibi-las para todos as pessoas com idade abaixo dos dos 18 anos, de acordo com as disposições da Convenção no 182 da OIT. Um revisão recente indica que essa tem sido uma área de grande atividade, assim como a ação legislativa de combate ao tráfico e ao envolvimento de crianças com a prostituição e a pornografia. No entanto, a atenção dos governos ao trabalho forçado e à servidão por dívida tem sido mais modesta, com poucas ações de melhoria da legislação contra o emprego de crianças em atividades ilícitas.<sup>130</sup>

### **Aplicação das leis trabalhistas**

Em muitos países, a falta de aplicação da lei e a impunidade dos agressores é um problema mais grave do que a natureza da legislação vigente. Por exemplo, novas leis contra a servidão por dívida foram aprovadas na Índia (1976) e no Paquistão (1992), mas a quantidade de condenações e de libertações de trabalhadores cativos pelos tribunais demonstra que nenhuma delas é cumprida com rigor. Na Índia, a Comissão Nacional de Direitos Humanos recebeu uma ordem da Corte Suprema em 1977 para supervisionar a aplicação da Lei de 1976 e conseguiu pressionar autoridades a libertar e reabilitar crianças cativas em algumas áreas, principalmente no cinturão da indústria de tapetes de Uttar Pradesh.<sup>131</sup> Os recursos e o poder da Comissão, porém, são limitados, e os Estados têm sido morosos no cumprimento das suas obrigações. No Paquistão, onde as multas são bem mais altas do que na Índia, as condenações têm sido mínimas nos últimos anos.<sup>132</sup>

A Consulta Regional do Sul da Ásia realizada para este Estudo apontou a necessidade de um sistema de supervisão para garantir a implementação efetiva das leis do trabalho infantil por todas as entidades responsáveis pela sua aplicação na região. Da mesma forma, a Consulta Regional do Extremo Oriente e do Pacífico notou que, em geral, a aplicação das leis do trabalho infantil parece ficar atrás de outras medidas promulgadas para a proteção das crianças.

Existem muitos empecilhos à aplicação das leis. Um deles é a falta de um sistema eficaz e universal de registro de nascimentos, o que restringe a aplicação de leis sobre a idade mínima para o trabalho.<sup>133</sup> Outro é que as inspetorias do trabalho, que ajudaram a retirar crianças de locais de trabalho em países industrializados do Ocidente, geralmente não têm sido tão eficientes nos países em desenvolvimento.<sup>134</sup> Embora bem-sucedidas em algumas ocasiões, a maioria não estende seu alcance para além de locais de trabalho urbanos organizados, onde se encontra a minoria das crianças trabalhadoras. Muitos inspetores estão assoberbados com o número de casos, os recursos e os meios para viajarem são escassos e seus salários são baixos. Tanto os empregadores quanto as crianças trabalhadoras podem recorrer ao suborno, e é possível também que haja pressão de fontes oficiais para que as inspeções não sejam tão rigorosas a ponto de prejudicar o clima de investimentos.<sup>135</sup>

As possibilidades de reparação legal da violência sofrida são quase inacessíveis as crianças trabalhadoras devido ao seu status comparado aos adultos. Casos de ferimentos graves, como queimaduras com ferro quente, e de abusos grossei-

ros podem atrair a atenção da mídia; nesses casos, as pessoas que empregam crianças no serviço doméstico, por exemplo, são processadas, geralmente com o auxílio de uma ONG. ONGs como a Coalizão Sul-Asiática contra a Servidão Infantil também fazem tentativas de receber, em nome das crianças trabalhadoras indianas cativas que foram libertos, a soma de Rs. 20.000 (US\$ 420) a que têm direito para reabilitação, mas essas tentativas são poucas e muito espaçadas.<sup>136</sup> Os casos de abuso sexual contra crianças trabalhadoras também raramente resultam em condenação.<sup>137</sup> Além disso, os defensores legais de meninas trabalhadoras frequentemente arriscam-se a sofrer retaliação por parte daqueles que possuem interesses ocultos na situação.

Há situações específicas em que a lei foi aplicada de forma eficaz e as intervenções programáticas e de apoio funcionaram, mas esses casos são raros. No entanto, isso pode ser feito nas circunstâncias em que o trabalho é realizado exclusivamente por crianças sob pretexto do seu tamanho diminuto, da sua destreza manual

ou da necessidade de aprender uma habilidade em idade muito tenra (como na tecelagem de tapetes ou no artesanato decorativo). A remoção total da mão-de-obra infantil pode ser viável em se tratando de locais de trabalho confinados ou ocupações específicas.

Um exemplo é o acordo feito com os Emirados Árabes Unidos (EAU) em maio de 2005 para a soltura e repatriação de 3.000 meninos empregados como jóqueis de camelo e ajudantes de estábulo (ver quadro). Essa iniciativa ilustra os papéis complementares que podem ser desempenhados por organizações internacionais e organizações voltadas para a realização de campanhas na tentativa de eliminar o tráfico e o emprego de crianças em ocupações exploradoras.

### **Apoio para a aplicação da lei na sociedade civil**

Conforme notado em todo o Estudo, a aplicação da lei é um problema em ambientes onde os sistemas formais legal, administrativo e ju-

## **A LONGA LUTA PARA ACABAR COM O USO DE MENINOS COMO JÓQUEIS DE CAMELO**

O tráfico de meninos de alguns países do Sul da Ásia (Bangladesh e Paquistão) e da África (Mauritânia, Somália e Sudão) para serem usados como jóqueis em corridas de camelos nos EAU e em outros Estados do Golfo (Kuwait, Catar e Arábia Saudita) foi alvo de protestos da Anti-Slavery International (ASI) por muitos anos. Uma ONG de Bangladesh calculou que quase 1.700 meninos haviam sido traficados para o Oriente Médio durante os anos 90 para esse propósito, a grande maioria com menos de 10 anos de idade. Os meninos eram amarrados às selas dos camelos durante as corridas e muitas vezes sofriam ferimentos e quedas. Além disso, frequentemente eram obrigados a passar fome antes das corridas para reduzir o peso corporal e sofriam outras formas de violência física e psicológica, inclusive abuso sexual ocasional.

## A LONGA LUTA PARA ACABAR COM O USO DE MENINOS COMO JÓQUEIS DE CAMELO

A AEI não conseguiu obter avanços significativos até unir forças com a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e a OIT. Em 2001, a OIT persuadiu os EAU a ratificarem a Convenção no 182, o que levou ao banimento, em 2002, do uso de jóqueis de camelo com menos de 15 anos de idade e com peso inferior a 45 kg. Mesmo assim, os avanços foram lentos e o tráfico continuou em pequena escala. No entanto, em março de 2005, o limite de idade foi aumentado por via jurídica para 16 anos de idade (e mais tarde para 18 anos) e, em maio de 2005, o UNICEF chegou a um acordo com os governos dos EAU para facilitar a repatriação dos meninos em um prazo de dois anos. Passados oito meses, mais de 1.000 meninos haviam sido identificados. Muitos começaram a voltar para casa, no Paquistão e em Bangladesh, no final de 2005.

Inicialmente, os meninos eram recebidos em centros especiais, de onde partiam para juntar-se às suas famílias quando isso era possível. Caso a família não fosse encontrada, o ensino e a reintegração à sociedade ficariam a cargo de organizações de assistência. Outros meninos, incluindo os trabalhadores dos estábulos, também foram devolvidos para o Sudão e a Mauritânia. Em todos os quatro países, foi oferecido apoio às famílias e comunidades, e mecanismos permanentes foram estabelecidos para impedir novas ondas de tráfico ou que as mesmas crianças fossem novamente traficadas. A reintegração das crianças foi monitorada, enfatizando-se o fortalecimento da assistência pela comunidade e a criação de um ambiente de apoio para impedir a discriminação contra elas.<sup>138,139,140</sup>

dicial têm pouca influência sobre a vida da maioria das pessoas. Esse é o caso das áreas onde o trabalho infantil é comum. A aplicação da lei requer aceitação popular e cooperação da sociedade civil. A violência é especialmente difícil de banir. Nas sociedades em que é comum o uso da violência interpessoal para a solução de disputas, não existem garantias de que a proibição legal de uma prática será acata, mesmo por aqueles responsáveis pela sua aplicação. Enquanto as atitudes sociais não condenarem a violência contra a criança absolutamente e em todas as circunstâncias, a aplicação das leis contra o trabalho infantil poderá, inad-

vertidamente, gerar mais discriminação contra a criança trabalhadora - por exemplo, pela perseguição oficial contra as próprias crianças com base na sua condição social estigmatizada.

Alguns esforços têm sido realizados para implementar leis sobre o trabalho infantil com a cooperação da sociedade civil. Em áreas onde o tráfico é comum, foram criados grupos ou sistemas de guarda/vigilância comunitários. Esses sistemas também podem denunciar violações à legislação do trabalho infantil e falta das crianças às aulas.<sup>141</sup> Por exemplo, no Benin, comitês de fiscalização nas aldeias, apoiados pela ad-

"Ela é tão nova, mal chegou aos 8 anos de idade, e carrega carvão, ainda por cima com o uniforme da escola. Quando alguém pergunta por que ela não foi para a escola, ela diz que está trabalhando."

Menino, 15 anos, África Oriental e Meridional, 2005 XII

ministração da província, ajudaram a reduzir o tráfico de crianças educando as famílias sobre os perigos do tráfico e colaborando com a polícia quando uma criança da aldeia desaparecia.<sup>142</sup> No entanto, várias lições foram aprendidas com esse programa.<sup>143</sup> Era preciso evitar mensagens ameaçadoras ao tentar convencer as pessoas da natureza prejudicial de algo que elas aceitavam. Os comitês de fiscalização não funcionavam bem quando eram vistos como agentes de opressão contra as famílias e as crianças locais.

## EDUCAÇÃO UNIVERSAL E HABILIDADES DE VIDA

O acesso universal ao ensino é um componente primordial para eliminar o trabalho infantil. Existem muitos argumentos em favor do ensino básico compulsório para meninos e meninas, inclusive a exigência de que o Estado aumente os investimentos em educação e o impulso para atingir a meta internacional da Educação Para Todos (ver o capítulo sobre violência contra a criança na escola e em ambientes educacionais). A concretização desse objetivo está intimamente ligada a muitos outros, inclusive a redução da pobreza, a igualdade de gêneros e a melhoria da saúde materna e infantil. A educação universal também tem um histórico de apoio à erradicação do trabalho infantil. Por exemplo, tanto no Estado indiano de Kerala como em Sri Lanka, os avanços rumo à educação universal têm levado algumas crianças a abandonar o trabalho em tempo integral, apesar dos escassos esforços para colocar em prática a legislação sobre trabalho infantil.<sup>144</sup>

É importante notar que educação escolar e trabalho não são mutuamente excludentes: ir à escola não impede todos os tipos de trabalho, em todas as horas do dia, para crianças com idade suficiente para trabalhar. Em muitas sociedades, as crianças executam atividades remuneradas de meio expediente para ajudar a pagar as despesas escolares ou como um componente útil da sua socialização. Estudos realizados em sociedades industrializadas confirmam o valor a longo prazo, para o adolescente, da atividade remunerada de meio expediente durante a escola secundária como parte da sua preparação para a vida adulta futura.<sup>145</sup> No entanto, é necessário que essas oportunidades de trabalho e remuneração sejam exploradas dentro de limites que reforcem, em vez de diminuir, as oportunidades de desenvolvimento.

Em muitas situações, porém, crianças trabalhadoras não frequentam a escola. Por essa razão, muitos programas de erradicação do trabalho infantil concentram-se em trazer a criança para a escola ou fazê-la voltar à escola como alternativa ao trabalho. Por exemplo, o Projeto Oportunidades para a Criança Trabalhadora (Child Workers' Opportunities Project - CWOP), um programa de grande escala baseado na comunidade e presente em três estados da Índia, adotou uma estratégia multifacetada para permitir que as crianças deixassem o local de trabalho, na qual a linha principal era promover a ida à escola (ver quadro). Em Benin, o Grupo de Pesquisas e de Ações para o Desenvolvimento Humano (Groupe de Recherche et d'Actions pour le Développement Humain - GRADH) trabalha principalmente com meninos, alguns com apenas sete anos de idade, que foram colocados por seus pais ou

guardiões para trabalhar com artesãos, tais como mecânicos de automóveis, marceneiros e pedreiros. A ONG realiza pesquisas sobre artesãos em colaboração com a associação de artesãos, identificando as crianças mais novas e aquelas cujas condições de trabalho são especialmente difíceis. Em seguida, ela fornece aprendizado formal às crianças mais velhas e reinsere as mais jovens na escola, em estreita cooperação com o Ministério do Trabalho e a OIT.<sup>146</sup>

Os adolescentes trabalhadores geralmente têm perfeita consciência das desvantagens que enfrentarão caso não frequentem a escola. Quando possível, preferem obter educação e treinamento profissional, cientes das vantagens futu-

ras que isso lhes proporcionará. Mesmo que continuem a trabalhar, eles tendem a buscar oportunidades de aprendizado que possam melhorar sua situação e suas perspectivas.<sup>147</sup> Porém, quando dependem totalmente da renda das ruas para sobreviver, as crianças tendem a colocar a necessidade de ganhar dinheiro acima da necessidade da educação, não importando o quanto gostariam de poder ler e escrever.<sup>148</sup>

O comparecimento universal à escola é difícil de ser cobrado quando a qualidade do ensino é ruim, quando as famílias e as crianças não percebem vantagem nisso ou quando os professores são verbal ou fisicamente abusivos. Se o ensino não for agradável à criança e não agregar

## **PROJETO OPORTUNIDADES PARA O ADOLESCENTE TRABALHADOR (CWOP), MAHARASHTRA**

Esse programa de quatro anos de duração, realizado na Índia com o apoio da ONG Save the Children Canadá, abrangeu 10.000 crianças trabalhadoras, sendo 4.000 em dois locais do projeto em Maharashtra. Essas crianças foram identificadas durante pesquisas iniciais nas 94 comunidades que seriam objeto de intervenção pelas duas ONGs que atuaram como parceiras operacionais locais. A intenção era erradicar o trabalho infantil nas comunidades em questão.

O eixo central da estratégia era tirar as crianças do trabalho e colocá-las na escola ou capacitá-las, abordando simultaneamente as razões pelas quais estavam trabalhando e oferecendo-lhes outras oportunidades. Crianças trabalhadoras com menos de 14 anos seriam matriculadas no sistema formal do ensino fundamental e os jovens com 14 a 18 anos de idade receberiam ensino profissionalizante. O ponto de partida consistiu em aulas não-formais baseadas na comunidade, para as quais foram convidadas todas as crianças identificadas pela pesquisa. Ao mesmo tempo, foram adotadas medidas para estimular a geração de renda pelas mulheres nas famílias de crianças trabalhadoras e para conscientizar a comunidade de modo a tornar o conceito do trabalho infantil socialmente inaceitável. Foram estabelecidos comitês de ensino nas aldeias, e as comunidades foram encorajadas a fazer melhorias nos prédios escolares e a exigir dos professores um ensino de alta qualidade e um comportamento amigável para com as crianças.

## PROJETO OPORTUNIDADES PARA O ADOLESCENTE TRABALHADOR (CWOP), MAHARASHTRA

A participação das crianças era um princípio fundamental em todas as atividades do projeto. Foram formados grupos infantis com a participação de crianças trabalhadoras e crianças que já não estavam mais trabalhando. As responsabilidades dos participantes incluíam o acompanhamento das crianças recém-chegadas à classe que precisassem de motivação para permanecer ou, no caso de professores negligentes, alcoolizados ou que usassem de violência na sala de aula, a notificação desse comportamento às autoridades da aldeia. As próprias crianças ajudaram a transformar atitudes no trabalho e na escola. Em uma comunidade, elas colaram a seguinte mensagem em todas as casas da aldeia: "Nenhuma criança no trabalho, todas as crianças na escola".

Durante os quatro anos do programa, 75% das 10.000 crianças tiveram acesso à escola ou à educação profissionalizante e 3.000 crianças deixaram totalmente o trabalho. Os gerentes do projeto em Maharashtra concluíram que melhorar a qualidade do ensino, tornando as escolas mais proveitosas para a criança, era a atividade mais importante, e que se o governo investisse mais no ensino fundamental os resultados teriam sido ainda mais notáveis. Subseqüentemente, o sucesso do projeto influenciou outros projetos de erradicação do trabalho infantil administrados pelos governos estaduais.<sup>150,151</sup>

valor em termos de aprendizado e qualificações úteis, pode ser difícil atrair e reter as crianças, mantendo-as longe de situações de trabalho.

O próprio ensino oferece oportunidade para a promoção da autoproteção, da não-violência e da solução pacífica de conflitos, da mesma forma que os programas de educação não-formal (ver capítulo sobre a violência contra a criança na escola e em ambientes educacionais). Em ambos os ambientes, a educação baseada em habilidades de vida deve ser acessível aos meninos e meninas trabalhadores mesmo que não possam parar de trabalhar, para que aprendam sobre a igualdade de gêneros, as maneiras de evitar situações coercitivas ou opressoras, o comportamento sexual e a necessidade de ado-

tar a não-violência nos relacionamentos. A redução da violência baseada no gênero, das práticas sexuais inseguras, da violência nas ruas e da misoginia requer que as formas e percepções dominantes de masculinidade sejam questionadas por meio de estratégias voltadas para os meninos e os homens.<sup>149</sup>

### A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS

Um dos passos mais importantes para capacitar a criança a rejeitar o trabalho explorador e os abusos no local de trabalho é facilitar a sua participação em programas desenvolvidos e executados em seu nome. Essa participação não deve ser restrita às consultas sistemáticas às crianças e suas famílias desde a fase de coleta

"Nós reduzimos o trabalho pesado que costumávamos fazer. Agora podemos dizer para nossas famílias e nossos patrões que isso é demais para uma criança, que é trabalho de adulto. Agora podemos negociar o que é ou não aceitável."

Trabalhador adolescente, África Ocidental e Central, 2004 XIII

6

de dados até a implementação e avaliação do programa; é necessário também capacitá-las que para que usem seus consideráveis poderes de envolvimento.<sup>152</sup> Isso inclui organizar as suas próprias atividades no âmbito do programa, como, por exemplo, campanhas para remover as crianças de locais de trabalho exploradores, bem como ações de advocacy em seu benefício. As atividades participativas podem ser usadas para aumentar a conscientização sobre a violência a que as crianças podem estar sujeitas.

Em muitas situações, as ONGs ajudaram crianças trabalhadoras e crianças não-trabalhadoras a desenvolverem suas próprias organizações, por meio das quais procuram melhorar suas vidas, obter habilidades e educação, ter acesso a esportes ou programas culturais e desempenhar atividades úteis à sociedade. Algumas dessas organizações passaram a realizar ações sofisticadas de advocacy: movimentos de crianças trabalhadoras formaram uma rede internacional e foram representados na Cúpula Mundial da Criança realizada pela ONU em 2002.<sup>153</sup> Muitas dessas organizações oferecem aos jovens a oportunidade de desenvolver e demonstrar qualidades ligadas à responsabilidade social, assumindo a liderança em questões como o emprego ilegal de crianças, abuso de bebidas alcoólicas na comunidade,<sup>154</sup> mudanças na lei para aumentar a proteção ao adolescente trabalhador em questões como o abuso sexual,<sup>155</sup> resgate de empregados domésticos de famílias abusivas<sup>156</sup> e persuasão dos patrões para que ofereçam aos seus empregados adolescentes tempo livre para estudos e recreação.<sup>157</sup> Por exemplo, na Nicarágua, o Movimento Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores (NATRAS) começou a atuar em 2003 na prevenção do abuso

sexual contra crianças e adolescentes, particularmente crianças trabalhadoras. Dezoito das organizações participantes do NATRAS tomaram parte em uma série de atividades - desde a realização de pesquisas até o lobby direto junto às autoridades municipais - com o objetivo de reduzir o abuso sexual em 13 municípios-alvo e aumentar a conscientização sobre a questão pela sociedade e pelo Estado. Em todas as atividades dessas organizações, o papel dos adultos limita-se ao de facilitadores e acompanhantes dos membros mais jovens.<sup>158</sup>

As oportunidades criadas pelas organizações de crianças permitem que os participantes adquiram confiança, amor-próprio, liderança e habilidades sociais, uma visão mais ampla do mundo e uma idéia do seu próprio potencial dentro dele. Esses atributos são essenciais para superar a autodepreciação e o profundo sentimento de inferioridade experimentado por muitas crianças em situações violentas e abusivas. Esses e outros grupos comunitários oferecem um veículo para mudanças de atitude por parte das crianças, das famílias e das comunidades, que permitem que as crianças saiam do trabalho e passem a freqüentar a escola. Em alguns cenários, a "pobreza" usada como pretexto genérico para mandar a criança para o trabalho se desfaz quando a alternativa de ir à escola é socialmente endossada e apoiada pela comunidade.<sup>159</sup>

## ADVOCACY

O papel das ações de advocacy com relação à violência contra a criança no local de trabalho é duplo. Por um lado, é preciso chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas para

os abusos enfrentados pelas crianças e pôr em andamento o desenvolvimento e a implementação de políticas, leis, programas e serviços adequados. Por outro lado, é igualmente importante influenciar a opinião pública, questionando a aceitação do trabalho infantil prejudicial pela sociedade. A transformação das atitudes e comportamentos que toleram a presença de crianças no local de trabalho é uma pré-condição para a saída sustentável da criança desse cenário. Os governos relutam em intervir nas questões do trabalho infantil quando não estão seguros do apoio político e popular.

Crianças e jovens freqüentemente são seus melhores defensores e devem receber um papel proeminente como seus próprios porta-vozes junto a formuladores de políticas públicas, empregadores, comunidades, legisladores, a mídia e a sociedade como um todo. A participação das crianças no Subconselho Técnico sobre o Trabalho Infantil em Honduras levou a modificações no Plano de Ação Nacional, notadamente pela inclusão da pesca em alto mar como "pior forma" de trabalho devido aos possíveis danos a ela associados.<sup>160</sup> Existem muitas oportunidades para engajar as crianças, mesmo aquelas que se encontram em ocupações invisíveis, como o trabalho doméstico ou a prostituição infantil, nas campanhas de advocacy. As crianças podem ser mais eficazes que seus intermediários organizacionais na abordagem da polícia, da administração ou da justiça.

O teatro, o drama e a representação de papéis por crianças têm sido usados com grande sucesso como veículos para ações de advocacy.<sup>161</sup> As mensagens podem ser passadas de forma não

acusatória e os atores sentem-se livres para mostrar incidentes de abuso que provavelmente não mencionariam em uma entrevista. Da mesma maneira, pais e membros da comunidade que talvez não tenham compreendido os abusos a que seus filhos estão expostos quando são forçados a trabalhar assimilam melhor a mensagem e passam a acreditar que existem razões reais para não fazê-lo.<sup>162</sup> Ocasões como o dia de reunião de pais e mestres, a celebração local do dia das crianças e outros eventos nacionais similares podem ser usados para promover a conscientização sobre as piores formas de trabalho infantil e mostrar o que pode ser feito para combatê-las. O Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, iniciado em junho de 2002, adota um aspecto específico das piores formas de trabalho infantil na sua campanha anual; por exemplo, o tráfico (2002), o trabalho doméstico infantil (2004), a mineração e o trabalho nas pedreiras (2005).

## **INTERVENÇÕES DIRIGIDAS: CONTATO, RESGATE E REABILITAÇÃO**

O combate à violência contra a criança, especialmente as piores formas de trabalho infantil, exige a integração entre intervenções programáticas práticas e ações de advocacy, ambas com coleta de dados. É possível realizar uma série de abordagens, dependendo do tamanho e do tipo de organização que está empreendendo a ação e da situação à qual ela está respondendo.

Muitas ONGs, em resposta a necessidades emergenciais como fornecer alojamento a crianças fugitivas gravemente abusadas e trauma-

tizadas, começam com um projeto pequeno, como um centro, e nele baseiam o desenvolvimento de serviços, a coleta de dados e a ação de advocacy. Quando conseguem desenvolver um número considerável de serviços, elas podem oferecer também assistência jurídica a adolescentes trabalhadores vítimas de abusos, para que possam levar seus empregadores aos tribunais. Existem guias de "princípios de boas práticas" para intervenções programáticas em alguns contextos de "piores formas" de trabalho infantil, como o trabalho infantil doméstico.<sup>164</sup> Essas intervenções constituem basicamente uma prevenção secundária, respondendo à violência onde e quando ela ocorre.

Em contraste, os programas de maior escala iniciados por organizações internacionais frequentemente incluem medidas preventivas primárias para evitar a violência antes que ela ocorra.

Esses programas começam com um processo de planejamento e não entram em contato imediato com crianças trabalhadoras vítimas de

abusos. Uma metodologia de planejamento para Programas de Duração Determinada (PDDs) foi desenvolvida pela OIT/IPEC para eliminar o trabalho infantil.<sup>165</sup>

Os PDDs consistem em um pacote de intervenções abrangendo prevenção, remoção, reabilitação e proteção futura, com base no qual os Estados que ratificaram a Convenção no 182 podem lidar com as "piores formas" de trabalho infantil dentro de um cronograma predefinido. Os programas começam com a coleta de dados e outras ações voltadas para a criação de um "ambiente propício para a eliminação das piores formas de trabalho infantil".<sup>166</sup>

El Salvador, Nepal e a República Unida da Tanzânia foram os três primeiros países a implementar os PDDs, no início de 2002. Desde então, mais 17 países seguiram pelo mesmo caminho e vários outros estão preparando programas parecidos. Por exemplo, a República Unida da Tanzânia fixou metas para reduzir o número de crianças envolvidas nas piores formas

## **"ESTAMOS CANSADAS!" - UMA PEÇA TEATRAL PARA CRIANÇAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS**

Uma pequena peça de teatro com o título de Sanayo ("Estamos cansadas" no idioma wolof) foi escrita e representada por meninas domésticas em Dakar, no Senegal, com o apoio da ONG ENDA Tiers Monde. Na peça, a patroa contrata uma doméstica e sujeita a garota a abusos diante de suas amigas por falhas no serviço, na preparação dos alimentos e em outras tarefas. As amigas da patroa aderem à zombaria e a filha da patroa acusa a garota injustamente de furto. Finalmente, a garota é demitida sem receber seu salário. Essa peça foi encenada em uma reunião preparatória para a Conferência da OUA (Organização da União Africana) sobre Assistência à Criança Africana em 1993. Desde então, a peça já foi encenada em vários locais em Dakar.<sup>163</sup>

de trabalho infantil em 75% e a porcentagem global da mão-de-obra infantil dos atuais 25% para menos de 10% até 2010. A avaliação intermediária do projeto concluiu que esses objetivos estavam sendo concretizados.<sup>167</sup>

## Contato

A despeito da natureza oculta de grande parte do trabalho infantil, vários mecanismos podem ser usados para fazer contato com crianças trabalhadoras. Esses mecanismos incluem o contato com outras crianças nos locais frequentados pelos jovens trabalhadores em suas horas de descanso. Esses locais incluem parques, igrejas, templos ou mesquitas, escolas noturnas, lojas ou mercados. Várias organizações, inclusive as que fazem parte dos programas da OIT/IPEC e do UNICEF, organizam sessões de conscientização para líderes locais, policiais, chefes de família e crianças, ensinando-as a relatar e tratar esses casos e salientando a necessidade de evitar a violência ao retirar crianças de situações abusivas e de obter a cooperação dos empregadores.

As linhas diretas e sistemas telefônicos de ajuda tornaram-se técnicas bem conhecidas para permitir que as próprias crianças denunciem a violência sofrida. Algumas organizações que trabalham pela eliminação do trabalho infantil estabeleceram linhas diretas para crianças trabalhadoras. O programa Kasambahay (trabalhador doméstico) mantido pelo Fórum Visayan, nas Filipinas, opera linhas diretas para receber denúncias de abusos e facilitar o resgate.<sup>168</sup> No

Camboja, uma ONG local organiza a distribuição de cartões com fotos de artistas populares na frente e números de telefone e endereços de centros para contato no verso. Esses cartões são deixados em cabines telefônicas, bares, mercados, discotecas e locais semelhantes.<sup>169</sup> As linhas diretas, porém, consomem muitos recursos: elas exigem funcionários bem treinados 24 horas por dia e processos eficazes para acionar a polícia ou os serviços de emergência.

## Operações de resgate

Os esforços para afastar as crianças da violência no local de trabalho podem exigir ações de emergência. As etapas principais de um processo de resposta rápida a casos de emergência são: montagem de sistemas para receber informações sobre os abusos, prestadas inclusive pelas próprias crianças através de linhas diretas e abrigos; planejamento do resgate; execução da operação de resgate; reabilitação após o resgate; e reparação legal após o resgate.<sup>170</sup> Ao afastar as crianças de locais de trabalho perigosos, as intervenções devem assegurar que a situação delas não piore - que o seu bem-estar físico e amor-próprio não sejam ainda mais afetados pelo trauma do resgate.<sup>171</sup> Muitas operações de resgate não são preparadas adequadamente. Os serviços de apoio e acompanhamento necessários, como o atendimento de saúde e o aconselhamento de mulheres e crianças resgatadas da indústria do sexo, nem sempre estão em funcionamento.<sup>172</sup>

## OPERAÇÃO DE RESGATE EM ATHLONE, CIDADE DO CABO

No início de 2004, uma ONG que fazia campanha contra o abuso de empregadas domésticas (Anex-CDW) começou a receber da delegacia local encaminhamentos de meninas que haviam fugido de uma agência chamada "Excelentes Domésticas". A agência trazia meninas do interior, alojava-as e encontrava emprego para elas. Quando a Anex visitou o recinto, encontrou condições de vida pavorosas, casos de meninas e de trabalhadoras que não haviam recebido qualquer pagamento. A ONG relatou suas descobertas ao Ministério do Trabalho. Algumas semanas mais tarde, a publicação de um artigo no jornal sobre uma menina presa na agência finalmente provocou uma reação. Descobriu-se que a agência estava operando de forma ilegal, motivo pelo qual foi fechada. Todas as meninas da agência estavam traumatizadas e queriam voltar para casa, recusando a oferta de treinamento profissional na cidade. A polícia e a Anex providenciaram abrigo e alimentação para as meninas e lhes forneceram passagens grátis para que voltassem para casa. Os proprietários da "Excelentes Domésticas" foram levados a julgamento.<sup>173</sup>



VIETNÃ, 1999, Menina vendedora de cartões postais na rua mostra um dos seus cartões a um assistente social que trabalha com crianças de rua na Cidade de Ho Chi Minh.

## Reabilitação

A principal atividade de várias organizações é retirar as crianças do trabalho infantil e reintegrá-las às suas famílias. A Coalizão Sul-Asiática contra a Servidão Infantil (SACCS) tem a missão de identificar, libertar e reabilitar crianças em situação de servidão. Na Índia, várias organizações de direitos humanos tentam obter a soltura e reabilitar crianças em situação de trabalho forçado e servidão por dívida. A organização WAYS, em Kampala, Uganda, obteve um sucesso notável ao reassentar mais de 300 crianças ex-empregadas domésticas. A organização considera essencial o aconselhamento das famílias antes do reassentamento e da reunificação. Sempre que possível, as crianças devem ter acesso a serviços que as aproximem de suas famílias.<sup>174</sup>

As organizações que trabalham com vítimas de abusos no local de trabalho insistem que sempre é importante entrar em contato com a famí-

lia, mas a criança não deve ser forçada a voltar para ela contra a sua vontade. Isso talvez não atenda aos interesses superiores da criança quando os resultados prováveis forem a estigmatização social e a rejeição, ou quando a criança correr o risco de ser novamente traficada ou enviada para o trabalho. No caso de meninas resgatadas da indústria do sexo, é provável que haja uma profunda estigmatização por parte da família e da comunidade para as quais elas são devolvidas, e elas podem também ser consideradas portadoras do HIV.<sup>175</sup> Casos de reincidência do tráfico são comuns, por exemplo, do Nepal para a Índia.

## MELHORIA DA COLETA DE DADOS

Muitos avanços foram obtidos desde meados dos anos 90 no desenvolvimento de metodologias para a obtenção de dados confiáveis sobre o trabalho infantil. Uma iniciativa importante para aumentar os conhecimentos sobre o abuso oculto, ilegal e muitas vezes criminoso de crianças no local de trabalho foi o desenvolvimento conjunto, pela OIT e UNICEF, de uma metodologia de Avaliação Rápida.<sup>176</sup>

As ONGs têm desempenhado um papel fundamental ao expor alguns dos piores abusos de crianças no local de trabalho. Por exemplo, a Anti-Escavidão Internacional liderou iniciativas no campo do trabalho doméstico infantil, concentrando-se a princípio em metodologias simples de pesquisa que pudessem ser usadas por ONGs locais como base para ações de advocacy.<sup>177</sup> Subseqüentemente, desenvolveu-se uma rede ativa de ONGs militantes atuando na área do trabalho doméstico infantil, o que per-

mitiu a realização de consultas com crianças domésticas que expandiram significativamente a compreensão da violência e dos abusos que elas sofriam. Como é notoriamente difícil chegar a esse grupo de crianças, pode-se aprender muito com essas experiências sobre como contatar trabalhadores infantis invisíveis e coletar dados com eles e sobre eles.<sup>178</sup>

Sabe-se muito mais sobre as crianças de rua. Como são visíveis e acessíveis, as crianças que trabalham nas ruas e em espaços públicos foram estudadas em vários cenários, e, embora os números geralmente sejam estimativas, existe atualmente um volume considerável de informações sobre elas. Alguns programas voltados para crianças de rua agora incluem componentes de monitoramento, confirmação e acompanhamento.<sup>179</sup> O número de pesquisas detalhadas sobre servidão infantil por dívida no Sul da Ásia, ou sobre formas tradicionais de escravidão e trabalhos forçados afetando crianças na África e na América Latina, é significativamente menor. Os poucos estudos existentes foram realizados principalmente por ONGs e, com algumas exceções notáveis, são de âmbito relativamente restrito. Sabe-se muito pouco sobre a violência no ambiente de trabalho familiar (via de regra, na agricultura de pequena escala), que é onde a maioria das crianças trabalha.

## Pesquisa-ação e monitoramento

Recentemente, foram investidos esforços em metodologias de pesquisa que ajudem a projetar intervenções ou a monitorar o impacto das intervenções existentes para aperfeiçoá-las. Por exemplo, uma pesquisa-ação de meninos e me-

ninas envolvidos com o tráfico de drogas foi conduzida na Indonésia, Filipinas, Tailândia<sup>180</sup> e Brasil, com ênfase na coleta de dados sobre essas crianças para uso direto no desenvolvimento de intervenções. Um estudo realizado pelo IPEC sobre o uso e o tráfico de drogas na Estônia ilustrou as dificuldades de se obter informações sobre as experiências de crianças em situações extremas, concluindo: "A violência é um dos poucos assuntos que os jovens usuários de drogas não querem discutir com estranhos. Parece que o assunto da violência é tabu e uma entrevista apenas não é suficiente para construir a confiança mútua."<sup>181</sup>

Nos últimos anos, o conceito de monitoramento do trabalho infantil deslocou-se do monitoramento das indústrias ou locais de trabalho organizado para o monitoramento das crianças afastadas do trabalho que receberam serviços de proteção. O IPEC desenvolveu uma metodologia "localizadora" para avaliar mudanças de longo prazo (dois anos ou mais após o término de uma intervenção) que tenham ocorrido na vida das crianças trabalhadoras como consequência da intervenção. Entre os impactos examinados estavam a situação educacional, o bem-estar econômico, o emprego, a saúde e as atitudes, abrangendo trabalhadores infantis nas ruas (Turquia), nas minas (Equador), no serviço doméstico (Uganda), na pesca (Indonésia) e crianças traficadas (Sri Lanka).<sup>182</sup> No setor informal, o monitoramento comunitário vem sendo cada vez mais usado como fornecedor de dados confiáveis para o acompanhamento de crianças trabalhadoras. Todas essas iniciativas representam oportunidades para identificar a experiência da crian-

ça com a violência física e psicológica, o impacto dessa violência e os passos necessários para a reparação.

## **GANHANDO ÍMPETO PARA A REALIZAÇÃO DE MUDANÇAS**

Em meados dos anos 90, surgiu um movimento mundial contra o trabalho infantil, com uma ampla variedade de protagonistas ativos. A força desse movimento é evidenciada pela rapidez com que a Convenção no 182 da OIT foi ratificada em todo o mundo e pelo sucesso de iniciativas como a Marcha Global contra o Trabalho Infantil, que, em 1988, juntou uma rede de organizações para realizar ações contínuas contra o trabalho infantil. Os parceiros no movimento incluem organizações internacionais e regionais, agências bilaterais, a União Interparlamentar (UIP), organizações laborais e patronais, ONGs, a mídia, acadêmicos e organizações representantes das crianças trabalhadoras.

Uma dinâmica importante tem sido a preocupação crescente (e a pressão dos consumidores) com a responsabilidade social das empresas. Os resultados têm sido obtidos principalmente através da auto-regulação, por meio de alianças setoriais e códigos de conduta voluntários para garantir que os integrantes das cadeias de suprimentos dos setores industriais globalizados - roupas, bolas de futebol, sapatos esportivos, produtos do tabaco - não empreguem trabalho infantil.<sup>183</sup> Por exemplo, as organizações patronais no Azerbaijão, República da Moldávia, Malauí e Uganda promoveram campanhas na mídia contra o trabalho infantil. Em Gana, essas organizações estiveram envolvidas em discussões com

"A proteção da criança requer um volume significativo de recursos financeiros, mas a vida e o bem-estar de milhões de crianças dependem da disposição dos governos para implementar as medidas necessárias. Em nossa opinião, a violência cometida contra uma só criança é um episódio inaceitável de violência."

Crianças, Consulta Regional, África Ocidental e Central, 2005 XIV

parlamentares sobre uma nova minuta da Lei do Tráfico Humano. No Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em colaboração com ONGs locais, implantou um programa de prevenção e reabilitação para crianças vítimas da prostituição. Na China, na Província de Yunnan, 74 empregadores influentes da Cidade de Kunming fizeram um apelo aos administradores do setor privado para que cumprissem as leis trabalhistas relativas à criança e contribuíssem para os esforços de combate ao tráfico, inclusive uma campanha de advocacy nas ruas.<sup>184</sup>

Os sindicatos têm uma longa associação com os esforços para reduzir o trabalho infantil e estão bem posicionados para monitorar e impedir a violência e o abuso no local de trabalho. Entretanto, existem poucos sindicatos em funcionamento na economia informal ou nos setores mundiais do trabalho onde é mais comum encontrar crianças submetidas à violência. Na Bulgária, as centrais sindicais começaram a voltar a sua atenção para as piores formas de trabalho infantil e os locais de trabalho da economia informal. Na Ucrânia, o Sindicato Independente de Mineiros (ITUMU) assumiu a liderança dos esforços de erradicação do trabalho infantil em 500 pequenas minas informais, como parte de um acordo setorial negociado internacionalmente com a participação de ambos os lados da indústria. O acordo foi assinado no Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, em 2005.

## Um longo caminho a trilhar

Apesar do maior engajamento do sistema ONU e das ONGs com a proteção da criança desde o advento da CDC, e do novo ímpeto para acabar com as "piores formas" de trabalho infantil desde a ratificação da Convenção no 182 da OIT, ainda há um longo caminho a trilhar. Ainda não há um reconhecimento suficiente das várias experiências de violência - física, psicológica e sexual - experimentadas pelas crianças trabalhadoras, que não são levadas inteiramente em consideração no desenvolvimento de planos e programas. É necessário atribuir maior peso, em escala nacional e internacional, às formas e situações de trabalho intrinsecamente perigosas e violentas, especialmente em locais remotos, ilícitos ou ocultos. Existe também a necessidade de trabalhar com sindicatos e organizações patronais para melhorar a proteção dos membros mais jovens da força de trabalho regular nos locais onde eles enfrentam mais riscos do que seus colegas mais velhos.

Nas organizações que trabalham para erradicar o trabalho infantil, um maior enfoque sobre a violência sofrida pelas crianças trabalhadoras pode ajudar a criar um ímpeto renovado para a realização de mudanças.

## RECOMENDAÇÕES

É preciso adotar um amplo leque de medidas para lidar com o problema da violência contra a criança no local de trabalho. O problema deve ser abordado como uma questão de subsistência, direitos humanos, trabalho, saúde, segurança e aplicação da lei, começando pelos esforços para impedir que crianças entrem para a força de trabalho. O apoio ao acesso universal à educação fundamental e as ações para eliminar o emprego de crianças nas "piores formas" de trabalho são ações preventivas importantes, mas é preciso também realizar ações em uma frente mais ampla, especialmente as relacionadas à pobreza e às necessidades da família.

O ponto de partida principal deve ser uma política de tolerância zero dirigida à violência contra a criança trabalhadora, quer esteja empregada dentro ou fora da lei, em locais de trabalho organizado ou na economia informal. Essa questão tem que ser trazida à luz e os perpetradores de atos de violência contra a criança no local de trabalho devem ser punidos. As crianças abaixo da idade mínima permitida para trabalhar devem receber ajuda para abandonar o trabalho, além de educação e treinamento para aumentar suas oportunidades na vida. No caso de crianças empregadas formalmente, a prevenção contra a violência deve ser incorporada explicitamente aos regulamentos e processos de inspeção, com acesso dos jovens trabalhadores a sistemas de denúncia, a procedimentos de queixa e aos tribunais.

## Legislação

1. **A violência contra a criança trabalhadora deve ser condenada.** Cabe aos governos assegurar que o fato de existirem crianças trabalhadoras sujeitas rotineiramente à violência no local de trabalho em muitos cenários, quer estejam abaixo ou acima da idade mínima legalmente permitida para trabalhar, seja trazido a público e sistematicamente condenado na lei e na prática.
2. **Os instrumentos jurídicos internacionais pertinentes devem ser ratificados e aplicados.** Os governos devem harmonizar a legislação nacional sobre o trabalho infantil com os padrões internacionais, notadamente as Convenções nos 138 e 182 da OIT e a Convenção sobre os Direitos da Criança. A legislação deve especificar mecanismos de aplicação e impor penas que representem um incentivo à eliminação das "piores formas" de trabalho infantil como primeira prioridade.

## Desenvolvimento de políticas e programas

3. **Devem ser desenvolvidos planos de ação nacionais para lidar com o trabalho infantil.** Os governos devem criar e implementar planos de ação para lidar com as muitas questões ligadas ao trabalho infantil. Esses planos devem ser integrados aos planos e políticas nacionais de desenvolvimento, envolvendo a diversidade necessária de parceiros (inclusive representantes das crianças trabalhadoras), níveis adequados de especialização e recursos suficientes. Para que esses planos baseiem-se

em evidências sólidas, a construção de uma base de conhecimentos sobre a violência contra a criança trabalhadora deve ser priorizada (ver a recomendação 14).

4. **A violência no local de trabalho deve ser abordada de forma geral.** Os governos devem assegurar que a violência no local de trabalho seja tratada como um todo, com ênfase nas vulnerabilidades específicas dos membros mais jovens da força de trabalho. Os empregadores, sindicatos e autoridades trabalhistas devem promover a tolerância zero para com aqueles que vitimizam jovens trabalhadores.
5. **Devem ser oferecidos serviços para permitir que as crianças denunciem a violência e possam escapar dela.** Os governos devem proporcionar às crianças trabalhadoras meios de denunciar a violência sofrida a pessoas em quem possam confiar e que possam ajudá-las a abandonar o local de trabalho ou obter reparação. Esses serviços podem incluir linhas diretas para que as crianças peçam socorro e, se necessário, sejam resgatadas e encaminhadas para atendimento de emergência.
6. **Devem ser oferecidos serviços para adolescentes trabalhadores ou que estejam abandonando o trabalho.** Cabe aos governos garantir o respeito integral ao direito dos adolescentes trabalhadores à educação, à saúde e aos serviços sociais. As crianças devem ser encorajadas e capacitadas para deixar o trabalho e freqüentar a escola ou cursos profissionalizantes por meio de programas educacionais de transição e outras iniciativas que proporcionem um aprendizado relevante, acessível e adequado à sua faixa etária. As habilidades de vida devem fazer parte da educação não-formal para adolescentes trabalhadores.
7. **A participação de adolescentes trabalhadores na criação e implementação de políticas, programas e serviços em seu benefício deve ser estimulada.** Os governos devem assegurar que o direito de participação do adolescente e sua capacidade de fornecer uma contribuição relevante sejam respeitados. As opiniões dos adolescentes trabalhadores, sua energia, habilidades criativas e eficácia em ações de advocacy devem ser utilizados de modo a garantir a eficácia e a sustentabilidade das políticas e dos programas de erradicação do trabalho infantil.
8. **As competências de todos aqueles que entram em contato com adolescentes trabalhadores devem ser desenvolvidas.** Os governos devem oferecer meios que propiciem uma melhor capacitação dos parceiros de programas, agências governamentais, sindicatos, empregadores, policiais, membros do judiciário, inspetores de trabalho, ONGs, organizações comunitárias, grupos de crianças e pesquisadores para abordar a violência no local de trabalho.

#### Aplicação da lei

9. **Os perpetradores de atos de violência contra a criança no local de trabalho devem ser punidos.** Os governos devem ga-

rantir que a impunidade frequentemente desfrutada pelos empregadores de crianças e pelos perpetradores de violência física, psicológica e sexual contra elas termine diante da perspectiva real de instauração de processo e penas significativas. Deve haver uma vigorosa aplicação de sanções criminais contra o uso de crianças para sexo, prostituição ou pornografia e contra recrutadores e traficantes de crianças.

10. **A aplicação da lei e os procedimentos judiciais devem levar em conta os interesses da criança.** Durante a aplicação da lei relativa à remoção das crianças de locais de trabalho ou a instauração de procedimentos judiciais contra empregadores ou colegas, cabe aos governos garantir que sejam respeitados os direitos da criança de não sofrer ainda mais violência, trauma ou discriminação. Além disso, o princípio do "interesse superior da criança" deve ser observado em todas as ações que envolvam crianças trabalhadoras.

#### **Advocacy e mobilização social**

11. **A população deve ser conscientizada sobre os efeitos prejudiciais do trabalho infantil.** Os governos devem garantir a conscientização da população sobre o direito de todas as crianças à proteção contra todas as formas de violência e a disseminação, para os pais, a família e a comunidade, de informações sobre os riscos da violência e seus efeitos prejudiciais sobre as crianças trabalhadoras. Deve-se encorajar o diálogo social sobre o conceito de trabalho decente e enfatizar o valor do ensino.

12. **Deve-se obter o apoio do setor privado e da sociedade civil.** Os governos devem realizar esforços para estimular a responsabilidade social das empresas quanto ao problema da violência contra a criança no local de trabalho, o que inclui a adoção de diretrizes éticas no local de trabalho. Em especial, a indústria do turismo e a mídia devem ser encorajadas a fazer campanha contra a exploração sexual e o tráfico de crianças.

#### **Informações e pesquisas**

13. **Dados sobre a violência contra a criança no local de trabalho devem ser colhidos.** Devido à ausência quase total de dados sobre a violência contra a criança no local de trabalho, os governos devem garantir o emprego de todos os meios possíveis para colher esses dados, seja através de programas e serviços ou de estudos e pesquisas específicos. Essas pesquisas devem dar prioridade às crianças especialmente vulneráveis, notadamente aquelas que trabalham em ambientes domésticos, nas ruas e em atividades ilícitas.
14. **As intervenções devem ser monitoradas e avaliadas.** Os governos devem prover meios para que o efeito das intervenções seja monitorado durante um período de tempo posterior ao seu término e que as lições aprendidas sejam amplamente divulgadas.

## REFERÊNCIAS

- 1 OIT (2006). *The End of Child Labour: Within Sight*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 2 Walvin J (1982). *A Child's World: A Social History of English Childhood, 1800-1914*. Londres, Penguin Books.
- 3 Tolfree D (1998). *Old Enough to Work, Old Enough to Have a Say*. Save the Children Suécia.
- 4 Boyden J e outros (1999). *What Works for Working Children*. Save the Children Suécia e UNICEF.
- 5 Boyden J e outros (1999). *What Works for Working Children*. Save the Children Suécia e UNICEF.
- 6 Black M (2003). *Good Practice in Working Children's Participation: A Case Study from CWOP, Maharashtra India*. Preparado para o Grupo de Trabalho sobre Trabalho Infantil da Aliança Save the Children. Londres, Save the Children Reino Unido.
- 7 Liebel M (2004). *A Will of Their Own: Cross-Cultural Perspectives on Working Children*. Londres e Nova Iorque, Zed Books. Citado em: Bourdillon M (2006). *Violence against Working Children*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 8 Bourdillon M (2006). *Violence against Working Children*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 9 Boyden J e outros (1999). *What Works for Working Children*. Save the Children Suécia e UNICEF.
- 10 Black M (1996). *Children First: The Story of UNICEF Past and Present*. UNICEF, Oxford University Press.
- 11 OIT (2002). *A Future without Child Labour*. Primeiro Relatório Global. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 12 Delap E (2001). *Economic and Cultural Forces in the Child Labour Debate: Evidence from Urban Bangladesh*. *Journal of Developmental Studies*, 37(5): 1-22. Citado em: Bourdillon M (2006). *Violence against Working Children*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 13 Burra N (1995). *Born to Work: Child Labour in India*. Oxford, Oxford University Press.
- 14 Cunningham H (2001). *The Rights of the Child and the Wrongs of Child Labour: A Historical Perspective*. In: Lieten K, White B (Eds). *Child Labour: Policy Options*. Amsterdã, Aksant Academic Publishers, pp 1-11.
- 15 Cunningham H (1995). *Child Labour and Industrialisation*. Working Conditions and Environment Department Working Paper No. 1. Genebra, Organização Internacional do Trabalho: Citado em: OIT (2006). *The End of Child Labour: Within Sight*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 16 Bourdillon M (2006). *Violence against Working Children*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 17 OIT (2006). *The End of Child Labour: Within Sight*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 18 Fallon P, Tzannatos Z (1998). *Child Labor: Issues and Directions for the World Bank*. Washington DC, Banco Mundial.
- 19 Wood G (2003). *Staying Secure, Staying Poor: The 'Faustian Bargain'*. *World Development*, 31(3): 455-471.
- 20 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: Eastern and Southern Africa*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 21 UNICEF (2003). *Africa's Orphaned Generations*. Nova Iorque, UNICEF.
- 22 Mushingeh A e outros (2002). *HIV/AIDS and Child Labour in Zambia: A Rapid Assessment on the Case of the Lusaka, Copperbelt and Eastern Provinces*. Estudo No. 5. Genebra/ Lusaca, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 23 UNRISD (2005). *Gender Equality: Striving for Justice in an Unequal World*. Instituto de Pesquisa das Nações Unidas. para o Desenvolvimento Social.
- 24 The Consortium for Street Children (2003). *Each Child is Unique*. Disponível em: <http://www.streetchildren.org.uk/faq/>.

- 25 Black M (2004). *Opening Minds, Opening up Opportunities*. Londres, Save the Children Reino Unido.
- 26 Declarações do Movimento Mundial de Crianças Trabalhadoras, inclusive a Declaração de Kundapur, Índia (1996), a Declaração de Dacar, Senegal (1998) e a Declaração Final do 2o. Encontro do Movimento Mundial de Crianças e Adolescentes Trabalhadores, Berlim, Alemanha (2004). Citado em: Bourdillon M (2006). *Violence against Working Children*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 27 Woodhead M (2004). *Psychosocial Impacts of Child Work: A Framework for Research, Monitoring and Intervention*. *International Journal of Children's Rights*, 12(4): 321-377.
- 28 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: East Asia and the Pacific*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 29 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Regional Desk Review: East Asia and the Pacific*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 30 Governo da Índia (2005). *Country Report on Violence against Children 2005*. Nova Delhi, Ministério de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Departamento de Desenvolvimento Feminino e Infantil.
- 31 Bourdillon M (2006). *Violence against Working Children*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 32 Blanchet T (2001). *Child Work in a Bihari Camp and in the Benarasi Sari Industry of Mirpur*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 33 OIT (2006). *The End of Child Labour: Within Sight*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 34 OIT (2002). *A Future without Child Labour*. Primeiro Relatório Global. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 35 OIT (1996). *Child Labour: Targeting the Intolerable*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 36 Anti-Slavery International (2005). *Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions*. Londres, Anti-Slavery International.
- 37 Human Rights Watch (2004). *Abuses against Child Domestic Workers in El Salvador*. Nova Iorque, Human Rights Watch
- 38 Human Rights Watch (2005). *Always on Call: Abuse and Exploitation of Child Domestic Workers in Indonesia*. New York, Human Rights Watch
- 39 Human Rights Watch (2005). *Inside the Home, Outside the Law: Abuse of Child Domestic Workers in Morocco*. Nova Iorque, Human Rights Watch
- 40 Blanchet T (1996). *Lost Innocence, Stolen Childhood*. Dhaka, University Press Limited.
- 41 Anti-Slavery International (2005). *Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions*. Londres, Anti-Slavery International.
- 42 UNICEF (1999). *Child Domestic Work*. *Innocenti Digest*, No. 5. Florença, UNICEF Centro de Pesquisas Innocenti.
- 43 OIT/IPEC (2004). *Helping Hands or Shackled Lives? Understanding Child Domestic Labour and Responses To It*. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho..
- 44 OIT/IPEC (2004). *Helping Hands or Shackled Lives? Understanding Child Domestic Labour and Responses To It*. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho..
- 45 Blagbrough J (1995). *Child Domestic Work in Indonesia: A Preliminary Situation Analysis*. Londres, Anti-Slavery International.
- 46 Anti-Slavery International (2005). *Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions*. Londres, Anti-Slavery International.

- 47 Save the Children Reino Unido (1996). Kids for Hire: A Child's Right to Protection from Commercial Sexual Exploitation. Londres, Save the Children Reino Unido.
- 48 OIT/IPEC (2004). Helping Hands or Shackled Lives? Understanding Child Domestic Labour and Responses To It. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 49 Anti-Slavery International (2005). Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions. Londres, Anti-Slavery International.
- 50 Anti-Slavery International (2005). Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions. Londres, Anti-Slavery International.
- 51 Anti-Slavery International (2005). Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions. Londres, Anti-Slavery International.
- 52 UNICEF (1999). Child Domestic Work. Innocenti Digest, No. 5. Florença, UNICEF Centro de Pesquisas Innocenti.
- 53 Heissler K (2001). Background Paper on Good Practices to Combat Sexual Abuse and Exploitation of Children in Bangladesh. Ministérios de Assuntos da Mulher e da Criança e UNICEF Bangladesh.
- 54 OIT/IPEC (2004). Helping Hands or Shackled Lives? Understanding Child Domestic Labour and Responses To It. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho..
- 55 Declaration of the First World Congress against Commercial Sexual Exploitation of Children. 27-31 Agosto de 1996, Estocolmo. (For a full definition of the commercial sexual exploitation of children.) Disponível em: <http://www.csecworldcongress.org>.
- 56 The 2004 Declaration of the World Movement of Working Children in Berlin. 19 de abril a 2 de maio de 2004, Berlim. Citado em: Bourdillon M (2006). Violence against Working Children. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 57 UNICEF (2001). Profiting from Abuse: An Investigation into the Sexual Exploitation of Our Children. Nova Iorque, UNICEF.
- 58 Aliança Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children para o Estado da ONU sobre Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 59 Aliança Internacional Save the Children (2004). Mapping Save the Children's Response to Violence against Children in the South Asia Region. Catmandu, Save the Children Suécia.
- 60 Association pour le Progrès et la Défense des Droit des Femmes Maliennes (APDS) et la Fondation Friedrich Ebert (2000). La Situation de la Femme Malienne: Cadre de Vie, Problèmes, Promotion, Organisations. Mali, Association pour le Progrès et la Défense des Droit des Femmes Maliennes (APDS) et la Fondation Friedrich Ebert - Bureau de Mali. Citado em: UNICEF (2000). Domestic Violence against Women and Girls. Innocenti Digest, No 6. Florença, UNICEF, Centro de Pesquisas Innocenti.
- 61 Terre des Hommes (2003). The Trafficking of Albanian Children in Greece. Terre des Hommes.
- 62 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Latin America. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 63 Aliança Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys, Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 64 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 65 Farid M (1998). Sexual Abuse, Sexual Exploitation and CSEC in Indonesia. Citado em: Estudo do

- Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 66 Aliança Internacional Save the Children (2004). Mapping Save the Children's Response to Violence against Children in the South Asia Region. Catmandu, Save the Children Suécia.
- 67 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: South Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 68 Ameh RK (2001). Lessons from the Ghanaian Antitrokosi Campaign. Documento preparado para o 1o. Workshop da África Ocidental sobre Servidão Ritual Feminina, fevereiro de 2001, Acra, Gana, Universidade Simon Fraser.
- 69 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Summary Report of the Thematic Meeting on Violence against Children with Disabilities. 28 July 2005, Nova Iorque. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>
- 70 Aliança Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 71 Aliança Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 72 OIT/IPEC (2002). Vietnam - Children in Prostitution in Hanoi, Hai Phong, Ho Chi Minh City and Can Tho: A Rapid Assessment. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 73 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 74 OIT/IPEC (2001). Jamaica, Situation of Children in Prostitution: A Rapid Assessment. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 75 OIT/IPEC (2002). Commercial Sexual Exploitation of Boys, Girls and Adolescents in Honduras. Project for the Prevention and Elimination of Commercial Sexual Exploitation of Children and Adolescents in Central America, Panama, and the Dominican Republic, San Jose. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 76 ECPAT (2003). A Situational Analysis of Child Sex Tourism in Nepal (Katmandu Valley and Pokhara), by Child Workers in Nepal-Concerned Centre (CWIN). ECPAT International.
- 77 Aliança Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega..
- 78 OIT (2005). A Global Alliance against Forced Labour. Global Report under the follow-up to the OIT Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, Report I(B). Conferência Internacional do Trabalho, 93a. Sessão. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 79 OIT/IPEC (2002). Every Child Counts: New Global Estimates on Child Labour. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 80 OIT (2005). A Global Alliance against Forced Labour. Global Report under the follow-up to the OIT Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, Report I(B). Conferência Internacional do Trabalho, 93a. Sessão. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 81 Human Rights Watch (2003). Small Change: Bonded Labour in India's Silk Industry. Nova Iorque, Human Rights Watch
- 82 OIT (2005). A Global Alliance against Forced Labour. Global Report under the follow-up to the OIT

- Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, Report I(B). Conferência Internacional do Trabalho, 93a. Sessão. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 83 Human Rights Watch (2003). *Small Change: Bonded Labour in India's Silk Industry*. Nova Iorque, Human Rights Watch
- 84 Human Rights Watch (1995). *Contemporary Forms of Slavery in Pakistan*. Nova Iorque, Human Rights Watch
- 85 Anti-Slavery International (2001). *The Enslavement of Dalit and Indigenous Communities in India, Nepal and Pakistan Through Debt Bondage*. Apresentação da Anti-Slavery International à Subcomissão da ONU para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.
- 86 OIT/IPEC (2001). *Nepal - Bonded Labour among Child Workers of the Kamaiya System: A Rapid Assessment*. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 87 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: Latin America*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 88 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: Latin America*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 89 OIT (2005). *A Global Alliance against Forced Labour. Global Report under the follow-up to the OIT Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, Report I(B)*. Conferência Internacional do Trabalho, 93a. Sessão. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 90 OIT (2005). *Build the Future, Invest in Childhood. Economic Study of the Costs and Benefits of Eradicating Child Labour in Ibero-America*. Sumário Executivo. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 91 OIT (2005). *A Global Alliance against Forced Labour. Global Report under the follow-up to the OIT Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, Report I(B)*. Conferência Internacional do Trabalho, 93a. Sessão. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 92 OIT (2005). *A Global Alliance against Forced Labour. Global Report under the follow-up to the OIT Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, Report I(B)*. Conferência Internacional do Trabalho, 93a. Sessão. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 93 Anti-Slavery International (2002). *Forced Labour in Mauritania*. Apresentação à Subcomissão da ONU para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Grupo de Trabalho sobre Formas Contemporâneas de Escravidão. Anti-Slavery International. Disponível em: <http://www.antislavery.org/archive/submission/submission2002-mauritania.htm>.
- 94 Anti-Slavery International (2004). *Slavery in Niger, Historical, Legal and Contemporary Perspectives*. London, Anti-Slavery International e Association Timidria, Londres.
- 95 OIT (2005). *A Global Alliance against Forced Labour. Global Report under the follow-up to the OIT Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, Report I(B)*. Conferência Internacional do Trabalho, 93a. Sessão. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 96 Anti-Slavery International (2004). *About Timidria*. Anti-Slavery International. Disponível em: <http://www.antislavery.org/homepage/antislavery/award/timidriabackground2004.htm>.
- 97 OIT (2005). *A Global Alliance against Forced Labour. Global Report under the follow-up to the OIT Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, Report I(B)*. Conferência Internacional do Trabalho, 93a. Sessão. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 98 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: the Caribbean*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.

- 99 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Violence in the Community. Regional Desk Review: Europe and Central Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 100 OIT/IPEC (2000). In-depth Analysis of the Situation of Working Street Children in St. Petersburg (2000). São Petersburgo, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 101 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Middle East and North Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 102 OIT/IPEC (2002). Estonia. Children and Adolescents Involved in Drug Use and Trafficking: A Rapid Assessment. Geneva, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho. Citado em: Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança (2005). Violence in the Community. Regional Desk Review: Europe and Central Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 103 UNICEF (2003). From Perception to Reality: A Study on Child Protection in Somalia. UNICEF Somália, Capítulo 7.
- 104 OIT/IPEC (2002). Philippines - Children's Involvement in the Production, Sale and Trafficking of Drugs in Cebu City: A Rapid Assessment. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 105 Dowdney LT (2003). Children of the Drug Trade: A Case Study of Organised Armed Violence in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Viva Rio / ISER, 7 Letras. Citado em: Bourdillon M (2006). Violence against Working Children. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 106 Dowdney LT (2003). Children of the Drug Trade: A Case Study of Organised Armed Violence in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Viva Rio / ISER, 7 Letras.
- 107 Chappell D, Di Martino V (2000). Violence at Work. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 108 Aliança Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da International Aliança Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 109 Wonacott P (2004). Qian Qian's Tale in Beggars' Village. The Wall Street Journal, 7 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.uoregon.edu/~caps/wonacott.htm#19>.
- 110 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: the Caribbean. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>
- 111 OIT (2005). Youth: Pathways to Decent Work. Conferência Internacional do Trabalho, 94a. Sessão. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 112 Paoli P, Merllié D (2000). Troisième enquête européenne sur les conditions de travail. Dublin, Fondation Européenne pour l'amélioration des conditions de vie et de travail. Eurofound.
- 113 Paoli P, Merllié D (2000). Troisième enquête européenne sur les conditions de travail. Dublin, Fondation Européenne pour l'amélioration des conditions de vie et de travail. Eurofound.
- 114 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Latin America. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 115 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Latin America. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 116 The International Crisis Group (2005). The Curse of Cotton: Central Asia's Destructive Monoculture. Asia Report No. 93. Bishkek, The International Crisis Group.
- 117 Human Rights Watch (2002). Tainted Harvest: Child Labor and Obstacles to Organizing on Ecuador's Banana Plantations, Human Rights Watch Nova

- Iorque, Human Rights Watch. Citado em: Bourdillon M (2006). *Violence against Working Children*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 118 Human Rights Watch (2001). *Underage and Unprotected: Child Labor in Egypt's Cotton Fields*. New York, Human Rights Watch Citado em: Bourdillon M (2006). *Violence against Working Children*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 119 Human Rights Watch (2000). *Fingers to the Bone: United States Failure to Protect Child Farmworkers*. New York, Human Rights Watch. Citado em: Bourdillon M (2006). *Violence against Working Children*. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 120 Racelis M e outros (2005). *Making Philippine Cities Childfriendly: Voices of Children in Poor Communities*. Innocenti Insight. Manila, Institute of Philippines Ateneo de Manila University e Florença, Centro de Pesquisas Innocenti da UNICEF.
- 121 Save the Children (2004). *Planning Working Children's Education: A Guide for Education Sector Planners*. Londres, Save the Children Reino Unido.
- 122 OIT/IPEC (2000). *In-depth Analysis of the Situation of Working Street Children in St. Petersburg 2000*. São Petersburgo, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 123 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: the Caribbean*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 124 OIT (2006). *The End of Child Labour: Within Reach*. Relatório Global. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 125 Anti-Slavery International (2005). *Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions*. Londres, Anti-Slavery International.
- 126 Aliança Save the Children(2005). *10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys*. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 127 OIT and UNICEF (2004). *Addressing Child Labour in the Bangladesh Garment Industry, 1995-2001: A Synthesis of UNICEF and OIT Evaluation Studies of the Bangladesh Garment Sector Projects*. Nova Iorque, UNICEF e Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 128 Mulama J (2006). *Spare the Plough, and School the Child*. Nairobi, International Press Service. Disponível em: [http://www.ungei.org/SFAIdocs/SFAI\\_press\\_clipsMay12.pdf](http://www.ungei.org/SFAIdocs/SFAI_press_clipsMay12.pdf).
- 129 OIT (2006). *The End of Child Labour: Within Reach*. Relatório Global. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 130 OIT (2006). *The End of Child Labour: Within Reach*. Relatório Global. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 131 Human Rights Watch (2003). *Small Change: Bonded Labour in India's Silk Industry*. Nova Iorque, Human Rights Watch
- 132 OIT (2005). *A Global Alliance against Forced Labour: Global Report under the follow-up to the OIT Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work, Report I(B)*. Conferência Internacional do Trabalho, 93a. Sessão. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 133 OIT/IPEC (2002). *Every Child Counts: New Global Estimates on Child Labour*. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 134 Boyden J e outros (1999). *What Works for Working Children*. Save the Children Suécia e UNICEF.
- 135 Boyden J e outros (1999). *What Works for Working Children*. Save the Children Suécia e UNICEF.
- 136 Human Rights Watch (2003). *Small Change: Bonded Labour in India's Silk Industry*. Nova Iorque, Human Rights Watch

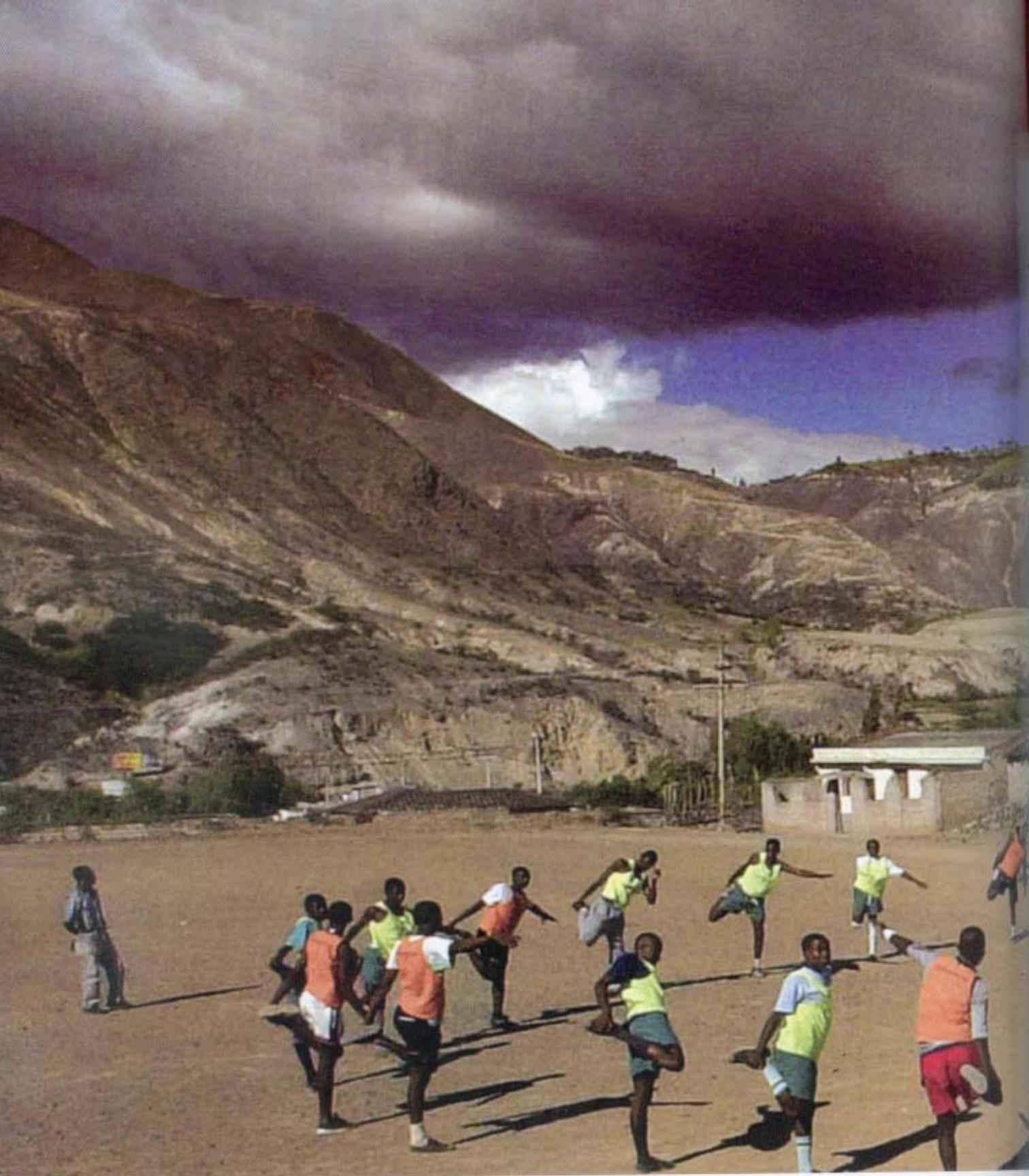
- 137 Aliança Save the Children(2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 138 Mehmood AS e outros (2005). Camel Jockeys of Rahimyar Khan: Findings of a Participatory Research on the Life and Situation of Child Camel Jockeys. Organização de Assistência Social dos Trabalhadores Rurais do Paquistão, Save the Children (Suécia). Disponível em: [http://gaatw.net/referencetrafficking-reports/camel-jockeysorahimarkhan16%5B1%5D\\_0.pdf](http://gaatw.net/referencetrafficking-reports/camel-jockeysorahimarkhan16%5B1%5D_0.pdf).
- 139 UNICEF (2006). Former Camel Jockeys Reclaiming Their Lost Childhood. Disponível em: [http://www.unicef.org/infobycountry/pakistan\\_30655.html](http://www.unicef.org/infobycountry/pakistan_30655.html).
- 140 Anti-Slavery International (2003). Trafficking and Forced Labour of Children in the United Arab Emirates (UAE). Apresentação à Subcomissão da ONU para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Grupo de Trabalho sobre Formas Contemporâneas de Escravidão. Anti-Slavery International. Disponível em: <http://www.antislavery.org/archive/submission/submission2003-UAE.htm>.
- 141 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: West and Central Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 142 UNICEF (2002). La traite d'enfants en Afrique de l'Ouest : réponses politiques. Florença, UNICEF Centro de Pesquisas Innocenti.
- 143 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: West and Central Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 144 Boyden J e outros (1999). What Works for Working Children. Save the Children Suécia e UNICEF.
- 145 Mortimer JT (2003). Work and Growing Up in America. Cambridge, Harvard University Press.
- 146 Prywes M e outros (2004). Costs of Projects for Orphans and Other Vulnerable Children: Case Studies in Eritrea and Benin. Social Protection Discussion Paper Series. Washington DC, Banco Mundial. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/SP-Discussion-papers/Safety-Nets-DP/0414.pdf>.
- 147 Groves L (2004). Good Practice in Working Children's Participation: A Case from Senegal. Save the Children.
- 148 Tolfree D (1998). Old Enough to Work, Old Enough to Have a Say. Save the Children Suécia.
- 149 Karlsson L, Karkara R (2006). How to End the Violence. CRIN Newsletter, No. 19. Disponível em: [http://www.crin.org/docs/CRIN\\_Newsletter\\_19\\_Eng.pdf](http://www.crin.org/docs/CRIN_Newsletter_19_Eng.pdf).
- 150 Delap A, Rashid L (2005). Children and Work in South Asia: An Analysis of Save the Children's Experience. Save the Children Ásia Meridional e Central.
- 151 Black M (2003). Good Practice in Working Children's Participation: A Case Study from CWOP, Maharashtra India. Preparado para a Força Tarefa da Aliança Save the Children sobre Crianças e Trabalho. Londres, Save the Children UK.
- 152 Black M (2004). Opening Minds, Opening Up Opportunities. Londres, Save the Children Reino Unido.
- 153 Miljeteig P (2000). Creating Partnerships with Working Children and Youth. SP Documento para Discussão, No. 21. Washington, DC, Banco Mundial, 2000.
- 154 Concerned for Working Children (sem data) . The Makkala Panchayat Closes Liquor Shops in Keradi Panchayat. Disponível em: <http://www.workingchild.org/interven6.htm>.
- 155 Save the Children (2006). Betrayal of Trust - An overview of Save the Children's findings on children's experience of physical and humiliating punishment, child sexual abuse and violence when in conflict with the law. Save the Children.
- 156 Visayan Forum Foundation (2004). Beyond Closed Doors. A Primer on Child Domestic Labour in the Philippines. (Citado em: Activities by SUMAPI, an association for domestic workers.) Manila, Visayan Forum Foundation.
- 157 Asociación Grupo de Trabajo Redes. La Casa de Panchita, Lima, Peru. Disponível em: <http://www.gruporedes.org/>.

- 158 Save the Children (2005). Children's Actions To End Violence against Girls And Boys. Uma contribuição para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Save the Children Suécia.
- 159 Black M (2003). Good Practice in Working Children's Participation: A Case Study from CWOP, Maharashtra India. Preparado para a Força Tarefa da Aliança Save the Children sobre Crianças e Trabalho. Londres, Save the Children UK.
- 160 Black M (2004). Opening Minds, Opening Up Opportunities. Londres, Save the Children Reino Unido.
- 161 OIT (2002). Supporting Children's Rights through Education, Arts and the Media (SCREAM) - Stop Child Labour Education Pack. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 162 Black M (2002). Child Domestic Workers: Finding a Voice (A Handbook on Advocacy). Londres, Anti-Slavery International.
- 163 Black M (2002). Child Domestic Workers: Finding a Voice (A Handbook on Advocacy). Londres, Anti-Slavery International.
- 164 Anti-Slavery International (2005). Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions. Londres, Anti-Slavery International.
- 165 IPEC (2003). Time-bound Programmes: Manual for Action Planning. Guidebook I-V. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 166 OIT/IPEC (2003). Time-bound Programmes: Manual for Action Planning. Guidebook IV. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 167 OIT (2006). The End of Child Labour: Within Reach. Relatório Global, Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 168 Visayan Forum Foundation (2004). Beyond Closed Doors. A Primer on Child Domestic Labour in the Philippines. Manila, Visayan Forum Foundation.
- 169 Anti-Slavery International (2005). Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions. Londres, Anti-Slavery International.
- 170 OIT/IPEC (2003). Time-bound Programmes: Manual for Action Planning. Guidebook IV. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 171 Bourdillon M (2006). Violence against Working Children. Estocolmo, Save the Children Suécia.
- 172 Aliança Save the Children(2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 173 Anti-Slavery International (2005). Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions. Londres, Anti-Slavery International.
- 174 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: Eastern and Southern Africa. Disponível em: [http:// www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- 175 Aliança Save the Children(2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 176 OIT e UNICEF (2005). Manual on Child Labour: Rapid Assessment Methodology. Genebra, Organização Internacional do Trabalho e UNICEF.
- 177 Black M (1997). Child Domestic Workers: A Handbook for Research and Action. Londres, Anti-Slavery International.
- 178 Anti-Slavery International (2005). Child Domestic Workers: A Handbook on Good Practice in Programme Interventions. Londres, Anti-Slavery International.
- 179 OIT/IPEC (2003). Facts on Children Working in the Streets. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: [http:// www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/pub/download/factsheets/fs\\_streetchildren\\_0303.pdf](http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/pub/download/factsheets/fs_streetchildren_0303.pdf).
-

- 180 OIT/IPEC (2004). The Use of Children in the Production, Sale and Trafficking of Drugs: Intervention Models Developed in Indonesia, the Philippines and Thailand. Bangkok, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 181 OIT/IPEC (2002). Estonia. Children and Adolescents Involved in Drug Use and Trafficking: A Rapid Assessment. Genebra, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho, p. 50.
- 182 OIT (2006). The End of Child Labour: Within Reach. Relatório Global, Genebra, Organização Internacional do Trabalho
- 183 Existem muitos exemplos de códigos abrangendo: vestuário (1995), costura de bolas de futebol (1997), tabaco (1999), cacau (2001) e mineração de pequena escala (2005). Ver também: código de conduta para o turismo: 'Turismo Seguro para Crianças' no Brasil, Camboja, República Dominicana, Quênia, México e Tanzânia. A OIT/IPEC tem sido um dos principais patrocinadores dessas iniciativas. Ver também o Relatório Global da OIT (2006).
- 184 OIT (2006). The End of Child Labour: Within Reach. Relatório Global, Genebra, Organização Internacional do Trabalho
- V Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Latin America, p. 47. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- VI Human Rights Watch (2005). Morocco: 'Hidden' Child Workers Face Abuse. Nova Iorque, Human Rights Watch Disponível em: <http://hrw.org/english/docs/2005/12/21/morocc12278.htm>
- VII Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Eastern and Southern Africa, p. 25. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- VIII Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: East Asia and the Pacific, p. 49. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- IX Aliança Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da International Save the Children Alliance para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega, p. 58.
- X Human Rights Watch (2003). Small change: bonded labour in India's silk industry. Nova Iorque, Human Rights Watch, p. 4.
- XI Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: Eastern and Southern Africa, p. 18. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- XII Groves L (2004). Good practice in working children's participation: A case from Senegal. Save the Children.
- XIII Government of Kenya (2005). Second Periodic Kenya Country Report on Implementation of the UN Convention on the Rights of the Child. 11 de novembro de 2005, CRC/ C/65/Add.39.
- XIV Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: West and Central Africa, p. 7. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).

## CITAÇÕES

- I Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: Latin America, p. 46. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).
- II Bhima Sangha (2005). Submission to the United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children. Bhima Sangha.
- III UNICEF (2003). From perception to reality: A study on child protection in Somalia. UNICEF Somália. Capítulo 7, p. 11.
- IV Blanchet T (2001). Child Work in a Bihari Camp and in the Benarasi Sari Industry of Mirpur. Estocolmo, Save the Children Suécia, p. 97.



EQUADOR, 2001, Crianças freqüentando uma escola de futebol em El Juncal, a norte de Quito.

# A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NA COMUNIDADE

---

<b>Introdução</b>	<b>305</b>
<b>Instrumentos de direitos humanos</b>	<b>306</b>
<b>Histórico e contexto</b>	<b>306</b>
<b>Natureza e alcance do problema</b>	<b>307</b>
Violência física	307
Homicídio	307
Violência física não-fatal	311
Violência em relacionamentos íntimos e namoros entre adolescentes	311
Violência sexual	313
Primeira relação sexual forçada	313
Violência sexual praticada por estranhos na comunidade	314
Questões de particular relevância	315
Violência contra a criança moradora de rua	316
HIV e violência na comunidade	317
Violência praticada pela polícia	317
Violência praticada por outras figuras de autoridade	318
Violência praticada contra minorias sexuais	319
Violência praticada contra crianças refugiadas, retornadas e deslocadas internas	319
Tráfico de crianças	321
<b>Fatores que contribuem para a violência</b>	<b>322</b>
Fatores individuais e familiares	322
Fatores situacionais	323
Armas de fogo	323

---

---

Álcool	324
Ambiente físico	324
Gangues	326
Situações turbulentas ou de conflito	328
Fatores relacionados à sociedade	330
Urbanização	330
Pobreza, desigualdade e exclusão social	331
<b>Respostas à violência contra a criança na comunidade</b>	<b>338</b>
No âmbito individual e no âmbito familiar	339
No âmbito da comunidade	339
Apoio para a educação e a socialização no âmbito da comunidade	339
Prevenção de situações no âmbito da comunidade	342
Serviços para vítimas da violência	346
No âmbito da sociedade	351
Oportunidades econômicas e igualdade	351
Redução do acesso ao álcool e às drogas ilegais	352
Redução do acesso e da demanda por armamentos	353
Redução da exposição à violência na mídia	353
A participação da criança em todas as esferas	355
Coleta de dados e pesquisa	355
<b>Recomendações</b>	<b>358</b>
<b>Referências</b>	<b>362</b>

---

## INTRODUÇÃO

Nenhuma comunidade está livre da violência. No entanto, o risco de encontrar violência praticada tanto contra a criança quanto pela criança é muito maior em algumas comunidades do que em outras. Em certas situações, particularmente quando há livre circulação de armamentos, a violência atual assume proporções alarmantes. Isso acontece principalmente nas áreas urbanas de regiões com altos índices de pobreza, disparidade econômica e desigualdade social, às vezes intensificados pela contínua instabilidade política ou econômica. Ao mesmo tempo, também em sociedades relativamente ricas e estáveis, especialmente aquelas onde existem desigualdades evidentes, níveis alarmantes de violência contra a criança têm sido documentados.

A maior parte deste capítulo trata de crianças mais velhas, em particular os adolescentes. As crianças tendem a vivenciar os seus anos de adolescência como uma época excitante, quando dão início à exploração independente tanto dos espaços físicos da sua comunidade quanto dos papéis que desempenharão na vida adulta. Para algumas, a caminhada ou a viagem diária de ônibus para a escola, ou o passeio com a família para fazer compras, pode ser a primeira exposição independente à comunidade, mas também pode ser sua primeira exposição aos riscos da violência.

As comunidades de todos os lugares estão sujeitas a pressões cujo efeito reduz as proteções disponíveis para as crianças. Essas pressões incluem a rápida urbanização, a instabilidade política, a insegurança ambiental e os movimentos

populacionais em grande escala. Em algumas partes do mundo, a epidemia de AIDS aumentou significativamente o número de crianças órfãs. Muitas comunidades também tiveram que lidar com a expansão do abuso de drogas, álcool e armas de fogo, o aumento do tráfico de crianças para o trabalho ou a exploração sexual e a crescente exposição a imagens violentas e pornográficas veiculadas pela mídia globalizada e pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Mesmo assim, é importante enfatizar que a comunidade também pode ser uma fonte de proteção e solidariedade. De fato, sem a cooperação da comunidade - qualquer que seja a sua definição - pouco pode ser feito para pôr fim à violência contra a criança. Para muitos, o enfraquecimento da coesão social e comunitária no mundo de hoje está no cerne da violência que hoje ameaça tantas vidas jovens. Assim, um remédio promissor é a construção de comunidades amigas da criança por meio do apoio ao fornecimento de infra-estrutura e serviços básicos e da oferta de ajuda às comunidades para a construção ou reconstrução de valores de grupo positivos e solidariedade na vizinhança.

Para os fins deste capítulo, o conceito de comunidade abrange qualquer espaço usado ou ocupado pelas crianças que não seja a sua casa, escola, instituições e locais de trabalho organizado, abordados em outros capítulos deste Estudo. No entanto, é importante lembrar que a comunidade não é apenas um espaço físico, mas também um ambiente social. As crianças nascem e crescem dentro da sua estrutura de comportamentos, posturas, costumes e crenças e são por ela socializadas para a interação com o mundo exte-

"É preciso uma mudança de paradigmas. Temos os conhecimentos para evitar que a violência contra a criança aconteça. Precisamos fazer mais para equilibrar nossos investimentos, de forma que o mesmo nível de atenção seja atribuído à prevenção e à punição dos agressores."

Dr. Etienne Krug, Diretor do Departamento de Prevenção de Lesões e Violência, OMS

## INSTRUMENTOS DE DIREITOS HUMANOS

Várias disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e outros tratados, em particular os tratados regionais sobre direitos humanos, aplicam-se à violência contra a criança na comunidade. Essas disposições abordam práticas tradicionais prejudiciais, escravidão, servidão, tortura e tratamento e penas cruéis, desumanas ou degradantes. O Protocolo de Palermo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, estabelece obrigações legais de combate ao tráfico, e o Protocolo Opcional da CDC sobre a Venda de Crianças, a Prostituição e Pornografia Infantil estabelece padrões relativos à prostituição e à pornografia.<sup>1</sup>

As obrigações contidas nesses tratados são impostas aos Estados, e somente os Estados ou seus agentes podem cometer violações de direitos humanos. O Estado incorre em obrigação por violação dos direitos humanos quando ele ou seus agentes violam os termos de um tratado aceito pelo Estado. O Estado também incorre em obrigação quando deixa de garantir o direito das crianças à proteção contra a violência ao permitir essa violência, deixar de tomar medidas adequadas ou não exercitar o devido zelo para impedir, punir, investigar ou reparar os danos causados por atos de pessoas, grupos ou entidades. Portanto, quando se trata de violência na comunidade, cabe aos Estados criar e colocar em funcionamento leis, políticas e programas que impeçam essa violência, investigá-la se ocorrer, assegurar que os perpetradores sofram sanções e reparar os danos que dela possam resultar.

rior, o que inclui aprender a lidar com a rede de relacionamentos e instituições que formam o contexto não-familiar de suas vidas.

As questões aqui consideradas incluem a violência física e sexual, os ataques por parte de figuras de autoridade como a polícia, a violência associada a gangues e traficantes e os riscos especiais enfrentados por certos grupos de crianças, como as que vivem nas ruas ou em acampamentos para pessoas que perderam ou deixaram seus lares. A violência na mídia de massa, inclusive as novas tecnologias de informação e comunicação, também é examinada.

## HISTÓRICO E CONTEXTO

A vulnerabilidade de uma criança à violência na comunidade aumenta com a idade, a maturidade e a intensificação dos contatos com o mundo exterior. Homicídios e lesões ligadas à violência cometida contra crianças ocorrem em comunidades no mundo todo, mas são mais frequentes em áreas urbanas afetadas pela pobreza, caracterizadas pela falta de emprego, baixo nível habitacional, superpopulação e baixos padrões de ensino e de amenidades sociais. As populações de jovens em rápido crescimento nessas áreas - especialmente meninos - podem expressar sua frustração, raiva e tensão

contida em brigas e comportamento anti-social. Havendo ampla disponibilidade de armas de fogo e outras armas, aumenta a probabilidade de que brigas resultem em lesões graves e morte. A violência tende a ser mais comum nas situações em que os meninos são encorajados a exibir masculinidade agressiva, habilidade no manuseio de armas, códigos particulares de lealdade e vingança e disposição geral para correr riscos.<sup>2,3,4</sup>

Em muitos lugares, as crianças - especialmente meninas - enfrentam uma exposição maior à violência na comunidade à medida que tornam-se mais velhas e suas tarefas domésticas as levam cada vez mais longe de casa. Muitas crianças em zonas rurais da África e da Ásia relatam sentirem-se ameaçadas ou terem sido atacadas ao buscar água, combustível ou forragem, tarefas que podem exigir uma caminhada consideravelmente longa em áreas isoladas.<sup>5,6</sup> Crianças mais velhas podem deparar-se com a violência em relacionamentos íntimos e namoros, grupos de colegas, esportes e outras atividades recreativas, bem como no contexto de grupos religiosos, associações tradicionais e movimentos políticos ou sociais.

## NATUREZA E EXTENSÃO DO PROBLEMA

As seções a seguir examinam os tipos de violência enfrentada pela criança na comunidade, inclusive violência física e sexual, e a violência que ocorre em relacionamentos íntimos e namoros entre jovens. Também são considerados os grupos de crianças sujeitos a riscos particularmente altos de violência, inclusive crianças de rua, jovens membros de minorias étnicas, crianças em

campos para refugiados ou deslocados e crianças vítimas de tráfico humano ou seqüestro.

É importante notar que os dados quantitativos discutidos a seguir raramente estão agregados de forma a distinguir claramente as crianças (aqui definidas como aquelas pessoas com idade menor que 18 anos) dos adultos. Na maioria das vezes, os dados são coletados e agregados em quatro faixas etárias: de 0 a 4 anos, de 5 a 9 anos, de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos. Às vezes são feitas deduções a partir de dados sobre jovens até 25 anos de idade.

## VIOLÊNCIA FÍSICA

Em países que possuem dados confiáveis, nota-se um aumento repentino e abrupto dos índices de vitimização e perpetração de violência por volta dos 15 anos de idade, indicando que uma série de fatores convergem na fase da adolescência para tornar a violência física - incluindo boa parte da violência que ocorre entre adolescentes - mais comum.<sup>7</sup> Essa violência segue padrões claros no que diz respeito aos locais onde ela ocorre, quando ela ocorre, quem ela tende a afetar mais e os fatores associados à sua ocorrência (como o uso de álcool e a desigualdade econômica). Sendo altamente previsível, ela é, em princípio, passível de ser impedida por meio de intervenções junto à população.

## Homicídio

As estimativas da OMS sobre a carga global de doenças no ano de 2002 indicam que 52.904 crianças com 0 a 17 anos de idade morreram em decorrência de homicídio.<sup>8</sup> Dessas crianças

vítimas de homicídio, 21.995, ou quase 42%, tinham entre 15 e 17 anos de idade e quase 75% delas eram meninos. Essas estimativas globais não indicam os cenários em que os homicídios ocorrem, mas dados nacionais colhidos em estatísticas da polícia, sistemas de controle de lesões e estudos especiais sugerem que a maioria dos homicídios, na faixa etária de 15 a 17 anos, ocorrem dentro da comunidade.

Em algumas regiões, notadamente na América Latina, os mais altos índices de homicídios dentre todas as faixas etárias da população ocorrem entre jovens de 15 a 19 anos de idade. Em outras regiões, como a África, o Leste Europeu e a Ásia Central, os índices de homicídios continuam a subir após a faixa de 15 a 19 anos, com pico entre jovens adultos na faixa dos vinte anos ou até depois disso. Em todas as regiões, porém, os índices de homicídios entre meninos com 15 a 17 anos de idade são pelo menos três vezes mais altos do que entre meninos com 10 a 14 anos, enquanto os índices de homicídio entre meninas com 15 a 17 anos são quase o dobro dos índices entre meninas com 10 a 14 anos de idade. Esse aumento repentino da violência na faixa etária acima dos 15 anos ocorre até em regiões com baixos índices de homicídios em geral, o que indica que a adoção de medidas que reduzam o comportamento violento antes e durante a segunda metade da adolescência é vital para impedir um novo aumento nos anos subsequentes.

Mais de 95% dos homicídios na faixa de 15 a 17 anos ocorrem em países de renda baixa e média, onde o índice de homicídios entre meninos com 15 a 17 anos de idade é de 9,8 para

cada 100.000 habitantes, contra 3,2 para cada 100.000 habitantes nos países de renda alta. As meninas em países de renda alta exibem um índice de homicídios de 1,5 para cada 100.000 habitantes, contra 3,5 para cada 100.000 habitantes nos países de renda baixa e média. Com a exceção dos EUA, a maioria dos países com os índices mais elevados de homicídios de adolescentes são países em desenvolvimento ou que estão passando por rápidas mudanças sociais e econômicas. Os países com baixos índices de homicídios de adolescentes tendem a estar situados na Europa Ocidental ou na Ásia, enquanto os países com altos índices tendem a estar situados nas Américas e na África (ver a Tabela 7.1).

A marcante variação nos índices de homicídios entre regiões com diferentes níveis de desenvolvimento social e econômico espelha diferenças ainda maiores nos índices de homicídios observadas entre as comunidades de um mesmo país. Por exemplo, estudos realizados em regiões e cidades de países de renda baixa, média e alta, inclusive Brasil,<sup>9</sup> Colômbia,<sup>10</sup> Jamaica,<sup>11</sup> Federação Russa,<sup>12</sup> África do Sul<sup>13</sup> e Reino Unido<sup>14</sup>, mostram que os índices de homicídios seguem um padrão geográfico recorrente de desigualdade, sendo várias vezes maiores nas comunidades mais destituídas do que nas comunidades mais ricas. Por exemplo, na Cidade do Cabo, África do Sul, apenas poucos quilômetros separam as favelas, onde o índice de homicídios entre pessoas do sexo masculino é superior a 200 para cada 100.000 habitantes, das áreas residenciais mais ricas e bem estabelecidas, onde o índice de homicídios entre pessoas do sexo masculino é quatro vezes menor, cerca de 50 para cada 100.000 habitantes.<sup>15</sup>

Relativamente poucos estudos examinaram a relação vítima-agressor e os cenários típicos subjacentes ao homicídio na faixa etária de 15 a 17 anos. Os que fizeram isso indicam que os perpetradores freqüentemente são amigos ou conhecidos da vítima e que boa parte dessa violência homicida ocorre em bairros e locais de socialização, estando ligada a discussões que levam a brigas - por garotas, pertences, rivalidades, traições de lealdades ou de códigos de

grupo - e abuso de bebidas ou drogas. A disponibilidade de armas de fogo aumenta a probabilidade de que essa violência resulte em lesões graves ou morte.<sup>16,17,18,19</sup>

As diferenças de gênero nos índices de homicídios entre adolescentes levantam questões sobre como a socialização masculina e as normas que regem a masculinidade contribuem para a violência contra a criança na comunidade. Em

**TABELA 7.1** - Índices de homicídio de homens e mulheres por região: índices estimados de homicídio de adolescentes por região da ONU, 2002

REGIÃO	HOMENS (FAIXA ETÁRIA, ANOS)		MULHERES (FAIXA ETÁRIA, ANOS)	
	10 - 14	15 - 17	10 - 14	15 - 17
Todas	2,08	9,06	1,49	3,28
Países de renda alta	0,56	3,25	0,40	1,53
Países de baixa renda	2,25	9,75	1,61	3,48
África	5,09	15,64	4,62	9,45
Ásia	1,21	3,93	0,69	1,48
Austrália/Nova Zelândia*	0,41	1,60	0,31	0,48
Europa	0,89	5,72	0,75	1,67
América Latina e Caribe	4,01	37,66	1,81	6,50
América do Norte	1,09	6,37	0,72	1,60
Oceania**	2,00	0,13	0,85	2,14

\* Índice baseado em menos de 100 casos

\*\* Não inclui Austrália e Nova Zelândia. Índice baseado em menos de 100 casos.

Fonte: OMS (2006). Estimativas Globais das Conseqüências para a Saúde da Violência Contra a Criança. Documento-Base para o Estudo do Secretário-Geral sobre a Violência contra a Criança. Genebra, Organização Mundial da Saúde.

quase todos os países (com a exceção das crianças pequenas, para as quais os índices de homicídios são semelhantes entre meninos e meninas), os índices de homicídios entre crianças são substancialmente mais altos no sexo masculino do que no feminino. Os índices de homicídio de meninos com 15 a 17 anos de idade são quase três vezes maiores do que entre meninas na mesma faixa etária. Nas Américas, na África e no Leste Europeu, onde foram encontradas alguns dos índices mais elevados de homicídio entre adolescentes, os índices para meninos com 15 a 17 anos de idade são seis

vezes maiores do que entre meninas na mesma faixa etária. Dados preliminares da Cidade do Cabo e da Unidade de Incidência de Doenças do Conselho de Pesquisas Médicas da África do Sul mostram que um menino que celebre o seu 15º aniversário no assentamento informal de Nyan-ga, na Cidade do Cabo, teria mais de uma chance em 20 de ser morto por arma de fogo até os 35 anos de idade.<sup>20</sup> Dados vindos da Colômbia mostram que um jovem que celebre o seu 18º aniversário no Departamento de Antioquia teria mais de uma chance em 20 de ser morto por arma de fogo até a idade de 25 anos.<sup>21</sup>

## A VIOLÊNCIA TESTEMUNHADA

Além das que sofrem a violência diretamente, muitas crianças testemunham a violência nas comunidades em que vivem (esse assunto é discutido no capítulo sobre a violência contra a criança no lar e na família). Pesquisas abrangentes constataram que as crianças que testemunham violência na comunidade estão sujeitas a uma série de problemas psicológicos, comportamentais e escolares, bem como a dificuldade de concentração, comprometimento da memória, dependência ansiosa dos seus cuidadores ou comportamento agressivo.<sup>22,23,24</sup>

Muitas das pesquisas pioneiras sobre a exposição da criança à violência na comunidade e as conseqüências dessa exposição foram realizadas nos EUA, tendo como foco comunidades urbanas em que altos níveis de crimes violentos e múltiplos fatores de riscos estão presentes. Por exemplo, em um estudo realizado na cidade de Nova Iorque com 95 meninos de "alto risco" na faixa etária de 6 a 10 anos, 35% relataram ter testemunhado um esfaqueamento, 33% viram alguém ser baleado, 23% viram um cadáver na vizinhança e 25% viram alguém ser morto.<sup>25</sup>

Mesmo não tendo testemunhado a violência diretamente, a criança pode ser prejudicada quando a vítima é alguém próximo a ela. Na Colômbia, em um estudo de 5.775 crianças com idade entre 12 e 18 anos realizado em 2001, 11% desses adolescentes relataram que um parente havia sido assassinado, raptado ou recebido uma ameaça de morte no ano anterior. Esse número dobrou entre os adolescentes residentes em Medellín, uma cidade com níveis particularmente altos de crimes envolvendo armas de fogo.<sup>26</sup> Na Jamaica, 60% das crianças entre 9 e 17 anos relataram ter um parente que foi vítima da violência e 37% tinham um parente que havia sido morto.<sup>27</sup>

## Violência física não-fatal

As conseqüências da violência física não-fatal envolvendo crianças na comunidade variam de lesões leves a lesões graves. As lesões graves tendem a exigir tratamento médico de emergência e internação hospitalar, com alto consumo de recursos, e podem resultar em deficiência permanente, como lesão cerebral ou paraplegia, ou exigir amputação. Além disso, os confrontos físicos muitas vezes precedem formas de violência ainda mais sérias, como o homicídio.

Poucos países têm sistemas de informações para monitorar lesões violentas não-fatais, e os sistemas existentes normalmente registram dados sobre lesões violentas apenas de vítimas que se apresentam nas emergências de hospitais. Os dados desses sistemas não podem ser comparados diretamente, dadas as diferenças marcantes entre países e dentro de um mesmo país no que concerne à disponibilidade e ao acesso a serviços de emergência médica. Além disso, a maioria dos estudos não descreve suas conclusões utilizando faixas etárias que correspondam à definição de criança contida na CDC - uma pessoa com idade entre 0 e 18 anos.

Não obstante, estudos especiais sobre a violência entre jovens de 10 a 29 anos de idade fornecem um quadro mais claro da magnitude do problema. Por exemplo, estima-se que para cada um dos aproximadamente 200.000 homicídios ocorridos em 2000 envolvendo jovens com idade entre 10 e 29 anos, cerca de 20 a 40 vítimas de violência física não-fatal receberam tratamento hospitalar.<sup>28</sup> Em outras palavras, entre 4 e 8 milhões de jovens recebem tratamento hos-

pitalar por lesões relacionadas à violência todos os anos. Como ocorre no homicídio, os índices de vítimas de violência não-fatal são substancialmente mais altos entre pessoas do sexo masculino do que do sexo feminino. Por exemplo, em Eldoret, no Quênia, havia 2,6 vítimas de violência do sexo masculino para cada vítima do sexo feminino que recebeu tratamento hospitalar emergencial. Na Jamaica, essa proporção era de três para um, e na Noruega de quatro a cinco para um.<sup>29,30,31</sup>

Estudos sobre violência física não-fatal resultando em tratamento hospitalar de emergência mostram que, como no caso do homicídio, os índices aumentam dramaticamente na segunda metade da adolescência e no início da vida adulta.<sup>32,33,34,35</sup> Também como no homicídio, as lesões resultantes de violência que resultam em tratamento hospitalar são sofridas, em sua maioria, durante atos de violência cometidos por homens contra homens, sendo que a maioria dos perpetradores tem vínculo de amizade ou conhece a vítima e boa parte das vítimas e dos agressores consumiu álcool pouco antes ou durante o incidente violento. No entanto, ao contrário da violência homicida, a maior parte das lesões violentas não-fatais não é causada por armas de fogo, mas por facas, objetos contundentes, punhos e pés.<sup>36</sup>

## Violência em relacionamentos íntimos e namoros entre adolescentes

Os relacionamentos íntimos e namoros com pessoas do sexo oposto (e, com menor frequência, do mesmo sexo) fazem parte do crescimento de muitos adolescentes. As formas que esses

relacionamentos assumem variam da simples convivência e saídas ocasionais a namoros mais formais e casamento (quanto à violência cometida pelo parceiro em casamentos precoces, veja o capítulo sobre a violência contra a criança no lar e na família). O namoro é comum nos países industrializados, mas outras tradições culturais podem proibir o relacionamento entre meninos e meninas antes do casamento.<sup>37</sup>

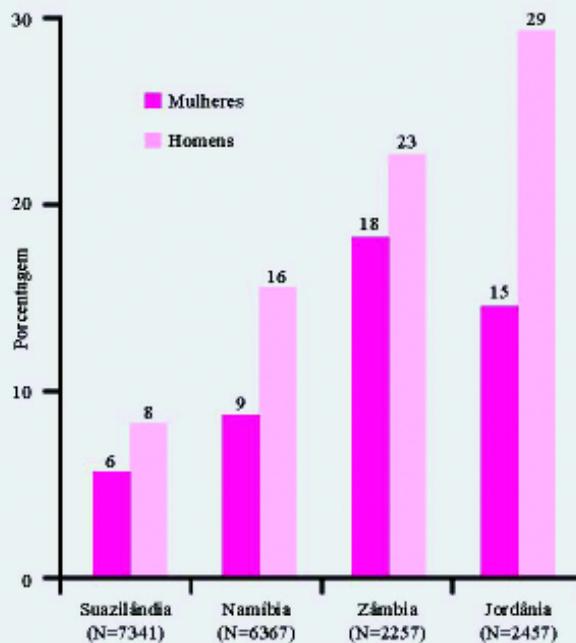
O Levantamento Escolar Global sobre a Saúde dos Estudantes, realizado de 2003 a 2005 com estudantes na faixa de 13 a 15 anos de idade, colheu informações sobre a violência no namoro. Uma análise preliminar dos dados mostrou níveis significativos de violência física nas relações íntimas em vários países. Perguntados se haviam sido golpeados, estapeados ou feridos deliberadamente pelo namorado ou namorada nos últimos 12 meses, 15% das meninas e 29% dos meninos da Jordânia responderam afirmativamente. O mesmo foi relatado por 9% das meninas e 16% dos meninos na Namíbia, 6% das meninas e 8% dos meninos na Suazilândia e 18% das meninas e 23% dos meninos em Zâmbia (ver a Figura 7.1).<sup>38</sup>

Um estudo realizado em 2001 com estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio nos EUA (75% deles com idade menor que 18 anos) encontrou níveis igualmente altos de violência física, além de violência psicológica. O estudo também constatou que a violência física raramente ocorria na ausência de violência psicológica, como insultos, xingamentos, imprecizações e ameaças de violência física.<sup>39</sup>

O Estudo Internacional sobre Violência no Namoro, realizado em 31 universidades de 16 paí-

**FIGURA 7.1**

Porcentagem de estudantes agredidos, estapeados ou feridos deliberadamente pelo namorado ou namorada nos últimos 12 meses



Fonte: Análise fornecida ao Estudo pelo Levantamento Global Escolar sobre a Saúde dos Estudantes: Organização Mundial da Saúde (<http://www.who.int/chp/gshs> ou <http://www.cdc.gov/gshs>) com base em pesquisas realizadas entre 2003 e 2005 na Jordânia, Namíbia, Suazilândia e Zâmbia.

ses na Ásia, América Latina, Oriente Médio e América do Norte, encontrou alta prevalência de violência física perpetrada tanto por homens quanto por mulheres contra seus parceiros de namoro (17% a 38% dos homens e 17% a 48% das mulheres).<sup>40</sup> Embora esse estudo tenha pesquisado jovens adultos (com idade média de 22 anos), as conclusões apontam para a constatação de que os relacionamentos íntimos entre jovens adultos ou adolescentes em todo o mundo são caracterizados por altos níveis de agressão.

## **VIOLÊNCIA SEXUAL**

A violência sexual contra a criança pode ter um impacto devastador sobre sua saúde tanto física quanto mental, podendo levar ao suicídio, à infecção por HIV ou ao assassinato da vítima nos casos de "legítima defesa da honra".<sup>41</sup> É extremamente comum que a violência seja perpetrada com total impunidade para o agressor.

### **Primeira relação sexual forçada**

Para muitos adolescentes, a primeira relação sexual é indesejada ou ativamente forçada. A Figura 7.2 mostra a prevalência da iniciação sexual forçada relatada em estudos realizados em vários países e ilustra a extensão da violência sexual entre adolescentes. Com a exceção do casamento de crianças (ver o capítulo sobre violência contra a criança no lar e na família), muito dessa coerção sexual inicial é perpetrada por colegas, mesmo no contexto de um relacionamento íntimo.

Pesquisas indicam que quanto mais cedo ocorre a iniciação sexual, maior é a probabilidade de que tenha sido forçada de algum modo.<sup>42,43,44,45</sup> Isso

é particularmente aplicável às meninas, que enfrentam um risco maior de terem sua primeira relação sexual forçada que os meninos. O Estudo Multipaíses da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica descobriu que as mulheres que relatavam ter tido sua primeira relação sexual antes dos 17 anos de idade tinham uma maior probabilidade de relatar uma iniciação sexual forçada do que as mulheres que relatavam uma iniciação sexual mais tardia. Das mulheres que relataram uma primeira relação sexual antes de 15 anos de idade, entre 11% e 45% afirmaram que ela foi forçada.<sup>46</sup>

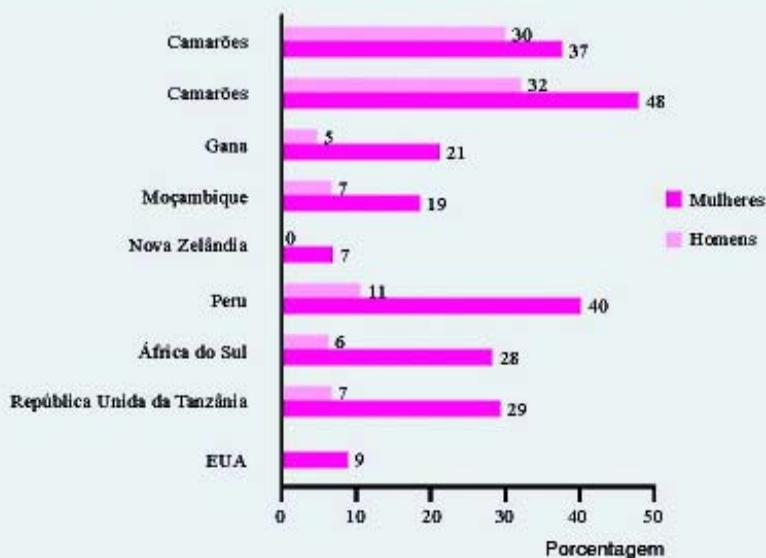
Além da iniciação sexual forçada, muitas crianças vivenciam a coerção sexual contínua por parte do namorado ou da namorada (ver a Tabela 7.2). Embora os estudos disponíveis sugiram que a violência física nos relacionamentos íntimos (ver acima) ocorre em taxas semelhantes para meninas e meninos, as meninas correm maior risco do que os meninos de sofrer violência sexual em um relacionamento íntimo ou namoro.<sup>47</sup> Um estudo sobre coerção sexual entre jovens do Quênia constatou que, para as mulheres que haviam sofrido coerção sexual, o namorado havia sido o perpetrador mais comum (51%), seguido do marido (28%) e de conhecidos (22%).<sup>48</sup> Um estudo realizado na Tailândia verificou que 54% das experiências de adolescentes e mulheres jovens com relação sexual forçada haviam ocorrido com parceiros estáveis ou casuais e outras 27% com conhecidos.<sup>49</sup> O Estudo Australiano de Saúde e Relacionamentos descobriu que a maioria dos casos de coerção sexual de homens e mulheres ocorreu até os 18 anos de idade. Entre as mulheres que relataram coerção sexual, um terço afirmou que a primeira experiência ocorreu entre 9

"Em todos os países, as crianças portadoras de deficiência continuam a experimentar a violência em números iguais ou maiores que as crianças sem deficiência. Muitas vezes, essas crianças são consideradas não merecedoras de dignidade e respeito. Devemos nos lembrar que as crianças portadoras de deficiência são, acima de tudo, crianças. Elas, como as crianças sem deficiência, devem ter o direito de serem livres da violência, elas também têm o direito de serem respeitadas e protegidas. É nossa responsabilidade legal garantir que isso aconteça."

Charlotte McClain-Nhlapo, Conselho Editorial do Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência Contra a Criança

**FIGURA 7.2**

Índices de iniciação sexual forçada envolvendo adolescentes durante o período 1993-1999



Os índices são baseados nos que tiveram relações sexuais.

a) Antígua, Bahamas, Barbados, Ilhas Virgens Britânicas, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica e Santa Lúcia

b) Porcentagem de adolescentes que responderam que a primeira relação sexual foi forçada ou "um tanto" forçada

c) Estudo longitudinal de grupos nascidos entre 1972-1973. Os participantes foram entrevistados aos 18 anos e novamente aos 21 anos de idade sobre seu comportamento sexual atual e anterior.

Fonte: Krug EG e outros (Eds) (2002). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, Organização Mundial da Saúde.

e 16 anos de idade, e 40% dos homens que relataram coerção sexual tinham entre 9 e 16 anos na primeira ocorrência.<sup>50</sup>

### Violência sexual praticada por estranhos na comunidade

A violência sexual contra a criança é perpetrada mais comumente por algum conhecido da criança, seja da sua família ou do círculo familiar, mas pessoas de fora desses círculos também cometem um número significativo de ata-

ques sexuais contra crianças em muitos países.<sup>52</sup> Os perpetradores podem ser vários tipos de pessoas, algumas das quais podem ter planejado o ataque. Uma seleção de estudos disponíveis mostra a variedade e a gravidade da violência sexual cometida por pessoas que a criança não conhecia. Em um levantamento efetuado com mulheres da África do Sul que relataram ter sido estupradas antes dos 15 anos de idade, 21% identificaram estranhos ou conhecidos recentes como seus atacantes.<sup>57</sup> Universitárias chinesas da Região Administrativa Especial de

"É fácil apanhar quando você é um menino de rua. As pessoas podem te estuprar. Os homens podem bater num menino e estuprá-lo. Não há nada que você possa fazer a não ser fugir, se tiver sorte."

Menino, 12 anos, morador de rua, África Oriental e Meridional, 2005 I

7

**TABELA 7.2** - Relato de coerção sexual por adolescentes: levantamentos selecionados, 1999 - 2005

REGIÃO	POPULAÇÃO ESTUDADA	ANO	AMOSTRA		PORCENTAGEM RELATANDO RELAÇÃO SEXUAL FORÇADA	
			Tamanho da amostra <sup>a</sup>	Faixa etária	Mulheres	Homens
China <sup>51</sup>	Hong Kong	1999	8,382	15 - 18	16,9	17,0
Quênia <sup>52</sup>	Distrito de Nyeri	2001	2,712	10 - 24 <sup>b</sup>	20,8	11,0
Nigéria <sup>53</sup>	Estado de Plateau	2000	4,218	12 - 21	45,0	32,0
Tailândia <sup>54</sup>	Província de Chiang Rai	2001	832	15 - 21	28,1	n/a
EUA <sup>55</sup>	Nacional	2005	13.953	13 - 18 <sup>c</sup>	10,8	4,2

a) Número total de adolescentes no estudo. Os índices baseiam-se nos adolescentes que tiveram relações sexuais.

b) Dos 1.753 respondentes incluídos na análise, cerca de 6% dos homens e 30% das mulheres nunca haviam sido casados.

c) Estudantes do ensino médio e das últimas séries do ensino fundamental que relataram relação sexual forçada.

Hong Kong relataram que 28% dos perpetradores de abuso sexual foram estranhos.<sup>58</sup> Na Hungria, 34% das meninas com idade menor que 18 anos tratadas em um hospital após ataque sexual informaram ter sido atacadas por um estranho.<sup>59</sup> Em alguns casos, a violência sexual é acompanhada ou associada ao rapto ou tráfico de pessoas.

## QUESTÕES PARTICULARMENTE RELEVANTES

O Estudo recebeu relatos de violência sofrida por grupos específicos de crianças ou situações específicas em que as crianças parecem estar sob gran-

de risco de violência. As crianças portadoras de deficiência podem ser visadas por outras pessoas da comunidade em razão do estigma e do preconceito. Os serviços que suprem satisfatoriamente as suas necessidades ainda são a exceção. A vulnerabilidade das crianças moradoras de rua foi fortemente enfatizada nas Consultas Regionais. A violência física e sexual cometida por figuras de autoridade, como treinadores, líderes religiosos e professores, foi amplamente mencionada, apesar da escassez de dados concretos. Em regiões com um grande número de refugiados e pessoas deslocadas, demonstrou-se preocupação com a segurança das crianças nos campos de alojamento ou dispersas na comunidade, ao passo que os

"As pessoas te tratam mal. Você perde a vontade de andar na rua porque elas te chamam de nomes. As pessoas cochicham quando você passa por elas. Elas acham que quando uma pessoa da sua casa está doente, todos da casa estão doentes."

Menina, 16 anos, África Oriental e Meridional, 2003 II

colaboradores de todas as regiões estavam preocupados com o tráfico de pessoas e as condições das crianças afetadas pelo HIV/AIDS.

### **Violência contra a criança moradora de rua**

"Crianças de rua" formam uma categoria grande e mal definida de crianças. Desde os anos 80, os analistas traçaram uma distinção entre crianças nas ruas e crianças de rua.<sup>60,61</sup> Uma parte relativamente pequena - menos de 10% - das crianças visíveis nas ruas adotaram de fato a rua como o seu habitat. Esse grupo é normalmente caracterizado pelo termo "crianças de rua". Embora possa ser usado de forma pejorativa, o termo também é empregado por muitas crianças e suas organizações representativas, algumas vezes com orgulho considerável.

No passado, pensava-se que milhões de crianças sem raízes viviam nas ruas de vários países da Ásia e da América Latina. Porém, as pesquisas estabeleceram que muitas dessas crianças na verdade têm famílias funcionais. Apesar disso, existem cidades em muitas regiões em que grandes quantidades de crianças estabeleceram-se nas ruas e raramente ou nunca vão para casa. Em Nairóbi, por exemplo, as ONGs locais estimam que os números cheguem a 20.000.<sup>62</sup> Na China, uma estimativa de âmbito nacional chegou a 150.000<sup>63</sup> e na Indonésia, a 170.000.<sup>64</sup> Em todos os lugares, a maioria das crianças que vive nas ruas é de meninos.<sup>65</sup>

A discriminação e a violência contra a criança moradora de rua muitas vezes nasce do estigma associado à falta de uma família (evidente-



UCRÂNIA, 2005, Dois meninos cheiram cola em um cano de esgoto na cidade portuária de Odessa.

mente, muitas têm família) e às atividades que elas podem ter que adotar para sobreviver. As crianças de rua de todos os lugares relatam ser demonizadas por atividades que, mesmo que envolvam pequenas infrações, de maneira nenhuma justificam o tipo de violência cruel e gratuita à qual são muitas vezes submetidas.<sup>66</sup>

Assassinatos de crianças de rua foram relatados na Colômbia, no Brasil, na Guatemala e nas Filipinas.<sup>67</sup> Casos de pavorosa brutalidade foram documentados na capital haitiana de Porto Príncipe, onde 3.000 crianças de rua frequentemente são atacadas por vigilantes armados.<sup>68</sup> A extensão de violações sérias aos direitos humanos pode ser bem maior do que indicam as escassas estatísticas disponíveis, que são pouco confiáveis. Muitos casos não são notificados devido à ausência de testemunhas ou porque as vítimas ou seus parentes vivem marginalizados e tendem a permanecer

anônimos. A Organização Mundial Contra a Tortura relatou que em Cidade Bolívar, em Bogotá, Colômbia, 850 crianças e adolescentes foram assassinados entre 2000 e 2004 e 620 foram raptados entre agosto de 2003 e agosto de 2004. A força policial nacional estava entre os responsáveis citados por esses atos.<sup>69</sup>

Meninas e meninos de rua são vulneráveis ao abuso sexual cometido por muitos indivíduos, incluindo transeuntes e pessoas que oferecem abrigo.<sup>70</sup> Elas também arriscam-se a ser recrutadas por cafetões e traficantes para exploração sexual e econômica ou a ter que apelar para o "sexo de sobrevivência" (sexo em troca de comida ou abrigo).<sup>71</sup>

## HIV e violência na comunidade

As crianças cujos pais se encontram doentes devido ao HIV/AIDS ou que se tornaram órfãs por causa da doença enfrentam a violência psicológica, a estigmatização e a discriminação. Elas podem ser rejeitadas pelos amigos, pelos colegas de escola e pelos centros de saúde. Além do pesar e da perda que sofrem, os órfãos da AIDS, calculados em 15 milhões, enfrentam o crescimento sem a ligação e o apoio emocional dos pais. Muitas dessas crianças não dispõem do auxílio da família próxima ou estendida, seja porque a solução inicial era insustentável ou porque não havia opções disponíveis. Embora não existam estimativas significativas sobre o número ou a proporção de crianças de rua tornadas órfãs pelo HIV/AIDS, existem claras indicações de que o número de crianças de rua está aumentando em muitas cidades subsaarianas, muito provavelmente por causa do núme-

ro crescente de crianças que perderam os pais devido ao HIV/AIDS. Em Brazzaville, no Congo, quase 50% das crianças de rua são órfãs. Em Lusaka, em Zâmbia, a maioria das crianças que vivem nas ruas é órfã.<sup>72</sup>

O trauma psicossocial pode persistir mesmo quando os órfãos mudam-se para casas de famílias substitutas ou da sua família estendida. Eles podem ser tratados como parentes de segunda classe - discriminados na distribuição de comida, talvez, ou na distribuição do trabalho. Os órfãos em Zâmbia relataram ausência de amor e um sentimento de exclusão como componentes de uma discriminação absoluta. Muitas dessas crianças são vulneráveis a abusos (físicos, emocionais e sexuais) por parte dos parentes e outros membros da sua comunidade, sendo que as meninas são particularmente vulneráveis ao abuso sexual.<sup>73</sup>

## Violência praticada pela polícia

O nível da violência praticada pela polícia contra a criança foi considerado um problema sério em várias respostas dos governos aos questionários do Especialista Independente<sup>76</sup> e foi um tema comum nas revisões e consultas regionais. Mesmo nas sociedades em que o sistema judiciário está profundamente entranhado e é mais acessível socialmente do que em muitas outras partes do mundo, a violência praticada pela polícia contra a criança (ou a inação contra os agressores) raramente é investigada. O nível de impunidade de que goza essa conduta é uma razão importante para que ela persista.<sup>77</sup> Sem sistemas independentes de monitoramento, as crianças não têm ninguém a quem denunciar a violência pratica-

## QUANDO A TRADIÇÃO ENCONTRA A SUPERSTIÇÃO

A violência contra a criança rotulada como bruxa ou feiticeira foi documentada em muitos países. Relatos da África Ocidental (notadamente do Benin, Camarões, Gabão, Libéria e Nigéria) documentaram casos de crianças que foram expulsas de suas famílias, marginalizadas pela sociedade e submetidas à violência física, inclusive tortura, algumas vezes resultando em óbito.<sup>74</sup> Na República Democrática do Congo, onde houve um aumento do número de igrejas especializadas no exorcismo de espíritos maléficos, as acusações de feitiçaria não são mais feitas exclusivamente contra mulheres mais velhas que moram sozinhas (alvo tradicional dessas acusações), mas também contra crianças, muitas das quais passam a engrossar as estatísticas das 30.000 crianças que já vivem nas ruas de Kinshasa.<sup>75</sup>

318 da pela polícia, a não ser outro policial, de quem elas, compreensivelmente, temem represálias. Isso, combinado à percepção de que a presença da criança nas ruas é equivalente à "delinqüência juvenil", coloca muitas crianças sob risco de violência praticada pela polícia.

Desde os anos 90, as ONGs de direitos humanos têm chamado a atenção para a violência praticada pela polícia contra as crianças que vivem e trabalham nas ruas. Estudos realizados na Bulgária, Egito, Guatemala, Papua Nova Guiné, Sudão e em outros lugares revelam uma brutalidade generalizada, incluindo surras, ataques sexuais e tortura. Isso pode acontecer de forma casual nas ruas, a caminho da delegacia após uma prisão e, subseqüentemente, na carceragem da polícia.<sup>78</sup> O Quênia relatou, em sua resposta ao questionário do Estudo,<sup>79</sup> que as crianças que moram nas ruas freqüentemente são molestadas e presas pela polícia. Às vezes elas são acusadas de vadiagem ou de pequenas infrações e, sem representação nos tribunais, são privadas da sua liberdade por anos a fio em instituições correcionais.

Em Honduras, um total de 59 crianças e jovens abaixo de 23 anos morreram em centros de detenção entre maio de 2002 e março de 2004. ONGs locais alegam que 41 dessas vítimas foram executadas extrajudicialmente por agentes do Estado.<sup>80</sup> Após sua visita ao Brasil em 2004, Asma Jahangir, Relatora Especial da ONU para execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, informou que as vítimas da violência policial e de execuções sumárias tendem a ser jovens afro-brasileiros do sexo masculino com idade entre 15 e 19 anos, normalmente envolvidos com gangues de criminosos.<sup>81</sup>

### Violência praticada por outras figuras de autoridade

Embora os policiais sejam as figuras de autoridade mais mencionadas em conexão com a violência contra a criança na comunidade, é claro que muitas outras pessoas que têm a responsabilidade de supervisionar ou defender crianças abusam regularmente da confiança inerente aos seus cargos. Essas figuras de autoridade

"No rio, nós apanhamos das donas dos poços, as mulheres. Elas gritam conosco: " - Por que vocês não vieram [do seu país] com os seus próprios poços?" Elas batem na gente com as mãos e também com garrafas e varas."

Meninas, África Oriental e Meridional, 2005 III



incluem treinadores esportivos, autoridades religiosas, funcionários de clubes para jovens e professores (a última categoria é discutida no capítulo sobre a violência contra a criança na escola e em ambientes educacionais).

Nas últimas décadas, certas premissas persistentes sobre os efeitos puramente positivos das atividades organizadas sobre as crianças foram destruídas por relatos de violência física e sexual contra crianças engajadas em atividades esportivas e religiosas. Em 1998, estudos realizados no Canadá e na Noruega revelaram que mais de um terço dos atletas jovens haviam passado por experiências negativas e desconfortáveis, variando do assédio sexual leve a abusos. Um estudo-piloto dinamarquês (1998) também revelou que cerca de 25% dos atletas menores de 18 anos haviam vivenciado ou sabiam de situações de assédio por parte de um treinador. Um estudo norueguês comparando a prevalência do assédio sexual dentro e fora do contexto esportivo sugere que duas vezes mais atletas que não-atletas sofreram assédio sexual de treinadores e outras figuras de autoridade.<sup>82</sup> No caso das organizações religiosas, as informações tendem a limitar-se a reportagens jornalísticas e há uma profunda carência de dados sistemáticos sobre as várias confissões religiosas.

Embora não representem todo o espectro de situações possíveis, esses casos são sinais de alerta que devem ser levados em séria consideração.

## **Violência praticada contra minorias sexuais**

Reportagens da mídia, casos documentados por grupos de direitos humanos e evidências extraídas de histórias relatadas pelas próprias vítimas indicam que a violência contra jovens lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais é amplamente prevalente e os agressores incluem parentes, colegas, professores, o clero e a polícia.<sup>83,84,85</sup>

As leis de alguns países, que criminalizam o relacionamento sexual com o mesmo sexo, e as atitudes estereotipadas tendem a estimular a violência contra as minorias sexuais. Atitudes discriminatórias também estão enraizadas na cultura tradicional e popular, da mesma maneira que as posturas que consideram aceitável a violência doméstica e os castigos corporais.

## **Violência praticada contra crianças refugiadas, retornadas e deslocadas**

Estima-se que existam 19,2 milhões de refugiados e pessoas deslocadas no mundo todo. Embora os campos bem administrados possam ser refúgios seguros para seus habitantes, a insegurança física pode ser um problema sério em campos e assentamentos para refugiados e pessoas deslocadas, especialmente em termos de violência sexual.<sup>86,87,88,89</sup> Muitos campos não dispõem de construções seguras, boa iluminação, aplicação regular da lei, proteção para sobreviventes de ataques ou mecanismos de denúncia e reparação.<sup>90,91</sup> Além disso, a atribuição tradicional de certas tarefas a mulheres e

crianças - notadamente a coleta de madeira para fogo, água e outros suprimentos domésticos - gera condições de alto risco de ataque sexual durante a execução dessas tarefas. A comunidade pode ser forçada a depender de métodos informais ou tradicionais de segurança, o que acarreta dificuldades adicionais quando o pai ou o marido não está presente (como é o caso de muitas famílias refugiadas, principalmente as deslocadas pela guerra). Em 2006, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados publicou um estudo realizado em 13 países (Bangladesh, Costa do Marfim, Etiópia, Guiné, Quênia, México, Nepal, Paquistão, Serra Leoa, República Unida da Tanzânia, Tailândia, Iêmen e Zâmbia), contendo informações sobre a violência contra a criança em campos de refugiados.<sup>92</sup> Atualmente esses países têm 52 campos e uma população total de quase um milhão de refugiados.

Uma descoberta particularmente preocupante do estudo foi a de que grande parte dos crimes e disputas em todos os campos de refugiados pesquisados enquadrava-se na categoria geral de violência sexual e de gênero. A violência doméstica (que pode incluir violência contra cônjuges, crianças e outros membros da família, como as noras) era generalizada em todos os países estudados e foi a forma de violência sexual e de gênero mais relatada. Em Sierra Leoa, por exemplo, a violência doméstica ficou em segundo lugar, atrás apenas do furto, como a questão jurídica mais prevalente nos campos.

Em muitos casos, pouca proteção ou reparação formal estava disponível às vítimas desse tipo de violência através dos sistemas de solução de

disputas dos campos, muitos dos quais são administrados por anciãos tradicionais escolhidos entre os próprios refugiados. Por exemplo, o estudo constatou que o estupro de meninas e mulheres muitas vezes atrai apenas punições insignificantes. Alguns estupradores eram absolvidos se concordassem em casar-se com a sobrevivente, embora uma pequena multa ou um período mínimo de detenção pudesse ser imposto se a vítima tivesse idade menor que 18 anos. O estudo cita dois exemplos de um campo de refugiados em que os homens confessaram ter estuprado meninas pequenas descritas, respectivamente, como "uma criança deficiente física e outra deficiente mental". Como punição, os homens receberam pena de detenção de seis meses por um crime que resultaria em um tempo de prisão muito mais longo segundo a legislação nacional do país hospedeiro.<sup>93</sup>

A violência também pode ser perpetrada por pessoas em posição de autoridade ou de apoio. Um relatório recente da Libéria indicou que meninas de oito e 18 anos de idade, especialmente a partir de 12 anos, estavam fazendo sexo regularmente por dinheiro com as autoridades do campo, trabalhadores humanitários, membros das forças de paz e funcionários do governo, geralmente devido à extrema carência material.<sup>94</sup>

É muito mais difícil para os programas de assistência identificar, monitorar e apoiar deslocados internos dispersos por zonas urbanas. Eles podem estar escondidos entre as já mal-servidas populações pobres locais das favelas ou espalhados por áreas amplas e densamente populadas com infra-estrutura e acesso limitados.

"Meu trabalho era fazer de 2 a 3.000 beedis (cigarros) em 24 horas. Como eu não sabia fazer beedis, eles me batiam e eu sentia muita dor por causa disso. Quando percebi que eles estavam tentando me traficar para outro lugar, tentei fugir, mas eles notaram e eu fui torturado."

Menino, 13 anos, traficado de Bangladesh para a Índia, Sul da Ásia, 2001 IV

7

Crianças que estão sendo reassentadas em seu país de origem também podem estar sujeitas a um maior risco de violência.<sup>95</sup> Um estudo sobre crianças da Zâmbia, África do Sul e Angola que haviam sido refugiadas por muito tempo relatou violenta discriminação contra essas crianças por sua dupla situação de refugiadas e retornadas.<sup>96</sup> Esse tratamento soma-se à violência extrema testemunhada (ou experimentada diretamente) por muitas crianças em seu país de origem ou a caminho da nação anfitriã, um problema que nem sempre é abordado pelos serviços disponíveis. No entanto, novos estudos sobre a capacidade de recuperação sugerem que o apoio familiar e a participação em atividades educacionais e recreativas estruturadas são elementos importantes para que as crianças recuperem-se e readquiram um senso de rotina e normalidade. Embora muitos fatores possam afetar os mecanismos infantis de adaptação, a disponibilidade de formas culturalmente relevantes de aconselhamento e o fornecimento de apoio específico para que elas reestruturem o modo como encaram suas experiências e desenvolvam habilidades positivas podem ser úteis.<sup>97</sup>

## Tráfico de crianças

Desde os anos 90, o tráfico substancial de seres humanos, incluindo crianças, em territórios nacionais e através das fronteiras internacionais é motivo de grande preocupação internacional. As estatísticas sobre o tráfico são imprecisas, mas a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou em 2003 que um milhão e duzentas mil crianças são traficadas todos os anos.<sup>98</sup> O fenômeno é complexo e interage com a pobreza, os fluxos migratórios de mão-de-obra, a demanda por mão-de-obra barata e as percepções ou in-

formações equivocadas sobre uma vida melhor "em outro lugar". Nos lugares onde as crianças não são registradas, a falta de documentos de identidade agrava o problema do tráfico, pois as crianças tornam-se alvos fáceis para os traficantes e, uma vez traficadas, ficam efetivamente "perdidas".<sup>99</sup>

Em alguns cenários, os bebês correm riscos especiais de serem raptados para o tráfico. Por exemplo, na América Central há relatos de bebês seqüestrados para o mercado de adoções dos EUA, às vezes diretamente do hospital logo após o nascimento.<sup>100</sup>

Em certas áreas, há relatos de crianças pequenas traficadas para pedir esmolas. Na fronteira do Camboja, os pais vendem ou alugam seus filhos para serem usados como membros de grupos de pedintes em locais da Tailândia.<sup>101</sup> A mendicância em terminais de meios de transporte, estações e lugares públicos é uma característica do trabalho infantil na Romênia que é "exportada" pelo tráfico de crianças tanto internamente como para outras partes da Europa.<sup>102</sup>

O tráfico pode envolver rapto, mas em muitos casos ele começa com enganação ou engodo. Por exemplo, muitos recrutadores e traficantes lidam diretamente com os pais, que podem acreditar que está lhes sendo oferecida uma oportunidade para melhorar as perspectivas de vida da criança, que obterá um trabalho bem remunerado e poderá remeter dinheiro para casa e ajudar a família. Porém, uma vez longe de casa e da comunidade, a criança torna-se vulnerável a muitas formas de violência. Essa violência inclui os abusos físicos e sexuais a que é sub-

"Quando saio de casa, as pessoas apontam para mim e dizem: " - Por que você não fica em casa, olha só para você!  
Você nem pode andar direito!"

Menino, 12 anos, portador de deficiência física, Sul da Ásia, 2005 V

metida uma parcela significativa das vítimas durante a viagem, sua manutenção em cativeiro enquanto esperam pela colocação em um "trabalho" e também os tipos de situações para as quais são traficadas. Essas situações vão do trabalho doméstico mal-pago à prostituição, ao trabalho rural em condições de escravidão ou à servidão por dívida (ver o capítulo sobre violência contra a criança no local de trabalho).<sup>103</sup>

Por exemplo, na Índia, relatos sobre traficantes profissionais que recrutam meninas nas comunidades de aldeias pobres das áreas litorâneas sugerem que, embora a expectativa das meninas seja a de trabalho doméstico e vida na cidade, a realidade é a entrada no comércio do sexo em várias cidades. Os traficantes operam de forma similar do Nepal para estabelecimentos na Índia e de Mianmar para a Tailândia. Milhares de crianças de Bangladesh foram traficadas para exploração sexual no Paquistão e no Oriente Médio, da mesma forma que meninas adolescentes o são da África Oriental para a Itália. O comércio do Leste Europeu para cidades da Europa Ocidental é igualmente bem-documentado.<sup>104</sup>

As vítimas muitas vezes enfrentam a estigmatização quando conseguem escapar: como são vistas como imorais ou "sujas", as meninas frequentemente são rejeitadas pela família e pela comunidade e podem voltar para a prostituição. Uma criança traficada geralmente não tem documentos e muitas vezes não sabe falar o idioma do país em que está, o que dificulta suas tentativas de encontrar ou voltar para casa. Em muitos casos, as crianças voltam para circunstâncias sociais inalteradas e, portanto, correm novo risco de serem traficadas.

Quando são resgatadas ou escapam, as crianças traficadas podem ser detidas pela polícia ou pelas autoridades de imigração, correndo o risco de serem deportadas para o país de origem.<sup>105</sup> Isso foi relatado em países de todas as regiões e, tipicamente, ocorre sem encaminhamento para os tribunais ou outras autoridades. A repatriação acontece sem qualquer atenção aos interesses superiores da criança ou ao seu direito de ser consultada em decisões que afetem o seu futuro. As crianças vítimas de tráfico frequentemente são tratadas como criminosas devido ao seu envolvimento suposto ou real com atos delituosos cometidos como resultado da sua situação de vítima do tráfico ou da coerção de seus captores, como furto, prostituição ou imigração ilegal.

## FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A VIOLÊNCIA

### FATORES INDIVIDUAIS E FAMILIARES

Muitos fatores importantes que contribuem para a violência contra a criança são encontrados ou começam em casa e, portanto, foram abordados com certo detalhamento no capítulo sobre a violência contra a criança no lar e na família. Para os fins do presente capítulo, é importante ressaltar que podem estar incluídos fatores individuais (constituição biológica e história pessoal tanto da criança quanto dos seus familiares) e fatores de relacionamento (como a criança interage com os pais e os irmãos) que afetam a probabilidade de uma criança tornar-se vítima ou perpetradora de violência. Por exemplo, crianças que

exibem sinais precoces de hiperatividade e baixa capacidade de concentração (fatores individuais) ou que crescem com pouca supervisão dos pais, são agredidas por eles ou submetidas a disciplina severa (fatores de relacionamento) correm maior risco de envolvimento com a violência, seja como vítimas ou como perpetradoras, nos anos subsequentes.

Muitos desses fatores - assim como os sintomas físicos e psicológicos que indicam o contato de uma criança com a violência - podem ser identificados por profissionais bem treinados, como professores, assistentes sociais, médicos e enfermeiras, mas também por membros da comunidade. Isso é particularmente verdadeiro quando a percepção da violência contra a criança por parte dos membros da comunidade é aumentada por meio de intervenções.

O ponto importante a ser extraído é que, embora esses fatores de risco estejam localizados no âmbito individual e familiar, é no âmbito da comunidade que muitas das intervenções preventivas mais importantes e respostas à violência terão que serem implantadas. Esses aspectos são discutidos mais adiante, na seção sobre respostas.

## FATORES SITUACIONAIS

Muitos anos de pesquisa e experiência confirmam que a presença de vários fatores situacionais importantes na comunidade pode precipitar eventos violentos que de outra forma não aconteceriam. Três dos mais importantes são: acesso generalizado a armas de fogo, consumo de álcool e as características do ambiente físi-

co. Em situações em que esses fatores estão presentes, jovens que não têm história pregressa de comportamento violento e que não são continuamente violentos podem, apesar disso, reagir violentamente e com sérias consequências. Um quarto fator situacional importante é a presença na comunidade de gangues ou grupos armados organizados.

## Armas de fogo

Estima-se que várias centenas de milhares de pessoas morrem todos os anos em decorrência de ferimentos provocados por armas de fogo. Uma grande parte dessas mortes deve-se a homicídios e suicídios.<sup>106</sup> O número de ferimentos não-fatais provocados por armas de fogo é desconhecido, mas provavelmente é muitas vezes maior do que o número de mortes. Adolescentes e jovens adultos são as principais vítimas e perpetradores de violência relacionada a armas de fogo em quase todas as regiões do mundo.<sup>107</sup>

Por exemplo, a mortalidade por arma de fogo no Brasil aumentou significativamente em todas as faixas etárias desde 1991, mas os índices de mortes por arma de fogo aumentaram mais entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos. Em 1991, 55,7% dos homicídios na faixa etária de 15 a 19 anos tiveram relação com armas de fogo, enquanto em 2000 a proporção chegou a 77%.<sup>108</sup> Nas capitais dos estados com maior índice de mortalidade de adolescentes por arma de fogo (entre 102 e 222 para cada 100.000 habitantes), os índices são 5 a 11 vezes maiores que os índices gerais para todas as faixas etárias.<sup>109</sup>

## Álcool

O álcool é um fator conhecido de violência entre parceiros íntimos, e muitas vezes as crianças são diretamente afetadas por isso. O álcool também é um importante fator de violência praticada contra e por crianças mais velhas no ambiente da comunidade. Em muitas sociedades, o álcool é comum em situações sociais. Os jovens tendem a usar o álcool para aumentar sua autoconfiança, o que eleva os seus níveis de agressividade até gerar confrontos violentos; ao mesmo tempo, o comprometimento do controle físico e da capacidade de interpretar sinais de advertência em situações de perigo pode transformar jovens consumidores em alvos para os agressores.<sup>110</sup>

Os padrões de consumo de álcool por crianças e jovens variam substancialmente entre os países e são parcialmente determinados por normas culturais mais amplas relacionadas à aceitação social do consumo de álcool. Em geral, os jovens têm maior probabilidade que a população mais velha de se envolverem em episódios de consumo excessivo de álcool, e existe uma preocupação crescente de que uma cultura jovem de abuso do álcool esteja se espalhando.<sup>111</sup> O Estudo sobre Comportamento de Saúde de Crianças em Idade Escolar constatou que, em 32 países europeus, o consumo regular de álcool era relatado por 5% das crianças com 11 anos de idade, 12% das das crianças com 13 anos e 29% das crianças com mais de 15 anos. Mais de um terço das crianças relatou embriaguez em duas ou mais ocasiões, sendo os meninos mais passíveis de consumir álcool e relatar embriaguez do que as meninas em todas as faixas etárias.<sup>112</sup>

Vários estudos demonstraram a ligação entre álcool e violência para adolescentes: na Finlândia, 45% de todos os incidentes violentos relatados por jovens na faixa etária de 12 a 18 anos envolviam o consumo de álcool por parte do perpetrador e/ou da vítima.<sup>113</sup> Nas Filipinas, onde 14% dos jovens na faixa etária de 15 a 24 anos relataram ter provocado ferimentos em alguém durante um episódio violento nos três meses anteriores, essa violência estava significativamente associada à bebida.<sup>114</sup> Entre os jovens na faixa etária de 10 a 18 anos que participaram da Pesquisa de Saúde dos Jovens Caribenhos, o uso de álcool no ano anterior estava associado significativamente à violência cometida com armas em ambos os sexos.<sup>115</sup>

Estudos realizados na Finlândia, Inglaterra, País de Gales e Austrália mostraram que os níveis de envolvimento com violência relacionada ao álcool aumentam progressivamente durante a adolescência e geralmente chegam ao seu ápice nos primeiros anos da segunda década de vida.<sup>116,117,118</sup>

## Ambiente físico

A natureza da estrutura física de uma comunidade, a densidade dos seus assentamentos, sua configuração e a disponibilidade de serviços e amenidades para apoiar o bem-estar das famílias exercem um efeito importante sobre as relações sociais na comunidade e sobre a probabilidade de que adultos e crianças tornem-se vítimas da violência. Por exemplo, pesquisas sobre refugiados na África citam a falta de segurança em locais públicos como um fator de risco de violência sexual e de gênero, a maioria contra meninas.<sup>119,120,121,122</sup>

A disposição física dos espaços públicos pode determinar se são ambientes potenciais para a prática da violência. O projeto ambiental, como, por exemplo, a melhoria da iluminação pública, pode ajudar a impedir o crime e reduzir o medo da violência.<sup>123</sup> Há evidências de que a redução da criminalidade propiciada pela melhor iluminação das ruas seja resultante mais do aumento do orgulho da comunidade e do controle social informal do que propriamente do aumento da vigilância ou da intimidação.

Moradias seriamente inadequadas e superpopulação nas casas e nos bairros podem ter um efeito prejudicial sobre a formação da criança.<sup>124,125</sup> As preocupações de saúde comunitária mais frequentes em relação à habitação familiar incluem a pouca disponibilidade de moradias populares para famílias de baixa renda e a crescente segregação espacial de moradias por renda, raça, etnia ou classe social, formando bairros onde não há segurança.<sup>126</sup> A crescente concentração de pobreza pode provocar a deterioração física e social dos bairros, resultando no desinvestimento em moradias, condições físicas deterioradas e menor capacidade de manutenção da ordem pública pelas instituições formais e informais.

## **Despejo forçado**

O reconhecimento do direito da criança a um padrão de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social está disposto no Artigo 27 da CDC e é fundamental para garantir a segurança da criança e protegê-la da violência. A moradia adequada, bem como

vestimenta e alimentação adequadas, é considerada um elemento constituinte do direito a um padrão de vida adequado (Artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais).

Em seu relatório de 2005 sobre a Situação Mundial da Infância, o UNICEF relatou que mais de uma em cada três crianças nos países em desenvolvimento vivem em moradias inadequadas (aproximadamente 640 milhões de crianças). Uma em cinco não tem acesso a água potável (aproximadamente 400 milhões de crianças). Embora a criança sem teto seja talvez a violação mais visível e terrível dos direitos da criança à moradia, todas as violações dos direitos à moradia, desde o despejo forçado às condições de habitação inadequadas têm ramificações especiais para as crianças.

Embora o despejo forçado seja universalmente pernicioso para todas as suas vítimas, para a criança ele tem implicações especiais. Muitas vezes o despejo forçado é acompanhado de violência, particularmente contra mulheres e crianças, que têm maior probabilidade de estar em casa quando o procedimento é executado. As evidências sugerem que em resposta à violência, ao pânico e à confusão tão característicos do despejo forçado, muitas crianças têm pesadelos recorrentes e sofrem de ansiedade e falta de confiança. Os efeitos sobre a estabilidade familiar e o bem-estar emocional das crianças podem ser devastadores, mesmo quando o despejo é seguido de reassentamento imediato. As crianças também relatam o aumento de incidentes de violência em suas casas após um despejo forçado.<sup>127,128</sup>

## Gangues

As gangues constituem um fator importante da violência entre crianças e contra elas em muitas partes do mundo. Os Escritórios Regionais do UNICEF nas Filipinas, Vietnã, Mongólia e Camboja relatam níveis preocupantes de brigas entre gangues e práticas violentas de iniciação nas gangues em algumas das comunidades mais pobres, muitas vezes envolvendo crianças de rua.<sup>129</sup> Além de ser dirigida para fora da gangue, a violência também pode voltar-se contra membros que desapontem a gangue, recusem-se a executar a ordem de um líder ou descumpram suas regras internas.<sup>130</sup>

Uma gangue pode ser formada exclusivamente por estudantes, exclusivamente por jovens que não frequentam a escola ou ambos. Seja qual for a sua constituição, as gangues que operam dentro ou nas imediações das escolas podem expor alunos e professores a atividades criminosas e à violência extrema. As pesquisas mostram que em muitas sociedades a agressão física e verbal, inclusive brigas, é considerada uma maneira saudável e normal dos meninos provarem sua masculinidade, o que explica até certo ponto por que os meninos são mais inclinados a juntarem-se a gangues do que as meninas e por que as gangues de meninos competem agressivamente com outras gangues.<sup>131</sup> No entanto, também existem gangues formadas por meninas que, da mesma forma que as gangues de meninos, também se envolvem com a violência.<sup>132</sup>

Embora a existência de uma gangue de rua formada por meninos seja quase universalmente associada pela opinião pública à violência, ao crime e a outras formas de comportamento anti-

social, é importante lembrar que as crianças - principalmente os meninos, mas não exclusivamente - juntam-se a gangues por uma série de razões. Em alguns casos, a falta de atenção e de apoio emocional no lar pode levar jovens adolescentes a tornarem-se membros de gangues. Em outros casos, a afiliação a uma gangue é o único meio de garantir a subsistência econômica ou sentir-se seguro. Nos EUA, um estudo etnográfico de escolares imigrantes do México e da América Central concluiu que eles se juntavam às gangues para encontrar uma identidade cultural positiva como Latinos quando se sentiam frustrados com os estereótipos negativos.<sup>133</sup>

Além das gangues de rua formadas por adolescentes, durante o processo de elaboração do Estudo foram detectadas preocupações com crianças envolvidas em grupos armados organizados que agem fora de zonas de guerra definidas. Esses grupos incluem bandos envolvidos com crime organizado (inclusive traficantes de drogas), milícias étnicas ou religiosas, grupos de justiceiros e organizações paramilitares.

Um estudo recente que investigou esses grupos em 10 países (Colômbia, El Salvador, Equador, Honduras, Jamaica, Nigéria, Irlanda do Norte, Filipinas, África do Sul e EUA) constatou que a idade média de ingresso nesses grupos era de 13 anos, com a exceção da Nigéria, onde a média era de 15 a 16 anos.<sup>134</sup> O mais alarmante, porém, é que a idade dos membros das gangues parece estar diminuindo.<sup>135</sup> O estudo descobriu que as crianças que trabalhavam para grupos armados participavam diretamente de atos de violência, inclusive o assassinato de membros do mesmo grupo e de pessoas não envolvidas.<sup>136</sup>

## POLÍTICAS REPRESSIVAS ANTI-GANGUES NA AMÉRICA LATINA

Os níveis de violência entre os jovens ocupam um lugar importante no debate público na América Latina.<sup>138</sup> A preocupação crescente com a violência juvenil, particularmente quando associada a gangues, levou alguns países da região a adotar medidas repressivas e reformas legislativas que não apenas contradizem os princípios de direitos humanos, mas também têm efeitos negativos sobre os níveis de violência e a organização de gangues de jovens.

De acordo com os dados disponíveis, as crianças não são responsáveis pela grande maioria dos crimes dos quais são acusadas, mas existe uma sólida crença de que a adoção de padrões internacionais de direitos humanos protege as crianças (particularmente os adolescentes) contra punições justificadas e vem sendo usada pelos jovens criminosos como um escudo protetor. A sincronização percebida entre a adoção de padrões de direitos humanos e o aumento da criminalidade na América Latina às vezes é usada para minar importantes avanços jurídicos importantes e mesmo para questionar a necessidade de responsabilização nos casos de violência praticada pelo Estado.

A adoção de estratégias de segurança centradas em medidas repressivas é marcada por uma retórica severa, pela desconsideração de medidas preventivas de longo prazo e pela ausência de dados que guiem e determinem o impacto dessas estratégias. Em uma visita à América Central, o Especialista Independente foi informado de mudanças jurídicas recentes que reduziam a maioridade penal e penalizavam repressivamente os jovens que se juntavam a gangues. A ausência de dados confiáveis não permite uma avaliação profunda do impacto dessas políticas.<sup>139</sup>

Algumas dessas reformas jurídicas contradiziam aos princípios vinculantes de direitos humanos relativos às crianças<sup>140</sup> e foram subsequentemente abolidas. Por exemplo, a prisão preventiva de adolescentes com base na suposta associação com gangues, identificada por meio de tatuagens ou sinais, foi considerada arbitrária em vários casos. Detenções em grande escala de supostos membros de gangues também resultaram em um aumento significativo da população dos já superlotados centros de detenção, provocando conflitos violentos dentro dessas instituições. Essas instituições também expõem jovens detentos às redes de gangues, aumentando assim as ligações internas das gangues e a rivalidade entre grupos adversários.<sup>141,142,143</sup> Embora as redes criminosas precisem ser desmanteladas, é improvável que o aumento da violência na América Latina possa ser refreado pela adoção de políticas de segurança severas.<sup>144</sup> Em vez disso, são necessários investimentos de longo prazo em uma série de políticas que reforcem os fatores de proteção e limitem os fatores de risco. A identificação das melhores estratégias para lidar com essa crescente preocupação deve ser baseada em estatísticas confiáveis e sistemas eficazes de coleta de dados. O sucesso das medidas de segurança também está ligado à capacidade dos governos de pôr um fim à violência e à corrupção possivelmente existentes dentro das forças de segurança e de garantir o acesso universal à justiça, particularmente entre os mais pobres.

Muitos governos tentaram usar táticas repressivas de aplicação da lei para lidar com crianças envolvidas com a violência armada organizada (ver o quadro). No entanto, as evidências disponíveis indicam que o foco apenas na repressão tende a ser ineficaz por vários motivos: não lida com as raízes do problema; a justiça da infância e da juventude e os sistemas penais da maioria dos países afetados são inadequados e agravam o problema; e os grupos armados tendem a se tornarem mais organizados e cada vez mais violentos quando são enfrentados somente com o uso de táticas repressivas.<sup>137</sup> As agências internacionais de proteção da criança devem exercer uma pressão contínua em favor da erradicação de qualquer legislação que imponha regimes jurídicos mais severos a algumas crianças que a outras.

### Situações de rebelião ou conflito

Algumas situações de conflito ou rebelião em andamento - como no Norte de Uganda e no Nepal - expuseram crianças a raptos e seqüestros em massa para serem usadas como combatentes, carregadores ou pessoal de apoio; as meninas têm sido usadas como escravas sexuais.<sup>145,146</sup> Outros países em que os sistemas de segurança pública desintegraram-se como consequência da guerra, como o Afeganistão, República Democrática do Congo e Somália, desenvolveram uma estrutura "semiformal" na qual grupos étnicos competem pelo controle de territórios e por formas lucrativas de comércio (especialmente de drogas) ou outros recursos. Durante os períodos de turbulência

## **VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA EM SITUAÇÕES DE CONFLITO EM ANDAMENTO - O CASO DO TERRITÓRIO OCUPADO DA PALESTINA**

A violência política na comunidade tende a afetar os riscos de violência em outros contextos não relacionados ao conflito em andamento. Mais de quatro décadas de conflito afetaram profundamente as vidas das crianças palestinas no Território Ocupado da Palestina (TOP). Os índices de desenvolvimento e de direitos humanos para as crianças, que constituem 53% (1.954.000) da população total do TOP, deterioraram-se agudamente desde o início da segunda intifada (setembro de 2000). Por exemplo, em 2005, 42,1% (822.634) das crianças palestinas estavam vivendo abaixo da linha da pobreza<sup>147</sup> e, em 2003, dados relativos ao bem-estar psicossocial das crianças palestinas indicavam que nove de cada 10 pais relatavam comportamento traumático sintomático em pelo menos um de seus filhos.<sup>148</sup>

A crescente pressão da ocupação israelense sobre a vida dos habitantes do TOP e as restrições renovadas e reforçadas à sua mobilidade, nos casos aplicáveis, afetam profundamente as relações entre comunidades e dentro das comunidades e das famílias, levando ao aumento da violência contra a criança em vários cenários. A abordagem das raízes dessa violência no TOP, e não apenas dos seus sintomas, requer apenas a contextualização da violência dentro dos conflitos em andamento.

## **VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA EM SITUAÇÕES DE CONFLITO EM ANDAMENTO - O CASO DO TERRITÓRIO OCUPADO DA PALESTINA**

A violência ameaça crianças nas ruas, na escola e em casa. Apesar da escassez de dados quantitativos no TOP sobre a violência dentro da família e na comunidade, um quinto das crianças incluídas em um estudo quantitativo indicaram que a fonte primordial de violência em suas vidas era a família, ficando a violência na comunidade em segundo lugar como forma mais comum de violência.<sup>149</sup> Um fato notável é que, quando solicitadas a identificar os perpetradores e os locais de violência em suas vidas, 43% das crianças palestinas estudadas relataram ter tido experiências com a violência nas mãos de mais de um perpetrador e quase a metade indicou ter tido experiências com a violência em mais de um lugar, inclusive sua casa e sua escola.<sup>150</sup>

Mais de 50% das crianças palestinas participantes do estudo afirmaram que seus pais não conseguiam suprir suas necessidades de cuidados e proteção.<sup>151</sup> Esse sentimento encontrou ressonância nos próprios pais, com mais de 43% dos pais palestinos sentindo que eram incapazes de proteger e cuidar adequadamente de seus filhos.<sup>152</sup> Estudos que contextualizaram as raízes da violência na família concluíram que a combinação da falta de recursos na família com o estresse que isso impõe aos seus provedores constitui um fator preditivo significativo de violência familiar no TOP.<sup>153</sup>

Em casa e na sala de aula, os adultos prestadores de cuidados notaram sinais crescentes de raiva e agressão entre as crianças.<sup>154</sup> Na escola, os professores notaram altos níveis de estresse, desobediência, irritação, concentração reduzida e perda de confiança entre os estudantes.<sup>155</sup> Os professores também relataram um aumento da violência entre estudantes, especialmente meninos, enquanto os pais informaram que as crianças agiam de maneira cada vez mais agressiva em relação aos amigos e irmãos.

### **Áreas seguras para crianças**

A ausência de locais seguros para que as crianças brinquem e interajam parece estar relacionada à prevalência de várias formas de violência nas áreas afetadas pelo conflito. Parcerias locais entre municípios, ONGs e autoridades locais foram estabelecidas como parte da iniciativa Cidades Amigas da Criança em quatro locais do TOP, dois na Faixa de Gaza (Rafah e Cidade de Gaza) e dois na Cisjordânia (Jenin e Jericó).

## **VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA EM SITUAÇÕES DE CONFLITO EM ANDAMENTO - O CASO DO TERRITÓRIO OCUPADO DA PALESTINA**

A abordagem de planejamento leva em consideração a necessidade de responder a emergências, desenvolvendo ao mesmo tempo estratégias abrangentes de proteção para as crianças. As necessidades participativas incluem avaliações e oficinas de trabalho envolvendo crianças. Os resultados dessas atividades foram utilizados no Plano Municipal de Ação para a Criança de cada localidade, endossado pelas instituições participantes.

Foram criadas Áreas Seguras para Brincar nas áreas mais pobres de Rafah, Gaza e Jenin. Equipes de facilitadores foram treinadas para criar e conduzir atividades extracurriculares semanais. Foram estabelecidos Conselhos Municipais da Criança, em que as crianças são treinadas para serem líderes e elas próprias criam e implementam pequenos projetos para alcançar um número maior de crianças. As atividades incluem dias de diversão, competições esportivas e campanhas comunitárias sobre questões importantes que dizem respeito às crianças.<sup>156</sup>

nas regiões meridional e central da Somália, por exemplo, um dos raros "empregos" disponíveis para meninos era o de membro das milícias de clãs, cuja proteção era necessária para o funcionamento dos negócios civis e das operações de auxílio. Essas falhas dos governos têm um alto impacto sobre a comunidade.

### **FATORES RELACIONADOS À SOCIEDADE**

#### **Urbanização**

Durante a segunda metade do século XX, o processo de urbanização nos países em desenvolvimento teve uma rápida aceleração. Cerca de metade das crianças do mundo atualmente vivem em cidades.<sup>157</sup> Em muitas regiões, particularmente na África Subsaariana, que hoje contém mais crianças urbanas do que a América do Norte, essa mu-



*CISJORDÂNIA, junho de 2003, Na estrada entre Ramallah e Jerusalém, crianças esperam seus pais obterem permissão para passar pelo posto de controle israelense.*

dança demográfica ocorreu durante um período de crise política e econômica e pressão ambiental. O processo de reassentamento e as mudanças sociais que o acompanham, somados à falta de oportunidades econômicas para os membros de grupos com menos escolaridade, pouca qualificação e baixo nível sócio-econômico, ajudaram a gerar circunstâncias que favorecem a frustração e a turbulência, com alto potencial de violência.

Embora historicamente a urbanização tenha sido acompanhada de índices menores de mortalidade infantil, maior acesso à educação e melhorias em todos os indicadores sociais, ela também tem aspectos negativos, inclusive a pobreza, a desigualdade, as mudanças na estrutura familiar e o rompimento das redes sociais - todos fatores que contribuem para a violência.<sup>158</sup> Poucos ambientes habitados por famílias urbanas pobres são propícios para a criança.<sup>159</sup> Uma alta proporção dos recém-chegados vive em assentamentos informais (e, aos olhos da lei, ilegais). A velocidade e a forma irregular da urbanização colocaram sob enorme pressão a capacidade das autoridades municipais de fornecer serviços e amenidades. As moradias em áreas recém-urbanizadas são, via de regra, confinadas, frágeis e inseguras, e o ambiente que as circunda não oferece às crianças muitas oportunidades de lazer e interação segura com o mundo à sua volta. O espaço externo - no qual elas ingressam em tenra idade - freqüentemente é contaminado por lixo e dejetos humanos.<sup>160</sup>

### **Pobreza, desigualdade e exclusão social**

Cerca de 2,8 bilhões de pessoas sobrevivem hoje com menos de US\$ 2 por dia,<sup>161</sup> das quais quase 50% são crianças. No entanto, a po-

breza, tomada isoladamente, tem uma correlação menos significativa com a violência - medida pelos índices de homicídios - do que a combinação de extrema desigualdade de renda e pobreza. Embora mais pesquisas sejam necessárias para entender completamente essas ligações, descobertas recentes sugerem que as sociedades mais ricas têm índices mais baixos de homicídios mesmo quando há uma disparidade entre a renda das comunidades ricas e pobres. Em sociedades com menor nível de desenvolvimento econômico em geral, os índices de homicídio são mais altos. Talvez as sociedades mais ricas sejam capazes de oferecer níveis maiores de proteção e apoio social às suas comunidades pobres do que as que se encontram em um nível inferior de desenvolvimento econômico global.

Medidas de desigualdade econômica são poderosos prognosticadores de índices de homicídios na faixa etária de 10 a 19 anos, especialmente quando se trata de meninos, e essa associação é mais forte em países com produto interno bruto (PIB) mais baixo.<sup>162</sup> Entretanto, a relação entre pobreza absoluta (em contraponto à pobreza relativa) e violência não está inteiramente clara. O crescimento do PIB está associado a índices mais baixos de homicídios, conforme seria de se esperar, mas esse efeito é neutralizado em muitos casos pela desigualdade econômica e exclusão social que freqüentemente acompanham o desenvolvimento rápido e a urbanização.<sup>163</sup>

As comunidades mais pobres e suas crianças parecem estar mais vulneráveis à violência interpessoal quando expostas a mudanças econômicas e populacionais que contribuem para a

desorganização da comunidade e, em última instância, afetam sua capacidade de controlar o comportamento violento. Pesquisas recentes corroboram a teoria de que o desequilíbrio entre as concentrações de abundância e pobreza na mesma zona urbana pode ser um fator preditivo importante das variações nos níveis de violência interpessoal entre comunidades.

A exclusão social experimentada por populações urbanas de baixa renda em todas as regiões foi exacerbada por tendências internacionais. O ritmo acelerado das mudanças sociais e políticas e a globalização econômica - adoção de desregulamentação doméstica, liberalização do comércio e privatização de serviços, um paradigma das políticas introduzidas nos anos 80 e intensificadas nos anos 90 - afetaram profundamente a sociedade em geral, inclusive o bem-estar das crianças.<sup>164</sup> Embora muitas pessoas tenham se beneficiado da criação de empregos nos setores industriais de exportação, do maior acesso à informação e de alguns outros aspectos da globalização, para os mais pobres o fosso da exclusão econômica aumentou. Agricultores de baixa renda dos 60 países incluídos no Estudo do Banco Mundial Vozes dos Pobres, de 2000, afirmaram que a vida havia se tornado menos segura, mais marginal e mais ameaçadora nas últimas décadas. Isso seria devido à crescente precariedade dos meios de subsistência, à exclusão dos serviços e instituições, à perda da coesão social, à maior exposição a influências negativas como o crime e o abuso de álcool, à impotência e humilhação nas mãos das autoridades, às preocupações constantes no lar e à maior frequência de brigas familiares, entre outros fatores.<sup>165</sup>

A exclusão social é um problema que não está, de maneira alguma, confinado aos países em desenvolvimento. Um relatório recente do Reino Unido estimou que um milhão de pessoas poderiam ser descritas como socialmente excluídas e 5% da população corriam esse risco. As características da exclusão social foram descritas em termos semelhantes aos da América Latina: desemprego, discriminação, moradia ruim, baixa renda, baixa capacitação, alta criminalidade, saúde precária, desagregação familiar. Nos EUA, uma de cada quatro crianças vive em condições de pobreza, sendo que as famílias de minorias étnoculturais respondem por uma maior proporção da população de risco, principalmente as que residem em bairros urbanos, em moradias inadequadas e com recursos escassos.<sup>166</sup>

Considerando-se a forte correlação entre pobreza, desigualdade, exclusão social e violência contra a criança e entre crianças no ambiente comunitário, a urgência das obrigações de cumprimento dos direitos humanos pelo Estado - especialmente direitos sociais, econômicos e culturais há muito negligenciados - está clara. Embora os avanços tecnológicos e outros recursos nunca tenham sido tão propícios para suprir essas necessidades, no mundo todo ainda há comunidades em que poucos indivíduos gozam do direito a um padrão de vida adequado, ao nível mais elevado possível de saúde, à assistência social, à educação, à participação e à não-discriminação. Nessas comunidades, a violência contra a criança prospera, e não haverá ganhos significativos em prevenção até que esses direitos sejam melhor protegidos, respeitados e atendidos.<sup>167</sup>

## CIBERESPAÇO E CIBERAMEAÇAS - OS DESAFIOS DA INTERNET E DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO

O acesso à informação é um direito da criança e desempenha um papel importante na transmissão de novos conhecimentos e na facilitação da adoção de comportamentos e valores pró-sociais e favoráveis à vida. Em se tratando da proteção da criança, a tecnologia certamente ajudou a aumentar a disponibilidade de informações e aconselhamento, por exemplo, através das "linhas de ajuda à criança" (<http://www.chiworld.org>) e da Internet, embora seja difícil regular a sua qualidade. O aperfeiçoamento das comunicações também aumentou o potencial para a proteção das crianças. Entretanto, quando o acesso das crianças à mídia e às imagens impressas não é adequadamente supervisionado pelos pais ou outros cuidadores, ele permite a exposição a materiais violentos, abusivos e pornográficos.

Muitos colaboradores do Estudo mostraram-se preocupados porque os governos não estavam fazendo o suficiente para limitar a exposição das crianças a imagens de violência e dominação masculina de mulheres e meninas na televisão, nos filmes, em videogames e na Internet, o que reforça as idéias de violência, agressão verbal e sexismo como norma e reduz a sensibilidade à violência.<sup>168</sup> Um revisão realizada pelo Centro Internacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas constatou a necessidade urgente de aumentar o número de países que possuem leis relacionadas à pornografia infantil na Internet.<sup>169</sup>

As ameaças específicas às crianças na Internet e nas tecnologias de comunicação (ITCs) surgem da exposição a imagens violentas, inclusive em vídeos e jogos on-line, e também da produção, distribuição e uso de materiais contendo violência sexual e, mais especificamente, abuso sexual de crianças e pornografia infantil. Embora os problemas da exposição tenham sido bem documentados em países industrializados, pouco se sabe sobre o que acontece em países em desenvolvimento. Um estudo realizado em 2001 em três cidades do Paquistão - Karachi, Lahore e Peshawar - mostrou que muitas crianças são expostas à pornografia em cibercafés. Quase 50% das crianças entrevistadas no estudo relataram ter visitado sites pornográficos e mais de 80% conseguiam citar vários desses sites. As crianças entrevistadas, em sua maioria, residiam em bairros pobres ou eram trabalhadoras.<sup>170</sup>

O aliciamento de crianças através da Internet ou sua preparação para esse propósito (ganhando a confiança da criança para atraí-la a uma situação possivelmente danosa) é difícil de ser com-

## CIBERESPAÇO E CIBERAMEAÇAS - OS DESAFIOS DA INTERNET E DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO

batido em qualquer jurisdição, muito menos através de fronteiras internacionais. Além disso, o fenômeno do cyberbullying está se desenvolvendo paralelamente à proliferação dos telefones celulares.<sup>171</sup> Uma pesquisa realizada no Reino Unido em 2006 demonstrou que mais de uma em cada 10 crianças com idade entre 11 e 15 anos havia sido molestada, sofrido bullying ou vitimizada por meio do envio de mensagens ameaçadoras ou da publicação de informações falsas sobre ela na Internet. Essas ações podem fazer parte de operações complexas envolvendo a manipulação de fotografias tiradas em telefones celulares e convites a usuários anônimos para atacarem vítimas específicas em fóruns na Internet.<sup>172</sup>

Segundo os especialistas, o interesse aparentemente crescente nas imagens de abuso pode estar associado à maneira como o ambiente da Internet permite a expressão do que geralmente não é tolerado em outros ambientes.<sup>173</sup> Por exemplo, no clima geral de redução da inibição propiciado pelo ambiente on-line, os usuários podem alterar o seu humor, recriar a sua imagem, às vezes com representações múltiplas de si próprios, validar e justificar a troca de imagens abusivas com outros, desafiar conceitos de regulação e romper as hierarquias convencionais. Uma pesquisa realizada pela ECPAT sugere que crianças e jovens que não são adequadamente supervisionados pelos pais, que sofrem de baixa auto-estima ou que não têm uma forte figura de influência em suas vidas estão particularmente sujeitas ao risco de conseqüências negativas relacionadas ao uso das ITCs.<sup>174</sup>

A violência na mídia pode dar à criança uma idéia não realista da violência na vida real. Por exemplo, existem evidências de que os filmes de ação podem levar as crianças a acreditar que o corpo humano é muito mais resistente do que realmente é e a subestimar as graves lesões físicas que socos e chutes podem causar. Também há suspeitas de que as idéias sobre violência instiladas pela mídia e a sensação de estar sob ameaça podem predispor alguns indivíduos a recorrer a comportamentos agressivos e destrutivos em situações de estresse ou perigo percebido.<sup>175</sup> Além disso, existe a hipótese de que o acesso à televisão e à Internet tenderia a promover a inveja no consumidor e a acentuar o abismo entre os estilos de vida dos ricos e dos pobres, levando assim a pequenas infrações e atos violentos.<sup>176</sup>

## **CIBERESPAÇO E CIBERAMEAÇAS - OS DESAFIOS DA INTERNET E DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO**

Uma recente meta-análise de estudos científicos examinou os efeitos da violência na mídia sobre crianças com até 18 anos de idade. Concluiu-se que existem "evidências consistentes de que as imagens de violência na televisão, nos filmes, vídeos e jogos de computador têm efeitos substanciais de curto prazo sobre a excitação, os pensamentos e as emoções, aumentando a possibilidade de comportamento agressivo ou assustadiço em crianças pequenas, especialmente meninos". Os efeitos não são claros no caso de crianças mais velhas (inclusive adolescentes) ou no que se refere aos impactos de longo prazo sobre qualquer faixa etária. Os pesquisadores enfatizaram a dificuldade de determinar a cadeia causal e salientaram que a agressão está relacionada a uma ampla gama de fatores. Várias questões permanecem em aberto, como a relação entre a violência na mídia e a criminalidade, ou se os indivíduos com histórico de violência ou predisposição a comportamento agressivo seriam mais suscetíveis que os demais ao efeito da contemplação de imagens violentas. Da mesma forma, pouco se sabe sobre a interação entre as imagens violentas veiculadas pela mídia e os problemas de saúde mental ou os espectadores sob influência de álcool ou drogas.<sup>177</sup>

Durante as Consultas Regionais reunidas para o Estudo, os desafios impostos pelas ITCs à segurança das crianças foram universalmente reconhecidos. A região do Oriente Médio e da África Setentrional salientou a importância do envolvimento do setor privado, inclusive as indústrias do turismo e dos transportes, nas parcerias formadas para lidar com o grave problema do tráfico de mulheres e crianças e do turismo sexual. Dois tipos de exploração sexual de crianças relacionados ao turismo são apontados pela ECPAT Internacional: uma minoria de turistas sexuais com interesse específico em crianças impúberes (pedófilos), e uma maioria de turistas comuns que utilizam os serviços sexuais envolvendo crianças, muitas na metade ou no final da adolescência, que lhes são oferecidos. Os métodos de organização do turismo sexual de crianças mudaram ao longo do tempo. No início, era mais comum que os turistas fizessem contato através de um bordel ou em uma área bem conhecida por essa atividade, mas nos últimos anos passou-se a recorrer à Internet, transformando e multiplicando os riscos da exploração de crianças pelo turismo.<sup>178</sup>

## **CIBERESPAÇO E CIBERAMEAÇAS - OS DESAFIOS DA INTERNET E DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO**

Embora algumas grandes companhias internacionais venham se comprometendo com o "Código de Conduta para Proteger a Criança da Exploração Sexual nas Viagens e no Turismo", a erradicação do tráfico de seres humanos, que inclui o reconhecimento dos vínculos entre o HIV/AIDS e o tráfico, ainda depende de um envolvimento muito mais incisivo por parte dos governos.<sup>179</sup>

Os avanços da tecnologia têm trazido muitos benefícios, mas ainda são necessários esforços para distribuir esses benefícios de maneira mais equitativa, e a proteção das crianças contra o potencial negativo da tecnologia é um sério desafio. A necessidade do foco na prevenção como imperativo absoluto na abordagem da segurança da criança frente às ITCs foi uma mensagem reiterada durante todo o processo do Estudo. Também enfatizou-se a necessidade de maior atenção à condenação de infratores e ao aumento da percepção do público de que as infrações serão punidas, bem como do investimento de mais esforços na diversificação da tecnologia de proteção da criança. O aumento da proteção à criança, paralelamente à expansão do acesso às ICTs, foi especificamente incluído na agenda de Túnis da Sociedade da Informação durante a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação realizada na Tunísia em 2005. A agenda reafirmou a importância de "incorporar políticas e estruturas reguladoras, auto-reguladoras e outras medidas eficazes aos planos de ação e E-estratégias nacionais<sup>180</sup> para proteger a criança e o jovem do abuso e da exploração através das ITCs".

A partir da reunião de especialistas realizada pela ECPAT em Bangkok e também das Consultas Regionais para o Estudo na região do Extremo Oriente e Pacífico e na região do Oriente Médio e África Setentrional, notou-se que ainda não há um consenso entre os países e dentro de cada país sobre definições, leis e percepções do que é aceitável em relação às ITCs e seu conteúdo.<sup>181</sup> Alguns países permitem a veiculação de imagens sexualizadas de crianças na mídia tradicional ou a publicação de imagens de abusos. São necessárias campanhas de apoio a pais e adultos para expandir os seus conhecimentos sobre as ITCs, bem como a supervisão de crianças e jovens que as utilizam. Via de regra, o vasto potencial das ITCs para difundir mensagens positivas e úteis, como ações públicas de advocacy e educação, também é pouco estudado e subutilizado. Adicionalmente, deve-se atribuir maior atenção à adoção de padrões internacionais e nacionais consistentes e intensificar a cooperação internacional para a implementação desses padrões (ver a Tabela 7.3).

"Sob a liderança de Sua Majestade a Rainha Rania da Jordânia, e brotando do trabalho da rede regional árabe da ISPCAN, as barreiras à discussão e ao entendimento da violência contra a criança na nossa região estão se desintegrando. Além do excelente trabalho de conscientização e prestação de serviços às crianças vitimizadas, esperamos expandir nossa abordagem de prevenção da violência contra a criança nos próximos anos."

Dr. Hussein Abdel-Razzak Al Gezairy, Diretor Regional para o Leste do Mediterrâneo, OMS



**TABELA 7.3** - Uso atual da Internet no mundo

	<b>POPULAÇÃO ATUAL NA INTERNET</b>	<b>PORCENTAGEM DE PENETRAÇÃO DA INTERNET</b>
África Setentrional	9.585.000	6,30
África Subsaariana	13.152.000	17
América Latina e Caribe	74.735.188	14
Extremo Oriente	150.173.713	11
Sul da Ásia	58.919.000	4
Sudeste Asiático	52.752.600	9
Ásia Ocidental	9.320.085	8
Oceania	497.550	6
Comunidade dos Estados Independentes	33.301.700	12
Países desenvolvidos	569.056.865	59
<b>Total mundial</b>	<b>972.828.001</b>	<b>15,20</b>

*Fonte: Microsoft (2006). Estatísticas e Tendências Atuais da Internet no Mundo. Encaminhado ao Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança.*

## RESPOSTAS À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA NA COMUNIDADE

Como os desafios enfrentados pelas crianças são multifacetados, os meios que as comunidades utilizam para responder a eles também o são. Embora muitas pesquisas enfoquem o âmbito individual, uma ênfase exacerbada no indivíduo muitas vezes localiza o problema apenas na criança e não examina o contexto maior da família e da comunidade, além de outros relacionamentos. Em termos do modelo ecológico, a comunidade facilita a interação em vários níveis diferentes, e as estratégias e serviços devem incluir atenção ao potencial para prevenção, bem como aos riscos.<sup>182</sup>

Em países de renda média e alta, alguns sistemas de saúde e justiça criminal possuem dados confiáveis e abrangentes sobre mortes violentas e lesões tratadas nas emergências dos hospitais. A análise desses dados demonstrou que os índices de homicídio e de lesões violentas não-fatais em jovens (faixa etária 15 a 18 anos) são particularmente sensíveis a mudanças nos fatores de riscos sociais e comunitários. Entre esses fatores estão a disponibilidade de álcool, o mercado de drogas ilegais, o acesso a armas de fogo, o tipo e a intensidade do policiamento, as oportunidades de ensino e de trabalho e a desigualdade econômica.

Os esforços para impedir a violência praticada pela criança e contra ela no ambiente da comunidade têm sido o assunto de um número considerável de estudos de avaliação de resultados

que têm o objetivo de fornecer evidências científicas sobre a eficácia dos programas. A maioria desses estudos foi conduzida em países de alta renda, e poucos ativeram-se exclusivamente a crianças e adolescentes até 18 anos de idade. A despeito dessas limitações, foram extraídas lições importantes sobre as diferentes políticas e intervenções que podem ser usadas por países de renda baixa e média para impedir a violência contra a criança no ambiente da comunidade. Algumas lições práticas provenientes dos campos da prevenção da violência e da saúde pública sugerem que:

- **Nem todas as estratégias de prevenção funcionam, e certamente não em todas as comunidades.** A base de evidências identifica uma série de estratégias que parecem ser eficazes e um grupo maior que parece promissor, mas requer mais testes. Algumas são ineficazes, e outras de fato parecem piorar as coisas.
- **São necessários esforços de prevenção integrados e contínuos (por mais que isso seja difícil de realizar) que liguem as contribuições dos diferentes setores.** É mais provável que a prevenção efetiva ocorra através de uma série de abordagens coordenadas que integrem estratégias jurídicas, sociais, educacionais e econômicas para reduzir fatores de risco e fortalecer fatores de proteção no âmbito individual, familiar, comunitário e da sociedade, com objetivos de curto e longo prazo.
- **São necessárias abordagens top-down e bottom-up.** Abordagens top-down preventivas, que podem influenciar os riscos e fatores de proteção na sociedade como um todo, devem ser equilibradas com abordagens bot-

tom-up que enfatizem as necessidades locais e atribuam responsabilidade pela prevenção às comunidades.<sup>183</sup>

Com essas lições em mente, a seção a seguir discute estratégias de prevenção da violência contra a criança em ambientes comunitários em quatro níveis do modelo ecológico: indivíduo, família, comunidade e sociedade.

## **NO ÂMBITO INDIVIDUAL E FAMILIAR**

Em conformidade com as evidências de que uma parte significativa da violência adolescente tem suas causas enraizadas nas primeiras experiências de desenvolvimento, os programas dirigidos a bebês e crianças pequenas, seus pais e outros que os influenciem durante o seu desenvolvimento infantil demonstraram estar entre os mais eficazes para prevenir a violência praticada por adolescentes e entre adolescentes. Mais especificamente, as intervenções orientadas para a família e voltadas para a mudança do estilo da criação (aumento da previsibilidade, monitoramento parental e diminuição de métodos parentais negativos) e a melhoria do relacionamento familiar (proximidade, declarações positivas, coesão emocional e clareza nas comunicações) mostram evidências sólidas e consistentes de redução do risco de envolvimento das crianças em comportamentos anti-sociais graves e violência.<sup>184</sup> Quanto mais cedo esses programas são introduzidos na vida da criança, maiores são os benefícios, embora benefícios significativos também tenham sido constatados quando os programas são introduzidos na vida de adolescen-

tes que já foram presos por comportamento violento ou delinqüente.<sup>185,186</sup> (Ver também o capítulo sobre violência contra a criança no lar e na família.)

## **NO ÂMBITO DA COMUNIDADE**

### **Apoio para a educação e a socialização no âmbito da comunidade**

Muitas intervenções individuais e familiares são feitas em ambientes comunitários ou usam recursos da comunidade. As intervenções a seguir fazem parte de dois grupos: as que provaram-se eficazes em alguns cenários e as que são consideradas possuidoras de forte potencial para impedir a violência por meio do apoio à educação e à socialização de crianças sob alto risco.

### **Redução do absenteísmo escolar e retorno dos desistentes à escola**

A educação escolar oferece à maioria das crianças sua segunda fonte mais importante de socialização (depois da família). As pesquisas sugerem que um dos meios mais eficazes de prevenir a violência e o crime entre algumas crianças sob alto risco social é oferecer incentivos para que completem a educação escolar, obtenham treinamento vocacional e busquem educação superior. Comparações entre várias intervenções para reduzir a violência e o crime entre os jovens dos EUA têm constatado sistematicamente que a oferta de incentivo à graduação dos secundaristas é a intervenção mais eficaz e econômica.<sup>187,188</sup>

Os programas realizados nas escolas são uma estratégia importante tanto para despojá-las da cultura das gangues e da violência interpessoal como para prevenir a violência entre jovens na comunidade. No Caribe, um estudo realizado em nove países pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) descobriu que o absenteísmo escolar era um dos fatores de maior risco para o envolvimento de jovens entre 10 e 18 anos com a violência. Os fatores de proteção mais fortes foram a afiliação positiva com a escola, inclusive gostar dos professores, crença religiosa e freqüentar a igreja.<sup>189</sup> O desenvolvimento dessa afiliação pode começar com programas pré-escolares de reforço, que comprovadamente fortalecem as ligações com a escola e familiarizam as crianças desde uma idade precoce com as habilidades sociais e comportamentais necessárias para o sucesso na escola.<sup>190,191,192,193</sup> Alguns estudos de acompanhamento de longo prazo desses programas comprovaram os seus benefícios, como o menor envolvimento com a violência e com outros comportamentos anti-sociais.<sup>194,195,196</sup> A educação escolar de qualidade, que compreende o aprendizado, a promoção da não-discriminação e as atividades de apoio à proteção da criança na comunidade, é um elemento essencial para fomentar um ambiente propício para as crianças (ver o capítulo sobre violência contra a criança na escola e em ambientes educacionais).

### **Oportunidades de aprendizado não-formal**

Crianças com histórico de condições desfavoráveis e provenientes de grupos discriminados têm maior probabilidade de se envolverem em

comportamentos anti-sociais e de serem excluídas da escola ou desistir dela mais cedo. Os programas comunitários podem alcançar essas crianças e reintroduzi-las na educação formal por meio de programas não formais ou de recuperação. Os programas podem colocar crianças com problemas familiares em contato com adultos mentores, o que pode ser uma maneira altamente eficaz de redirecionar as crianças para um caminho de desenvolvimento seguro, não agressivo e de realização pessoal.<sup>197</sup>

**Programas de orientação.** Esses programas podem às vezes combinar crianças ou jovens de alto risco com adultos confiáveis que se importam com elas, como colegas mais velhos, tutores, conselheiros, policiais ou outros membros da comunidade. Esses relacionamentos positivos podem melhorar a freqüência e o desempenho da criança na escola, diminuir a probabilidade de uso de drogas e reparar o relacionamento da criança com os pais.<sup>198,199</sup> Programas desse gênero podem ser especialmente úteis para crianças que fazem parte de minorias ou enfrentam circunstâncias difíceis, como refugiadas ou deslocadas.<sup>200</sup>

**Programas com e para crianças de rua.** Os exemplos incluem centros de acolhida, abrigos e outros lugares seguros onde estão disponíveis adultos de confiança, comida, recursos de higiene, educação e capacitação, além de outros tipos de apoio.

Muitas crianças que freqüentam esses centros já sofreram algum tipo de lesão ou foram traumatizadas pela sua experiência de vida. No entanto, muitos programas educacionais são dirigidos prin-

principalmente às crianças de rua e têm por objetivo assisti-las na sua saída das ruas e no acesso à escola ou treinamento vocacional. Todos esses programas podem ser considerados uma ajuda para conduzir crianças vulneráveis a uma vida segura e oferecer-lhes proteção contra fontes de violência, tanto no sentido imediato como na sua vida futura e nas oportunidades de trabalho.

**Esportes e atividades para jovens.** Essas atividades e outros tipos de lazer estruturado são essenciais para o desenvolvimento da criança. Embora existam poucas pesquisas sobre o assunto realizadas internacionalmente, a opinião geral é de que atividades adequadamente supervisionadas e realizadas na comunidade - desde esportes e clubes para jovens até grupos sociais, culturais e religiosos - podem ser úteis na construção de fatores de proteção, como a autoconfiança, e desenvolver o potencial das crianças para impedir a violência.<sup>201</sup> Crianças e jovens podem também sentir-se atraídos por lugares em que esportes e atividades recreativas são oferecidos juntamente com atividades educacionais e programas de redução da violência. Em geral, os resultados tendem a ser melhores quando esses programas são implementados juntamente com outras estratégias eficazes e não como iniciativas isoladas.

As pesquisas citam várias maneiras em que as atividades realizadas na comunidade podem servir de apoio ao desenvolvimento e à resiliência (capacidade de resistir à pressão para juntar-se a gangues ou cometer violência contra os colegas) da criança, como a orientação e a tutoria, o estímulo ao desenvolvimento da identidade e as oportunidades para interagir com adultos de confiança e modelos positivos de comportamento.<sup>202,203,204</sup>

É importante que haja supervisão adequada e sejam tomadas outras medidas para evitar a violência no contexto das atividades para jovens. Por exemplo, desde meados dos anos 90, países europeus como a França, a Holanda, a Suíça e o Reino Unido vêm adotando medidas para aumentar a proteção da criança no esporte. Em 2000, o Comitê para o Desenvolvimento do Esporte do Conselho da Europa adotou uma resolução abrangente para a prevenção do assédio e do abuso sexual de mulheres, jovens e crianças em esportes recreativos e competitivos. Várias medidas são possíveis, como a adoção de políticas de proteção da criança e códigos de ética, a verificação da ficha criminal de adultos em posição de responsabilidade (técnicos ou treinadores), a conscientização e treinamento de atletas, pais, treinadores e outros, a designação de responsáveis pela proteção da criança em clubes e federações esportivas, a instalação de linhas telefônicas de ajuda e a realização de pesquisas sobre a proteção da criança em questões ligadas ao esporte.<sup>205</sup>

### **Educação baseada em habilidades de vida**

No âmbito dos programas educacionais formais ou não formais, a educação baseada em habilidades de vida pode ser eficaz para reduzir a violência entre os jovens, especialmente como parte de um esforço abrangente.<sup>206,207,208,209,210,211</sup> Com o objetivo de capacitar a criança a adotar comportamentos de autoproteção, a educação baseada em habilidades de vida pode incluir uma ampla variedade de tópicos, como, por exemplo: aprender a evitar a intimidade sexual indesejável; adquirir prática na ela-

"Eu costumava pensar que, por ser menina, não tinha o direito de protestar quanto meninos e homens se comportavam mal comigo. Mas depois que eu me associei ao clube da criança, fiquei sabendo que tenho todo o direito de me sentir segura o tempo todo. Posso me proteger e protestar sempre que alguém tenta me molestar ou cometer algum abuso contra mim. Meu corpo é meu e tenho o direito de protegê-lo."

Menina, 13 anos, Sul da Ásia, 2005 VI

boração e expressão de opiniões; desenvolver habilidades para a solução de problemas e para a negociação, inclusive a solução de conflitos por meios não-violentos; incrementar a interação entre crianças e autoridades comunitárias (incluindo a polícia e o judiciário); aproximá-las dos trabalhadores de saúde e assistentes sociais, além de outros que as crianças precisem saber como abordar.<sup>212,213,214</sup> Esses programas também têm gerado resultados positivos quanto à violência no namoro.<sup>215,216,217,218</sup>

O Projeto Namoro Seguro, nos EUA, foi uma intervenção bem-sucedida na escola que teve por objetivo mudar atitudes em relação à violência no namoro tanto no ambiente escolar como na comunidade. Essa intervenção adotou uma abordagem holística, incluindo adolescentes de ambos os sexos em sessões sobre o papel das normas de gênero e a formação positiva de relacionamentos íntimos. Professores, membros da comunidade e grupos de pais freqüentaram um curso de conscientização de 10 semanas sobre relacionamentos saudáveis e não-saudáveis, papéis de gênero, ataques sexuais e desenvolvimento de técnicas de comunicação para impedir a violência no namoro. Depois de quatro anos, havia evidências significativas de redução da violência física e sexual praticada e sofrida no namoro por adolescentes do grupo da intervenção.<sup>219</sup>

Alguns programas de educação em habilidades de vida são aplicados utilizando como facilitadores pessoas da mesma faixa etária. Crianças e jovens da mesma idade ou mais velhos que o grupo-alvo aplicam programas criados para aumentar e aperfeiçoar conhecimentos, posturas e comportamentos. Embora a participação

ativa de crianças e jovens seja um princípio importante sob o ponto de vista dos direitos, as evidências de que programas facilitados exclusivamente por outras crianças e jovens reduzem a violência são, no mínimo, ambíguas, especialmente quando são aplicados isoladamente de outras estratégias.<sup>220,221</sup> Muitos desses programas carecem de apoio adequado, e aparentemente o nível de apoio necessário para essas iniciativas é alto. Além disso, as crianças e jovens líderes estão constantemente tornando-se "velhos demais" para o papel, amadurecendo e dedicando-se a outras atividades.

## **Prevenção de situações no âmbito da comunidade**

### **Promoção de normas e valores que fomentem o respeito e a solução pacífica de conflitos**

Grandes esforços têm sido realizados para prevenir a violência praticada pela criança e contra ela na comunidade através de campanhas públicas de informação ou prevenção cujo objetivo é mudar atitudes, crenças e normas da comunidade acerca do uso da violência. Foram lançadas campanhas de prevenção da violência com múltiplos componentes para abordar a violência entre os jovens, a violência das gangues, bullying e violência sexual.<sup>222,223,224,225,226,227</sup> As campanhas podem tornar o clima social mais propício para mudanças, porque quebram tabus e geram debates públicos sobre vários assuntos. Entretanto, mudanças duradouras tendem a exigir uma combinação de esforços que não se limita às campanhas. Em geral, esses tipos de campanha parecem ser mais eficazes para aumentar

"A violência contra a criança tem custos incalculáveis para as gerações presentes e futuras e afeta o desenvolvimento humano. Reconhecemos que praticamente todas as formas de violência estão ligadas a papéis e desigualdades de gênero solidamente estabelecidas, e que a violação dos direitos da criança está ligada à situação da mulher."

Declaração Africana sobre a Violência contra Meninas, 2006 VII

7

conhecimentos e promover a conscientização, além de provocar mudanças nas normas sociais em relação a alguns tipos de violência e relações de gênero. Algumas campanhas levaram a um aumento das denúncias de delitos sexuais.<sup>228</sup> Mas essas campanhas, quando implementadas isoladamente, não provocaram mudanças consistentes de comportamento ou uma redução da violência.

### **Reforma da polícia e treinamento comunitário**

Nos lugares em que a "cultura" da polícia é extremamente negativa e discriminatória em relação às crianças e jovens, a violência física e sexual - entre outros abusos dos seus direitos humanos - pode ser uma ocorrência rotineira e totalmente impune. Frequentemente a violência não é dirigida contra todas as crianças, mas contra grupos específicos, como crianças e jovens carentes ou de rua, refugiados, retornados ou jovens deslocados internos. Nesses casos, as forças policiais devem ser sensibilizadas com relação aos direitos humanos em geral, e aos direitos e questões de proteção da criança em particular, no contexto geral de reformas sistêmicas.

Com treinamento e motivação, a polícia pode assumir um papel ativo como propiciadora de mudanças positivas na vida da criança, em vez de ser um de seus agressores citados com mais frequência. Em Mumbai, na Índia, por exemplo, a melhoria das relações entre a polícia e crianças que trabalhavam no setor informal levou à contratação de algumas das crianças mais velhas como assistentes de controle de tráfego nos horários de pico.<sup>230</sup>

O Consórcio para as Crianças de Rua realizou uma pesquisa internacional sobre programas de treinamento da polícia em direitos da criança no mundo todo. O Consórcio documentou programas de treinamento dirigidos à redução da violência contra a criança moradora de rua em um grande número de países, a maioria sob os auspícios de ONGs, com a cooperação de autoridades locais e algum apoio de doadores. Tendo identificado várias boas práticas, o Consórcio preparou um manual para esse tipo de treinamento. O Consórcio comentou: "Mudanças generalizadas, consistentes, de longo prazo e sustentáveis só serão possíveis quando os direitos e a proteção da criança forem formalmente reconhecidos e incluídos nos cursos, manuais e acordos de colaboração oficiais".<sup>231</sup>

Entretanto, o treinamento de policiais provou ser, via de regra, ineficaz para mudar o comportamento da polícia quando não é acompanhado ou reforçado por iniciativas de mudança da postura e da cultura organizacional.<sup>232</sup> Quanto aos profissionais de saúde, o treinamento frequentemente propicia mudanças de curto prazo em termos de conhecimentos e conscientização, mas essas mudanças são difíceis de traduzir em mudanças de comportamento ou de práticas.<sup>233,234,235,236</sup> O potencial dos esforços de treinamento para a redução da violência contra a criança aumenta quando eles fazem parte de uma estratégia mais ampla que inclui reformas legislativas e mudanças de postura. Outras maneiras potenciais de evitar a violência policial incluem o aumento do número de policiais femininas, a implantação de mecanismos independentes de denúncia e melhorias salariais e de status dos policiais.

"As crianças enfrentam o fogo cruzado do ódio e da fúria de dois grupos: delinquentes locais e forças policiais (um fenômeno bastante global), o que intensifica o sentimento de impotência nas comunidades mais carentes e, entre os jovens, reforça a idéia de que o uso da violência é aceitável e, novamente, algo bastante difundido."

Nancy Cardia, Conselho Editorial do Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança

## FALANDO MAIS ALTO EM UGANDA

Mais de 1.400 crianças foram pesquisadas em cinco distritos de Uganda em 2004 e 2005. As pesquisas abordaram os vários tipos de violência a que as crianças estavam sujeitas no lar, na escola e na comunidade, como elas se sentiam com relação a isso e quais eram suas opiniões sobre uma infância sem violência. Também foram incluídos quase 1.100 adultos, que forneceram suas percepções sobre castigo e disciplina, maus-tratos e também como se sentiam com relação a essas questões. A pesquisa alimentou uma campanha de advocacy baseada em evidências, lançada em 2006 e voltada para a proteção e promoção do direito da criança de viver sem violência. O objetivo desses esforços foi estimular o debate público e destruir as barreiras à ação. A campanha foi uma contribuição importante para a iniciativa do Ministério da Educação e do Esporte de banir todos os castigos corporais nas escolas de Uganda.<sup>229</sup>

### Responsabilização e acesso à justiça

A violência e a corrupção do Estado são dois fatores diretamente associados à violência na comunidade. A confiança da comunidade nos sistemas locais de segurança e justiça é de suma importância para a eficácia das políticas públicas. Os instrumentos jurídicos internacionais enfatizam a importância de garantir a responsabilização e o acesso à justiça na consecução das obrigações de direitos humanos.

Além de melhorar o treinamento e reformular a aplicação das leis em geral, garantindo também que tudo funcione de acordo com as normas internacionais, é fundamental garantir que haja monitoramento independente e uma investigação completa de todos os casos de violência praticada pelo Estado. A garantia de responsabilização do Estado, uma importante obrigação do respeito aos direitos humanos, é também crucial para gerar confiança e aumentar a eficiência das políticas de segurança. A impunidade para per-

petradores de violência policial contra crianças de rua muitas vezes permite que esse tipo de abuso continue. Muitos policiais que cometem atos de violência contra a criança nunca são investigados ou condenados. É preciso implantar mecanismos para garantir que a polícia e outras categorias responsáveis pela segurança, quando implicados em atos de violência contra a criança, sejam imediatamente investigadas e plenamente responsabilizadas. O estabelecimento de mecanismos permanentes, como ouvidorias ou conselhos civis de supervisão da polícia, que recebam e investiguem de forma independente casos de violência praticada pelas forças de segurança, é um reforço importante para garantir a atribuição de responsabilidades.

Também são necessárias medidas especiais para garantir o acesso à justiça por todas as comunidades, especialmente aquelas que são afetadas pela pobreza e por altos níveis de atividade criminosa. É essencial franquear o acesso à assistência jurídica independente e qualificada quando necessário. Também podem ser estabeleci-

"Líderes e comunidades religiosas estão bem posicionados para enfrentar a violência contra a criança e mitigar o seu efeito devastador. A Religiões pela Paz ajuda as várias comunidades religiosas do mundo a se unirem, recorrendo à sua força moral coletiva para pôr um fim à violência contra a criança no lar e na sociedade."

Dr. William F. Vendley, Secretário Geral, Conselho Mundial de Religiões pela Paz

7

dos mecanismos para facilitar o acesso de grupos marginalizados à justiça, variando de serviços especiais nos tribunais à implementação de serviços especiais que facilitem a mediação de pequenos conflitos nas comunidades.

### **Organizações comunitárias contra o tráfico**

Atividades de âmbito comunitário podem ser eficazes na prevenção do tráfico, particularmente quando realizadas em cooperação com a polícia e outras autoridades. Na África Oriental, os sistemas comunitários de guarda e vigilância tiveram algum sucesso na prevenção do tráfico de crianças e de infrações à legislação sobre o trabalho infantil. Por exemplo, em Benin, comitês de aldeias apoiados pela administração provincial têm ajudado a reduzir o tráfico de crianças educando as famílias sobre os seus perigos e trabalhando com a polícia quando uma criança da aldeia desaparece.<sup>237</sup>

No estado de Andhra Pradesh, no sul da Índia, outro exemplo é a Sociedade de Ajuda ao Empoderamento e à Educação Rural (STHREE), estabelecida em 1998 para lidar com o tráfico de mulheres e crianças de áreas rurais. A STHREE enfatiza o papel da comunidade e apoiou a formação, nas comunidades, de Grupos de Auto-Ajuda (GAA), Comitês Anti-Tráfico (CATs) e um Comitê Móvel de Estradas (CME). Quando são informados que uma mulher ou menina recebeu oferta de trabalho fora da comunidade, os CATs locais solicitam a verificação do nome, endereço e telefone de contato do empregador. No caso de mulheres ou meninas que são enviadas para o Kuwait ou para

o Golfo, os CATs tentam conferir a situação do visto, ajudam a educar as comunidades sobre detalhes do pagamento esperado e divulgam casos de aldeões que foram ludibriados. Enquanto os CATs e o CME trabalham diretamente para impedir o tráfico de meninas e mulheres da região, os GAAs trabalham nas causas subjacentes do tráfico por meio de atividades educacionais e de conscientização, bem como pela oferta de opções viáveis de sustento para membros da comunidade. Uma avaliação conduzida pelo UNICEF em Andhra Pradesh concluiu que o número de meninas/mulheres traficadas na área do projeto diminuiu entre 2000 e 2004. A STHREE também conseguiu resgatar meninas e mulheres de lugares tão distantes quanto Delhi, Pune e Mumbai, ajudando as famílias ou os CATs a registrar ocorrências na polícia e acompanhando os casos junto à polícia com a ajuda de redes de ONGs em outros estados.<sup>238</sup>

Outras iniciativas importantes para reduzir a vulnerabilidade das crianças ao tráfico concentram-se em atenuar as pressões econômicas enfrentadas pelas famílias em situação difícil. Na Albânia, a Cooperação do Governo Suíço para o Desenvolvimento financia treinamento vocacional para jovens sob risco de serem traficados, dotando-os de qualificações buscadas pelo mercado para que encontrem trabalho perto de casa. Nos países do Mekong, a OIT-IPEC apoiou subvenções para microcrédito, treinamento vocacional, colocação no mercado de trabalho e desenvolvimento de pequenos negócios para famílias em situação de risco. Todas essas iniciativas reforçam os mecanismos de adaptação das famílias e dos adolescentes e reduzem a probabilidade de que precisem abandonar suas comu-

nidades em busca de trabalho duvidoso ou caíam na rede de recrutadores que exploram o seu desejo de melhorar de situação.<sup>239</sup>

### **Oferta de ambientes físicos seguros**

Como foi discutido anteriormente, há evidências consideráveis de que existe uma relação entre o ambiente físico e a violência, particularmente no meio urbano. Várias medidas podem ser adotadas para modificar o ambiente físico das comunidades de modo a reduzir o risco de violência sofrida e praticada pelas crianças. Isso inclui a melhoria da iluminação pública, reduzindo o número de locais "cegos" (becos, passarelas subterrâneas, etc.) onde a violência pode ser praticada sem ser vista e criando rotas seguras para as crianças no caminho entre a casa e a escola ou outras atividades da comunidade. Em lugares como favelas e campos de refugiados, deve-se enfatizar a criação de rotas seguras até os pontos comunitários de coleta de água, chuveiros e sanitários.

Em um nível mais fundamental e de longo prazo, devem ser realizados esforços para expandir a infra-estrutura básica (escolas, serviços de saúde etc.) e habitacional em ambientes urbanos superpopulados e carentes. Uma série de abordagens é possível. Alguns especialistas afirmam que a abordagem mais eficaz para lidar com um alto grau de superpopulação em áreas urbanas carentes é desconcentrar a moradia sempre que possível, mudar as normas locais para permitir um uso mais lógico do espaço e aumentar a qualidade do entorno.<sup>240</sup> Ao mesmo tempo, devem ser feitos esforços para melhorar os recursos inadequados do bairro, como a

falta de locais para banho e lavagem de roupa, de banheiros, de áreas de recreação para as crianças e de instalações comunitárias como creches e quadras de esportes.

Do ponto de vista político, algumas dessas ações podem ser difíceis de realizar se as autoridades municipais estiverem relutantes em promover melhorias em assentamentos urbanos "ilegais" por temer de que isso seja encarado como um incentivo à migração da zona rural para a zona urbana. Nesses casos, pode ser necessário um esforço considerável de advocacy para convencer as autoridades sobre a necessidade dessas abordagens, do ponto de vista tanto dos direitos humanos (ou seja, a necessidade de moradia decente e comunidades saudáveis) como do objetivo concreto da redução da violência. A ação de advocacy também deve ser dirigida a profissionais que assessoram as autoridades e executam o trabalho, como arquitetos, urbanistas e engenheiros, poucos dos quais talvez estejam cientes do impacto das condições de vida sobre o desenvolvimento da criança. Nesse particular, a Iniciativa Cidades Amigas da Criança (ver quadro) oferece uma ferramenta útil para mudar atitudes e colocar as necessidades da criança no centro da agenda urbana.

### **Serviços para vítimas da violência**

**Aperfeiçoar os sistemas de atendimento pré-hospitalar e os serviços médicos de emergência.** Ao contrário da maioria dos outros cenários abordados neste relatório, a violência cometida pelas crianças e contra elas na comunidade inclui uma maioria de ataques envolvendo armas de fogo, facas e outras armas. Conseqüentemente, essa vio-

## CRIAÇÃO DE CIDADES AMIGAS DA CRIANÇA

A Iniciativa Cidades Amigas da Criança (ICAC) foi lançada em 1996 para realizar ações baseadas na resolução aprovada durante a segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), tornando as cidades habitáveis e colocando as "crianças em primeiro lugar". A Conferência declarou que o bem-estar da criança é o indicador supremo de um habitat saudável, de uma sociedade democrática e da boa governança.

Todas as crianças que moram em cidades têm o direito de acessar serviços básicos e gozar de oportunidades de desenvolvimento. A ICAC defende a adoção de abordagens de governança e gestão urbana participativa que promovam a realização dos direitos dos jovens cidadãos. Em consonância com a CDC, ela desafia as cidades a reformular a maneira como enxergam a si próprias, seus serviços, suas amenidades e a qualidade de vida que proporcionam.

Na prática, o movimento Cidades Amigas da Criança já levou jovens cidadãos a participar da tomada de decisões municipais e ajudar planejadores a criar "a cidade que eles querem". Foram elaborados indicadores de qualidade para medir esses avanços com base em metas orientadas para a criança. Uma Secretaria Internacional para Cidades Amigas da Criança foi criada em 2000 no Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF em Florença, na Itália.

Fonte: UNICEF (2006). Cidades Amigas da Criança. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF. Disponível em: <http://www.childfriendlycities.org>.

lência é a maior causadora de homicídios na faixa etária de 0 a 18 anos e responde por uma proporção significativa dos casos de incapacitação física e mental prolongada em crianças que sobrevivem a lesões graves e violentas.

Portanto, os esforços para aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e os serviços médicos de emergência são, inquestionavelmente, de grande valia para reduzir a proporção de óbitos e as deficiências resultantes da violência na comunidade. Esses esforços devem estar ligados a uma série de serviços de apoio para a reabilitação física e psicológica das crianças depois que

suas necessidades médicas imediatas tiverem sido atendidas (ver quadro).

**Serviços de recuperação, reintegração e reabilitação.** Crianças expostas a eventos violentos e traumáticos podem precisar de uma série de serviços, como reabilitação física, aconselhamento e acompanhamento por assistente social para auxiliar na reintegração social. Nos casos de violência doméstica, tráfico ou trabalho sexual, o uso de "casas seguras" ou abrigos pode ser necessário; no entanto, é importante que esses abrigos cuidem das necessidades tanto das crianças como de suas mães ou responsáveis. Um aspec-

to importante para gerar confiança na comunidade e garantir a prestação do atendimento é divulgar amplamente os pontos de acesso a esses serviços, particularmente entre grupos vulneráveis. Os Centros Thuthuzela, na África do Sul, são um exemplo recente da importância da integração de serviços relevantes e diversificados que sejam prestados com maior rapidez e qualidade.

Embora haja um temor freqüente de que as crianças envolvidas com grupos armados que cometeram atos de violência durante um conflito possam continuar a praticar atos de violência na comunidade após o término do conflito, as pesquisas indicam que a realidade não é necessariamente assim. Um estudo longitudinal envolvendo crianças ex-combatentes em Moçambique mostra que, quando têm acesso a serviços de reabilitação e são aceitas de volta em suas famílias e comunidades, elas tornam-se adultos produtivos, responsáveis e atenciosos depois de receber a atenção necessária por parte dos profissionais envolvidos com a proteção à criança por ocasião da desmobilização. Os componentes importantes de uma reabilitação bem-sucedida incluíam a assistência por adultos que pudessem ser vistos como modelos a serem emulados, práticas tradicionais como os rituais de limpeza, oportunidades educacionais, programas de aprendizado, projetos de geração de renda e fornecimento de sementes e ferramentas.<sup>243</sup>

**Serviços de denúncias.** Serviços de denúncia que não apenas estejam disponíveis, mas também sejam acessíveis a crianças e jovens, podem ser um elemento crítico de uma abordagem abrangente de proteção à criança. A proteção da confidencialidade e a oferta de um serviço de alta qualidade também são importantes. Esses sistemas também podem, de forma coordenada, franquear o acesso ou encaminhar as vítimas a profissionais treinados e cuidar do seu encaminhamento a assistentes sociais, profissionais de saúde ou à polícia, conforme necessário.

Um mecanismo cada vez mais popular no ambiente comunitário é a linha de ajuda à criança, um serviço telefônico que conecta crianças necessitadas de assistência e proteção a serviços e recursos. Em 2003, estima-se que cerca de 11,3 milhões de telefonemas tenham sido recebidos por linhas de ajuda à criança. As razões para as crianças telefonarem incluem pedidos de intervenção em crises, reabilitação, aconselhamento ou apenas a necessidade de conversar com alguém. Aproximadamente 9% dos telefonemas estavam relacionados a abusos e violência, enquanto um número significativo de chamadas originou-se de crianças que estavam sendo exploradas comercialmente, inclusive crianças forçadas a trabalhar como mendigas ou envolvidas com trabalho infantil ligado à servidão por dívida.<sup>245</sup>

"A violência contra a criança tem que parar agora. Todos os países podem exercer uma liderança mais proativa nessa área, aumentando os recursos para a proteção da criança, assegurando que as escolas sejam espaços amigos da criança, aumentando a vigilância da comunidade contra a violência e eliminando o estigma que persegue as crianças afetadas pelo HIV/AIDS."

Cecílio Adorna, Representante do UNICEF, Índia



## **AVALIAÇÃO DA SENSIBILIDADE DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA NA ANTIGA REPÚBLICA IUGOSLAVA DA MACEDÔNIA**

Um estudo realizado na antiga República Iugoslava da Macedônia usou métodos quantitativos e qualitativos para avaliar a sensibilidade do sistema de proteção da criança à violência contra a criança, com foco especial nos mecanismos formais de encaminhamento e outros que promovem a coordenação dentro do sistema de proteção da criança.

Foram entrevistados informantes importantes em 277 instituições, compreendendo pessoas dos centros de assistência social, dos centros para vítimas da violência, de escolas, delegacias, hospitais, instituições residenciais para crianças sem cuidados parentais e centros correccionais e de detenção.

O estudo-piloto revelou que apenas poucos casos de violência contra a criança haviam sido oficialmente relatados pelos prestadores de serviços num período de 12 meses. As conclusões também apontaram a falta de critérios e procedimentos oficiais para registrar casos de violência ou de um sistema oficial de encaminhamento para uso de todas as instituições que lidam com proteção à criança. Além disso, as conclusões revelaram que as leis e mecanismos de coordenação entre as instituições eram insuficientes, assim como o monitoramento e a avaliação da qualidade dos serviços prestados.

A avaliação recomendou o fortalecimento do sistema de proteção da criança, compreendendo o reforço da estrutura legislativa, para delinear claramente as responsabilidades dos vários órgãos e instituições que lidam com a proteção da criança, e a estipulação das condições de coordenação entre essas instituições; o estabelecimento de mecanismos de coordenação entre instituições que lidam com a proteção da criança; a criação de diretrizes e protocolos oficiais para regular o encaminhamento de casos e as ações a serem realizadas; o treinamento de profissionais para lidar com a violência contra a criança; e o estabelecimento de novos centros para crianças vítimas da violência.

Sem uma avaliação como essa, guiada por padrões internacionais ligados aos direitos das crianças, torna-se difícil para os governos identificar as principais áreas que requerem ação e tornar todas as partes do sistema eficazes e responsáveis pela qualidade dos serviços prestados.<sup>244</sup>

## **CENTROS DE ASSISTÊNCIA THUTHUZELA DA ÁFRICA DO SUL: SERVIÇOS INTEGRADOS PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

Os Centros de Assistência Thuthuzela oferecem uma resposta integrada em um só lugar às altas taxas de violência contra mulheres e crianças na África do Sul e são cada vez mais citados como exemplos de boas práticas. O objetivo do modelo Thuthuzela - a palavra significa "conforto" no idioma Xhosa - é reduzir traumas secundários para a vítima (ou seja, resultantes das ações policiais, jurídicas, médicas ou outras), aumentar os índices de condenação dos agressores e reduzir o tempo decorrido desde a ação impetrada até a sua finalização. Sua abordagem integrada de assistência às vítimas de estupro baseia-se no respeito e no conforto, cuidando da restauração da dignidade por um lado e na garantia de justiça por outro. As vítimas que chegam às delegacias não precisam mais prestar depoimento até que sejam transportadas em ambulância, por equipe médica especialmente treinada, para o Centro Thuthuzela, onde são examinadas por médicos e enfermeiras, recebem aconselhamento e têm a oportunidade de tomar banho de chuveiro ou banheira. Depois disso, e somente quando a vítima está pronta, ela começa a fazer sua declaração. Ao final, ela é transportada para casa e vários serviços de acompanhamento também lhe são oferecidos, inclusive o teste de HIV.

Os centros Thuthuzela estão localizados em hospitais públicos nas comunidades em que a incidência de estupros é particularmente alta e trabalham em estreita cooperação com Tribunais de Delitos Sexuais especializados nas proximidades, contando com promotores, assistentes sociais, agentes investigadores, magistrados, profissionais de saúde e policiais. Embora sujeitos a dificuldades financeiras, os centros vêm se esforçando para tornarem-se mais "amigos da criança", usando ferramentas como cartazes, desenhos e bonecas anatomicamente corretas para ajudar a preparar as crianças para depoimentos em tribunais, caso isso seja necessário.<sup>241</sup> Com as melhorias introduzidas pelos centros Thuthuzela no processo de notificação e processo por estupro e outros crimes sexuais, as taxas de condenação dos criminosos estão aumentando. O Governo da África do Sul está trabalhando para ampliar a escala desse modelo e pretende ter 80 centros em funcionamento até 2010.<sup>242</sup>

## **AMPLIANDO O ACESSO ÀS LINHAS DE AJUDA**

A Child Helpline International (CHI) é uma rede global que congrega linhas de ajuda do mundo todo. Estabelecida em 2001, contava com 78 redes associadas no final de 2005. O maior aumento no número de associados deu-se entre os países em desenvolvimento. A rede global oferece apoio às linhas de ajuda existentes e aos países interessados em implantá-las, tendo defendido ativamente a implantação desses serviços pelos países. Em 2005, a Agenda de Tunis da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação fez um apelo a todos os países para que tivessem um número local, de fácil memorização e gratuito para o qual as crianças pudessem telefonar.<sup>247</sup> A CHI também está ampliando seus serviços para a Internet, oferecendo um serviço de aconselhamento on-line chamado Chiworld ([www.chiworld.org](http://www.chiworld.org)). Esse site é um portal multilíngüe para as linhas de ajuda nos países-membros, voltado para crianças que optaram por não usar o telefone mas ainda assim precisam de assistência e proteção (ver a Figura 7.3).<sup>247</sup>

## NO ÂMBITO DA SOCIEDADE

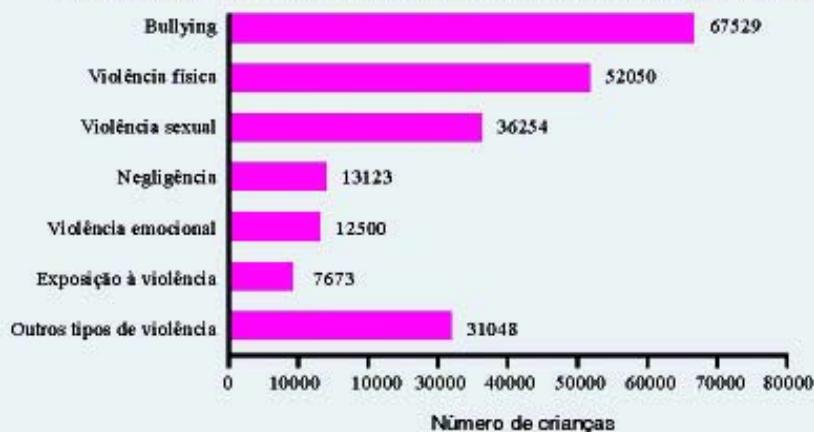
As intervenções no âmbito da sociedade podem ter um peso significativo sobre a prevenção e a redução da violência interpessoal ou sobre o limite de tolerância e estímulo à violência.<sup>248</sup> Por essa razão, a prevenção da violência entre os jovens deve ser incluída nas áreas decisórias de "nível macro", como estratégias nacionais para a redução da pobreza, políticas setoriais para reduzir a vulnerabilidade social, políticas de reforma e descentralização administrativa do governo local, extensão e melhoria de serviços de saúde, educação e infra-estrutura comunitária, bem como iniciativas específicas para o avanço dos direitos da mulher e da criança. Os mecanismos pelos quais essas políticas são adaptadas e implementadas no âmbito local, através de abordagens comunitárias ou em grupos, requerem um exame cuidadoso.

## Oportunidades econômicas e igualdade

Dois dos problemas mais críticos que afetam diretamente os jovens, particularmente em cenários de alto risco, são o acesso a oportunidades positivas de sustento e a possibilidade de mobilidade social por meios não-criminosos. Quando os jovens sentem que têm uma participação pessoal na construção de um ambiente seguro e que suas aspirações pessoais são realizáveis dentro da lei, a frustração pessoal e a tensão social que alimentam a violência tendem a ser consideravelmente atenuadas. Portanto, é necessário desenvolver uma estrutura de políticas públicas, econômicas e sociais que priorize o crescimento, a igualdade e a sustentabilidade no uso de recursos naturais e humanos, mitigando ou anulando os déficits de segurança e assistência social que têm surgido.<sup>249</sup>

**FIGURA 7.3**

Análise da violência denunciada através da Child HelpLines (global)



Fonte: Child Helpline International (2005). Encaminhado para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança. Amsterdã, Child Helpline International.

Existem algumas evidências de que as políticas de redução da concentração da pobreza em zonas urbanas - por exemplo, aumentando as oportunidades de emprego e educação - possam ser eficazes para reduzir o comportamento violento dos jovens.<sup>250</sup> Por exemplo, em um estudo pioneiro realizado nos EUA, os jovens de famílias que receberam auxílio-moradia e ajuda para sair de bairros carentes tinham probabilidade significativamente menor de exibir comportamento violento do que aqueles que não receberam esse tipo de apoio.<sup>251</sup>

A demonstração sólida e inequívoca da existência de uma relação estreita entre altos índices de desigualdade econômica e aumento dos índices de homicídio entre adolescentes e jovens adultos indica que as políticas que reduzem a desigualdade econômica ou minimizam seus efeitos podem ser muito úteis na prevenção desse tipo de violência. Isso parece ter especial relevância em se tratando de homens, uma vez que as pesquisas indicam que a relação entre desigualdade econômica e homicídio é muito mais forte no sexo masculino que no feminino.<sup>252</sup>

### **Redução do acesso ao álcool e às drogas ilegais**

As intervenções que reduzem o acesso ou aumentam o preço do álcool, comprovadamente, reduzem tanto os níveis de consumo quanto os índices de violência entre jovens na comunidade. Em Diadema, no Brasil, a proibição da venda de álcool após as 23:00h ajudou a evitar um número estimado em 273 assassinatos (em todas as faixas etárias) durante um período de dois anos.<sup>253</sup> Em algumas partes dos EUA, a restrição

do acesso de crianças ao álcool reduziu o número de infrações por perturbação da ordem entre os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos.<sup>254</sup> Por outro lado, o fim de um programa antiálcool que restringiu o fornecimento de bebidas alcoólicas em meados dos anos 80, paralelamente à crise sócio-econômica que se seguiu à queda da União Soviética, resultou em um aumento notável nos homicídios entre russos com menos de 20 anos de idade no início dos anos 90.<sup>255,256</sup>

Existem também evidências de que os programas que modificam o hábito de beber entre pares e outras normas sociais podem reduzir o consumo prejudicial de álcool entre os jovens e, portanto, podem ser úteis para reduzir a violência relacionada ao álcool. A modificação dos locais onde as pessoas bebem, como bares e clubes, pode ser eficaz. Por exemplo, é possível criar ambientes menos propícios à violência melhorando o desempenho da gerência e dos funcionários através de programas de treinamento, implementando códigos de boas práticas e aplicando rigorosamente a legislação que regula a venda de bebidas alcoólicas.<sup>257,258,259</sup> Em ambientes noturnos maiores, a presença de grandes números de indivíduos embriagados no final da noite aumenta a possibilidade de confrontos violentos.<sup>260</sup> Constatou-se que intervenções como a oferta de transporte noturno seguro, a melhoria da iluminação pública e o uso de circuitos fechados de televisão ajudam a reduzir a violência relacionada ao álcool nas imediações de recintos autorizados a vender bebidas alcoólicas.<sup>261</sup>

Uma proporção significativa do álcool consumido por muitas sociedades de renda bai-

xa a média é produzido em casa ou vendido em estabelecimentos não autorizados.<sup>262</sup> Por exemplo, estima-se que 80 a 90% das lojas de bebidas da África do Sul não tenham autorização para funcionamento. Nessas circunstâncias, o aumento do preço do álcool pode ser menos eficaz que outras abordagens, como leis que regulem a idade mínima para a compra de bebidas alcoólicas e esforços para regularizar as lojas de bebidas.

### **Redução do acesso e da demanda por armas**

Como foi descrito anteriormente, o acesso a revólveres e outras armas letais é um fator crucial para os homicídios e lesões graves de crianças em muitas comunidades. As intervenções para reduzir o acesso às armas incluem a proibição de certos tipos de armas de fogo, a imposição de períodos de espera para a compra de armas, a recompra de armas, a adoção de regras para o licenciamento e registro de armas de fogo, o policiamento mais rigoroso do porte ilegal e do tráfico de armas e o estabelecimento de regras para a guarda segura. Em muitos lugares, reconhece-se cada vez mais a necessidade de abordar também o porte e o uso de armas brancas.

Até hoje, relativamente poucas intervenções para reduzir o acesso a armas letais continham componentes de avaliação suficientemente rigorosos para permitir que fossem extraídas conclusões quanto ao seu impacto sobre os índices de homicídios,<sup>263</sup> ou, mais especificamente, para identificar os impactos sobre a criança. Entretanto, al-

guns exemplos adequadamente avaliados da Austrália e da Colômbia sugerem que a redução do acesso e da demanda por armas letais pode ser um meio eficaz de impedir a violência cometida por crianças e contra elas na comunidade.<sup>264,265</sup> O quadro a seguir descreve como uma combinação de intervenções para impedir o porte de armas de fogo em público e para reduzir o consumo de álcool ajudou a baixar os índices de homicídios em Cali, na Colômbia.

### **Redução da exposição à violência na mídia**

A prevenção da veiculação da violência contra a criança nos meios de comunicação exige cooperação nos níveis individual e comunitário, mas também o desenvolvimento de estratégias nacionais. Muitos colaboradores do Estudo sugeriram o uso de campanhas educativas para informar crianças e pais sobre a violência veiculada e cometida nos meios de comunicação de massa, abordando particularmente os riscos e o comportamento seguro na Internet. Outras estratégias dirigidas especificamente à Internet incluem a criação de organizações fiscalizadoras que monitorem sites ofensivos, além da regulamentação e auto-regulação do setor. Também é necessário melhorar a aplicação da lei, o que inclui a instauração de processos criminais contra pessoas que usam a Internet para causar danos às crianças, o monitoramento de infratores conhecidos após a sua condenação, o uso de programas que impeçam as pessoas de tornarem-se infratores e o tratamento dos infratores.<sup>267</sup>

## ARMAS DE FOGO, BEBIDAS ALCOÓLICAS E PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS EM CALI

O uso de estratégias baseadas em evidências para reduzir fatores de riscos situacionais é ilustrado pela cidade colombiana de Cali. Entre 1985 e 1992, os índices de homicídios na cidade quintuplicaram, atingindo o nível de 100 homicídios para cada 100.000 pessoas. Como resposta, a cidade estabeleceu o Programa Desenvolvimento, Segurança e Paz (DESEPAZ) em 1992 para implementar estratégias de prevenção da violência e aumento da segurança dos habitantes.

Um passo importante foi a criação de um sistema de vigilância interagências para identificar padrões e fatores determinantes de homicídios na cidade. Entre outras fontes importantes de informações, os dados da vigilância mostraram que o índice de homicídios entre homens na faixa etária de 15 a 19 anos era de 250 para cada 100.000 pessoas, que 79% de todos os homicídios eram cometidos com o uso de armas de fogo, que as concentrações de álcool no sangue em 23% dos casos excediam os limites permitidos para dirigir e que os homicídios estavam concentrados em áreas específicas da cidade, particularmente nas áreas mais pobres. Os homicídios eram mais comuns nos fins de semana, particularmente quando coincidiam com os dias de pagamento quinzenal.

Essas informações subsidiaram o desenvolvimento das políticas e programas de prevenção do DESEPAZ, que tiveram o total apoio do governo municipal. Entre outras iniciativas, o prefeito impôs restrições ao horário de venda de bebidas alcoólicas e proibiu o porte de armas em público durante os fins de semana de alto risco, feriados e dia de eleições. Embora a restrição de recursos tenha permitido apenas a aplicação intermitente de todas as intervenções, as avaliações realizadas mostraram sinais claros de sucesso. O índice de homicídios caiu 14% quando a proibição do porte de armas em público foi aplicada com rigor. Entre 1994 e 1997, o índice de homicídios em Cali caiu 30%, passando de 124 homicídios para 86 a cada 100.000 habitantes. Além disso, houve uma forte mudança da opinião pública em Cali, que passou de uma postura passiva com relação à violência para uma demanda estridente por mais ações de prevenção.<sup>266</sup>

"A adoção de uma abordagem baseada em evidências para impedir a violência contra a criança é essencial para o sucesso a longo prazo. Portanto, deve-se atribuir prioridade à expansão dessa base de evidências por meio do apoio a estudos científicos que meçam a eficácia de programas de prevenção em todos os lugares, especialmente nos países de média e baixa renda, onde o problema é maior."

Dra. Catherine Le Galès-Camus, Diretora-Geral Assistente, OMS

7

## A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA EM TODAS AS ESFERAS

Pesquisas demonstram que o silêncio é a resposta quase universal de crianças que sofrem abusos.<sup>268</sup> Nessas circunstâncias, são necessários esforços especiais para que elas sintam-se suficientemente seguras para falar sobre incidentes violentos. Os sistemas do governo local podem desempenhar um papel importante nesse sentido: seja no contexto de sistemas centralizados, descentralizados ou privatizados, é necessário que eles incorporem as opiniões das próprias crianças e jovens. Um projeto do Conselho da Europa sobre a inclusão social de jovens concluiu que o empoderamento genuíno da juventude era fundamental para desenvolver estratégias de vizinhança voltadas para a prevenção da violência.<sup>269</sup> A cria-

ção de associações ou grupos de apoio para grupos específicos, como crianças de rua ou sobreviventes de abuso infantil, com o objetivo de desenvolver uma identidade comum e um senso de solidariedade sobre as questões que as afetam, pode ser uma experiência de empoderamento. Isso pode ser a mola propulsora para que elas executem ações voltadas para os seus próprios objetivos, o que inclui a defesa de outros direitos da criança e a realização de atividades conjuntas em nome de outras crianças vulneráveis sujeitas a abusos domésticos, risco de casamento infantil, discriminação ou exclusão da escola.<sup>270</sup>

A participação é, portanto, um princípio fundamental a ser aplicado em todos os esforços de prevenção e erradicação da violência praticada contra a criança e pela criança na comunidade.

## COLETA DE DADOS E PESQUISA

Como em todas as arenas da violência analisadas pelo Estudo, existe uma necessidade urgente de dados mais confiáveis e precisos e de pesquisas adicionais, particularmente nos países e regiões em desenvolvimento. É preciso colocar em funcionamento, nos setores de saúde e justiça criminal, sistemas que coletem e monitorem esses dados com atenção à idade e ao gênero dos agressores e das vítimas. As fontes de dados incluem certificados de óbito, registros de estatísticas vitais, relatórios de perícia médica, registros hospitalares, registros policiais e judiciários e informações colhidas diretamente das vítimas em pesquisas e estudos especiais.



*FILIPINAS, 1997, Crianças em frente ao Centro de Reabilitação Nayon Kabataan para crianças de rua e vítimas de trabalho infantil e abusos físicos em Manila.*

## CRIANÇAS E JOVENS EM AÇÃO

**Na Europa e na Ásia Central:** O UNICEF vem apoiando o desenvolvimento de mecanismos para que as crianças expressem suas opiniões e participem como grupo distinto, com sua própria agenda política, da sociedade civil. Na República da Moldávia, por exemplo, foram criados Conselhos Locais de Jovens para fortalecer as capacidades dos jovens e empoderá-los para uma participação consciente na vida da comunidade. No Azerbaijão, foram estabelecidos centros da juventude em áreas com alta concentração de deslocados internos e organizados eventos para promover o diálogo entre grupos étnicos e a comunidade em geral.<sup>271</sup>

**Governo do Quênia:** Na resposta ao questionário aplicado pelo Estudo,<sup>272</sup> o Governo relata que a participação dos jovens no fomento de atitudes pró-sociais foi promovida através do desenvolvimento do Serviço Nacional do Jovem (SNJ) e do treinamento de jovens cidadãos para se engajarem em "tarefas de importância nacional", como os centros de recepção para crianças de rua. Esse é um exemplo de país que estimula o potencial dos jovens para contribuir com os debates políticos e assumir um papel de vanguarda na construção de uma sociedade segura. Uma abordagem semelhante foi aplicada no programa de cooperação do UNICEF na Somália, em que os jovens participaram de programas de treinamento para a cidadania e estão dando um exemplo de renúncia à violência.<sup>273</sup>

**Projeto "XChange" no Caribe - criando uma cultura de não-violência nos países caribenhos de língua inglesa:** Esse projeto busca criar ambientes seguros e protegidos para crianças e adolescentes em casa, na escola e na comunidade, onde eles possam viver e realizar todo o seu potencial. O projeto cobre sete países do Caribe: Barbados, Belize, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica e Trinidad e Tobago. O UNICEF juntou-se ao conhecido artista caribenho Machel Montano em 2005 para criar um conceito para o "movimento", que usa o entretenimento como ponto de partida para provocar mudanças positivas entre jovens e adultos. A campanha usa música, esportes e várias formas de arte para chegar aos adolescentes e empoderá-los para adotar um estilo de vida positivo. O XChange é um "movimento liderado por jovens" e tem várias esferas, entre elas os cuidados maternos e paternos, a construção de ambientes protegidos no lar, o fornecimento de educação sobre saúde e vida familiar, iniciativas escolares amigas da criança e em defesa da paz, formação de comunidades protegidas com adolescentes e jovens, aumento da qualidade e do acesso aos serviços de instituições relevantes, desenvolvimento de políticas, reforma legislativa, advocacy e mobilização social. Os jovens líderes definiram claramente a sua visão para o projeto XChange. A segunda fase precisará refletir essa visão, esclarecendo o papel que os participantes do projeto desempenharão por meio de uma estrutura organizacional clara que lidere a iniciativa.<sup>274</sup>

"Você não estava lá para me proteger quando eu era criança e eu terei que viver com esses danos pelo resto da minha vida. Mas prometo, agora que sou jovem nesta sociedade, acabar com essa violência para a próxima geração. Você pode me apoiar ou virar as costas para mim."

Jovem líder, sobrevivente e envolvido com as ruas, América do Norte, 2005 IX

7

## PRIORIDADES EM AÇÃO: CONSTRUINDO UMA EUROPA PARA A CRIANÇA E COM A CRIANÇA

O programa "Construindo uma Europa para a Criança e com a Criança" (2006-2008) do Conselho da Europa compreende duas linhas de ação muito próximas: a promoção dos direitos da criança e o programa de ação "A Criança e a Violência". O programa leva em conta as dimensões sociais, jurídicas, educacionais e de saúde da violência contra a criança, com particular atenção às perspectivas de gênero e às crianças vulneráveis.

Na linha de ação voltada para a promoção dos direitos da criança, o programa ajudará os Estados a criar políticas integradas e estruturas jurídicas abrangentes, estabelecer as instituições e estruturas necessárias, desenvolver redes e produzir ferramentas e métodos de trabalho, envolvendo as crianças e a população em geral. Em 2008, o Conselho da Europa poderá oferecer aos Estados-membros modelos de estratégias nacionais, bem como instrumentos e metodologias, contendo todos os elementos que se provaram necessários e eficazes na proteção dos direitos da criança.

O programa de ação "A Criança e a Violência" foi delineado para ajudar os Estados a implementar suas obrigações para com os instrumentos de direitos humanos do Conselho da Europa e da Convenção sobre os Direitos da Criança. O programa garantirá o acompanhamento adequado, no âmbito pan-europeu, das recomendações contidas no Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança.<sup>275</sup>

É preciso atribuir prioridade especial ao desenvolvimento de sistemas que monitorem óbitos e lesões graves entre crianças e jovens de regiões onde os dados sobre homicídios disponíveis atualmente são insuficientes. Essas regiões são a África, o Sudeste da Ásia, o Oriente Médio e algumas partes das Américas e do Pacífico Ocidental, especialmente os países mais pobres. Também é preciso realizar estudos para estabelecer a proporção entre lesões fatais e não-fatais, classificadas por faixa etária do agressor e faixa etária e gênero da

vítima.<sup>276</sup> Sem essas informações básicas, é difícil mapear a questão da violência contra a criança e o adolescente na comunidade e desenvolver respostas preventivas eficazes. É preciso realizar pesquisas em todas as faixas etárias sobre as interações entre família, socialização na comunidade e exposição à violência, bem como sobre todos os seus efeitos, e também pesquisas sobre boas práticas em políticas, programas - tanto oficiais como de ONGs - e leis já existentes em áreas como o controle de armas e a reparação às vítimas.

"Acreditamos que os governos e a sociedade civil são individual, coletiva e mutuamente responsáveis por garantir que cada criança viva em um mundo livre da violência. Acreditamos também que os governos têm a responsabilidade e obrigação fundamental de agir de forma concreta e imediata para erradicar todas as formas de violência contra crianças, particularmente as do sexo feminino."

Declaração Africana sobre a Violência contra Meninas, 2006 X

## RECOMENDAÇÕES

A prevenção da violência como objetivo de políticas públicas, especialmente por meios que não sejam a repressão e o uso da lei, deve receber muito mais atenção. Como os adolescentes e os jovens adultos inclinados à violência são frequentemente um produto de influências que começam na infância, fica claro que as políticas que promovem comunidades amigas da criança deverão atuar em todos os estágios de crescimento, desde a fase lactente à pré-escolar, por meio de programas e serviços voltados para as famílias, creches, escolas e outras instituições sociais frequentadas pelas crianças. Essa estratégia não é necessária apenas para a realização dos direitos da criança, trazendo também benefícios de longo prazo para as comunidades e sociedades em geral.

O fato de que diferentes intervenções são eficazes em diferentes períodos serve para enfatizar a necessidade de políticas e mecanismos de financiamento que permitam a adoção de uma abordagem consistente e estável durante vários anos, atendendo a objetivos de curto, médio e longo prazo. Os tomadores de decisões devem, portanto, ter cuidado com as exigências de resposta imediata a incidentes específicos que chegam às manchetes e, ao invés disso, trabalhar para oferecer apoio duradouro a estratégias baseadas em conclusões empíricas.<sup>277</sup>

As recomendações a seguir para a prevenção da violência cometida contra a criança e por ela na comunidade referem-se tanto às preocupações expressas por participantes do Estudo

quanto aos conhecimentos existentes sobre os fatores determinantes dessa violência e as possibilidades de evitá-la.

### Prioridade à prevenção

#### Indivíduos e famílias em alto risco

1. **Os esforços para impedir a violência na família e no lar devem ser apoiados como meio de impedir a violência na comunidade.** Os governos devem apoiar os esforços que fortaleçam os conhecimentos e as habilidades das famílias com relação ao desenvolvimento infantil, à disciplina não-violenta e às opções de controle do comportamento, aumentando também as redes de segurança social. A longo prazo, isso contribuirá para a prevenção da violência contra a criança na comunidade (ver as recomendações do capítulo sobre a violência contra a criança no lar e na família).
2. **Programas que estimulem crianças em situação de risco a ficar na escola ou voltar para ela, ou a participar de programas de educação não-formal, devem ser apoiados.** As pesquisas indicam que essa pode ser uma medida eficaz para reduzir a violência na comunidade.
3. **Programas que envolvam adultos responsáveis e de confiança com a vida de crianças em alto risco devem ser implementados.** Os governos devem garantir a implementação de certas abordagens, como os programas de orientação, que juntem crianças e adultos responsáveis para apren-

derem juntos e beneficiarem-se da companhia uns dos outros. Esses programas podem proteger as crianças da violência na sua comunidade, particularmente no caso de famílias sob estresse.

4. **As iniciativas do governo local e da sociedade civil para oferecer oportunidades de recreação segura e construção da cidadania para meninos e meninas devem ser apoiadas.** Ligas esportivas, organizações religiosas e culturais, comitês de aldeias e de bairros, grupos femininos e outros podem oferecer atividades construtivas para crianças que, de outra forma, poderiam estar envolvidas em atividades de alto risco. Cabe aos governos salvaguardar a segurança das crianças que participam dessas atividades por meio de medidas como a verificação da ficha criminal dos adultos responsáveis pelas atividades (treinadores, líderes de grupos, facilitadores, etc.) e a adoção de políticas formais de proteção da criança.

### **Fatores de risco imediato e ambiental na comunidade**

5. **A demanda e o acesso a bebidas alcoólicas e armamentos, como, por exemplo, as armas de fogo, devem ser reduzidos.** Os governos devem garantir uma prevenção abrangente que inclua a redução da oferta e da demanda desses dois fatores críticos de risco de a violência na comunidade por meio de medidas como a reforma da política de preços e das normas aplicáveis, a aplicação da lei e a educação do público.
6. **Os fatores de risco no ambiente físico devem ser reduzidos.** Os governos devem assegurar a realização de iniciativas de reabilitação urbana que tornem os espaços públicos mais seguros por meio de características de projeto, como, por exemplo, a melhoria da iluminação pública. Além disso, o projeto urbano deve incluir rotas e locais públicos seguros para as crianças se movimentarem dentro da comunidade e entre comunidades.
7. **Os agentes de polícia devem ser treinados para trabalhar com crianças e a impunidade de policiais que cometem abusos contra os direitos da criança deve ser eliminada.** Os governos devem garantir que a polícia seja treinada em direitos da criança, em aspectos básicos do desenvolvimento infantil e em maneiras de lidar com grupos especiais, como crianças de rua e membros de grupos de crianças. Ao mesmo tempo, a supervisão das práticas policiais deve ser aperfeiçoada e os policiais que cometam abusos contra os direitos das crianças devem ser responsabilizados por suas ações.
8. **Os esforços de prevenção e de punição ao tráfico de crianças devem ser intensificados.** Cabe aos governos assegurar que as medidas englobem desde a prevenção primária (ou seja, a mudança das condições que tornam as crianças vulneráveis ao tráfico) a ações policiais vigorosas contra os traficantes. As crianças traficadas ou usadas para traficar drogas e armas geralmente são vítimas de várias violações aos seus direitos e não devem ser novamente viti-

mizadas como criminosas. Elas devem ser cuidadosamente assistidas para sair dessas situações, com enfoque em alternativas seguras e viáveis.

### Serviços para as vítimas

9. **Atendimento pré-hospitalar e serviços médicos de emergência de melhor qualidade devem ser oferecidos.** O atendimento pré-hospitalar e os serviços médicos de emergência de melhor qualidade podem reduzir significativamente os óbitos causados pela violência e aumentar a probabilidade de recuperação das vítimas que sofrem lesões violentas não-fatais.
10. **O acesso e a qualidade dos serviços de apoio a vítimas devem ser aumentados.** O impacto da violência pode permanecer com as vítimas durante toda a vida. O acesso precoce a serviços de apoio de qualidade pode ajudar a minimizar o impacto do evento sobre a vítima e evitar consequências de longo prazo, como a possibilidade de que a própria vítima torne-se perpetradora de violência.
11. **Sistemas de denúncia devem estar disponíveis às crianças.** Os governos devem garantir a implantação de sistemas eficazes de denúncia para crianças. Esses sistemas permitem que as crianças vítimas de violência entrem em contato com profissionais treinados que poderão, se necessário, encaminhar o caso ao serviço social, aos profissionais de saúde ou à polícia. No ambiente comunitário, esses serviços po-

dem envolver linhas de ajuda à criança e mecanismos formais, como advogados fornecidos pela comunidade.

### No âmbito da sociedade

12. **Programas sociais, habitacionais e educacionais que fortaleçam as famílias e aumentem os vínculos e as redes sociais dentro das várias classes sociais e entre elas devem ser financiados.** Os governos devem analisar o impacto das políticas públicas sobre as comunidades e as crianças. Os governos locais, em particular, devem ser encorajados a explicitar a prevenção da violência nos projetos de reabilitação urbana e nos programas de desenvolvimento rural. Os governos e seus parceiros domésticos e internacionais devem empenhar-se para integrar medidas de combate à violência contra a criança como um elemento primordial de programas sustentáveis e culturalmente sensíveis de redução da pobreza.
13. **Campanhas sustentadas para promover normas sociais que enfatizem o respeito, a não-violência e a igualdade de gêneros devem ser conduzidas na sociedade como um todo.** Os governos devem garantir a realização de iniciativas para instilar normas e valores não-violentos e não-sexistas por meio de campanhas na mídia com forte participação de personalidades públicas. Essas iniciativas devem ser voltadas para a eliminação do assédio sexual e do estupro e a introdução de modelos alternativos de masculinidade que não apoiem a violência cometida por homens e meninos.

14. **O uso da mídia de massa e da tecnologia da informação, inclusive a Internet e os jogos eletrônicos, como instrumentos de violência e exploração sexual da criança deve ser abolido.** Além de educar as crianças e seus pais, os governos devem trabalhar com a indústria para criar padrões globais de proteção da criança, pesquisar soluções envolvendo equipamentos e programas de proteção e financiar campanhas mundiais de educação sobre o uso seguro das novas tecnologias. Os governos também devem buscar novas abordagens para a aplicação da lei, inclusive a criminalização de quem gera, distribui, possui ou lucra com a pornografia infantil.
16. **Uma agenda nacional de pesquisas sobre a prevenção e a redução da violência na comunidade deve ser estabelecida.** Os governos devem desenvolver e alocar recursos suficientes para pesquisas que aumentem os conhecimentos sobre fatores de proteção e de risco de violência na comunidade, investigando inclusive comunidades de baixa renda e o contexto cultural. Essa estratégia deve ir além da pesquisa meramente descritiva, incluindo avaliações e pesquisas mais complexas que aumentem a eficácia da implementação em grande escala. Deve também complementar os esforços para a criação de um sistema de coleta de dados em múltiplas camadas, que inclua o aperfeiçoamento dos relatórios gerados pelos serviços existentes (polícia, emergência hospitalar, necrotérios, escolas, centros de saúde locais, autoridades habitacionais, etc.) e a realização de pesquisas populacionais que forneçam informações desagregadas sobre a localização geográfica, as características do incidente e as características da vítima e do agressor em todos os casos de homicídio e evento violento não-fatal notificados.

### **Construir sistemas de informação**

15. **O registro civil universal, inclusive o registro de nascimentos, mortes e casamentos, deve ser implementado.** Os governos devem prover registro civil gratuito e acessível, fornecer certidões gratuitamente e eliminar as penalidades pelo registro tardio. O processo deve ser amplamente defendido, facilitado e implementado em cooperação com os governos locais, hospitais, parteiras profissionais e tradicionais, a polícia, líderes religiosos e comunitários e outros parceiros para assegurar a sua aceitação universal.

## REFERÊNCIAS

- 1 Ver <http://www.unhcr.ch/html/menu2/6/crc/treaties/opsc.htm>.
- 2 Martin F, Parry-Williams J (2005). *The Right Not to Lose Hope*. Londres, Save the Children Reino Unido.
- 3 Batmanghelidjh C (2006). *Shattered Lives. Children who Live with Courage and Dignity*. Jessica Kingsley Publishers.
- 4 Wilson M, Daly M (1997). Life Expectancy, Economic Inequality, Homicide, and Reproductive Timing in Chicago Neighbourhoods. *British Medical Journal*, 314: 1271.
- 5 World Vision (2001). *Every Girl Counts. Development, Justice and Gender*. Girl Child Report, Ontario, World Vision.
- 6 UNICEF (2003). *From Perception to Reality: A Study on Child Protection in Somalia*. UNICEF Somália, Capítulo 3.
- 7 WHO (2006). *Global Estimates of Health Consequences Due to Violence against Children*. Documento informativo para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 8 WHO (2006). *Global Estimates of Health Consequences Due to Violence against Children*. Documento informativo para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 9 Gawryszewski VP, Costa LS (2005). Social Inequality and Homicide Rates in Sao Paulo City, Brazil. *Rev Saúde Pública*, 39(2): 191-197.
- 10 Cardona M e outros (2005). Homicides in Medellin, Colombia, from 1990 to 2002: Victims, Motives and Circumstances. *Rev Saúde Pública*, 21(3):840-851.
- 11 Lemard G, Hemenway D (2006). Violence in Jamaica: An Analysis of Homicides 1998-2002. *Injury Prevention*, 12(1): 15-18.
- 12 Chervyakov VV e outros (2002). The Changing Nature of Murder in Russia. *Social Science & Medicine*, 55: 1713- 1724.
- 13 Groenewald P e outros (2001). *Cape Town Mortality, 2001. Part I: Cause of Death and Premature Mortality*. Cidade do Cabo, Conselho de Pesquisa Médica da África do Sul, Universidade da Cidade do Cabo.
- 14 Shaw M e outros (2005). Increasing Inequalities in Risk of Murder in Britain: Trends in the Demographic and Spatial Distribution of Murder, 1981-2000. *Health & Place*, 11: 45-54.
- 15 Groenewald P e outros (2001). *Cape Town Mortality, 2001. Part I: Cause of Death and Premature Mortality*. Cidade do Cabo, Conselho de Pesquisa Médica da África do Sul, Universidade da Cidade do Cabo.
- 16 Batalis NI, Collins KA (2005). Adolescent Death: A 15-Year Retrospective Review. *Journal of Forensic Science*, 50(6): 1444-1449.
- 17 Lemard G, Hemenway D (2006). Violence in Jamaica: An Analysis of Homicides 1998-2002. *Injury Prevention*, 12(1): 15-18.
- 18 Miller TR e outros (2001). Costs of Juvenile Violence: Policy Implications. *Pediatrics*, 107: 3-10.
- 19 Serviço de Polícia da África do Sul (2003). *Annual Report of the National Commissioner of the South African Police Service, 1 April 2002 to 31 March 2003*. Pretória, Serviço de Polícia da África do Sul.
- 20 Bradshaw D, Renaud P (2006). Conselho de Pesquisa Médica da África do Sul. *Comunicação Pessoal*, junho de 2006.
- 21 Franco S (2003). A Social-Medical Approach to Violence in Columbia. *American Journal of Public Health*, 93: 2032-2036.
- 22 Garbarino J e outros (1992). *Children in Danger: Coping with the Effects of Community Violence*. San Francisco, Jossey-Bass.
- 23 Kliever W e outros (1998). The Role of Social and Cognitive Processes in Children's Adjustment to Community Violence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63: 579-584.

- 24 Richters JE, Martinez P (1993). The NIMH Community Violence Project: I. Children as Victims of and Witnesses to Violence. *Psychiatry*, 56(1): 7-21.
- 25 Miller LS e outros (1999). Witnessed Community Violence and Antisocial Behaviour in High-risk, Urban Boys. *Journal of Clinical Child Psychology*, 28(1): 2-11.
- 26 Kliewer W e outros (2001). Exposure to Violence against a Family Member and Internalising Symptoms in Colombian Adolescents: The Protective Effects of Family Support. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 69 (6): 971-982.
- 27 Meeks-Gardner J e outros (2003). Perceptions and Experiences of Violence Among Secondary School Students in Urban Jamaica. *Pan-American Journal of Public Health*, 14(2): 97-103.
- 28 Mercy J e outros (2002). Youth Violence. Em: Krug EG e outros (Eds). *World Report on Violence and Health*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 25-56.
- 29 Odero WO, Kibosia JC (1995). Incidence and Characteristics of Injuries in Eldoret, Kenya. *Injury Prevention*, 1: 26-30.
- 30 Mansingh A, Ramphal P (1993). The Nature of Interpersonal Violence in Jamaica and Its Strain on the National Health System. *West Indian Medical Journal*, 42: 53-56.
- 31 Engeland A, Kopjar B (2000). Injuries Connected to Violence: An Analysis of Data from the Injury Registry. *Tidsskrift for den Norske Laegeforening*, 120: 714-717.
- 32 Cheng TL e outros (2002). Assault-injured Adolescents Presenting to the Emergency Department: Causes and Circumstances. *Public Health*, 116(1): 15-21.
- 33 Howe A, Crilly M (2000). Violence in the Community: A Health Service View from a UK Accident and Emergency Department. *7(1): 45-49.*
- 34 Yacoub S e outros (2006). Violence-related Injuries, Deaths and Disabilities in the Capital of Honduras. *Injury*, 37(5): 428-434.
- 35 Zohoori N e outros (2002). Non-fatal Violence-related Injuries in Kingston, Jamaica: A Preventable Drain on Resources. *Injury Control Safety Promotion*, 9(4): 255- 262.
- 36 Mercy J e outros (2002). Youth Violence. Em: Krug EG e outros (Eds). *World Report on Violence and Health*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 25-56.
- 37 Straus M (2004). Prevalence of Violence against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide. *Violence against Women*, 10(7): 790-811.
- 38 Análise fornecida para o Estudo pela Pesquisa Global Escolar sobre a Saúde dos Estudantes: Organização Mundial da Saúde (<http://www.who.int/chp/gshs> or <http://www.cdc.gov/gshs>) para levantamentos realizados em 2003-5 em Botswana, Chile (área metropolitana), China (Pequim), Guiana, Jordânia, Quênia, Líbano, Namíbia, Omã, Filipinas, Swazilândia, Uganda, EAU, Venezuela (Lara), Zâmbia e Zimbábue (Harare).
- 39 Halpern CT e outros (2001). Partner Violence Among Adolescents in Opposite-sex Romantic Relationships: Findings from the National Longitudinal Study of Adolescent Health. *American Journal of Public Health*, 91(10): 1679-1685.
- 40 Straus M (2004). Prevalence of Violence against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide. *Violence against Women*, 10(7): 790-811.
- 41 Mercy J e outros (2002). Youth Violence. Em: Krug EG e outros (Eds). *World Report on Violence and Health*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 25-56.
- 42 Abma J e outros (1998). Young Women's Degree of Control over First Intercourse: An Exploratory Analysis. *Family Planning Perspective*, 30(1):12-18.
- 43 Dickson N e outros (1998). First Sexual Intercourse: Age, Coercion, and Later Regrets Reported by a Birth Cohort. *British Medical Journal*, 316:29-33.
- 44 Koenig MA e outros (2004). Coerced First Intercourse and Reproductive Health Among Adolescent Women in Rakai, Uganda. *International Family Planning Perspectives*, 30(4): 156-163.

- 45 Erulkar A (2004). The Experiences of Sexual Coercion among Young People in Kenya. *International Family Planning Perspectives*, 30(4): 182-189.
- 46 OMS (2005). Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 47 Straus M (2004). Prevalence of Violence against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide. *Violence against Women*, 10(7): 790-811.
- 48 Erulkar A (2004). The Experiences of Sexual Coercion among Young People in Kenya. *International Family Planning Perspectives*, 30(4): 182-189.
- 49 Allen DR e outros (2003). Sexual Health Risks among Young Thai Women: Implications for HIV/STD Prevention and Contraception. *AIDS and Behavior*, 7(1): 9-21.
- 50 de Visser RO e outros (2003). Sex in Australia: Experiences of Sexual Coercion Among a Representative Sample of Adults. *Australian & New Zealand Journal of Public Health*, 27(2): 198-203.
- 51 Wong WC e outros (2004). Correlates of Sexual Behaviours with Health Status and Health Perception in Chinese Adolescents: A Cross-sectional Survey in Schools. *AIDS Patient Care and STDs*, 18(8):470-480.
- 52 Erulkar A (2004). The Experiences of Sexual Coercion among Young People in Kenya. *International Family Planning Perspectives*, 30(4): 182-189.
- 53 Slap GB e outros (2003). Sexual Behaviour of Adolescents in Nigeria: Cross-sectional Survey of Secondary School Students. *British Medical Journal*, 326(7379): 15.
- 54 Allen DR e outros (2003). Sexual Health Risks among Young Thai Women: Implications for HIV/STD Prevention and Contraception. *AIDS and Behavior*, 7(1): 9-21.
- 55 Eaton DK (2005). Youth risk behavior surveillance - United States, 2005. *MMWR Surveill Summ*. 55(5):1- 108.
- 56 Aliança Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children ao Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 57 Jewkes R e outros (2002). Rape of Girls in South Africa. *Lancet*, 359: 319-320.
- 58 Tang CS (2002). Childhood Experience of Sexual Abuse among Hong Kong Chinese College Students. *Child Abuse & Neglect*, 26(1): 23-37.
- 59 Csorba R e outros (2005). Characteristics of Female Child Sexual Abuse in Hungary Between 1986 and 2001: A Longitudinal, Prospective Study. *Eur J Obstet Gynecol Reprod Biol*, 120(2): 217-221.
- 60 Ennew J (1994). *Street and Working Children: A Guide to Planning*. Londres, Save the Children.
- 61 UNICEF (1997). *State of the World's Children*. Nova Iorque, Oxford University Press.
- 62 Human Rights Watch (1997). *Juvenile Injustice - Police Abuse and Detention of Street Children in Kenya*. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 63 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: East Asia and the Pacific*. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 64 Irwanto P e outros (1999). *Situation of Street Children in 12 Cities in Indonesia. Relatório Monográfico para o Banco de Desenvolvimento Asiático, TA No. 3043 INO*.
- 65 ILO/IPEC (2006). *Children Working in the Streets, Factsheet. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho*. Disponível em: [http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/publ/download/factsheets/fs\\_streetchildren\\_0303.pdf](http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/publ/download/factsheets/fs_streetchildren_0303.pdf).
- 66 Wernham M (2004). *An Outside Chance: Street Children and Juvenile Justice - An International Perspective*. Londres, Consortium for Street Children.

- 67 Apresentação de Bernardo Mondragon, Kabataan, Cidade de Davao. Citado em: Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 68 Anistia Internacional (2005). Haiti Disarmament Delayed, Justice Denied. AI Index: AMR 36/005/2005. Londres, Anistia Internacional.
- 69 OMCT (2004). Colombia: Murders and Criminal Organisation of Children and Girls, Teenagers and Young Men and Women in Sector of Bogota. Caso COL271004. CC, Derechos del Niño. Genebra, Organização Mundial contra a Tortura.
- 70 Jabeen e outros (2002). Children Working as Newspapers Hawkers: A Study of Lost/Kidnapped/Runaway Children. The Situation Analysis of Street Children in Lahore. Departamento de Estudos Sociais da Universidade de Punjab. Apresentação ao Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança.
- 71 Aliança Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children ao Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.
- 72 UNICEF (2003). Africa's Orphaned Generations. Nova Iorque, UNICEF.
- 73 Moletsane R (2003). Another Lost Generation? The Impact of HIV/AIDS on Schooling in South Africa. The International Journal on School Disaffection, Trentham Books.
- 74 UNICEF (2005). Violence against Children in West and Central Africa. A Concise Appraisal. Escritório Regional do UNICEF para a África Ocidental e Central.
- 75 Human Rights Watch (1995). Violence against Children Accused of Witchcraft in the Democratic Republic of Congo. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 76 Todas as respostas estão em: <http://www.ohchr.org/english/bodies/crc/study.htm>. Em 20 de setembro de 2006, 135 Estados-Membros e um observador haviam apresentado respostas.
- 77 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Violence in the Community. Regional Desk Review: Europe and Central Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 78 Human Rights Watch (2001). Easy Targets: Violence against Children Worldwide. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 79 Todas as respostas estão em: <http://www.ohchr.org/english/bodies/crc/study.htm>. Em 20 de setembro de 2006, 135 Estados-Membros e um observador haviam apresentado respostas.
- 80 59 Youths Murdered in Honduran Jails During Maduro Administration, 7 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.coav.org.br>. Citado em: Dowdney LT (2005). Neither War Nor Peace. Rio de Janeiro, Viva Rio / ISER, 7 Letras.
- 81 Victims of Police Violence in Brazil Tend to be Afro-Brazilian Males Between 15 and 19, Says Asma Jahangir, 21 de abril de 2004. Disponível em: [www.coav.org.br](http://www.coav.org.br). Citado em: Dowdney LT (2005). Neither War Nor Peace. Rio de Janeiro, Viva Rio / ISER, 7 Letras.
- 82 David P (2005). Human Rights in Youth Sport: A Critical Review of Children's Rights in Competitive Sport. Londres, Routledge.
- 83 Ver, por exemplo, Anistia Internacional (2001). Crimes of Hate, Conspiracy of Silence. Londres, Anistia Internacional.
- 84 Human Rights Watch (2002). Human Rights Watch World Report. Nova Iorque, Human Rights Watch
- 85 Human Rights Watch (2001). Hatred in the Hallways - Violence and Discrimination against Lesbian, Gay, Bisexuals and Transgender Students in US Schools. New York, Human Rights Watch.

- 86 Ver, por exemplo, Human Rights Watch (2005). Darfur: Women Raped Even After Seeking Refuge; Donors Must Increase Support to Victims of Sexual Violence. Human Rights Watch, Comunicado à Imprensa. Disponível em: <http://hrw.org/english/docs/2005/04/11/sudan10467.htm>.
- 87 Anistia Internacional (2004). *Lives Blown Apart: Crimes against Women in Times of Conflict*. Londres, Amnesty International Publications.
- 88 Okot AC e outros (2005). *Suffering in Silence: A Study of Sexual and Gender-based Violence (SGBV) In Pabbo Camp, Gulu District, Northern Uganda*. UNICEF, Subgrupo Distrital de Trabalho sobre SGBV.
- 89 Gardner J, El Bushra J (2004). *Somalia, the Untold Story: The War Through the Eyes of Somali Women*. Londres, CIIR/Pluto Press.
- 90 Ward J (2002). *If Not Now, When? Addressing Genderbased Violence in Refugee, Internally Displaced, and Post- Conflict Settings. The Reproductive Health for Refugees Consortium*.
- 91 Mabuwa R (2000). *Seeking Protection: Addressing Sexual and Domestic Violence in Tanzania's Refugee Camps*. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 92 da Costa R (2006). *The Administration of Justice in Refugee Camps: A Study of Practice*. Série de Pesquisas Legais e de Proteção da UNHCR, Departamento de Proteção Internacional.
- 93 da Costa R (2006). *The Administration of Justice in Refugee Camps: A Study of Practice*. Série de Pesquisas Legais e de Proteção da UNHCR, Departamento de Proteção Internacional.
- 94 Save the Children Reino Unido (2006). *From Camp to Community: Liberia Study on Exploitation of Children*. Monróvia, Fundo Save the Children.
- 95 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência against Children (2006). *Summary Report of the Thematic Consultation on Violence against Refugee and Other Displaced Children*. 25 de abril de 2006, Genebra. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r180>.
- 96 UNHCR (2005). *Refugee and Returnee Children in Southern Africa: Perceptions and Experiences of Violence - A Qualitative Study of Refugees and Returnee Children in UNHCR Operations in Angola, South Africa and Zambia*. Pretória, UNHCR.
- 97 Smith HE, Akinsulure-Smith AM (2004). *A Global Perspective on Youth Outreach*. Em: Clauss-Ehlers CS, Weist MD (Eds). *Community Planning to Foster Resilience in Children*. Nova Iorque, Kluwer Academic/ Plenum Publishers.
- 98 ILO (2002). *A Future Without Child Labour*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 99 UNICEF (2005). *Trafficking in Human Beings, Especially Women and Children in Africa*. Innocenti Insight, 2nd Edition. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti.
- 100 Projeto de Proteção da Escola da Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins (2002). *Trafficking in Persons, Especially Women and Children in the Countries of the Americas*. Citado em: Plaza P (2003). *Stop the Traffic!* Londres, Comitê Nacional do UNICEF.
- 101 UNICEF (sem data). *Children on the Edge, Protecting Children from Sexual Exploitation and Trafficking in East Asia and the Pacific*. Bangkok, Escritório do UNICEF para o Extremo Oriente e Pacífico.
- 102 Kane J (2005). *Child Trafficking: The People Involved*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 103 UNICEF (2005). *Trafficking for Sexual Exploitation and Other Exploitative Practices*. Florença, Instituto de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 104 Boonpala P, Kane J (2002). *Unbearable to the Human Heart: Child Trafficking and Action to Eliminate It*. Geneva, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 105 Dottridge M (2004). *Kids as Commodities: Child Trafficking and What to Do About It*. Federação Internacional de Terre des Hommes.

- 106 Laurance EJ (2005). Small Arms Research: Where We Are and Where We Need to Go. *The HFG Review*, pp 3-9.
- 107 OMS (2001). *Small Arms and Global Health*. Genebra, Organização Mundial da Saúde.,
- 108 Peres MFT (2004). *Firearm-related Violence in Brazil - Country Report*. São Paulo, Centro de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo.
- 109 OMS (2006). *Global Estimates of Health Consequences Due to Violence against Children*. Documento com subsídios para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 110 Room R e outros (2003). *Alcohol in Developing Societies: A Public Health Approach*. Helsinki, Fundação Finlandesa de Estudos sobre o Álcool, e Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 111 OMS (2006). *Youth Violence and Alcohol, Factsheet*. Genebra, Organização Mundial da Saúde. Disponível em: [http://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/world\\_report/factsheets/fs\\_youth.pdf](http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/factsheets/fs_youth.pdf).
- 112 Currie C e outros (2004). *Health Behaviour in School-Aged Children (HBSC) Study: International Report from the 2001/2002 Survey*. Health Policy for Children and Adolescents, No 4. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 113 Mattila VM e outros (2005). Occurrence of Violence and Violence-related Injuries Among 12-18-year-old Finns. *Scandinavian Journal of Public Health*, 33: 307-313.
- 114 Raymundo CM, Cruz GT (2004). *Dangerous Connections: Substance Abuse, Violence and Sex Among Filipino Adolescents*. Documento apresentado na 7a. Conferência Internacional de Estudos das Filipinas, 16 a 19 de junho de 2004, Holanda. Disponível em: <http://yafs.com/papers.asp>.
- 115 Ohene S e outros (2005). The Clustering of Risk Behaviours among Caribbean youth. *Maternal and Child Health Journal*, 9: 91-100.
- 116 Mattila VM e outros (2005). Occurrence of Violence and Violence-related Injuries Among 12-18-year-old Finns. *Scandinavian Journal of Public Health*, 33: 307-313.
- 117 Budd T (2003). *Alcohol-related Assault: Findings from the British Crime Survey*. Relatório on-line 35/03 do Ministério do Interior. Londres, Ministério do Interior.
- 118 Instituto Australiano de Criminologia (2000). *Alcohol related Assault: Time and Place*. Trends and Issues in Crime and Criminal Justice, No. 169. Canberra, Instituto Australiano de Criminologia.
- 119 Human Rights Watch (2005). *Darfur: Women Raped Even After Seeking Refuge; Donors Must Increase Support to Victims of Sexual Violence*. Press Release. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 120 Anistia Internacional (2004). *Lives Blown Apart: Crimes against Women in Times of Conflict*. Londres, Amnesty International Publications.
- 121 Okot AC e outros (2005). *Suffering in Silence: A Study of Sexual and Gender-based Violence (SGBV) in Pabbo Camp, Gulu District, Northern Uganda*. Nova Iorque, UNICEF.
- 122 Gardner J, El Bushra J (2004). *Somalia, the Untold Story: The War Through the Eyes of Somali Women*. Londres, CIIR/Pluto Press.
- 123 Brantingham PL, Brantingham PJ (1991). *Environmental Criminology*. Prospect Heights, Waveland Press. Citado em: Yuen B (2004). Safety and Dwelling in Singapore. *Cities*, 21(1): 19-28.
- 124 Leventhal T, Brooks-Gunn J (2000). The Neighborhoods They Live in: The Effects of Neighborhood Residence on Child and Adolescent Outcomes. *Psychology Bulletin*, 126(2): 309-37.
- 125 Diez Roux AV e outros (2001). Neighborhood of Residence and Incidence of Coronary Heart Disease. *New England Journal of Medicine*, 345(2): 99-106.
- 126 Massey DS, Denton NA (1993). *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Cambridge, MA, Harvard University Press. Citado em:

- MMWR (2002). Community Interventions to Promote Healthy Social Environments: Early Childhood Development and Family Housing. A Report on Recommendations of the Task Force on Community Preventive Services. MMWR, 55 (No RR-1).
- 127 Bartlett S (2002). Urban Children and the Physical Environment. Estudo apresentado durante a Conferência 'Aprendendo com as Experiências Internacionais, Criando Soluções Locais', 11 a 13 de dezembro de 2002, Amã, Jordânia.
- 128 Centre for Housing Rights and Evictions (COHRE) (2005). Apresentação do COHRE para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Genebra, COHRE.
- 129 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Desk Review: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 130 Martin F, Parry-Williams J (2005). The Right Not to Lose Hope. Londres, Save the Children Reino Unido.
- 131 UNICEF (2003). Finding Our Voices, Gendered and Sexual Identities and HIV/AIDS in Education. Nairóbi, Escritório Regional do UNICEF para a África Oriental e Meridional.
- 132 Alder C, Worrall A (2004). Girls' Violence: Myths and Realities. Albany, State University of New York Press.
- 133 Katz SR (1996). Where Streets Cross the Classroom: A Study of Latino Students' Perspectives on Cultural Identity in City Schools and Neighbourhood Gangs. The Bilingual Research Journal, 20(3/4): 603-631.
- 134 Dowdney LT (2005). Neither War Nor Peace. Rio de Janeiro, Viva Rio / ISER, 7 Letras.
- 135 Dowdney LT (2003). Children of the Drug Trade: A Case Study of Organised Armed Violence in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Viva Rio / ISER, 7 Letras.
- 136 Dowdney LT (2005). Neither War Nor Peace. Rio de Janeiro, Viva Rio / ISER, 7 Letras.
- 137 Dowdney LT (2005). Neither War Nor Peace. Rio de Janeiro, Viva Rio / ISER, 7 Letras.
- 138 Briseño RL, Zubillaga V (2002). Violence and Globalisation in Latin America. Current Sociology, 50(1): 19-37.
- 139 USAID (2006). Central American and Mexico Gang Assessment. Washington DC, Departamento de Assuntos Latino-Americanos e Caribenhos da USAID, Escritório de Desenvolvimento Regional Sustentável.
- 140 Por exemplo, o Comitê dos Direitos da Criança pediu a El Salvador que revogasse sua segunda Lei Anti-Gangues e aplicasse a Lei dos Infratores Juvenis como único instrumento legal na área da justiça juvenil (CRC/C/15/Add.232).
- 141 Rede para a Infância e a Adolescência de El Salvador (2004). Informe Ejecutivo de la RIA de El Salvador en el Marco de Reunión con la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Sobre el Tema de Pandillas o Maras. El Salvador, Rede para a Infância e a Adolescência de El Salvador.
- 142 Casa Alianza Honduras (2006). Informe de Ejecuciones y Muertes Violentas de Niños, Niñas y Jovenes Durante la Administración del Presidente Ricardo Maduro - Enero 2002 - Enero 2006. Honduras, Casa Alianza Honduras.
- 143 USAID (2006). Central American and Mexico Gang Assessment. Washington DC, Departamento de Assuntos Latino-Americanos e Caribenhos da USAID, Escritório de Desenvolvimento Regional Sustentável.
- 144 Arana A (2005). How the Street Gangs Took Central America. Foreign Affairs, maio/junho de 2005. Conselho de Relações Exteriores.
- 145 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Desk Review: South Asia. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 146 Human Rights Watch (2003). Uganda - Abducted and Abused: Renewed Conflict in Northern Uganda. Nova Iorque, Human Rights Watch.
- 147 Departamento Central de Estatística da Palestina (PCBS) (2005). Palestinian Children - Issues and Statistics. Child Statistics Series, No. 8. Departamento Central de Estatística da Palestina (PCBS).

- 148 Arafat C (2003). Psychosocial Assessment of Palestinian Children. Secretaria do Plano Nacional de Ação para Crianças Palestinas.
- 149 Departamento Central de Estatística da Palestina (PCBS) (2004). Child Psychosocial Health Survey. Departamento Central de Estatística da Palestina (PCBS).
- 150 Departamento Central de Estatística da Palestina (PCBS) (2004). Child Psychosocial Health Survey. Departamento Central de Estatística da Palestina (PCBS).
- 151 Arafat C (2003). Psychosocial Assessment of Palestinian Children. Secretaria do Plano Nacional de Ação para Crianças Palestinas.
- 152 Arafat C (2003). Psychosocial Assessment of Palestinian Children. Secretaria do Plano Nacional de Ação para Crianças Palestinas.
- 153 Haj-Yahia MM, Abdo-Kaloti R (2003). The Rates and Correlates of the Exposure of Palestinian Adolescents to Family Violence: Toward an Integrative-Holistic Approach. *Child Abuse & Neglect*, 27(7): 781-806.
- 154 Arafat C (2003). Psychosocial Assessment of Palestinian Children. Secretaria do Plano Nacional de Ação para Crianças Palestinas.
- 155 Save the Children (2004). Living Behind Barriers - Palestinian Children Speak Out. Save the Children Reino Unido e Save the Children Suécia.
- 156 UNICEF (2003). The UNICEF Child-friendly Cities Project. Promoting Better Planning, Services, Opportunities and Protection for Children Living in Urban Areas. Banco de Dados de Cidades Amigas da Criança, UNICEF nos Territórios Palestinos Ocupados.
- 157 Riggio E (2002). Child-Friendly Cities: Good Governance and the Best Interests of the Child. *Environment and Urbanization*, 14(2).
- 158 Jordan S (2000). Adolescent Violence in Cities from a Public Health Perspective. Lage, Verlag Hangs Jacobs.
- 159 UNICEF (2002). Poverty and Exclusion Among Urban Children. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti do UNICEF.
- 160 Bartlett S e outros (1999). Cities for Children, Children's Rights, Poverty and Urban Management. UNICEF/ Earthscan.
- 161 Banco Mundial (2001). Attacking Poverty. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial entre 2000 e 20001, Washington DC, Banco Mundial.
- 162 Butchart A, Engström K (2002). Sex- and Age-specific Relations Between Economic Development, Economic Inequality and Homicide Rates in People Aged 0-24 Years: A Cross-sectional Analysis. *Bulletin of the World Health Organization*, 80(10): 797-805.
- 163 Mercy J e outros (2002). Youth Violence. Em: Krug EG et al. (Eds). *World Report on Violence and Health*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 25-56.
- 164 Kaufman NH, Rizzini I (Eds) (2002). *Globalization and Children: Exploring Potentials for Enhancing Opportunities in the Lives of Children and Youth*. Nova Iorque, Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- 165 Narayan D e outros (2000). *Voices of the Poor: Crying Out for Change*. Nova Iorque, Publicado para o Banco Mundial, Oxford University Press.
- 166 Lynch M (2003). Consequences of Children's Violence Exposure to Community Violence. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6(4): 265-274.
- 167 Cardia N e outros (2002). Homicide Rates and Human Rights Violations in São Paulo, Brazil: 1990 to 2000. *Health and Human Rights*, 6(2): 14-33.
- 168 Jordan S (2000). Adolescent Violence in Cities from a Public Health Perspective. Lage, Verlag Hangs Jacobs
- 169 Centro Internacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas (2006). *Child Pornography: Model Legislation and Global Review*. Centro Internacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas .
- 170 Aliança Internacional Save the Children (2004). *Mapping Save the Children's Response to Violence against Children in South Asia Region*. Catmandu, Save the Children Suécia.
- 171 ECPAT (2005). *Violence against Children in Cyberspace*. Contribuição ao Estudo da ONU sobre a

- Violência contra a Criança. Bangkok, ECPAT International.
- 172 Microsoft (2006). MSN Cyberbullying Report - Blogging, Instant Messaging and E-mail Bullying Amongst Today's Teens. Microsoft Reino Unido.
- 173 Apresentação ao Grupo de Trabalho pelo Dr Ethel Quayle, Departamento de Psicologia Aplicada, Colégio Universitário Cork, Irlanda, e Diretor do Projeto COPINE. Citado em: Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 174 ECPAT (2005). Violence against Children in Cyberspace. Uma contribuição ao Estudo da ONU sobre a Violência contra a Criança. Bangkok, ECPAT International.
- 175 Carlsson U (2001). Research, Information and Sensitising the Public. Em: Arnaldo CA (Ed). Child Abuse on the Internet: Ending the Silence. Paris, Berghahn Books/UNESCO.
- 176 Collins J, Rau B (2000). Aids in the Context of Development. Programa de Desenvolvimento Social do UNRISD, Documento No. 4, Genebra, UNRISD/UNAIDS. Citado em: Comissão para o Desenvolvimento Social (2004). A Fair Globalisation: Creating Opportunities for All. Genebra, Organização Internacional do Trabalho.
- 177 Browne K, Hamilton-Giachritsis C (2005). The Influence of Violent Media on Children and Adolescents: A Public-health Approach. *Lancet*, 365: 702-710.
- 178 ECPAT (2006). The Changing Face of Child Sex Tourism. Bangkok, ECPAT.
- 179 Conselho Nacional para a Infância e a Maternidade (NCCM) (2006). Report of the Middle East and North Africa (MENA) Regional Consultation on Violence against Children Follow-up Consultation, 25 a 28 de março de 2006. Egito, NCCM.
- 180 Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) (2005). Tunis Agenda for the Information Society. Tunis, Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.
- 181 Apresentação ao Grupo de Trabalho pelo Dr Ethel Quayle, Departamento de Psicologia Aplicada, Colégio Universitário Cork, Irlanda, e Diretor do Projeto COPINE. Citado em: Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: East Asia and the Pacific. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 182 Clauss-Ehlers CS, Weist MD (2004). Advancing Community Involvement and Planning to Promote Resilience in Youth from Diverse Communities. Em: Clauss-Ehlers CS, Weist MD (Eds). Community Planning to Foster Resilience in Children. Nova Iorque, Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- 183 Tolan P (2001). Youth Violence and Its Prevention in the United States: An Overview of Current Knowledge. *Injury Control and Safety Promotion*, 8(1): 1-12.
- 184 Tolan P (2001). Youth Violence and Its Prevention in the United States: An Overview of Current Knowledge. *Injury Control and Safety Promotion*, 8(1): 1-12.
- 185 Yoshikawa H (1995). Long-term Effects of Early Childhood Programmes on Social Outcomes and Delinquency. *The Future of Children*, 5: 51-75.
- 186 Lipsey MW, Wilson DB (1998). Effective Interventions for Serious Juvenile Offenders: A Synthesis of Research. Em: Loeber R, Farrington DP (Eds). Serious and Violent Juvenile Offenders: Risk Factors and Successful Interventions. Thousand Oaks, Sage Publications, pp 313-345.
- 187 Greenwood PW e outros (1996). Diverting Children from a Life of Crime: Measuring Costs and Benefits. Santa Monica, CA, The Rand Corporation.
- 188 Fass SM, Pi CR (2002). Getting Tough on Juvenile Crime: An Analysis of Costs and Benefits. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 39: 363-399.
- 189 Blum R, Ireland M (2004). Reducing Risk, Increasing Protective Factors: Findings from the Caribbean Youth Health Survey. *Journal of Adolescent Health*, 35: 493-500.

- 190 Yoshikawa H (1995). Long-term Effects of Early Childhood Programmes on Social Outcomes and Delinquency. *The Future of Children*, 5: 51-75.
- 191 Berrueta-Clement JR e outros (1984). *Changed Lives: The Effects of the Perry Preschool Program on Youth Through Age 19*. Ypsilanti, High/Scope Press.
- 192 Johnson DL, Walker T (1987). Primary Prevention of Behaviour Problems in Mexican-American Children. *American Journal of Community Psychology*, 15: 375-385.
- 193 Schweinhart LJ e outros (1993). *Significant Benefits: The High/Scope Perry Preschool Project Study Through Age 27*. Ypsilanti, High/Scope Press.
- 194 Berrueta-Clement JR e outros (1984). *Changed Lives: The Effects of the Perry Preschool Program on Youth Through Age 19*. Ypsilanti, High/Scope Press.
- 195 Johnson DL, Walker T (1987). Primary Prevention of Behaviour Problems in Mexican-American Children. *American Journal of Community Psychology*, 15: 375-385.
- 196 Schweinhart LJ e outros (1993). *Significant Benefits: The High/Scope Perry Preschool Project Study Through Age 27*. Ypsilanti, High/Scope Press.
- 197 Black M (2003). *Good Practice in Working Children's Participation: A Case Study from CWOP, Maharashtra India*. Preparado para o Grupo de Trabalho da Aliança Save the Children sobre Crianças e Trabalho. Londres, Save the Children Reino Unido.
- 198 Smith HE, Akinsulure-Smith AM (2004). A Global Perspective on Youth Outreach. Em: Clauss-Ehlers CS, Weist MD (Eds). *Community Planning to Foster Resilience in Children*. Nova Iorque, Kluwer Academic/ Plenum Publishers.
- 199 Grossman JB, Garry EM (1997). *Mentoring a Proven Delinquency Strategy*. Washington DC, Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Escritório de Programas de Justiça.
- 200 Boothby N e outros (2006) *Mozambique Child Soldier Life Outcome Study: Lessons Learned in Rehabilitation and Reintegration Efforts*. *Global Public Health*, 1(1): 87-107.
- 201 Fraser MW e outros (1999). Risk, Protection, and Resilience: Toward a Conceptual Framework for Social Work Practice. *Social Work Research*, 23(3): 131-143.
- 202 Stewart D, Sun J (2004). How Can We Build Resilience in Primary School-aged Children? The Importance of Social Support from Adults and Peers in Family, School and Community Settings. *Asia Pacific Journal of Public Health*, 16 (Suppl.): S37-S41.
- 203 Smith HE, Akinsulure-Smith AM (2004). A Global Perspective on Youth Outreach. Em: Clauss-Ehlers CS, Weist MD (Eds). *Community Planning to Foster Resilience in Children*. Nova Iorque, Kluwer Academic/ Plenum Publishers.
- 204 Melendez MC, Tomlinson-Clarke S (2004). Home, School and Community. *Catalysts to Resilience*. Em: Clauss-Ehlers CS, Weist MD (Eds). *Community Planning to Foster Resilience in Children*. Nova Iorque, Kluwer Academic Publishers.
- 205 Brackenridge C (2006). Abuse and Violence to Children in Sport - International Overview. Apresentado para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança.
- 206 Hawkins JD e outros (1992). The Seattle Social Development Project: Effects of the First Four Years on Protective Factors and Problem Behaviors. Em: McCord J, Tremblay RE (Eds). *Preventing Antisocial Behavior: Interventions From Birth Through Adolescence*. Nova Iorque, The Guilford Press, pp 139-161.
- 207 Farrell AD, Meyer AL (1997). The Effectiveness of a School-based Curriculum for Reducing Violence Among Urban Sixth-grade Students. *American Journal of Public Health*, 87: 979-988.
- 208 Grossman DC e outros (1997). Effectiveness of a Violence Prevention Curriculum Among Children in Elementary School: A Randomized Controlled Trial. *Journal of the American Medical Association*, 277: 1605-1642.
- 209 Samples F, Aber L (1998). Evaluations of School-based Violence Prevention Programs. Em Elliott DS e outros (Eds). *Violence in American Schools*. Nova

- Iorque, Cambridge University Press, pp 217-252. *International Journal of Injury Control and Safety Promotion*, 12(2): 93-104.
- 210 Thornton TN e outros (2000). *Best Practices of Youth Violence Prevention: A Sourcebook for Community Action*. Atlanta, Centro de Prevenção e Controle de Doenças, Centro Nacional de Prevenção e Controle de Lesões.
- 211 Farrell AD e outros (2001). Evaluation of Responding in Peaceful and Positive Ways (RIPP): A School-based Prevention Programme for Reducing Violence among Urban Adolescents. *Journal of Clinical and Child Psychology*, 30: 451-463.
- 212 OMS, UNICEF, Banco Mundial, UNESCO e UNFPA (2003). *Skills for Health . Série de Informações da OMS sobre Saúde Escolar*, Documento No. 9. Disponível em: [http://www.who.int/school\\_youth\\_health/media/en/sch\\_skills4health\\_03.pdf](http://www.who.int/school_youth_health/media/en/sch_skills4health_03.pdf).
- 213 Landgren K (2005). The Protective Environment: Development Support for Child Protection. *Human Rights Quarterly*, 7: 215-248.
- 214 Dahlberg L, Butchart A (2005). State of the Science: Violence Prevention efforts in Developing and Developed Countries. *International Journal of Injury Control and Safety Promotion*, 12(2): 93-104.
- 215 Jaffe PG e outros (1992). An Evaluation of a Secondary School Primary Prevention Programme on Violence in Intimate Relationships. *Violence and Victims*, 7: 129-146.
- 216 Foshee VA e outros (2004). Assessing the Long-term Effects of the Safe Dates Program and a Booster in Preventing and Reducing Adolescent Dating Violence Victim Organisation and Perpetration. *American Journal of Public Health*, 94: 619-624.
- 217 Foshee VA (2000). The Safe Dates Program: One-year Follow-up Results. *American Journal of Public Health*, 90: 1619-1622.
- 218 Wolfe DA (2003). Dating Violence Prevention with At-risk Youth: A Controlled Outcome Evaluation. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71: 279-291.
- 219 Foshee VA e outros (2005). The Safe Dates Project: Theoretical Basis, Evaluation Design and Selected Baseline Findings. *American Journal of Preventive Medicine*, 12 (2): 39-47.
- 220 Tolan PH, Guerra NG (1994) *What Works in Reducing Adolescent Violence: An Empirical Review of the Field*. Boulder, CO, Centro de Estudo e Prevenção da Violência, Instituto de Ciências Comportamentais, Universidade do Colorado.
- 221 Kellermann AL e outros (1998). Preventing Youth Violence: What Works? *Annual Review of Public Health*, 19:271-292.
- 222 Njovana E, Watts C (1996). Gender Violence in Zimbabwe: A Need for Collaborative Action. *Reproductive Health Matters*, 7: 46-54.
- 223 Ellsberg M e outros (1997). The Nicaraguan Network of Women against Violence: Using Research and Action for Change. *Reproductive Health Matters*, 10: 82-92.
- 224 Hoefnagels C, Mudde A (2000). Mass Media and Disclosures of Child Abuse in the Perspective of Secondary Prevention: Putting Ideas into Practice. *Child Abuse and Neglect*, 24: 1091-1101.
- 225 Instituto de Comunicações de Saúde e Desenvolvimento da Cidade de Soul (2004). *Soul City 4 Multimedia Campaign - Impact Evaluations*. África do Sul, Instituto de Comunicações de Saúde e Desenvolvimento da Cidade de Soul . Disponível em: <http://www.comminit.com/africa/evaluations.html>.
- 226 Mehrotra A (2000). *A Life Free of Violence: It's Our Right*. Nova Iorque, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.
- 227 Administração de Recursos e Serviços de Saúde (2004). *Take a Stand. Lend a Hand. Stop Bullying Now!* Washington DC, Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA. Disponível em: <http://www.stopbullyingnow.hrsa.gov>.
- 228 Hoefnagels C, Baartman H (1997). On the Threshold of Disclosure: The Effects of a Mass Media Field Experiment. *Child Abuse & Neglect*, 21: 557-573.

- 229 Naker D (2005). Violence against Children: The Voices of Ugandan Children and Adults. Raising Voices e Save the Children Uganda.
- 230 Ennew J (1994). Street and Working Children: A Guide to Planning. Londres, Save the Children. Citado em: Bartlett S et al (1999). Cities for Children: Children's Rights, Poverty and Urban Management. Earthscan /UNICEF.
- 231 Wernham M e outros (2005). Police Training on Child Rights and Protection: Lessons Learned and Manual. Consortium for Street Children, p 31.
- 232 Heise L, Garcia- Moreno C (2002). Violence by Intimate Partners. Em: Krug EG e outros (Eds) (2002). World Report on Violence and Health. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 89-121.
- 233 Friedman LS e outros (1992). Inquiry about Victimization Experiences: A Survey of Patient Preferences and Physician Practices. Archives of Internal Medicine, 152: 1186-1190.
- 234 Fawcett G e outros (1998). Deteccion y Manejo de Mujeres Victimas de Violencia Domestica: Desarrollo y Evaluacion de un Programa Dirigido al Personal de Salud. Cidade do México, Conselho da População.
- 235 Sugg NK e outros (1999). Domestic Violence and Primary Care: Attitudes, Practices, and Beliefs. Archives of Family Medicine, 8: 301-306.
- 236 Sanders AB (1992). Care of the Elderly in Emergency Departments: Conclusions and Recommendations. Annals of Emergency Medicine, 21: 79-83.
- 237 UNICEF (2002). La traite d'enfants en Afrique de l'Ouest : réponses politiques. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti.
- 238 UNICEF (2005). Trafficking for Sexual Exploitation and Other Exploitative Purposes. Florença, Centro de Pesquisas Innocenti.
- 239 Boonpala P, Kane J (2002). Unbearable to the Human Heart: Child Trafficking and Action to Eliminate It. Geneva, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, Organização Internacional do Trabalho.
- 240 Bartlett S e outros (1999). Cities for Children, Children's Rights, Poverty and Urban Management. UNICEF/ Earthscan.
- 241 Adaptado de UNICEF (2006). Thuthuzela Care Centres. UNICEF África do Sul. Disponível em: [http://www.unicef.org/southafrica/hiv\\_aids\\_998.html](http://www.unicef.org/southafrica/hiv_aids_998.html).
- 242 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Regional Consultation Outcome Report: Eastern and Southern Africa. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- 243 Boothby N e outros (2006). Mozambique Child Soldier Life Outcome Study: Lessons Learned in Rehabilitation and Reintegration Efforts. Global Public Health, 1(1): 87-107.
- 244 Stamenkova-Trajkova S (2005). Results of an Institutional Assessment of the Responsiveness of Service Providers to Violence against Children in Macedonia. Skopje, Instituto de Trabalho e Política Social, com apoio do UNICEF, Escritório Nacional de Skopje e do Escritório Regional do UNICEF para a CEE/CIS & Países Bálticos.
- 245 ChildHelpLine International (2005). Apresentação para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Amsterdã, ChildHelpLine International.
- 246 CRIN (2005). WSIS and Children's Rights. Disponível em: <http://www.crin.org/resources/InfoDetail.asp?ID=6902>.
- 247 ChildHelpLine International (2005). Apresentação para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Amsterdã, ChildHelpLine International.
- 248 Jordan S (2001). Violence and Adolescence in Urban Settings: A Public Health Approach. Publications Series, Research Unit, Public Health Policy. Berlim, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung.
- 249 Narayan D e outros (2000). Voices of the Poor: Can Anyone Hear Us? Publicado para o Banco Mundial. Nova Iorque, Oxford University Press.

- 250 Centros de Prevenção e Controle de Doenças. (2002). Community Interventions to Promote Healthy Social Environments: Early Childhood Development and Family Housing. *MMWR* 51: RR-1.
- 251 Ludwig J, Duncan GJ, Hirschfield P. (2001). Urban Poverty and Juvenile Crime: Evidence from a Randomized Housing-mobility Experiment. *Quarterly Journal of Economics* (16): 655-680.
- 252 Butchart A, Engstrom K (2002). Sex- and Age-specific Effects of Economic Development and Inequality on Homicide Rates in 0- to 24-Year-Olds: A Cross-sectional Analysis. *Bulletin of the World Health Organisation* ,80: 797-805.
- 253 Instituto de Pesquisas e Avaliação (2004). The Prevention of Murders in Diadema, Brazil: The Influence of New Alcohol Policies. Calverton, MD, Pacific. Disponível em: [http://resources.prev.org/resource\\_pub\\_brazil.pdf.html](http://resources.prev.org/resource_pub_brazil.pdf.html).
- 254 Wagenaar AC e outros (2000). Communities Mobilising for Change on Alcohol (CMCA): Effects of a Randomised Trial on Arrests and Traffic Crashed. *Addiction*, 95: 209-217.
- 255 OMS (2006). Global Estimates of Health Consequences Due to Violence against Children. Documento informativo para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 256 Ryan M (1995). Russian Report: Alcoholism and Rising Mortality in the Russian Federation. *British Medical Journal*, 310: 648-650.
- 257 Mattern JL, Neighbors C (2004). Social Norms Campaigns: Examining the Relationship Between Changes in Perceived Norms and Changes in Drinking Levels. *Journal of Studies on Alcohol*, 65: 489-493.
- 258 Graham K e outros (2004). The Effect of the Safer Bars Programme on Physical Aggression in Bars: Results of a Randomised Controlled Trial. *Drug and Alcohol Review*, 23: 31-41.
- 259 Homel R e outros (2004). Making Licensed Venues Safer for Patrons: What Environmental Factors Should Be the Focus of Interventions? *Drug and Alcohol Review*, 23: 19-29.
- 260 Bellis MA e outros (2004). Violence in General Places of Entertainment. Em: Pompidou Group (Ed). *Violence and Insecurity Related to the Consumption of Psychoactive Substances*. Estrasburgo, Conselho da Europa.
- 261 Bellis MA e outros (2004). Violence in General Places of Entertainment. Em: Pompidou Group (Ed) *Violence and Insecurity Related to the Consumption of Psychoactive Substances*. Estrasburgo, Conselho da Europa.
- 262 Room R e outros (2003). *Alcohol in Developing Societies: A Public Health Approach*. Helsinki, Fundação Finlandesa de Estudos do Álcool, e Genebra, Organização Mundial da Saúde.
- 263 Hahn RA e outros (2003). First Reports Evaluating the Effectiveness of Strategies for Preventing Violence: Firearm Laws. Findings from the Task Force on Community Preventive Services. *MMWR Recommendations and Reports*, 52(RR14): 11-20.
- 264 Loftin C e outros (1991). Effects of Restrictive Licensing of Handguns on Homicide and Suicide in the District of Columbia. *New England Journal of Medicine*, 325: 1615-1620.
- 265 Villaveces A et al (2000). Effect of a Ban on Carrying Firearms on Homicide Rates in Two Colombian Cities. *Journal of the American Medical Association*, 283: 1205- 1209.
- 266 Centros de Controle e Prevenção de Doenças (1995). Patterns of Homicide - Cali, Colômbia, 1993-1994. *MMWR*, 44(39): 734-736.
- 267 Stanley J (2001). Child Abuse and the Internet. *Child Abuse Prevention Issues*, No. 15, verão de 2001. Disponível em: <http://www.aifs.gov.au/nch/issues/issues15.html>.
- 268 Aliança Save the Children (2005). 10 Essential Learning Points: Listen and Speak Out against Sexual Abuse of Girls and Boys. Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children ao Estudo do

Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Oslo, Save the Children Noruega.

- 269 Titley G (2004). *Young People and Violence Prevention - Youth Policy Recommendations*. Budapeste, Diretoria de Juventude e Esporte, Centro Europeu da Juventude.
- 270 Black M (2004). *Opening Minds, Opening Up Opportunities, Children's Participation in Action for Working Children and Associated Case Studies*. Londres, Aliança Save the Children.
- 271 UNICEF (2005). *Young People's Participation in the CEE/CIS and the Baltics*. Genebra, Escritório Regional da UNICEF para a CEE/CIS e Países Bálticos.
- 272 Todas as respostas estão em: <http://www.ohchr.org/english/bodies/crc/study.htm>. Em 20 de setembro de 2006, 135 Estados-Membros e um observador haviam apresentado respostas.
- 273 Black M (2004). *Somali Children and Youth: Challenging the Past and Building the Future*. UNICEF Somália.
- 274 UNICEF (2006). *Apresentação para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança*. UNICEF, Escritório Regional para a América Latina e Caribe.
- 275 Conselho da Europa (2006). *Building a Europe for and with children*. Conselho da Europa. Disponível em: <http://www.coe.int/t/transversalprojects/children/>.
- 276 Mercy J e outros (2002). *Youth Violence*. Em: Krug EG et al. (Eds). *World Report on Violence and Health*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, pp 25-56.
- 277 Tolan P (2001). *Youth Violence and its Prevention in the United States: An Overview of Current Knowledge*. *Injury Control and Safety Promotion*, 8(1): 1-12.

## CITAÇÕES

- I Hall J (2003). *Inyandza Leyo! Testimonies from Abuse Survivors*. Suazilândia. Citado em: *Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005)*. *Regional Desk Review: Eastern and Southern Africa*, p 26. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- II UNICEF (2003). *Africa's orphaned generations*. Nova Iorque, UNICEF, p 31.
- III UNHCR (2005). *Refugee and returnee children in Southern Africa: Perceptions and experiences of violence - A qualitative study of refugees and returnee children in UNHCR operations in Angola, South Africa and Zambia*. Pretória, UNHCR, p 6.
- IV Anti-Slavery International (2001). *Golam and Roushan - Trafficked Children*. Discursos pronunciados durante a cerimônia de premiação da ASI. Disponível em: <http://www.antislavery.org/homepage/antislavery/award/award2001speeches.htm>
- V Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). *Regional Desk Review: South Asia*, p 59. Disponível em: <http://www.violencestudy.org/r27>.
- VI Aliança Save the Children (2005). *10 Essential Learning Points: Listen and Speak out against Sexual Abuse of Girls and Boys*, Apresentação global da Aliança Internacional Save the Children ao Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança, p 27.
- VII Fórum Africano de Políticas para a Criança (2006). *The African Declaration on Violence against Girls*. Segunda Conferência Internacional sobre Políticas para a Criança Africana. Adis Abeba, 11 e 12 de maio 2006, p 1.
- VIII WorldVision (2005). *Strongim pikinini, strongim laef b' long famili: enabling children to reach their full potential*. Uma contribuição ao Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Milton Keynes, World Vision International, p 7.



EL SALVADOR, 1996, Grupo de crianças em um campo de refugiados em El Salvador

"A violência contra a criança é injustificável em qualquer ambiente ou contexto. Os Estados devem ter condições de oferecer apoio adequado aos pais, professores, funcionários da justiça penal e outros que ocasionalmente recorram à violência contra a criança. Todos nós temos a responsabilidade de agir para eliminá-la."

Mehr Khan Williams, Vice-Alta Comissária para Direitos Humanos das Nações Unidas



## O CAMINHO A SEGUIR

As evidências colhidas para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança, alinhadas ao claro consenso dos seus participantes, sugerem que, embora seja generalizada, a violência contra as crianças é evitável e o mundo dispõe de recursos para proceder à sua eliminação. Especialistas, médicos e as próprias crianças concordam que a violência não é uma característica imutável e inevitável da vida e não deve ser aceita passivamente como tal. Além disso, o Estudo documentou os avanços obtidos pelos governos à medida que começam a reconhecer a escala do problema e a cumprir às obrigações que aceitaram no campo dos direitos humanos.

Os governos e uma série de parceiros apresentaram ações úteis e concretas para prevenir a violência contra a criança, reduzir seus múltiplos impactos e defender mudanças. Um número crescente de projetos de pesquisa-ação, estratégias de prevenção e respostas terapêuticas está sendo implementado e avaliado. Isso gera uma base sólida de evidências para que os parceiros adaptem e aperfeiçoem as intervenções existentes ou criem novas intervenções. Além de proteger especificamente os membros mais jovens e vulneráveis da sociedade contra a violência, essas ações contribuem para o objetivo mais amplo de reduzir a violência para todos, pois está claro que as intervenções com enfoque nos jovens têm o maior potencial de produzir benefícios para a sociedade como um todo.

Durante todo o processo do Estudo, e à medida que um número cada vez maior de participantes manifestava a sua opinião, várias questões foram

repetidamente levantadas, região após região. Em primeiro lugar estava, de um lado, o alarmante abismo entre as obrigações e compromissos dos Estados, e de outro, a realidade da vida das crianças. Como nota o relatório do Estudo apresentado à Assembleia Geral da ONU, "os Estados-Membros já assumiram compromissos de proteger as crianças contra todas as formas de violência. Entretanto, temos que aceitar - com base no testemunho das crianças durante o processo do Estudo e nos resultados das pesquisas - que esses compromissos estão longe de ser cumpridos."<sup>1</sup>

Muito desse estado de coisas tem sua origem na falta de liderança dos políticos e outros tomadores de decisões. O debate sobre o problema frequentemente é vago e realizado na surdina, permitindo que o nível de ações aceitáveis permaneça em um baixo patamar e as ligações entre diferentes formas de violência sejam negligenciadas. Via de regra, a proibição e a eliminação da violência contra a criança não despertam a atenção política adequada. Para adquirir maior prioridade, a eliminação da violência contra a criança requer uma liderança política forte e uma ação decidida de advocacy por parte da sociedade civil.

Para assegurar a implementação das recomendações do Estudo, é preciso colocar em funcionamento mecanismos robustos nos âmbitos nacional, regional e internacional. Liderança e coordenação são igualmente importantes em todos esses níveis. A implementação da maioria das recomendações apresentadas na Introdução deste relatório depende da capacidade dos governos de incorporá-las aos seus atuais instrumen-

"É muito comum vermos que a legislação está nos livros, mas muitas crianças permanecem à margem da sociedade - não têm registro de nascimento, não vão à escola, são pobres demais para ir ao médico e, por todos esses motivos, são ainda mais vulneráveis à violência e aos abusos."

Rima Salah, Diretora-Executiva Adjunta, UNICEF

tos jurídicos e políticas públicas de forma coordenada. O comprometimento contínuo de recursos humanos e financeiros com uma estrutura ampla e sistemática de redução e reação à violência contra a criança, integrada aos processos nacionais de planejamento, é essencial para o sucesso deste esforço. A erradicação da violência contra a criança requer não apenas sanções penais aos perpetradores, mas também a transformação da mentalidade das sociedades e das condições econômicas e sociais subjacentes que permitem que essa violência prospere.

Um forte apoio regional para a implementação das recomendações também é importante. Os mecanismos regionais podem desempenhar um papel significativo para preencher as lacunas de especialização técnica, compartilhar as melhores práticas e avaliar o progresso obtido. As redes regionais estabelecidas durante o processo do Estudo continuaram a funcionar de várias maneiras em todas as regiões. Por exemplo, no Oriente Médio e na África Setentrional, uma rede regional expandida, que conta com representantes de governos e da Liga dos Países Árabes, está realizando ações para implementar as recomendações do Estudo relacionadas a uma série de prioridades regionais.<sup>2</sup> O Fórum Sul-Asiático, estabelecido em 2005 como resultado da Consulta Regional hospedada pelo Governo do Paquistão, começou a implementar as recomendações do Estudo com foco nas questões do casamento precoce e dos castigos físicos e psicológicos. Além disso, o Conselho da Europa lançou um programa de três anos de duração chamado "Construindo uma Europa para a Criança e com a Criança". Esse programa leva em consideração as várias dimensões

da violência contra a criança em duas linhas de atuação estreitamente relacionadas: a promoção dos direitos da criança e o programa de ação "A Criança e a Violência."<sup>3</sup> Na linha que enfoca a promoção dos direitos da criança, o programa ajudará os Estados europeus a implantar políticas integradas para a criança e estruturas jurídicas abrangentes. O programa de ação contra a violência apóia os Estados em suas obrigações de garantir a proteção da criança, prevenir a violência, condenar criminosos e a assegurar a participação da criança.

No âmbito internacional, espera-se também que a ONU apóie os países em sua tarefa de implementação, incorpore às suas atividades as recomendações do Relatório de Estudo para a Assembleia Geral da ONU (explicitadas neste livro) e monitore as realizações. A coordenação entre as várias entidades da ONU envolvidas neste processo é, novamente, essencial para garantir a continuidade da abordagem holística e multidisciplinar sugerida pelo Estudo. Nesse contexto, o relatório recomendou a nomeação de um Representante Especial para o Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança, que deverá concentrar as discussões sobre o tema e agir como defensor global das questões da violência contra a criança, aproveitando o ímpeto mundial gerado pelo processo do Estudo e pelo próprio relatório. Em um esforço para acelerar esses avanços em cada país, foi criado em 2005 um Grupo Interagências sobre a Violência contra a Criança, de âmbito global, presidido pelo UNICEF e contando com apoio direto do EACDH e da OMS. Várias outras agências da ONU e ONGs estão entre os seus membros. Esses esforços devem contribuir

"A violência pode ser evitada... Há uma ampla variedade de estratégias positivas disponíveis para ajudar as sociedades a reduzir a violência. Entre elas estão o treinamento e o apoio aos novos pais, a ajuda às crianças para que adquiram habilidades sociais, o auxílio às comunidades para que controlem a disponibilidade de bebidas alcoólicas, o aumento de incentivos para que os jovens terminem seus estudos, a melhoria dos serviços para vítimas da violência e o fortalecimento de políticas que promovam a igualdade social, econômica e de gêneros."

O falecido Lee Jong-Wook, Ex-Diretor-Geral, OMS, 2005



para o processo de reforma da ONU, melhorando a coordenação entre as entidades existentes, refinando e esclarecendo os mandatos e aumentando a atenção atribuída à violência contra a criança em todos os mandatos existentes.

A eliminação da violência contra a criança é um problema urgente. Em nome das crianças, não podemos permitir que este Estudo seja meramente um relatório a mais, acumulando poeira nas prateleiras de todo o mundo. As ações para colocar as suas recomendações em prática devem começar imediatamente. A mensagem central do Estudo é que nenhum tipo de violência contra a criança é justificável; toda violência contra a criança é evitável. Não pode haver mais desculpas ou atrasos: o problema está exposto, as obrigações dos governos são claras e os meios de lidar com a questão são conhecidos, financeiramente viáveis e disponíveis.

Os governos são os maiores responsáveis pela proteção da criança. Portanto, cabe aos governos agir agora para cumprir suas obrigações para com os direitos humanos e outros compromissos e para garantir a proteção da criança contra todas as formas de violência. Mas os governos não podem trabalhar sozinhos. Todos os setores da sociedade, todas as pessoas, compartilham a responsabilidade de condenar e impedir a violência contra a criança e de reagir à situação insustentável das crianças vítimas.

*"Nós os exortamos a colocar em prática essas recomendações e outras feitas pelas crianças em consultas anteriores, e a nos envolverem na elaboração de ações voltadas para a violência contra meninas e meninos em cada país e em cada região."*

*Pronunciamento das crianças, Fórum da Juventude, Sul da Ásia, 2005 I*

## REFERÊNCIAS

- 1 Secretário-Geral das Nações Unidas (2006). Report of the Independent Expert for the United Nations Study on Violence against Children. Promoção e Proteção dos Direitos da Criança. Assembleia Geral das Nações Unidas, 61a. Sessão. A/61/299.
- 2 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2006). Outcome Report: Middle East and North Africa (MENA) Regional Consultation on Violence against Children: Follow-up Consultation. 25 a 28 de março de 2006. Egito, Conselho Nacional da Maternidade e Infância.
- 3 Conselho da Europa (2006). Building a Europe for and with Children. Conselho da Europa. Disponível em: <http://www.coe.int/t/transversalprojects/children>

## CITAÇÕES

- 1 Estudo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança (2005). Statement by Children and Young People. Young People's Forum, Regional Consultation: South Asia, pág. 3. Disponível em: [www.violencestudy.org/r27](http://www.violencestudy.org/r27).

# Anexo

## ÍNDICES ESTIMADOS DE HOMICÍDIOS POR REGIÃO E NÍVEL DE RENDA, 2002

Fonte: OMS (2006). Estimativas Globais das Consequências para a Saúde da Violência Contra a Criança. Documento Base para o Estudo do Secretário-Geral da ONU sobre a Violência contra a Criança. Genebra, Organização Mundial da Saúde

Região da ONU	Renda	Gênero	Índice de homicídios para cada 100.000 pessoas				
			0-17 anos*	0-4	5-9	10-14	15-17
Todas	Todas	Masculino	2,93	2,09	1,00	2,08	9,06
Todas	Todas	Feminino	1,92	1,99	1,48	1,49	3,28
Todas	Todas	Masculino e Feminino	2,44	2,04	1,24	1,79	6,25
Todas	Alta	Masculino	1,45	2,29	0,41	0,56	3,25
Todas	Alta	Feminino	0,95	1,67	0,44	0,40	1,53
Todas	Alta	Masculino e Feminino	1,21	1,99	0,43	0,48	2,41
Todas	Baixa	Masculino	3,10	2,07	1,07	2,25	9,75
Todas	Baixa	Feminino	2,03	2,02	1,60	1,61	3,48
Todas	Baixa	Masculino e Feminino	2,58	2,05	1,33	1,94	6,70
África	Todas	Masculino	5,85	4,25	2,44	5,09	15,64
África	Todas	Feminino	5,30	4,07	4,79	4,62	9,45
África	Todas	Masculino e Feminino	5,58	4,16	3,60	4,86	12,57
Ásia	Todas	Masculino	1,53	1,32	0,65	1,21	3,93
Ásia	Todas	Feminino	0,99	1,29	0,70	0,69	1,48
Ásia	Todas	Masculino e Feminino	1,27	1,30	0,68	0,96	2,74
Austrália/Nova Zelândia	Todas	Masculino	0,99	1,76	0,44	0,41	1,60
Austrália/Nova Zelândia	Todas	Feminino	0,55	0,75	0,64	0,31	0,48
Austrália/Nova Zelândia	Todas	Masculino e Feminino	0,78	1,26	0,54	0,36	1,05

Região da ONU	Renda	Gênero	<i>Índice de homicídios para cada 100.000 pessoas</i>				
			0-17 anos*	0-4	5-9	10-14	15-17
Europa	Todas	Masculino	1,74	1,44	0,55	0,89	5,72
Europa	Todas	Feminino	1,01	1,30	0,57	0,75	1,67
Europa	Todas	Masculino e Feminino	1,38	1,37	0,56	0,82	3,74
América Latina e Caribe	Todas	Masculino	8,11	1,95	0,98	4,01	37,66
América Latina e Caribe	Todas	Feminino	2,21	1,62	0,67	1,81	6,50
América Latina e Caribe	Todas	Masculino e Feminino	5,21	1,79	0,83	2,93	22,33
América do Norte	Todas	Masculino	2,57	3,77	0,56	1,09	6,37
América do Norte	Todas	Feminino	1,48	3,01	0,59	0,72	1,60
América do Norte	Todas	Masculino e Feminino	2,04	3,40	0,57	0,91	4,04
Oceania**	Todas	Masculino	1,74	3,31	0,83	2,00	0,13
Oceania**	Todas	Feminino	1,38	2,10	0,74	0,85	2,14
Oceania**	Todas	Masculino e Feminino	1,57	2,72	0,78	1,45	1,08

\* Índice de mortes padronizado por faixa etária

\*\* Exclui Austrália e Nova Zelândia











